

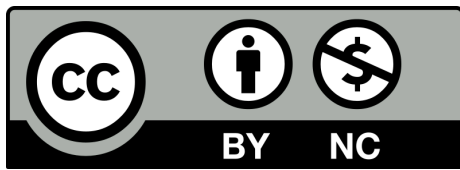
PLANO VERÃO

2024/2025

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO
AO PERÍODO DE MAIORES
RISCOS CLIMÁTICOS



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte.

© 2024 - Centro de Operações e Resiliência.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) | Centro de Operações e Resiliência (COR).
Rua Ulysses Guimarães, 300 — Cidade Nova — Rio de Janeiro/RJ — CEP: 20211-225.
<http://cor.rio>

Prefeito

Eduardo da Costa Paes

Centro de Operações e Resiliência - COR

Marcus Belchior Corrêa Bento

Subprefeitura da Barra da Tijuca

Raphael Silva de Leo Lima

Subprefeitura da Grande Tijuca

Felipe Gomes Quintans

Subprefeitura da Zona Norte

Luiz Carlos de Miranda Junior

Subprefeitura da Zona Sul

Bernardo Murilo Graça Rubião

Subprefeitura das Ilhas

Rodrigo Toledo

Subprefeitura da Zona Oeste

Diogo de Freitas Borba

Subprefeitura da Grande Bangu

Robson Gomes Santos

Subprefeitura do Centro

Alberto Jacob Szafran

Subprefeitura de Jacarepaguá

Igor Augusto Lima de Souza

Secretaria Municipal da Casa Civil - CASA CIVIL

Leandro Matieli Gonçalves

Empresa Municipal de Informática - IPLANRIO

Fernando Ivo Pimentel Cavalcante

Instituto Municipal Pereira Passos - IPP

Manuel Pereira Gomes Junior

Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR

Gustavo Di Sabato Guerrant

Instituto Fundação João Goulart - FJG

Rafaela Maria Bastos Barreto

Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento - SMFP

Andrea Riechert Senko

Secretaria Municipal Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE

Thiago Ramos Dias

Secretaria Municipal de Infraestrutura – SMI

Jessick Isabelle Trairi

Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro - GEO-RIO

Anderson de Andrade Marins

Companhia Municipal de Energia e Iluminação - RIOLUZ

Paulo César dos Santos

Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro - RIO-ÁGUAS

Wanderson José dos Santos

Secretaria Municipal de Transportes - SMTR

Maína Celidonio de Campos

Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro - CET-RIO

Joaquim Dinis Amorim dos Santos

Companhia Municipal de Transportes Coletivos - MOBI-RIO

Claudia Antunes Secin

Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA

Marco Aurélio Regalo de Oliveira

Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB

Flavio Augusto da Silva Lopes

Secretaria Municipal de Educação - SME

Renan Ferreirinha Carneiro

Empresa Municipal de Múltiplos do Rio de Janeiro - MULTIRIO

Maira Martins Moraes

Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS

Adilson Nogueira Pires

Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Daniel Ricardo Soranz Pinto

Secretaria Municipal de Trabalho e Renda - SMTE

Everton da Conceição Gomes

Secretaria Municipal de Cultura - SMC

Marcelo Calero Faria Garcia

Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Clima - SMAC

Eliana Cacique Romano Rodrigues

Fundação Parques e Jardins - FPJ

Julio Arthur Villas Boas

Secretaria Municipal de Esportes - SMEL

Guilherme Nogueira Schleder

Secretaria Municipal de Habitação - SMH

Claudio Sobral Caiado castro Junior

Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia - SMCT

Thereza Cristina de Lacerda Paiva

Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEOP

Brenno Carnevale Nessimian

Guarda Municipal do Rio de Janeiro - GM-RIO

José Ricardo Soares da Silva

Secretaria Municipal de Proteção e Defesa dos Animais - SMPDA

Erico da Silva Freitas - respondendo pelo expediente

Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher - SPM-RIO

Lidiane de Paula Pereira

Secretaria Especial da Juventude Carioca - JUV-RIO

Gabriella Rodrigues da Graça Sampaio

Secretaria Especial de Ação Comunitária - SEAC-RIO

Marli Ferreira Lima Peçanha

Assessoria Executiva de Eventos e Grandes Eventos da Cidade do Rio de Janeiro - AEGE

Bernardo Lahmeyer Fellows

Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil - SUBPDEC

Rodrigo Gonçalves da Silva

Coordenação e Revisão Técnica pelo COR

Ana Carla Badaró Moreira Prado
Leticia Nobrega Fonti
Vitor Montes de Moura Nogueira de Sá
Raphael Santos da Silva
Leonardo Valério Rodrigues Pires
Caroline Rodrigues Neves da Costa
Brendon Lucas Pereira da Silva
Vivianne Montalvão
Beatriz Gama Cavalcante
Guilherme Augusto Pereira
André Batista da Silva

Capa

Agile Corp

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Centro de Operações e Resiliência (COR) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ).

Plano verão 2024-2025 [livro eletrônico] : estratégias de enfrentamento ao período de maiores riscos climáticos / Prefeitura do município do Rio de Janeiro. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro, 2024.

PDF

Vários colaboradores

Bibliografia.

ISBN 978-65-983621-1-9

1. Administração pública 2. Mudanças climáticas 3. Planejamento urbano - Rio de Janeiro (RJ) 4. Políticas públicas.

24-243827

CDD-363.73874

Índices para catálogo sistemático:

1. Mudanças climáticas : Políticas públicas : Problemas sociais 363.73874
Eliane Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

Lista de figuras	8
Lista de siglas e acrônimos	9
1. Introdução	12
2. O Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática - PDS	17
3. Análise histórica de eventos climáticos no período 2023-2024	26
4. Qual o cenário previsto para o período 2024-2025?	29
5. Principais iniciativas da cidade	32
5.1 Rios Cariocas	33
5.2 Fábrica de Ralos	33
5.3 Melhorias no sistema de drenagem	33
5.4 Operação Ralo Limpo	34
5.5 Reforço de serviços de limpeza	34
5.6 Projeto de Naturalização da Lagoa Rodrigo de Freitas Parque do Cantagalo	34
5.7 Novo Radar Meteorológico	35
5.8 Sistema de detecção de raios	35
5.9 Bairro Maravilha Oeste e Norte	35
5.10 Obras de contenção de encostas	36
5.11 Sistema de Alerta e Alarme	36
5.12 Rio pela Redução do Risco de Desastre (3RD)	37
5.13 Projeto de mobilização para proteção escolar (PROMOPE)	37
5.14 Defesa Civil nas escolas (PDCE)	38
5.15 NUPDEC Saúde	38
5.16 Plano Municipal de Contingência de Desastres Naturais	38
5.17 Proteção Social em Situações de Emergências Socioassistenciais	39
5.18 Aplicativo Escola Segura	39
5.19 Matriz de atividades e responsabilidades para riscos climáticos	39
5.20 Enlaces de comunicação	40
5.21 LHASA Rio - Parceria NASA	40
5.22 Rio Flood Model (RioFM) - Parceria NASA	40

5.23 Projeto Rio NowCast	41
5.24 Parceria com Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA)	41
5.25 Plano de contingência de transporte	41
5.26 Protocolo de interdição de vias	42
5.27 Imagens de Satélite para monitoramento da cidade e resposta a desastres	42
5.28 Protocolo de ressaca	43
5.29 Refloresta Rio	43
5.30 Corredores Verdes	44
5.31 Criação e recuperação de grandes parques	44
5.32 Protocolo de Calor	44
5.33 Pontos de Resfriamento	45
5.34 Atendimento a sintomas de calor extremo	45
5.35 Programa Praia Limpa	46
5.36 Poda de árvores	46
5.37 Intensificação das ações de ordenamento urbano	47
5.38 Operação Verão para crianças e adolescentes	47
5.39 Modelo de Previsão da Qualidade do Ar Rio - NASA	48
5.40 Territórios Sociais	48
6. Comunicação com a imprensa, parceiros e a população	49
7. Contribuição do COR para ampliar a resiliência de outras cidades	53
8. Anexos	55
8.1 Anexo I - Matriz de Atividades e Responsabilidades para Riscos Climáticos	55
8.2. Anexo II - SMAS - Gestão de Riscos e Proteção Social nas Emergências Socioassistenciais	58
8.3 Anexo III - SMS - Protocolo de Enfrentamento ao Calor Extremo	131
8.4 Anexo IV - SMS - Plano Municipal de Contingência de Desastres Naturais	178
8.5 Anexo V - SMS - Plano Municipal de Contingência de Arboviroses	220
8.6 Anexo VI - SUBPDEC - Plano de Contingência 2024-2025	315

Lista de figuras

- Figura 1 Projeções de aumento da temperatura global em relação ao período de 1850-1900 para diferentes cenários socioeconômicos (SSPs), destacando a faixa de variação muito provável.
- Figura 2 Dias por ano com risco de morte por calor e umidade. Histórico (1991–2005) versus projeções (+2 °C, RCP4.5, 2041–2060).
- Figura 3 Principais riscos climáticos identificados no PDS.
- Figura 4 Proporção das áreas afetadas pelos quatro perigos climáticos do PDS, classificadas por níveis de impacto.
- Figura 5 Mapa da cidade do Rio de Janeiro com os Corredores de Sustentabilidade.
- Figura 6 BRT Transbrasil em funcionamento.
- Figura 7 Mapa da cidade do Rio de Janeiro com o nível de gravidade do impacto relacionado à avaliação de perigo climático de inundação.
- Figura 8 Mapa da cidade do Rio de Janeiro com o nível de gravidade do impacto relacionado à avaliação de perigo climático de ondas de calor.
- Figura 9 Mapa da cidade do Rio de Janeiro com o nível de gravidade do impacto relacionado à avaliação de perigo climático de deslizamento.
- Figura 10 Mapa da cidade do Rio de Janeiro com as áreas críticas para impactos relacionados ao perigo climático de elevação do nível do mar.
- Figura 11 Número de dias com chuvas intensas (precipitação acima de 50mm/1h) em cada ano entre 1997 e 2024.
- Figura 12 Dados mensais sobre a média histórica da chuva acumulada no período de outubro a abril e o comparativo histórico entre 1997 e 2024.
- Figura 13 Previsão climática sazonal por tercil (categorias abaixo da faixa normal, dentro da faixa normal e acima da faixa normal). As áreas em branco indicam igual probabilidade para as três categorias.
- Figura 14 Previsões probabilísticas baseadas em modelos IRI para eventos ENOS de novembro de 2024.
- Figura 15 Painel da Eletromídia em logradouro público, no Rio.
- Figura 16 Podcast do COR.
- Figura 17 Lançamento da Prática Recomendada 1021 no dia 27 de maio de 2024, na sala de crise do COR.

Lista de siglas e acrônimos

3RD - Rio pela redução do risco de desastre

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACS - Agentes comunitários de saúde

AEGE - Assessoria Executiva de Eventos e Grandes Eventos da Cidade do Rio de Janeiro

APS - Atendimento primário à saúde

ASCOM - Assessoria de Comunicação

AVS - Agentes de vigilância em saúde

BRT - *Bus rapid transit*

CASA CIVIL – Secretaria Municipal da Casa Civil

CCPAR - Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

CET-RIO - Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro

COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana

COR - Centro de Operações e Resiliência

CPTEC - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos

DBE - Distrito de baixa emissão de carbono

DOT - Desenvolvimento orientado ao transporte

ENOS - El Niño Oscilação Sul

ESP - Emergências em saúde pública

FJG - Instituto Fundação João Goulart

FPJ - Fundação Parques e Jardins

FUNCEME - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos

GEE - Gases do efeito estufa

GEO-RIO - Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro

GM-RIO - Guarda Municipal do Rio de Janeiro

IMPA - Instituto de Matemática Pura e Aplicada

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

IPLANRIO - Empresa Municipal de Informática

IPP - Instituto Municipal Pereira Passos

JUV-RIO - Secretaria Especial da Juventude Carioca

LHASA RIO - *Landslide Hazard Assessment for Situational Awareness*

LNCC - Laboratório Nacional de Computação Científica

MOBI-RIO - Companhia Municipal de Transportes Coletivos

MULTIRIO - Empresa Municipal de Múltiplos Meios do Rio de Janeiro

NASA - Agência espacial dos Estados Unidos

NC - nível de calor

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMM - Organização Meteorológica Mundial

PDCE - Defesa Civil nas escolas

PDS - Plano de Desenvolvimento Sustentável

PPP - Parceria Público-Privada

PROMOPE - Projeto de mobilização para proteção escolar

RAS - redes de atenção à saúde

RIO-ÁGUAS - Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro

RIOLUZ - Companhia Municipal de Energia e Iluminação

SBT - Sistema Brasileiro de Televisão

SEAC-RIO - Secretaria Especial de Ação Comunitária

SECONSERVA - Secretaria Municipal de Conservação

SEOP - Secretaria Municipal de Ordem Pública

SMAC - Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Clima

SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SMC - Secretaria Municipal de Cultura

SMDUE - Secretaria Municipal Desenvolvimento Urbano e Econômico

SME - Secretaria Municipal de Educação

SMEL - Secretaria Municipal de Esportes

SMH - Secretaria Municipal de Habitação

SMI - Secretaria Municipal de Infraestrutura

SMPDA - Secretaria Municipal de Proteção e Defesa dos Animais

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SMTE - Secretaria Municipal de Trabalho e Renda

SMTR - Secretaria Municipal de Transportes

SPM-RIO - Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher

SSPO - Sistema de transporte público de passageiros por meio de ônibus

SSPs - Cenários socioeconômicos

SUBPDEC - Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil

SUBPSE - Subsecretaria de Políticas Sociais Especiais

TSM - Temperatura da superfície do mar

VLT - Veículo leve sobre trilhos

1. Introdução

O Plano Verão é um documento-referência que integra diferentes iniciativas dos órgãos operacionais municipais com o objetivo de minimizar os impactos climáticos e suas conseqüentes ocorrências graves, entre os meses de novembro a abril. Esses meses são os mais chuvosos no município, mas também foi o período em que registramos aumento significativo de temperatura na cidade por dias consecutivos na última temporada avaliada - 2023-24. Para o desenvolvimento do Plano Verão 2024-2025, estabelecemos como premissa a realidade das mudanças climáticas, processo indiscutível de mudança dos padrões do clima no planeta, e o agravamento de seus efeitos para a cidade.

O Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)¹ de 2022 trouxe não somente evidências do aquecimento global em andamento (Figura 1), mas também apontou a urgência de atuarmos tanto na mitigação e redução de emissões dos gases do efeito estufa (GEE), quanto no investimento para a adaptação das cidades à nova realidade.

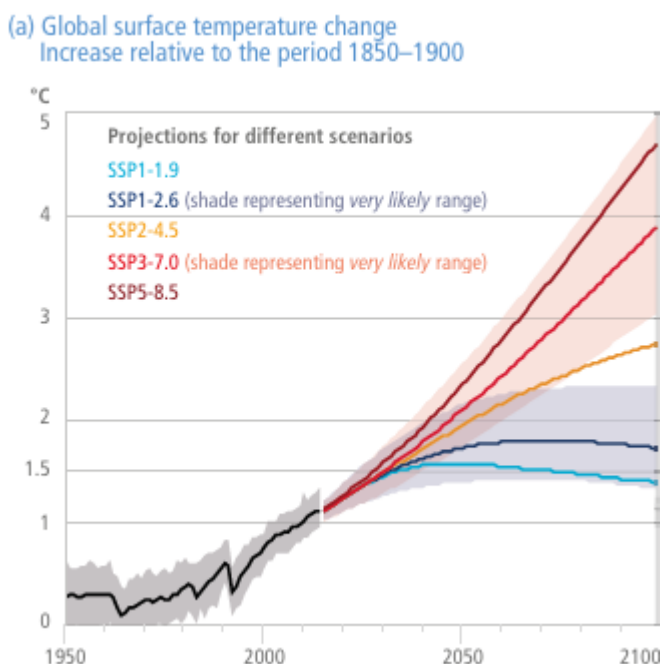


Figura 1: Projeções de aumento da temperatura global em relação ao período de 1850-1900 para diferentes cenários socioeconômicos (SSPs), destacando a faixa de variação muito provável. Fonte: IPCC (2022).

1

Disponível

em:

<

<https://www.unep.org/pt-br/resources/relatorios/sexta-relatorio-de-avaliacao-do-ipcc-mudanca-climatica-2022> > Acesso em 29 de novembro de 2024.

O relatório detalha as consequências e efeitos do aquecimento global influenciado pela ação da humanidade. Ainda, ele reforça que o aumento da temperatura global contribui para intensificar a magnitude das mudanças, o que causa um aumento significativo na frequência e severidade do calor extremo, tempestades e secas. A título de ilustração, a Figura 2 mostra mapas comparativos entre o período histórico (1991–2005) e projeções para o futuro com elevação de temperatura de aproximadamente +2 °C (cenário RCP4.5), indicando os dias por ano em que condições de temperatura e umidade do ar apresentam risco de morte.

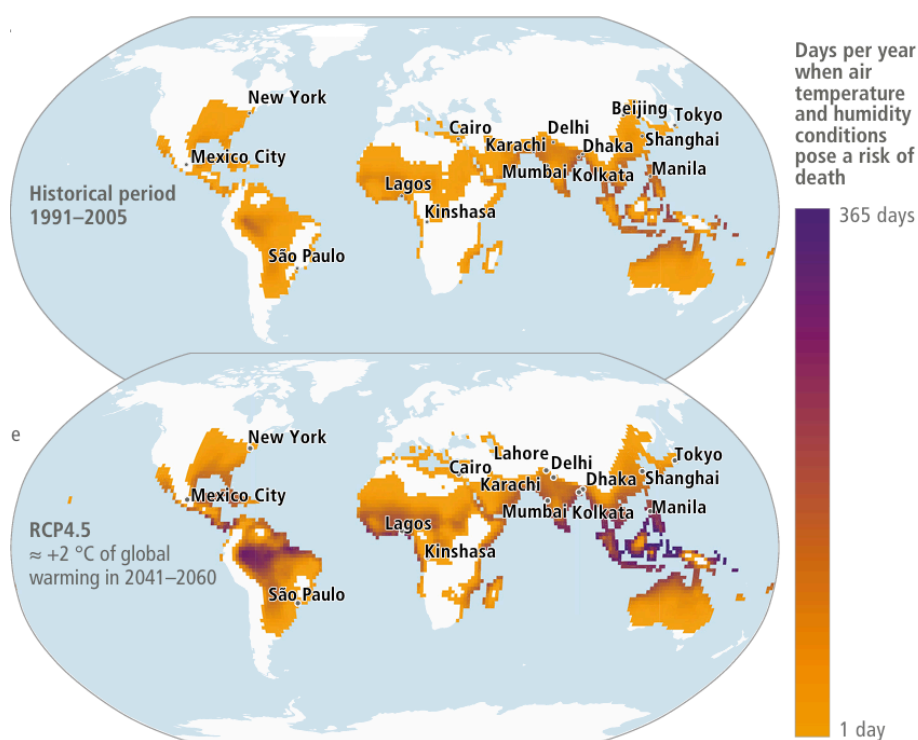


Figura 2: Dias por ano com risco de morte por calor e umidade. Histórico (1991–2005) versus projeções (+2 °C, RCP4.5, 2041–2060). Fonte: IPCC (2022).

Cada fração de grau de aumento das temperaturas intensifica as ameaças. Contudo, o próprio relatório também sugere que o aumento do foco na adaptação tem grande potencial de fortalecer a resiliência dos territórios aos impactos climáticos. Utilizando esses fundamentos, é necessário que a cidade envide esforços nos seus pilares estratégicos de redução das emissões (Mitigação), e na preparação dos sistemas críticos para responder de forma eficiente aos impactos dos eventos extremos (Adaptação), aumentando sua capacidade de resposta e de retorno, o mais rápido possível a rotina da cidade (Resiliência).

Além desses esforços, vale ressaltar a necessidade de unir forças com a sociedade civil, o setor privado e a população, em geral, para que as consequências das mudanças climáticas possam ser menores nas comunidades afetadas e tenham menor impacto para as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Como metodologia utilizada para avaliação das iniciativas para esse novo ciclo e sua classificação, tomamos como base os quatro riscos climáticos mais relevantes (Figura 3) estabelecidos pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro (PDS).



Figura 3: Principais riscos climáticos identificados no PDS. Fonte: PDS (2021).

No planejamento para este novo período, temos a publicação do Decreto Rio nº 54.740, de 28 de junho de 2024, que dispõe sobre a classificação dos níveis de calor em cenários de risco relacionados a calor extremo. A portaria nº03/2024 do Centro de Operações e Resiliência (COR), de 28 de junho de 2024, normatiza e estabelece alguns protocolos, considerando os níveis atribuídos no Decreto. A formalização desse documento transforma o Rio de Janeiro na primeira cidade do Brasil - e uma das poucas no mundo - com critérios claros e protocolos estabelecidos para o enfrentamento das ondas de calor.

Conforme abordado no PDS, as ondas de calor representam o perigo climático que impacta o maior número de pessoas. Isso nos indica, portanto, que não podemos subestimar esse fenômeno, sobretudo quando consideramos os danos que podem ser causados a crianças e idosos.

Além desses grupos sociais, a parcela mais vulnerável da população, por não dispor de acesso a ambientes com temperatura controlada, é submetida à permanência prolongada à temperatura elevada. Isso a torna mais suscetível aos impactos do *stress* térmico na saúde humana, como o agravamento ou aparecimento das doenças associadas ao calor.

Na Figura 4, abaixo, podemos verificar que, proporcionalmente, as áreas da cidade também refletem a necessidade do trato desse tema:

Proporção das áreas por perigo

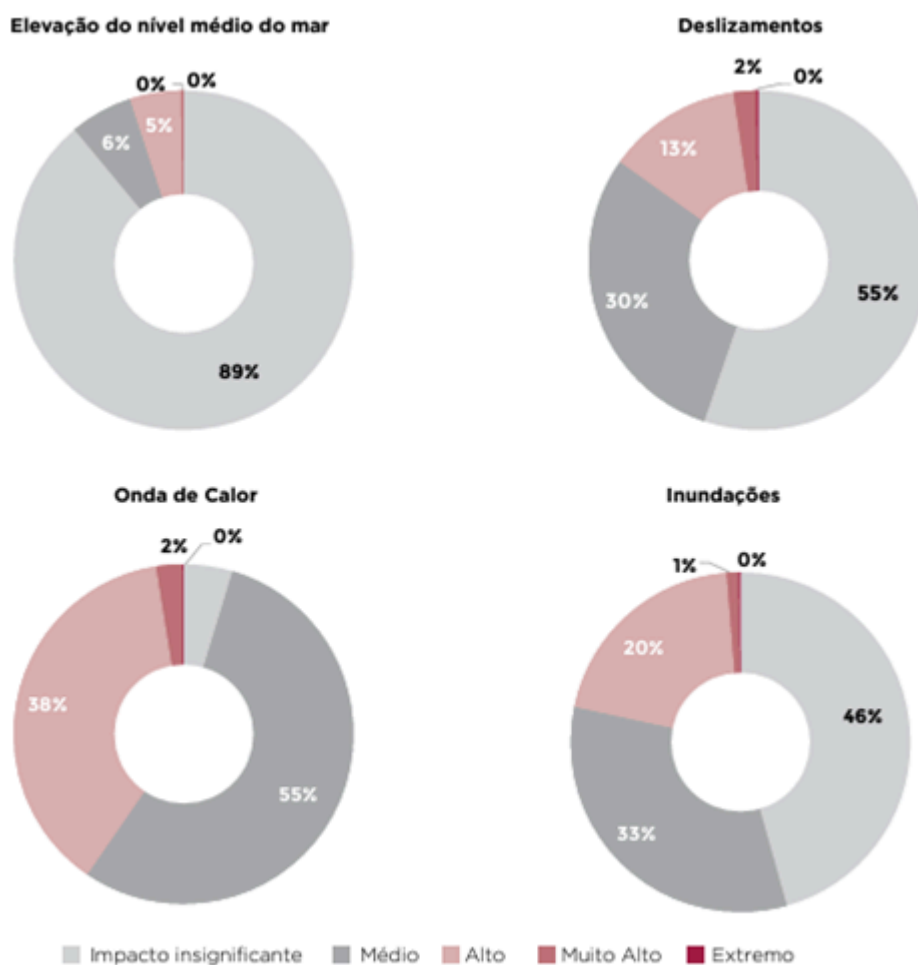


Figura 4: Proporção das áreas afetadas pelos quatro perigos climáticos do PDS, classificadas por níveis de impacto. Fonte: PDS (2021).

Uma vez que as inundações e deslizamentos são preocupações constantes no território municipal, as iniciativas intersetoriais e as parcerias estratégicas têm o objetivo de fortalecer a resposta da cidade a esses perigos.

Um exemplo desse fortalecimento é a análise dos 50 bolsões mais recorrentes registrados pelo COR. Esse levantamento direciona ações preventivas que reduzem o impacto da chuva na cidade, após intervenções precisas dos órgãos competentes. Merecem destaque também as ações como a operação "Ralo Limpo" e o "Protocolo de Interdição de Vias", as quais consistem em abordagens proativas e reativas no planejamento operacional da Prefeitura para o período chuvoso.

Quanto à atenção aos possíveis impactos da elevação do nível médio do mar, no dia 27 de agosto de 2024, foi publicado o Decreto Rio Nº 55003, que cria o Comitê Rio de estudos Científicos sobre a Elevação dos Mares e que conta com membros de diversos segmentos da Prefeitura na sua composição.

Além da preocupação específica com os riscos climáticos mais relevantes apontados pelo PDS, buscamos incessantemente aprimorar a qualidade dos serviços prestados. Por isso, no último período chuvoso, a cidade investiu em soluções tecnológicas, por exemplo, a aquisição de novos sensores e de um novo radar meteorológico de banda X capaz de identificar granizos. Ademais, o desenvolvimento e aquisição de softwares específicos para auxiliar a operação a partir do COR, como o software de raios, fazem parte das estratégias para fortalecer a capacidade de reação da cidade a eventos climáticos.

A Matriz de Atividades e Responsabilidades para riscos climáticos, que contém 51 atividades mapeadas e envolve 32 entidades municipais, foi novamente atualizada, assim como os enlaces de comunicação entre o COR e as agências que participam desse ecossistema de integração e resposta. No âmbito das parcerias, a Prefeitura realiza colaborações com empresas como a Eletromidia, para aprimorar a comunicação com a população, e celebra acordos de cooperação técnica com instituições renomadas, como o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) e a agência espacial dos Estados Unidos (NASA).

Diante de todas as iniciativas descritas no presente documento, consideramos que o Plano Verão 2024-2025 reitera o compromisso do Rio de Janeiro em integrar ciência, gestão pública e inovações para construir uma cidade mais forte e resiliente diante das mudanças do clima que se nos impõem.

2. O Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática - PDS

O Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática (PDS)², instituído pelo Decreto Rio nº 48.940/2021, tem como finalidade nortear as ações de longo prazo da Prefeitura orientadas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Como plano de Estado, o PDS organiza estratégias de enfrentamento aos principais desafios da cidade. Possui caráter transversal para integrar as ações municipais na busca por maior qualidade de vida e menos desigualdades socioespaciais. Portanto, pretende-se construir uma cidade mais cooperativa, atual e capaz de lidar com os grandes problemas contemporâneos.

A elaboração do PDS ocorreu por meio de anos de debates com entidades de classe, instituições de pesquisa, especialistas de diferentes áreas dos setores públicos e privados, organizações não governamentais, instituições internacionais e supranacionais. Com destaque para os processos participativos, o PDS contou com a colaboração de mais de 36 mil pessoas em atividades presenciais e on-line, incluindo escuta a crianças e comunidades escolares. Com Visão de cidade para 2050, esse instrumento irá direcionar o planejamento do Rio de Janeiro por meio de três grandes ciclos, a saber:

O Ciclo 2020 – 2030 (Agenda Rio 2030): a atual etapa de planejamento do PDS, em que todas as metas têm prazo de conclusão para 2030.

O Ciclo 2030 - 2040: próxima etapa do PDS, para metas com prazo de conclusão em 2040 – seu início está previsto para 2028.

O Ciclo 2040 - 2050: última etapa do PDS, para metas alinhadas à Visão 2050 e com prazo de conclusão em 2050 – seu início está previsto para 2038.

A Agenda Rio 2030 traz 134 metas, desdobradas em 976 ações. Essas metas possuem indicadores numéricos passíveis de monitoramento ao longo de todo o prazo de implementação do PDS. Além de priorizar os temas de grande urgência, a Agenda Rio 2030 é intersetorial; portanto, interrelaciona as muitas políticas públicas municipais. Dessa forma, as metas e ações do PDS estão estruturadas em cinco eixos temáticos transversais: Cooperação e Paz; Igualdade e Equidade; Longevidade e Bem-Estar; Mudanças Climáticas e Resiliência; e Governança.

² Para conhecer mais sobre o PDS, acesse: <https://pds-pcrj.hub.arcgis.com/>.

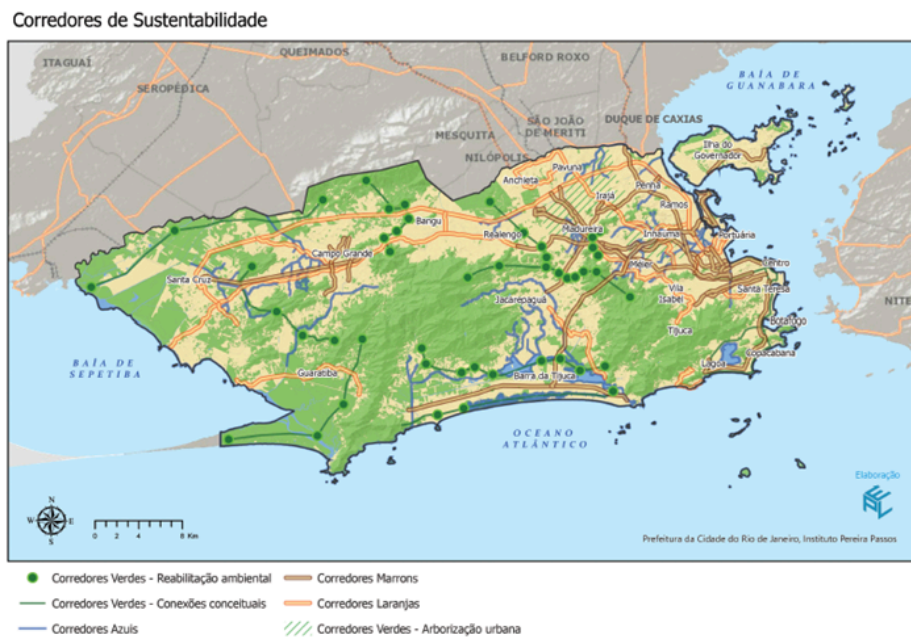
Uma das principais inovações do PDS diz respeito às estratégias territoriais para priorização de intervenções: os Corredores de Sustentabilidade. Com eixos identificados por cores (Figura 5), são trazidos conceitos mais atuais de planejamento sustentável territorializado e estão divididos em:

Corredores Verdes: áreas prioritárias para a expansão de infraestruturas verdes como ações de reflorestamento, arborização urbana e estímulo ao uso agrícola da terra;

Corredores Marrons: áreas prioritárias para o adensamento urbano, ampliação de infraestruturas, estímulo a concentração de empregos e moradias alinhados às diretrizes do desenvolvimento orientado ao transporte (DOT);

Corredores Azuis: áreas prioritárias de proteção e recuperação de corpos hídricos, incluindo infraestruturas para reduções enchentes e alagamentos;

Corredores Laranjas: áreas prioritárias para ações de caráter social e econômico com ênfase no combate à pobreza e redução de desigualdades sociais, além da melhoria de acesso a serviços públicos.



Fonte: Produção EPL

Figura 5: Mapa da cidade do Rio de Janeiro com os Corredores de Sustentabilidade. Fonte: PDS (2021).

Abrangendo a agenda climática, o PDS incorpora o compromisso pela construção de uma cidade neutra em emissões de GEE até 2050. Engloba, ainda, a proposta de uma cidade mais resiliente e adaptada às mudanças climáticas, considerando estratégias inovadoras e inclusivas.

A mudança do clima é uma realidade que afeta diretamente as populações urbanas de forma sistêmica. Saúde, água, segurança alimentar, qualidade de vida e bem-estar são alguns dos direitos humanos fundamentais impactados negativamente pela alteração climática. É importante a compreensão de que a mudança do clima não é uma questão exclusivamente ambiental; seus efeitos são indissociáveis dos desafios de erradicação da pobreza, equidade e implantação de políticas inclusivas. Trata-se, pois, de um tema de fundo econômico.

Para enfrentar os eventos decorrentes da mudança climática, o planejamento da cidade está orientado nos seguintes componentes: (1) Mitigação, que busca reduzir a quantidade de GEE emitida; (2) Adaptação, que mostra a capacidade de ajuste da cidade para reduzir a vulnerabilidade dos espaços e das pessoas à realidade dos efeitos climáticos; e (3) Inclusão, que implica englobar todos e todas nas ações climáticas, reduzindo desigualdades; (4) Governança, engloba as estruturas administrativas e institucionais necessárias ao direcionamento do planejamento, implementação e monitoramento da ação climática.

O PDS estabelece 75 metas de ação climática, das quais:



17 metas estão voltadas à **mitigação da emissão de GEE**;

16 metas estão relacionadas **tanto a mitigação quanto a adaptação climática**;

12 metas estão relacionadas à **adaptação aos riscos climáticos**; e

30 metas são destinadas à **inclusão e equidade**.

Um amplo grupo de ações municipais com impacto na mitigação de GEE está em andamento. No setor de energia, a PPP Iluminação Pública (RIO-LUZ) promove a modernização de 100% dos pontos de iluminação pública do Município com tecnologia LED e telegestão, proporcionando eficiência energética e sustentabilidade ambiental, acarretando na redução de emissões de GEE resultantes do consumo de eletricidade.

No setor de transportes, a Secretaria Municipal de Transportes (SMTR) destaca a implantação do BRT Transbrasil, o qual substitui grande parte dos ônibus convencionais regulares da Avenida Brasil, concentrando a função dessas linhas em pista exclusiva. O corredor tem início em Deodoro, com destino ao Terminal Gentileza, junto à Rodoviária do Rio. Ao longo do corredor são previstas conexões com os corredores de BRT Transcarioca e Transolímpica, e a integração com o sistema de trens, VLT e ônibus convencionais. Destacam-se também a Atualização da Rede de Transportes, que atualiza as práticas de monitoramento, planejamento e fiscalização do transporte coletivo; e o BRT com Dignidade, que recupera a qualidade do Sistema de BRT, através da recuperação da infraestrutura de terminais, da pavimentação dos corredores BRT e da intervenção no sistema. Promove-se dessa forma a redução de emissões em transporte rodoviário, decorrentes da redução da queima de combustível.



Figura 6: BRT Transbrasil em funcionamento. Fonte: Prefeitura do Rio (2024)

Na gestão do espaço urbano, a implantação do Distrito de Baixa Emissão de carbono (DBE) pela Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento (SMFP) no centro da cidade prevê mecanismos de incentivo ao transporte limpo, mobilidade ativa, a requalificação urbana sustentável dos espaços públicos, a melhoria da qualidade do ar, incremento da infraestrutura verde e ações complementares compensatórias, inclusive relativas a edificações e resíduos, de forma a induzir prioritariamente a redução de emissões em transporte rodoviário.

Na gestão de resíduos sólidos, a iniciativa Aterro Zero, realizada pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB), visa à redução dos resíduos destinados aos aterros sanitários, por meio da recuperação de materiais recicláveis e do aproveitamento energético de resíduos. A partir dessa abordagem, promove-se a valorização da fração orgânica dos resíduos sólidos urbanos no Ecoparque do Caju, além da coleta de resíduos orgânicos nas escolas municipais, contribuindo significativamente para a diminuição das emissões associadas ao manejo de resíduos sólidos.

A expansão do saneamento em comunidades da Zona Oeste, com impacto na redução de emissões de águas residuais e efluentes, está implementando a coleta de esgotamento sanitário em sistema separador absoluto e o encaminhamento destes efluentes às estações de tratamento. O programa atende às favelas, loteamentos irregulares e Áreas de Especial Interesse Social atendidas pelo Programa Bairro Maravilha Oeste na Área de Planejamento 5 (AP 5).

Nas áreas verdes, o programa Refloresta Rio promove a consolidação de áreas reflorestadas em diferentes locais da cidade por meio da manutenção necessária, tanto para o desenvolvimento das mudas plantadas, quanto para a regeneração natural da floresta, de forma a proteger o solo, abrigar a fauna e incrementar a biodiversidade. O estoque de carbono no solo é dessa forma preservado, reduzindo também as emissões de GEE.

O incremento de parques urbanos conta, por exemplo, com o Parque Realengo, que engloba a implantação de diferentes equipamentos para todas as idades e a utilização de soluções sustentáveis. O incremento das áreas verdes promove o aumento do estoque de carbono, com a redução de emissões de uso do solo.

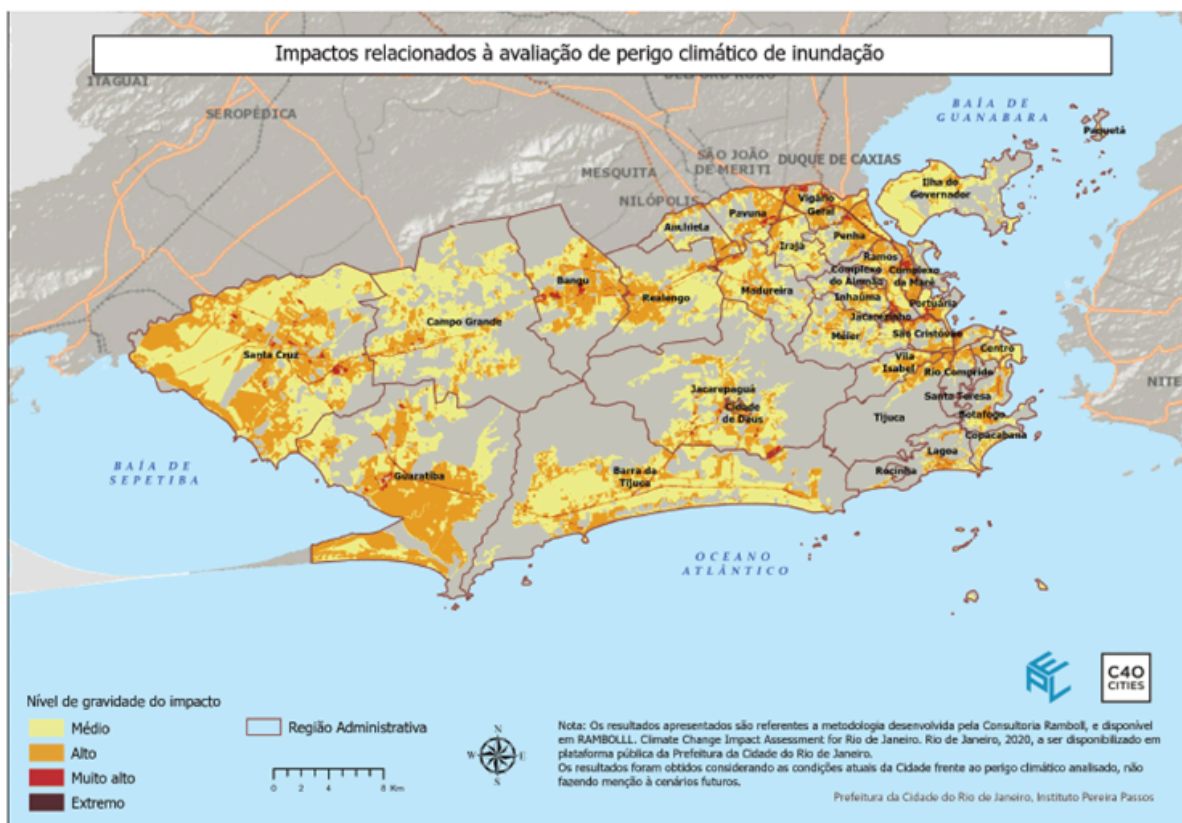
Na agricultura urbana, a ampliação do Programa Hortas Cariocas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC), com o objetivo de criar hortas em comunidades e escolas da rede municipal de ensino, de aumentar a produção de alimentos e de gerar novas oportunidades de trabalho por meio de mutirão remunerado, preserva o estoque

de carbono no solo ao evitar áreas impermeabilizadas, e assim também reduzindo as emissões de GEE.

O planejamento das ações de adaptação climática está relacionado ao conhecimento sobre os perigos climáticos a que a cidade está sujeita e à identificação precoce das regiões que poderão ser mais afetadas. Cabe destacar que o perigo climático refere-se à ocorrência potencial de um evento climático que possa induzir a um impacto físico sobre populações e sistemas. No contexto específico da cidade do Rio de Janeiro, os eventos climáticos extremos são aqueles que podem ser ocasionados por:



Inundações: afetando mais da metade da cidade, principalmente os bairros localizados em cotas mais baixas, traz mais desafios a pessoas com menor capacidade adaptativa, idosos, crianças e pessoas com deficiência.

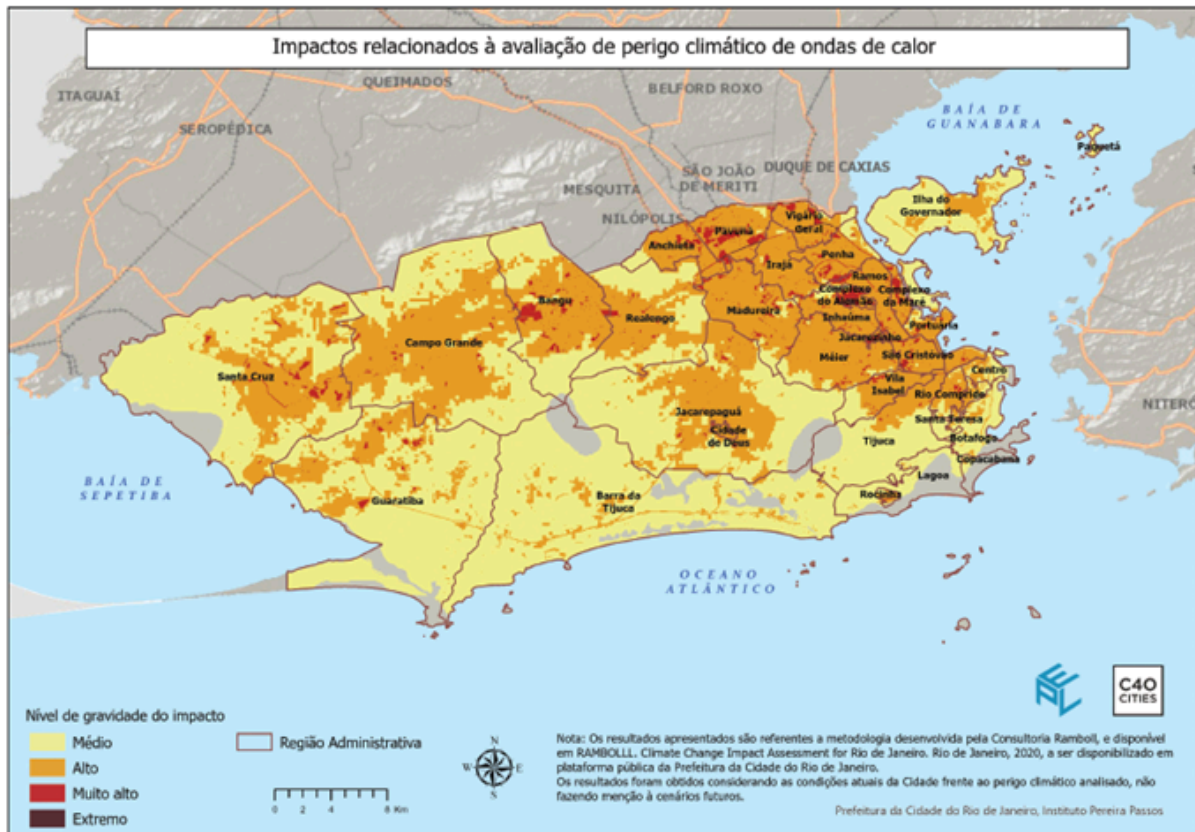


Fonte: Avaliação dos Impactos da Mudança Climática (Ramboll, 2020).

Figura 7: Mapa da cidade do Rio de Janeiro com o nível de gravidade do impacto relacionado à avaliação de perigo climático de inundação. Fonte: PDS (2021).



Ondas de calor: provocam impactos em grandes áreas da Zona Norte e também em outras regiões da cidade. Dentre os riscos, é o que impacta um maior número de pessoas, sendo particularmente perigoso a idosos, crianças e pessoas sem acesso a ambientes climatizados ou expostas ao tempo durante suas atividades diárias.

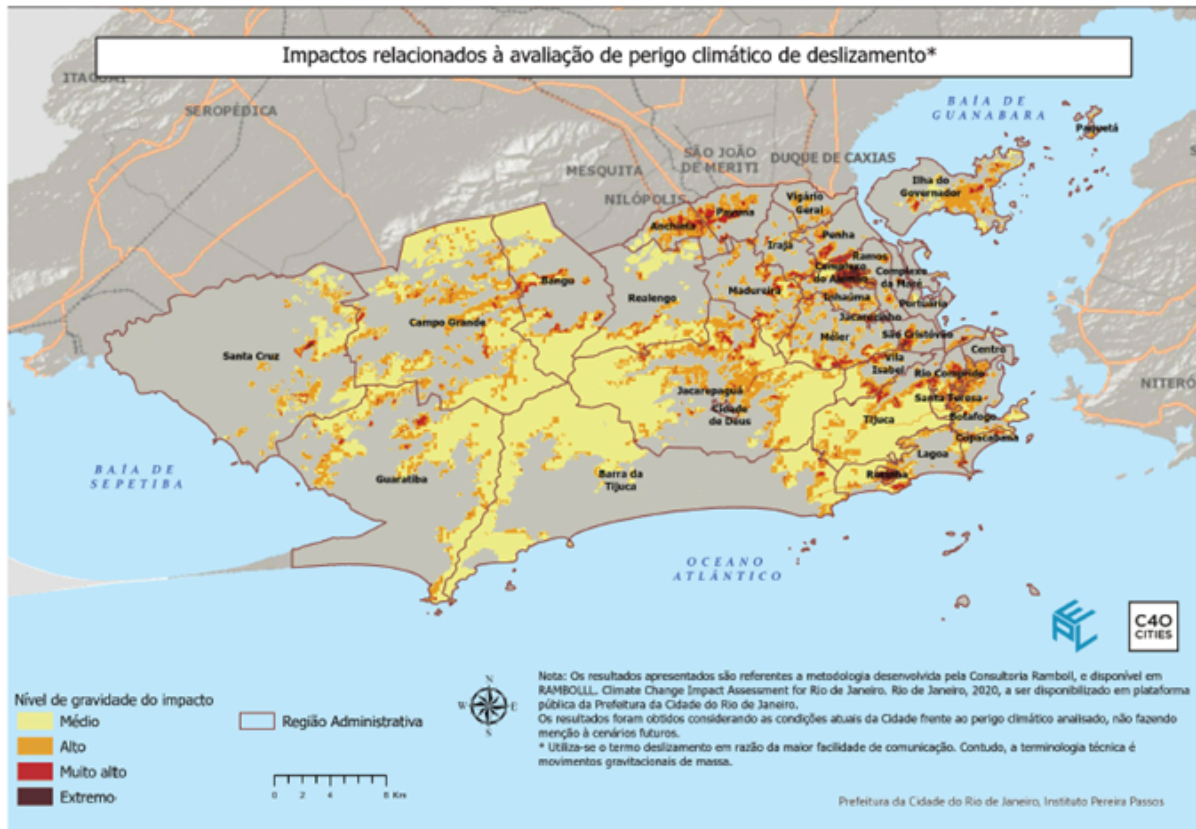


Fonte: Avaliação dos Impactos da Mudança Climática (Ramboll, 2020).

Figura 8: Mapa da cidade do Rio de Janeiro com o nível de gravidade do impacto relacionado à avaliação de perigo climático de ondas de calor. Fonte: PDS (2021).



Deslizamentos de terra: podem atingir cerca de 45% da cidade, geralmente em encostas com ocupação irregular, evidenciando o maior impacto para pessoas em bairros mais pobres.



Fonte: Avaliação dos Impactos da Mudança Climática (Ramboll, 2020).

Figura 9: Mapa da cidade do Rio de Janeiro com o nível de gravidade do impacto relacionado à avaliação de perigo climático de deslizamento, Fonte: PDS (2021).



Elevação do nível médio do mar: com avaliação baseada em projeções para 2080, não há possibilidade de avaliação de impacto atual. Entretanto, prevê-se que venha a afetar, aproximadamente, 10% da cidade. Com avanço lento quando comparado aos demais perigos, não deve causar danos físicos à saúde, como ferimentos e doenças, mas pode provocar estresse mental e ansiedade em adultos e danos estruturais à cidade.



Fonte: Avaliação dos Impactos da Mudança Climática (Ramboll, 2020).

Figura 10: Mapa da cidade do Rio de Janeiro com as áreas críticas para impactos relacionados ao perigo climático de elevação do nível do mar. Fonte: PDS (2021).

3. Análise histórica de eventos climáticos no período 2023-2024

Análise elaborada em conjunto com o Alerta Rio

Um levantamento realizado em conjunto com o Sistema Alerta Rio, órgão de previsão meteorológica gerenciado pela Fundação GEO-RIO presente no COR, aponta um crescimento na quantidade de dias com chuvas fortes que atingiram o município nos últimos anos, considerando o período compreendido entre os meses de novembro a abril, ou seja, o momento do ano mais chuvoso na região Sudeste. Essas chuvas são aquelas com volume acima de 50 milímetros no período de uma hora. A série histórica do Alerta Rio começa no ano de 1997. Desde então, foram 182 dias com registros de chuva muito forte, sendo 108 deles ocorridos a partir do ano de 2010.

HISTÓRICO DE CHUVAS INTENSAS Dias com precipitação acima de 50mm/1h

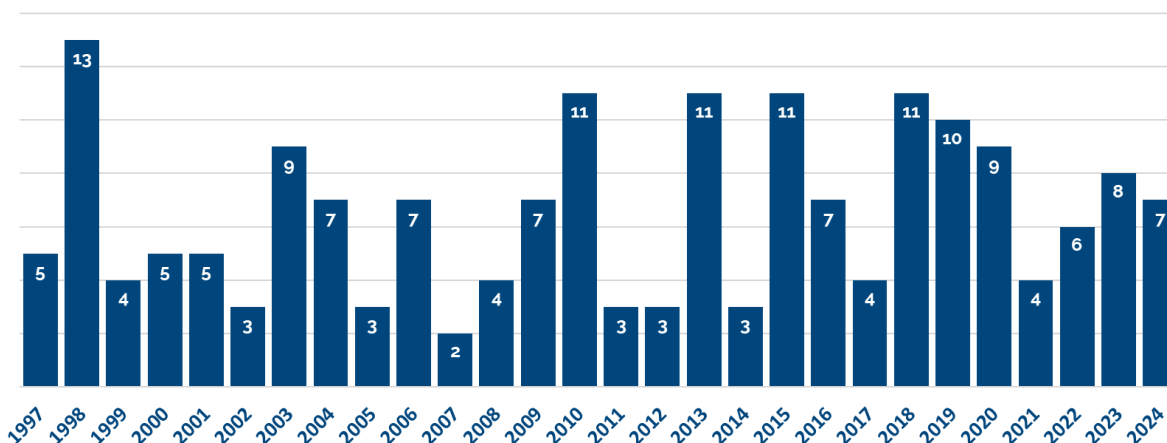


Figura 11: Número de dias com chuvas intensas (precipitação acima de 50mm/1h) em cada ano entre 1997 e 2024. Fonte: Adaptado do Alerta Rio (2024).

A partir do levantamento de dados (Figura 10), pode-se observar que os dias com chuvas mais intensas tornaram-se cada vez mais comuns e recorrentes no município. Entre os anos de 1997 a 2009, o ano de 1998 foi o único que contou com mais de 10 dias com registro de chuva muito forte (13 dias, ao todo).

O período analisado teve grande influência do fenômeno ENOS (El Niño Oscilação Sul). O El Niño "representa o aquecimento anormal das águas superficiais e subsuperficiais do Oceano Pacífico Equatorial" (Oliveira, 2001)³. Na sua fase positiva - El

³ OLIVEIRA, Gilvan. Você - o fenômeno climático. Livro-O El Niño e Você-o, 2001.

Niño, pode provocar chuva acima da média na Região Sul e abaixo das médias nas Regiões Norte e Nordeste. Na Região Sudeste, sua influência é mais significativa na temperatura, com temperaturas acima da média em anos de El Niño. Vale destacar que o El Niño pode provocar chuvas mal distribuídas na Região Sudeste, como observado no período chuvoso avaliado. Com meses muito secos e outros muito chuvosos.

Outra observação em relação à Região Sudeste, é a temperatura da superfície do mar (TSM) do Oceano Atlântico, que é mais determinante no que diz respeito à chuva do que o próprio El Niño, principalmente no verão. Isso é válido também em outras Regiões do Brasil, onde fatores de variabilidade locais têm grande peso no regime de chuvas.

A Organização Meteorológica Mundial (OMM), no seu relatório "O estado do clima em 2023", salientou que nunca o mundo viveu uma situação com tantos eventos climáticos extremos e recordes. Os dados históricos do Alerta Rio corroboram com essa visão, tendo em vista que, ao analisar o verão 2023-2024, o mês de janeiro destaca-se por ter atingido o maior acumulado da série histórica, tendo registrado, ao todo, 348,88 mm.

Em contrapartida, no mesmo período em que se registraram o mês mais chuvoso da série histórica (janeiro) e o mês de outubro mais chuvoso, tivemos também o mês de abril como o mais seco de todos os meses da série histórica e o segundo dezembro mais seco da série histórica. A Figura 11, abaixo, ilustra graficamente a diferença entre a média acumulada mensal do período em questão (barra em azul escuro) e a média acumulada histórica (barra em azul claro), tendo se destacado expressivamente o volume de chuva em janeiro e a baixa precipitação em abril.

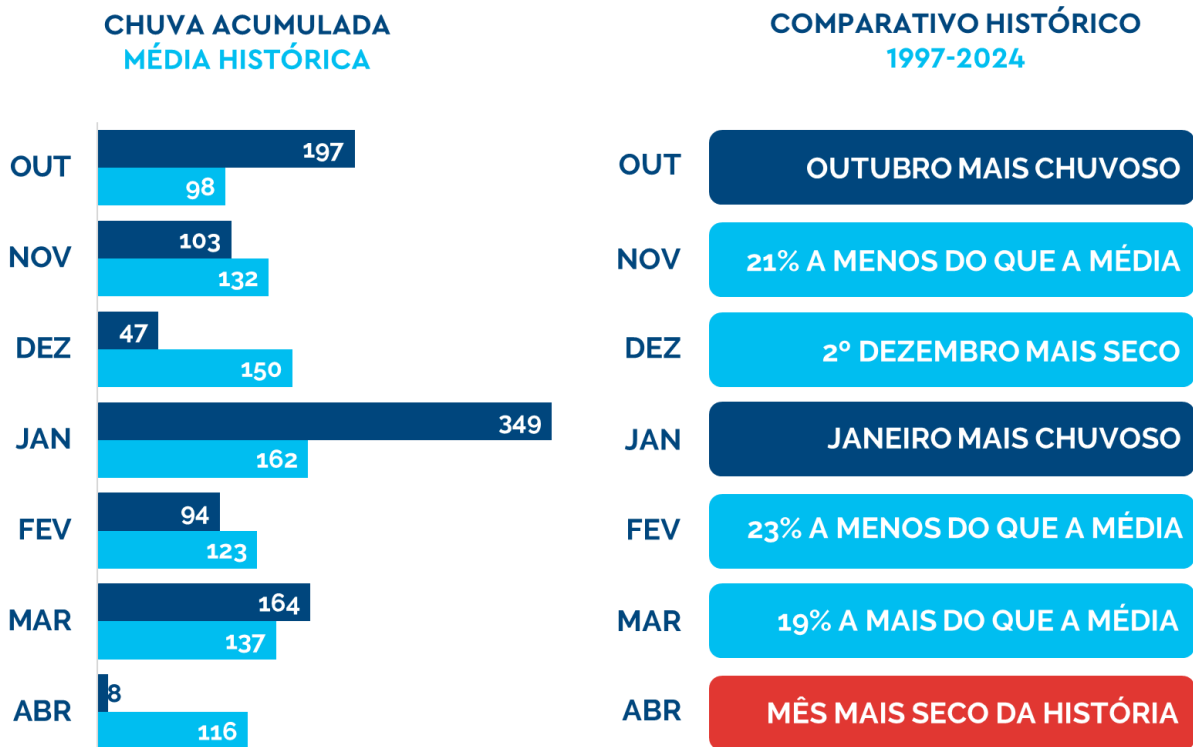


Figura 12: Dados mensais sobre a média histórica da chuva acumulada no período de outubro a abril e o comparativo histórico entre 1997 e 2024. Fonte: Adaptado do Alerta Rio (2024).

Podemos, pois, conjecturar que houve uma excepcionalidade em relação ao início do período chuvoso, se comparado com os dados pluviométricos dos anos anteriores. Em outras palavras, pode-se dizer que houve uma antecipação desse período, uma vez que começou em outubro de 2023 e terminou em março de 2024, em vez de abril. Vale mencionar, ainda, que o mês de fevereiro não registrou nenhum dia com chuva muito forte (acima de 50mm/h) enquanto no verão de 2022/2023 o mês fora o mais chuvoso. Logo, o verão 2023-2024 foi marcado por contrastes, extremos e recordes.

Tais mudanças climáticas evidenciam a indispensabilidade da atuação do COR como forma de envidar esforços para adaptar a cidade às mudanças climáticas, assim como aos eventos meteorológicos extremos advindos destas.

4. Qual o cenário previsto para o período 2024-2025?

Análise elaborada em conjunto com o Alerta Rio

O Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) em conjunto com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME) realizam a previsão climática sazonal, a cada três meses, para o país. De acordo com a previsão probabilística de precipitação em três categorias produzida com o método objetivo, para o trimestre dezembro-janeiro-fevereiro de 202-2025 (DJF), a previsão de chuva para o estado do Rio de Janeiro é de probabilidade maior de chuva acima da média, podendo ser dentro da média na cidade. Quanto às temperaturas, conforme observado na Figura 12, os modelos climáticos indicam maior probabilidade de temperaturas acima da média climatológica.

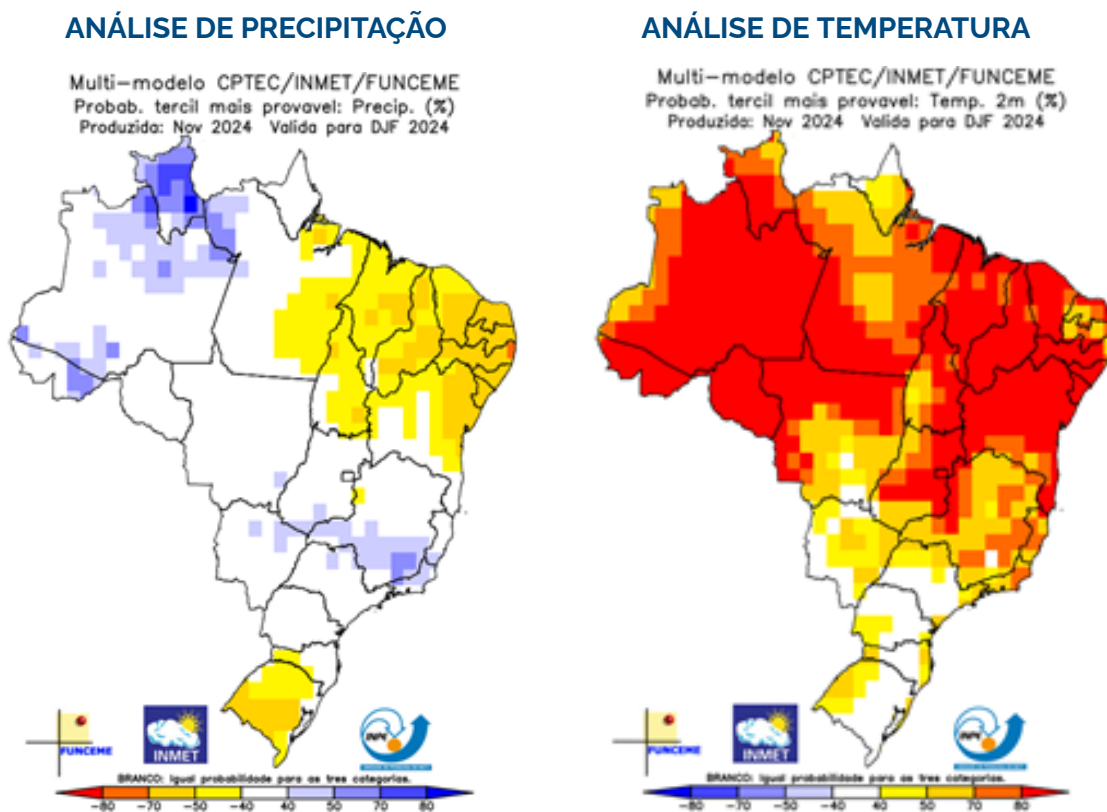


Figura 13: Previsão Climática sazonal por tercil (categorias abaixo da faixa normal, dentro da faixa normal e acima da faixa normal). As áreas em branco indicam igual probabilidade para as três categorias. Fonte: CPTEC/INPE, INMET e FUNCEME (2024).

Comparando com o verão passado, onde havia forte El Niño, é mais provável que não tenhamos um verão tão quente quanto o anterior, visto que este fenômeno influencia nas temperaturas da Região Sudeste.

A Figura 13 apresenta um gráfico gerado com base em previsões do modelo do Instituto Internacional de Pesquisa para o Clima e Sociedade (IRI), da Universidade de Columbia, para eventos ENOS de novembro de 2024. Os três possíveis estados ENOS são indicados pelas barras: azul para La Niña; cinza para condições neutras; e vermelho para El Niño. As linhas correspondem às médias históricas de cada estado. O eixo X (*Season*) indica os trimestres em sequência, começando pelo período de novembro, dezembro e janeiro (NDJ) e terminando no período de julho, agosto e setembro (JAS); por outro lado, o eixo Y (*Probability %*) mostra a probabilidade de ocorrência de cada estado ENOS. Na área destacada do gráfico, as barras azuis no período NDJ a FMA (novembro a abril) indicam maior probabilidade de La Niña, enquanto a probabilidade de El Niño e condições neutras são menores. Em outras palavras, pode-se dizer que a previsão para o verão de 2024-2025 é de probabilidade quase igual à de Neutralidade ou La Niña.

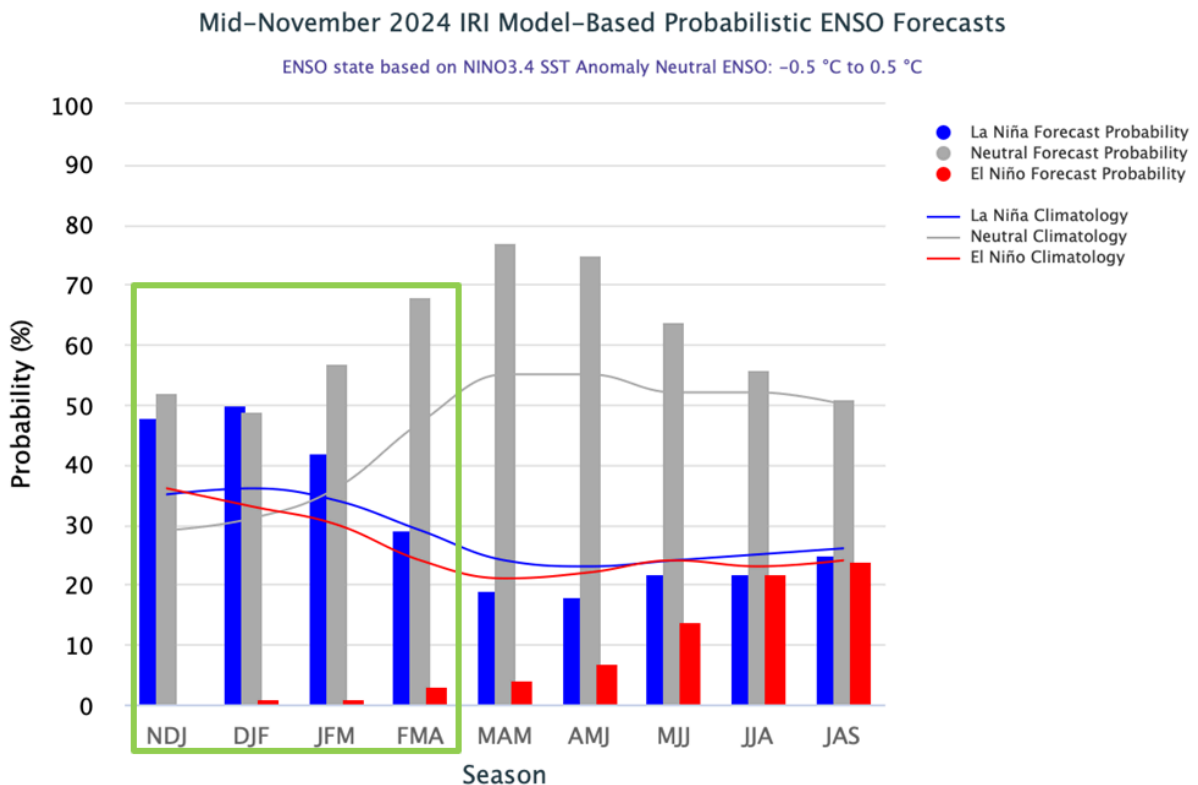


Figura 14: Previsões probabilísticas baseadas em modelos IRI para eventos ENOS de novembro de 2024. Fonte: IRI da Universidade de Columbia (2024).

Os meteorologistas do Alerta Rio ressaltam que uma análise trimestral está sujeita a incertezas, principalmente na Região Sudeste, sendo importante acompanhar os modelos subsazonais (de até um mês à frente). Sendo assim, a última atualização do modelo subsazonal do CPTEC indica temperaturas acima da média entre 27 de novembro e 03 de dezembro e dentro da média entre os dias 4 de dezembro e 24 de dezembro (quase todo o restante do mês). Quanto às chuvas, os modelos indicam um sinal de precipitação acima da média entre os dias 11 e 17 de dezembro.

O fenômeno El Niño-Oscilação Sul (ENOS) influencia principalmente as temperaturas na Região Sudeste, com tendência de valores abaixo da média em eventos de La Niña e acima da média em eventos de El Niño. Quanto à chuva, outros fatores influenciam, inclusive a TSM do Atlântico.

5. Principais iniciativas da cidade

A Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio dos seus principais órgãos operacionais, aproveita o interstício entre os períodos de maior risco de eventos climáticos extremos na cidade para o desenvolvimento e implementação de uma série de ações de preparação da cidade com o objetivo de mitigar os impactos. Desde 2021, foram realizadas mais de 400 iniciativas categorizadas em prevenção ou resposta aos riscos climáticos. Para a estratégia atual foi incluída a categoria de "novas estratégias em teste", que pode estar associada à prevenção ou à resposta. Segue abaixo a descrição de cada categoria de iniciativa.



Prevenção: Iniciativas realizadas para reduzir a probabilidade de um perigo acontecer ou reduzir seus impactos. Como exemplo podemos citar o aprimoramento de protocolos, realização de simulados, campanhas de conscientização, projetos de infraestrutura e demais ações preventivas.



Resposta: Iniciativas para o momento em que o perigo já se concretizou. Por exemplo, processos e ferramentas de monitoramento, avaliação de cenário, comunicação de emergência e redução de impactos.



Novas estratégias em teste: Iniciativas que estarão em teste no período do Plano Verão (nov/24 até abr/25). Ou seja, novos processos, protocolos, ferramentas ou equipamentos que serão avaliados durante o período tanto para prevenção quanto para resposta a perigos, visando utilização plena nos próximos anos.

Separamos nas próximas páginas as principais iniciativas realizadas para o período tratado nesta edição, identificando sua(s) categoria(s) e risco(s) climático(s) associado(s).

5.1 Rios Cariocas



O programa Rios Cariocas da RIO-ÁGUAS abrange toda a cidade e garantiu desde 2021 a limpeza e desassoreamento em mais de 420 km de extensão dos rios que passam pelo município, dos quais foram retiradas mais de 1,5 milhão de toneladas de material do fundo dos canais. Apenas em 2024 foram retiradas mais de 300 mil toneladas de resíduos, contribuindo para a fluidez dos cursos hídricos e mitigando inundações ocasionadas pelas fortes chuvas que costumam impactar a cidade no período.

Órgão envolvido na iniciativa: Rio-Águas

5.2 Fábrica de Ralos



O programa Fábrica de Ralos promove intervenções na cidade para melhorar o escoamento das águas pluviais em pontos mapeados pelo COR e em locais com grandes redes de drenagem já implantadas. Foram concluídos mais de 120 ralos e mega ralos na cidade, dos quais 65 pontos de alagamento mapeados pelo COR foram beneficiados. Mais de 20 bairros foram beneficiados nas zonas Norte e Oeste da cidade.

Órgãos envolvidos na iniciativa: Rio-Águas; COR.

5.3 Melhorias no sistema de drenagem



Neste ano foram realizadas diversas intervenções na região mais afetada do último período chuvoso, no entorno dos Rios Pavuna e Acari, como, por exemplo, o desassoreamento de trecho do rio Pavuna, entre a Via Light e a Rua Cícero e a canalização de 690 metros de rio, dos quais 452 metros em canal aberto e o restante em galeria fechada. Além disso, foram implementadas melhorias ou novos sistemas em trechos dos bairros de Campo Grande, Cosmos, Ilha do Governador, Jacarepaguá, Jardim Maravilha, Madureira, São Conrado, Vila Valqueire, Padre Miguel, Realengo, Rocha Miranda, Santa Cruz, Santíssimo, Vila Isabel, entre outros.

Órgão envolvido na iniciativa: Rio-Águas; SMI.

5.4 Operação Ralo Limpo



A Operação Ralo Limpo representa uma ação estratégica para diminuir os impactos de fortes chuvas na cidade, mitigando o surgimento de bolsões ou reduzindo seu tempo de escoamento. A operação se inicia com o processo de mapeamento de pontos suscetíveis à formação de bolsões. O levantamento dos bolsões mais recorrentes é feito anualmente pelo COR com base nos dados aferidos nos dois últimos períodos chuvosos. Com esta lista é realizado um cronograma de ações de limpeza e manutenção dos sistemas de drenagem. Durante todo o ano, a COMLURB faz a limpeza das caixas de ralo da cidade para a retirada de folhas, lama e diversos tipos de detritos, e a SECONSERVA as galerias pluviais. De janeiro a setembro de 2024 foram 538.131 ralos limpos. Em outubro - primeiro mês da operação - foram limpas 770 caixas de ralos.

Órgãos envolvidos na iniciativa: COMLURB; COR; SECONSERVA; SMTR; SME; RIO-ÁGUAS.

5.5 Reforço de serviços de limpeza



Além dos serviços voltados para limpeza da orla no programa Praia Limpa, a COMLURB vai reforçar durante o período a limpeza das escadas hidráulicas e de caixas de contenção em diversas comunidades, o serviço de roçada em áreas gramadas de pontos turísticos e de limpeza de resíduos flutuantes no sistema lagunar de Jacarepaguá, Lagoa e Pier Mauá, em atenção ao período de temporada de navios. A Secretaria Municipal de Conservação complementa a atuação realizando a limpeza de galerias pluviais em diversos logradouros da cidade.

Órgão envolvido na iniciativa: COMLURB; SECONSERVA.

5.6 Projeto de Naturalização da Lagoa Rodrigo de Freitas Parque do Cantagalo



O objetivo do projeto é incorporar áreas ao perímetro da Lagoa Rodrigo de Freitas, que ficam constantemente alagadas, em frente ao Parque do Cantagalo e no Parque dos Patins, oficializando o novo traçado para a ciclovia e fazendo a readequação

ambiental desses trechos. O trecho na altura do Parque do Cantagalo foi concluído. Ambos os trechos foram concluídos e totalizaram cerca de 2.500 metros quadrados de área naturalizada.

Órgão envolvido na iniciativa: Rio-Águas.

5.7 Novo Radar Meteorológico



Com tecnologia mais moderna e importado da Finlândia, o novo radar no Mendanha pretende ampliar a capacidade da cidade na previsão do tempo de curto prazo. O equipamento, de tecnologia banda "X" e modelo WRS400, também contribui para uma leitura mais completa dos núcleos de chuva, sendo, inclusive, capaz de prever a possibilidade de chuva de granizo. O alcance do novo equipamento é de 150 quilômetros e cobre as zonas de sombra do primeiro radar em operação, desde 2010, fazendo com que o território municipal do Rio esteja completamente coberto por radares meteorológicos. Os dados gerados pelo novo radar já estão sendo utilizados em projetos de previsão meteorológica com uso de Inteligência Artificial.

Órgãos envolvidos na iniciativa: COR; ALERTA RIO.

5.8 Sistema de detecção de raios



É uma ferramenta de monitoramento de raios (*Sferic Maps*) que permite a previsão de curto prazo acerca da ocorrência de raios sobre a cidade e auxilia na estimativa da velocidade de deslocamento de tempestades, direção e intensidade da chuva, complementando as informações de radares e satélites meteorológicos. Com essa tecnologia, o município do Rio de Janeiro poderá antecipar a previsão de tempestades e melhorar a tomada de decisão em momentos de chuva forte.

Órgãos envolvidos na iniciativa: COR; ALERTA RIO.

5.9 Bairro Maravilha Oeste e Norte



O programa Bairro Maravilha promove obras de saneamento, pavimentação, calçamento, drenagem para escoamento de água da chuva e acessibilidade, nas

seguintes áreas: Barreira, Santa Maria, Loteamento Vila Verde, Comunidade Prado Junior, Comunidade Vila Brasil, Rocha Miranda, Comunidade Vila União, Caminho Poder da Boa Vontade, Loteamento Campo Verde, Loteamento Campo Verde, Bosque Flor Do Cida, Comunidade Fumacê, Rua Amaro Cavalcante, Loteamento da Estrada Rio São Paulo N° 3.791, Comunidade Green Vile, Comunidade Vale Dos Eucalptos - Fase II e Comunidade Campo Do Saco.

Órgão envolvido na iniciativa: SMI.

5.10 Obras de contenção de encostas



Desde 2021, a Prefeitura do Rio já realizou mais de 180 obras de contenção e mitigação de risco em encostas em diversos pontos da cidade. Entre as últimas entregas, podem-se citar as intervenções no Morro do Engenho da Rainha; no Morro da Pedreira, em Costa Barros; em Santa Teresa; e na Av. Brasil, em Guadalupe.

Órgão envolvido na iniciativa: GEO-RIO.

5.11 Sistema de Alerta e Alarme



Atualmente, o maior projeto da Defesa Civil é o Sistema de Alerta e Alarme, mais conhecido como o Sistema de Sirenes. Instalados em 103 comunidades, os 164 conjuntos sonoros foram posicionados em áreas de alto risco geológico, conforme estudo desenvolvido pela GEO-RIO. Para que os moradores possam se adaptar, a Defesa Civil faz os chamados "exercícios simulados", que consiste num treinamento para a população dentro do programa Rio pela Redução do Risco de Desastre (3RD). Assim, quem reside nesses lugares passa a conhecer onde ficam os pontos de apoio - cerca de 200 locais na cidade - e a se familiarizar com os toques das sirenes. O acionamento dos equipamentos ocorre de forma remota a partir do COR.

Órgãos envolvidos na iniciativa: SUBPDEC; SME.

5.12 Rio pela Redução do Risco de Desastre (3RD)



O Projeto 3RD visa ao fortalecimento da integração entre órgãos da administração pública para o desenvolvimento de ações contínuas, integradas, permanentes e interdependentes de gestão de riscos (prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação) para o fomento à Segurança Comunitária e ao aprimoramento da qualidade da resposta do município frente à situações de ameaças, vulnerabilidades e desastres, de forma a promover maior resiliência da cidade. As agências participam integradamente das seguintes ações:

- Participação em Simulados Integrados nas comunidades: Parque Vila Isabel, Morro dos Macacos, Morro dos Prazeres, Morro do Fogueteiro, Morro do Andaraí, Morro do Jamelão, Morro do Vidigal, Chácara do Céu, Fazenda Catete, Vila Pereira da Silva;
- Mapeamento de Alojamentos Provisórios junto à Rede de Prevenção e Resposta à Crise, conforme áreas estratégicas do projeto;
- Participação nas reuniões da Rede de Prevenção e Resposta à Crise e das reuniões do 3RD;
- Treinamento das equipes operacionais para desenvolvimento de melhores práticas.

Órgãos envolvidos na iniciativa: SUBPDEC; COR; SMAS; SME; SMS; SMC; SMEL; SMH; IPP; SMI; SEOP; GM-Rio; SMAC; SMTR; SECONSERVA; COMLURB; RIO-ÁGUAS.

5.13 Projeto de mobilização para proteção escolar (PROMOPE)



Desenvolver e aplicar protocolo para adoção de medidas de prevenção, mitigação e de ações de resposta dinâmicas, seguras e organizadas diante de eventos adversos nas unidades escolares da SME, principalmente localizadas em áreas de risco de deslizamento de terra, alagamentos e inundações, visando evitar ou reduzir os danos materiais e humanos.

Órgãos envolvidos na iniciativa: SME; SUBPDEC.

5.14 Defesa Civil nas escolas (PDCE)



Capacitar os educadores em Proteção e Defesa Civil para atuarem como multiplicadores e disseminadores dessa doutrina em suas respectivas classes, estimulando o aumento da percepção de risco e a prática do comportamento de autoproteção e resiliência, com vistas à redução do risco de desastres e acidentes dentro e fora da escola.

Órgãos envolvidos na iniciativa: SME; SUBPDEC.

5.15 NUPDEC Saúde



Com foco na qualificação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Vigilância em Saúde (AVS), o curso NUPDEC Saúde é um plano de fortalecimento das ações de identificação e prevenção de risco, articulações e ações intersetoriais para a garantia do cuidado integral e capacidade de resposta em tempo oportuno perante as ocorrências de desastres no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

Órgãos envolvidos na iniciativa: SMS; SUBPDEC.

5.16 Plano Municipal de Contingência de Desastres Naturais



Elaborado pela SMS, o documento estabelece ações de resposta às Emergências em Saúde Pública (ESP) relacionadas aos desastres de origem natural, abrangendo ações de vigilância, assistência, prevenção e controle de doenças e agravos à saúde. A SMS atua fortemente na área de Vigilância em Saúde e na Atenção Primária, por meio de ações e serviços de promoção, prevenção, assistência de urgência e emergência, reabilitação e tratamento de doenças, colocando em prática um conjunto articulado de ações destinadas a controlar e minimizar determinantes, riscos e danos à saúde da população no território.

Órgãos envolvidos na iniciativa: SMS.

5.17 Proteção Social em Situações de Emergências Socioassistenciais



Elaborado pela SMAS, o documento define ações de resposta às emergências socioassistenciais relacionadas aos diversos tipos de desastres com impacto em domicílios vulneráveis, com objetivo principal de promover seguranças sociais previstas pela política de assistência social para suporte às famílias impactadas, garantindo o acolhimento institucional ou em alojamentos provisórios, a provisão de necessidades humanas básicas, condições para o desenvolvimento de autonomia e a articulação da rede de políticas públicas e socioassistencial, em resposta às demandas identificadas.

Órgãos envolvidos na iniciativa: SMAS.

5.18 Aplicativo Escola Segura



Desenvolvido pela SME, o aplicativo permite que os gestores de todas as unidades escolares possam registrar notificações diversas, por exemplo, enchentes, inundações, alagamentos e suas consequências.

Órgãos envolvidos na iniciativa: SME.

5.19 Matriz de atividades e responsabilidades para riscos climáticos



A matriz de atividades e responsabilidades para riscos climáticos é uma ferramenta estratégica utilizada para identificar, avaliar e organizar ações que devem ser tomadas diante de eventos climáticos extremos, como fortes chuvas e ondas de calor. Essa matriz visa assegurar que todas as áreas da organização ou comunidade estejam preparadas para lidar com os impactos dessas situações e que as responsabilidades estejam precisamente definidas. A elaboração contou com a participação de cerca de 26 agências e órgãos.

Órgãos envolvidos na iniciativa: ALERTA RIO; AEGE; CET-RIO; COMLURB; COR; SUBPDEC; GEO-RIO; GM-RIO; IPP; RIOÁGUAS; RIOLUZ; SEAC; SECONSERVA; SEOP; SMAS; SMC; SME; SMEL; SMH; SMI; SMPDA; SMS; SMTR; SMAC; SUBPREFEITURAS.

5.20 Enlaces de comunicação



Parte importante da resiliência da cidade está na estratégia de comunicação entre o COR e as agências operacionais, sejam elas da própria Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro ou de outras esferas de governo e concessionárias de serviços públicos. Por isso, o COR atualiza seus enlaces de comunicação previamente ao período de maiores riscos climáticos. Os contatos são separados por nível: operacional, tático e estratégico. A depender do nível do risco ou anomalia, o nível adequado será acionado pelo COR.

Órgãos envolvidos na iniciativa: AEGE; ÁGUAS DO RIO; ALERTARIO; CASA MILITAR; CBMERJ; CCPAR; CET-RIO; COMLURB; COR; CVL; GM-RIO; IPP; MOBI-RIO; NATURGY; PCERJ; RIO ÔNIBUS; RIO-ÁGUAS; RIOLUZ; RIOONIBUS; SEAC-RIO; SECONSERVA; SEOP; SMAC; SMAS; SMCE; SME; SMEL; SMH; SMI; SMPF; SMS; SMTR; SUBPDEC; SUBPREFEITURAS; SUPERVIA

5.21 LHASA Rio - Parceria NASA



É o Modelo Avaliação de Perigos de Deslizamento para Consciência Situacional (LHASA Rio) que monitora os riscos de deslizamentos de terra na cidade. O Rio foi a primeira implementação local e operacional do modelo global de deslizamento de terra da NASA. Hoje, o modelo é usado pelo COR como um dos parâmetros de deflagração para decidir se a cidade muda seu nível operacional durante os eventos de chuva.

Órgãos envolvidos na iniciativa: IPP; GEO-RIO.

5.22 Rio Flood Model (RioFM) - Parceria NASA



Modelo Avaliação de Perigos de Deslizamento para Consciência Situacional (LHASA Rio), que monitora os riscos de deslizamentos de terra na cidade. O Rio foi a primeira implementação local e operacional do modelo global de deslizamento de terra da NASA. Hoje, o modelo é usado pelo COR como um dos seus gatilhos para decidir se a cidade muda seu nível operacional durante os eventos de chuva.

Órgãos envolvidos na iniciativa: IPP; GEO-RIO

5.23 Projeto Rio NowCast



Parceria de acordo de cooperação técnica firmada entre o COR, o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) e o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) que prevê a criação de modelos preditivos, capazes de prever com maior assertividade eventos extremos, como grandes chuvas. Pretende-se utilizar inteligência artificial, como aprendizado de máquina, para combinar as mais diversas fontes de dados, produzidos por satélites, radares, pluviômetros, sondas atmosféricas, entre outras informações, e aprimorar as previsões meteorológicas na cidade do Rio de Janeiro. Visa, também, à formação de profissionais e pesquisadores especializados no desenvolvimento de metodologias e ferramentas avançadas de previsão de condições meteorológicas extremas.

Órgãos envolvidos na iniciativa: COR; ED; LNCC; CEFET/RJ; GEO-RIO; ALERTA RIO.

5.24 Parceria com Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA)



O Escritório de Dados (ED) da Prefeitura do Rio de Janeiro realizou uma parceria com o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) para monitorar fenômenos meteorológicos na cidade. Foi desenvolvido um modelo de inteligência artificial capaz de prever, com mais exatidão e em curto prazo, a hora de uma chuva ou tempestade. O modelo foi integrado a uma plataforma de visualização construída pelo ED e que será posteriormente utilizada para testes de outros modelos, como os desenvolvidos no projeto Rio NowCast.

Órgãos envolvidos na iniciativa: ED; ALERTA RIO; IMPA.

5.25 Plano de contingência de transporte



A SMTR possui um plano de contingência de resposta a emergências, como fortes chuvas, com o objetivo de mitigar os seus efeitos decorrentes, visando à preservação da integridade dos usuários e a continuidade do Sistema de Transporte Público de Passageiros por meio de Ônibus (SPPO). No plano, são mapeadas vias com risco de

alagamento, linhas de ônibus afetadas e rotas alternativas para o caso de fechamento de ruas. Além disso, a SMTR determina o aumento do número de viagens das linhas de ônibus que operam nas orlas da cidade durante os fins de semana em que há previsão de sol. Esse reforço na operação ocorre entre 12h e 21h.

Órgãos envolvidos na iniciativa: SMTR.

5.26 Protocolo de interdição de vias



Uma das preocupações durante o período chuvoso é evitar a circulação dispensável de cidadãos por vias com alto risco hidrológico, como inundações ou alagamentos, ou geológicos, como deslizamentos de solo e rochas. Dessa forma, a GEO-RIO, RIO-ÁGUAS, Alerta Rio, CET-RIO, GM-RIO e COR envidaram esforços para elaborar o protocolo de interdição de vias, o qual define os parâmetros, o desenvolvimento de fluxos de informação e de ação para cerca de 20 logradouros da cidade.

Órgãos envolvidos na iniciativa: CET-RIO; GM-RIO; GEO-RIO; RIO-ÁGUAS.

5.27 Imagens de Satélite para monitoramento da cidade e resposta a desastres



Imagens aéreas e de satélite são importantes instrumentos para auxiliar na resposta à desastres, permitindo rápido diagnóstico de áreas afetadas, e neste contexto usamos do Acordo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura do Rio e a NASA para obter apoio na obtenção de dados extraídos sobre, por exemplo, áreas que sofreram deslizamentos ou inundações. Imagens obtidas pela NASA foram usadas para mapear as cicatrizes de deslizamentos das chuvas de fevereiro e abril de 2019, ocorridas no Rio de Janeiro. Esse apoio já chegou até ao estado do Rio Grande do Sul, durante a tragédia do início deste ano, quando técnicos do IPP obtiveram mapeamento de deslizamentos que afetaram a região serrana do Rio Grande do Sul, que foram entregues às prefeituras locais por meio de técnicos da Fundação Geo-Rio e Defesa Civil Municipal, que estiveram no local.

Órgãos envolvidos na iniciativa: IPP; GEO-RIO.

5.28 Protocolo de ressaca



A COMLURB está preparada para atuar em situações de emergência decorrentes das mudanças climáticas e aumento do nível do mar, como os eventos mais frequentes de ressaca, que podem causar erosão significativa nas praias, danificar estruturas, representando riscos à segurança das pessoas, ao patrimônio e ao meio ambiente. A COMLURB desenvolveu um protocolo para atuação em ressacas, incluindo limpeza durante e depois da ressaca, raspagem e varrição manuais e mecanizadas em calçada, ciclovia e pistas, além de lavagem hidráulica. O protocolo de atendimento inclui, ainda, a limpeza de lixo de maré, isto é, resíduos trazidos pelas marés, indevidamente descartados em encostas, rios e canais. Cabe salientar que a limpeza durante e depois da ressaca de maré é um processo fulcral para restaurar as áreas afetadas e minimizar os impactos ambientais.

Órgãos envolvidos na iniciativa: COMLURB; CET-RIO; GM-RIO.

5.29 Refloresta Rio



É uma iniciativa reconhecida por ter inovado ao incorporar a participação direta de moradores das comunidades na realização dos plantios em regime de mutirão remunerado. O Refloresta Rio é administrado por técnicos municipais no comando de várias equipes que, juntas, somam aproximadamente 500 trabalhadores. Por meio da parceria entre o Poder Público e as associações de moradores, a iniciativa foi responsável pela recuperação de grandes áreas naturais degradadas em diversas comunidades, uma vez que implantou novas frentes e realizou a manutenção das árvores já plantadas. Em 2024, o projeto avançou para as seguintes áreas: Alto dos Teixeiras, na Taquara; Parque Dois Irmãos; Morro do Urubu; Bairro União, em Cosmos; e Cachoeira Grande, em Lins de Vasconcelos.

Órgão envolvido na iniciativa: SMAC.

5.30 Corredores Verdes



O Programa Corredores Verdes é uma iniciativa de arborização de logradouros no município do Rio de Janeiro, com foco em bairros que apresentam as mais elevadas temperaturas (ilhas de calor), visando reduzir a sensação térmica, proporcionar sombreamento em calçadas e ruas, além de incorporar espécies nativas à vegetação urbana. Entre os objetivos estão o aumento da biodiversidade, a melhoria da qualidade do ar e a conexão de áreas verdes, como praças, parques, reservas naturais e unidades de conservação, trazendo benefícios paisagísticos à população, com espaços mais convidativos para caminhadas, ciclismo e contemplação, contribuindo para o bem-estar e a qualidade de vida dos moradores. Foram implantados corredores verdes em Bangu, Guaratiba, Complexo do Alemão e Irajá.

Órgão envolvido na iniciativa: SMAC.

5.31 Criação e recuperação de grandes parques



Ao todo na atual gestão, foram entregues oito grandes áreas de lazer pela Fundação Parques e Jardins, Secretaria Municipal de Conservação e Empresa Municipal de Urbanização (Rio-Urbe). São áreas de integração da comunidade, preparadas para reduzir o calor e preservar o meio ambiente, e locais atraentes para a prática de esportes e atividades físicas e artísticas. Parques entregues ou recuperados à população: Parque Rita Lee, Parque Esperança, Parque Linear Isabel Domingues, Quinta da Boa Vista, Parque Lúcio Costa, Peter Pan, Garota de Ipanema e Parque Natural Municipal Dois Irmãos.

Órgãos envolvidos na iniciativa: FPJ; SMS.

5.32 Protocolo de Calor



A Prefeitura do Rio de Janeiro instituiu a classificação dos Níveis de Calor (NC) em cenários de risco relacionados ao calor extremo para definição de protocolos de ação no âmbito do município. O trabalho, conduzido pelo COR, SMS e SMAC estabeleceu métricas para os cinco níveis de calor. Os três primeiros níveis reforçam a

comunicação da prefeitura sobre o risco e orientam a população com ações necessárias para reduzir o risco de *stress* térmico, já os últimos dois níveis incluem ações operacionais, como a abertura de pontos de resfriamentos públicos. O COR tem a responsabilidade de monitorar os NC. A SMS publicou o Protocolo de Enfrentamento ao Calor Extremo (Anexo III) com o objetivo de mitigar os riscos à saúde da população e assegurar o atendimento adequado.

Órgãos envolvidos na iniciativa: SMS; COR; SMAC.

5.33 Pontos de Resfriamento



O programa visa à disponibilização de áreas públicas à população para o enfrentamento do calor extremo. Os pontos serão informados pelo COR nos dias em que a cidade estiver nos maiores níveis de calor, isto é, NC4 e NC5. Os locais que fazem parte do programa são arejados ou climatizados para que possam proporcionar o resfriamento corporal e hidratação à população em dias de temperaturas extremas. Foram definidos como equipamentos públicos elegíveis algumas Naves do Conhecimento, parques públicos e Vilas Olímpicas, todos com acesso a banheiros e bebedouros.

Órgãos envolvidos na iniciativa: SMS; COR; SMAC.

5.34 Atendimento a sintomas de calor extremo



A depender do Nível de Calor (NC) registrado, a SMS poderá ativar centros de hidratação nas unidades de APS (Atendimento Primário à Saúde) e intensificar a articulação entre os dispositivos da RAS (Redes de Atenção à Saúde) e com outras instituições para a coordenação do cuidado. Ampliar-se-á, também, a oferta de estações de hidratação ou distribuição de água nos locais de acolhimento das populações mais vulneráveis.

Órgão envolvido na iniciativa: SMS.

5.35 Programa Praia Limpa



Durante o verão e em feriados de muito sol, a COMLURB intensifica a limpeza das praias do Rio e investe na conscientização durante o verão. No programa Praia Limpa, a COMLURB aumenta o número de contêineres em toda orla carioca para o descarte correto dos resíduos produzidos pelos banhistas. São 4.000 contêineres com capacidade de 240 l e mais 1.000 com capacidade de 1.200 l. Como novidade para este verão, 400 deles serão de modelo híbrido, para facilitar o descarte de cocos consumidos nas praias. O número de garis passa de 200 para 780 atuando na limpeza das praias, a qual passa a ser feita em três turnos - incluindo noite e madrugada -, para que os banhistas recebam esses locais limpos no dia seguinte. O programa inclui, também, ações de conscientização, com orientação aos banhistas quanto ao descarte correto de lixo, com o grupo Chegando de Surpresa, garis que usam a música e a dança nas ações de conscientização, e o gari Renato Sorriso.

Órgão envolvido na iniciativa: COMLURB.

Separamos nas próximas páginas iniciativas relacionadas a outros perigos, além dos 4 perigos climáticos. São iniciativas referentes a risco de queda de árvores, questões de ordenamento urbano, assistência social, qualidade do ar e população em vulnerabilidade. Seguimos identificando sua(s) categoria(s) através de pictogramas.

5.36 Poda de árvores



A cidade atende a chamados via 1746 de podas de árvore. Durante o período que antecede o verão, o trabalho é reforçado ao utilizar dados provenientes do COR para identificar áreas com maior índice de quedas de árvores no passado. A COMLURB dispõe de uma grande equipe especializada em manejo arbóreo de prontidão para atender emergências relacionadas à queda de galhos e árvores. Durante o verão, há um reforço nos plantões das equipes, que trabalham em tempo integral, inclusive aos domingos. Durante o ano de 2024, foi realizada a troca do parque de motosserras, aumentando a capacidade de execução do serviço. De janeiro a setembro de 2024, foram feitos cerca de 141 mil manejos arbóreos.

Órgão envolvido na iniciativa: COMLURB.

5.37 Intensificação das ações de ordenamento urbano



A Operação Verão da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP) e pela Guarda Municipal iniciou em setembro de 2024 a fim de agir preventivamente e coibir as irregularidades na orla das praias e nos parques da cidade. As ações contam com um efetivo de 650 pessoas por dia e focam na fiscalização de ambulantes; vistorias aos barraqueiros de praia e quadras de esportes localizadas nas areias; fiscalização dos quiosques; reforço no patrulhamento na orla, com acompanhamento das saídas dos pontos de ônibus que concentram a maior quantidade de passageiros; desobstrução de área pública; ordenamento e manutenção da fluidez do trânsito; fiscalização do estacionamento irregular; e ordenamento nas estações de BRT com maior incidência de pessoas.

Órgãos envolvidos na iniciativa: SEOP; SMAS; GM-RIO.

5.38 Operação Verão para crianças e adolescentes



A SMAS, por meio da SUBPSE (Subsecretaria de Políticas Sociais Especiais), atua de maneira integrada com diversos órgãos responsáveis pela garantia dos direitos da criança e do adolescente, abordando questões relacionadas à vulnerabilidade desse público, especialmente em situações específicas de deslocamento para as praias da cidade durante o período de verão. Seu objetivo é proteger contra a exploração sexual, o trabalho infantil e outras vulnerabilidades decorrentes do aumento significativo da utilização das áreas de lazer nesses locais.

Prevê-se o atendimento a crianças e adolescentes em situação “de rua ou nas ruas” da região da cidade, especialmente nas praias da cidade, sem a presença dos pais ou responsáveis e com perfil de vulnerabilidade social, risco pessoal e social pelas equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social.

Órgão envolvido na iniciativa: SMAS.

5.39 Modelo de Previsão da Qualidade do Ar Rio - NASA



Projeto coordenado pelo IPP, com atuação da SMAC e da SMS, e em parceria com a NASA, para a criação do primeiro modelo local de previsão da qualidade do ar para a cidade do Rio de Janeiro. O modelo funcionará a partir da análise dos dados locais de qualidade do ar, monitorados pela SMAC, em um algoritmo de fusão de dados que também recebe dados extraídos de satélites e do modelo global de previsão da qualidade do ar da NASA. Essa técnica permitirá a elaboração de previsões quatro dias à frente da concentração de poluentes do ar, em escala local. Esse produto busca um avanço nas ações de vigilância ambiental e da saúde na cidade, que poderão tomar ações de prevenção a cenários de qualidade do ar em queda.

Órgãos envolvidos na iniciativa: IPP; SMAC; SMS.

5.40 Territórios Sociais



Territórios Sociais é um programa da Prefeitura do Rio, realizado em parceria com o programa ONU-Habitat, que visa identificar as famílias em maior vulnerabilidade, residentes em áreas com baixos indicadores sociais. Os agentes do programa percorrem as áreas mais vulneráveis da cidade, como favelas e loteamentos, para identificar e atender famílias que estejam “invisíveis” para o serviço básico de atendimento, de modo a diminuir as desigualdades. Uma vez que as famílias vulneráveis são identificadas, uma coordenação entre diversas secretarias municipais permite atuações de atenção básica, seguindo abordagens individualizadas. Assim, as famílias elegíveis recebem os atendimentos públicos municipais, nas áreas de saúde, educação, assistência social, emprego e renda, entre outros. Além disso, as equipes de campo, que são referências nos territórios, podem apoiar os diversos órgãos municipais no acesso às comunidades e contato com as famílias que necessitem de orientação ou atendimento.

Órgãos envolvidos na iniciativa: IPP; SMS; SMAS; SME; SMTE; SEAC; JUV-RIO; SPM; SMC; SMH; SMDUE; SMAC.

6. Comunicação com a imprensa, parceiros e a população

Todas as ações e protocolos implementados pelo COR não surtiriam tanto efeito sem a difusão dessas informações para a sociedade carioca. Por esse motivo, a comunicação realizada pelos profissionais especializados é direcionada sempre a dois grupos principais: a imprensa e o cidadão. O objetivo é garantir que o indivíduo esteja conectado com os muitos cenários vivenciados pela cidade, principalmente em dias considerados mais críticos, como durante eventos de chuvas fortes. Por isso, os profissionais da Assessoria de Comunicação (ASCOM) do COR utilizam uma série de canais para conseguir o contato direto com o cidadão. Uma das principais mensagens do Plano Verão 2024-2025 é que a população baixe o aplicativo COR.Rio. Com pouco mais de 720.000 downloads em 26/11/2024, a meta é alcançar a marca de 1,2 milhão até o fim do próximo verão.

O aplicativo permite que os administradores selecionem regiões específicas para enviar alertas por meio da tecnologia de georeferenciamento. Assim, os avisos relacionados a acidentes, enchentes, deslizamentos, quedas de árvores, mudanças de níveis de calor, entre outros, chegam somente aos usuários que estão nos locais que podem ser afetados pelas ocorrências. Os cidadãos também podem utilizar o aplicativo para informar diretamente ao COR os problemas que afetam o município.

O aplicativo recebe atualizações mensais, com novas versões em inglês e espanhol lançadas em 2024. A nova versão apresenta um layout modernizado, além de contar com ferramentas de acessibilidade, garantindo que pessoas com necessidades especiais possam acessar informações sobre a rotina da cidade. O usuário pode usufruir de diversas funcionalidades, como alertas de trânsito, visualização das câmeras, previsão do tempo, imagens do radar meteorológico e muito mais.

Além do aplicativo, a comunicação diária da previsão do tempo e a divulgação de cenários e situações mais críticas são informadas por meio da imprensa, do site próprio (corrio), das redes sociais (antigo Twitter e atual "X", Instagram e Facebook), e por outros canais de comunicação. Em relação à imprensa, a ASCOM abastece em tempo real os jornalistas com informações acerca do tempo, mobilidade e outros assuntos pertinentes ao escopo de atuação do COR.

Sempre que necessário, a comunicação é reforçada com o envio de notas para um grupo de WhatsApp com mais de 400 jornalistas ou por e-mail para veículos de comunicação, como jornais online, rádios e emissoras de televisão. Cabe destacar que, desde 2023, o COR firmou uma parceria com o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

Com isso, informes de mudanças de estágio, a partir do estágio 3, ganham destaque na programação tão logo o COR dispare esse informe. Existem conversas em andamento com outros veículos de comunicação para que eles adotem a mesma estratégia utilizada pelo SBT.

Em relação à comunicação direta com o cidadão, além das informações divulgadas pelo COR, há interação com a população. Após quase 14 anos de presença intensa nas redes sociais, o COR conta com uma rede de seguidores ativos, que alertam sobre situações que possam impactar a rotina da cidade. Da mesma forma, há uma ampla troca de informações entre o COR e a imprensa. Ao todo, o COR conta com mais de 1,7 milhão de seguidores (Instagram, Facebook, Youtube, LinkedIn, Bluesky, Threads e 'X'). Todos os relacionamentos foram construídos e consolidados pela prestação de um serviço público ágil, ininterrupto, e direto. Recentemente, com a suspensão da rede social "X" no Brasil, diversos seguidores migraram para outras redes sociais em busca das informações disponibilizadas pelo COR. Portanto, isso demonstra que uma parcela significativa da população carioca já busca de maneira ativa se informar nos canais oficiais do COR.

Desse modo, o COR constrói um importante vínculo com a população. De um lado, imprensa e população são informados em tempo real sobre a cidade; do outro, o COR recebe, mais rapidamente, avisos de problemas, ganhando maior capacidade de resposta às ocorrências, uma vez que tem mais fontes de informação e pode agilizar o acionamento dos órgãos competentes.

O COR conta também com uma parceria com a empresa de mídias externas Eletromídia. Trata-se de um conteúdo significativamente importante para alcançar aquele cidadão que não busca ativamente informações sobre o cotidiano da cidade. A empresa possui cerca de 100 mil telas espalhadas por toda a região metropolitana do Rio e alcance de 6,5 milhões de pessoas por dia. Desse modo, é possível replicar informações do COR nas telas da Eletromídia (Figura 14), que estão presentes em pontos como aeroportos, estações do VLT, bancas de jornais, e prédios comerciais e residenciais.



Figura 15: Painel da Eletromídia em logradouro público, no Rio. Fonte: COR (2024).

Por sua vez, a parceria com a Rio TV Câmara completará um ano de duração ao longo do verão de 2024-2025. O acordo de cooperação técnica com a Casa Legislativa da capital carioca permite que o COR tenha dois boletins diários de um minuto de duração na TV pública, onde são divulgadas informações de trânsito, interdições, previsão do tempo, estágios operacionais. O primeiro boletim vai ao ar no telejornal que se inicia às 13h40; o segundo, às 19h40. Jornalistas da ASCOM do COR são os responsáveis pela produção, edição e pela gravação de ambos os boletins. Entretanto, como o boletim da noite tem foco na previsão do tempo, por isso, é apresentado por um meteorologista do Alerta Rio. Cabe mencionar que a Rio TV Câmara pode ser sintonizada pelo [YouTube.com/tvcamarario](https://www.youtube.com/tvcamarario) e pelos canais 12 (NET) e 10.3 (TV aberta).

Por fim, cumpre destacar a consolidação do podcast do COR chamado PODCOR (Figura 15). Os episódios vão ao ar a cada 15 dias e são amplamente divulgados pelas redes sociais do COR. Não obstante a pouca audiência e a necessidade de aprimorar a divulgação do podcast, a ferramenta consolida a ASCOM do COR como uma produtora de conteúdos voltados para a mudança comportamental do cidadão carioca, que tem como objetivo principal tornar a cidade e os seus usuários cada vez mais resilientes.



Figura 16: Podcast do COR. Fonte: COR (2024).

Outro destaque vivenciado nos últimos meses e com novas agendas para o verão 2024-2025 é a participação do COR em ambientes externos, como academias, instituições de ensino, outros órgãos públicos nacionais e internacionais. O intercâmbio de informações e o interesse de atores externos na rotina diária do COR cresceu exponencialmente nos últimos meses. O Urban 20, evento paralelo do G20 voltado para a discussão de políticas públicas para as cidades, foi um grande exemplo disso. Houve enorme curiosidade de gestores de diversas cidades do mundo no trabalho desenvolvido pelo COR. Do mesmo modo, o Desafio COR, que se encontra na sua sétima edição, é o responsável por promover a resiliência para alunos e jovens. O tema da atual edição é a *gamificação*, em que os jovens precisam desenvolver jogos e ferramentas e cujo tema central seja o aumento da resiliência da cidade do Rio.

7. Contribuição do COR para ampliar a resiliência de outras cidades

A gestão urbana enfrenta desafios complexos e em constante evolução, demandando soluções inovadoras para o aprimoramento da eficiência operacional e da tomada de decisões pelos gestores públicos, sobretudo em momentos críticos. Nesse contexto, o COR uniu forças com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para criar um guia fundamental - a ABNT PR N° 1021 "Centros de operações de cidade - implementação". O documento nasceu da necessidade de consolidar as experiências do COR, uma iniciativa pioneira no Brasil e internacionalmente reconhecida, em um guia padronizado com o objetivo de oferecer suporte a cidades e estados brasileiros na implementação e aprimoramento de seus próprios centros de operações.

Ao longo de 13 anos de funcionamento, o COR tornou-se um modelo bem-sucedido, atraindo a atenção global de representantes de cidades e estados. Frequentemente, gestores públicos e profissionais de alta gestão do mundo corporativo buscam compreender os processos, funcionalidades e eficácia desse centro inovador. A demanda crescente por informações sobre a sua estrutura motivou a parceria estratégica com a ABNT para elaborar um guia que extrapolasse fronteiras, fornecendo uma base sólida para o desenvolvimento de centros de operações e monitoramento em qualquer lugar que precise de um.

Cidades estão constantemente expostas a riscos, que se acentuam com os impactos das mudanças climáticas, o que exige uma resposta ágil e eficiente por parte dos gestores municipais. Pensando neste contexto, o documento propõe estratégias para fortalecer a capacidade de resposta em situações de emergência, proporcionando caminhos para tomadas de decisão embasadas em dados precisos e em tempo real.

Para o desenvolvimento da Prática Recomendada 1021, foram compiladas as melhores práticas adotadas pelo COR, transformando-as em diretrizes que pudessem ser aplicadas em diferentes contextos urbanos e em cidades de portes distintos. O documento busca garantir a consistência e a eficácia desses centros, independentemente do ambiente em que são implantados, para o aprimoramento da tomada de decisões.

Assim, a Prática Recomendada 1021 "Centros de operações de cidade - implementação" representa um marco significativo na evolução da gestão urbana no Brasil. O guia não apenas fortalece a infraestrutura urbana, mas também contribui para a criação de comunidades mais resilientes e preparadas para enfrentar os desafios do

século XXI. Este é um passo significativo rumo a cidades mais eficientes, inteligentes, seguras e sustentáveis.

Seu lançamento ocorreu no dia 27 de maio de 2024, na sala de crise do COR, e contou, com a presença, conforme ilustrado na Figura 16, da esquerda para a direita, do Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes; do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante; do Chefe Executivo do COR, Marcus Belchior; e do Presidente da ABNT, Mario William.



Figura 17: Lançamento da Prática Recomendada 1021 no dia 27 de maio de 2024, na sala de crise do COR. Fonte: COR (2024).

ANEXO I

MATRIZ DE ATIVIDADES E RESPONSABILIDADES PARA RISCOS CLIMÁTICOS

MATRIZ DE ATIVIDADES x RESPONSABILIDADES RISCOS CLIMÁTICOS



Versão 2024 1.4 | Data da Atualização 13/10/2024

ATIVIDADES E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS OU PARTICIPANTES		ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS E PARTICIPANTES																									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26
		ALERTA RIO	AEGE	CBMERJ*	CEF-RIO	COMLURB	COR	DEFESA CIVIL	GEO RIO	GM-RIO	IPP	RIO ÁGUAS	RIOLUZ	SEAC	SECONSERVA	SEOP	SMAS	SMC	SME	SMEL	SMH	SMI	SMPDA	SMS	SES/RJ*	SMTR	SUBPREFEITURAS
MOBILIZAÇÃO	1	R	R	R	A	A	R	R	R	R		R	A	A	R	A	A	A	A	A	A	A	A	R	A	R	
	2	R	R	R	R	R	RP	R	R	R		R	R		R	R		A								R	
	3	A	A		A	A	RP	R	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A		A	A	
CONDIÇÕES CLIMÁTICAS E IMPACTOS DIRETOS	4	RU					A	A																			
	5	A					A	RU																			
	6	RP					A	R	R		R																
	7	A					A	R	RP		A																
	8	A					A	A				RU															
	9	A				A	A		A		A												RP			R	
	10	A										RU															
	11	A			A	A	RP	R		A		R			R											R	
	12					A	A					RP			R												A
	13					RP						A			R												A
	14					A						A			RU												A
	MOBILIDADE	15				A	RU	A				A			A												
		16				RP	A										RP										
		17				RP		A			R																
18		A			R		A		A	R		A															
19							A																			RU	
20					RU		A	A																			
PROTEÇÃO CIVIL	21	A		R	A	A	A	R	RP	A		A	A		A	A		A		A			A		A	A	
	22			A			A	RP		R						A											
	23						A			RU																	
	24			A		A	A	R	R	A		R			RP	R						A					
	25		RP													R										A	
APH	26			RU	A	A	A	A		A			A	A													
	27			RU			A			A														A			
AUXÍLIO OPERACIONAL	28						A	A					RU														
	29						A	R					A														
	30			A	R		A	RP	R	R																A	
	31				R	R	A	R	R	R		R	R		R	R						A	A				
ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO	32					R	RP			A					RP								R			A	
	33					A	RP			A								A					R			A	
	34						R			A						RP		A					A			A	
	35					A	A	R		A			A		A	RP	A	A	A				A	A		A	
	36						A									RP					R						
	37			A			R	R								A								R			
	38						A																	RU		A	
	39																							RU			
	39																								RU		

MATRIZ DE ATIVIDADES x RESPONSABILIDADES RISCOS CLIMÁTICOS



Versão 2024 1.4 | Data da Atualização 13/10/2024

ATIVIDADES E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS OU PARTICIPANTES		ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS E PARTICIPANTES																										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	
		ALERTA RIO	AEGE	CBMERJ*	CEF-RIO	COMLURB	COR	DEFESA CIVIL	GEO RIO	GM-RIO	IPP	RIO ÁGUAS	RIOLUZ	SEAC	SECONSERVA	SEOP	SMAS	SMC	SME	SMEL	SMH	SMI	SMPDA	SMS	SES/RJ*	SMTR	SUBPREFEITURAS	
ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO	40						A																		RU		A	
	41			RP																					RP			
	42			RP																					R	R		
	43																								RU		A	
	44							A																	RU			
	45																								RU			
	46																								RU			
47																												
INTEGRAÇÃO	48	A		A	A	A	RP	R	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A		A	A
	49	A		A	A	A	RP	R	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A		A	A
	50	A		A	A	A	RU	A	A	A		A	A		A	A	A	A	A	A	A	A	A	A		A	A	
	51	A		A	A	A	A	RP	A	A	A	A	A		A	A	A	A	A	A	A	A	A	A		A	R	

LEGENDA:

- RU Responsável único
- RP Responsável principal
- R Responsável
- A Apoio

* Em processo de validação

ANEXO II

SMAS - GESTÃO DE RISCOS E PROTEÇÃO SOCIAL NAS EMERGÊNCIAS

PLANO VERÃO

2024 - 2025

**GESTÃO DE RISCOS
E PROTEÇÃO
SOCIAL NAS
EMERGÊNCIAS
SOCIOASSISTENCIAIS**



EXPEDIENTE

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro:

Eduardo Paes

Secretaria Municipal de Assistência Social:

Adilson Pires

COORDENAÇÃO

Subsecretaria de Proteção Social Básica - subpsb.smas@gmail.com

Marina da Silva Costa

Coordenação de Ações Especiais - cae.subpsb@gmail.com

Elizabeth Souza da Silva - Coordenadora

Sara Tavares - Assessora

Gerência de Gestão de Riscos e Resiliência - grr.supsb@gmail.com

Denise Nery Soares - Gerente

Barbara Góes Palhares - Assistente Social

Lorena Cardoso Braga Brum - Assistente Social

Pamella Stefani Rodrigues Ramos Miranda - Supervisora Administrativa

Sara de Kali Pessoa Corrêa dos Santos - Estagiária de Serviço Social

ELABORAÇÃO

Elizabeth Souza da Silva

Denise Nery Soares

Barbara Góes Palhares

Lorena Cardoso Braga Brum

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Subsecretaria de Proteção Social Especial- subpse.smas@gmail.com

Fábio Sá

Coordenadoria Geral de Programas de População em Situação de Rua - subpr.smas@gmail.com

Valnei Alexandre da Fonseca

SUMÁRIO

GLOSSÁRIO DE SIGLAS.....	3
APRESENTAÇÃO.....	5
REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
1. MARCOS HISTÓRICOS E LEGAIS.....	8
2. PNAS E SEUS EIXOS DE PROTEÇÃO NO CONTEXTO DE EMERGÊNCIAS.....	12
OBJETIVOS.....	15
METODOLOGIA.....	16
1. SOBRE O MONITORAMENTO DOS ESTÁGIOS OPERACIONAIS.....	16
2. SOBRE A ATUAÇÃO DA EQUIPE PLANTONISTA SMAS NO COR.....	19
3. SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE GESTÃO DOS RISCOS.....	20
3.1. AÇÕES DA SMAS PARA A REDUÇÃO DE RISCOS.....	21
3.2. AÇÕES DA SMAS NO MANEJO DE DESASTRES.....	25
3.2.1. MARCOS CRONOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO EM PONTOS DE APOIO DA DEFESA CIVIL.....	25
3.2.2. DEFINIÇÃO DE LOCAL PARA ATENDIMENTO.....	26
3.2.3. IMPACTOS EM RESIDÊNCIAS: TIPOS DE OCORRÊNCIAS.....	27
3.2.3. IMPACTOS EM RESIDÊNCIAS: TIPOS DE DEMANDAS.....	29
3.2.4. FLUXO OPERACIONAL.....	29
3.3. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO PÓS-CRISE AGUDA.....	33
4. DISPOSITIVOS INSTITUCIONAIS.....	35
4.1 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO (POP).....	35
4.2. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL (REDE PRÓPRIA) OU EM ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS.....	36
4.2.1. MAPEAMENTO INTEGRADO DE ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS.....	37
4.3. PROGRAMA DOCUMENTA RIO.....	39
4.4 COFINANCIAMENTO FEDERAL.....	40
4.5. ANTECIPAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS.....	40
4.6. CARTÃO RECOMEÇAR.....	41
5. RECURSOS.....	42
5.1. RECURSOS MATERIAIS.....	42
5.2. RECURSOS HUMANOS.....	44
6. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RISCOS SMAS (SIGR / SMAS).....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
CONCEITUAÇÕES IMPORTANTES.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
ANEXOS.....	56
ANEXO I - FICHA DE ATENDIMENTO A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS SOCIOASSISTENCIAIS..	56
ANEXO II - PLANILHA DE ESTATÍSTICA DOS ATENDIMENTOS EMERGENCIAIS.....	59
ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO CARTÃO PROTEGE SUAS.....	60
ANEXO IV - FICHA PARA MAPEAMENTO DE ALOJAMENTO PROVISÓRIO.....	61
ANEXO V - DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE INSUMOS EMERGENCIAIS.....	62

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

3RD - Rio pela Redução do Risco de Desastre

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAE - Coordenadoria de Ações Especiais

CAS - Coordenadoria de Assistência Social

CEF - Caixa Econômica Federal

CF - Constituição Federal

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

COR - Centro de Operações Rio

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DO - Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro

DOU - Diário Oficial da União

GEO-RIO - Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro

GRR - Gerência de Gestão de Riscos e Resiliência

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

ONU - Organização das Nações Unidas

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF - Programa Bolsa Família

PCRJ - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNPDEC - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

PSB - Proteção Social Básica

PSE - Proteção Social Especial

RRD - Redução do Risco de Desastres

S2ID - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEDEC - Secretaria do Estado de Defesa Civil - RJ

SINDEC - Sistema Nacional de Defesa Civil

SINPDEC - Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SMH - Subsecretaria Municipal de Habitação

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUBPDEC - Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil

SUBPSB - Subsecretaria de Proteção Social Básica

SUBPSE - Subsecretaria de Proteção Social Especial

APRESENTAÇÃO

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 (Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, publicada no DOU em 28/10/2004) tem como objetivo contribuir para a inclusão e equidade de usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais. Segundo a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição prévia à Seguridade Social.

Em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social/LOAS (Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993), a Política Nacional de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios democráticos:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Segundo a PNAS, a proteção social de assistência social se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que os indivíduos e famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana. Assim, ocupa-se prioritariamente da população que encontra-se em situação de vulnerabilidade e risco social.

Os contextos de Emergência Socioassistencial afetam a população como um todo, mas os riscos e as consequências não se distribuem de forma aleatória entre os diferentes grupos sociais, posto que fragilizam, de forma mais contundente, o público usuário da Assistência Social já expostos a contextos anteriores de vulnerabilidade e violação de direitos.

De acordo com a PNAS, uma das referências para a organização dos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social é a Proteção Social, a qual prevê:

“(…) a segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia, através de benefícios continuados e eventuais que assegurem: proteção social básica a idosos e pessoas com deficiência sem fonte de renda e sustento; pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências; situações de forte fragilidade pessoal e familiar, em especial às mulheres chefes de família e seus filhos“.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, instituída pela Lei no 12.608/2012, dispõe que o gerenciamento de riscos e de desastres deve ser focado nas ações de prevenção, preparação, resposta, mitigação e recuperação e deve articular-se com as demais políticas setoriais para garantir a promoção do desenvolvimento sustentável.

Em uma circunstância de desastres, é importante que toda a administração pública municipal esteja preparada para a tomada de decisão e para implementar ações emergenciais, de acordo com os *Estágios Operacionais* em que o município se encontra, assim como com as ocorrências de Defesa Civil identificadas. Nesse sentido, cabe ressaltar a instituição da Rede de Prevenção e Resposta à Crise, estabelecida pelo Decreto Rio n. 49813/2021, em consideração:

I - a classificação dos estágios operacionais para situações de crise no âmbito do Município, regulada pelo Decreto Rio nº 46.881, de 25 de novembro de 2019 (atualizado Decreto 53.525 de 15 de novembro de 2023);

II - às diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC/2012 e

III - as estratégias de Segurança Comunitária, previstas no Plano de Emergência do Estado do Rio de Janeiro - SEDEC/2020, visando o desenvolvimento, aprimoramento e acompanhamento das ações dos Órgãos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, de prevenção e pronta resposta aos impactos de chuvas fortes, prolongadas e/ou efeitos de mudanças climáticas.

O Plano Verão 2023/2024 - Ações Estratégicas e Integradas da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro¹, imagem ao lado, prevê a necessidade de estabelecimento de Planos de Ação específicos de cada órgão, considerando as atividades na Matriz Integrada de Atividades e Responsabilidades, consolidada pelo Centro de Operações Rio - COR.



A Matriz vigente prevê a descrição das ações dos principais órgãos, com atribuições diretas na iminência e durante a ocorrência de chuvas fortes, acidentes e desastres. No que se refere à Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS foram definidas ações onde o órgão é o responsável principal, responsável ou apoiador, como forma de resposta aos desastres - fases trans (momento do desastre) e pós-impacto dos eventos.

Em linhas gerais, a SMAS deve atuar na mitigação das necessidades imediatas da população atingida (gestão da crise e acesso às necessidades básicas — acolhimento e insumos pertinentes) e na articulação com os demais órgãos intervenientes (saúde, habitação, defesa civil etc.) e redes de apoio (pessoal e comunitária), de forma a encaminhar as demandas individuais e coletivas, além de mapear as situações de risco e vulnerabilidades identificadas para o aperfeiçoamento dos mecanismos de resposta.

Considerando o Planejamento Estratégico Municipal 2021-2024, publicado no endereço Participa.Rio/Retomada, destaca-se a Iniciativa de Resiliência e Gestão de Risco, que tem como objetivo ampliar o monitoramento e a capacidade de visão preditiva sobre riscos urbanos, em especial aqueles relacionados aos eventos climáticos, para assegurar maior assertividade e agilidade na resposta ao cidadão.

A iniciativa busca ainda reduzir os impactos dos desastres através da prevenção, preparação, resposta e recuperação, promovendo maior resiliência da cidade.

A SMAS atua em dois projetos estratégicos:

¹ Disponível em: <https://www.data.rio/documents/8c692491b9af450ea7ea77b1a3cfc293/explore>

1. Projeto 3RD - Rio pela Redução do Risco de Desastre, que visa o fortalecimento da integração entre órgãos da administração pública para o desenvolvimento de ações contínuas, integradas, permanentes e interdependentes de Gestão de Riscos (prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação) para o fomento à Segurança Comunitária e ao aprimoramento da qualidade da resposta do município frente às situações de ameaças, vulnerabilidades e desastres, de forma a promover maior resiliência da cidade, onde a SMAS atua como órgão interveniente.

2. Proteção Social nas Emergências, que tem por objetivo principal promover seguranças sociais previstas pela Política de Assistência Social para suporte às famílias em situação de vulnerabilidade, impactadas por desastres, garantindo o acolhimento institucional ou em alojamentos provisórios, a provisão de necessidades humanas básicas, condições para o desenvolvimento de autonomia e a articulação da rede de políticas públicas e socioassistencial, em resposta às demandas sociais identificadas. A SMAS é responsável pela sua execução.

Assim, os instrumentos de planejamento SMAS voltados para a Gestão de Riscos podem ser visualizados no esquema a seguir:



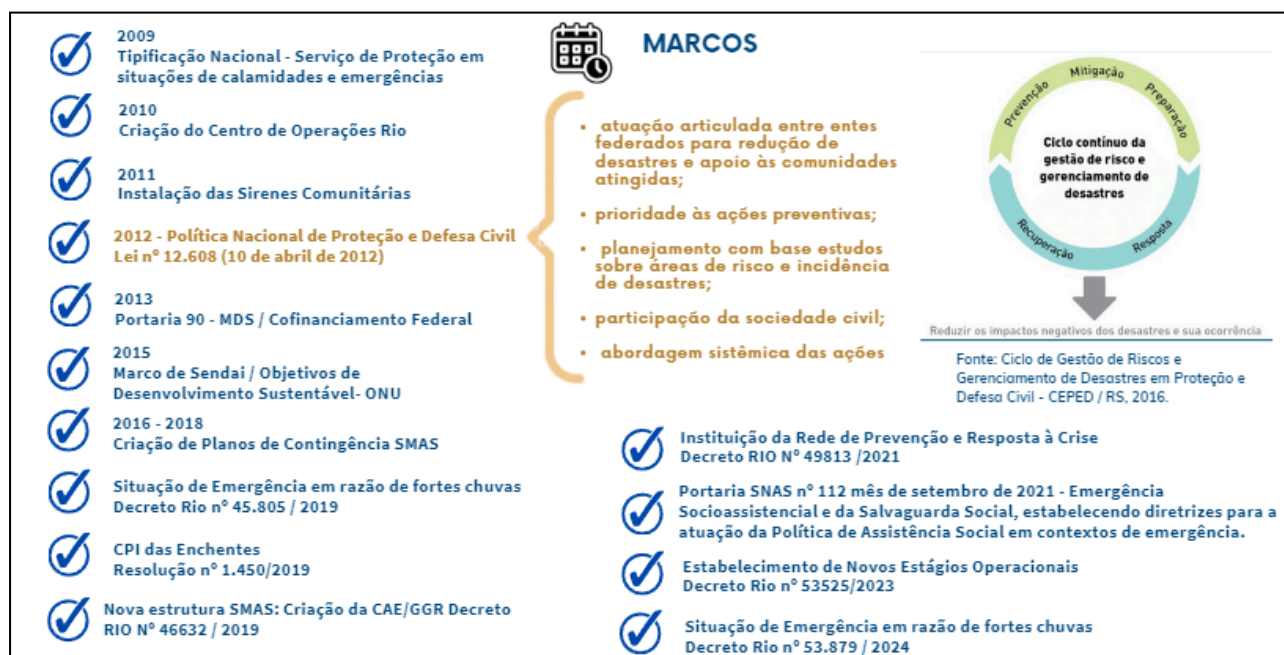
Considerando o exposto e a necessidade de definição de diretrizes assistenciais para implementação de ações de Gestão de Riscos relacionadas ao Plano Verão 2024-2025 e outras situações de Emergências Socioassistenciais, a SMAS sistematizou o presente Plano, na perspectiva de tornar público seu protocolo de atuação para assegurar Proteção Social às famílias afetadas.

Na perspectiva da prevenção e preparação das equipes, além de descrever a metodologia de trabalho a ser implementada para a execução das ações sob a responsabilidade da SMAS durante e após as ocorrências, o presente documento irá detalhar as ações para a Gestão dos Riscos, na fase de normalidade (pré-impacto) envolvendo diversos componentes de sua estrutura organizacional, para alcance dos objetivos pretendidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. MARCOS HISTÓRICOS E LEGAIS

Neste tópico, sistematizamos alguns marcos históricos e legais que ensejaram o fortalecimento de ações de Gestão de Riscos no país, e especificamente no município do Rio de Janeiro, com base na figura a seguir:



Iniciamos pela criação do Centro de Operações Rio - COR, que desde 2010 mantém sua missão de monitorar e integrar ações públicas para reduzir o impacto de ocorrências². Trata-se de centro pioneiro e de referência na América Latina, que conta com alta tecnologia para o gerenciamento de informações fornecidas por câmeras e sensores estrategicamente posicionados na cidade, além de órgãos públicos, parceiros privados, imprensa e população.

Desde a sua criação, a Secretaria Municipal de Assistência Social conta com uma equipe plantonista composta por profissionais de nível superior que se revezam diuturnamente para cobertura 24 horas de ocorrências reportadas e em tratamento pelo COR, mediando respostas tangentes às competências da SMAS.

Publicada em 2009 a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que estabelece o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com o objetivo de proteger e apoiar a população afetada em desastres, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões de insumos.

Em abril de 2010, a cidade do Rio de Janeiro foi acometida por uma intensa e severa precipitação pluviométrica, ocasionando um dos maiores desastres na história da cidade, com aproximadamente 70 óbitos, causados por deslizamentos de encostas em comunidades carentes.

² Fonte: <https://cor.rio/historia/>

Como importante medida para a segurança comunitária e mitigação dos riscos, em 2011 foi instalado o Sistema de Alarme por Sirenes em 102 comunidades da cidade, com objetivo de reduzir ou mesmo evitar a perda de vidas humanas decorrentes de deslizamentos de encostas causados pelas chuvas fortes e/ou prolongadas.³ Atualmente o Sistema de Alerta e Alarme conta com 164 estações sonoras instaladas em 103 áreas com alto risco mapeadas pela Fundação Geo-Rio.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC (estabelecida por meio da Lei 12.608/2012) preconiza uma abordagem sistêmica para a Gestão de Risco, o que significa considerar que as ações de todos os órgãos que compõem o Sistema de Proteção e Defesa Civil possuem relação entre si e jamais devem trabalhar de maneira isolada.

Assim, destaca-se a importância do fortalecimento da capacidade do Poder Executivo municipal para a execução da PNPDEC, com a formulação de programas, projetos, como também promoção do controle social e transparência, para promoção da organicidade das ações na perspectiva da redução do risco de desastres.

Em 2013, o Governo Federal estabeleceu a Portaria 90 do MDS que dispõe sobre os parâmetros e procedimentos relativos ao cofinanciamento federal para oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências. Importante processo de transferência de recursos para ações de resposta da Assistência Social no estabelecimento de Alojamentos Provisórios.

No âmbito internacional, na 3ª Conferência Mundial da ONU sobre a Redução do Risco de Desastres realizada em Sendai, no Japão, em 2015, foram estabelecidas metas mundiais para a redução da: mortalidade produzida por desastres, das pessoas afetadas, das perdas econômicas, dos danos à infraestrutura e da interrupção dos serviços básicos, bem como aumento das estratégias nacionais e locais para a redução de riscos de desastres, como o maior acesso a sistemas de alertas, informações e avaliações sobre os riscos de desastres.

Ainda em 2015, foram estabelecidos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Organização das Nações Unidas (ONU), que compõem uma agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030.



³ Fonte: Livro eletrônico: Sirenes Cariocas: A experiência precursora da cidade do Rio de Janeiro na implantação e operação de um sistema de alarme por sirenes para deslizamentos de encostas, disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/12743800/4321012/Sirenescariocas_diagramado_paraebook_Workshop_v2.2.pdf

As iniciativas recomendadas para Gestão do Risco de Desastre integram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁴, através de metas relacionadas aos objetivos 11 - “Cidades e Comunidades Sustentáveis” e 13 - “Ação contra a mudança Global do Clima”.

Em 2016 a SMAS apresenta seu primeiro Plano de Contingência voltado para Chuvas Fortes e prolongadas na cidade, sendo este um instrumento importante e atualizado periodicamente para orientar seu corpo funcional nos atendimentos às famílias e indivíduos afetados.

Em 2019, foi decretada Situação de Emergência após fortes chuvas na cidade do Rio de Janeiro (Decreto Rio nº 1450/2019), o que ensejou a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Enchentes pela Câmara de Vereadores, instituída pela Resolução nº 1.450/2019, com a finalidade de apurar as circunstâncias, os fatos e as consequências sociais, ambientais e econômicas causadas pelos temporais que atingiram a cidade do Rio de Janeiro em fevereiro e abril de 2019, bem como as responsabilidades de poder público na prevenção, mitigação dos efeitos e atendimento aos atingidos pelas chuvas, enchentes e deslizamentos.

Neste mesmo ano foi estabelecida uma nova estrutura da SMAS via Decreto Rio nº 46632/2019, que contemplou a criação da Coordenação de Ações Especiais - CAE, vinculada à Subsecretaria de Proteção Social Básica (SUBPSB), com a missão de coordenar, articular e integrar as ações comunitárias, preventivas e de assistência social para famílias, grupos e indivíduos no Município do Rio de Janeiro.

O gerenciamento das ações preventivas e de proteção social voltadas para indivíduos e famílias em risco ou afetados por Situação de Emergência Social e/ou Calamidade Pública no Município do Rio de Janeiro, passou a ser efetuado por uma estrutura específica da SMAS, ligada à SUBPSB/CAE: a Gerência de Gestão de Riscos e Resiliência (GRR).

Para a melhoria da capacidade de comunicação com a população, também em 2019 houve o estabelecimento de novos Estágios Operacionais pelo COR através do Decreto Rio nº 46.881/2019, que informam, em tempo real, se a rotina da cidade segue conforme previsto ou se enfrenta problemas, e, nesse caso, qual é a severidade dos impactos. E em 2023 estes Estágios Operacionais foram atualizados através do Decreto Rio 53.525/2023.

A construção efetiva desta estratégia intersetorial em nossa Cidade foi enriquecida através da participação na Rede de Prevenção e Resposta à Crise, instituída pelo Decreto Rio nº 49813/2021, considerado um espaço privilegiado para a concentração das decisões, por reunir os principais órgãos públicos e concessionárias que atuam no município, além de possuir tecnologia e recursos que proporcionam uma melhor análise das ocorrências reportadas.

Ainda no âmbito da Política de Assistência Social, em 2021 o Ministério de Desenvolvimento Social - MDS, publicou a Portaria SNAS nº 112 mês de setembro de 2021 - Emergência Socioassistencial e da Salvaguarda Social, estabelecendo diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em contextos de emergência.

⁴ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, também conhecidos como Objetivos Globais, são um chamado universal para ação contra a pobreza, proteção do planeta e para garantir que todas as pessoas tenham paz e prosperidade. Esses 17 Objetivos e 169 metas foram construídos com o sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, incluindo novos temas, como a mudança global do clima, desigualdade econômica, inovação, consumo sustentável, paz e justiça, entre outras prioridades. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>

Por fim, este ano de 2024, em virtude das fortes chuvas ocorridas em Janeiro, houve a decretação de Estado de Emergência na cidade do Rio de Janeiro, através do Decreto Rio 53.879/2024, considerado um marco importante, dada a magnitude do evento.



Fotos: Atendimentos da SMAS

Com base no Plano de Contingência da SMAS, as seguintes ações emergenciais foram executadas:

- Abertura de pontos de atendimento para facilitação do acesso da população ao atendimento social, com vistas ao levantamento de demandas socioassistenciais e encaminhamentos necessários.
- Convocação diária de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social para atendimento à população, com média diária de 200 trabalhadores envolvidos, considerando gestão e seu corpo técnico;
- Entrega de Insumos Emergências para famílias impactadas, quais sejam: Cartão Protege SUAS, regulamentado pelo Decreto Rio nº 50.743 de 05 de maio de 2022, de água e colchonetes, além de donativos em geral disponibilizados por cidadãos e organizações da Sociedade Civil;
- Acolhimento de famílias desabrigadas;
- Orientações sobre acesso a 2ª via de documentação civil para a população atendida;
- Referenciamento das famílias atendidas para continuidade do atendimento nos CRAS de referência das localidades afetadas, considerando etapa de recuperação, prevista no ciclo de Gestão de Riscos de Defesa Civil;
- Gestão da Informação para subsidiar a tomada de decisões pelo órgão e pela Prefeitura Municipal, como estatísticas diárias, preenchimento do FIDE - Formulário de Informações sobre Desastres, alimentação do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID;
- Levantamento de casos com Autos de Interdição para agilizar formalização de demandas à Secretaria Municipal de Habitação - SMH;
- Formalização de demandas para a SMH, com vistas à inserção de famílias impactadas em Programas Habitacionais;
- Disponibilização de informações sobre logradouros afetados pelas chuvas de janeiro de 2024 para a Defesa Civil, visando subsídios para saque emergencial de FGTS;
- Diálogo estreito com lideranças comunitárias para acolhimento de demandas evidenciadas e organização de bases de atendimento para a população e ou referenciamento para os equipamentos da Assistência Social.

- Adesão municipal ao Cartão Recomeçar - vide tópico 4.6 do presente e realização das entregas aos beneficiados considerados elegíveis pelo Governo do Estado.

A vivência da situação da Emergência em razão das fortes chuvas na cidade em janeiro (14/01/2024 e 20/01/2024) evidenciou a necessidade de criação de um Protocolo Integrado de Atendimento, de ferramentas e espaços colaborativos para facilitar a identificação das famílias afetadas por Alagamentos e Inundação, o que ensejou a criação de Grupo de Trabalho coordenado pelo COR, a partir de abril/2024.

2. PNAS E SEUS EIXOS DE PROTEÇÃO NO CONTEXTO DE EMERGÊNCIAS

Analisando todas as disposições normativas da Política de Assistência Social, especialmente no que se refere às ações relativas aos atendimentos a indivíduos e famílias atingidos por desastres, ou moradores de áreas de suscetibilidade e riscos, destaca-se o papel preponderante do SUAS.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2005) operacionaliza as ações no território nacional de acordo com o previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS Nº 109, de 11 de novembro de 2011).

Especificamente no que se refere à população desabrigada/desalojada, o SUAS prevê o apoio e proteção social através da oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas, através do “Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências”, situado no Eixo da Alta Complexidade de Proteção Social.

O serviço deve promover o apoio e proteção à população afetada, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas e assegura a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das respostas necessárias.

Os usuários são as famílias e indivíduos atingidos por situações de emergência socioassistencial ou calamidade (incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, dentre outros) que tiveram perdas parciais ou totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais, e se encontram temporária ou definitivamente desabrigados ou que foram removidos de áreas consideradas de risco, por prevenção ou determinação do Poder Judiciário ou de órgãos públicos. O impacto social esperado, segundo a normativa, visa contribuir para: minimização de danos; proteção social a indivíduos e famílias e reconstrução das condições de vida familiar e comunitária.

O fato das situações de Emergência Socioassistenciais envolverem o desencadeamento de situações de vulnerabilidade, riscos e outras formas de violação de direitos, o situa como de responsabilidade tanto da Proteção Social de Alta Complexidade quanto da Proteção Social Básica.

Além disso, é importante destacar que não é somente na fase de resposta que deve ser materializada a atuação da Assistência Social. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) traçou diretrizes para o estabelecimento de um modelo participativo e descentralizado, permitindo a identificação de regiões de vulnerabilidade social, e conseqüentemente, a ação direta das equipes de assistência social junto à população residente nestes territórios.

No âmbito do município do Rio de Janeiro, as ações da Proteção Social Básica (PSB) da PNAS se estabelecem através dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), atendimento e acompanhamento, e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV

- BRASIL, 2016). Os atendimentos da PSB são oferecidos pelos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade pública estatal e descentralizada que possui duas funções exclusivas: a gestão territorial e a execução do PAIF.

De acordo com o Caderno de Orientações da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS (BRASIL, 2016), a gestão territorial responde à diretriz de descentralização político-administrativa e tem por objetivo atuar preventivamente. Nesse sentido, justifica-se a previsão de ações voltadas para a Segurança Comunitária e prevenção de desastres pelos CRAS. Os CRAS localizam-se em áreas com elevados índices de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos, e têm por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios.

Por disponibilizar ofertas socioassistenciais de Proteção Social Básica, os CRAS constituem uma referência para a população local e para os serviços setoriais, devendo efetuar a inserção, encaminhamento e acompanhamento dos usuários, de forma coordenada e integrada. Assim, a rede socioassistencial deverá ser organizada por meio de uma oferta integrada de serviços, programas, projetos e benefícios, a fim de cobrir riscos e vulnerabilidades.

Conforme a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

A articulação dos serviços socioassistenciais do território com o PAIF garante o desenvolvimento do trabalho social com as famílias referenciadas, permitindo identificar suas demandas e potencialidades, rompendo com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social vivenciadas.

Assim, destaca-se a importância do papel da Proteção Social Básica no fortalecimento das ações de prevenção e gerenciamento de riscos e desastres, previstas pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil: o trabalho essencial, previsto pelo PAIF, de atendimento e/ou acompanhamento aos indivíduos e famílias de sua área de abrangência é caracterizado pelas seguintes atividades: acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; acompanhamento familiar; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; elaboração de relatórios; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social, articulação com a Proteção Social Especial e busca ativa.

Como gestor do território, devido a sua maior capilaridade, por conhecer a realidade das famílias e executar o atendimento e o acompanhamento socioassistencial, os CRAS possuem papel de destaque no fomento de práticas para a melhoria da Segurança Comunitária e fortalecimento dos territórios, em articulação com a Defesa Civil, Saúde, Educação e outros órgãos intervenientes, visando a redução de ocorrências de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência e a prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território.

A referência e contra referência entre os CRAS e os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) concretizam uma atenção essencial no território no que tange a

proteção, defesa e garantia de direitos. Ao reconhecer as vulnerabilidades e violações de direitos decorrentes de uma emergência, a ação integrada entre as unidades é garantidora de respostas imediatas e protetivas nesse campo⁵.

Outro ponto importante é a capacidade operativa da PNAS em atuar como articuladora entre as redes de proteção social (saúde, habitação, defesa civil, esporte, cultura, lazer, educação, etc.). A prática interorganizacional da Política é imprescindível no momento do desastre e no pós-impacto deste, porque essas redes são quase sempre interrompidas em situações de crise e precisam ser restabelecidas de forma rápida e eficiente.

Em outubro de 2023, a UNDRR - United Nations Office for Disaster Risk Reduction⁶, por ocasião do Dia Internacional para a Redução dos Riscos de Desastres, publicou orientações-chaves focadas no relacionamento recíproco entre desigualdade e vulnerabilidade ante aos desastres:

1. a pobreza, a desigualdade e a discriminação como causas e consequências do risco crescente de catástrofes. As catástrofes também afetam de forma desproporcional as pessoas mais pobres e expostas, agravando assim a desigualdade.
2. De acordo com as previsões climáticas atuais, em 2030 o mundo enfrentará cerca de 560 desastres por ano, enquanto se estima que 37,6 milhões de pessoas viverão na pobreza extrema devido aos efeitos das mudanças climáticas e das catástrofes. Calcula-se que no "piores dos casos", as alterações climáticas e as catástrofes mergulharão na pobreza outros 100,7 milhões de pessoas até o referido ano.
3. Podemos conter o poder destrutivo das ameaças, ou seja, evitar que se transformem em catástrofes, através de um planejamento cuidadoso e coordenado destinado a reduzir a exposição das pessoas e a sua vulnerabilidade aos danos.
4. É necessário investir mais em dados desagregados, tanto para compreender melhor o impacto desproporcional das catástrofes e a exposição às mesmas, como para fundamentar os planos de construção de resiliência.
5. A abordagem setorializada da Redução de Risco não contempla a natureza sistêmica do risco, o que incide a necessidade de que o planejamento das intervenções seja realizado com representação multissetorial e de diversas partes interessadas, visando a redução do risco e a construção de resiliência, permitindo que sistemas, serviços e pessoas respondam à crise, lidem com choques e tensões, e se recuperem.

Dessa forma, diante das competências da PNAS e levando-se em consideração as legislações vigentes torna-se necessário o planejamento das ações e definição das diretrizes de atuação da SMAS em contextos de Emergências Socioassistenciais, implementando ações de Gestão de Riscos, tendo como prioridades o trabalho preventivo e assistencial articulado com outras Políticas Públicas, assim como a Vigilância Socioassistencial.

⁵ Caderno de Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, 2009

⁶ <https://iddrr.undrr.org/es>

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Implementar e integrar ações de redução de riscos e manejo de desastres para garantia da proteção social de famílias, grupos e indivíduos em situação de risco, emergência ou calamidade pública decorrentes de chuvas fortes ou prolongadas no município do Rio de Janeiro, bem como outras situações de emergência socioassistencial com impacto em domicílios vulneráveis, em interface com a Defesa Civil e outros órgãos intervenientes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver, de forma integrada com outros órgãos públicos municipais, ações de prevenção e resposta frente às situações de alagamento, deslizamentos e inundações, provenientes de chuvas fortes e/ou prolongadas;
- Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;
- Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
- Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;
- Facilitar acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;
- Articular acesso às demais políticas setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos, diante das necessidades identificadas;
- Assegurar acolhimento imediato às famílias desabrigadas em condições dignas e de segurança;
- Estruturar, manter e desmobilizar alojamentos provisórios, em parceria com Subprefeituras locais e órgãos intervenientes, conforme demanda identificada;
- Referenciar famílias para continuidade do atendimento e acompanhamento pelos Serviços Socioassistenciais

METODOLOGIA

O presente Plano de Ação é voltado para inundações, deslizamentos e alagamentos provenientes de chuvas fortes e/ou prolongadas no município do Rio de Janeiro, e outras situações de emergência socioassistencial com impacto em domicílios vulneráveis, como incêndios, colapsos de estrutura, desastres tecnológicos e retiradas preventivas orientadas pela Defesa Civil




Estabelece os procedimentos a serem adotados pelos seus segmentos, recomendando e padronizando os aspectos relacionados aos Estágios Operacionais definidos pelo Centro de Operações e Resiliência (COR), incluindo as ações esperadas, segundo responsáveis pré-definidos, na Normalidade ou nas ocorrências notificadas.

1. SOBRE O MONITORAMENTO DOS ESTÁGIOS OPERACIONAIS



O Centro de Operações e Resiliência (COR) é o órgão responsável pela centralização e pela integração das ações relativas às ocorrências de crises, urgências e emergências no âmbito do Município do Rio de Janeiro, identificando através de informações de campo e/ou análise de especialistas as necessidade de mudança de estágio operacional.

De forma geral, todos os segmentos da SMAS devem conhecer e observar as recomendações efetuadas pelo COR, considerando os Estágios Operacionais regulamentados⁷, bem como as atualizações nos protocolos operacionais efetuadas através do Decreto Rio nº. 53.525, de 15 de novembro de 2023, que altera a designação dos níveis de risco da cidade para numerais com objetivo de otimizar a compreensão da população carioca, por meio da simplificação da comunicação, e assim promover a cultura de segurança e a qualidade de decisão dos cidadãos frente a cenários de risco.

O quadro a seguir descreve o significado dos Estágios Operacionais regulamentados:

ESTÁGIO	QUANDO?	IMPACTO
	<p>Não há ocorrências que provoquem alteração significativa no dia a dia do carioca. Não foram identificados fatores de risco de curto prazo que impactem a rotina da cidade.</p>	<p>Sem ou com pouco impacto para a fluidez do trânsito e das operações de infraestrutura e logística da cidade.</p>
	<p>Risco de haver ocorrências de alto impacto na cidade, devido a um evento previsto ou a partir da análise de dados provenientes de especialistas. Há ocorrência com elevado potencial de agravamento.</p>	<p>Ainda não há impactos na rotina da cidade, mas os cidadãos devem se manter informados</p>
	<p>Uma ou mais ocorrências estão impactando a cidade. Há certeza de que haverá ocorrência de alto impacto, no curto prazo.</p>	<p>Pelo menos uma região da cidade está impactada, causando reflexos relevantes na infraestrutura e logística urbana, e afetando diretamente a rotina da população (ou de parte dela).</p>

⁷ Fonte: Resolução Conjunta CVL/ SMIHC/ SMS/ SMTR/ SEOP N° 48 de 10 de Dezembro 2019

	<p>Uma ou mais ocorrências graves impactam a cidade ou há incidência simultânea de diversos problemas de médio e alto impacto em diferentes regiões da cidade. Os múltiplos danos e impactos causados extrapolam de forma relevante a capacidade de resposta imediata das equipes da cidade.</p>	<p>Uma ou mais regiões estão impactadas, causando reflexos graves / importantes na infraestrutura e logística urbana, e afetando severamente a rotina da população (ou de parte dela).</p>
	<p>Uma ou mais ocorrências graves impactam a cidade ou há incidência simultânea de diversos problemas de médio e alto impacto em diferentes regiões da cidade. Os múltiplos danos e impactos causados extrapolam de forma relevante a capacidade de resposta imediata das equipes da cidade.</p>	<p>Uma ou mais regiões estão impactadas, causando reflexos graves / importantes na infraestrutura e logística urbana, e afetando severamente a rotina da população (ou de parte dela).</p>

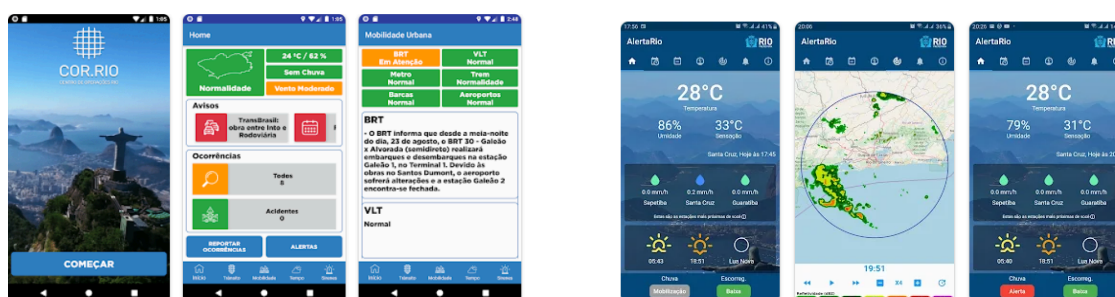
FONTE: <http://cor.rio/estagios-operacionais-da-cidade/>

Q que pode alterar a rotina da cidade?

Importante ressaltar os tipos de evento que constituem gatilhos para alteração dos Estágios Operacionais, não relacionados exclusivamente à condições climáticas⁸:

- **Condições Climáticas (chuva, ventos, ressacas);**
- **Eventos Esportivos / Culturais;**
- **Manifestações;**
- **Obras;**
- **Incidentes (queda de árvore, Incêndio, acidentes de trânsito);**
- **Mobilidade (Interdição de vias, engarrafamento e problemas no transporte público).**

Para monitoramento dos Estágios Operacionais da Cidade, recomenda-se a utilização dos aplicativos COR.RIO e ALERTA RIO, que dispõem de informações sobre as previsões climáticas e as ocorrências na cidade, relativas ao trânsito, à mobilidade, ao tempo e ao acionamento do Sistema de Alerta e Alarme Comunitário - Sirenes.



Fotos ilustrativas: APP COR.Rio e APP Alerta Rio

⁸ Fonte: <http://cor.rio/estagios-operacionais-da-cidade/>

Através do monitoramento dos Estágios e das ocorrências reportadas, a SMAS obtém informações para colocar suas equipes em sobreaviso, auxiliar na tomada de decisão quanto aos acionamentos para intervenção no caso de desastres com impacto em residências vulneráveis.

Caso acionada, a SMAS desenvolverá ações de resposta, devendo comunicar ao COR o balanço de suas operações, incluindo ocorrências que estão sendo tratadas (com tempo estimado de conclusão), pendentes e concluídas, além da quantidade de recursos humanos e materiais em operação.

A SMAS faz parte da Equipe de Gestão de Crises da Prefeitura, recebendo comunicados em tempo real sobre as ocorrências reportadas ao (COR) via aplicativo de mensagens. Da mesma forma, os Coordenadores e/ou assessores das Coordenadorias de Assistência Social (CAS)⁹ são notificados via grupo de aplicativo de mensagens tanto pelas plantonistas SMAS/COR, quanto pela equipe CAE/GGRR, sobre previsões, índices pluviométricos, sirenes acionadas e eventos emergenciais em seus respectivos territórios.

Conforme impactos notificados, a partir do Estágio de Atenção é possível que seja solicitada a presença imediata de gestores operacionais (SUBPSB/CAE) ao COR, e nos Estágios de Alerta e Crise, agrega-se a participação do próprio Secretário Municipal de Assistência Social e Chefia de Gabinete, tendo em vista necessidade de Instalação do Gabinete de Crise e alinhamento de recursos materiais e humanos para a implementação de ações de resposta .

⁹ A SMAS é subdividida em 10 Coordenadorias de Assistência Social com a competência de gerir, em nível local, a Política Pública de Assistência Social na Cidade do Rio de Janeiro, com vistas à vigilância socioassistencial;

2. SOBRE A ATUAÇÃO DA EQUIPE PLANTONISTA SMAS NO COR

A comunicação sobre as eventuais mudanças de Estágios Operacionais, assim como das ocorrências em geral na cidade, com repasse de informações para os segmentos estratégicos da SMAS, conforme necessidade, é realizada por uma equipe de profissionais da própria Secretaria, lotada dentro do espaço do COR, de forma ininterrupta (24 horas).

A comunicação da Equipe SMAS Plantonista com os “staffs” da secretaria (Gabinete, Subsecretários e Coordenadorias de Assistência Social) ocorre através de aplicativo de mensagens, e-mail e por meio de contato telefônico, conforme necessidade.

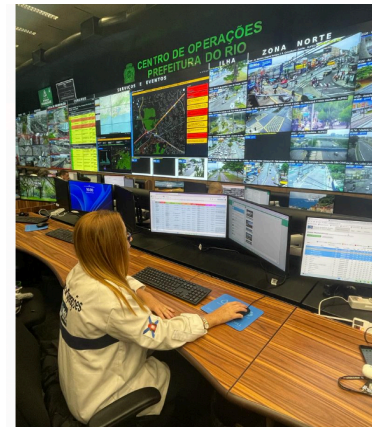


Foto: Ambiente interno do Centro de Operações Rio / Bancada da SMAS

Em todos os estágios previstos, especificamente no que se refere a eventos emergenciais com impacto em residências, essa equipe tem as seguintes funções:

- Acompanhar as informações e notificar mudança de Estágio Operacional, riscos e demandas notificadas à SMAS, reportando para conhecimento do Gabinete, Subsecretários e Coordenadorias de Assistência Social - CAS;
- Realizar triagem técnica dos acionamentos recebidos, ofertando primeiro atendimento às famílias afetadas em demandas pontuais, para identificação de sua situação: desalojada, desabrigada ou que permanecem na residência;
- Reportar informações sobre as ocorrências e acionamentos para conhecimento da Subsecretaria de Proteção Social Básica/Coordenação de Ações Especiais/Gerência de Riscos e Resiliência, para monitoramento e apoio;
- Acionar Equipe de Plantão para atendimento no local da ocorrência, priorizando demandas de famílias desabrigadas;
- Monitorar o atendimento e a resposta às demandas notificadas à SMAS, prestando informações ao coordenador operacional do COR e aos órgãos intervenientes;
- Mediar demandas provenientes de ocorrências repassadas aos territórios, articulando recursos e serviços disponíveis com outros órgãos intervenientes, para responder a possível emergência;
- Monitorar demandas provenientes dos alojamentos provisórios, eventualmente estruturados para atendimento a ocorrências, articulando suporte necessário com Superintendências e outros órgãos intervenientes.
- Elaborar Plano Plurianual - PPA mensalmente, que consiste em relatório com dados estatísticos das demandas recebidas e respectivos andamentos.

Embora vinculada funcionalmente à Ouvidoria da SMAS, a supervisão dos processos de trabalho da equipe SMAS lotada no COR, no que se refere às Emergências Socioassistenciais com impacto em residências, ocorre através da Subsecretaria de Proteção Social Básica/ Coordenação de Ações Especiais (CAE)/Gerência de Gestão de Riscos e Resiliência (GRR).

3. SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE GESTÃO DOS RISCOS

Em contextos de Situações de Risco ou Emergências Socioassistenciais, a gestão de risco envolve a necessária articulação dos diferentes atores envolvidos, o planejamento, a coordenação das ações de resposta e a execução de medidas preventivas para reduzir os riscos e evitar a ocorrência de novos riscos.

O Ciclo de Gestão de Riscos e gerenciamento de Desastres estabelecido pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, aprovada pela Lei nº 12.608, de 10 de Abril de 2012, compreende cinco ações distintas e interrelacionadas, com etapas nos seguintes contextos:

1) Pré-emergência:

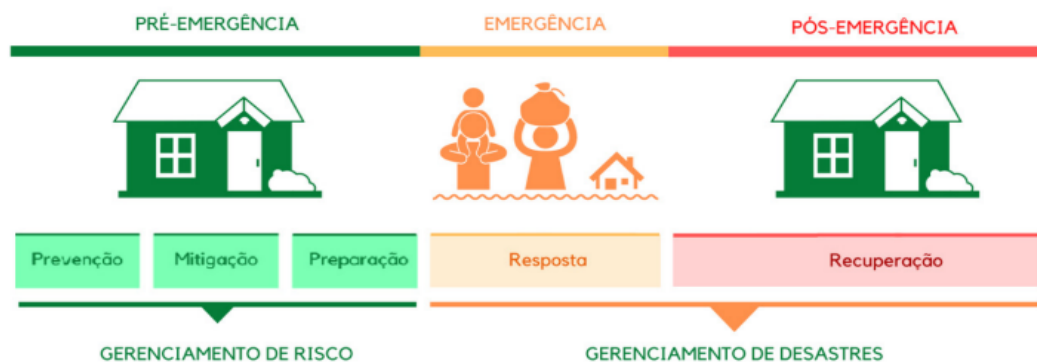
- Prevenção - Medidas e atividades prioritárias, anteriores à ocorrência da situação, destinadas a evitar ou reduzir a instalação de novos riscos.
- Mitigação - Medidas e atividades imediatamente adotadas para reduzir ou evitar as consequências do risco.
- Preparação - Medidas e atividades, anteriores à ocorrência da situação, destinadas a otimizar as ações de resposta e minimizar os danos e as perdas decorrentes da situação. Emergência ou calamidade

2) Emergência:

- Resposta - Medidas emergenciais, realizadas durante ou após a situação, que visam ao socorro e à assistência da população atingida e ao retorno dos serviços essenciais.

3) Pós-emergência:

- Recuperação Medidas desenvolvidas após a situação para retornar à normalidade, que abrangem a reconstrução de infraestrutura danificada ou destruída, e a reabilitação do meio ambiente e da economia, reestruturação de serviços públicos, dentre outros.



Fonte: Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em contextos de Emergência Socioassistencial (versão preliminar). Brasília, outubro de 2020.

Para fins metodológicos, considerando os conceitos de Gestão dos Riscos, a **Redução de Riscos** deve ser realizada de forma contínua e integrada nos períodos de maior normalidade, principalmente durante os meses que antecedem o período que vigora o Plano Verão (novembro a abril), quando há maiores impactos na cidade.

Já o **Manejo de Desastres** deve ser efetuado quando há ocorrências na cidade, passíveis de intervenção da SMAS, com acionamento prioritário realizado pela Defesa Civil Municipal, após avaliação das situações de risco e das ocorrências reportadas ao órgão pelo 1746 ou 199.

3.1. AÇÕES DA SMAS PARA A REDUÇÃO DE RISCOS

Conforme mencionado na introdução do presente documento, a SMAS atua como órgão interveniente no Projeto Estratégico Rio pela Redução de Riscos de Desastres - 3RD, coordenado pela Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil.

A definição da área de cobertura das localidades prioritárias para atendimento pelo Projeto 3D foi realizada considerando as áreas programáticas da cidade, os cenários de riscos geotécnicos (Inventário da GEO-RIO - abril 2021, disponível no SIURB), de riscos hidrológicos (manchas de alagamento Rio-Águas, disponível no SIURB) e o histórico de ocorrências geotécnicas e hidrológicas registradas pela SUBPDEC, SMAS e GEO-RIO, dispostas na tabela a seguir:

- Total da população em áreas selecionadas - Risco Geotécnico

Favela	Risco	Área classe (m²)	Área total (m²)	% área	Bairro	AP	Pop.	Dom.
Rocinha	Alto	176.644	901.402	19,6	Rocinha	2	69.156	23.347
Morro da Formiga	Alto	72.543	199.992	36,3	Tijuca	2	4.312	1.279
Morro dos Telégrafos	Alto	4.716	139.538	3,4	Mangueira	1	6.655	1.985
Inácio Dias (RA - Jacarepaguá)	Alto	31.399	45.019	69,7	Freguesia (Jacarepaguá)	4	707	210
Morro das Palmeiras	Alto	18.574	106.498	17,4	Complexo do Alemão	3	2.138	688
Mangueira (RA - São Cristóvão)	Alto	5.261	116.574	4,5	Mangueira	1	4.570	1.311
Morro do Queto	Alto	9.758	35.054	27,8	Sampaio	3	1.242	311
Morro da Matriz	Alto	9.073	37.539	24,2	Engenho Novo	3	1.979	524
Morro São João	Alto	6.709	116.063	5,8	Engenho Novo	3	3.745	1.096
Parque Candelária	Alto	2.178	48.396	4,5	Mangueira	1	2.212	665
Morro dos Prazeres	Alto	5.278	50.804	10,4	Santa Teresa	1	2.136	622
Morro do Escondidinho	Alto	665	26.236	2,5	Santa Teresa	1	1.758	587

Total da população em áreas selecionadas - Risco Geotécnico: 100.610

- Total da população em áreas selecionadas - Risco Hidrológico:

Localidade	Pop.
Mancha de inundação Acari	63.971
Mancha de inundação Jd. Maravilha	7.476
Soma Risco Geotécnico + Hidrológico - (Cobertura populacional mínima do 3RD)	172.057

Considerando o somatório da população residente nas áreas de Risco Geotécnico e Hidrológico, ficou estimada a cobertura populacional mínima do Projeto 3RD de 172.057 domicílios.

No contexto dos indicadores e objetivos do Projeto 3RD, a SMAS atua nas seguintes frentes de trabalho:

- Simulados Integrados nas comunidades selecionadas pela Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil - SUBPDEC, onde a SMAS mobiliza as equipes locais para estarem presentes nas bases definidas, com as seguintes finalidades:

- Orientar a população participante sobre as competências da SMAS em situações de desastres;
- Informar sobre os serviços socioassistenciais realizados pela SMAS;
- Sempre que necessário a continuidade de atendimentos socioassistenciais, referenciar as famílias para CRAS do território;
- Entregar materiais educativos e informativos dos serviços do CRAS que dispuser;
- Divulgar APP COR e Alerta Rio.



Foto: Simulado Integrado nas Comunidades do Vidigal e Morro dos Macacos e Vidigal- maio e julho/2024

Importante ressaltar que ao término de cada atividade, a equipe da SMAS preenche um Google Forms com dados de identificação do simulado (local, data e horário de vigência), o nº de pessoas atendidas, nº de pessoas referenciadas para o CRAS e possíveis ocorrências relevantes.

- Mapeamento de Alojamento Provisórios junto à Rede de Prevenção e Resposta à Crise, conforme áreas estratégicas do projeto (ver página 30).

De forma mais ampliada, enquanto frentes de trabalho que repercutem nas atividades de prevenção às situações de riscos e desastres no verão, além das iniciativas citadas acima, a SMAS também possui as seguintes iniciativas:

- Grupo de Trabalho periódico para atualização dos instrumentos de trabalho - em especial a Ficha de Atendimento a Situações de Emergência Socioassistencial, instrumento vivo que já está na sua 4ª versão.
- Participação nas reuniões da Rede de Prevenção e Resposta à Crise e das reuniões do 3RD;

- Realização de workshops descentralizados para atualização de profissionais do SUAS;



Fotos: Workshops de Gestão de Riscos com profissionais da SMAS

- Sistematização e atualização periódica de seus Procedimentos Operacionais Padrão - POP e do Plano de Contingência;
- Incorporação orientações sociais e atividades educativas sobre a Segurança Comunitária nos serviços socioassistenciais, em atendimentos individuais e em grupos, a partir de material eventualmente disponibilizado pelos demais órgãos intervenientes (Saúde, Educação e Defesa Civil), ou de ações integradas;
- Realização o monitoramento de informações sobre atendimentos às ocorrências geradas por demandas espontâneas, emergenciais e/ou por processos/ofícios provenientes de outros órgãos;
- Estabelecimento de Atas de Registro de Preço para aquisição de recursos, bem como a aquisição de estoque estratégico para atendimento a ocorrências;
- Realização treinamento periódico das equipes, de forma a manter seu corpo técnico orientado e engajado;
- Apresentação anual do trabalho para o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, com o fito de favorecer acompanhamento e fortalecimento das ações;
- Estabelecimento Termo de Adesão Preventivo para cofinanciamento federal para implementação Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências previsto no Art. 3º da Portaria 90 de 03 de setembro de 2013;
- Implementação de ações de monitoramento e avaliação referentes às ocorrências atendidas, cadastrando a população, identificando suas necessidades e oferecendo suporte, através da inserção em serviços, programas, projetos, acesso a benefícios sociais, viabilização de insumos e acompanhamento social, conforme avaliação técnica efetuada;
- Fomento de ações para aumento de cobertura e atualização do Cadastro Único, uma vez que em situação de emergência e calamidade pública, a base de informações são valiosas tanto para a etapa planejamento quanto para a operacionalização das ações a serem realizadas pelos gestores, como: endereço completo das famílias, situação dos domicílios, composição familiar, dados pessoais, número dos documentos, informação de trabalho, renda e de acesso a programas sociais.

No contexto das ações preventivas, há de se destacar também o Projeto Conexões.SUAS da Coordenadoria de Ações Territoriais (CAT) da SUBPSB, idealizado para promover inclusão social por meio do estímulo à convivência comunitária, o enfrentamento e a prevenção às diversas formas de violação de direitos através da realização da integração de políticas setoriais, entre elas a Educação, Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente e atividades afins como esportes, artes, programações culturais e lazer para promoção do estímulo à cooperação, a autonomia e a potencialização das habilidades pessoais.

O Projeto Conexões.SUAS tem o propósito de atender de forma descentralizada indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e risco, visando acesso a serviços, benefícios e programas sociais. Este projeto atua nos territórios mais vulneráveis da cidade, englobando também as áreas de risco hidrológico e geotécnico, em atendimento à necessidade de ampliação da cobertura socioassistencial para o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social¹⁰, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população.

Importante ressaltar que tal projeto também é direcionado para ações de resposta pós-emergência, com vistas ao atendimento da população residente nos territórios impactados. A título de ilustração, em março/2024, o Conexão SUAS esteve no bairro de Acari, realizando atendimento integrado através do CRAS, CREAS, Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), ISBET - Programa de Estágio e Aprendizagem, Defesa Civil, Secretaria Municipal de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher, Secretaria Especial da Juventude, Fundação Parques e Jardins, ONG Novo Viver, entre outros.



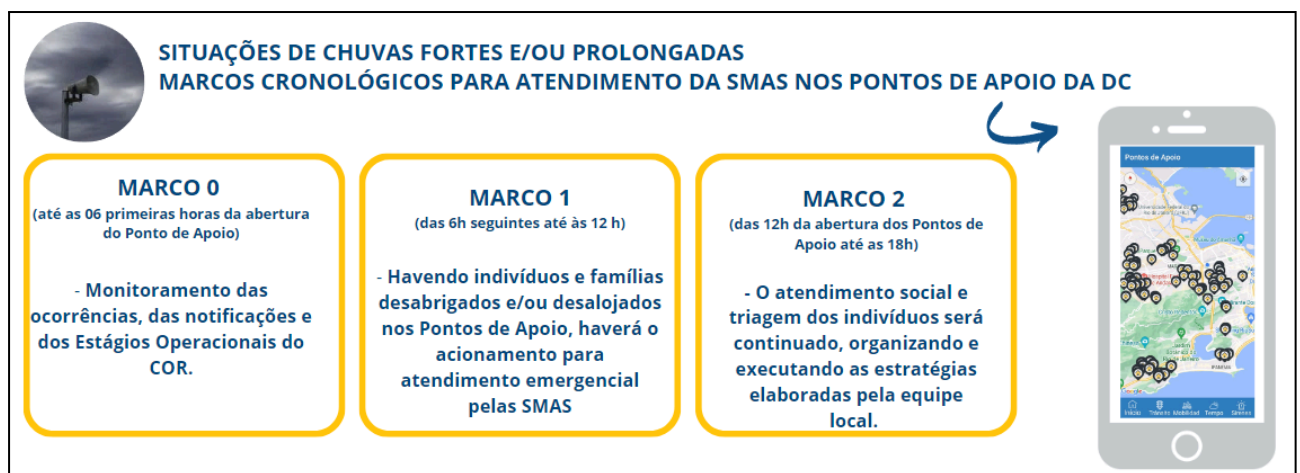
Fotos: Acervo ASCOM, SMAS.

¹⁰ Marilda Iamamoto, importante teórica do Serviço Social, aborda a questão social como um fenômeno complexo e multidimensional, que envolve desigualdades, exclusões e contradições presentes na sociedade capitalista. Ela discute a relação entre a questão social e as políticas sociais, destacando a importância do Estado na sua abordagem e enfrentamento.

3.2. AÇÕES DA SMAS NO MANEJO DE DESASTRES

3.2.1. MARCOS CRONOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO EM PONTOS DE APOIO DA DEFESA CIVIL

Diante das especificidades do trabalho junto à população que se encontra nos Pontos de Apoio ou bases de atendimento locais, as ações da SMAS serão organizadas segundo sistema de Marcos Cronológicos – pontos de referência desencadeadores de ações específicas – para respostas efetivas às demandas, seguindo as mesmas orientações expressas nos Planos de Contingência da SMAS anteriores:



MARCO 0 - Da Montagem do Ponto de Apoio até as 06 primeiras horas de existência

Neste primeiro momento e até as seis primeiras horas de existência, o ponto de apoio será apenas monitorado pela Defesa Civil e pela SMAS, via equipe própria lotada no COR (plantonistas que se revezam para a cobertura de eventos 24h/dia), não havendo a necessidade intervenção imediata, haja vista que a sua duração é temporária.

MARCO 1 – Das 6 primeiras horas até às 12 horas de existência do Ponto de Apoio

Passadas as 6 horas iniciais e perdurando o Estágio de Alerta e Crise, havendo indivíduos e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social desabrigadas e desalojadas nos Pontos de Apoio de referência, haverá o acionamento para atendimento emergencial pelas CAS, que será iniciado assim que for possível o deslocamento seguro à localidade afetada.

MARCO 2 – Das 12:00h até as 18:00h de existência do Ponto de Apoio

Neste marco o atendimento social e triagem dos indivíduos serão continuados, organizando e executando as estratégias elaboradas pela equipe local. A principal meta neste período é desmobilizar o ponto de apoio e implementar novas ações socioassistenciais para atendimento às demandas das populações em risco ou em vulnerabilidade social, desalojadas e/ou desabrigadas.

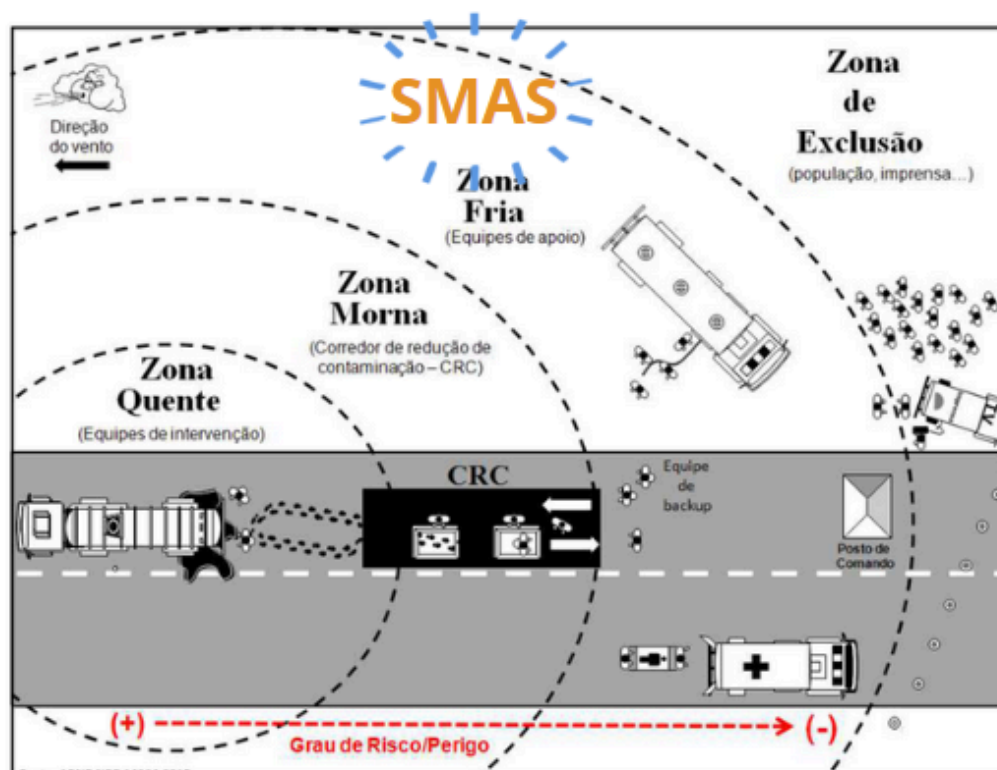
É neste momento que se verificará a necessidade de montar ou não alojamentos provisórios. Após a identificação da necessidade de montagem dos alojamentos provisórios, cabe a SMAS a abertura, gestão de recursos materiais e humanos, acompanhamento e fechamento, de forma articulada com outros órgãos que compõem a Rede de Proteção e Defesa Civil municipal.

3.2.2. DEFINIÇÃO DE LOCAL PARA ATENDIMENTO

No que se refere ao estabelecimento dos pontos de atendimento pela SMAS, principalmente no contexto de desastres de maior magnitude, recomenda-se que os mesmos sejam definidos com o apoio da Defesa Civil Municipal, considerando a necessidade de segurança e acesso, tanto para as famílias afetadas quanto para os profissionais. Importante priorizar “ativos públicos” disponíveis na localidade, bem como ambientes amplos, iluminados, com cobertura, facilidade de acesso para pessoas com deficiência e idosos e distanciamento seguro da área do desastre, considerando a sua magnitude. Para facilitação do atendimento e escuta, faz-se necessária a previsão de mesas e cadeiras.

Na figura abaixo, temos ilustradas as zonas de trabalho previstas pela ABNT NBR 14064 no caso de acidentes automobilísticos, o que pode ser considerado também para orientação dos profissionais SMAS quanto ao seu posicionamento, considerando:

- a) **Zona Quente** - área diretamente afetada;
- b) **Zona Morna** - área intermediária, área de descontaminação e corredor de redução de contaminação (CRC);
- c) **Zona Fria** - área isenta de contaminação e exposição aos riscos;
- d) **Zona de Exclusão** - área na qual devem permanecer as pessoas não envolvidas na resposta emergencial.



FONTE: ABNT/CB 16 - ABNT NBR 14064-2015¹¹

Para fins da ilustração anterior, as equipes da SMAS devem estar situadas na área correspondente à “Zona Fria”.

3.2.3. IMPACTOS EM RESIDÊNCIAS: TIPOS DE OCORRÊNCIAS

A Ficha Padrão utilizada para atendimento às Situações de Emergência Socioassistenciais prevê 5 tipos de ocorrências:

- Catástrofe Natural (inundação, alagamento, deslizamento, rolamento de pedras, vendaval, queda de árvore, incêndios florestais, etc.);
- Desastre Tecnológico (natureza industrial, ex.: rompimento de adutoras);
- Incêndios Domésticos;
- Colapso de Edificação (desabamento);
- Retirada Preventiva (situações de risco iminente)
- Vistoria Preventiva (trepidação, rachaduras, infiltrações, etc.) – sem risco iminente.

Trata-se de campo que exige marcação única, de forma a caracterizar o evento primário que gerou o impacto. Nesse sentido, através da escuta atenta aos indivíduos ou famílias impactadas ou de elementos fornecidos pela Defesa Civil, o profissional responsável pelo atendimento deve realizar a marcação do campo correspondente ao que lhe foi relatado, com registro da descrição no campo “Informações complementares”.

No caso por exemplo de queda de árvore em decorrência de vento/chuva forte sobre uma residência (Catástrofe Natural) seguidas de incêndio da rede elétrica, importante marcar o evento primário, considerando inclusive que tal informação será útil no sentido de prover benefícios assistenciais, conforme normativas vigentes na cidade do Rio de Janeiro¹¹.

Outra informação relevante é concernente a situações onde a emergência ou calamidade foi causada por empreendedor particular (como exemplo dos eventos de Desastre Tecnológico), como é o caso das ocorrências envolvendo barragens, rompimento de adutoras geridas por concessionárias, explosões de imóveis comerciais afetando residências vizinhas, para que sejam realizadas ações a fim de garantir o atendimento e suporte necessário às pessoas e famílias atingidas, como por exemplo: transferência para locais provisórios (casas de familiares, hotéis, pousadas, casas alugadas, etc), oferta de insumos emergenciais, responsabilidades quanto aos danos, através de processos de negociação para indenização ou reparos, e outros assuntos que competem à empresa.

Considerando as atribuições da SMAS pactuadas e registradas na Matriz de Responsabilidades Intersetorial para Chuvas Fortes e Prolongadas, cuja com revalidação anual junto ao COR, bem como no contexto do Projeto Estratégico Proteção Social nas Emergências, os principais objetivos, sob responsabilidade do órgão, as ações relacionadas ao Manejo de Desastres são:

- Desenvolver, de forma integrada com outros órgãos públicos municipais, ações de prevenção e resposta frente às situações de alagamento, deslizamentos e inundações, provenientes de chuvas fortes e/ou prolongadas;
- Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;

¹¹ Vide critérios estabelecidos pelo Decreto Municipal nº 44.637 de 18/06/2023 para a concessão do Auxílio Habitacional Temporário.

- Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
- Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;
- Facilitar acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;
- Articular acesso às demais políticas setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos, diante das necessidades identificadas;
- Assegurar acolhimento imediato às famílias desabrigadas em condições dignas e de segurança;
- Provisionar insumos emergenciais para atendimento às necessidades humanas básicas de famílias desalojadas ou que permanecem em domicílios não interditados após impacto;
- Mapear e validar alojamentos provisórios;
- Estruturar, manter e desmobilizar alojamentos provisórios, caso seja pertinente sua instalação, em parceria com Subprefeituras locais e órgãos intervenientes, conforme demanda identificada;
- Referenciar famílias para continuidade do atendimento e acompanhamento pelos Serviços Socioassistenciais.

Como ações preparatórias indicadas para implementação pelas Coordenadorias de Assistência Social (CAS) e pela Equipe de Abordagem Social 24h (CGPR), indicamos a necessidade de observação dos aspectos relacionados às escalas de atendimento (profissionais e viaturas), à separação prévia dos instrumentos e recursos, ao mapeamento de local para digitação das fichas de atendimento do Sistema Integrado de Gestão de Riscos SMAS e para armazenamento de recursos para o trabalho:



3.2.3. IMPACTOS EM RESIDÊNCIAS: TIPOS DE DEMANDAS

A experiência de atuação da SMAS ao longo dos últimos anos indica que as notificações de ocorrências ocorrem, principalmente, através das seguintes formas:

1. **Demanda Espontânea** - quando a família comparece aos equipamentos socioassistenciais (Centros de Referência de Assistência Social - CRAS ou Centros Especializados em Assistência Social - CREAS) solicitando acesso a serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais que resolvam ou mitiguem danos causados por ocorrências ou com relato de situação de risco em potencial. Nos casos em que as famílias solicitaram atendimento às equipes sem que a Defesa Civil tenha realizado vistoria no imóvel, o profissional deverá orientar o indivíduo/família a realizar a abertura de chamado de atendimento através de contato telefônico para o número 199. Ressalta-se que, independente do pré-atendimento pela Defesa Civil ou da emissão de Auto de Interdição, a equipe iniciará os procedimentos protocolares assistenciais para Proteção Social à família.
2. **Demanda Eletiva** - ocorre através do envio de Ofício pela Defesa Civil com solicitação de atendimentos assistenciais pela SMAS. Atualmente os ofícios são todos encaminhados e movimentados pelo Processo.Rio, o que garantiu maior segurança e agilidade na tramitação das demandas, além de facilitar a busca de informações sobre o status / histórico de atendimento. Através de atendimento realizado por profissional da equipe técnica do CRAS, serão realizados os procedimentos protocolares assistenciais para as famílias, incluindo o preenchimento de instrumentos operativos-padrão e implementação de fluxos pré-definidos;
3. **Demanda Emergencial** - A Assistência Social é um órgão de segunda resposta, a ser acionada, conforme protocolo operacional, pela Defesa Civil municipal, principalmente quando houver demanda por acolhimento. Demandas provenientes de outros atores do território ou órgãos municipais devem ser direcionadas à Equipe SMAS Plantonista do COR para averiguação e validação, aguardando o comando para atuação.

3.2.4. FLUXO OPERACIONAL

Os profissionais plantonistas da SMAS lotados no COR recebem solicitações da Defesa Civil para atendimento prioritário a pessoas que necessitam de proteção social.

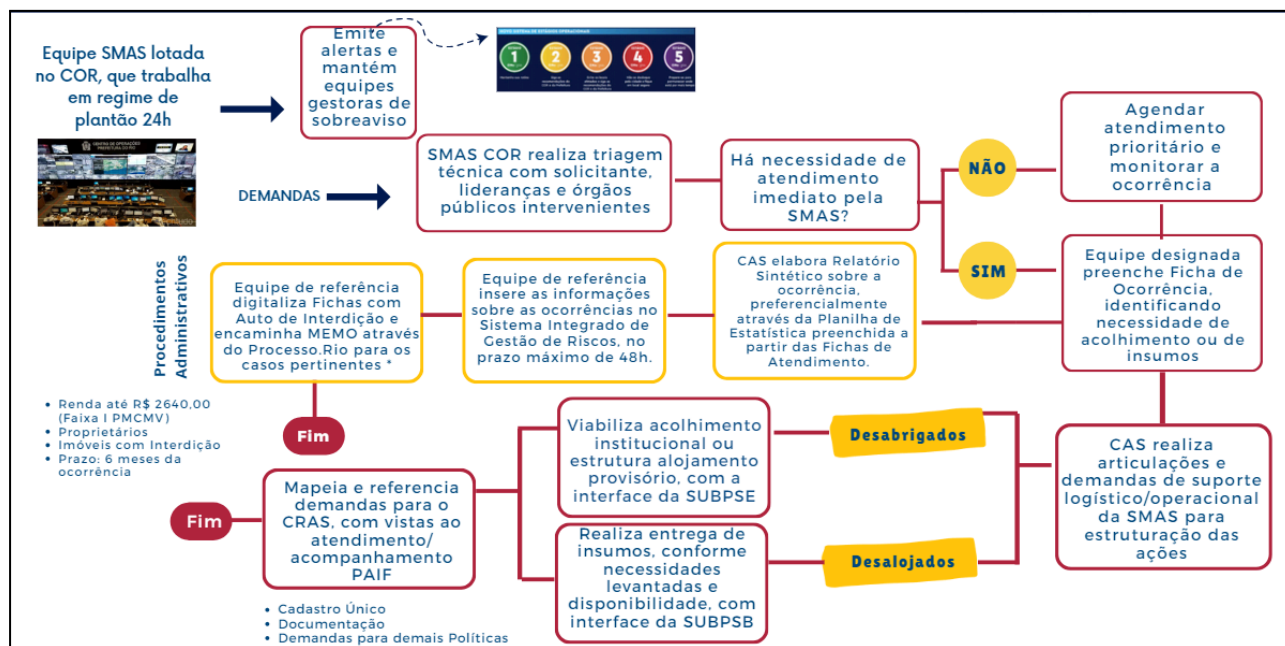
É importante ressaltar que, uma vez acionada, a equipe da SMAS lotada no COR fará a triagem técnica da demanda, através de contato telefônico com o solicitante e demais atores envolvidos, no sentido do levantamento da necessidade de deslocamento imediato da equipe dos territórios, considerando a existência de pessoas desabrigadas.

Em se tratando de casos de famílias desalojadas, o atendimento presencial será acordado com a família, ou no CRAS de referência ou em base de base de atendimento próximo à localidade, visando o levantamento da necessidade de demandas socioassistenciais.

Ressalta-se que na ausência de disponibilidade imediata de recursos do território para atendimento à demanda apresentada, à Coordenação de área (CAS), apoiada pela Equipe do COR sob a supervisão da SUBPSB/CAE/GRR, poderá também acionar a Equipe de Abordagem Especializada da Coordenadoria Geral de Programas de População em Situação de Rua (CGPR) para a garantia da agilidade de atendimento das demandas apresentadas.

O deslocamento das equipes para atendimento deve acontecer assim que for possível o acesso ao local. Tais condições devem ser avaliadas pela equipe do COR e pela equipe escalada, segundo território de abrangência, a partir do contato com a rede local (lideranças comunitárias, gerentes operacionais da Defesa Civil, Subprefeituras e outros órgãos/instituições parceiras), com respaldo do próprio COR.

O atendimento deve ocorrer com base nas etapas previstas no Fluxograma Assistencial da SMAS:



O esquema a seguir ilustra as orientações gerais para orientar a atuação dos profissionais SUAS nos atendimentos emergenciais:


Ao chegar ao local do evento:

- Procurar o responsável pela organização dos trabalhos (CAS) ou coordenação da Defesa Civil para se apresentar como representante da SMAS ;
- Inteirar-se sobre o evento e sua extensão;
- Estabelecer com apoio dos órgãos intervenientes local de atendimento, mantendo distância da "área quente" do evento;
- Receber instrumentos de trabalho;
- Colaborar na organização do espaço;
- Alinhar CEP, bairro e comunidade;
- Atenção às informações prestadas pela Defesa Civil - nº do Boletim de Ocorrência (BO) e nº do Auto de interdição (AI)


Diretrizes para os atendimentos


- Preenchimento completo do "Ficha de Atendimento a Situações de Emergência Socioassistencial";
- Atenção aos membros da família desaparecidos ou com casos de óbito;
- Nos casos de famílias desabrigadas - com demanda para acolhimento, efetuar comunicação imediata com coordenador da ação para mediação de vaga;
- A oferta de insumos emergenciais está condicionada ao relato das perdas materiais e aos critérios regulamentados.
- Registros detalhados: registrar as informações colhidas através da escuta sensível e atenta


Independente da forma de recepção da notificação de ocorrência, os profissionais deverão utilizar o instrumento padrão "Ficha de Atendimento a Situações de Emergências Socioassistenciais" (ANEXO I) para registro do atendimento às famílias afetadas, priorizando:


- 


Identificar e cadastrar indivíduos e famílias afetados por desastre, priorizando as seguintes demandas:

 - membros da família em situação de risco e vulnerabilidade social, **desaparecidos** ou com **casos de óbito** em decorrência do evento;
 - famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, **cujas residências foram total ou parcialmente destruídas** por catástrofes.
- 

Identificar **públicos prioritários**, que necessitam de atenção diferenciada, sendo eles: crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, gestantes e nutrízes;
- 

Identificar indivíduos e famílias **desalojadas**, que possuem local para acolhimento (dentro ou fora da comunidade), para encaminhamento às residências de referência, verificando a necessidade de organização de uma logística de traslado, em parceria com órgãos intervenientes;
- 

Identificar famílias e indivíduos **desabrigadas**, para oferta de acolhimento em rede institucional da SMAS e, dependendo do quantitativo de pessoas a organização dos alojamentos provisórios, em parceria com as Subprefeituras Locais e Órgãos Intervenientes;
- 

Referenciar os indivíduos e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, para **acompanhamento social**, visando a inserção em serviços, programas, projetos e benefícios sociais que proporcionem a promoção social destes;
- 

Articular com as demais políticas públicas, ações de resposta às demandas socioassistenciais identificadas, no que se refere principalmente aos temas: saúde, habitação, educação, violação de direitos, entre outros.

Apresentamos a seguir a sugestão de layout para organização das bases de atendimento SMAS, considerando os processos de trabalho relacionados à recepção, aos atendimentos, a elaboração de estatísticas (para prover parciais de atendimentos e subsidiar requisição de insumos e encaminhamento para acolhimento) e a entrega dos recursos emergenciais disponíveis, conforme demanda apurada:



Em se tratando de ocorrências coletivas ou de maior magnitude / expressão, reforça-se a necessidade de elaboração de síntese sobre as ações desenvolvidas, com informações que contextualizam o evento, como: segmentos da SMAS responsáveis pelo atendimento (território / coordenação), recursos empregados (número de profissionais envolvidos e viaturas), descrição da atuação, dados quantitativos sobre número de afetados, demandas socioassistenciais (especialmente relacionadas aos insumos emergenciais demandados) e ações de continuidade previstas.

Para facilitar o registro da referida síntese, assim como os desdobramentos com pertinência à Política de Assistência Social, foi elaborado instrumento de “Estatística” (ANEXO 2), fundamental para a organização interna, facilitando a tomada de decisão dos gestores da pasta. Esse instrumento visa garantir o acesso rápido a informações preliminares, uma vez que toda operação da SMAS ainda hoje é realizada com base no preenchimento manual de instrumentos, que portanto demandam sínteses manuais.

Lembramos que, pela própria natureza do trabalho, a integração é fundamental, o que reforça a necessidade de registro de sínteses qualificadas, para compartilhamento adequado das informações, inclusive no que se refere às demandas provenientes da imprensa, muitas vezes presente no contexto de desastres, com a missão de informar a população em geral sobre os impactos ocorridos.

As informações sistematizadas pela SMAS servem de base para a avaliação da gravidade dos impactos e para tomada de decisão da gestão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no que se refere a medidas de resposta.

Após a realização dos atendimentos, estatística e sínteses preliminares, os principais dados de interesse das Ficha de Atendimento a Situações de Emergências Socioassistenciais são inseridos no Sistema Integrado de Gestão de Riscos da SMAS, no ambiente do SIURB - Sistema de Informações Urbanas, que possibilita a extração de informações solicitadas pela Defesa Civil para preenchimento do FIDE - Formulário de Informações do Desastre¹², a saber: nº de desabrigados, nº de desalojados, nº de famílias/pessoas impactadas, localidades das moradias das famílias atendidas, em ocorrências de maior magnitude.

O FIDE é documento básico para subsidiar preenchimento do Formulário de Solicitação de Recursos Federais, com verbas para aquisição de Cestas Básicas, Kit de limpeza, Kit de Higiene Pessoal, Colchão e Kit Dormitório, a partir da extração de listagem padronizada dos atendimentos registrados no Sistema Integrado de Gestão de Riscos da SMAS / SIURB - vide item 6 do presente, bem como no que se refere aos danos materiais em ativos públicos da SMAS.

Importante ressaltar que para o correto preenchimento do FIDE, a Defesa Civil Municipal desenvolve atividades com todos os órgãos envolvidos, visando orientar cada qual acerca das categorias de dados. Periodicamente são realizados Simulados Operacionais, como etapa preparatória, para que, no momento da crise, o município tenha agilidade na consecução das ações necessárias. No âmbito da SMAS, a representação institucional para o fornecimento das informações do FIDE, bem como para monitoramento do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID - Sistema que integra dados sobre desastres naturais e humanos no território brasileiro, é realizada pela AS/SUBPSB/CAE/GRR - Gerência de Riscos e Resiliência e AS/ACR - Assessoria de Captação de Recursos.

¹² Disponível em:

<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/legislacao/Anexo-I--FIDE.pdf>

3.3. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO PÓS-CRISE AGUDA

No pós-emergência, as ações da SMAS estarão direcionadas para o restabelecimento das atividades rotineiras dos equipamentos, priorizando entretanto o apoio a indivíduos e famílias para acesso a direitos e mecanismos que garantam a subsistência e a implementação das seguranças afiançadas pela PNAS.

Para além das providências primárias relativas à oferta de acolhimento para as famílias desabrigadas e insumos emergenciais / deslocamento de famílias para casa de terceiros para as famílias desalojadas, a Ficha de atendimento padrão da SMAS possui campo específico para levantamento das demandas socioassistenciais, prevendo os seguintes encaminhamentos:

- Acionamento Conselho Tutelar
- Vistoria pela Defesa Civil (Orientar 199 ou 1746)
- Inclusão / Atualização no Cadastro Único
- Documentação Civil
- Programas Habitacionais
- Obra Pública
- Criança/Adolescente Fora Da Escola
- Programas de Segurança Alimentar
- Atendimento de Saúde

O Sistema Integrado de Gestão de Riscos da SMAS (SIGR)¹³ possibilita a extração de listagens padronizadas com o objetivo de facilitar processos de atendimentos individuais e coletivos, através de ações descentralizadas e intersetoriais. Dessa forma, a Assistência Social é fortalecida no processo decisório quanto à implementação das medidas necessárias ao mesmo tempo que reúne dados importantes para realizar as articulações intersetoriais para os atendimentos.

O cadastro das famílias afetadas também é útil para mobilizar recursos financeiros próprios e, quando necessário, solicitar apoio financeiro ao estado e/ou União para as ações socioassistenciais a serem executadas no pós-emergência. Sobre esse aspecto, é importante ressaltar as ações que serão demandadas quanto à prestação de contas correlatas.

No que se refere aos alojamentos provisórios e atendimentos em bases descentralizadas, recomenda-se a desmobilização gradual das ações implantadas ou outras medidas acordadas com a população de modo a prevenir a interrupção brusca e evitar danos e prejuízos às famílias e indivíduos afetados. Da mesma forma, considerar a importância de evitar a sobrecarga das equipes envolvidas.

Outra medida fundamental é desmobilizar as formas de acolhimento não institucionais, atendendo e encaminhando as famílias e indivíduos para retorno às suas residências, casa de parentes/amigos, moradias provisórias ou outros espaços de acolhimento na rede socioassistencial.

Todas as famílias atendidas devem ser referenciadas para a continuidade do atendimento nos CRAS mais próximos às suas moradias, para que o trabalho social com famílias junto às famílias e indivíduos previsto pelo PAIF apoie na reorganização seus projetos de vida e/ou superação das situações de vulnerabilidade e riscos agravados ou gerados pelo contexto de emergência, conforme avaliação conjunta entre equipe técnica e família, com foco especial para os públicos prioritários, povos e comunidades tradicionais.

¹³ Vide tópico 6 - Monitoramento e Avaliação (Sistema Integrado de Gestão De Riscos) do presente.

Anualmente a Equipe da SUBPSB/CAE/GGRR elabora o Caderno Pós-Chuvas como exemplo de uma boa prática diagnóstica e propositiva que reúne elementos que auxiliam no monitoramento de situações de vulnerabilidade e risco decorrentes da emergência e facilitam articulação interinstitucional, através do COR.

No caso de desastres tecnológicos, a SMAS deve assegurar a continuidade do atendimento às famílias, reportando possíveis demandas à gestão da PCRJ para mediação junto aos órgãos de fiscalização /interlocução e articulação com os agentes externos responsáveis pela reparação de danos causados por contextos que resultaram nas emergências, visando à proteção social das famílias e indivíduos afetados.

Da mesma forma, ressaltamos a participação da SMAS nos "Debriefings" pós-chuvas promovidas pelo COR, como ação estratégica, visando a avaliação dos processos de trabalho, para identificar potencialidades e necessidades de ajustes e melhorias para ações futuras.

O quadro a seguir apresenta a sistematização de diretrizes orientadoras com objetivo de promover melhor integração entre as áreas estruturantes do SUAS e fortalecer a articulação intersetorial no pós-emergência:

<p style="text-align: center;">PSB (PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manter o acompanhamento familiar da população impactada no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF); • Manter o atendimento do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para atendimento de usuários realocados; • Planejar o Trabalho Social com famílias voltado ao fortalecimento de vínculos familiares com foco no desenvolvimento da autonomia; • Integrar respostas coordenadas pela Defesa Civil e ou previstas em Plano de Contingência; • Assegurar a escuta permanente da população impactada; • Garantir a participação da população impactada/comunidade nas ações gradativas de desligamento dos serviços; • Fortalecer processos produtivos integrados (inclusão produtiva) • Participar de reuniões intersetoriais de recuperação e retomada da situação de emergência; • Manter o fluxo de referência e contrarreferência estabelecido com o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) para os casos de usuários impactados por emergências e violação de direitos. 	<p style="text-align: center;">PSE (PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planejar a desativação do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências/Abrigos provisórios; • Integrar respostas coordenadas pela Defesa Civil e ou previstas em Plano de Contingência; • Manter fluxos de referência e contrarreferência que assegurem o atendimento especializado à população impactada; • Articular o atendimento com o Sistema de Garantia de Direito. Ex. Conselho tutelar, Ministério Público • Sensibilizar a participação da população impactada/comunidade nas ações de desligamento dos serviços; <p style="text-align: center;">VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compartilhamento de dados e informações sobre a recuperação dos impactos; • Apoio no registro e controle da população impactada; • Participação no comitê de recuperação/retomada e instâncias similares; • Produzir estudos sobre os impactos; • Atualizar diagnóstico sócio territorial.
---	---

Fonte: Sistema Único de Assistência Social (Suas) No Contexto das Emergências: A Experiência da SMAS/Rio de Janeiro no enfrentamento à Pandemia da COVID-19 Realização: UNICEF Parceria: SMAS/Prefeitura

4. DISPOSITIVOS INSTITUCIONAIS

4.1 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO (POP)

O Procedimento Operacional Padrão é um documento que expressa o planejamento do trabalho protocolar que deve ser executado para o alcance da meta padrão. Deve conter as instruções sequenciais das operações, especificando o responsável pela execução. Devem ser aprovados assinados datados e revisados regularmente ou conforme necessidade.

PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO - POP TEMA: DISPONIBILIZAÇÃO DOS CARTÕES PROTEGE SUAS		Criação: 09/08/2022 Página: 1/7 Revisão: 26/09/2022
Equipe Responsável pela elaboração:	AS / CAE / GRR	
Sectores Envolvidos na execução:	SUBPSB	
1. Descrição: Procedimentos para efetivar a entrega, a carga monetária e a prestação de contas referentes ao Cartão Protege SUAS (Cartão Alimentação Personal Card), a partir da solicitação das Coordenadorias de Assistência Social e implementação de ações administrativas e de controle interno.		

Foto: Exemplo do modelo de POP SMAS

Segue relação dos POPs já sistematizados pela SMAS ou em fase de elaboração, segundo objetivos gerais¹⁴:

- **DEMANDAS EMERGENCIAIS** - Padronizar os Procedimentos Operacionais com o estabelecimento de fluxos de trabalho pré-definidos para a implementação de ações de resposta aos acionamentos efetuados prioritariamente pela Defesa Civil visando o atendimento de famílias impactadas por desastres ou em risco iminente;
- **DEMANDAS ESPONTÂNEAS** - Padronizar os Procedimentos Operacionais com o estabelecimento de fluxos de trabalho pré-definidos, realizados através de atendimento profissional da equipe técnica do CRAS, com levantamento de demandas, inclusão em programas assistenciais e encaminhamento para as políticas setoriais pertinentes;
- **DEMANDAS ELETIVAS** - Estabelecer fluxos de trabalho de modo a uniformizar os atendimentos a situações de emergências socioassistenciais realizados por profissionais das Equipes Técnicas dos CRAS a partir da demanda espontânea;
- **TRIAGEM SMAS COR** - Padronizar a triagem técnica e o monitoramento das ocorrências recebidas pela equipe SMAS/COR, contribuindo na garantia da proteção social de famílias, grupos e indivíduos nos contextos de emergência socioassistencial, conforme estabelecido nas legislações vigentes.
- **DISPONIBILIZAÇÃO DO CARTÃO PROTEGE SUAS** - Procedimentos para efetivar a entrega, a carga monetária e a prestação de contas referentes ao Cartão Protege SUAS (Cartão Alimentação Personal Card), a partir da solicitação das Coordenadorias de Assistência Social e implementação de ações administrativas e de controle interno.

¹⁴ Todos os documentos estão disponíveis para consulta no Sistema Integrado de Gestão de Riscos SMAS (SIGR).

- **COFINANCIAMENTO FEDERAL** - Dar celeridade ao processo de implantação dos alojamentos provisórios e potencializar a qualidade na manutenção dos mesmos no acolhimento às famílias.
- **MAPEAMENTO DE ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS** - Dar celeridade ao processo de elegibilidade prévia de ativos públicos para a instalação de alojamentos provisórios e potencializar a qualidade na manutenção dos mesmos, visando o acolhimento às famílias afetadas.
- **IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS** (em construção):
 - Implantar Alojamento Provisório (AP) de acordo com a necessidade em caso de situação de emergência e calamidade pública, mediante ausência de vagas de acolhimento na rede municipal;
 - Assegurar que o alojamento provisório seja direcionado às famílias que se encontram temporariamente desabrigadas que desejarem acolhimento;
 - Garantir condições dignas e de segurança, proporcionando o convívio familiar e contribuindo para a proteção social das pessoas e famílias das pessoas que se encontram temporariamente desabrigadas, de acordo com as normativas vigentes;
 - Articular a rede de políticas públicas e redes sociais de apoio para prover as necessidades sociais identificadas;
 - Promover a inserção na rede socioassistencial e o acesso aos benefícios sociais.

4.2. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL (REDE PRÓPRIA) OU EM ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS

No que se refere ao acolhimento institucional ou necessidade de estruturação de alojamento provisório, é necessário ressaltar que essas medidas protetivas de Alta Complexidade, previstas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (RESOLUÇÃO Nº 109, de 11 de novembro de 2009), e que possuem caráter extraordinário, quando esgotadas a possibilidade de resposta autônoma da família ou de suporte através da rede familiar e/ou comunitária.

Na necessidade de implementação de alojamentos provisórios, quando a demanda de famílias desabrigadas for superior à capacidade de acolhimento institucional pela rede de Alta Complexidade do município, considera-se a premência do desenvolvimento de ações de planejamento para a efetivação dessa importante resposta estratégica, visando a superação da situação de risco vivenciada pela população afetada por situação de Emergência Social, e a oferta da Proteção Social de forma qualificada.

A construção de um Procedimento Operacional específico para orientar os trabalhadores SUAS quanto à implementação, manutenção e desmobilização de Alojamentos Provisórios vem sendo realizada pela SUBPSE/SMAS.

A oferta de alojamentos provisórios está prevista como estratégia da Defesa Civil, na forma da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC e pela Política de Assistência Social na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009 - Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergência.

4.2.1. MAPEAMENTO INTEGRADO DE ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS

Como etapa preparatória, em 2021 e 2022, a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Centro de Operações e Resiliência- GP/COR, a Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil - SUBPDEC e o Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária - IVISA-Rio desenvolveram vistorias a ativos públicos municipais para a possível estruturação de alojamentos provisórios, visando acolhimento e atenção à população impactada por desastres no âmbito do município do Rio de Janeiro, com base nos seguintes critérios:



Foto: Vistoria Integrada Vila Olímpica Mangueira, 2022.

1. Cobertura das localidades prioritárias por Área Programática estabelecida pelo Projeto Estratégico 3RD, considerando os cenários de riscos geotécnicos (Inventário da GEO-RIO - abril 2021, disponível no SIURB), de riscos hidrológicos (manchas de alagamento Rio-Águas, disponível no SIURB) e o histórico de ocorrências geotécnicas e hidrológicas registradas pela SUBPDEC, SMAS e GEO-RIO;
2. Possíveis riscos sanitários e ambientais: os alojamentos provisórios devem ser instalados em áreas seguras, distanciados das áreas críticas e das áreas de riscos de desastres, e ficar distanciados de depósitos de lixo e outras instalações com geração de matéria orgânica, para evitar que atraiam vetores, especialmente insetos e roedores às áreas destinadas aos acolhidos;
3. Topografia local deve facilitar o escoamento e a drenagem das águas de chuva rapidamente, evitando que o terreno permaneça úmido e insalubre ou se torne lamacento e prejudique a condição de limpeza da área de acomodação das pessoas abrigadas;
4. Características de cada elemento da estrutura quanto à sua quantidade e qualidade (número e condições sanitárias dos banheiros, número de chuveiros, espaço disponível para instalação de cozinha e acondicionamento de alimentos, instalação de refeitórios, disponibilidade de espaço para área de lavagem e secagem de roupas, etc);
5. Avaliação do espaço da edificação pretendida quanto à possibilidade de divisão do espaço para acomodação de famílias, facilidades para adequação dos espaços para instalação de idosos e pessoas com deficiência, área para guarda dos pertences dos acolhidos, área de recreação, alimentação, etc;
6. Verificação da existência de reservatórios de água potável compatíveis com o número de pessoas a serem acolhidas;
7. Avaliação das condições de iluminação e circulação de ar;
8. Levantamento detalhado das áreas que poderão ser ocupadas pela população, como também pelas equipes de trabalho, com suas atribuições e os recursos que poderão ser utilizados;
9. Priorização de equipamentos públicos e não escolares, visando evitar impactos na rotina das escolas;
10. Proximidade dos serviços essenciais de atendimento médico e os acessos viários devem manter as condições adequadas de trafegabilidade, favorecendo as chegadas e saídas especialmente das

equipes de atendimento médico, da Vigilância em Saúde e da Assistência Social, assim como das equipes encarregadas dos abastecimentos de alimentação, água, roupas e agasalhos e outros.

Seguindo as recomendações estabelecidas pelo Manual de Alojamento Provisórios da SEDEC, a SMAS elaborou instrumento para registro das vistorias aos ativos públicos, para propiciar a qualificação sobre as características e estrutura de cada equipamento (ANEXO IV).

Foram considerados os territórios de maior risco geotécnico e hidrológico estabelecidos pelo Projeto 3RD, para o início do mapeamento, na perspectiva de expansão futura para outras áreas da cidade.

De acordo com deliberação coletiva por parte dos órgãos que compõem a Rede de Prevenção e Resposta, em 2022 a SMAS consolidou relatório das vistorias realizadas, com formalização via ofício da homologação dos ativos públicos validados e daqueles sujeitos à validação futura, com solicitação de retorno aos órgãos responsáveis, quanto às medidas que serão oportunamente implementadas para a correção das fragilidades observadas.

A tabela a seguir especifica os locais homologados pelos órgãos responsáveis pelas vistorias integradas, segundo áreas das Coordenadorias de Assistência Social (CAS):

14 Áreas de Alto Risco 3RD	
1 MORRO DOS TELÉGRAFOS (MANGUEIRA)	Vila Olímpica Mangueira
1 MANGUEIRA (MANGUEIRA)	Vila Olímpica Mangueira
1 PARQUE CANDELÁRIA	Vila Olímpica Mangueira
1 MORRO DO ESCONDIDINHO (SANTA TERESA)	Clube dos Servidores Municipais
1 MORRO DOS PAZERES (SANTA TERESA)	Clube dos Servidores Municipais
2 ROCINHA (ROCINHA)	Em definição
2 MORRO DA FORMIGA (TIJUCA)	Centro Coreográfico
3 MORRO DO QUETO (SAMPAIO)	Vila Olímpica Mangueira
3 MORRO DA MATRIZ (ENGENHO NOVO)	Vila Olímpica Mangueira
3 MORRO SÃO JOÃO (ENGENHO NOVO)	Vila Olímpica Mangueira
4 MORRO DAS PALMEIRAS (CPX DO ALEMÃO)	Vil Olímpica Joaquim de Queiroz
6 ACARI	Arena Jovelina Pérola Negra
7 INÁCIO DIAS (JACAREPAGUA)	Vila Olímpica Mato Alto
10 JARDIM MARAVILHA	Vila Olímpica Dr. Sócrates Arena Chacrinha

O processo de homologação encontra-se em andamento, avançando para outras localidades estratégicas, visando a extensão da cobertura da Rede de Alojamentos Provisórios do município. Foi acordado que, no caso de abertura de Alojamentos Provisórios, a equipe de Planejamento do COR fará a sinalização por aplicativo dos locais ativos por meio dos mapas digitais disponíveis, para comunicação e orientação à população, atendendo aos preceitos de transparência e comunicação assertiva com a população.

4.3. PROGRAMA DOCUMENTA RIO

O Programa Documenta Rio foi lançado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro em 2021, constituindo um importante dispositivo institucional da SMAS para o suporte às necessidades de famílias atingidas por Situações de Emergência Socioassistencial no que se refere ao acesso à documentação civil, contando com as seguintes iniciativas:

- Investimento na atualização dos profissionais que atuam nas unidades da SMAS com a ampliação de seu campo informacional acerca da documentação civil, através de Workshops periódicos e descentralizados;
- Produção de material informativo, tanto para os profissionais do SUAS - Cartilha Documenta Rio (Figura 1), quanto para seus usuários - Folderes Documenta Rio - Figura 2, por tipo de documento, que orienta corretamente o passo a passo para a retirada de cada tipo de documento civil, com QR codes interligados às páginas dos órgãos emissores;



Figura 1

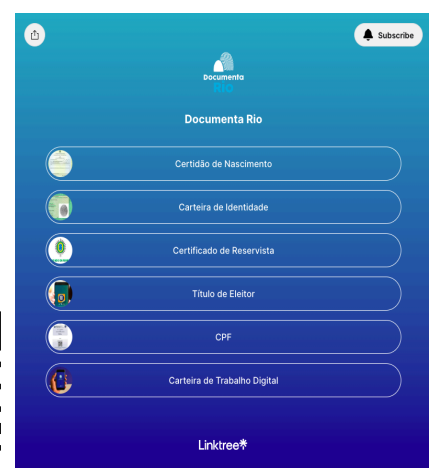


Figura 2

- Disponibilização do material informativo de forma impressa e digital- Acesse: <https://linktr.ee/gai.subpsb> ou Qr Code (Figura 3) - com orientação para ampla circulação entre profissionais da SMAS e da rede socioassistencial, assim como lideranças comunitárias e usuários dos serviços



Figura 3



Fonte: Documenta Rio SMAS: Ações inovadoras para facilitação do acesso da população à Documentação Civil. In: Cidade Inova, Rio de Janeiro, número 17, Volume 1, Junho de 2023. ISSN 25963236

4.4 COFINANCIAMENTO FEDERAL

A Portaria nº 90, de 3 de setembro de 2013 dispõe sobre o cofinanciamento federal para oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, com repasse no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a cada grupo de 50 pessoas em acolhimento provisório. Tais valores podem ter adicionais considerando a proporcionalidade da situação de emergência ou calamidade pública, o percentual de pessoas em maior vulnerabilidade dentre as famílias e indivíduos atingidos e a existência de regulamentação de benefícios eventuais.

No ano de 2021 a SMAS efetivou os procedimentos para habilitar nosso município à solicitação de recursos ao Governo Federal nas circunstâncias de Emergência e Calamidade Pública - Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergência, realizando adesão preventiva ao Termo previsto na referida Portaria, sendo aprovado no ano de 2022.

Desta forma, caso venha a ser decretada pela municipalidade situação de Calamidade Pública ou Emergência, já foi realizada a adesão a Portaria Nº 90, viabilizando a requisição de cofinanciamento federal.

Ressalta-se, conforme exposto anteriormente, que o Procedimento Operacional Padrão para a solicitação de Cofinanciamento Federal constitui produto já consolidado pela SUBPSB/CAE/GGRR, disponível no Sistema Integrado de Gestão de Riscos.

4.5. ANTECIPAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS:

O Decreto nº 7.223, de 29 de junho de 2010, possibilita a antecipação aos beneficiários de municípios em estado de Calamidade Pública, reconhecidos por ato do Governo Federal, do cronograma de pagamento dos benefícios BPC/LOAS, previdenciários e assistenciais, enquanto perdurar o estado de calamidade.

No âmbito do Programa Bolsa Família (PBF), no caso de situação de emergência ou estado de calamidade pública, podem ser realizadas ações especiais para garantir às famílias o acesso ao pagamento dos benefícios do Programa, quais sejam:

- Quebra de escalonamento de pagamentos: a liberação do pagamento do benefício do PBF para todas as famílias beneficiárias do município afetado já no primeiro dia do calendário de pagamentos do Programa;
- Declaração Especial de Pagamento: é a declaração emitida pela gestão municipal do PBF para os beneficiários que precisam sacar o benefício, e estão sem o cartão e sem documento de identificação.
- Possibilidade de prorrogação dos prazos da Ação de Atualização Cadastral. Para os municípios/DF em contexto de emergência, e que solicitam as ações especiais, são ampliados os prazos para atualização cadastral e repercussão nos benefícios do PBF.

No âmbito de programas municipais, a inscrição no Cadastro Único constitui pré-condição para a inserção em programas habitacionais (a exemplo: inscrição no Banco de Demandas ou no Auxílio Habitacional Temporário da SMH) e Programas de Melhorias Habitacionais (a exemplo do Programa Casa Carioca da SEAC).

No ano de 2023 (janeiro a setembro), segundo dados apurados pela Coordenadoria de Transferência de Renda da SMAS, o município do Rio de Janeiro realizou 120.518 inscrições de famílias no Cadastro Único e 287.257 atualizações. A cobertura atual é de 1.121.961 famílias com cadastros válidos.

Para garantir acesso facilitado e programado das famílias aos serviços do Cadastro Único, a SMAS definiu como meta estratégica a implantação de 10 unidades do CadRio na cidade do Rio de Janeiro. Até setembro/23 já implantou 5 Centrais, nas seguintes localidades: Rocinha, Cachambi, Madureira, Bangu e Santa Cruz.

Destaca-se, também, que o Cadastro Único das famílias vulneráveis também pode contribuir com informações necessárias para emissão de 2ª via de Documentação Civil, comumente extraviada em circunstâncias de emergências e calamidades.

4.6. CARTÃO RECOMEÇAR:

O benefício estadual “Cartão Recomeçar” é regido pelo Decreto nº 48.957 de 02 de maio de 2022, publicado através do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, que prevê sua destinação exclusivamente às famílias que cumpram os requisitos abaixo:

- Renda per capita até meio salário mínimo, ou renda familiar total até 3 salários mínimos;
- Estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico);
- Residam em municípios em que houve reconhecimento pela DEFESA CIVIL, quanto a situação de estado de emergência ou calamidade pública;
- Residam em imóveis diretamente atingidos por desastre natural.

O benefício é no valor de R\$ 3.000,00, podendo ser gasto única e exclusivamente em móveis, eletrodomésticos (linha branca - fogão, geladeira, máquina de lavar, ar condicionado, etc) e material de construção, conforme termo a ser assinado pelo município na entrega do cartão.

No âmbito do município do Rio de Janeiro, a Subsecretaria Municipal de Defesa Civil e a Fundação Rio Águas constituem órgãos responsáveis pelo reconhecimento dos logradouros diretamente atingidos pelo desastre.

A partir dos cadastros efetuados pela SMAS, no contexto da Situação de Emergência ou Calamidade decretado pelo município e reconhecido pelo Governos Estadual e Federal, são realizados cruzamento de informações com a base do Cadastro Único disponível, tanto considerando os pré-requisitos estabelecidos pelo Decreto, quanto para obtenção das informações solicitadas pelo Governo do Estado, a saber:

- Planilha SEDESODH: CPF, Nome, Data de Nascimento, NIS, Endereço, Bairro, Complemento e Telefone;
- Planilha ALELO: CPF, Nome, Data de Nascimento, Nome da Mãe, NIS, Email, Telefone Fixo (com DDD), Telefone Celular com DDD).

Para as entregas de Cartões Recomeçar de beneficiados cujos nomes foram publicados em Diário Oficial do Estado, a SMAS desenvolveu metodologia específica para recebimento, preparação, divulgação, distribuição e prestação de contas, envolvendo os territórios e segmentos estratégicos do nível central.

5. RECURSOS

5.1. RECURSOS MATERIAIS

No âmbito do município do Rio de Janeiro, os recursos orçamentários previstos para execução das ações do Projeto Estratégico Proteção Social nas Emergências Socioassistenciais estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA, tendo como referência o Programa 0643 - Ação 2909.

Considerando a necessidade de provisões materiais para suporte às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, cujas residências foram afetadas por desastres ou receberam auto de interdição em face de risco existente, anualmente a GGRR/CAE/SUBPSB apresenta à gestão da SMAS a memória de cálculo e proposta de recursos materiais fundamentais para o serviço. A memória de cálculo expressa na proposta desse ano encontra-se em anexo (ANEXO VI).

Tais recursos visam contemplar as demandas provenientes da população atendida pela SMAS, que encontra-se desabrigada, desalojada ou que permanecem em domicílios não interditados, mas com perdas materiais significativas após desastres.

Os recursos para famílias que não demandam acolhimento institucional visam assegurar suporte imediato às suas necessidades básicas/emergenciais, como uma forma de proteção social. Como insumos emergenciais, foram elencados os seguintes itens: recurso para segurança alimentar; colchonetes, kit roupa de cama e banho, água, e kit higiene pessoal/limpeza (esse último em menor quantidade para atendimento a situações específicas onde o recurso no Cartão Protege SUAS seja insuficiente ou não se aplique). Importante ressaltar que é contraindicada a oferta de insumos para famílias com perdas materiais que permanecem em domicílios interditados pela Defesa Civil, portanto em situação de risco.

Os recursos previstos para a possível necessidade de implementação de alojamentos provisórios visam assegurar estoque mínimo ou a viabilidade de contratação de serviços para pronta-resposta, compreendendo: colchões, kit roupa de cama e banho, fraldas/ absorventes, descartáveis (copos, pratos e talheres), água, kit higiene pessoal, kit limpeza do espaço, roupas íntimas, serviços de alimentação, entre outros.

Além das categorias citadas, previmos também recursos para a execução do trabalho, como Equipamentos de Proteção Individual - EPI, recursos tecnológicos, recursos estruturais (tendas para atendimento às famílias), recursos materiais diversos, incluindo àqueles que garantam a visibilidade da atuação da SMAS (banner, folders, entre outros), como forma de facilitar o referenciamento de famílias para atendimento.

Historicamente, o município do Rio de Janeiro realiza atendimento às famílias afetadas por situações de “Emergências Socioassistenciais” com ofertas prioritárias de acolhimento institucional na rede própria da Secretaria Municipal de Assistência Social ou de insumos emergenciais, através da disponibilização de cestas básicas, material de limpeza e higiene.

Como oferta prevista pelo Programa Estratégico “Proteção Social nas Emergências” e aprimoramento das ações de resposta e suporte às famílias em situação de risco e vulnerabilidade social desalojadas ou que permanecem após impacto nas residências afetadas (não interditadas pela Defesa Civil¹⁵), avaliou-se que a oferta de cartões com recursos monetários para a cobertura de insumos emergenciais de primeira necessidade como alimentos, materiais de higiene e limpeza, representaria uma importante medida de gestão, por facilitar a logística de aquisição, armazenamento, segurança e distribuição, além de promover racionalização de recursos e maior dignidade às famílias afetadas, que poderão efetuar a escolha dos itens conforme suas preferências e necessidades.

Dessa forma, foi publicado o Decreto Rio n.º 50743, de 05 de maio de 2022, que dispõe sobre a substituição da distribuição de cestas básicas com insumos de primeira necessidade por meio de pagamento eletrônico via cartão de alimentação denominado "Cartão Protege SUAS", com o valor fixo de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) pago em uma única parcela, o que representa uma importante inovação para a atenção às famílias impactadas.



Foto: Logo do Cartão Protege SUAS

Os profissionais que atuam na Secretaria Municipal de Assistência Social, referenciados nos territórios e designados para o atendimento das situações de desastres com impacto em domicílio vulneráveis, serão responsáveis pela avaliação do perfil - de acordo com os critérios estabelecidos do Decreto supracitado e na Resolução SMAS n.º 134, de 21 de setembro de 2022 - e também efetuar a entrega do Cartão Protege SUAS, mediante declaração de recebimento por escrito, assinada pelo beneficiário (Anexo 3).

Em se tratando de ocorrências emergenciais simultâneas (em vários pontos da cidade), oriundas de chuvas fortes ou prolongadas, que ensejaram mudanças nos Estágios Operacionais da Cidade, a SMAS realiza a organização dos atendimentos nos Pontos de Apoio¹⁶ ou em Bases de Atendimento a serem definidas através do suporte da Defesa Civil, do COR das Subprefeituras/Gerências Executivas Locais, assim como através das parcerias territoriais, para atendimento prioritariamente aos indivíduos e famílias desabrigados, respeitando os marcos cronológicos estabelecidos pela SMAS.

Até o presente momento, a equipe da CAE/GGRR é a responsável pela efetivação das cargas perante a empresa fornecedora dos cartões, acessando a plataforma, específica da empresa contratada, no prazo definido de até 24h após a entrega do cartão físico às famílias.

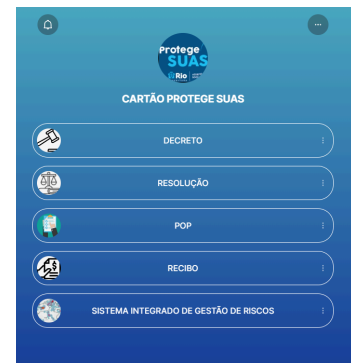
Para controle e transparência da realização de créditos, todos os dados referentes aos cartões entregues são inseridos pelas nossas unidades da SMAS no Sistema Integrado de Gestão de Riscos/SMAS e acompanhadas a utilização dos mesmos pelas famílias, onde também está

¹⁵ Por exemplo, casos de alagamentos e inundações, sem comprometimento estrutural após impacto.

¹⁶ No Plano de Desocupação do Sistema de Alerta e Alarme Comunitário da Defesa Civil estão previstos os Pontos de Apoio, que consistem em uma estratégia pública que visa garantir a integridade física dos moradores de áreas de risco dentro das comunidades, em períodos de chuvas fortes ou prolongadas na cidade. Trata-se de um local pré-determinado pelo Sistema de Defesa Civil Municipal próximo às localidades com suscetibilidade, destinado para a permanência temporária e segura de famílias, grupos e indivíduos durante a vigência da situação de Alerta/Crise na Cidade.

hospedado o Procedimento Operacional com orientação pertinente à disponibilização, carga e prestação de contas.

Uma solução criada para facilitação do acesso da equipe SMAS às normativas, procedimento padrão, instrumentos e módulo do Sistema Integrado de Gestão de Risco para solicitação de carga dos Cartões Protege SUAS foi através do Linktree: <https://linktr.ee/grr.smas> (figura ilustrativa ao lado).



5.2. RECURSOS HUMANOS

Com relação aos recursos humanos necessários para diligenciar os atendimentos em caso de acionamentos emergenciais efetuados para a SMAS, atualmente as Coordenadorias de Assistência Social (CAS) organizam as suas respectivas escalas de sobreaviso dos profissionais do SUAS de seus territórios.

A partir da articulação entre a SUBPSB e a a Coordenadoria Geral de Programas de População em Situação de Rua (CGPR), ficou pactuado que as equipes de abordagem social especializada, por possuírem a característica de atuarem diuturnamente, circulando diversas localidades da cidade com viaturas, elas tornam-se equipes estratégicas para acionamento emergencial prestando atendimentos às famílias afetadas por ocorrências em dias e horários não úteis, otimizando a necessidade de deslocamento de profissionais de escala que não atuam nestes horários e otimizando o tempo de resposta da SMAS para chegada e início do trabalho nos eventos emergenciais.

Em ocorrências de maior magnitude, que exijam o reforço dos territórios para atendimento às famílias afetadas, a Coordenadoria Geral de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social (CGSIMAS) atua na organização de escala de profissionais com lotação no Centro Administrativo São Sebastião (CASS) e em CAS que não foram impactadas.

Há que se destacar que, no ano de 2023 a SMAS estabeleceu Grupo de Trabalho (GT) para discussão da necessidade de regulamentação das escalas de sobreaviso/convocação dos profissionais, a partir de uma demanda coletiva representada pelo Sindicato dos Assistentes Sociais (SASERJ) e Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS. Tal GT encontra-se em andamento. A normatização da forma de organização das escalas e sua compensação será um passo importante para o aprimoramento do Plano de Contingência da SMAS.



Foto: Atendimento SMAS / 2024

6. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RISCOS SMAS (SIGR / SMAS)

Em fevereiro de 2020, em parceria com a Coordenadoria de Gestão da Informação (CGI) da SMAS, a Gerência de Riscos e Resiliência iniciou ações para implementação da Gestão da Informação, propondo formas de coleta de dados - padrões e fluxos para o registro de informações, bem como instrumentos e estratégias de análise e disseminação do que foi produzido nas unidades administrativas e órgão gestor, priorizando a plataforma do Sistema de Informações Urbanas (SIURB).

O objetivo era gerar uma camada no SIURB com informações sobre as ocorrências atendidas, de forma a contribuir com o aprimoramento das Políticas Públicas. Anteriormente, por não termos sistematizadas essas informações de forma georreferenciada, as demandas atendidas pela Assistência Social ficavam invisíveis aos olhos das outras Políticas, dificultando o estabelecimento de mecanismos de respostas e prevenção de novas ocorrências, o que pretendemos superar com esta ferramenta.

Foi constatada então a necessidade de aprofundamento dos estudos para a implementação de ações de Vigilância Socioassistencial continuadas para práticas preventivas, resilientes e de organização de ofertas de serviços socioassistenciais.

Para atender a esta finalidade, foi desenvolvida a Plataforma de Gestão de Riscos e Resiliência - GRR, uma ferramenta digital de registro de atendimentos com base na Ficha de Atendimento a Situações de Emergências Socioassistenciais preenchida por profissionais da equipe técnica dos territórios e digitadas no aplicativo Survey123.

As informações coletadas migram para o SIURB - Sistema de Informações Urbanas, gerando um painel de interface gráfica com 7 abas (Relação de Famílias, Dados Gerais, Vulnerabilidade, Dados Humanos, Demandas, Demandas - CAS, Bairros e Relatório Gerencial - Síntese das Ocorrências).

Para a sua implementação, foram desenvolvidas oficinas com profissionais dos CRAS (equipe técnica e administrativos/digitadores) com apresentação da ferramenta e da metodologia de utilização.

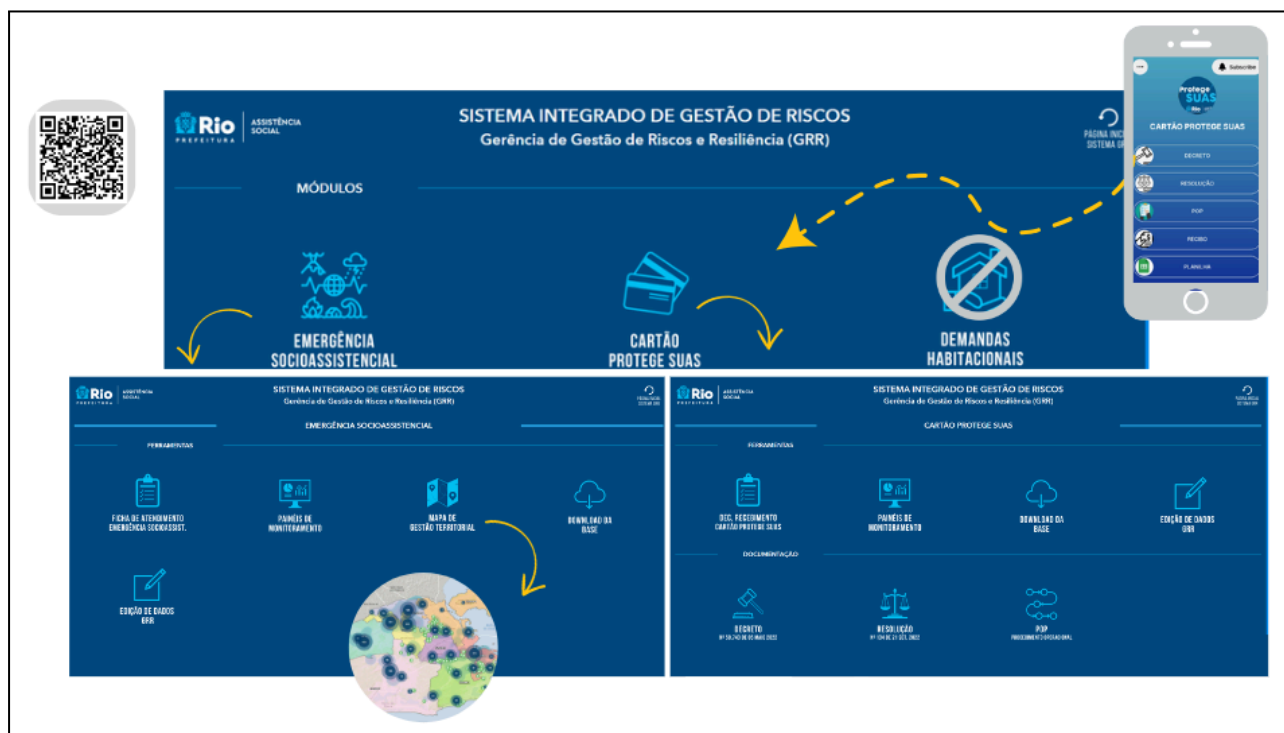
Periodicamente a Ficha de Atendimento a Situações de Emergências Socioassistenciais é revisada e reformulada, a partir da reflexão sobre o instrumento, com contribuições dos profissionais das Coordenadorias de Assistência Social e de segmentos estratégicos da SMAS. A versão atual da referida ficha de atendimento é datada de Janeiro/2023.

Cumpramos ressaltar que, ainda no ano de 2022, após o ataque cibernético sofrido em toda Prefeitura do Rio de Janeiro, houve a necessidade de recuperarmos nossa base de dados da Plataforma GRR do referido ano, motivo pelo qual realizamos mutirões de digitação das fichas de atendimento físicas, arquivadas nos equipamentos das 10 Coordenadorias de Assistência Social.

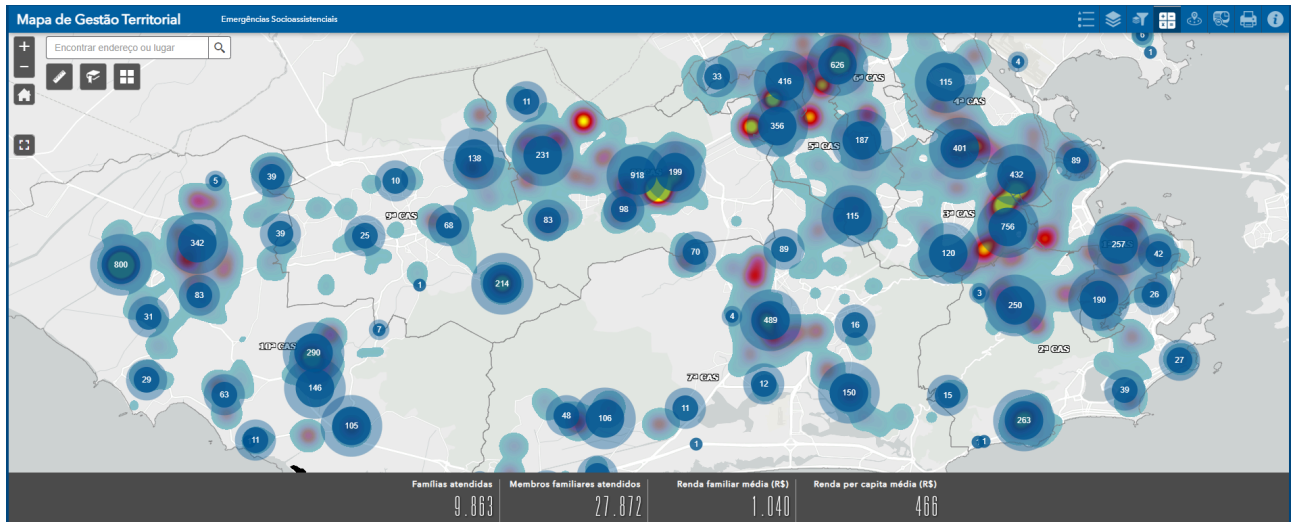
Recuperados os dados, a Plataforma GRR no ambiente SIURB passou por uma reformulação e aprimoramento, tornando-se um Sistema Integrado de Gestão de Riscos da SMAS, com módulos de informações referentes aos já citados dados obtidos através da ficha de atendimento, do Cartão Protege SUAS, e também o monitoramento de informações sobre demandas habitacionais.

Neste Sistema ainda encontram-se disponíveis as bibliografias básicas recomendadas, todos os Procedimentos Operacionais Padrão, a Matriz de Responsabilidade e dos Planos Verão, para consulta de todos os profissionais da SMAS.

A imagem a seguir representa graficamente os módulos e funcionalidades do Sistema de Gestão de Riscos, sendo para acessá-lo é necessário utilizar senha institucional disponibilizada pela CGDIS/SMAS, atual CDMAE (de acordo com a estrutura organizacional vigente da SMAS):



Desde que foi implantado (fevereiro/2020), já constam registradas no referido Sistema quase 10.000 atendimentos à famílias impactadas nas Situações de Emergência Socioassistencial, reunindo informações relevantes para o levantamento e o acompanhamento de demandas socioassistenciais, inclusive informações georreferenciadas sobre as ocorrências, conforme demonstrado no Mapa de Análises Territoriais, gerado pelo SIURB:



“(...) O Sistema sintetiza, desde sua implementação em fevereiro de 2020, painéis dinâmicos com recortes temporais e por território sobre: Tipo de Eventos (Incêndio, Catástrofe Natural, Colapso de Edificação, entre outros), Demandas Assistenciais, Composição Familiar / Público Prioritário, Situação da Família (desabrigadas, desalojadas ou que permanecem no domicílio), Danos Humanos, Danos Materiais.

*O uso da tecnologia, aliado aos processos de gestão de riscos, vem contribuindo para: a rastreabilidade das informações; a articulação intersetorial; o incremento de orçamento para ações; a execução da vigilância socioassistencial; o direcionamento das ações pós-emergência nos territórios e o acesso a mapas territoriais”.*¹⁷

Dentre as funcionalidades disponíveis no Sistema GRRR, conseguimos obter dados que subsidiam leituras técnicas, bem como podemos compartilhar informações fundamentais para a gestão pública, tais como:

- Perfil Sócio-econômico das famílias atendidas;
- Análise Geoterritorial;
- Extração de Listagens Padronizadas;
- Articulação Interinstitucional: Subsídios para S2ID - Defesa Civil; Impacto Eventos Hidrológicos - Rio Águas; Danos Humanos - SMS; Mapeamento das Áreas de Alto Risco
- Subsídios para a Memória de Cálculo SMAS;
- Contabilização dos Dados do PPA - Produto 5194;
- Gestão e Prestação de Contas do Cartão Protege SUAS;
- Subsídios para a Vigilância Socioassistencial;
- Hospedagem de Biblioteca virtual sobre o Tema de Gestão de Desastres;
- Hospedagem de todos os Procedimentos Operacionais Padrão sistematizados.

Em todos os processos de trabalhos desenvolvidos que envolvem o atendimento às famílias em situação de emergência socioassistencial, a SUBPSB/CAE/GRRR tem por princípio o estímulo ao

¹⁷ Fonte: Gestão de Riscos na SMAS: Solução inovadora para rastreabilidade dos dados, aprimoramento do trabalho e integração intersetorial. In: Cidade Inova, Rio de Janeiro, número 16, Volume 1, Março de 2023. file:///C:/Users/02355758/Downloads/Revista_cidade_inova_16ed_230330_191059_230628_195420.pdf

registro e à consulta das informações disponibilizadas através dos painéis interativos, garantindo a confiabilidade das informações prestadas no Plano Plurianual – Produto 5194 – Demanda Emergencial Atendida pela Assistência Social, subsidiando ações no pós-ocorrência.

No ano de 2024, em decorrência do Decreto Rio nº 53879 14 de Janeiro de 2024, que declarou Situação de Emergência no Município do Rio de Janeiro, foi assinado Termo de Adesão junto ao Estado para fornecimento do Cartão Recomeçar para as famílias impactadas, conforme Decreto nº 48.957 de 02 de maio de 2022, publicado através do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

No primeiro semestre, a SMAS desenvolveu painel do Cartão Recomeçar no Sistema Integrado de Gestão de Riscos para subsidiar entregas às famílias afetadas pelas chuvas de janeiro/24, considerando o Decreto de Emergência publicado, e listagem de cadastros validados pelo Governo do Estado, assim como para facilitar futura prestação de contas. Como perspectivas para o período de 2024/2025, pretendemos ainda avançar na articulação interna/externa, no aprimoramento do Sistema Integrado de Gestão de Riscos, na objetivação da Ficha de atendimentos a Situações de Emergência Socioassistencial, visando sua adequação para a coleta de informações em tablets.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A versão do Plano de Ação da Secretaria Municipal de Assistência Social, que ora se apresenta, consiste em um esforço no sentido de se construir uma proposta de intervenção às demandas da população vulnerável atingida pelas chuvas e deslizamentos que acometem a Cidade, cujo protocolo assistencial é também utilizado em caso de outras Emergências Socioassistenciais com impacto em domicílios.

Sua função é delimitar um caminho e apresentar as especificidades do trabalho realizado, vislumbrando proporcionar uma estratégia de atuação mais objetiva e efetiva na minimização dos danos sociais, econômicos e afetivos vivenciados pelos sujeitos afetados.

Embora se apresente como um plano padronizado para Cidade, suas orientações não objetivam engessar o trabalho executado pelas equipes locais e, sim, contribuir para o enriquecimento das estratégias territorialmente elaboradas.

Outra característica importante desta versão é o viés intersetorial, haja vista que as ações da SMAS estão em consonância com os demais planos de ação elaborados pelas diferentes entidades públicas municipais, como Saúde, Defesa Civil e Educação. Isso significa uma convergência de objetivos e insumos, proporcionando mais rapidez e eficiência às ações realizadas.

CONCEITUAÇÕES IMPORTANTES

- **ABRIGO TEMPORÁRIO OU PROVISÓRIO**
Instalações fixas e adaptadas para fornecer abrigo, por um período determinado.
- **AÇÕES DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES:** Atividades de orientação e esclarecimento a população, como formas de evitar possíveis desastres ou como agir diante de ocorrências. São exemplos: a educação ambiental, a conscientização quanto a preservação dos recursos naturais, as informações e orientações quanto a percepção de riscos, o fomento a formação de Núcleos de Proteção e Defesa Civil Comunitário composto por lideranças e moradores, atividades coletivas sobre o tema da segurança comunitária, entre outras;
- **DANO:** Resultado de perdas humanas, materiais ou ambientais infligidas às pessoas, comunidades, instituições, instalações e aos ecossistemas, como consequência de um desastre (Instrução Normativa nº 02/2016);
- **DEFESA CIVIL:** Compreende um conjunto de ações de prevenção, preparação, socorro e assistência, e reconstrução de cenários afetados por desastres.
- **DESABRIGADO:** É a pessoa que vítima de desastre perdeu a sua casa ou se tornou impossibilitada de permanecer na mesma, necessitando de acolhimento em abrigo público.
- **DESALOJADO:** Pessoa que foi obrigada a abandonar temporária ou definitivamente sua habitação, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave, decorrentes do desastre, e que, não necessariamente, carece de abrigo provido pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.
- **DESAPARECIDO:** Pessoa que não foi localizada ou de destino desconhecido, em circunstância de desastre.
- **DESASTRE:** resultado de eventos adversos, naturais, tecnológicos ou de origem antrópica, sobre um cenário vulnerável exposto a ameaça, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais. Os desastres podem ser classificados segundo a sua intensidade¹⁸:
 - Nível 1 - São aqueles em que há somente danos humanos consideráveis e que a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementados com o aporte de recursos estaduais e federais;
 - Nível 2 - São aqueles em que os danos e prejuízos são suportáveis e superáveis pelos governos locais e a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local ou complementados com o aporte de recursos estaduais e federais;
 - Nível 3 - São aqueles em que os danos e prejuízos não são superáveis e suportáveis pelos governos locais e o restabelecimento da situação de normalidade depende da mobilização e da ação coordenada das três esferas de atuação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e, em alguns casos, de ajuda internacional.

¹⁸ Fonte: Instrução Normativa n. 02/2016 - Ministério da Integração Nacional

- **ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA:** Situação anormal provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente federativo atingido (Instrução Normativa MI nº 02 de 20/12/2016).
- **GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES:**
 1. Medidas preventivas destinadas à redução de riscos de desastres, suas consequências e à instalação de novos riscos (Instrução Normativa MI nº 02 de 20/12/2016).
 2. Enfoque e prática sistemática de gerir a incerteza para minimizar os danos e as perdas potenciais
- **IMPACTO:** Efeito do desastre em sistemas naturais e humanos. Os impactos podem ser sociais (doenças e perdas de vidas, absenteísmo no trabalho; estresse pós-traumático), ambientais (desequilíbrios ecológicos causados por perda ou alteração de ecossistemas), e/ou econômicos (custos decorrentes da reconstrução de infraestruturas e residências, paralisação de atividades).
- **MITIGAÇÃO:** É a redução ou limitação dos impactos das ameaças de desastres. As atividades de prevenção acabam por se transformar em ações mitigatórias.
- **NÍVEL DE INTENSIDADE DE RISCO:** Gradação comparativa de um ou mais riscos levando em consideração a frequência ou probabilidade de ocorrência do evento danoso e o tipo e dimensão das suas consequências.
- **PERCEPÇÃO DO RISCO (PERCEPÇÃO SOCIAL DO RISCO):** Valoração ou apreciação subjetiva de pessoas ou grupos sociais, construída a partir das próprias experiências, meios de subsistência, status, cultura e história, sobre o que é o risco e o que representam riscos.
- **PERDA:** Privação ao acesso de algo que possuía ou a serviços essenciais (Instrução Normativa MI nº 02 de 20/12/2016).
- **PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL:** É um importante instrumento, para a preparação e planejamento das ações de resposta e socorro às emergências do Município, em defesa da população frente às situações de desastre.
- **PREJUÍZO:** medida de perda relacionada com o valor econômico, social e patrimonial de um determinado bem, em circunstâncias de desastre;
- **REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES (RRD):** A elaboração e execução sistemática de políticas, estratégias e práticas que reduzam ao mínimo as vulnerabilidades, as ameaças e a propagação das repercussões dos desastres em toda a sociedade, no contexto amplo do desenvolvimento sustentável.
- **RESILIÊNCIA:**
 1. A habilidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a uma ameaça para resistir, absorver, se adaptar e se recuperar de seus efeitos de maneira eficaz e oportuna, o que inclui a preservação e a restauração de suas estruturas e funções básicas.
 2. Capacidade do indivíduo de lidar com problemas, superar obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas sem entrar em surto psicológico. A resiliência também se trata de uma tomada de decisão quando alguém se depara com um contexto de crise entre a tensão do ambiente e a vontade de vencer.
- **PREPARAÇÃO:** Quando são realizadas as ações de planejamento, prevendo a metodologia de intervenção, capacitação da equipe técnica, e preparação da comunidade;

- **RECUPERAÇÃO:** É a etapa em que são executados procedimentos para restabelecer a normalidade nos locais atingidos por desastres.
- **RESPOSTA:** medidas emergenciais, realizadas durante ou após o desastre, que visam ao socorro e à assistência da população atingida e ao retorno dos serviços essenciais.
- **SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA:** Situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente federativo atingido (Instrução Normativa MI nº 02 de 20/12/2016).
- **VOLUNTÁRIO:** Pessoa que, sem vínculo institucional, colabora espontaneamente, executando tarefas específicas em situações de emergência. Deve ser selecionada em função de sua capacidade física e mental e de conhecimentos específicos. Em seguida, deve ser treinada e habilitada por autoridade competente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de Orientações: PAIF e SCFV - articulação necessária na proteção social básica**. Brasília, DF: MDS/SNAS, 2016.

_____. **Lei nº. 8742, de 07/12/1993 (Lei Orgânica de Assistência Social)** – Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm>. Acesso em 23/07/2011.

_____. **Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de 05/04/1990**. Procuradoria Geral do Município. Disponível em: <<http://cmrj1.cmrj.gov.br/Organica.nsf/>> Acesso em 22/07/2011.

_____. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm. Acesso em 27/08/2012.

_____. **Lei Federal nº 9.608, de 18/02/1998** - Dispõe sobre o Serviço Voluntário e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm>. Acesso em 22/07/2011.

_____. **Lei Federal nº 13.297, de 16/06/2016** - Altera o art. 1º da lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, para incluir a assistência à pessoa como objetivo de atividade não remunerada reconhecida como serviço voluntário. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br/LEGISLA/Legislacao.nsf/viwTodos/80F6AD804CB05B9983257FD5003EEF37?OpenDocument&HIGHLIGHT=1>. Acesso em 18/10/2017.

_____. Ministério da Cidadania/Secretaria Especial do Desenvolvimento Social/Secretaria Nacional de Assistência Social Brasília - DF: Janeiro de 2021. **Diretrizes para a Atuação da Política de Assistência Social em Contextos de Emergência Socioassistencial**. Retirado site: https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2021/09/SUAS_CARTILHA-DIRETRIZES_14.073679.pdf

_____. **NOB-SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social** – Resolução nº 130 do Conselho Nacional de Assistência Social de 15 de julho de 2005.

_____. **NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social** – Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Assistência Social de 25 de janeiro de 2007.

_____. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** - Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Disponível em:< <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf/view>>. Acesso em 23/07/2011.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** - Resolução 109, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: <
<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioasistenciais.pdf/view>>. Acesso em 23/07/2011.

_____. **Decreto Federal nº 7.257, de 04/08/2010** - Regulamenta a Medida Provisória nº 494, de 02 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, desenvolvimento às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastres, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7257.htm>. Acesso em 22/07/2011.

_____. **Decreto Federal 7505/2011, de 2011**. Altera o decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, que regulamenta a medida provisória nº 494, de 2 de julho de 2010, convertida na lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre o cartão de pagamento de defesa civil - CPDC, e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br/LEGISLA/Legislacao.nsf/viwTodos/B15797022F805386832578BD00444A96?OpenDocument&HIGHLIGHT=1>. Acesso em 18/10/2017.

_____. **Instrução Normativa MI nº2 de 22/12/2016** – Estabelece critérios para decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/3958478/0/Portaria+MI+2+-+2017+--.pdf/cecc0e2e-48ab-4913-abdb-0dc2bf2547a1>. Acesso em 18/10/2017.

_____. **Instrução Normativa n. 02/2016 - Ministério da Integração Nacional**. 10 de Janeiro de 2017. Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências.

_____. **Instrução Normativa Nº 2, de 20/12/2016**. Disponível em: http://defesacivil.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=182-instrucao_normativa_02.

_____. **Instrução Normativa do Ministério da Integração Nacional**, nº 2 de 20 de dezembro de 2016. Disponível em: http://defesacivil.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=182-instrucao_normativa_02

_____. **Portaria Interministerial nº 2, de 6 de dezembro de 2012. Institui o Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 dez. 2012. Disponível em: Acesso em 6 de maio de 2016.

_____. **Resolução Ministerial nº 02, de 12/12/1994** - Dispõe sobre a Política Nacional de Defesa Civil e anexos. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/politica/index.asp>>. Acesso em: 23/07/2011.

_____. **Decreto Municipal nº 33322, de 23/12/2010**. Cria o Centro Integrado de Controle Operacional - Centro de Operações RIO e o cargo em comissão de Chefe Executivo de Operações – CEO. Disponível em: <http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/36033Dec%2033322_2010.pdf>. Acesso em 23/07/2011.

_____. **Decreto Municipal nº43533, de 10/08/2017**. Amplia as funções do Centro de Operações Rio, altera o Decreto nº 33.322 de 23 de dezembro de 2010 e dá outras providências. Disponível em: <http://smaonline.rio.rj.gov.br/ConLegis/ato.asp?54427>. Acesso em 18/10/2017.

_____. **Decreto Municipal nº 31.888, de 05/02/2010** – Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Riscos e de Crises- SIGERIC e dá outras providências. Disponível em: http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/33203Dec%2031888_2010.pdf. Acesso em:24/07/2011.

_____. **Decreto Municipal nº 44.637, de 18/06/2018** - Dispõe sobre os procedimentos para a concessão, fiscalização e supervisão do Auxílio Habitacional Temporário no âmbito da Subsecretaria de Habitação e determina outras providências.

_____. **Decreto Rio nº 49813/2021** - Institui a Rede de Prevenção e Resposta à Crise e dá outras providências, de 19 de novembro de 2021.

_____. **Manual de Administração de Abrigos temporários elaborado pela Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.defesacivil.rj.gov.br/documentos/sesdec/manual_abrigo_sedec_rj.pdf>. Acesso em 25/07/2011.

_____. **Planejamento Estratégico Municipal 2021-2024**, publicado no endereço Participa.Rio/Retomada. Disponível em: <https://plano-estrategico-2021-a-2024-pcrj.hub.arcgis.com/>

_____. **Plano Verão 2022/2023** - Ações Estratégicas e Integradas da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Retirado do site: <https://www.data.rio/documents/1eb21dc2d6274b47b67a7e136eac342b/explore>

_____. **Resolução Municipal CVL N° 145**, de 11 de Março de 2019
RESOLUÇÃO N° 145, DE 15 DE OUTUBRO DE 2004, publicada no DOU em 28/10/2004

_____. **Sistema Alerta Rio** – Disponível em: <<http://www.sistema-alerta-rio.com.br/>> Acesso em 22/07/2011.

_____. **Sistema de Alerta e Alarme Comunitário – Plano de Desocupação** – elaborado pela Defesa Civil Municipal. 2011.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34. 2010.

DUTRA, Adrian Soares. *Gestão de Desastres e Serviço Social: o trabalho de assistentes sociais junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil*. 2ª Edição. Curitiba: Appris, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.

NUNES, Fernanda. **Documenta Rio SMAS: Ações inovadoras para facilitação do acesso da população à Documentação Civil**. In: Cidade Inova, Rio de Janeiro, número 17, Volume 1, Junho de 2023. ISSN 25963236

SILVA, Elizabeth de Souza da; SOARES, Denise Nery; PALHARES, Barbara Góes. **Gestão de Riscos na SMAS: Solução Inovadora para Rastreabilidade dos Dados e Integração Intersetorial**. IN: Revista Cidade Nova Fundação João Goulart. Número 16, Volume 1 - Março 2023 ISSN 2596-3236.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

QUARANTELLI, Enrico Louis. **Uma agenda de pesquisa para o século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas e suas implementações no campo profissional**. IN: Redalyc. Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. O Social em Questão - Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2015.

UNICEF. Caderno Orientações: Atuação Socioassistencial em Contexto de Emergências e Calamidade Pública. Governo do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Subsecretaria de Assistência Social. Disponível em: https://social.mg.gov.br/images/SUBAS/calamidade_publica/Caderno-de-Orientaes_-Atuao-Socioasistencial-em-Contextos-de-Emerg_compressed.pdf

VALENCIO, Norma. **Da Morte da Quimera à Procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre**. IN: VALENCIO, Norma; Mariana Siena, Victor Marchezini e Juliano Costa Gonçalves. São Carlos : RiMa Editora, 2009 (orgs). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009, pp 3 -18).



Nome do Responsável Familiar

VIII - COMPOSIÇÃO FAMILIAR (PREENCHER CONFORME LEGENDA ABAIXO):

* Considere como integrante(s) da família toda(s) a(s) pessoa(s) que reside(m) em um mesmo domicílio.

** Informe a composição familiar antes da situação de emergência, incluindo pessoas falecidas ou desaparecidas durante o ocorrido

Nº	NOME COMPLETO	1 PARENTESCO (vide legenda)	IDADE	2 INFORMAÇÃO ADICIONAL (admita opções, vide legenda)	NECESSITA 2ª VIA DE CERTIDÕES E/OU RG? (SIM, assinalar)	3 OCUPAÇÃO (admita opções, vide legenda)	4 REMUNERAÇÃO (admita opções, vide legenda)	RENDA
01	RESPONSÁVEL FAMILIAR	1			<input type="radio"/>			R\$: _____
02					<input type="radio"/>			R\$: _____
03					<input type="radio"/>			R\$: _____
04					<input type="radio"/>			R\$: _____
05					<input type="radio"/>			R\$: _____
06					<input type="radio"/>			R\$: _____
07					<input type="radio"/>			R\$: _____
08					<input type="radio"/>			R\$: _____
RENDA TOTAL DA FAMÍLIA:								R\$: _____

LEGENDA:

1	Parentesco em relação ao RF:	1- O próprio; 2- Cônjuge ou companheiro(a); 3- Filho(a); 4- Enteado(a); 5- Neto(a) ou Bisneto; 6- Pai ou mãe; 7- Sogro ou sogra; 8- Irmão ou irmã; 9- Genro ou nora; 10- Outro parente; 11- Não parente.
2	Informação complementar:	1- Não se aplica; 2- Gestante; 3- Pessoa com Deficiência; 4- Criança/ adolescente fora da escola.
3	Ocupação:	1- Não Trabalha; 2- Trabalhador Formal; 3- Trabalhador Informal; 4- Estagiário/aprendiz.
4	Benefício/auxílio:	1- Nenhum; 2- BPC; 3- Transferência de Renda; 4- Aposentado/Pensionista; 5- Auxílio Doença; 6- Outros

IX - INFORMAÇÕES SOBRE DANOS HUMANOS EM CONSEQUÊNCIA DO DESASTRE

HOUVE DANOS HUMANOS? <input type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO CASO SIM, QUANTIFICAR E QUALIFICAR AO LADO:	AGRAVO DE SAÚDE: _____ (quantitativo de pessoas doentes)	ESPECIFIQUE O Nº DE REFERÊNCIA DA PESSOA (VIDE COLUNA 1 DO BLOCO ANTERIOR)
	HOSPITALIZADO: _____ (quantitativo de pessoas que necessitaram de hospitalização)	
	DESAPARECIDO: _____ (quantitativo de pessoas de destino desconhecido)	
	ÓBITO: _____ (quantitativo de pessoas falecidas)	
<input checked="" type="checkbox"/> FAMÍLIA APRESENTOU A DEMANDA DE SEPULTAMENTO GRATUITO? <input type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO - Caso sim, especificar quem →		

X - INFORMAÇÃO SOBRE DANOS MATERIAIS EM CONSEQUÊNCIA DO DESASTRE

HOUVE DANOS MATERIAIS? <input type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO CASO SIM, ASSINALAR AO LADO:	<input type="radio"/> ELETRODOMÉSTICOS (fogão, geladeira, freezer, etc)
	<input type="radio"/> MOBILIÁRIO RESIDENCIAL <input type="radio"/> FONTE DE RENDA - NESSE CASO, RELATAR NAS LINHAS ABAIXO O DANO INFORMADO: (Exemplo: Perdeu ferramentas, equipamentos, produtos para comercialização, local do trabalho, etc):

XI - DEMANDAS IDENTIFICADAS

- NÃO HOUVE DEMANDAS
- AÇÃO DE INTERDIÇÃO/ACIONAMENTO CONSELHO TUTELAR
- VISTORIA PELA DEFESA CIVIL (ORIENTAR 199 OU 1746)
- ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL (Caso de família desabrigada)
- DESLOCAMENTO DA FAMÍLIA PARA CASA DE TERCEIROS
- INCLUSÃO / ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO
- DOCUMENTAÇÃO CIVIL
- PROGRAMAS HABITACIONAIS
- OBRA PÚBLICA
- CRIANÇA/ADOLESCENTE FORA DA ESCOLA
- PROGRAMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR
- ATENDIMENTO DE SAÚDE

XII - DEMANDAS DE INSUMOS EMERGENCIAIS

(considerar critérios estabelecidos pela Resolução SMAS nº 134, de 21/09/2022)*

***ATENÇÃO:** A entrega de insumos emergenciais é prevista somente para pessoa ou família desalojadas com renda familiar per capita de até R\$ 5,00 ou renda familiar total de até R\$ 30,00, desalojadas ou que tiveram perdas materiais e permanecem em domicílios impactados, porém não interditados.

- ALIMENTOS / MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA
- ÁGUA
- KIT DORMITÓRIO (colchonetes, roupa de cama e banho) - QUANT TOTAL: _____

- PARA ENTREGA DE INSUMOS, NA AUSÊNCIA DO CPF DO RF, REGISTRAR Nº DE CPF DE PESSOA ADULTA QUE CONSTE NA COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

Nº de REFERÊNCIA. (conforme campo VII – Composição Familiar): | | | |

CPF: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |



Nome do Responsável Familiar

XIII – DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL FAMILIAR

DECLARO QUE ESTOU CIENTE QUE:

- a) AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA FICHA DE ATENDIMENTO CORRESPONDEM À VERDADE, SOB PENAS DA LEI (ART. 299 DO CÓDIGO PENAL);
b) MEUS DADOS PESSOAIS SERÃO USADOS EXCLUSIVAMENTE PARA A FINALIDADE INFORMADA NO CABEÇALHO DESTES INSTRUMENTO, PRESERVANDO O ANONIMATO, CONFORME LEI Nº 13.709 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD).

Assinatura do Responsável Familiar: _____ * NEGATIVA DO RESPONSÁVEL

* Na impossibilidade de assinatura pelo usuário no campo acima, o profissional deverá repetir o "nome do usuário" e escrever ao lado a expressão "a rogo".

XIV – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Sugestões para preenchimento: registrar minuciosamente a ocorrência, conforme descrição efetuada pelo RF, situação social da família, evidenciando vulnerabilidades e riscos, orientações prestadas, providências e articulações eventualmente realizadas.

XV - IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO NA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA:Nome Completo: _____ Matrícula PCRJ ou CPF: _____
Lotação: _____ Assinatura: _____**XVI - IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELO LANÇAMENTO EM FORMULÁRIO SIURB:**

(Observar prazo para o lançamento do Relatório Sintético e PPA – dia 26 do mês anterior a 25 do mês correspondente, para que a Plataforma esteja atualizada até a data fim).

Nome Completo: _____ Matrícula PCRJ ou CPF: _____
Lotação: _____ Código gerado na Plataforma: _____
Assinatura: _____



ANEXO II - PLANILHA DE ESTATÍSTICA DOS ATENDIMENTOS EMERGENCIAIS

ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTO A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA S SOCIOASSISTENCIAIS																		
Rio PREFEITURA ASSISTÊNCIA SOCIAL																		
Data: ___/___/___ Localidade do Desastre: _____ Local do atendimento: _____																		
CAS: _____ Nome do CRAS da localidade afetada: _____ Número de profissionais SMAS atuantes: _____ Número de viaturas SMAS: _____																		
Nº	RESPONSÁVEL FAMILIAR	Nº de Membros Familiares	Nº de crianças	Nº de adolescentes	Nº de idosos	Nº de adultos	Situação da família			Interdição do domicílio	Há demanda de acesso à Documentação Civil?	Demandas de insumos (caso de famílias desalojadas ou que permanecem no domicílio)						
							Desalojado	Desabrigado	Permanece no domicílio			caso SIM informar número	(Sim/Não)	CARTÃO PROTEGE SUA S / Cesta Básica	Colchonete	Roupas de cama e banho		
1																		
2																		
3																		
4																		
5																		
6																		
7																		
8																		
9																		
10																		
TOTAL:																		

Responsável pelo preenchimento (Nome/Matrícula): _____

Folha: ___/___


OBSERVAÇÃO: LEVANTAMENTO EFETUADO COM BASE EM ESTATÍSTICA MANUAL, SUJEITA A REVISÃO APÓS DIGITAÇÃO DOS DADOS NO SIURB - PLATAFORMA GESTÃO DE RISCOS DA SMAS

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO CARTÃO PROTEGE SUAS

		DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO CARTÃO PROTEGE SUAS	
Nº CARTÃO FORNECIDO: _____		SEQUÊNCIA: _____	
I - REFERÊNCIA TERRITORIAL	CAS: _____ CRAS: _____ LOCALIDADE: _____ DATA DO ATENDIMENTO À OCORRÊNCIA PELA SMAS: ____ / ____ / ____		
	II - DADOS FAMILIARES NOME DO RF*: _____ CONTATO TELEFÔNICO: _____ SITUAÇÃO DA FAMÍLIA NA EMERGÊNCIA SOCIOASSISTENCIAL*: () Desalojada () Permanece em domicílio não interditado pela Defesa Civil FAMÍLIA ESTÁ DENTRO DO CRITÉRIO DE RENDA? () SIM () NÃO <small>(Cobertura prevista para famílias que possuam renda familiar per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar total de até 03 (três) salários mínimos, conforme Resolução SMAS nº 134, de 21 de setembro de 2022.)</small>		
III - DADOS DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DO CARTÃO*:	*Indique uma única opção, priorizando o RF, caso o mesmo detenha número de CPF: () O PRÓPRIO RF - CPF: _____ (campo obrigatório) () PESSOA ADULTA QUE CONSTE NA COMPOSIÇÃO FAMILIAR: NOME: _____ CPF: _____ (campo obrigatório)		
IV - DECLARAÇÃO DO USUÁRIO:	DECLARO QUE RECEBI O CARTÃO PROTEGE SUAS, APÓS EVENTO DE EMERGÊNCIA SOCIOASSISTENCIAL COM IMPACTO NO MEU DOMICÍLIO. Assinatura do usuário: _____		
V - PROFISSIONAL SUAS RESPONSÁVEL PELA ENTREGA:	DATA DE ENTREGA: ____ / ____ / ____ NOME LEGÍVEL: _____ EQUIPAMENTO DE REFERÊNCIA: _____ ASSINATURA: _____		

ANEXO IV - FICHA PARA MAPEAMENTO DE ALOJAMENTO PROVISÓRIO

SUBSECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
COORDENADORIA DE AÇÕES ESPECIAIS
GERÊNCIA DE GESTÃO DE RISCOS E RESILIÊNCIA



MAPEAMENTO DE ALOJAMENTO PROVISÓRIO

I - CAS: _____ EQUIPAMENTO: _____ DATA DA VISITA: _____

II - IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

NOME: _____

TIPO: PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS COM FINS LUCRATIVOS
 PÚBLICA MUNICIPAL ESTADUAL FEDERAL

ENDERECO: _____ BAIRRO: _____

RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO: _____

TELEFONES DE CONTATO: _____

VIGILÂNCIA 24H? NÃO FUNCIONÁRIO RESIDENTE GUARDA MUNICIPAL VIGILÂNCIA PRIVADA

REFERÊNCIAS A SEREM ACIONADAS PARA ABERTURA DA INSTITUIÇÃO, EM CASO DE EMERGÊNCIA SOCIAL:

NOMES (3 REFERÊNCIAS): _____

1. _____

2. _____

3. _____

TELEFONES: _____

III - REDE DE REFERÊNCIA (CONSIDERANDO PROXIMIDADE):

CRAS: _____

UNIDADE DE SAÚDE: _____


SUBPREFEITURA: _____

IV - CARACTERÍSTICAS (COM BASE NOS PARÂMETROS SEDEC - RJ):

CÔMODO / RECURSO	QUANTIDADE EXISTENTE:	PARÂMETRO:	COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA:
DORMITÓRIOS:		2,00 m2 por pessoa	
COZINHA:		15m2 para cada fogão industrial de 6 bocas, que atendem até 250 pessoas	
FOGÃO: () INDUSTRIAL () DOMÉSTICO		15m2 para cada fogão industrial de 6 bocas, que atendem até 250 pessoas	
LAVATÓRIOS:		1 para cada 10 pessoas	
LATRINA:		1 para cada 20 pessoas	
CHUVEIROS:		1 para cada 25 pessoas	
SETOR DE TRIAGEM:	<input type="radio"/> SIM <input type="radio"/> NÃO	20m2	
TANQUE (ROUPAS):		1 tanque para cada 40 pessoas	
REFETÓRIO:		1,50 m2 por pessoa	
ESPAÇO RECREATIVO:		1,50 m2 por pessoa	
ÁREA COBERTA TOTAL:		4,00 m2 por pessoa	

* Fonte: Manual de Administração de Abrigos Temporários elaborado pela Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro Disponível em: <http://www.defesacivil.rj.gov.br/documentos/sedec/manual_abrigo_sedec_fj.pdf>. Acesso em 20/10/2019.

SUBSECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
COORDENADORIA DE AÇÕES ESPECIAIS
GERÊNCIA DE GESTÃO DE RISCOS E RESILIÊNCIA



V - CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES:

1. HÁ HISTÓRICO DE ALAGAMENTO/DESLIZAMENTO NO ENTORNO? Sim Não

2. A LOCALIZAÇÃO FAVORECE O ACESSO A SERVIÇOS ESSENCIAIS? Sim Não

3. POSSUI EXTINTORES? Sim Não

4. HÁ ESPAÇO COBERTO E SEGURO, DISTANTE DOS DORMITÓRIOS, PARA EVENTUAL ABRIGO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS? Sim Não

5. É LOCAL ADAPTADO PARA PESSOAS COM DIFICULDADE DE MOBILIDADE? Sim Não

6. QUANTIDADE DE RECURSOS LOCAIS:
 GELADEIRA () MESAS PARA REFEIÇÃO () TELEVISÃO () COLCHONETES
 FREEZER () CADEIRAS PARA REFEIÇÃO () COLCHÕES () BEBEDOURO

7. LOCAL JÁ FUNCIONOU COMO PONTO DE ABRIGAMENTO? Sim NÃO

8. INSTITUIÇÃO DISPONIBILIZA ALGUM OUTRO RECURSO? Não ALIMENTAÇÃO CESTA BÁSICA VESTUÁRIO ROUPA DE CAMA TOALHAS COLCHONETES OUTROS: _____

VI - INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

XII - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO

Nome Completo: _____

Orgão/Instituição: _____

Data do Registro: _____

SERVIDOR - MATRÍCULA

REGISTRO FOTOGRÁFICO:

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE INSUMOS EMERGENCIAIS

 Assistência Social		DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE INSUMOS EMERGENCIAIS - VERSÃO 2023																									
I - REFERÊNCIA TERRITORIAL / OCORRÊNCIA EMERGENCIAL ATENDIDA																											
CAS: _____		CRAS: _____																									
LOCALIDADE: _____																											
TIPO DE EVENTO: _____		DATA DO ATENDIMENTO: ____ / ____ / ____																									
II - DADOS FAMILIARES																											
NOME DO RESPONSÁVEL FAMILIAR (RF) - CONFORME FICHA DE ATENDIMENTO: _____																											
SITUAÇÃO DA FAMÍLIA NA EMERGÊNCIA SOCIOASSISTENCIAL: <input type="checkbox"/> Desalojada <input type="checkbox"/> Permanece em domicílio não interditado pela Defesa Civil																											
III - DADOS DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DOS INSUMOS:																											
<input type="checkbox"/> O PRÓPRIO RF <input type="checkbox"/> PESSOA ADULTA QUE CONSTE NA COMPOSIÇÃO FAMILIAR: NOME - _____																											
III - INSUMOS ENTREGUES:																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>ITEM</th> <th>QUANTIDADE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>COLCHONETE</td><td></td></tr> <tr><td>COLCHÃO</td><td></td></tr> <tr><td>LENÇOL</td><td></td></tr> <tr><td>FRONHA</td><td></td></tr> <tr><td>TOALHA</td><td></td></tr> </tbody> </table>	ITEM	QUANTIDADE	COLCHONETE		COLCHÃO		LENÇOL		FRONHA		TOALHA		<table border="1"> <thead> <tr> <th>ITEM</th> <th>QUANTIDADE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>COBERTOR</td><td></td></tr> <tr><td>ÁGUA</td><td></td></tr> <tr><td>CESTA BÁSICA</td><td></td></tr> <tr><td>MATERIAL LIMPEZA</td><td></td></tr> <tr><td>MATERIAL HIGIENE</td><td></td></tr> </tbody> </table>	ITEM	QUANTIDADE	COBERTOR		ÁGUA		CESTA BÁSICA		MATERIAL LIMPEZA		MATERIAL HIGIENE			
ITEM	QUANTIDADE																										
COLCHONETE																											
COLCHÃO																											
LENÇOL																											
FRONHA																											
TOALHA																											
ITEM	QUANTIDADE																										
COBERTOR																											
ÁGUA																											
CESTA BÁSICA																											
MATERIAL LIMPEZA																											
MATERIAL HIGIENE																											
OUTROS - ESPECIFICAR ITEM E QUANTIDADE: _____ _____																											
IV - ASSINATURA DO USUÁRIO:																											
V- ASSINATURA DO PROFISSIONAL SUAS / CPF:																											

ANEXO VI - MEMÓRIA DE CÁLCULO PLANO VERÃO 2024/2025

Projeto: PROTEÇÃO SOCIAL NAS EMERGÊNCIAS			
RECURSOS PARA O PROJETO			
ATENDIMENTO A FAMÍLIAS DESALOJADAS OU QUE PERMANECEM EM DOMICÍLIOS NÃO INTERDITADOS			
ITEM	REFERENCIAL	DESCRIÇÃO	QUANT PREVISTO
CESTA BÁSICA	1 por família	CESTA BÁSICA - sardinha em conserva (Un 6), leite em pó integral (5 Pct), feijão preto (4 kg), arroz parboilizado (6 kg), fubá de milho(1 kg), farinha de mandioca (1 kg), aveia em flocos (2 pct), açúcar refinado (2 kg), óleo de soja (1 Lt), sal (1 Pct), polpa de tomate (2 un), café (2 pct), massa espaguete (2 Pct).	1000
CARTÃO PROTEGE SUAS	1 por família	Valor calculado com base nos seguinte itens: - itens alimentícios - Kit de limpeza - Kit de higiene pessoal - incluindo absorventes e fraldas	3.500
COLCHONETE PARA FAMÍLIAS DESALOJADAS	1 por indivíduo	COLCHONETE CAMPING ADULTO – Espuma de poliuretano – 20kg/m ³ , revestimento em tecido plano simples 100% poliéster 76g/m ² , com tratamento antiácario e antifungo, identificação do fabricante com as certificações exigidas, medidas aproximadas: 70cm largura X 180cm comprimento x 4 cm altura. Marca: POLAR colchonete CAMPING D20 innmetro COL-0094/20	5.000
KIT ROUPA DE CAMA E BANHO	1 por indivíduo	JOGO DE LENÇOL SOLTEIRO EM MALHA FIO 30/1 PENTEADA 120 gr. 100% ALGODÃO : -01 LENÇOL DE BAIXO LISOS COM ELÁSTICO (para camas até 1,88m x 88cm x 30cm) -01 LENÇOL DE CIMA COM ACABAMENTO EM VIES ESTAMPADO 1,60M X 2,20M -01 FRONHA ESTAMPADAS 70CM X 50CM COMPOSIÇÃO : -MALHA FIO 30/1 PENTEADO 120gr. : 100% ALGODÃO	5.000
GARRAFA DE ÁGUA	1 PACK POR FAMILIA	Água Mineral sem gás, garrafa de 1,5l, acondicionada em pack com 06 unidades Marca: OÁSIS DA SAÚDE	5.000
COPOS DE ÁGUA	SUPRIMENTO LOCAIS DE ATENDIMENTO SMAS	AGUA MINERAL - COPO 200ML Especificação : Água Mineral Copo 200ML - Sem Gás - Pack com 48 unidades	500

KIT LIMPEZA (famílias desalojadas)	1 KIT POR FAMÍLIA	<p>Água sanitária, embalagem plástica resistente, conteúdo no mínimo 2 litros, em frasco plástico resistente, tampa com rosca. Alvejante, desinfetante e bactericida com cloro ativo. Teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5%, e PH entre 11,0 e 13,0. No rótulo do produto deverão constar os dados do fabricante e informações do produto. UNID: 1</p> <p>Desinfetante para banheiro, com ação bactericida, frasco plástico, resistente, no mínimo 2 lt - UND: 1</p> <p>Sabão em pó, biodegradável, concentrado, microperolado, com amaciante. Composição: tensoativo aniônico, sequestrante, coadjuvante, alcalinizante, branqueador óptico, pigmento, perfume e tensoativo biodegradável (alquibenzeno sulfonato de sódio). Apresentado em embalagem de plastica no mínimo de 2kg. A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade, que não pode ser inferior a 12 (doze) meses na data da entrega - UND: 1</p> <p>Vassoura - Vassoura nylon 33x9x13 cm com cerdas sintéticas, macia e firme, multiuso duo com plumagem densa, fixadas em suporte plástico de alta resistência. Cabo de madeira plastificado tamanho 1,20m, com suporte na parte superior para armazenamento e encaixe roscável rodo/cabo - UND: 1</p> <p>Rodo - Rodo de base plástica com no mínimo 70 cm., cabo de alumínio ou madeira e borracha dupla de EVA soft flexível, impermeável, com no mínimo 6,3 mm de espessura -UND: 1</p> <p>Balde plástico fabricado em polietileno de alta densidade, alta resistência a impactos, com paredes e fundos reforçados, com reforço no encaixe das alças de aço zincado. Capacidade de 13 a 15 litros - UND: 1</p> <p>Pano de chão alvejado. Confeccionado em 100% algodão e indicado para limpeza pesada. Possui superfície macia, com poder de absorver sem deixar resíduos. em algodão, cor branco, 50x85 cm com bainha - UND: 3</p> <p>Pá de plástico p/ lixo com cabo de madeira ou metal com no mínimo 80 cm, pá coletora deverá ser em material plástico com dimensões de: 24 cmx 16 cmx5,5 cm a 26 cmx 25 cmx8,5 cm(LxPxA) - UND: 1</p> <p>Detergente de louça, neutro, hipoalergênico, frasco plástico de 500 ml, resistente; Líquido viscoso de coloração amarela e odor característico, composto pela mistura de substâncias nocivas como Dodecilbenzenossulfonato de sódio (5,0 - 15,0%), Lauril éter sulfato de sódio (1,0 - 10,0%), Bronopol (< 0,2). Apresentar pH neutro de 5,0 - 7,5. - UND: 1</p> <p>Esponja para louça antiaderente, dupla face, com no mínimo 110 x 70x 21 mm, no uso verde com fibra abrasiva para limpeza mais difícil, no amarelo, esponja macia para limpeza de superfícies mais delicadas, espuma poliuretana e fibra sintética e com material abrasivo, antiaderente, dupla face, material plástico de polímero. Pacote com 3 unidades. UND: 1</p>	600
---	-------------------	---	------------

CUSTEIO - RECURSOS PARA O TRABALHO ESTIMATIVA CALCULADA CONSIDERANDO O TOTAL DE CAS/PROFISSIONAIS SMAS			
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	COMPOSIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANT. PREVISTO
BOTAS	1 por profissional	BORRACHA Galocha PVC, leve, impermeável, cano médio, com cordão para ajuste na panturrilha	500
COLETES	1 por profissional	COLETE SMAS (TAMANHOS VARIADOS)	3000
ALCOOL 70	unidade	ALCOOL, GEL, ANTI-SÉPTICO DE AÇÃO INSTANTANEA E BACTERICIDA, PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS, FORMULADO COM ÁLCOOL ETÍLICO (70 A 80%) E AGENTE EMOLIENTE, NÃO IRRITANTE E BIODEGRADAVEL. ACONDICIONADO EM FRASCO (REFIL) COM NO MÍNIMO 800ML E NO MÁXIMO 1000ML.	100
LUVAS DESCARTÁVEIS	cx com 100	Luva para procedimentos – não estéril, confeccionada em látex natural, textura uniforme, ambidestra, com alta sensibilidade táctil, boa elasticidade e resistente a tração. Comprimento mínimo de 25 cm, lubrificada com material bio-absorvível em quantidade adequada, atóxico. Acondicionada em caixa com no mínimo 100 unidades, contendo externamente dados de identificação, procedência e registro em Órgãos competentes. Tamanho médio.	15
CAPA DE CHUVA	unidade	Capa De Chuva Pvc Brascamp Reforçada Amarela C.A. 28449	500
CARRINHO DESMONTÁVEL	unidade	Carrinho Cesto Compras Portátil Multiuso Dobrável	12
LED FLOOD LIGHT OUTDOOR	unidade	Led 100W com bateria interna recarregável	12
CAIXA ORGANIZADOR A 56L	unidade	Caixa Organizadora Container 56 Litros C/Tampa e Trava Preta 25793PM Arqplast	12
BANNER	unidade	30 unidades tamanho 2,20 x 1,20cm com ilhóis (fundo das tendas, logotipo da Assistência Social) - R\$ 7500 30 unidades - tamanho 0,80 x 1,20 cm (logotipo da Assistência Social) - R\$ 2400 15 unidades - tamanho 2,00 X 0,80 (parte frontal das tendas) - "Assistência Social aqui" - R\$ 3000	75
MATERIAL DE CONSUMO	unidade	6 canetas, 3 pranchetas, 3 corretivos, 1 grampeador, 1 caixa de clips, 1 caixa de grampo, fita durex, 10 lacres, 1 rolo de barbante, pasta de elástico A4	50

CUSTEIO - SERVIÇOS			
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	COMPOSIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANT PREVISTO
LOCAÇÃO DE PICK UP 24h	Aluguel Mensal (8 meses)	Locação de Pick Up 24h + Combustível+ Motorista (8 meses) Veículo Automotor Tipo PICK-UP – Aluguel de veículos automotores, PICK-UP, 45 horas semanais, com motorista e com combustível, cabine dupla, tração 4x2 ou 4x4, motor no mínimo 1.4, p/cargas no mínimo 600kg.	4
LOCAÇÃO DE CAMINHONETE		Locação de caminhonete sem combustível incluso	1
AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL		Aquisição de combustíveis / Caminhonete	1
PACOTE DE DADOS	Serviços de terceiros	Para 200 tablets	200
VERBA PARA DESLOCAMENTOS EMERGENCIAIS	Serviços de terceiros (8 meses)	Convenio Taxi-Rio (Decreto 45716/2019) - 8 meses (maio a dezembro)	8
LOCAÇÃO DE MESA DE PLÁSTICO BRANCA	Serviços de terceiros	Mesa de Plástico Branca quadrada 70X70 - locação conforme demanda LOCAÇÃO MESA DE PLÁSTICO 70 X 70 CM Mesa Plástica Quadrada, tipo monobloco, empilhável, fabricada em polipropileno virgem de alta resistência, tratada com resina anti- uv, dimensões: largura 700mm, comprimento 700mm, altura 720mm, espessura mínima 3mm, variação de 10% para mais e 5% para menos Certificação do IMETRO	300
LOCAÇÃO DE CADEIRA DE PLÁSTICO BRANCA	Serviços de terceiros	Cadeira de Plástico Branca sem braços - locação conforme demanda Largura: 57 cm, Altura: 90,5 cm, Comprimento: 56 cm. Empilhável, Peso máximo 120 Kg Composição: Polipropileno (Plástico) Cor: Branca Certificação do IMETRO	900
LOCAÇÃO DE CAIXA TÉRMICA	Serviços de terceiros	Caixa Térmica 360 Lts L 120 cm x P 60 cm x A 82 cm Capac: Garrafas 600 ml (240 un.) Lata 350 ml (420 un.) Pet 2 Lts. (70 un.)	30
FORNECIMENTO DE GELO	Serviços de terceiros	Gelo Escama saca com 5kg	500

INVESTIMENTO (RECURSOS PERMANENTES)			
DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	COMPOSIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANT PREVISTO
TENDA SANFONADA	Unidade	Tenda sanfonada em aço, reforçada, cobertura em lona, 3mX3m, identificada com Logomarca da SMAS	10
TABLET COM CAPA PROTETORA	Unidade	Tablets - TABLET Samsung Galaxy A T290 32GB tela 8"Android Quad-Core 2GHz – Preto.	150
MESA DOBRÁVEL	Unidade	Mesa de Metal com adesivo de identificação SMAS	30
CADEIRA DOBRÁVEL	Unidade	Cadeira de metal com adesivo de identificação SMAS	90
FILTRO DE LINHA / EXTENSÃO	Unidade	Extensão Elétrica Régua 6 Tomadas 3 Metros Com Interruptor Liga/Desliga E Fusível Filtro De Linha Bivolt Puro Cobre Tripolar Entrada 3 Pinos	10

Projeto: PROTEÇÃO SOCIAL NAS EMERGÊNCIAS			
RECURSOS PARA O PROJETO			
RECURSOS PARA FAMÍLIAS DESABRIGADAS (DEMANDA DE ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS) ESTIMATIVA CALCULADA PARA A ABERTURA DE 3 UNIDADES, COM CAPACIDADE DE ACOLHIMENTO DE 400 PESSOAS NO TOTAL			
ITEM	REFERENCIAL	DESCRIÇÃO	QUANT PREVISTO
KITS DE HIGIENE PESSOAL (ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS)	1 por indivíduo	<p>Sabonete, aspecto físico sólido, peso 90g, com perfume - UND: 2</p> <p>Escova dental, material cerdas náilon, material cabo plástico, tipo cabo reto, formato cabeça retangular, com cantos arredondados, aplicação adulto - UND: 1</p> <p>Pasta dental em creme, uso adulto, pesando 90gr, menta, composto de flúor, lauril sulfato de sódio, sacarina sódica, água, sorbitol, composição, aromática, polietilenoglicol, carboximetilcelulose, dióxido de silício, corantes, fluoreto de sódio - UND: 1</p> <p>Desodorante tipo Roll On, vedado tipo bastão, em embalagem plástica transparente. Unidade de fornecimento: entre 50 e 60 gramas - UND: 1</p> <p>Shampoo, com 250ml, aromas diversos para todos os tipos de cabelos - UND:1</p> <p>Condicionador com 250ml para cabelos normais, embalagem - UND:1</p> <p>Lamina de Barbear - Aparelho de barbear, tipo descartável, material lâmina de aço inox, 2 lâminas, cabo de plástico - UND: 1</p> <p>Pente para Cabelo - Pente para cabelos de plástico com cabo medindo 21 x 4 cm sendo o cabo de 9 cm.</p> <p>composição: 1 sabonete 85gr, 1 pasta de dente 90gr, 1 escova de dentes, shampoo 250ml e condicionador 250ml, lâmina para barbear, pente para cabelo. Base tomada de referência para 400 pessoas (com sobra, 100)</p>	500
PAPEL HIGIENICO - FARDOS 64 ROLOS (ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS)	Consumo coletivo	<p>Folha dupla, papel branco, 100% fibras celulósicas virgens, não reciclado, isento de qualquer tipo de películas físicas, bem como substâncias nocivas à saúde, em rolo medindo 30m X 10cm cada. Acondicionado em pacote com 64 rolos medindo 30 metros cada. Observações: Qualidade em atendimento à norma ABNT – NBR15464-2 e 15134, Classe 1, devendo ser exigida a certificação ABNT – NBR através do laudo IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas e laudo microbiológico e selo FSC do produto. Obs.: Item destinado exclusivamente à participação de ME/EPP. MARCAS: COTTON DELUXE e PERSONAL VIP (para uso de 400 pessoas/mês, baseado em gasto nas URS sendo 50 pessoas gastando 6 fardos/mês)</p>	50

KIT LIMPEZA (ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS)	Consumo por estrutura	Itens para utilização na limpeza diária e conservação do Alojamento: 150 desinfetantes (2l), 140 detergentes (500ML), 150 sabão em pó (1KG), 150 LYSOFORM (1L), 500 INSETICIDAS MULTI INSETOS AEROSOL (450ML), 150 REPELENTE SPRAY (200ML) - baseado montagem de 3 AP/ano	3
KIT LIMPEZA (ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS)	Consumo por estrutura	20 VASSOURAS, 10 RODOS, 10 PÁS, 800 SACOS DE LIXO, 10 BALDES DE 10L, 150 PANOS DE CHÃO, 30 ESPONJAS, 6 ESFREGÕES MOP (baseado montagem de 3 AP/ano)	3
ABSORVENTE ÍNTIMO FEMININO (ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS)	Pacotes	ABSORVENTE HIGIÊNICO, TIPO NORMAL COM ABAS, FORMATO TRADICIONAL - 8 unidades Conforme demanda, baseado na estimativa de 50% de mulheres acolhidas do público geral	200
FRALDAS GERIÁTRICAS (ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS)	Pacotes	Fralda descartável para adulto, tamanho Médio de 40 a 70kg, cintura até 120cm, com área absorvível, formato anatômico, boa capacidade de absorção, fita adesiva reajustável e elástico nas pernas, acondicionada em pacote com a identificação dos fabricantes e as características do produto. OBS.: A quantidade mínima por embalagem deverá ser informada em observação a parte na proposta-detulhe, por ocasião da aquisição. Pacotes com 16 unidades	30
FRALDAS INFANTIS (ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS)	Pacotes	Tamanhos variados com distribuição conforme demanda (estimativa de 60 crianças usando 4 fraldas por dia). Pacote com média de 35 unidades	180
MAMADEIRAS (KIT) - (ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS)	Conforme demanda	Kits com 3 mamadeiras, para cada fase de desenvolvimento do bebê. (estimativa para 60 crianças)	30
DESCARTÁVEIS - (ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS)	utensílios por indivíduo	Combo composto por: Copos Descartáveis (tira de copos de 200 ml com 100 unidades) - 720 pacotes Guardanapos de papel (pacotes com 50 unidades) - 720 pacotes Garfos descartáveis (pacote com 50 unidades) - 720 pacotes Facas descartáveis (pacote com 50 unidades) - 720 pacotes Colheres descartáveis (pacote com 50 unidades) - 720 pacotes	3

COLCHÃO- (ALOJAMENTOS PROVISÓRIOS)	1 por indivíduo	<p>COLCHÃO – Para uso hospitalar adulto, confeccionado em espuma de poliuretano densidade 28 comprovada, que comporte peso de até 80kg, forrada com capa de napa reforçada em corvim liso, comprovada, na cor azul royal, selagem germética resistente. Dimensões de 188x78x12cm. Garantia mínimo de 1(um) ano. (baseado para 400 pessoas e 200 sobra)</p> <p>Marca: Polar Colchão D28 INMETRO COL 00-48/20 Fabricado no Brasil.</p>	600
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER ALIMENTAÇÃO (ALOJAMENTO PROVISÓRIO)	Quentinhas + bebidas (almoço e janta) e kits lanches com alimentos e bebidas (café da manhã, colação, lanche e ceia)	cobertura de 450 pessoas profissionais e usuários (cada pessoa consome 6 refeições por dia) 2670 refeições por dia não temos previsão de tempo de funcionamento AP	2670
KIT ROUPA DE CAMA E BANHO (ALOJAMENTO PROVISÓRIO)	1 por indivíduo	<p>LENÇOL SOLTEIRO 100% ALGODÃO – confeccionado em tecido cretone, 100% algodão, tingimento indantreno, resistente a lavagem hospitalar, tela 1x1, gramatura 170 g/m2, com tolerância de +/- 5%, cor a definir, medidas mínimas de 240x160cm. Identificação do fabricante, embalagem original com as certificações exigidas. Embalados individualmente.</p> <p>COBERTOR adulto, confeccionado em tecido 100% poliéster, estrutura em manta agulhada não tecida, na cor a definir, com medidas mínimas 210x150cm (c x l), bordas acabadas com viés de 35 mm de largura. Identificação do fabricante, embalagem original com as certificações exigidas. Embalados individualmente.</p> <p>TRAVESSEIRO 100% ALGODÃO - revestimento 100% algodão, composição do enchimento 100% fibras siliconizadas, tecido percal, anatômico, lavável, medidas mínimas 50 x 70 cm, (cor a definir) branco. Selo do INMETRO. Identificação do fabricante, embalagem original com as certificações exigidas. Embalados individualmente.</p> <p>FRONHA 100% ALGODÃO - adulto, confeccionada em tecido cretone, 100% algodão, tingimento indantreno, resistente a lavagem hospitalar, tela 1x1, gramatura 170 g/m2, com tolerância de +/- 5%, na cor a definir, abertura com uma das bordas com transpasse em seu interior p/prender o travesseiro, medidas mínimas 70x50cm (c x l). Selo do INMETRO. Identificação do fabricante, embalagem original com as certificações exigidas. Embalados individualmente.</p> <p>TOALHA DE BANHO 100% ALGODÃO tamanho mínimo 0,70cm x 1,35cm, cor a definir. identificação do fabricante, embalagem original com as certificações exigidas. Embalados individualmente.</p> <p>*Base para 400 pessoas/mês com sobra até 200</p>	600

VESTUÁRIO íntimo (ALOJAMENTO PROVISÓRIO)	Considerando 3 abrigos/ano totalizando: 340 adultos e 60 crianças	Roupas íntimas: cueca (kit com 10 cuecas) adulto P - M - G - GG R\$ 76,05 (2/indv) - 140 homens - R\$ 3650 4 Roupas íntimas - calcinha (kit com 5 unidades) adulto P - M - G - GG (2 indv) - 200 mulheres - R\$ 49,24 - R\$ 7848,40 Roupas íntimas - sutiã (tipo top) sutiã P - M - G - GG (1 indv) - R\$20,00 R\$ 6000,00 Calcinha / cuecas infantis - 60 crianças, custo unitário previsto R\$ 5,00 (3/indv)- Total de R\$ 900,00	1
RH	EQUIPE: 1 Aloj para 100 pessoas	Plano de Trabalho para contratação emergencial de equipe RH (06 Prof Nivel Médio Adm, Recp e ASG, 06 Prof Nivel Superior AS E PSIC, 32 Educadores)	39
FONTE: SMAS/SUBPSE/Coordenadoria de Alta Complexidade Data: 05/08/2024			

	CARGO	FUNÇÃO	QUANTITATIVO	HORAS SEMANAIS
REFERENCIAL DE EQUIPE PARA ALOJAMENTO PROVISÓRIO PARA ATÉ 50 USUARIOS FONTE: SMAS/SUBPSE/Coordenadoria de Alta Complexidade Data: 05/08/2024	DIREÇÃO	PROF. NIVEL SUPERIOR DO SUAS	1	44h/sem
	ASSESSOR DE DIREÇÃO	PROF NIVEL SUPERIOR DO SUAS	1	44h/sem
	ASSISTENTE SOCIAL	ASSISTENTE SOCIAL	3	30h/sem
	PSICÓLOGO	PSICÓLOGO	3	32:30h/sem
	ASSISTENTE III	ADMINISTRATIVO	1	44h/sem
	EDUCADOR LIDER NOTURNO	EDUCADOR SOCIAL NOTURNO	2	12x 36
	EDUCADOR LIDER DIURNO	EDUCADOR SOCIAL DIURNO	2	12x 36
		EDUCADOR SOCIAL DIURNO	10	12x36
		EDUCADOR SOCIAL NOTURNO	10	12x36
		AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DIURNO	4	12x36
		AUXILIAR II	CONTROLADOR DE ACESSO DIURNO	2

OBS: Demanda de 39 funcionários por unidade, para até 50 pessoas acolhidas, sem a inclusão dos profissionais da cozinha, uma vez que a alimentação é realizada através da entrega de quentinhas. O total de funcionários para o atendimento de até 400 pessoas acolhidas emergencialmente é de 156 funcionários.

FONTE: SMAS/SUBPSE/Coordenadoria de Alta Complexidade
Data: 05/08/2024

ANEXO III

SMS - PROTOCOLO DE ENFRENTAMENTO AO CALOR EXTREMO

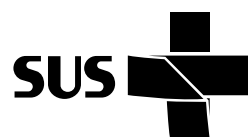


PROTOCOLO DE
ENFRENTAMENTO AO
CALOR EXTREMO

1ª EDIÇÃO



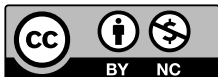
SAÚDE



PROTOCOLO DE ENFRENTAMENTO AO **CALOR EXTREMO**

1ª EDIÇÃO

Rio de Janeiro/RJ
2024



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons — Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra é da área técnica que elaborou o conteúdo do livro.

© 2024 Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) / Secretaria Municipal de Saúde (SMS-Rio)
Rua Afonso Cavalcanti, 455, 7.º andar — Cidade Nova — Rio de Janeiro/RJ — CEP: 20211-110
<http://saude.prefeitura.rio/>

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Eduardo Paes

Secretário Municipal de Saúde

Daniel Soranz

Subsecretário Executivo

Rodrigo de Sousa Prado

Subsecretária Geral

Fernanda Adães Britto

Subsecretário de Gestão

Márcio Leal Alves Ferreira

**Subsecretário de Atenção Hospitalar,
Urgência e Emergência**

Daniel Lopes da Mata

**Subsecretário de Promoção, Atenção Primária
e Vigilância em Saúde**

Renato Cony Seródio

**Presidente do Instituto Municipal de Vigilância Sanitária,
Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária**

Aline Pinheiro Borges

Superintendente de Integração de Áreas de Planejamento

Emanuelle Pereira de Oliveira Corrêa

Superintendente de Promoção da Saúde

Denise Jardim de Almeida

Superintendente de Vigilância em Saúde

Gislani Mateus Oliveira Aguiar

Superintendente de Atenção Primária

Larissa Cristina Terrezo Machado

Coordenação e Revisão Técnica

Daniel Ricardo Soranz Pinto

Emanuelle Pereira de Oliveira Correa

Fabiano Marcel Serfaty

Gislani Mateus Aguiar

Michael Schmidt Duncan

Renato Cony Seródio

Elaboração

Alice Priscilla Miranda Souto

Aline da Silva Barbosa Ferreira

Beatriz Santos Felix de Oliveira

Caio Luiz Pereira Ribeiro

Camilla Gonçalves de Barros de Azevedo

Camilla Rodrigues Cordeiro

Caroline Dias Ferreira

Clarissa Moreira Mello

Cláudia Beatriz Freitas de Mattos Seródio

Cláudia de Oliveira Faria Ferrari Quadros

Débora Pinto da Silva de Oliveira

Denise Jardim de Almeida

Elaine Duim Martins

Emanuelle Pereira de Oliveira Correa

Érika Fonseca Camargo Marsico

Fabiano Marcel Serfaty

Felipe de Carvalho Vommaro Maríncola

Geila Cerqueira Felipe

Gislani Mateus Aguiar

João Henrique Araujo Morais

Jonathan Henrique Anjos de Almeida

Juliana Loureiro

Karla Teles Reis

Larissa Cotrofe Santoro Nasser

Léa de Freitas Amaral

Michael Schmidt Duncan

Mônica Silva e Souza

Oswaldo Gonçalves Cruz

Patricia Barbosa Peixoto Durovni

Patricia Cardoso Avolio

Paula Fiorito de Campos Ferreira

Raquel de Oliveira Wilken

Rodrigo Gonçalves de Souza

Valeria Saraceni

Vitor Martins Teixeira

Wilenes das Graças Silva e Souza

Assessoria de Comunicação Social da SMS-Rio

Paula Fiorito de Campos Ferreira

Cláudia de Oliveira Faria Ferrari Quadros

Supervisão Editorial

Aluisio Bispo

Capa

Ana Beatriz Cardoso

Igor Zainotte

Luciano Freitas

Projeto gráfico

Aluisio Bispo

Diagramação

Cristiano Matos

Sandra Araujo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Saúde, Rio de Janeiro (Prefeitura). Secretaria Municipal de Protocolo de enfrentamento ao calor extremo [livro eletrônico] / Prefeitura do município do Rio de Janeiro. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro: Ed. dos Autores, 2024.

PDF

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-16338-3

1. Calor 2. Desastres sicionaturais 3. Gestão de Riscos e Desastres (GRD) 4. Mudanças climáticas — Aspectos socioambientais 5. Saúde pública 6. Temperatura atmosférica I. Título.

24-229021

CDD-362.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Mudanças climáticas: Saúde pública: Bem-estar social 362.1

Aline Grazielle Benitez — Bibliotecária — CRB-1/3129

SUMÁRIO

ONDAS DE CALOR E SEUS IMPACTOS PARA A SAÚDE HUMANA	4
PROTOCOLO DE CALOR DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO	5
CLIMA E SAÚDE — INTELIGÊNCIA EPIDEMIOLÓGICA APLICADA À PREPARAÇÃO E RESPOSTA DOS EVENTOS DE CALOR EXTREMO	6
Painel do Calor — Monitoramento e alertas com base em inteligência epidemiológica...	7
A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DA SMS-RIO.....	9
GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES E OS IMPACTOS DOS NÍVEIS DE CALOR	11
PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA ONDAS DE CALOR.....	12
DIRETRIZES E OBJETIVOS.....	12
AÇÕES DE CONTINGÊNCIA POR NÍVEIS DE CALOR.....	14
Nível de calor 1.....	14
Nível de calor 2	16
Nível de calor 3.....	18
Nível de calor 4	20
Nível de Calor 5.....	23
PRINCIPAIS CONDIÇÕES E RISCOS DO CALOR EXTREMO PARA A SAÚDE — ORIENTAÇÕES E MANEJO CLÍNICO	28
Medidas preventivas para a população geral	28
Cuidados com grupos de maior risco	29
Condições clínicas relacionadas à exposição ao calor extremo e manejo.....	32
REFERÊNCIAS	36
ANEXOS.....	39
ANEXO 1. DECRETO RIO N.º 54.740, DE 28 DE JUNHO DE 2024.....	39
ANEXO 2. CENTRO DE OPERAÇÕES E RESILIÊNCIA — PORTARIA "N" N.º 03/2024, DE 28 DE JUNHO DE 2024	42

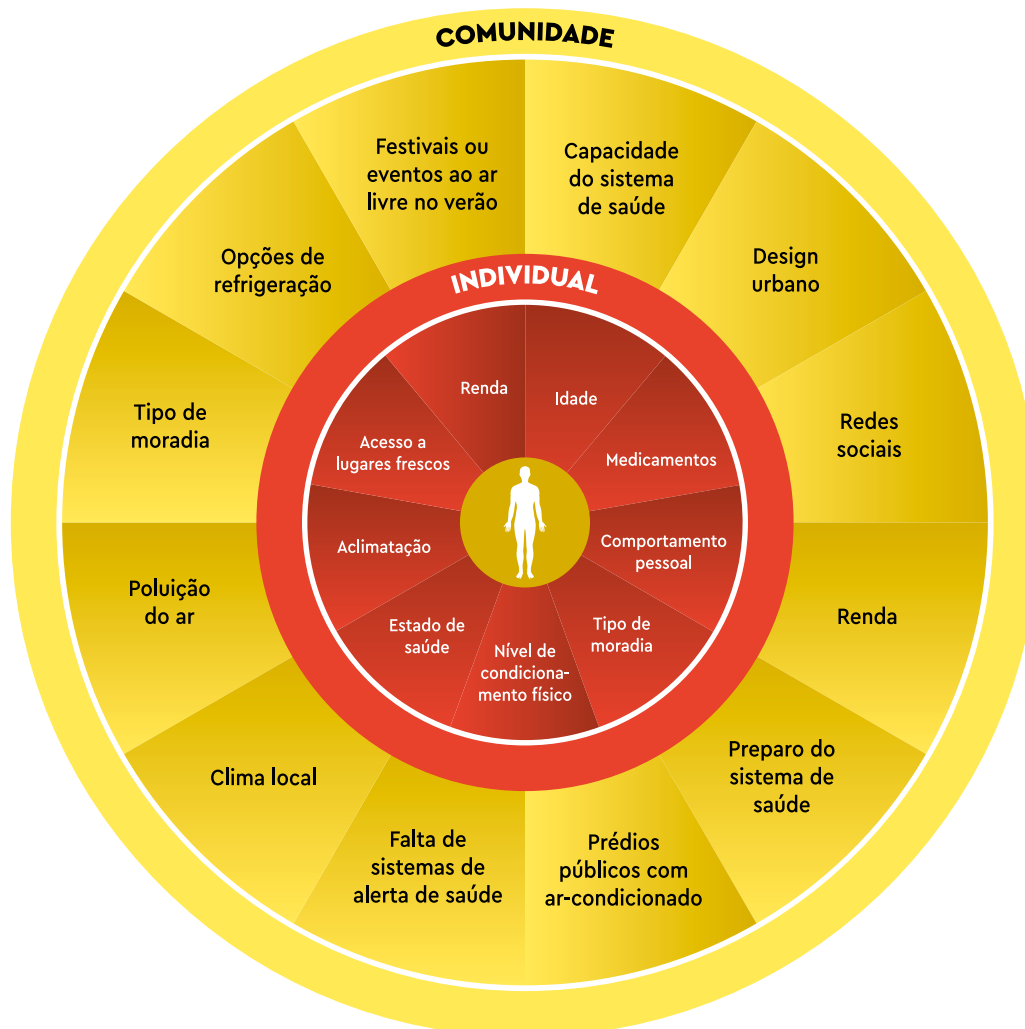
ONDAS DE CALOR E SEUS IMPACTOS PARA A SAÚDE HUMANA

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios do século 21, afetando a saúde humana. O aumento das temperaturas, eventos climáticos extremos, alterações nos padrões de precipitação e a elevação do nível do mar têm impactos diretos e indiretos na saúde pública. As cidades, com alta densidade populacional e atividades econômicas, estão especialmente vulneráveis, necessitando de sistemas de saúde resilientes e adaptativos.

Os impactos diretos incluem o aumento de ondas de calor, que podem causar desidratação, exacerbação de doenças crônicas, insolação, e, em casos extremos, levar à morte. Indiretamente, mudanças nos padrões de precipitação e temperatura podem alterar a distribuição de vetores de doenças, como mosquitos, aumentando a incidência de doenças transmitidas por vetores, como dengue. A insegurança alimentar e hídrica, agravada pelas mudanças climáticas, pode levar à desnutrição e doenças relacionadas. Além disso, há danos à saúde mental e ao modo de vida de territórios, exacerbando vulnerabilidades existentes.

Os efeitos das mudanças climáticas são sentidos de forma desigual e tendem a afetar desproporcionalmente as áreas de menor renda. Populações vulnerabilizadas, historicamente marginalizadas que vivem em áreas periféricas de grandes cidades sofrem mais severamente com os efeitos de eventos climáticos extremos. Deste modo, considerar o aspecto social, racial e ambiental é fundamental para desenvolver ações que possam mitigar as desigualdades entre diversos grupos populacionais, e promover serviços e ações de saúde mais equânimes.

Figura 1 — Fatores que influenciam a vulnerabilidade individual e comunitária a eventos extremos de calor



Durante ondas de calor, a maioria das mortes é causada pelo agravamento de condições crônicas ou pelo aumento de doenças infecciosas. Manifestações clínicas como edema, erupção cutânea, dor de cabeça, irritabilidade, letargia e fraqueza são comuns e variam conforme a capacidade de adaptação ao calor extremo. A exposição prolongada ao calor pode causar desidratação, alterações no metabolismo, queimaduras, exaustão térmica e irritação ocular e nasal. Em casos mais extremos, pode levar ao golpe de calor (*heatstroke*), que está associado a elevada mortalidade.

Os períodos de calor intenso afetam a população, especialmente grupos vulneráveis, como crianças, idosos, gestantes, pessoas com doenças crônicas, deficiências, transtornos mentais, trabalhadores ao ar livre, população em situação de rua, migrantes, refugiados e comunidades rurais e indígenas. Esses grupos são mais suscetíveis aos impactos e podem sobrecarregar os serviços de saúde devido ao aumento da demanda por atendimento.

Identificar esses grupos e situações de maior risco permite recomendações específicas, medidas de proteção e planejamento de intervenções para mitigar danos à saúde. Com o aumento e a intensificação das ondas de calor, é crucial elaborar estratégias de enfrentamento para reduzir os efeitos adversos na saúde e assegurar o atendimento adequado diante dessas situações.

Neste sentido, a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-Rio) apresenta o Protocolo de Enfrentamento ao Calor Extremo, com o objetivo principal de nortear as ações de saúde durante ondas de calor, visando à proteção e à mitigação dos riscos à saúde da população.

Essa publicação integra o protocolo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) e é uma iniciativa pioneira e crucial para proteger a saúde da população carioca e assegurar o atendimento adequado diante dessas situações, em um contexto de eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes.

PROTOCOLO DE CALOR DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

A Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio do Decreto Rio n.º 54.740 de 28/06/2024 (Anexo 1), instituiu a classificação dos Níveis de Calor (NC) em cenários de risco relacionados a calor extremo para definição de protocolos de ação no âmbito do município. O trabalho, conduzido pelo Centro de Operações e Resiliência do Rio (COR), Secretaria Municipal de Saúde (SMS-Rio) e a Secretaria de Meio Ambiente e Clima (SMAC-Rio), estabeleceu métricas para os NC (Anexo 2). Essas métricas levam em consideração o índice de calor (IC), que resulta da combinação entre temperatura e umidade, bem como o tempo de exposição. O COR tem a responsabilidade de monitorar e divulgar os NC.

O NC tem por objetivo definir diretrizes de atuação para os diversos órgãos governamentais das diferentes esferas de governo, concessionárias de serviço público e empresas que prestam serviço no território da cidade do Rio de Janeiro e para a comunicação com os cidadãos, como parâmetro de desencadeamento de ações para o enfrentamento do risco climático de calor extremo. Vale destacar o pioneirismo da cidade do Rio de Janeiro, sendo a primeira do país a implantar um protocolo operacional para calor extremo pautado nos riscos à saúde que integra essa gama de órgãos e a operação e funcionamento da cidade.

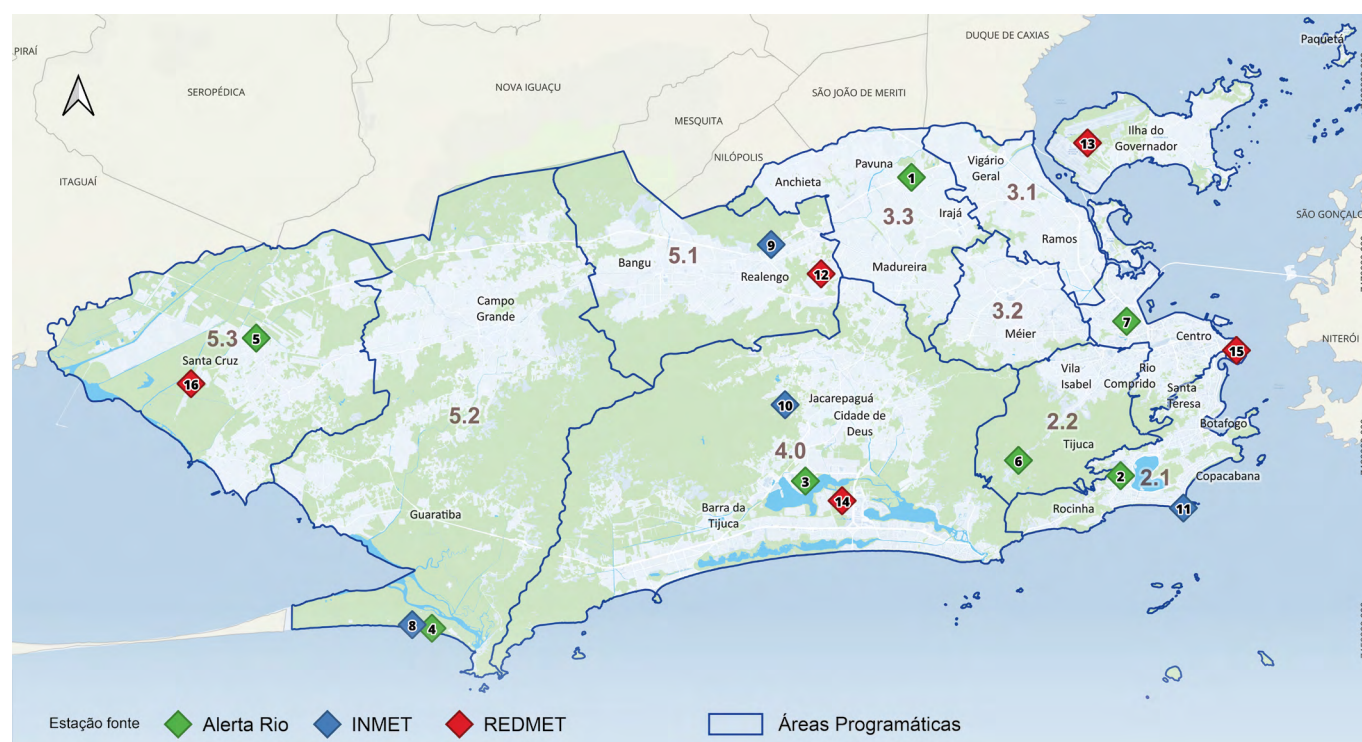
Este decreto também criou, na cidade do Rio de Janeiro, o Comitê de Desenvolvimento de Protocolos para Enfrentamento de Calor Extremo (CDPECE), que será responsável pela definição dos protocolos de enfrentamento para cenários de risco relacionados a calor extremo. Este comitê é composto pelo COR, SMS-Rio e SMAC-Rio.

CLIMA E SAÚDE — INTELIGÊNCIA EPIDEMIOLÓGICA APLICADA À PREPARAÇÃO E RESPOSTA DOS EVENTOS DE CALOR EXTREMO

Para o desenvolvimento do método para estabelecer os limiares de controle dos Níveis de Calor à luz dos impactos na saúde, o Centro de Inteligência Epidemiológica da Superintendência de Vigilância em Saúde da Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde (CIE/SVS/SUBPAV) realizou um conjunto de análises.

Inicialmente foi realizada uma extensa revisão da literatura científica para identificar os principais impactos do calor extremo relacionados à saúde humana. Em paralelo, os dados das estações meteorológicas da rede municipal Alerta Rio, da Rede de Meteorologia do Comando da Aeronáutica (REDMET) e do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) foram utilizados para construir séries temporais das máximas, medianas, médias e mínimas de temperatura, umidade e do IC, aplicando-se modelagem estatística para o cálculo de quantis históricos destas condições na cidade do Rio de Janeiro.

Figura 2 — Mapa com a localização das estações meteorológicas na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: CIE/AlertaRio/INMET/RedMet. Sistema de Referência Geográfica.

A partir destes quantis, foram analisados os efeitos do calor na saúde humana, considerando os atendimentos na Rede de Urgência e Emergência (RUE), na Atenção Primária à Saúde (APS) e nos dados de mortalidade geral oriundos do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). As análises exploratórias permitiram identificar um aumento significativo de agravos à saúde por condições relacionadas ao calor durante evento de calor extremo na cidade, ou até três dias após este evento.

A partir dessa análise, à luz dos riscos de impactos na saúde humana, foi possível estabelecer os níveis de calor para basear o protocolo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Quadro 1 — Níveis de calor da cidade do Rio de Janeiro

NÍVEIS DE CALOR	CRITÉRIO
NC 1	Nível em que se registra IC menor ou igual a 36°C (trinta e seis graus <i>Celsius</i>), ou quando maior que 36°C por período menor que 4 (quatro) horas por dia.
NC 2	Nível em que há registro de IC acima de 36°C por, pelo menos, 4 (quatro) horas por dia por até 2 (dois) dias consecutivos.
NC 3	Nível em que há registro de IC entre 36°C e até 40°C em, pelo menos, 4 (quatro) horas por dia por, no mínimo, 3 (três) dias consecutivos.
NC 4	Nível em que há registro de IC entre 40°C e até 44°C por, pelo menos, 4 (quatro) horas por dia. Além disso, há previsão ou registro de mais 2 (dois) dias com IC maior que 36°C por 4 (quatro) horas por dia. O período deverá totalizar, no mínimo, 3 (três) dias consecutivos.
NC 5	Nível em que há registro de IC acima de 44°C por, pelo menos, 2 (duas) horas por dia. Além disso, há previsão ou registros de mais 2 (dois) dias com IC maior que 36°C por 4 (quatro) horas por dia. O período deverá totalizar, no mínimo, 3 (três) dias consecutivos.

Fontes: Decreto Rio n.º 54.740, de 28 de junho de 2024, e Portaria "N" n.º 03/2024, de 28 de junho de 2024.

Vale ressaltar que a SMS-Rio, por meio do CIE da Vigilância em Saúde, permanece investindo esforços na pesquisa destes achados para gerar mais evidências quanto a essa temática e mantém monitoramento dos padrões epidemiológicos, numa abordagem de vigilância mosaico, a partir da integração de informações de uma ampla variedade de sistemas de informação, objetivando apoiar a tomada de decisão estratégica para preparação e resposta coordenada a estes eventos.

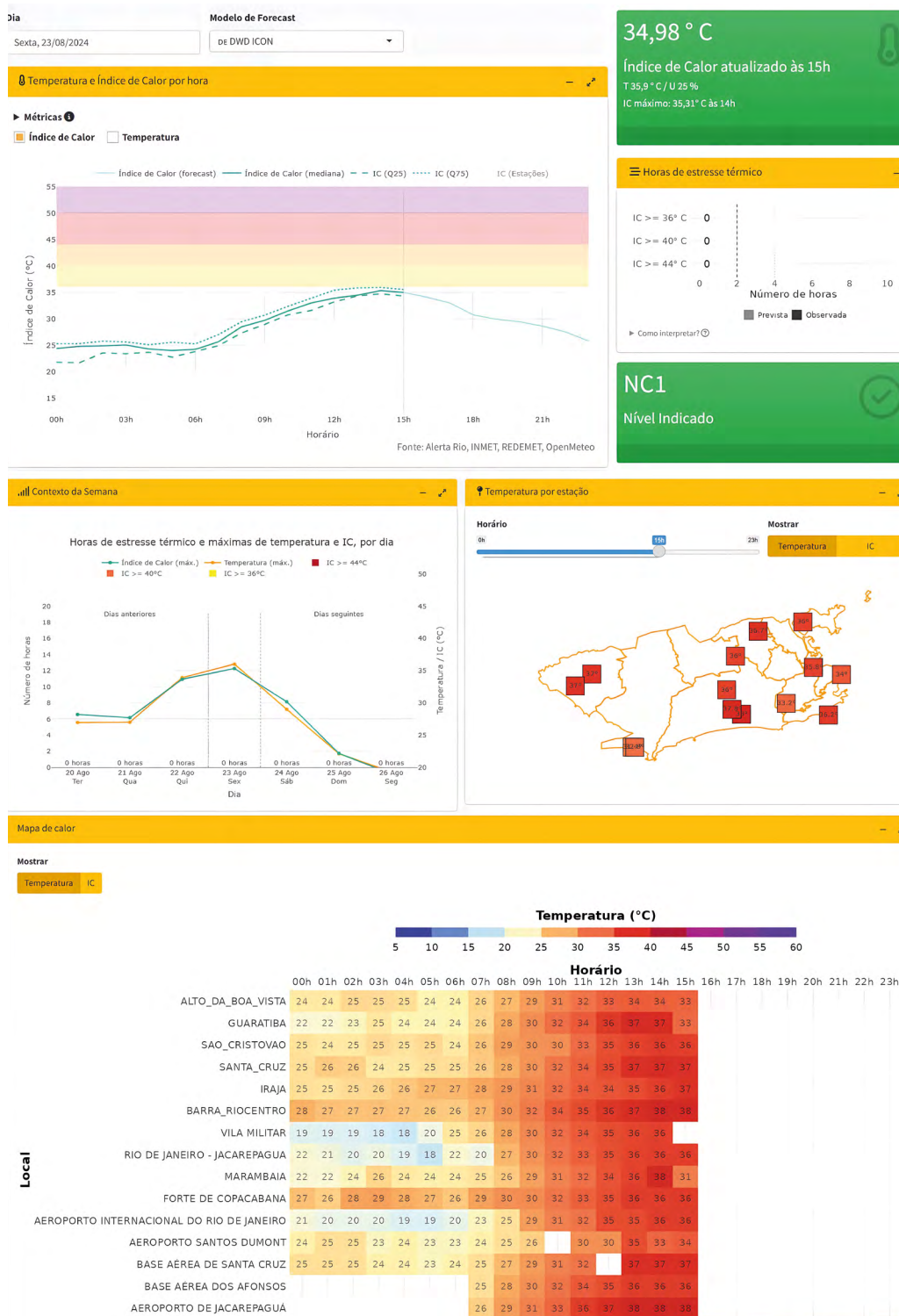
Painel do Calor — Monitoramento e alertas com base em inteligência epidemiológica

A preparação e resposta ao calor extremo precisa ser oportuna e, para ampliar essa capacidade, o CIE adota uma estratégia de recuperação automática de dados meteorológicos dos sistemas Alerta Rio, INMET e REDEMET, e de modelos meteorológicos globais de previsão numérica (*forecast*) de temperatura e umidade, além de dados de atendimentos na RUE, APS e censo de internação hospitalar. Esse grande volume de dados é inserido no *data lake* do CIE, processado e atualizado diariamente em tempo real, portanto, durante um evento de calor extremo é possível medir o impacto dos atendimentos de maneira contínua, a fim de prevenir a sobrecarga da rede assistencial e direcionar ações baseadas em inteligência epidemiológica.

No intuito de apoiar a tomada de decisão, tanto no âmbito da saúde pública quanto para a gestão urbana e resiliência, a partir destes dados o CIE desenvolveu um painel analítico e interativo para consumo do COR, da SMS-Rio e gestores estratégicos da Prefeitura do Rio. Este painel integra dados meteorológicos com seis modelos preditivos de grandes agências internacionais, dentre eles o Centro Europeu de Previsões Climáticas de Médio Alcance, a National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA), o German Weather Service (DWD) e o Environment and Climate Change Canada. O painel calcula automaticamente o nível de calor com base no Índice de Calor (IC) aferido, nas horas de exposição e nas previsões dos modelos, configurando-se como uma ferramenta essencial para a gestão de riscos associados ao calor extremo.

Finalmente, a integração destes modelos meteorológicos de *forecast*, dos dados obtidos das estações terrestres de sensoriamento e do monitoramento da rede assistencial de saúde permitirá a emissão de alertas precoces sobre ondas de calor para preparação dos serviços de saúde e comunicação de risco com a população, bem como as medidas de adaptação previstas no protocolo da cidade.

Figura 3 — Painel de Calor



Fontes: Alerta Rio, REDMET, INMET e OpenMeteo. Desenvolvido por CIE/SVS/SUBPAV/S.

A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DA SMS-RIO

A Rede de Atenção à Saúde (RAS) é composta por ações e serviços de saúde de diferentes densidades tecnológicas e perfis que, integrados, buscam garantir a integralidade do cuidado à população.

A Atenção Primária à Saúde (APS), enquanto eixo estruturante da RAS, tem capilaridade no território, e papel central em assegurar a coordenação do cuidado e que o paciente receba o cuidado de saúde do qual necessita. Para que isso ocorra, devem estar estabelecidos os fluxos de interlocução da APS com os diferentes pontos da rede de atenção à saúde.

A cidade do Rio de Janeiro possui 239 unidades de atenção primária à saúde (UAP), dentre clínicas da família (CF) e centros municipais de saúde (CMS), que contam com equipes multiprofissionais qualificadas para o manejo dos principais problemas de saúde da população, além de executar ações de prevenção e promoção de saúde. As UAPs possuem infraestrutura física e insumos adequados para manejo e hidratação de casos leves. A unidade mais próxima da residência do cidadão pode ser consultada pelo site da plataforma Onde ser Atendido (prefeitura.rio/ondeseratendido).

A Rede de Urgência e Emergência (RUE) inclui as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), Centros de Emergência Regional (CER) e hospitais de emergência ou pronto atendimento que estão aptos a acolher os pacientes que necessitem de intervenções de urgência ou emergência atendidos na APS encaminhados pela plataforma Vaga Zero, os encaminhamentos à atenção especializada pelo Sistema de Regulação (SISREG) e Sistema Estadual de Regulação (SER) e os pacientes que busquem atendimento por demanda espontânea.

Vale destacar que, a depender do evento e do impacto das ondas de calor, o primeiro atendimento para resgate e atenção pré-hospitalar, bem como o transporte para uma unidade hospitalar também poderá ficar a cargo do Corpo de Bombeiros, segundo a Matriz de Compromissos e Responsabilidades dos órgãos municipais.

A cidade do Rio também possui uma rede de Vigilância em Saúde robusta que integra serviços e ações destinados a controlar determinantes, riscos e danos à saúde da população por meio também da prevenção de riscos provocados por problemas higiênico-sanitários em atividades, serviços e produtos de interesse à saúde. É responsável por coletar, analisar e divulgar dados epidemiológicos para auxiliar na tomada de decisões quanto à prevenção e controle de doenças, agravos e surtos, vigilância dos óbitos, atuação na resposta às emergências em saúde pública, planejamento e implementação das ações de vacinação, inspeção sanitária, controle de zoonoses e investigação de surtos provocados por doenças transmitidas por alimentos.

No tocante à Rede de Vigilância em Saúde, as ações são hierarquizadas e descentralizadas nas 10 áreas de planejamento da cidade junto a toda RAS por meio da atuação em níveis operacionais, táticos e estratégicos; centralizados, regionais ou locais, sendo composta por 10 divisões de Vigilância em Saúde, 28 serviços de Vigilância em Saúde, 10 unidades de Vigilância Sentinela, 20 unidades de Resposta Rápida, 28 núcleos hospitalares de Vigilância Epidemiológica e 239 unidades de Atenção Primária.

No quadro a seguir, encontram-se listadas as unidades de saúde que compõem a RAS sob gestão do Município do Rio de Janeiro (MRJ).

Quadro 2 — Estabelecimentos municipais de saúde na atenção às ondas de calor

COMPONENTE	ESCOPO DE ATUAÇÃO	NÚMERO DE UNIDADES
Unidade de Atenção Primária à Saúde: Clínica de Família (CF) e Centro Municipal de Saúde (CMS)	Unidade responsável pelos cuidados primários em saúde e coordenação de todo o cuidado. Porta de entrada preferencial no sistema de saúde e trabalho com adscrição territorial.	239
Unidade de Atenção Primária Prisional (UAPP)	Unidade de Atenção Primária responsável pelo cuidado da população privada de liberdade.	28
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	Acompanhamento de pacientes com transtorno mental grave e/ou adicto, que requerem maior intensidade de acompanhamento.	38
Hospital	Atendimento de emergência de alta complexidade, incluindo trauma e especialidades, e acompanhamento de pacientes com critério de internação hospitalar.	17
Maternidade e Casa de Parto	Atenção ao parto.	14
Super Centro Carioca de Saúde¹	Realização de consultas, exames e procedimentos especializados.	1
Super Centro Carioca de Vacinação	Imunização.	2
Policlínica	Atendimento ambulatorial especializado.	10
UPA (Unidade de Pronto Atendimento) e CER (Centro de Emergência Regional)	Atendimento de urgência e emergência.	15
Centro Municipal de Reabilitação (CMR)	Diagnóstico, avaliação, orientação, estimulação precoce e atendimento especializado em reabilitação-concessão, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva.	2

Nota: (1) O Super Centro Carioca de Saúde é composto pelo Centro Carioca de Especialidades, pelo Centro Carioca de Diagnóstico e Tratamento por Imagem e pelo Centro Carioca do Olho. Fonte: Plataforma CNES — Competência junho de 2024, extraído em 30/07/2024.

GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES E OS IMPACTOS DOS NÍVEIS DE CALOR

A gestão de riscos é um processo contínuo e permanente, que abrange um conjunto de ações com a finalidade de prevenir, reduzir e controlar, ao máximo, os fatores de risco presentes na localidade. No âmbito do Vigidesastres, a gestão de riscos relativa às emergências em saúde pública por desastres compreende, principalmente, a atuação nas seguintes fases: I – preparação contra desastres; II – monitoramento, alerta e comunicação; e III – resposta e reabilitação (BRASIL, 2022).

O Plano Municipal de Contingência de Desastres Naturais 2024–2026 foi elaborado e publicado pela SMS-Rio (epirio.svs.rio.br/publicacoes). Esse material é essencial na gestão de riscos em serviços de saúde, considerando tipologias de eventos, doenças relacionadas a desastres e novas evidências científicas, garantindo uma abordagem atualizada e eficaz. As ondas de calor e suas possíveis consequências à saúde humana se enquadram na tipologia dos desastres naturais, já que esses são descritos como eventos causados por processos ou fenômenos naturais (hidrológicos, climatológicos, meteorológicos e geológicos), que podem implicar em perdas humanas ou outros impactos à saúde, danos ao meio ambiente e à propriedade, que provocam interrupção dos serviços e distúrbios sociais e econômicos. Portanto, este protocolo foi construído considerando as mesmas fases descritas no Vigidesastres (BRASIL, 2022).

A SMS-Rio organizou a sua atuação em cada NC considerando a gestão de risco de desastre descrita anteriormente e os impactos no setor saúde (Quadro 3).

Quadro 3 — Níveis de calor e os impactos no setor saúde

NÍVEIS DE CALOR	FASES DA GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES	RISCO DE IMPACTO NO SETOR SAÚDE
NC 1	Preparação	Não há impactos. Foco em garantir que toda a rede de saúde tenha conhecimento dos protocolos e esteja pronta para a implementação de ações nos níveis superiores.
NC 2	Monitoramento, alerta e comunicação	Aumento do risco para grupos vulneráveis. Intensificação do monitoramento e emissão de alertas. Reforço da comunicação com a população e profissionais.
NC 3	Monitoramento, alerta, comunicação e resposta	Aumento significativo do risco e previsão de impactos na saúde humana. Intensificação das campanhas de comunicação e das ações de mitigação.
NC 4	Resposta	Ocorrência de casos graves. Mobilização da rede de saúde para operação dos protocolos com capacidade máxima. Avaliação de suspensão de atividades externas.
NC 5	Resposta e reabilitação	Impactos críticos na saúde humana. Sobrecarga das unidades de saúde. Adaptação e suspensão de atividades não prioritárias e direcionamento dos esforços na proteção e na recuperação dos indivíduos afetados pelo calor.

Fonte: Elaboração própria com base no Plano Municipal de Contingência de Desastres Naturais 2024–2026, SMS-Rio.

PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA ONDAS DE CALOR

As instâncias da SMS-Rio irão atuar e adequar suas ações de acordo com o NC estabelecido, primando pela proteção à saúde da população, considerando ações de assistência, adaptação dos serviços de saúde, vigilância, comunicação e gestão.

DIRETRIZES E OBJETIVOS

Quadro 4 — Diretrizes e objetivos da SMS-Rio de acordo com os níveis de calor

NÍVEIS DE CALOR	NC 1	NC 2	NC 3	NC 4	NC 5
OBJETIVOS GERAIS	Prevenção básica e conscientização.	Aumento das medidas preventivas e monitoramento regular.	Redução da exposição e preparação para intervenções mais intensas.	Implementação de medidas de adaptação e resposta rápida.	Resposta emergencial completa e mitigação de riscos extremos.
ASSISTÊNCIA E PREVENÇÃO	Manter rotina de atividades das unidades e estimular, nas ações de promoção da saúde, o autocuidado em relação à exposição ao calor.	Orientar a população sobre as manifestações clínicas comuns relacionadas ao calor, com ênfase nos grupos vulneráveis, incluindo os sinais de alarme.	Acionar protocolos de triagem e manejo de condições relacionadas ao calor nas portas de entrada e intensificar o monitoramento dos grupos mais vulneráveis.	Ativar centros de hidratação nas unidades de APS e intensificar a articulação entre os dispositivos da RAS e com outras instituições para a coordenação do cuidado.	Considerar mudanças no acesso decorrentes das altas temperaturas, com o objetivo de garantir assistência e diminuir o risco de estresse térmico de grupos prioritários.
INFRAESTRUTURA E ADAPTAÇÃO DOS SERVIÇOS	Preparar e treinar as equipes assistenciais sobre o manejo do calor e assegurar a manutenção adequada de aparelhos de ar-condicionado e bebedouros nas unidades de saúde.	Garantir conforto térmico e hidratação nas unidades de saúde, com climatização interna.	Garantir conforto térmico e hidratação nas unidades de saúde, com climatização interna e meios de comunicação com os usuários cadastrados.	Garantir estrutura física e insumos para os centros de hidratação. Adaptar atividades externas não essenciais para ambiente interno climatizado. Implementar medidas para segurança e bem-estar dos pacientes mais vulneráveis e profissionais de saúde.	Garantir que todas as portas de entrada da rede de saúde estejam organizadas para atender os distúrbios associados ao calor. Suspende atividades externas não prioritárias dos profissionais de saúde.

NÍVEIS DE CALOR	NC 1	NC 2	NC 3	NC 4	NC 5
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Manter sistema de alerta de calor e ações de rotina da vigilância.	Monitorar os índices de calor, os grupos com maior risco e as doenças associadas ao calor. Manter as ações de rotina da vigilância.	Intensificar a mitigação de doenças, o monitoramento dos efeitos do calor e o perfil de atendimentos. Emitir alertas e comunicar riscos para rede.	Implantar sala de situação no Centro de Inteligência Epidemiológica. Monitorar o padrão de morbimortalidade. Adaptar atividades externas não essenciais com exposição direta ao calor e manter equipes de resposta rápida de prontidão.	Manter as diretrizes do nível anterior e estruturar o Centro de Operações de Emergência. Publicar alertas e boletins e reorganizar serviços de vigilância de acordo com a necessidade.
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Orientar os serviços quanto às medidas de prevenção e de autocuidado em relação à exposição ao calor, principalmente em asilos, comunidades terapêuticas, escolas, hospitais, eventos de interesse sanitário e ambientes coletivos.	Dar continuidade às ações do nível anterior, visando à mitigação do risco sanitário aumentado pelo calor.	Realizar inspeções sanitárias com foco no risco sanitário associado à exposição ao calor e garantir que os estabelecimentos adotem as medidas preventivas, principalmente nos grupos mais vulneráveis.	Reforçar as ações de fiscalização em ambientes de assistência à saúde e serviços essenciais, como hospitais, asilos e comunidades terapêuticas.	Manter as diretrizes do nível anterior e ampliar as ações de fiscalização em locais de maior risco sanitário.
COMUNICAÇÃO	Munir a população de informações. Trabalhar a confiança da imprensa e da população.	Dar continuidade às ações dos níveis anteriores, trabalhar comunicação interna e monitorar boatos para conter <i>fake news</i> .	Dar continuidade às ações dos níveis anteriores, ampliar o alcance e a velocidade do fluxo de mensagens.	Dar continuidade às ações dos níveis anteriores, disseminando informações para salvar vidas.	Dar continuidade às ações dos níveis anteriores, disseminando informações para salvar vidas. Avaliar e ajustar as ações.
GESTÃO	Manter a capacidade de resposta das unidades e divulgar o protocolo de calor.	Garantir ações do plano de contingência e supervisionar o monitoramento contínuo dos níveis de calor.	Supervisionar a eficácia das medidas e a atualização do plano de contingência.	Monitorar a capacidade operacional da rede e o preparo para ações imediatas.	Avaliar e considerar a implantação do Centro de Operações de Emergência. Monitorar a capacidade de resposta e a necessidade de ampliar leitos ou centros de hidratação de acordo com a magnitude.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

AÇÕES DE CONTINGÊNCIA POR NÍVEIS DE CALOR

Nível de calor 1

Quadro 5 — Ações de contingência por eixos para o nível de calor 1

NÍVEL DE CALOR 1	
EIXOS	AÇÕES
ASSISTÊNCIA E PREVENÇÃO	Orientar os usuários sobre medidas de autocuidado, incluindo evitar exposição ao sol em horários de pico e fazer ingestão adequada de líquido, como ações de promoção da saúde.
	Manter disponíveis e atualizados os protocolos assistenciais das doenças e agravos ligados ao calor.
	Promover e manter o aprimoramento dos profissionais para manejar os agravos relacionados ao calor e orientar as medidas de prevenção.
	Promover e monitorar ações educativas de promoção da saúde, como o Programa Saúde na Escola e a RAP da Saúde, abordando cuidados com o calor, hidratação e alimentação saudável e segura, entre outras.
	Identificar os grupos mais vulneráveis e suscetíveis aos efeitos do calor sobre a saúde e como tais efeitos podem variar em tipo, intensidade e magnitude.
INFRAESTRUTURA E ADAPTAÇÃO DOS SERVIÇOS	Manter aparelhos de ar-condicionado e bebedouros em funcionamento, posicionados em locais estratégicos para o livre acesso de pessoas, com copos descartáveis à disposição.
	Manter o abastecimento de insumos essenciais para atendimentos e exames laboratoriais.
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Estabelecer e manter sistemas de alerta para eventos climáticos extremos por onda de calor e previsão de surtos de doenças, identificando os grupos de maior risco.
	Manter o monitoramento e a vigilância das doenças e agravos relacionadas direta ou indiretamente ao calor.
	Promover capacitações, treinamentos e simulados para atuação do setor saúde.
	Fortalecer a vigilância epidemiológica da morbidade e da mortalidade de doenças associadas ao calor.
	Intensificar as ações de prevenção e controle de vetores, hospedeiros e reservatórios de doenças.
	Identificar, validar e mapear os pontos críticos de calor no território.
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Manter as inspeções e o monitoramento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), a fim de verificar a ventilação, a climatização e a circulação de ar.
	Manter as inspeções e o monitoramento dos serviços de Terapia Renal Substitutiva (TRS), a fim de verificar a ventilação, a climatização e a circulação de ar.
	Manter as inspeções nas unidades de assistência à saúde, a fim de verificar a oferta de água potável, as condições de ventilação e a climatização dos ambientes.

NÍVEL DE CALOR 1	
EIXOS	AÇÕES
COMUNICAÇÃO	Divulgar as ações de monitoramento dos níveis de calor realizadas pela Prefeitura do Rio e as medidas previstas por meio de <i>releases</i> para a imprensa e/ou vídeo e/ou sonoras e/ou materiais para as redes sociais.
	Armazenar informações estratégicas sobre o protocolo de calor, as unidades de saúde e os serviços da rede.
	Disponibilizar permanentemente materiais informativos sobre os cuidados com o calor em plataformas digitais (site, TV corporativa e outros).
	Disponibilizar material informativo para unidades de saúde com orientações de prevenção e promoção da saúde, incluindo dicas de hidratação e alimentação saudável e segura, entre outras.
	Realizar postagens de rotina nas redes da SMS-Rio com orientações de prevenção e promoção da saúde.
	Elaborar e publicar conteúdos em colaboração com o COR sobre protocolo de calor.
	Criar procedimentos operacionais padrão (POP) de campanhas de comunicação para NC 4 e 5.
	Avaliar as ações de comunicação e adaptar o eixo de comunicação no plano de contingência, se necessário.
	Manter lista de porta-vozes e <i>mailing</i> com jornalistas especializados.
	Elaborar formatos de nota e comunicado para uma possível emergência.
GESTÃO	Manter a capacidade de resposta das unidades de saúde por meio da infraestrutura física, recursos humanos e equipamentos.
	Divulgar e manter atualizado o Protocolo de Enfrentamento ao Calor Extremo e fazer a interlocução com os demais setores com relação aos impactos para saúde humana.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Nível de calor 2

Quadro 6 — Ações de contingência por eixos para o nível de calor 2

NÍVEL DE CALOR 2	
EIXOS	AÇÕES
ASSISTÊNCIA E PREVENÇÃO	Acionar protocolo de triagem e manejo de condições relacionadas ao calor para os grupos mais vulneráveis.
	Intensificar ações educativas de promoção da saúde nas unidades de saúde (espaços de acolhimento ou sala de espera), abordando cuidados com a exposição solar, hidratação e alimentação saudável e segura.
	Reforçar orientações de prevenção dos danos relacionados ao calor, com uso das redes sociais, espaços de sala de espera e as próprias consultas clínicas realizadas por outros motivos.
	Orientar a população sobre as manifestações clínicas comuns relacionadas ao calor, incluindo automanejo e identificação de sinais de alarme.
	Monitorar os grupos mais vulneráveis e suscetíveis aos efeitos do calor sobre a saúde.
INFRAESTRUTURA E ADAPTAÇÃO DOS SERVIÇOS	Acompanhar a capacidade atual da Rede de Atenção à Saúde (RAS) para o enfrentamento de riscos e resultados de saúde decorrentes das altas temperaturas.
	Organizar as unidades de saúde para ser um local de conforto térmico e hidratação, com o espaço interno climatizado em todos os seus ambientes.
	Manter aparelhos de ar-condicionado e bebedouros em funcionamento, posicionados em locais estratégicos para o livre acesso de pessoas, com copos descartáveis à disposição.
	Manter o abastecimento de insumos médicos essenciais para atendimento e exames laboratoriais.
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Acompanhar, diariamente, os estágios de mobilização e divulgar para a rede de vigilância.
	Identificar os fatores de risco à saúde e monitorar os grupos de maior risco.
	Estabelecer comunicação entre unidades de saúde e demais órgãos.
	Emitir alerta sobre potenciais danos à saúde.
	Intensificar a Vigilância Epidemiológica de doenças de interesse (sentinela).
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Manter as inspeções e o monitoramento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), a fim de verificar a ventilação, a climatização e a circulação de ar, conforme cada caso, além de avaliar o planejamento do controle hídrico dos idosos residentes das instituições.
	Manter as inspeções e o monitoramento dos serviços de Terapia Renal Substitutiva (TRS), verificando a ventilação, a climatização e a circulação de ar, conforme cada caso, a fim de garantir o conforto térmico durante as sessões de diálise, evitando repercussões clínicas (hipotensão).
	Manter as inspeções nas unidades de assistência à saúde, a fim de verificar a oferta de água potável, as condições de ventilação e a climatização dos ambientes.

NÍVEL DE CALOR 2	
EIXOS	AÇÕES
COMUNICAÇÃO	Divulgar as ações de monitoramento dos níveis realizadas pela Prefeitura do Rio e as medidas previstas por meio de <i>releases</i> para a imprensa e/ou vídeo e/ou sonoras e/ou materiais para as redes sociais.
	Disponibilizar permanentemente materiais informativos sobre os cuidados com o calor em plataformas digitais (site, TV corporativa e outros).
	Elaborar e publicar conteúdos em colaboração com o COR sobre protocolo de calor e orientações de saúde específicas para dias mais quentes.
	Avaliar as ações de comunicação e adaptar eixo de comunicação no plano de contingência, se necessário.
	Monitorar os canais da SMS-Rio para identificar <i>fake news</i> , rumores e boatos sobre os níveis de calor.
	Elaborar e publicar conteúdos nas redes da SMS-Rio com orientações de saúde específicas sobre calor.
	Intensificar monitoramento de imprensa em busca de possíveis tendências (<i>clipping</i>).
GESTÃO	Manter os recursos necessários e a atualização do plano de ação e contingência, preparados para as ações de prevenção e cuidado relacionadas ao calor.
	Supervisionar o monitoramento contínuo dos níveis de calor e a eficácia das medidas adotadas, ajustando as estratégias conforme necessidade.

Nível de calor 3

Quadro 7 — Ações de contingência por eixos para o nível de calor 3

NÍVEL DE CALOR 3	
EIXOS	AÇÕES
ASSISTÊNCIA E PREVENÇÃO	Acionar protocolo de triagem e manejo de condições relacionadas ao calor para os grupos vulneráveis.
	Intensificar ações educativas de promoção da saúde nas unidades de saúde (espaços de acolhimento ou sala de espera), abordando cuidados com a exposição solar, hidratação e alimentação saudável e segura, entre outras.
	Reforçar orientações de prevenção dos danos relacionados ao calor, com uso das redes sociais, espaços de sala de espera e as próprias consultas clínicas realizadas por outros motivos.
	Orientar a população sobre as manifestações clínicas comuns relacionadas ao calor, incluindo automanejo e identificação de sinais de alarme.
	Intensificar o monitoramento dos grupos mais vulneráveis e suscetíveis aos efeitos do calor sobre a saúde.
	Promover a mudança dos pacientes, que estão nos serviços de saúde, para ambiente de maior conforto térmico (ambiente de sombra, menor temperatura e chão resfriado).
	Reforçar com as equipes das porta de entrada dos hospitais de urgência e emergência, UPAs e CER sobre a identificação de distúrbios associados à exposição ao calor — orientações sobre utilização dos CIDs adequados.
INFRAESTRUTURA E ADAPTAÇÃO DOS SERVIÇOS	Priorizar as atividades com grupos vulneráveis e expostos em ambiente interno climatizado.
	Manter organização das unidades de saúde para ser um local de conforto térmico e hidratação, com o ambiente interno climatizado.
	Manter aparelhos de ar-condicionado e bebedouros em funcionamento, posicionados em locais estratégicos para o livre acesso de pessoas, com copos descartáveis à disposição.
	Manter o abastecimento de insumos médicos essenciais para atendimento e exames laboratoriais.
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Acompanhar, diariamente, os estágios de mobilização e divulgar para a rede de vigilância.
	Identificar os fatores de risco à saúde e monitorar os grupos de maior risco.
	Estabelecer comunicação entre unidades de saúde e demais órgãos.
	Emitir alerta sobre potenciais danos à saúde.
	Intensificar a Vigilância Epidemiológica de doenças de interesse (sentinela).
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Manter as inspeções e o monitoramento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), a fim de verificar a ventilação, a climatização e a circulação de ar, conforme cada caso, além de avaliar o planejamento do controle hídrico dos idosos residentes das instituições.

NÍVEL DE CALOR 3	
EIXOS	AÇÕES
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Incrementar as inspeções e o monitoramento dos serviços de Terapia Renal Substitutiva (TRS), verificando a ventilação, a climatização e a circulação de ar, conforme cada caso, a fim de garantir o conforto térmico durante as sessões de diálise, evitando repercussões clínicas (hipotensão).
	Incrementar as inspeções nas unidades de assistência à saúde, a fim de verificar a oferta de água potável, as condições de ventilação e a climatização dos ambientes.
	Verificar as condições de oferta de água potável e as condições de acesso, identificação e atendimento nos postos de assistência à saúde, nas inspeções de eventos de grande porte.
COMUNICAÇÃO	Divulgar as ações de monitoramento dos níveis de calor realizadas pela Prefeitura do Rio e as medidas previstas por meio de <i>releases</i> para a imprensa e/ou vídeo e/ou sonoras e/ou materiais para as redes sociais.
	Divulgar a mudança de nível, com as recomendações de cuidados, incluindo eventuais adaptações de atividades de risco.
	Divulgar os materiais informativos online sobre os cuidados com o calor.
	Disponibilizar material informativo e mensagens recomendadas para unidades e serviços de saúde compartilharem com usuários.
	Desenvolver pautas com a imprensa sobre os cuidados com o calor.
	Criar e disponibilizar FAQs para a imprensa.
	Elaborar e publicar conteúdos em colaboração com o COR sobre protocolo de calor, mudanças de níveis e orientações de saúde específicas para dias mais quentes.
	Postar nas redes da SMS-Rio orientações de saúde específicas sobre calor, incluindo informações para grupos de maior risco, reforçando a importância de seguir as recomendações.
	Avaliar as ações de comunicação e adaptar o eixo de comunicação no plano de contingência, se necessário.
	Monitorar os canais da SMS-Rio para esclarecer <i>fake news</i> , rumores e boatos sobre os níveis de calor, respondendo prioritariamente demandas sobre o assunto nas redes ou para imprensa, criando conteúdo para reforço da mensagem, quando necessário.
	Intensificar monitoramento de imprensa em busca de possíveis tendências (<i>clipping</i>).
Reforçar comunicação interna com as unidades para notificação precoce de possíveis pautas espontâneas e casos específicos.	
GESTÃO	Manter os recursos necessários para operacionalização do plano de contingência e resposta relacionada ao calor.
	Supervisionar a eficácia das medidas adotadas, ajustando as estratégias de comunicação e assistência conforme necessário.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Nível de calor 4

Quadro 8 — Ações de contingência por eixos para o nível de calor 4

NÍVEL DE CALOR 4	
EIXOS	AÇÕES
ASSISTÊNCIA E PREVENÇÃO	Ativar centros de hidratação para a população nas unidades de atenção primária.
	Acionar protocolo de triagem e manejo de condições relacionadas ao calor para a população em geral.
	Intensificar articulação entre os dispositivos da RAS e outras instituições, como serviços de emergência, escolas, creches e organizações comunitárias, a fim de garantir uma resposta oportuna e coordenada aos efeitos das altas temperaturas.
	Monitorar a pressão assistencial e as solicitações de Vaga Zero por CIDs de agravos relacionados ao calor e ajuste na regulação de leitos.
	Priorizar o agendamento dos grupos vulneráveis e suscetíveis aos efeitos do calor, em horários com temperaturas menos intensas.
	Utilizar recursos de telessaúde quando disponíveis.
	Avaliar a possibilidade de visitas domiciliares em públicos de maior risco de adoecimento ou agravamento de doenças em virtude de temperaturas elevadas, especialmente crianças menores de 2 anos e idosos com comprometimento de atividades básicas da vida diária.
	Manter os pacientes, que estão nos serviços de saúde, em ambiente de maior conforto térmico (ambiente de sombra, menor temperatura e chão resfriado).
	Orientar pacientes sobre recursos no território para alívio durante ondas de calor (locais com ar-condicionado acessíveis ao público, além de piscinas ou centros estratégicos de distribuição de água na cidade).
Intensificar a organização das equipes das portas de entrada dos hospitais de urgência e emergência, UPAs e CER para atendimento de distúrbios associados à exposição ao calor — orientações sobre utilização dos CIDs adequados.	
INFRAESTRUTURA E ADAPTAÇÃO DOS SERVIÇOS	Garantir a estrutura física e insumos adequados para ativação dos pontos de hidratação nas unidades de atenção primária.
	Priorizar atividades em ambiente interno climatizado, suspendendo, de acordo com a possibilidade, atividades em áreas externas não sombreadas.
	Manter aparelhos de ar-condicionado e bebedouros em funcionamento, com disponibilidade de copos descartáveis, posicionados em locais estratégicos para o livre acesso de pessoas.
	Manter o abastecimento de insumos médicos essenciais para atendimento e exames laboratoriais.

NÍVEL DE CALOR 4	
EIXOS	AÇÕES
INFRAESTRUTURA E ADAPTAÇÃO DOS SERVIÇOS	Adotar medidas para segurança e bem-estar dos profissionais de saúde: manter uma hidratação adequada, usar vestimentas leves e confortáveis e adotar medidas de proteção contra a radiação solar, como o uso de filtro solar, chapéus e óculos de sol.
	Ativar pausa para hidratação e refrescamento para os profissionais que estiverem em atividades externas, como as equipes de Consultório na Rua, no mínimo a cada duas horas, ou sempre que necessário, em local de sombra, para hidratação e aplicação de protetor solar.
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Realizar avaliação complementar dos danos e impactos à saúde e avaliar mudanças no padrão de morbimortalidade.
	Elaborar o boletim clima e saúde com o resultado dos indicadores de acompanhamento da SMS-Rio com os atendimentos de saúde.
	Priorizar atividades internas em ambiente climatizado para os profissionais de vigilância e adotar a pausa para hidratação para as atividades prioritárias de vigilância em saúde que não puderem ser adaptadas, adiadas ou suspensas.
	Detectar precocemente os surtos e executar ações para o controle imediato de doenças transmissíveis e não transmissíveis relacionadas ao calor, tais como: doenças de veiculação e transmissão hídrica-alimentar, doenças transmitidas por vetores, doenças cardiovasculares e acidentes com animais peçonhentos.
	Manter a rede das equipes de Resposta Rápida de prontidão para a necessidade de atuação e investigação epidemiológica considerando o NC.
	Viabilizar soros específicos para acidentes com animais peçonhentos devido à variabilidade desse tipo de acidente em função das condições de temperatura.
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Manter as inspeções e o monitoramento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), a fim de verificar a ventilação, a climatização e a circulação de ar, conforme cada caso, além de avaliar o planejamento do controle hídrico dos idosos residentes das instituições.
	Intensificar as inspeções e o monitoramento dos serviços de Terapia Renal Substitutiva (TRS), verificando a ventilação, climatização e circulação de ar, conforme cada caso, a fim de garantir o conforto térmico durante as sessões de diálise, evitando repercussões clínicas (hipotensão).
	Intensificar as inspeções nas unidades de assistência à saúde, a fim de verificar a oferta de água potável, as condições de ventilação e a climatização dos ambientes.
	Incrementar o número de equipes nas inspeções de eventos de grande porte, verificar as condições de oferta de água potável e as condições de acesso, identificação e atendimento nos postos de assistência à saúde.

NÍVEL DE CALOR 4	
EIXOS	AÇÕES
COMUNICAÇÃO	Divulgar as ações de monitoramento dos níveis de calor realizadas pela Prefeitura do Rio e as medidas previstas por meio de <i>releases</i> para a imprensa e/ou vídeo e/ou sonoras e/ou materiais para as redes sociais.
	Divulgar a mudança de nível, com as recomendações de cuidados, incluindo eventuais adaptações de atividades de risco.
	Intensificar a divulgação dos materiais informativos online sobre os cuidados com o calor.
	Disponibilizar material informativo e mensagens recomendadas para unidades e serviços de saúde compartilharem com usuários.
	Divulgar materiais específicos para grupos vulneráveis, levando em consideração comorbidades.
	Elaborar e divulgar <i>releases</i> para o <i>mailing</i> de imprensa sobre os cuidados com o calor. Avaliar possibilidade de coletiva de imprensa.
	Criar e disponibilizar FAQs para a imprensa.
	Elaborar material em vídeo mostrando como funcionam os níveis de calor.
	Elaborar e publicar conteúdos em colaboração com o COR sobre protocolo de calor, mudanças de níveis e orientações de saúde específicas para dias mais quentes.
	Postar nas redes da SMS-Rio orientações de saúde específicas sobre calor, incluindo informações para grupos de maior risco, reforçando a importância de seguir as recomendações.
	Monitorar os canais da SMS-Rio para esclarecer <i>fake news</i> , rumores e boatos sobre os níveis de calor, respondendo prioritariamente demandas sobre o assunto nas redes ou para imprensa, criando conteúdo para reforço da mensagem, quando necessário.
	Estabelecer parcerias com instituições/empresas de serviço público, como Metrô Rio e CCR Barcas, para divulgação de mensagens de orientações.
	Desenvolver materiais para mobiliários urbanos com orientações de saúde específicas sobre calor.
	Avaliar as ações de comunicação e adaptar eixo de comunicação no plano de contingência, se necessário.
	Estabelecer parceria com a Defesa Civil para disparo de mensagens em SMS com orientações.
	Intensificar monitoramento de imprensa em busca de possíveis tendências (<i>clipping</i>).
Reforçar comunicação interna com as unidades para notificação precoce de possíveis pautas espontâneas e casos específicos.	
Buscar personagens (pacientes e profissionais) para sugestão de pauta sobre os efeitos do calor, chamando atenção da imprensa para o assunto.	

NÍVEL DE CALOR 4	
EIXOS	AÇÕES
GESTÃO	Implementar e coordenar ações imediatas para lidar com casos de saúde relacionados ao calor, garantindo que as unidades de saúde estejam prontas para atender a população vulnerável.
	Assegurar a colaboração entre diferentes áreas técnicas e setores envolvidos, como saúde, comunicação, infraestrutura, assistência e vigilância.
	Considerar reduzir o período de atividades externas de trabalhadores da saúde que atuam sob ação direta do sol e irradiação solar (p.ex.: visitas domiciliares de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Vigilância em Saúde) sem possibilidade de resfriamento corporal, suspendendo nos períodos de maior índice de calor.
	Trabalhadores de saúde que fazem parte dos grupos prioritários para ação do calor deverão exercer suas atividades na unidade, para possibilidade de resfriamento corporal.
	Considerar adaptar as atividades do Programa Academia Carioca para local com possibilidade de resfriamento corporal e com menor intensidade física.
	Considerar implantar sala de situação da saúde.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Nível de Calor 5

Quadro 9 — Ações de contingência por eixos para o nível de calor 5

NÍVEL DE CALOR 5	
EIXOS	AÇÕES
ASSISTÊNCIA E PREVENÇÃO	Manter as unidades de atenção primária como centros de hidratação para a população.
	Acionar protocolo de triagem e manejo de condições relacionadas ao calor para a população em geral.
	Manter capacidade para aumento e atendimento de demanda espontânea. Priorizar agendamento de grupos com maior risco em horários de menor índice de calor.
	Avaliar agendamentos de consultas programadas e/ou considerar o teleatendimento em caso de disponibilidade para ampliar capacidade de demandas espontâneas e evitar deslocamento dos grupos prioritários.
	Estreitar articulação com a RAS, a fim de garantir uma resposta oportuna, coordenada e longitudinal aos efeitos das altas temperaturas.

NÍVEL DE CALOR 5	
EIXOS	AÇÕES
ASSISTÊNCIA E PREVENÇÃO	Garantir a toda a população um atendimento oportuno e coordenado, condizente com o protocolo de triagem e manejo de condições relacionadas ao calor.
	Manter os pacientes, que estão nos serviços de saúde, em ambiente de maior conforto térmico (ambiente de sombra, menor temperatura e climatizado).
	Monitorar a regulação e a disponibilidade dos leitos, ampliando as frentes de manejo e o gerenciamento, caso necessário.
	Intensificar a orientação aos pacientes sobre recursos no território para alívio durante ondas de calor (locais com ar-condicionado acessíveis ao público, além de piscinas ou centros estratégicos de distribuição de água na cidade).
	Garantir a organização das portas de entrada dos hospitais de urgência e emergência, UPAs e CER para absorção da demanda de distúrbios associados à exposição ao calor.
INFRAESTRUTURA E ADAPTAÇÃO DOS SERVIÇOS	Priorizar atividades em ambiente interno climatizado, suspendendo, de acordo com a possibilidade, atividades em áreas externas.
	Manter aparelhos de ar-condicionado e bebedouros em funcionamento, posicionados em locais estratégicos para o livre acesso de pessoas. Manter o abastecimento de copos descartáveis próximos aos bebedouros.
	Manter o abastecimento de insumos médicos essenciais para atendimento e exames laboratoriais.
	Intensificar as medidas para segurança e bem-estar dos profissionais de saúde: manter uma hidratação adequada, usar vestimentas leves e confortáveis e adotar medidas de proteção contra a radiação solar, como o uso de filtro solar, chapéus e óculos de sol.
	Certificar que os profissionais das equipes de Consultório na Rua façam pausas a cada duas horas, ou sempre que necessário, em local de sombra, para hidratação e aplicação de protetor solar.
	Monitorar pressão assistencial na APS, urgência e emergência e leitos hospitalares e ajustar oferta conforme necessidade.

NÍVEL DE CALOR 5	
EIXOS	AÇÕES
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Prover o Centro de Operações de Emergência (COE) com informações imediatas e oportunas sobre a situação, para subsidiar a tomada de decisões.
	Acompanhar com maior frequência os dados assistenciais da rede de urgência e emergência à luz do índice de calor — quanto aos alertas.
	Disparar as equipes de Resposta Rápida quando na presença de surto ou aumento da capacidade operacional de unidades de saúde considerando fluxo.
	Revisar e adequar o plano de preparação e resposta, os protocolos e procedimentos.
	Após o NC 5, avaliar a atuação na preparação e resposta — lições aprendidas.
	Reorganizar os serviços de Vigilância em Saúde, conforme a necessidade.
	Elaborar e divulgar o boletim clima e saúde após o NC 5.
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Manter as inspeções e o monitoramento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), a fim de verificar a ventilação, a climatização e a circulação de ar, conforme cada caso, além de avaliar o planejamento do controle hídrico dos idosos residentes das instituições.
	Incrementar as inspeções e o monitoramento dos serviços de Terapia Renal Substitutiva (TRS), verificando a ventilação, a climatização e a circulação de ar, conforme cada caso, a fim de garantir o conforto térmico durante as sessões de diálise, evitando repercussões clínicas (hipotensão).
	Incrementar as inspeções nas unidades de assistência à saúde, a fim de verificar a oferta de água potável, as condições de ventilação e a climatização dos ambientes.
	Incrementar o número de equipes nas inspeções de eventos de grande porte, verificar as condições de oferta de água potável e as condições de acesso, identificação e atendimento nos postos de assistência à saúde.

NÍVEL DE CALOR 5	
EIXOS	AÇÕES
COMUNICAÇÃO	Divulgar a mudança de nível, com as recomendações de cuidados, incluindo eventuais adaptações de atividades de risco.
	Intensificar a divulgação dos materiais informativos online sobre os cuidados com o calor.
	Disponibilizar material informativo e mensagens recomendadas para unidades e serviços de saúde compartilharem com usuários.
	Divulgar materiais específicos para grupos vulneráveis, levando em consideração comorbidades.
	Convocar coletiva de imprensa para alertar sobre os riscos à saúde, sinais de estresse térmico e cuidados para a prevenção de agravos à saúde.
	Criar e disponibilizar FAQs para a imprensa.
	Elaborar material em vídeo, mostrando como funcionam os níveis de calor.
	Elaborar e publicar conteúdos em colaboração com o COR sobre protocolo de calor, mudanças de níveis e orientações de saúde específicas para dias mais quentes.
	Postar nas redes da SMS-Rio orientações de saúde específicas sobre calor, incluindo informações para grupos de maior risco, reforçando a importância de seguir as recomendações.
	Monitorar os canais da SMS-Rio para esclarecer <i>fake news</i> , rumores e boatos sobre os níveis de calor, respondendo prioritariamente demandas sobre o assunto nas redes ou para imprensa, criando conteúdo para reforço da mensagem, quando necessário.
	Estabelecer parcerias com instituições/empresas de serviço público, como Metrô Rio e CCR Barcas, para divulgação de mensagens de orientações.
	Desenvolver materiais para mobiliários urbanos com orientações de saúde específicas sobre calor.
	Estabelecer parceria com a Defesa Civil para disparo de mensagens em SMS com orientações.
	Avaliar as ações de comunicação e os resultados, e adaptar eixo de comunicação no plano de contingência, se necessário.
Trabalhar em conjunto com o setor de publicidade da Prefeitura para possíveis campanhas publicitárias sobre o protocolo de calor.	

NÍVEL DE CALOR 5	
EIXOS	AÇÕES
COMUNICAÇÃO	Reforçar comunicação interna com as unidades para notificação precoce de possíveis pautas espontâneas e casos específicos.
	Buscar personagens (pacientes e profissionais) para sugestão de pauta sobre os efeitos do calor, chamando atenção da imprensa para o assunto.
	Intensificar monitoramento de imprensa em busca de possíveis tendências (<i>clipping</i>).
GESTÃO	Acompanhar as ações de resposta e a capacidade operacional dos serviços.
	Avaliar a atuação na preparação e resposta, identificando lições aprendidas e ajustando os planos de preparação, protocolos e procedimentos, conforme a necessidade.
	Avaliar a necessidade e considerar a implantação do Centro de Operações de Emergência (COE) à luz dos indicadores apresentados.
	Instituir teleconsultas para agenda programada no horário de maior temperatura, para evitar deslocamento dos grupos com maior risco para ação do calor.
	Suspender as atividades do Programa Academia Carioca e atividades de grupo <i>in loco</i> , para evitar deslocamento do público-alvo.
	Suspender atividades externas não prioritárias de trabalhadores da saúde que atuam sob ação direta do sol e irradiação solar (p.ex.: visitas domiciliares de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Vigilância em Saúde) sem possibilidade de resfriamento corporal.

PRINCIPAIS CONDIÇÕES E RISCOS DO CALOR EXTREMO PARA A SAÚDE — ORIENTAÇÕES E MANEJO CLÍNICO

Medidas preventivas para a população geral

Medidas preventivas são cruciais para minimizar os riscos associados ao calor e proteger a saúde. Entre os cuidados básicos recomendados estão:

- **Hidratação:** Aumentar a ingestão de água potável ou de sucos de frutas naturais, sem adição de açúcar, e evitar as bebidas alcoólicas, cafeinadas ou açucaradas, que podem causar desidratação. A água pode ser ingerida de diversas formas: *in natura* e por meio de alimentos ricos em água. A maior parte das frutas contém entre 80% e 90% de líquidos. Em situações de calor extremo, pode ser benéfico ingerir soluções de reidratação oral ou bebidas esportivas com eletrólitos, para repor não apenas a água, mas também os sais perdidos pelo suor. Pessoas com insuficiência cardíaca, hipertensão arterial ou doenças renais e crianças não devem tomar sem indicação profissional. Consumir um volume abundante de líquidos, superior à perda por urina ou suor, sem aguardar ter sede. A coloração da urina é um bom parâmetro para monitoramento: deve-se aumentar o volume de líquidos quando a urina estiver mais escurecida.
- **Alimentação:** Preferir refeições leves, menos gordurosas, com menos sal e pouco condimentadas, ou seja, alimentos de fácil digestão (evitar alimentos industrializados prontos para consumo). Preferir alimentar-se com pequenas quantidades e mais vezes (pequenas refeições leves, mais refrescantes com alto teor de água, mais frequentes). Evitar o consumo de bebidas diuréticas e o consumo de alimentos e bebidas termogênicos (café, chá mate, chá verde, canela, gengibre, pimentas). Atentar-se ao preparo e conservação dos alimentos. Observar as condições de higiene do local e ter cuidado ao realizar as refeições fora de casa. O calor intenso acelera o processo de degradação dos alimentos e aumenta o risco de contaminação, portanto, é importante observar o local e a temperatura de armazenamento dos mesmos. Evitar alimentos que estejam expostos há mais de duas horas em temperatura ambiente. Lavar bem as mãos antes de iniciar a preparação dos alimentos e durante o processo sempre que necessário. Higienizar corretamente alimentos crus (como frutas, verduras e legumes) lavando com água corrente e utilizando após uma solução de água clorada (uma colher de sopa de hipoclorito de sódio para cada litro de água). Realizar o descongelamento dos alimentos em refrigerador, ou em forno micro-ondas quando o alimento for submetido imediatamente ao cozimento. Refrigerar os alimentos cozidos e perecíveis.
- **Roupas adequadas:** Utilizar roupas de cores claras, leves e soltas, que permitam a evaporação do suor, ajudando a manter a temperatura corporal.
- **Proteção solar:** Usar chapéus de abas largas, óculos de sol com proteção UV e protetor solar com fator de proteção solar (FPS) de, no mínimo, 30, reaplicando conforme necessário.
- **Ambientes frescos:** Permanecer em locais frescos e bem ventilados, utilizando ventiladores ou aparelhos de ar-condicionado, se disponíveis.
- **Aclimação:** Aumentar gradualmente a exposição ao calor para permitir que o corpo se acostume, reduzindo o risco de doenças relacionadas ao calor.

Cuidados com grupos de maior risco

O risco de doenças relacionadas ao calor resulta de uma combinação da suscetibilidade individual, exposição ao calor endógeno e exógeno, e fatores socioculturais que afetam a capacidade de adaptação. Pacientes com mais de 65 anos, crianças pequenas, bebês, mulheres grávidas, pessoas com condições médicas preexistentes (como obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias, insuficiência renal e transtornos mentais), pessoas com deficiência (PcD), trabalhadores ao ar livre e atletas estão em maior risco. Além disso, pessoas que vivem em agregados familiares de baixos rendimentos enfrentam riscos elevados.

O Quadro 10, a seguir, resume os principais grupos vulneráveis às ondas de calor, com suas particularidades. O Quadro 11 lista os medicamentos que afetam a resposta do organismo ao calor.

Quadro 10 — Particularidades dos grupos de risco em relação aos efeitos do calor

GRUPOS DE MAIOR RISCO	PARTICULARIDADES
Crianças	Lactentes, especialmente recém-nascidos e prematuros, têm capacidade limitada de dissipar calor devido à imaturidade dos mecanismos de sudorese e à alta relação superfície/volume corporal. Crianças mais velhas, apesar de terem maior capacidade de dissipação, ainda necessitam de orientação dos cuidadores para manter hidratação e adotar medidas preventivas contra o calor. É crucial garantir oferta hídrica adequada, uso de roupas leves e evitar exposição direta ao sol. Para crianças em aleitamento materno, orientar a nutriz a oferecer mais vezes o peito, e para as crianças maiores, que podem não sentir ou demonstrar a sede, oferecer mais vezes água, sucos de frutas naturais e frutas. Sinais de alerta incluem: sede excessiva, redução da diurese (menor troca de fraldas nos lactentes) e do turgor cutâneo, irritabilidade, letargia, boca seca e fadiga.
Idosos (> 65 anos)	Idosos têm uma capacidade reduzida de dissipar calor devido à diminuição da sudorese e do fluxo sanguíneo cutâneo, agravada pela redução do volume sanguíneo e pelo aumento do estado inflamatório basal. Esses fatores dificultam a termorregulação e aumentam o risco de hipertermia. Isso se soma à alta prevalência de condições crônicas, frequentemente associadas à multimorbidade, ao uso de medicamentos que podem interferir na termorregulação e à tendência de menor ingestão hídrica. Especial atenção deve ser dada aos idosos frágeis, que têm maior risco de deterioração clínica, requerendo, portanto, atenção diferenciada pela família e pelos serviços de saúde. Idosos podem não sentir sede. Oferecer mais vezes água, sucos de frutas naturais e frutas, de preferência em pequenas porções e volumes e com maior frequência.
Portadores de doenças crônicas	As doenças crônicas, como obesidade, hipertensão, diabetes <i>mellitus</i> , doenças cardiovasculares e respiratórias, aumentam significativamente o risco de complicações durante eventos de estresse térmico. Isso pode decorrer da interferência da doença ou dos medicamentos usados para tratá-la (Quadro 11) na resposta ao calor, bem como de uma maior vulnerabilidade aos efeitos do estresse térmico, em especial a desidratação. As particularidades de algumas doenças são destacadas no Quadro 12.

GRUPOS DE MAIOR RISCO	PARTICULARIDADES
<p>Pessoas em situação de rua</p>	<p>Para a população em situação de rua, a vulnerabilidade clínica é agravada pela vulnerabilidade social. Essas pessoas estão mais expostas ao calor extremo devido ao menor acesso a ambientes refrigerados e à proteção solar. Além disso, enfrentam uma elevada carga de morbidade por diversas condições clínicas determinadas socialmente e têm menos acesso à água potável e resfriada, bem como a alimentos adequados.</p>
<p>Pessoas que exercem atividades profissionais ao ar livre</p>	<p>Para trabalhadores ao ar livre, a exposição constante ao calor e ao sol aumenta significativamente o risco de estresse térmico e acidentes. O uso de uniformes e EPIs pode intensificar a sensação de calor, exigindo consideração especial na sua escolha para garantir ventilação e conforto. As consequências cognitivas do estresse térmico elevam o risco de acidentes, e há maior risco de queimaduras por contato com superfícies quentes. Medidas preventivas essenciais incluem reforçar a hidratação, fazer pausas frequentes, monitorar temperatura e umidade, adaptar funções para ambientes refrigerados e ajustar horários de trabalho para períodos de menor temperatura.</p>
<p>Desportistas que praticam exercícios vigorosos no calor</p>	<p>Para indivíduos que se mantêm fisicamente ativos durante ondas de calor intenso, recomenda-se modificar rotinas de exercício para minimizar riscos à saúde. É crucial incentivar a hidratação regular, sugerir exercícios em horários mais frescos (cedo da manhã ou à noite), usar instalações climatizadas, reduzir a intensidade dos exercícios e optar por atividades de menor impacto. Também é importante educar sobre os riscos e fornecer orientações claras, além de monitorar e apoiar com postos de hidratação e áreas de descanso.</p>
<p>Indivíduos com restrição de mobilidade e acamados</p>	<p>Para a população acamada ou com mobilidade reduzida, a limitação física dificulta a busca por ambientes mais frescos e o acesso à hidratação. Além disso, essa população frequentemente apresenta condições crônicas, especialmente neurológicas, associadas à redução da capacidade de termorregulação. Durante as ondas de calor, é importante que o domicílio seja adaptado para assegurar acesso aos locais de maior conforto térmico e à hidratação. Os espaços públicos para alívio do calor devem também ser acessíveis para a população com deficiência.</p>
<p>Gestantes e mulheres que estejam amamentando</p>	<p>Gestantes enfrentam um aumento do risco de parto prematuro, baixo peso ao nascer e natimorto durante ondas de calor. A desidratação e o calor extremo impactam as alterações fisiológicas da gestação, reduzindo o fluxo sanguíneo uterino e a oxigenação fetal, além de exacerbar o estresse emocional. Durante a gestação, as mulheres já apresentam maior temperatura corporal e menor pressão arterial, condições agravadas pelo calor intenso. As iniquidades sociais nos indicadores gestacionais são exacerbadas, com maior impacto em mulheres de baixa renda e negras.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de Bekkar 2023, Gauer 2019, Kenny 2010, Millyard 2020, Who 2011, e SMS-Rio 2023.

Quadro 11 — Relação de medicamentos e outras substâncias que afetam a resposta do organismo ao calor

MEDICAMENTOS E SUBSTÂNCIAS QUE ALTERAM A RESPOSTA DO ORGANISMO AO CALOR	
Álcool	Podem reduzir o estado de alerta e afetar o julgamento e a percepção do calor; exacerba a desidratação e afeta a vasodilatação e a contratilidade cardíaca.
Anfetaminas	Podem aumentar a produção metabólica de calor.
Anticolinérgicos	Podem diminuir a produção de suor.
Antidepressivos tricíclicos	Podem causar vasoconstrição periférica, limitando assim o resfriamento, e podem afetar a termorregulação central.
Anti-histamínicos	Podem causar vasoconstrição periférica, limitando o resfriamento.
Antipsicóticos	Interferem na termorregulação hipotalâmica.
Benzodiazepínicos	Podem reduzir o estado de alerta e afetar o julgamento e a percepção do calor.
Betabloqueadores	Diminuem a frequência cardíaca e a contratilidade.
Bloqueadores dos canais de cálcio	Diminuem a contratilidade cardíaca e comprometem os mecanismos compensatórios vasculares.
Diuréticos	Podem aumentar o risco de desidratação e hipovolemia.
Drogas ilícitas (p.ex.: cocaína, heroína, fenciclidina, MDMA)	Podem aumentar a produção de calor metabólico e reduzir o estado de alerta e o julgamento.
Hormônios tireoidianos	Podem aumentar a produção de calor.
Laxantes	Podem aumentar o risco de desidratação e hipovolemia.
Lítio	Podem reduzir o estado de alerta e afetar o julgamento e a percepção do calor e causar diabetes insípido nefrogênico; os níveis podem subir para níveis perigosos e causar lesões renais no contexto da desidratação.
Inibidores da recaptação de serotonina	Podem interferir na termorregulação hipotalâmica.
Suplementos para perda de peso que podem aumentar a taxa metabólica (p.ex.: carnitina, extrato de chá verde e outros tipos de chás, como gengibre, preto, mate, alimentos com termogênicos)	Podem aumentar a produção de calor.

Fonte: SMS-Rio. Nota técnica sobre a atuação das equipes de atenção primária diante das ondas de calor. Publicada em 15/12/2023.

Condições clínicas relacionadas à exposição ao calor extremo e manejo

As condições clínicas que podem ser provocadas ou agravadas pelo calor se dividem em: condições diretamente decorrentes do estresse térmico e da desidratação, condições dermatológicas relacionadas ao calor, aparecimento ou exacerbação de condições crônicas e condições psiconeurológicas. O Quadro 12 resume os principais quadros clínicos, orientando seu manejo na APS e os CIDs correspondentes.

As condições de estresse térmico abrangem um espectro de gravidade variável, que vai de quadros leves, como câibras e edema pelo calor até quadros graves de golpe de calor, em que o paciente se apresenta com temperatura corporal acima de 40°C e alteração do nível de consciência, e cuja mortalidade, se não houver tratamento adequado, pode chegar a 80%. Uma condição de risco intermediário digna de nota é a exaustão pelo calor, que pode ser inicialmente difícil de diferenciar de uma fase inicial do golpe de calor, devido à intensidade do mal-estar e à possível presença de alterações mais leves do estado mental, como irritabilidade e julgamento comprometido.

Um aspecto importante na avaliação clínica é a técnica de aferição da temperatura corporal. A medição da temperatura axilar, a qual é a técnica mais frequentemente empregada, reflete a temperatura periférica, que pode ser muito diferente da temperatura central; porém, os danos provocados pelo calor se devem justamente à elevação da temperatura central. Assim, se houver suspeita de golpe de calor, é importante que seja utilizada uma técnica apropriada, como a temperatura retal. Caso esta não seja utilizada, deve-se adotar elevado grau de suspeição de golpe de calor diante de alterações do nível de consciência, independentemente da temperatura corporal aferida.

Tanto as condições leves quanto a exaustão pelo calor podem, se não for removida a exposição ao calor e não for realizada a hidratação, evoluir para formas progressivamente mais graves. Digno de nota, o golpe de calor ocorre preponderantemente nos grupos vulneráveis listados no Quadro 10 e deve-se atentar para ele mesmo em níveis de calor não tão elevados, como nos NC2 e NC3.

Quadro 12 — Grupo de condições e condutas gerais

GRUPO DE CONDIÇÕES	CONDIÇÃO — CÓDIGO CID	QUADRO CLÍNICO	CONDUTA
Condições de estresse térmico e desidratação	Câibras pelo calor (T627)	Espasmos musculares dolorosos em áreas de grande atividade, como braços, pernas ou abdômen. Também pode apresentar pele molhada e fria, mas a temperatura corporal é normal. O quadro é secundário à hiperatividade neuromuscular e à depleção de líquidos e eletrólitos, o que é potencializado pelo calor extremo.	Hidratação oral, repouso, alongamento suave dos músculos afetados. Levar para ambiente de maior conforto térmico.
	Edema por calor (T677)	Edema leve decorrente de vasodilatação cutânea, resultando em aumento do líquido intersticial. Geralmente acomete os tornozelos e pés, após exposição prolongada ao calor, sem sinais de insuficiência cardíaca ou históricos de outras doenças crônicas que justifiquem o edema. Ocasionalmente com <i>flush</i> facial.	Elevação das extremidades e levar para ambiente de maior conforto térmico. Atentar para diagnóstico diferencial. Diuréticos não estão indicados, na ausência de outra indicação específica.

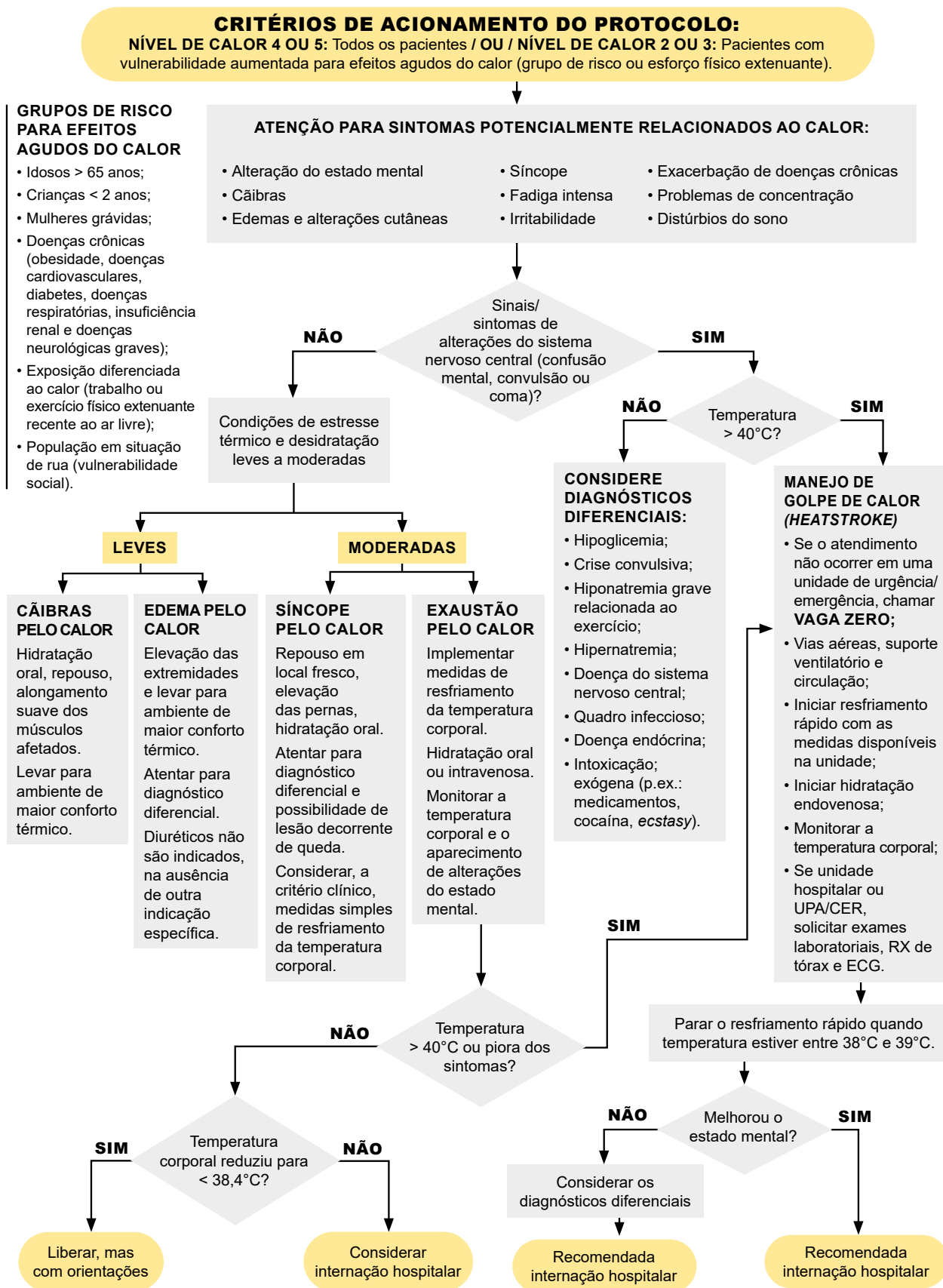
GRUPO DE CONDIÇÕES	CONDIÇÃO — CÓDIGO CID	QUADRO CLÍNICO	CONDUTA
Condições de estresse térmico e desidratação	Exaustão pelo calor (T673)	Fadiga intensa, sede, tonturas, náuseas e suor profuso após exposição prolongada ao calor, com capacidade de suor preservada. A temperatura é inferior a 40°C, e não há alterações importantes da consciência, apesar de poder haver alterações leves do estado mental, como irritabilidade e comprometimento da capacidade de julgamento.	Hidratação oral ou intravenosa, repouso em ambiente fresco. Considerar outras medidas de resfriamento. Requer monitoramento cuidadoso da temperatura corporal e do estado neurológico, devido ao risco aumentado de evoluir para golpe de calor.
	Golpe de calor (T670)	Temperatura corporal > 40°C, alterações de consciência (confusão, agitação, delírio, coma), pele quente seca ou suada, podendo também evoluir para crise convulsiva e choque. Os sintomas podem mimetizar outras condições: sepse, AVE isquêmico e emergências toxicológicas. Em um estágio tardio, pode evoluir para coagulação intravascular disseminada e falência orgânica.	Manejo em unidade de emergência, de preferência hospitalar. Enquanto aguarda transferência para a unidade de emergência, orientar aplicação de compressas geladas em pescoço, axilas, região inguinal, com suporte vital conforme necessário.
Condições dermatológicas relacionadas ao calor	Erupção cutânea pelo calor, especialmente miliária (L740)	Vesículas ou pequenas pústulas, acompanhadas de prurido, comum em áreas de dobras da pele e sob roupas apertadas, especialmente as de material sintético. O uso de cremes oleosos (p.ex.: bronzeador) pode favorecer o aparecimento ou agravar o quadro.	Preferir roupas leves, mais soltas, de fibras naturais, como algodão. Indicar duchas frequentes para resfriamento do corpo. No banho, usar sabonete neutro. Manter a pele fresca e dobras secas. Considerar aplicação de mistura de amido de milho e água ou pasta d'água.

GRUPO DE CONDIÇÕES	CONDIÇÃO — CÓDIGO CID	QUADRO CLÍNICO	CONDUTA
Condições dermatológicas relacionadas ao calor	Queimadura solar (L55)	Vermelhidão da pele, sensação de calor e dor, com possíveis bolhas em casos graves, após exposição solar prolongada.	Hidratação oral, aplicação de loções calmantes, desaconselhar exposição solar adicional.
Aparecimento ou exacerbação de doenças crônicas	Problemas cardiovasculares	Sintomas de angina ou evidência de infarto do miocárdio, como dor no peito, falta de ar e sudorese em pacientes com história prévia de doença cardiovascular ou com fatores de risco.	Avaliação e manejo conforme o protocolo de dor torácica, em unidade de urgência e emergência. Se atendido inicialmente em unidade de APS, considerar realizar ECG antes do encaminhamento.
	Problemas respiratórios	Aumento da dispneia, chiado, tosse em pacientes com doenças respiratórias crônicas, especialmente em dias de calor e poluição.	Administração de broncodilatadores, oxigenoterapia, umidificação das vias aéreas, avaliação para internação, se necessário.
	Problemas renais	A desidratação pode comprometer a fisiologia renal, agravando a condição de base ou induzindo a uma lesão renal aguda.	Hidratação e monitoramento do quadro.
Condições psiconeurológicas	Problemas de concentração	Dificuldade para manter o foco, lentidão de pensamento, fadiga mental durante exposição ao calor.	Aconselhamento para evitar calor excessivo, hidratação adequada, orientar ajustes no ambiente de trabalho/estudo.
	Distúrbios do sono e irritabilidade	Insônia ou sono interrompido, irritabilidade aumentada durante períodos de calor intenso.	Medidas para resfriamento do ambiente de dormir, higiene do sono, avaliação para estresse ou ansiedade.

Fonte: SMS-Rio. Nota Técnica sobre a atuação das equipes de atenção primária diante das ondas de calor. Publicada em 15/12/2023.

A Figura 4 apresenta um fluxograma para o protocolo de manejo de alterações clínicas relacionadas ao calor, com foco na detecção precoce e no manejo do golpe de calor.

Figura 4 — Fluxograma de manejo das alterações relacionadas ao calor na rede municipal de saúde do Rio de Janeiro



Fonte: Elaboração própria a partir de Eifling 2024, Gauer 2019, Rublee 2021, SMS-Rio 2023, e Sorensen 2022.

REFERÊNCIAS

- ALARI S.; COUDRAIN A.; MELE A. *et al.* Effect of different heat wave timing on cardiovascular and respiratory mortality in France. *V. 892 P. 164 -543*, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37268125/>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.
- BALLESTER J.; QUIJAL-ZAMORANO M.; MÉNDEZ TURRUBIATES R. F. *et al.* Heat-related mortality in Europe during the summer of 2022. *P.1857-1866*, 2023. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41591-023-02419-z>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.
- BEKKAR, Bruce; DENICOLA, Nathaniel; GIRMA, Blean; POTARAZU, Savita; SHEFFIELD, Perry. Pregnancy and newborn health — heat impacts and emerging solutions. *Seminars in Perinatology*, v. 47, p. 151837, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.semperi.2023.151837>. Acesso em: 29 de julho de 2024.
- BONGIOANNI P.; CARRATORE R. D. *et al.* Climate change and neurodegenerative diseases. *V. 201 E. 111511*, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34126048/>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS n.º 4.185, de 1.º de dezembro de 2022, altera a Portaria de Consolidação GM/MS n.º 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres — Vigidesastres, no âmbito do SUS. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prt4185_05_12_2022.html. Acesso em: 10 de agosto de 2024.
- BURKART K.; BRAUER M.; ARAVKIN A. Y. *et al.* Estimating the cause-specific relative risks of non-optimal temperature on daily mortality: a two-part modelling approach applied to the Global Burden of Disease Study. *V. 398, P. 685-697*, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140673621017001>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.
- CARBALLO D.; CARBALLO S.; MARTIN P. Y. Climate change and clinical implications. *PubMed. V. 33538139*. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33538139/>. Acesso em: 22 de agosto de 2024.
- CHENG J.; XU Z.; BAMBRICK H. *et al.* Heatwave and elderly mortality: An evaluation of death burden and health costs considering short-term mortality displacement. *Environ Int. V. 115. P. 334-342*. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0160412017321980>. Acesso em: 2 de setembro de 2024.
- CIMATE MEDIA FACTORY, LANCET COUNTDOWN. Climate Vulnerability Monitor: Health Data Explorer. Disponível em: <https://climatevulnerabilitymonitor.org/health/bra/infecinfectious-disease-transmission/>. Acesso em: 5 de agosto de 2024.
- CRAMER M. N.; GAGNON D.; LAITANO O.; CRANDALL C. G. Human temperature regulation under heat stress in health, disease, and injury. *PMC. E. 102, P. 1907-1989*, 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9394784/>. Acesso em: 7 de agosto de 2024.
- EBI K. L. *et al.* Extreme Weather and Climate Change: Population Health and Health System Implications. *PubMed. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33406378/*. Acesso em: 10 de setembro de 2024.
- EBI K. L. *et al.* Hot weather and heat extremes: health risks. *Lancet. V. 398, E. 10301, P. 698-708*, 2021. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(21\)01208-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(21)01208-3/fulltext). Acesso em: 20 de agosto de 2024.
- ECKSTEIN D.; KUNZEL V.; SCHAFER L. Global Climate Risk Index 2021. Disponível em: <https://www.germanwatch.org/en/cri>. Acesso em: 27 de julho de 2024.

EIFLING K. P.; GAUDIO F. G.; DUMKE C.; LIPMAN G. S.; OTTEN E. M.; MARTIN A. D.; GRISSOM C. K. Wilderness Medical Society Clinical Practice Guidelines for the Prevention and Treatment of Heat Illness: 2024 Update. *Wilderness Environ Med.* 2024 Mar;35(1_suppl):112S-127S. doi: 10.1177/10806032241227924. PMID: 38425235. Acesso em: 5 de agosto de 2024.

ENCICLOPÉDIA DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO. Assessment of Heat Stress and Heat Stress Indices. Disponível em: <https://iloencyclopaedia.org/part-vi-16255/heat-and-cold/item/682-assessment-of-heat-stress-and-heat-stress-indices>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

FATIMA S. H.; ROTHMORE P.; GILES L. C.; VARGHESE B. M.; BI P.; Extreme heat and occupational injuries in different climate zones: A systematic review and meta-analysis of epidemiological evidence. *Environ Int.* 2021 Mar;148:106384. doi: 10.1016/j.envint.2021.106384. Epub 2021 Jan 17. PMID: 33472088. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

GAUER, Robert; MEYERS, Bryce K. Heat-related illnesses. *American Family Physician*, v. 99, n. 8, p. 482–489, 2019. Disponível em: <https://www.aafp.org/afp/2019/0415/p482.html>. Acesso em: 29 de julho de 2024.

GUÉLADIO Cissé. Food-borne and water-borne diseases under climate change in low- and middle-income countries: Further efforts needed for reducing environmental health exposure risks. *PubMed*. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30946811/>. Acesso em: 15 de julho de 2024.

GUO Y. *et al.* Heat Wave and Mortality: A Multicountry, Multicommunity Study. *Environ Health Perspect.* Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5783630/pdf/EHP1026.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2024.

KENNY, Glen P.; YARDLEY, Jane; BROWN, Candice; SIGAL, Ronald J.; JAY, Ollie. Heat stress in older individuals and patients with common chronic diseases. *Canadian Medical Association Journal*, v. 182, n. 10, p. 1053–1060, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1503/cmaj.081050>. Acesso em: 29 de julho de 2024.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM GEOGRAFIA DO CLIMA (GEOCLIMA/UFRJ). Heat Watch. A cidade do Rio de Janeiro na Heat Watch 2022. O mapeamento das ilhas de calor que afetam a vida do carioca. Disponível em: https://app.pr2.ufrj.br/public/uploads/repositories/release_pt.pdf. Acesso em: 3 de julho de 2024.

MILLYARD, Alison; LAYDEN, Joe D.; PYNE, David B.; EDWARDS, Andrew M.; BLOXHAM, Saul R. Impairments to Thermoregulation in the Elderly During Heat Exposure Events. *Gerontology and Geriatric Medicine*, v. 6, p. 1–9, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2333721420932432>. Acesso em: 29 de julho de 2024.

MINISTRY OF HEALTH AND FAMILY WELFARE. National Action Plan on Heat-Related Illnesses. New Delhi: Government of India, 2021. Disponível em: <https://ncdc.mohfw.gov.in/wp-content/uploads/2024/05/1.Nation-Action-plan-on-Heat-Related-Illnesses.pdf>. Acesso em: 29 de julho de 2024.

MINISTRY OF HEALTH AND FAMILY WELFARE. Training Manual for Medical Officers on Prevention and Management of Heat-Related Illnesses. National Programme on Climate Change & Human Health, National Centre for Disease Control, Government of India. Disponível em: <https://ncdc.mohfw.gov.in/wp-content/uploads/2024/05/3-Training-Manual-for-Medical-Officers-on-Prevention-and-Management-of-Heat-Related-Illnesses.pdf>. Acesso em: 29 de julho de 2024.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. Heatwaves: A Guide for Health-based Actions. Washington, D.C.: PAHO, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275124086>. Acesso em: 29 de julho de 2024.

RAYMOND C. *et al.* The emergence of heat and humidity too severe for human tolerance. *Sci Adv.* V. 6. E. 19. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.aaw1838>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

RIO DE JANEIRO. Decreto Rio n.º 54.740, de 28 de junho 2024. Dispõe sobre a classificação dos Níveis de Calor em cenários de risco relacionados a calor extremo para definição de protocolos de ação no âmbito do município, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1.º de julho de 2024.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento. Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro — 2021.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Nota Técnica sobre a atuação das equipes de atenção primária diante das ondas de calor. Rio de Janeiro, 15 dez. 2023. Disponível em: <https://subpav.org/aps/arquivo/download/privado/3625>. Acesso em: 29 de julho de 2024.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Plano Municipal de Contingência de Desastres Naturais 2024–2026.

RITCHIE, Hannah. How many people die from extreme temperatures, and how this could change in the future: Part one. Publicado online em [OurWorldinData.org](https://ourworldindata.org). 2024. Disponível em: <https://ourworldindata.org/part-one-how-many-people-die-from-extreme-temperatures-and-how-could-this-change-in-the-future>. Acesso em: 15 de outubro de 2024.

RUBLEE, Caitlin; DRESSER, Caleb; GIUDICE, Catharina; LEMERY, Jay; SORENSEN, Cecilia. Evidence-Based Heatstroke Management in the Emergency Department. *Western Journal of Emergency Medicine*, v. 22, n. 2, p. 186–195, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5811/westjem.2020.11.49007>. Acesso em: 29 de julho de 2024.

SOERENSEN, Cecilia; HESS, Jeremy. Treatment and Prevention of Heat-Related Illness. *New England Journal of Medicine*, v. 387, n. 15, p. 1404–1413, 2022. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMcp2210623>. Acesso em: 5 de agosto de 2024.

TOURNEUX, Pierre; LIBERT, Jean-Pierre; GHYSELEN, Laurent; LÉKÉ, André; DELANAUD, Solène; DÉGRUGILLIERS, Laurent; BACH, Veronique. Heat exchanges and thermoregulation in the neonate. *Archives de Pédiatrie*, v. 16, n. 9, p. 1057–1062, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.arcped.2009.03.014>. Acesso em: 29 de julho de 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26). Disponível em: <https://www.who.int/initiatives/alliance-for-transformative-action-on-climate-and-health/cop26-health-programme>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Key facts climate change. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. State of the global climate — 2023. Disponível em: <https://library.wmo.int/records/item/68835-state-of-the-global-climate-2023>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

XU Z.; WATZEK J. T.; PHUNG D.; OBERAI M.; RUTHERFORD S.; BACH A. J. E. Heat, heatwaves, and ambulance service use: a systematic review and meta-analysis of epidemiological evidence. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37495745/>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

ZHAO, S.; JIN, F. F.; STUECKER, M. F. *et al.* Explainable El Niño predictability from climate mode interactions. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-024-07534-6>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

ANEXOS

ANEXO 1. DECRETO RIO N.º 54.740, DE 28 DE JUNHO DE 2024



Protocolo: 996199
Data: 01/07/2024
Título: DECRETO RIO N° 54740
Página(s): a

DECRETO RIO N° 54740 DE 28 DE JUNHO DE 2024

Dispõe sobre a classificação dos Níveis de Calor em cenários de risco relacionados a calor extremo para definição de protocolos de ação no âmbito do município, e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver e implementar protocolo de ação de combate aos riscos climáticos da cidade em consonância com o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro - PDS, instituído pelo Decreto Rio nº 48.940, de 4 de junho de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de melhorar a consciência situacional da população carioca por meio da simplificação da comunicação dos níveis de calor da cidade, e assim promover a cultura de segurança frente a cenários de risco relacionado a calor extremo;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz implementação da gestão da operação da cidade em cenários de risco relacionados a calor extremo buscando a eficiência das respostas dos diversos órgãos governamentais das diferentes esferas de governo, concessionárias de serviço público e empresas que prestam serviço à população da cidade do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a resiliência e aumentar o grau de adaptação aos cenários de risco, urgência e emergência com ações de pronta resposta integradas ao risco climático de calor extremo;

CONSIDERANDO o Decreto Rio nº 53.105, de 23 de agosto de 2023 que *dispõe sobre a autorização de eventos em áreas públicas e particulares no município do Rio de Janeiro*,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o Nível de Calor - NC, que tem por finalidade definir diretrizes de atuação para os diversos órgãos governamentais das diferentes esferas de governo, concessionárias de serviço público e empresas que prestam serviço no território da cidade do Rio de Janeiro e para a comunicação com os cidadãos, como parâmetro de deflagração para o enfrentamento do risco climático de calor extremo.

Art. 2º Para efeitos deste Decreto, consideram-se:

I - Índice de Calor - IC: medida para definir qual a intensidade de calor variando em função da temperatura e umidade relativa do ar;

II - Cenários de Risco relacionado ao calor extremo: circunstância com possibilidade de agravamento, tendo em vista um cenário com potencial de provocar lesão, doença ou morte de pessoas, danos ao patrimônio, ao meio ambiente e à imagem ou uma combinação destes fatores, relacionados aos efeitos do risco climático Calor Extremo definido no PDS;

III - Previsão de Índice de Calor: Serão adotados Modelos Numéricos de Previsão de temperatura, umidade e Índice de Calor estimados para três dias e atualizados a cada 4 (quatro) horas.

IV - Atividade de risco para calor extremo: as atividades laborais realizadas em áreas externas sujeitas à radiação solar, sem climatização, refrigeração ou sombreamento adequado, ou de concentração de público.

V - Ondas de Calor: 3 (três) dias consecutivos com IC maior que 36°C (trinta e seis graus Celsius) até 44°C (quarenta e quatro graus Celsius), por pelo menos 4 (quatro) horas por dia ou maior 44°C (quarenta e quatro graus Celsius), por, pelo menos, 2 (duas) horas;

VI - Parâmetros de Deflagração: indicadores estabelecidos por especialistas para medir o nível de riscos específicos, por eixos temáticos, com potencial de desencadear alterações significativas na rotina diária da cidade e que orientam a tomada de decisão para mudanças de estágio operacional.

Art. 3º Para o estabelecimento do NC será considerada relação entre o IC e o tempo de exposição ao calor.

Art. 4º O NC será classificado em 5 (cinco) níveis de risco, sendo:

I - Calor 1: Sem previsão de altos índices de calor. Neste nível a cidade continua com sua rotina normal.

II - Calor 2: Previsão ou registro de altos índices de calor por um ou dois dias consecutivos.

III - Calor 3: Registro de índices de calor alto com previsão de permanência ou aumento por, ao menos, três dias consecutivos.

IV - Calor 4: Registro de índices de calor muito alto com previsão de permanência ou aumento por, ao menos, três dias consecutivos. Neste nível poderá ser indicada a adaptação das atividades de risco para calor extremo buscando preservar a população dos impactos das ondas de calor.

V - Calor 5: Registro de índices de calor extremos com previsão de permanência ou aumento por, ao menos, três dias consecutivos. Neste nível as atividades de risco para calor extremo que não forem adaptadas para o enfrentamento da onda de calor, poderá ser indicada a sua interrupção buscando preservar a população dos impactos das ondas de calor.

Art. 5º Caberá ao Centro de Operações e Resiliência - GP/COR, a responsabilidade de monitorar e divulgar os Níveis de Calor.

Art. 6º A fiscalização quanto ao cumprimento das medidas de adaptação e de interrupção das atividades de risco para calor extremo de concentração de público disposto neste Decreto ficará a cargo:

I - Assessoria Executiva de Eventos e Grandes Eventos da Cidade do Rio de Janeiro - GP/AEGE;

II - Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEOP.

Art. 7º Fica criado o Comitê de Desenvolvimento de Protocolos para Enfrentamento de Calor Extremo - CDPECE que será responsável pela definição dos protocolos de enfrentamento para cenários de risco relacionados a calor extremo.

Art. 8º O CDPECE será composto por representantes indicados pelos respectivos titulares dos seguintes órgãos:

I - Centro de Operações e Resiliência - GP/COR;

II - Secretaria Municipal de Saúde - SMS;

III - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima - SMAC;

§ 1º O CDPECE poderá solicitar a indicação de agentes públicos de outros órgãos ou entidades municipais que tenham vínculo temático com o objeto em discussão pelo comitê, sem prejuízo da solicitação de indicação de servidores de outros entes ou convite de membros e entidades da sociedade civil que possam contribuir com o desenvolvimento dos trabalhos.

§ 2º O GP/COR publicará Portaria com a designação dos membros do CDPECE.

§ 3º O CDPECE será presidido pelo representante indicado pelo titular do GP/COR que será apoiado pelo coordenador técnico que será indicado pelo titular da SMS.

§ 4º Os membros do CDPECE não receberão qualquer espécie de remuneração por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

§ 5º Poderão integrar o CDPECE representantes de outros órgãos e entidades a serem convidados pelo GP/COR.

§ 6º Demais órgãos poderão solicitar ao CDPECE reuniões para o desenvolvimento ou atualização de protocolos que sejam relevantes para suas áreas de atuação.

Art. 9º Todos os atos do CDPECE se darão através de Portaria do GP/COR.

Art. 10. O CDPECE publicará, através de Portaria GP/COR, ato próprio regulamentando este Decreto.

Art. 11. Os órgãos municipais deverão providenciar a revisão dos seus protocolos de ações operacionais e administrativas, com base na classificação dos Níveis de Calor previstos no art. 4º, e encaminhar ao GP/COR, no prazo máximo de até trinta dias, contados a partir da publicação do ato normativo descrito no art. 10.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2024; 460º ano da fundação da Cidade.

EDUARDO PAES

ANEXO 2. CENTRO DE OPERAÇÕES E RESILIÊNCIA — PORTARIA "N" N.º 03/2024, DE 28 DE JUNHO DE 2024



Protocolo: 996184
Data: 01/07/2024
Título: Portaria Regulamentação Níveis de Calor v3
Página(s): a

CENTRO DE OPERAÇÕES E RESILIÊNCIA PORTARIA "N" Nº03/2024 DE 28 DE JUNHO DE 2024

Regulamenta os Níveis de Calor em cenários de risco relacionado a calor extremo para definição de protocolos de ação no âmbito do Município, e dá outras providências.

O Chefe Executivo do Centro de Operações e Resiliência do Gabinete do Prefeito, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Rio nº 33.322, de 23 de dezembro de 2010, que cria o Centro Integrado de Controle Operacional da Prefeitura do Rio de Janeiro através do Centro de Operações e Resiliência;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Rio nº 54.740 de 28 de junho de 2024, que dispõe sobre a classificação dos Níveis de Calor no âmbito do Município, e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º O Centro de Operações e Resiliência do Gabinete do Prefeito - GP/COR definirá, por meio de indicação do Nível de Calor definido por ferramenta desenvolvida em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde - SMS, a necessidade de mudança de cenário de risco relacionado a calor extremo da cidade buscando o fortalecimento da capacidade de reação da administração pública frente a situações de impacto na rotina da cidade e/ou com potencial de agravamento;

Art. 2º Para efeitos desta portaria, consideram-se:

I - Estágios Operacionais da Cidade: estratégia de classificação de risco utilizada pelo GP/COR para qualificar o cenário da cidade, tendo em vista a composição de diversos fatores presentes e realizando um panorama geral das anomalias, levando em consideração seus parâmetros de agravamento e a perspectiva de cenário futuro.

II - Cenários de Risco relacionado ao calor extremo: circunstância com potencial de agravamento, tendo em vista um cenário com potencial de provocar lesão, doença ou morte de pessoas, danos ao patrimônio, ao meio ambiente e à imagem ou uma combinação destes fatores, relacionados aos efeitos do risco climático Calor Extremo definido no PDS;

III - Órgãos: frações que compõem o Poder Executivo a partir da desconcentração de sua função administrativa, compreendendo secretarias, coordenadorias, empresas públicas, fundações e autarquias que atuam na cidade do Rio de Janeiro;

IV - Agências: designação genérica que compreende os órgãos governamentais das diferentes esferas de governo, concessionárias de serviço público e, ainda, empresas que prestam serviço à população da cidade do Rio de Janeiro;

V - Horários de maior exposição ao calor: Horário em que se registra historicamente os maiores valores de IC durante o dia;

VI - Evento: Considera-se evento, para os fins deste Decreto, toda atividade temporária de cunho econômico, cultural, esportivo, recreativo, musical, artístico, expositivo, cívico, comemorativo, social, religioso ou político, com fins lucrativos ou não, que gere, concentração ou afluência de público, em áreas abertas ou fechadas, particulares ou não;

VII - Eventos de médio porte: entre 2.001 (duas mil e uma) e 10.000 (dez mil) pessoas;

VIII - Eventos de grande porte: entre 10.001 (dez mil e uma) e 50.000 (cinquenta mil) pessoas;

IX - Megaeventos: acima de 50.000 (cinquenta mil) pessoas.

Art. 3º As ações de enfrentamento dos cenários de risco relacionado a calor extremo serão articuladas pelos órgãos e coordenadas pelo GP/COR, responsável pelo monitoramento da ferramenta, objetivando a redução dos impactos causados pelos cenários.

Art. 4º O GP/COR deverá monitorar e, caso necessário, informar as mudanças dos cenários de risco relacionado ao calor extremo as agências, para que estas deem início aos protocolos de ação dos Níveis de Calor, pactuados.

Art. 5º Deverão ser adotadas as seguintes providencias em função do NC, conforme descrição abaixo:

I - CALOR 1 - nível em que se registra IC menor ou igual a 36°C (trinta e seis graus Celsius) ou quando maior que 36°C (trinta e seis graus Celsius), por período menor que 4 (quatro) horas por dia;

- a) O COR manterá o monitoramento dos Níveis de Calor.
- b) O COR poderá coordenar e disseminar informações sobre previsão de calor para os próximos dias.

II - CALOR 2 - nível em que há registro de até 2 (dois) dias consecutivos, com IC acima de 36°C (trinta e seis graus Celsius), por pelo menos 4 (quatro) horas por dia;

- a) O COR manterá o monitoramento dos Níveis de Calor;
- b) O COR deverá coordenar e disseminar informações sobre os sintomas de exposição ao calor segundo os níveis, e orientar a população com o apoio técnico da SMS.

III - CALOR 3 - nível em que há registro de IC entre 36°C (trinta e seis graus Celsius) e até 40°C (quarenta graus Celsius), por pelo menos 4 (quatro) horas por dia. Além disso, previsão ou registro de mais 2 (dois) dias com IC maior que 36°C, por 4 (quatro) horas por dia. O período deverá totalizar, no mínimo, 3 (três) dias consecutivos;

- a) O COR manterá o monitoramento dos Níveis de Calor;
- b) Coordenado pelo COR e com o apoio técnico da SMS, demais órgãos deverão reforçar a disseminação de informações sobre os sintomas de exposição ao calor, e orientar a população.

IV - CALOR 4 - nível em que há registro de IC entre 40°C (quarenta graus Celsius) e até 44°C (quarenta e quatro graus Celsius), por pelo menos 4 (quatro) horas por dia. Além disso, previsão ou registro de mais 2 (dois) dias com IC maior que 36°C, por 4 (quatro) horas por dia. O período deverá totalizar, no mínimo, 3 (três) dias consecutivos;

- a) O COR manterá o monitoramento dos Níveis de Calor;
- b) Coordenado pelo COR e com o apoio técnico da SMS, demais órgãos deverão reforçar a disseminação de informações sobre os sintomas de exposição ao calor, e orientar a população.
- c) Serão designados locais com ar-condicionado ou refrigeração para servirem como pontos de resfriamento a população e serão definidos pelo Comitê de Desenvolvimento de Protocolos para Enfrentamento de Calor Extremo - CDPECE, em 60 dias;
- d) O COR irá comunicar a população os pontos de resfriamento abertos;
- e) Poderão ser ampliados os horários de funcionamento dos locais públicos com ar-condicionado ou refrigeração ou área sombreadas a serem definidos pelo CDPECE, em 60 dias;
- f) Poderão ser ampliados os períodos de resfriamento corporal e hidratação para as atividades laborais exercidas em área externa sujeitas a radiação solar, sem climatização, refrigeração ou sombreamento adequado, considerando 15 (quinze) minutos de pausa para cada 45 (quarenta e cinco) minutos de atividade;
- g) Será ampliada a oferta de estações de hidratação ou distribuição de água nos locais de acolhimento das populações mais vulneráveis;
- h) Poderão ser cancelados ou reagendados os eventos de médio porte, grande porte ou megaeventos em área externa sujeitas a radiação solar e com concentração de pessoas, que, pelo menos, não ajustarem a programação para evitar atrações nos horários de maior exposição ao calor

e nem ofertarem acesso gratuito à água.

- i) Serão suspensas as atividades realizadas em área externa sujeitas a radiação solar nas escolas e transferidas para áreas sombreadas ou internas;
- j) É recomendável as empresas e entidades a adoção do regime de teletrabalho ou trabalho remoto para os seus colaboradores, reduzindo a exposição à radiação solar durante seu deslocamento;

V - CALOR 5 - nível em que há registro de IC acima de 44°C (quarenta e quatro graus Celsius, por pelo menos 2 (duas) horas por dia. Além disso, previsão ou registros de mais 2 (dois) dias com IC maior que 36°C, por 4 (quatro) horas por dia. O período deverá totalizar, no mínimo, 3 (três) dias consecutivos;

- a) O GP/COR manterá o monitoramento dos Níveis de Calor;
- b) Coordenado pelo GP/COR e com o apoio técnico da SMS, demais órgãos deverão reforçar a disseminação de informações sobre os sintomas de exposição ao calor, e orientar a população. O CDPECE divulgará boletins meteorológicos a cada 6 horas, além de um boletim epidemiológico em até 72h após o fim da onda de calor.
- c) Serão designados locais com ar-condicionado ou refrigeração para servirem como pontos de resfriamento a população e serão definidos pelo CDPECE em 60 dias;
- d) O GP/COR irá comunicar a população os pontos de resfriamento abertos;
- e) Poderão ser ampliados os horários de funcionamento dos locais públicos com ar-condicionado ou refrigeração ou área sombreadas a serem definidos pelo CDPECE em 60 dias;
- f) Poderão ser ampliados os períodos de resfriamento corporal e hidratação para as atividades laborais exercidas em área externa sujeitas a radiação solar, sem climatização, refrigeração ou sombreamento adequado, considerando 15 (quinze) minutos de pausa para cada 45 (quarenta e cinco) minutos de atividade;
- g) Será ampliada a oferta de estações de hidratação ou distribuição de água nos locais de acolhimento das populações mais vulneráveis;
- h) Poderão ser cancelados ou reagendados os eventos de médio porte, grande porte ou megaeventos em área externa sujeitas a radiação solar e com concentração de pessoas, que, pelo menos, não ajustarem a programação para evitar atrações nos horários de maior exposição ao calor e nem ofertarem acesso gratuito à água, não reduzirem tempo de filas, não oferecerem áreas de sombra e não oferecerem áreas de resfriamento coberta com aspersores ou climatizadas.
- i) Serão suspensas as atividades realizadas ao ar livre nas escolas e transferidas para áreas internas;
- j) É recomendável as empresas e entidades a adoção do regime de teletrabalho ou trabalho remoto para os seus colaboradores, reduzindo a exposição à radiação solar durante seu deslocamento;
- k) Serão fechados pontos turísticos sem climatização, refrigeração ou sombreamento adequado;
- l) Suspender atividade realizada em área externa sujeitas a radiação solar durante os horários de maior exposição ao calor, exceto e áreas críticas para a operação da cidade.

Art. 6º O GP/COR deverá utilizar os Níveis de Calor como um dos Parâmetros de Deflagração para a mudança dos Estágios Operacionais definidos no Decreto Rio nº 53525, de 15 de novembro de 2023.

Art. 7º Caberá aos órgãos municipais a manutenção da atualização dos seus protocolos de ações operacionais e administrativas, conforme o previsto no art. 11, no Decreto Rio nº Decreto Rio nº 54.740 de 28 de junho de 2024.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



SAÚDE



ANEXO IV

SMS - PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA DE ARBOVIROSES



Plano Municipal de Contingência de Arboviroses

**Dengue,
Chikungunya
e Zika**

2024-2026



Plano Municipal de Contingência de Arboviroses

**Dengue,
Chikungunya
e Zika**

2024-2026



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons — Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra é da área técnica que elaborou o conteúdo do livro.

© 2024 Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro // Secretaria Municipal de Saúde (SMS-Rio) // Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde (SUBPAV) // Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS)
Rua Afonso Cavalcanti, 455, 8.º andar — Cidade Nova — Rio de Janeiro/RJ — CEP: 20211-110
<http://saude.prefeitura.rio/>

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Eduardo Paes

Secretário Municipal de Saúde

Daniel Soranz

Subsecretário Executivo

Rodrigo de Sousa Prado

Subsecretária Geral

Fernanda Adães Britto

Subsecretário de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência

Daniel Lopes da Mata

Subsecretário de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde

Renato Cony Seródio

Superintendente de Urgência e Emergência

Paulo de Oliveira Silveira

Superintendente de Integração de Áreas de Planejamento

Emanuelle Pereira de Oliveira Corrêa

Superintendente de Promoção da Saúde

Denise Jardim de Almeida

Superintendente de Vigilância em Saúde

Gislani Mateus Oliveira Aguiar

Superintendente de Atenção Primária

Larissa Cristina Terrezo Machado

Coordenador Geral do Complexo Regulador

David Tebaldi Marques

Coordenador de Vigilância em Saúde Ambiental

Rafael do Nascimento Pinheiro

Coordenador de Vigilância Epidemiológica

Flávio Dias

Coordenador de Informação Estratégica de Vigilância em Saúde

Caio Luiz Pereira Ribeiro

Coordenador das Doenças Crônicas Transmissíveis

Luiz Cláudio Pereira Ribeiro

Coordenadora do Programa de Imunizações

Nadja Greffe

Elaboração

Aline da Silva Barbosa Ferreira

Camilla Rodrigues Cordeiro

Gislani Mateus Aguiar

Luciana Freire

Michael Schmidt Duncan

Colaboração

Aline da Silva Barbosa Ferreira

Aline Mello da Silva

Ana Maria Fernandes da Silva

Ariana de Souza Rodrigues dos Santos

Caio Luiz Pereira Ribeiro

Camilla Rodrigues Cordeiro

Caroline Dias Ferreira

Clarissa Moreira Mello

Cláudia de Oliveira Faria Ferrari Quadros

Cristiane Teixeira da Silva Vicente

Denise Jardim de Almeida

Elaine Duim Martins

Emanuelle Pereira de Oliveira Correa

Flávio Dias da Silva

Gislani Mateus Aguiar

Heloisa Ferreira dos Santos Corrêa

José Carlos Ortiz Junior

Larissa Cristina Terrezo Machado

Luciana Freire

Luciana Ribeiro

Luísa de Araujo Melo Silva

Michael Schmidt Duncan

Nadja Greffe

Patricia Cardoso Avolio

Patrícia Durovni

Paula Fiorito de Campos Ferreira

Rafael do Nascimento Pinheiro

Rodrigo Gonçalves de Souza

Tatiana Veras

Vitor Martins Teixeira

Assessoria de Comunicação Social da SMS-Rio

Paula Fiorito de Campos Ferreira

Cláudia de Oliveira Faria Ferrari Quadros

Supervisão Editorial

Aluisio Bispo

Capa e Projeto Gráfico

Eduardo Andrade

Sandra Araujo

Diagramação

Sandra Araujo

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
1. INTRODUÇÃO	4
1.1 <i>Aedes aegypti</i> e a transmissão de arboviroses urbanas	4
1.2 Definições de caso suspeito de infecção por arboviroses urbanas.....	5
Caso suspeito de dengue	5
Caso suspeito de chikungunya	5
Caso suspeito de zika	5
1.3 Características sociodemográficas, territoriais e ambientais da cidade do Rio de Janeiro	6
1.4 Caracterização epidemiológica das arboviroses na cidade do Rio de Janeiro	7
1.5 Caracterização da situação entomológica e indicadores de vigilância ambiental ..	8
1.6 Caracterização da Rede Municipal de Saúde	13
Rede de Atenção à Saúde	14
Rede de Vigilância em Saúde.....	16
2. OBJETIVOS	18
2.1 Geral.....	18
2.2 Específicos	18
3. CLASSIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE RISCO	18
4. DESCRIÇÃO DOS NÍVEIS DE EXECUÇÃO	19
Nível Operacional.....	19
Nível Tático	20
Nível Estratégico	20
5. AÇÕES EM RESPOSTA AOS NÍVEIS DE RISCO	21
6. INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS EIXOS	32
7. SALA DE SITUAÇÃO	34
8. CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA (COE)	35
REFERÊNCIAS	36
ANEXOS	37

Apresentação

As arboviroses dengue, chikungunya e zika representam desafios significativos para a saúde pública, sendo ocasionadas por vírus propagados principalmente pela picada da fêmea do mosquito *Aedes aegypti*. Presentes em todas as regiões tropicais e subtropicais ao redor do mundo, essas condições têm suscitado crescente preocupação, tanto na esfera pública como nas instâncias governamentais. Essa apreensão é impulsionada pelos impactos substanciais que exercem sobre a saúde coletiva e a sociedade, evidenciados por meio de epidemias recorrentes e do aumento expressivo de casos graves e óbitos.

A cooperação efetiva entre os setores de vigilância e assistência emerge como um pilar fundamental para proporcionar uma resposta integrada e ágil aos desafios de saúde mais complexos, como é o caso das arboviroses, incluindo a dengue. Com esse pressuposto, a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-Rio) elaborou, em concordância com suas áreas técnicas, o presente Plano Municipal de Contingência de Arboviroses: Dengue, Chikungunya e Zika, que são doenças causadas por vírus transmitidos pelo *Aedes aegypti*. O objetivo central é promover uma resposta coordenada que maximize a efetividade e minimize o tempo de enfrentamento das arboviroses, reduzindo as dificuldades decorrentes da sazonalidade e os riscos de epidemia.

Além disso, a vigilância e o controle das arboviroses estão intrinsecamente ligados a atividades integradas entre áreas técnicas do setor saúde e de setores colaboradores (Programa Saúde na Escola, meio ambiente, defesa civil, conservação, planejamento, assistência social e outras), envolvendo a participação ativa da sociedade civil e a sincronização entre os governos federal, estaduais e municipais. Essa cooperação efetiva é essencial para enfrentar, de maneira abrangente, os desafios apresentados pelas arboviroses, incluindo a dengue.

1. Introdução

1.1 *Aedes aegypti* e a transmissão de arboviroses urbanas

As arboviroses urbanas — dengue, chikungunya e zika — são transmitidas pela fêmea do mosquito *Aedes aegypti*. O vetor se adaptou especialmente bem a ambientes urbanos, e sua presença está diretamente relacionada à ocorrência de surtos, com a densidade do mosquito influenciando significativamente a probabilidade de epidemias. A reprodução do *Aedes aegypti* ocorre em ambientes propícios, como recipientes que acumulam água, incluindo latas, garrafas e pneus descartados. Suas larvas se desenvolvem rapidamente em contato com a água, passando por quatro fases em um ciclo de cerca de cinco a sete dias.

A dengue é a arbovirose urbana de maior relevância nas Américas, e possui como agente etiológico o vírus dengue (DENV), que possui quatro sorotipos (DENV1, DENV2, DENV3 e DENV4). É um vírus formado por RNA de fita simples, pertencente à família *Flaviviridae*, gênero *Flavivirus*. Desde a década de 1980 vem sendo responsável por epidemias no município do Rio de Janeiro (MRJ), geralmente predominando um dos sorotipos a cada ano.

O vírus Zika (ZIKV) também é um vírus formado por RNA de fita simples, pertencente à família *Flaviviridae*, gênero *Flavivirus*. Entretanto, além da transmissão pelo *Aedes aegypti*, pode também ser transmitido por transfusão de sangue e transplante de órgãos, além da transmissão sexual. Foi introduzido no Rio de Janeiro provavelmente em 2014, sendo responsável por uma importante epidemia em 2015, com consequências catastróficas. Embora tenha sintomas mais brandos na maioria dos pacientes, a infecção em gestantes está associada a malformações fetais graves, como microcefalia.

Já o vírus chikungunya (CHIKV) é pertencente à família *Togaviridae*, gênero *Alphavirus*, sendo, assim, diferente dos vírus da dengue e zika em termos de estrutura genética e composição, apesar de também ser um vírus de RNA de fita simples. É um arbovírus artritogênico amplamente distribuído no Brasil e transmitido pela picada de mosquitos do gênero *Aedes* (*A. aegypti* e *A. albopictus*).

1.2 Definições de caso suspeito de infecção por arboviroses urbanas

Caso suspeito de dengue

Indivíduo que resida em área onde se registram casos de dengue ou que tenha viajado nos últimos 14 dias para área com ocorrência de transmissão ou presença de *Aedes aegypti*. Deve apresentar febre (alta, podendo variar de 38°C a 40°C), usualmente entre dois e sete dias, e duas ou mais das seguintes manifestações: náusea/vômitos; exantema; mialgia/artralgia; cefaleia/dor retro-orbital; petéquias/prova do laço positiva; e leucopenia. Também pode ser considerada caso suspeito de dengue toda criança proveniente de (ou residente em) área com transmissão de dengue, com quadro febril agudo, usualmente entre dois e sete dias, e sem sinais e sintomas indicativos de outra doença. Os casos suspeitos de dengue podem também evoluir para outras manifestações clínicas da dengue, listadas a seguir.

A. Dengue com sinais de alarme

Todo caso de dengue que, no período de defervescência da febre, apresenta um ou mais dos seguintes sinais de alarme: dor abdominal intensa (referida ou à palpação) e contínua; vômitos persistentes; acúmulo de líquidos (ascite, derrame pleural, derrame pericárdico); hipotensão postural e/ou lipotímia; hepatomegalia maior do que 2cm abaixo do rebordo costal; letargia/irritabilidade; sangramento de mucosa; aumento progressivo do hematócrito.

B. Dengue grave

Todo caso de dengue que apresenta sinais de choque, sangramento grave ou disfunção grave de órgãos. Os sinais de choque são: taquicardia, extremidades distais frias, pulso fraco e filiforme, tempo de perfusão capilar > 2 segundos, pressão arterial convergente (diferença entre PAS e PAD \leq 20mmHg em crianças — em adultos, o mesmo valor indica choque mais grave); taquipneia; oligúria (< 1,5ml/kg/h); hipotensão arterial (fase tardia do choque); cianose (fase tardia do choque); manifestações neurológicas, como agitação, convulsões e irritabilidade (em alguns pacientes).

Caso suspeito de chikungunya

Paciente com quadro de febre de início súbito maior que 38,5°C e artralgia ou artrite intensa de início agudo, não explicado por outras condições, residente em (ou que tenha visitado) áreas com transmissão até duas semanas antes do início dos sintomas, ou que tenha vínculo epidemiológico com caso importado confirmado. A doença no paciente pode evoluir em três fases: febril ou aguda (duração de 5 a 14 dias); pós-aguda (curso de até três meses); crônica (caso os sintomas persistam por mais de três meses após o início da doença). Em mais de 50% dos casos, a artralgia torna-se crônica, podendo persistir por anos.

Caso suspeito de zika

Pacientes que apresentem exantema maculopapular pruriginoso acompanhado de um ou mais dos seguintes sinais e sintomas: febre (podendo apresentar-se baixa \leq 38,5°C); hiperemia conjuntival/conjuntivite não purulenta; artralgia/poliartralgia; edema periarticular.

1.3 Características sociodemográficas, territoriais e ambientais da cidade do Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro limita-se ao norte pelos municípios de Itaguaí, Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias; ao sul pelo Oceano Atlântico; a leste pela Baía de Guanabara com os municípios de Itaboraí, Niterói e São Gonçalo; e a oeste pela Baía de Sepetiba.

Quadro 1. Características gerais

População 2022 ¹	6.221.423 habitantes
Densidade demográfica ²	5.556 habitantes/Km ²
RA com maior densidade demográfica (XVII — Rocinha) ³	48.258 habitantes/Km ²
RA com menor densidade demográfica (XVI — Guaratiba) ³	809 habitantes/Km ²
Pessoas residentes por sexo masculino ³	45,6%
Pessoas residentes por sexo feminino ³	54,4%

Fontes: (1) IBGE — CENSO 2022 divulgado em junho de 2023 // (2) IPP 2018 // (3) Maior e menor densidade demográfica segundo as RAs (RA = Região Administrativa: formadas por um ou mais bairros da cidade com fins administrativos, sendo ao todo 33 unidades) // (4) IBGE — PNADC 4.º trimestre 2019.

Tabela 1. População do município do Rio de Janeiro (MRJ) por faixa etária, 2000, 2010 e 2022

FAIXAS ETÁRIAS	2000	2010	2022
0 a 4 anos	447.305	364.032	310.648
5 a 9 anos	433.907	395.759	367.196
10 a 14 anos	442.370	466.567	354.457
15 a 19 anos	505.464	464.150	371.931
20 a 24 anos	517.360	508.707	439.660
25 a 29 anos	472.730	551.103	454.428
30 a 34 anos	445.097	524.455	460.448
35 a 39 anos	459.423	468.531	479.813
40 a 44 anos	435.651	439.691	504.195
45 a 49 anos	383.962	436.796	426.864
50 a 54 anos	320.723	410.129	402.001
55 a 59 anos	242.275	349.675	386.411
60 a 64 anos	217.413	279.122	360.818
65 a 69 anos	186.868	206.203	304.598
70 a 74 anos	151.452	170.853	233.160
75 a 79 anos	98.523	129.430	151.529
80 anos e mais	97.381	155.243	203.066
TOTAL	5.857.904	6.320.446	6.211.223

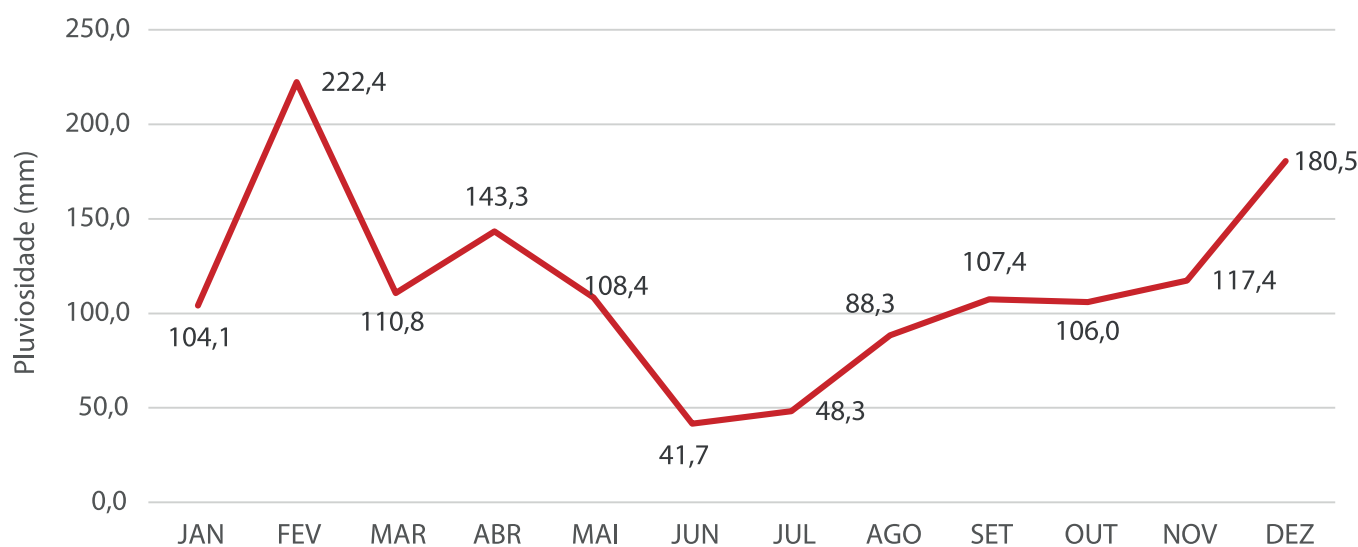
Fonte: IBGE — Séries Temporais do Censo Demográfico — DATA.RIO. Disponível em: <https://www.data.rio/>. Acesso em 21/09/2023.

Tabela 2. População do MRJ por raça/cor, 2000, 2010 e 2022

RAÇA/COR	2000	2010	2022
Branca	3.429.101	3.239.888	2.821.619
Preta	552.715	708.148	968.428
Amarela	13.004	45.913	10.514
Parda	1.803.760	2.318.675	2.403.895
Indígena	15.621	5.981	6.531

Fonte: IBGE — População residente, por cor ou raça. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em 01/10/2024.

O MRJ possui clima do tipo tropical, caracterizado por calor e umidade, embora apresente variações locais devido às diferenças de altitude, cobertura vegetal e proximidade com o oceano. A temperatura média anual varia em torno de 22 graus Celsius, mas, no verão, em média, as temperaturas diurnas podem atingir entre 30 e 32 graus. No entanto, com as mudanças climáticas, tem-se observado aumento importante das temperaturas médias da cidade, com sensação térmica superior a 50°C em determinadas regiões. A variação pluviométrica anual varia de 1.200mm a 1.800mm. Durante os quatro meses do chamado alto verão, de dezembro a março, os dias são muito quentes, seguidos frequentemente por tardes ensolaradas, nas quais chuvas intensas e curtas são comuns.

Gráfico 1. Mediana da pluviosidade por mês, MRJ, 2019-2023

Fonte: AlertaRio. Disponível em: <http://alertario.rio.rj.gov.br/download/dados-meteorologicos>. Acesso em 23/11/2023.

No que se refere à coleta de lixo, 85,09% dos lixos domiciliares são coletados diretamente por serviços de limpeza e 14,16% são colocados em caçambas de serviço de limpeza. Já em relação ao esgotamento sanitário, 90,93% dos domicílios possuem rede de esgoto ou pluvial.

1.4 Caracterização epidemiológica das arboviroses na cidade do Rio de Janeiro

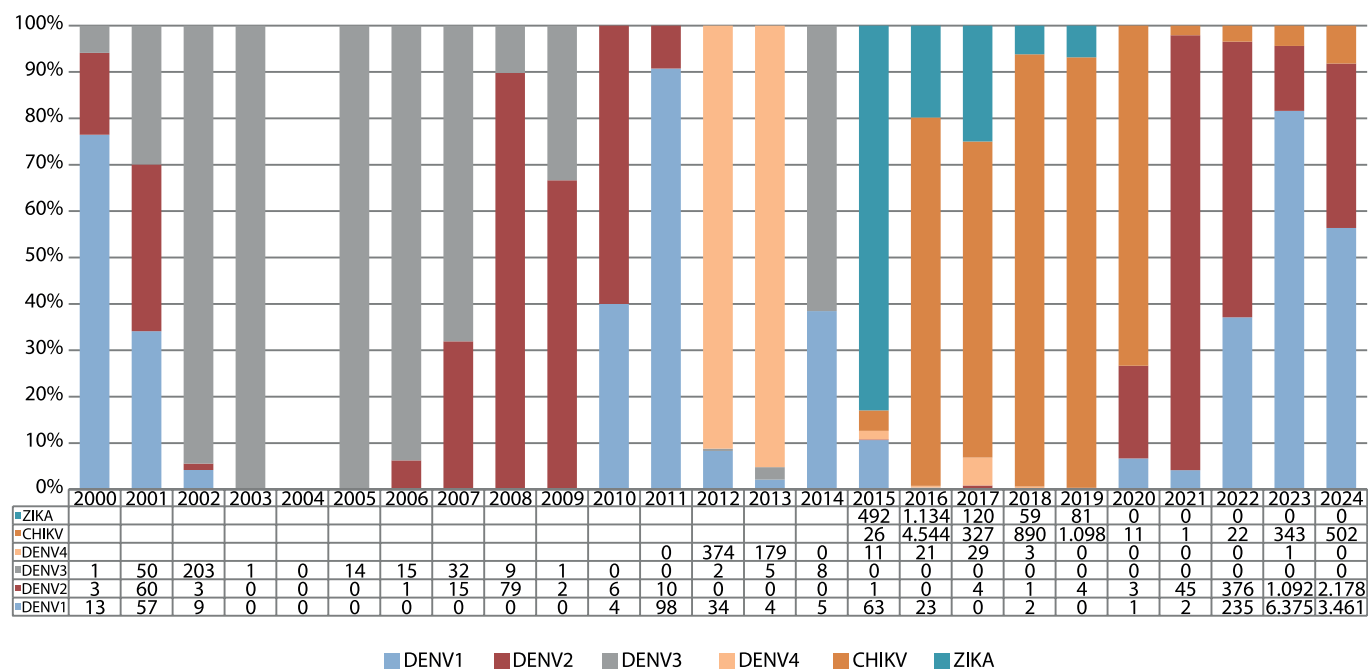
As arboviroses representam desafios significativos para a saúde pública no município, marcados por uma história complexa e uma batalha contínua contra o mosquito *Aedes aegypti*. Historicamente, desde os anos 1980, o MRJ apresenta ciclos epidêmicos respondentes ou à introdução de novos sorotipos das arboviroses urbanas (1986 — DENV1; 1991 — DENV2; 2002 — DENV3; 2012 — DENV4; 2015 — ZIKV; 2016 — CHIKV) ou ao recrudescimento na circulação de sorotipos endêmicos (2008 — DENV 2; 2019 — CHIKV; 2024 — DENV1).

O Gráfico 2 ilustra a predominância dos diferentes sorotipos a cada ano a partir de 2000. Destaca-se que o último ciclo de maior magnitude, no ano de 2012, quando foram notificados 130.416 casos prováveis, coincidiu com a introdução do sorotipo DENV4.

No cenário pós-pandemia da covid-19, há preocupação premente com a reemergência do sorotipo DENV3, que, no Estado do Rio de Janeiro, circulou predominantemente no ano de 2007, porém saiu de circulação após 2014. Em 2023, o DENV3 foi detectado em estados como Roraima, São Paulo e Pernambuco.

Conforme ilustrado no Gráfico 2, até setembro de 2024 foi detectada circulação do DENV1 (3.461 identificações), DENV2 (2.178 identificações) e CHIK (504 identificações).

Gráfico 2. Distribuição da circulação viral das arboviroses urbanas transmitidas pelo *Aedes aegypti*, segundo ano de início dos sintomas, 2000-2024, MRJ

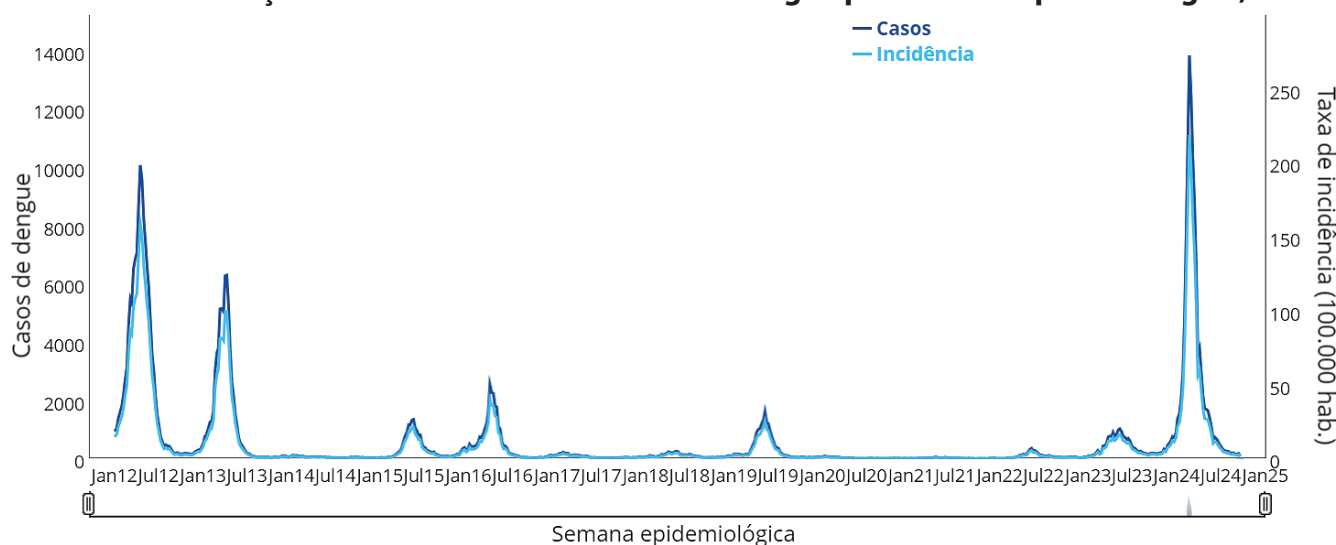


Fonte: SINAN online. Acesso em 23/09/2024. Sujeito a alterações.

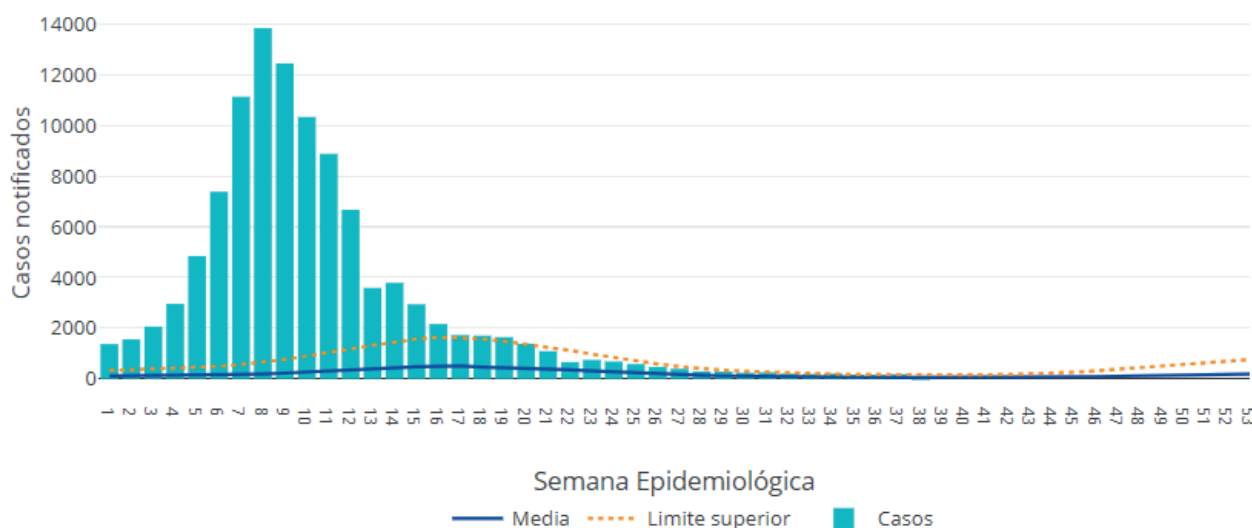
É justamente essa cocirculação de diferentes sorotipos dos arbovírus DENV (DENV1, DENV2 e DENV4) e CHIKV no biênio (2022-2023), com a possibilidade de reemergência do DENV3, que imputa ao cenário epidemiológico do município do Rio de Janeiro novos desafios, do ponto de vista da preparação e resposta a uma potencial Emergência de Saúde Pública, sobretudo no período de alta transmissão destas doenças. Soma-se a isso o impacto das mudanças climáticas, que vem com aumento das temperaturas e dos índices pluviométricos na cidade do Rio de Janeiro, favorecendo a reprodução do vetor das arboviroses.

Analisando os casos prováveis de arboviroses nos anos de 2020 e 2021, intercurso da pandemia covid-19, registraram-se as menores incidências de casos prováveis da série histórica, respectivamente 1.209 e 940 casos. Ainda que incipiente neste momento, do ponto de vista da magnitude e representatividade, a vigilância virológica apontava a cocirculação dos sorotipos DENV1 e DENV2 nesses anos.

Em 2024, até a semana 38, foram registrados 109.956 casos de arboviroses, o maior número desde o ano de 2012, com maior incidência de dengue nas AP 5.2, 4.0 e 3.1 da cidade. Em 2023, foram confirmados, até dezembro, 9 óbitos em residentes das AP 3.1, 3.2, 3.3, 5.1 e 5.2.

Gráfico 3. Distribuição de casos e taxa de incidência dengue por semana epidemiológica, 2024

Fonte: EPIRIO — Observatório Epidemiológico da Cidade do Rio de Janeiro. Painel Epidemiológico — Arboviroses. Disponível em: <https://epirio.svs.rio.br/painel/arboviroses/>. Acesso em 23/09/2024.

Gráfico 4. Diagrama de controle das arboviroses em 2024

Fonte: EpiRio — Observatório Epidemiológico da Cidade do Rio de Janeiro. Painel Epidemiológico — Arboviroses. Disponível em: <https://epirio.svs.rio.br/painel/arboviroses/>. Acesso em 23/09/2024.

Os dados e a situação epidemiológica das arboviroses no município do Rio de Janeiro podem ser acompanhados de forma atualizada e com transparência para a população por meio do painel público do Observatório Epidemiológico da Cidade do Rio de Janeiro (EpiRio), pelo site: <https://epirio.svs.rio.br/>.

1.5 Caracterização da situação entomológica e indicadores de vigilância ambiental

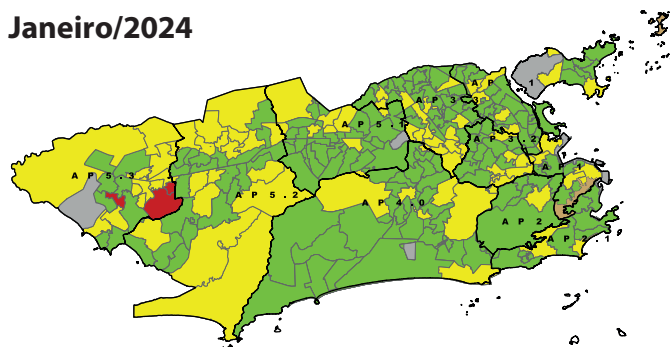
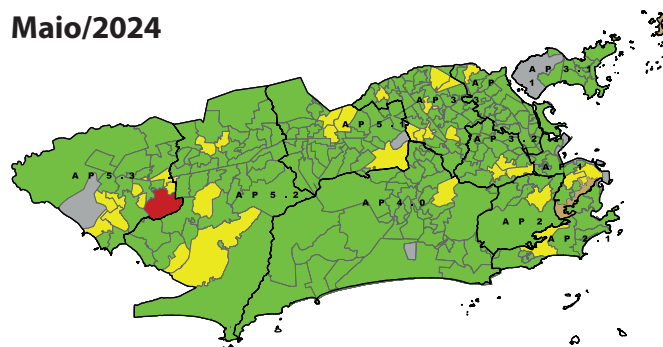
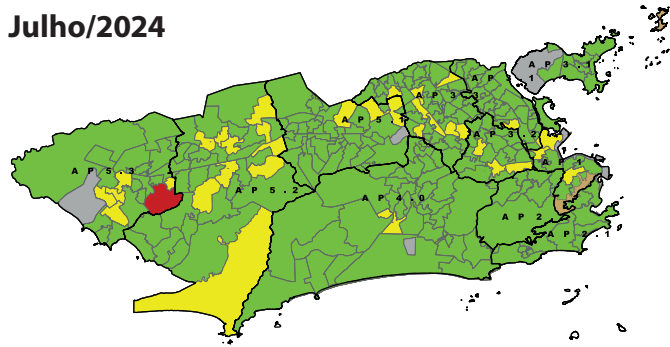
A. Levantamento Rápido do Índice de Infestação por *Aedes aegypti* (LIRAA)

O LIRAA é um método de amostragem que tem como objetivo o conhecimento de indicadores entomológicos de forma rápida e oportuna. Para a realização do LIRAA, o município é dividido em grupos de 9 a 12 mil imóveis com características semelhantes denominadas “estratos”. Desta forma, a espacialização dos resultados se dá em três níveis: município do Rio de Janeiro (MRJ), Área Programática (AP) e estrato. O LIRAA é realizado em quatro ciclos trimestrais a cada ano. Segundo a classificação de risco do Ministério da Saúde, as áreas com índice de infestação predial inferiores a 1%, estão em condições satisfatórias, baixo risco; de 1% a 3,9%, estão em situação de alerta, médio risco; e superior a 3,9%, em situação de alto risco de transmissão.

Tabela 3. Levantamento do Índice de Infestação Predial (LIRAa/IIP *Aedes aegypti*), MRJ, 2015-2024

ANO	1.º LIRAa	2.º LIRAa	3.º LIRAa	4.º LIRAa
2015	1,10	1,5	1,00	1
2016	0,90	1	0,80	0,8
2017	1,00	0,8	0,90	0,8
2018	1,30	1,1	0,70	1,12
2019	0,80	1,11	0,65	0,93
2020	0,97	*	*	*
2021	*	*	*	*
2022	*	1,1	1,19	0,98
2023	0,76	0,7	0,62	0,66
2024	0,79	0,42	0,49	**

*Suspensão devido à pandemia de covid-19. ** Não finalizado até o fechamento desta publicação. Fonte: Sistema LIRAa/Lia, IPP/Siurb/Vigidados.

Figuras 1. Resultados IIP *Aedes aegypti* por estratos finalizados em 2024, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do LIRAa**Janeiro/2024****Mai/2024****Julho/2024**

Legenda:
 Verde: < 1%
 Amarelo: 1% – 3,9%
 Vermelho: > 3,9%

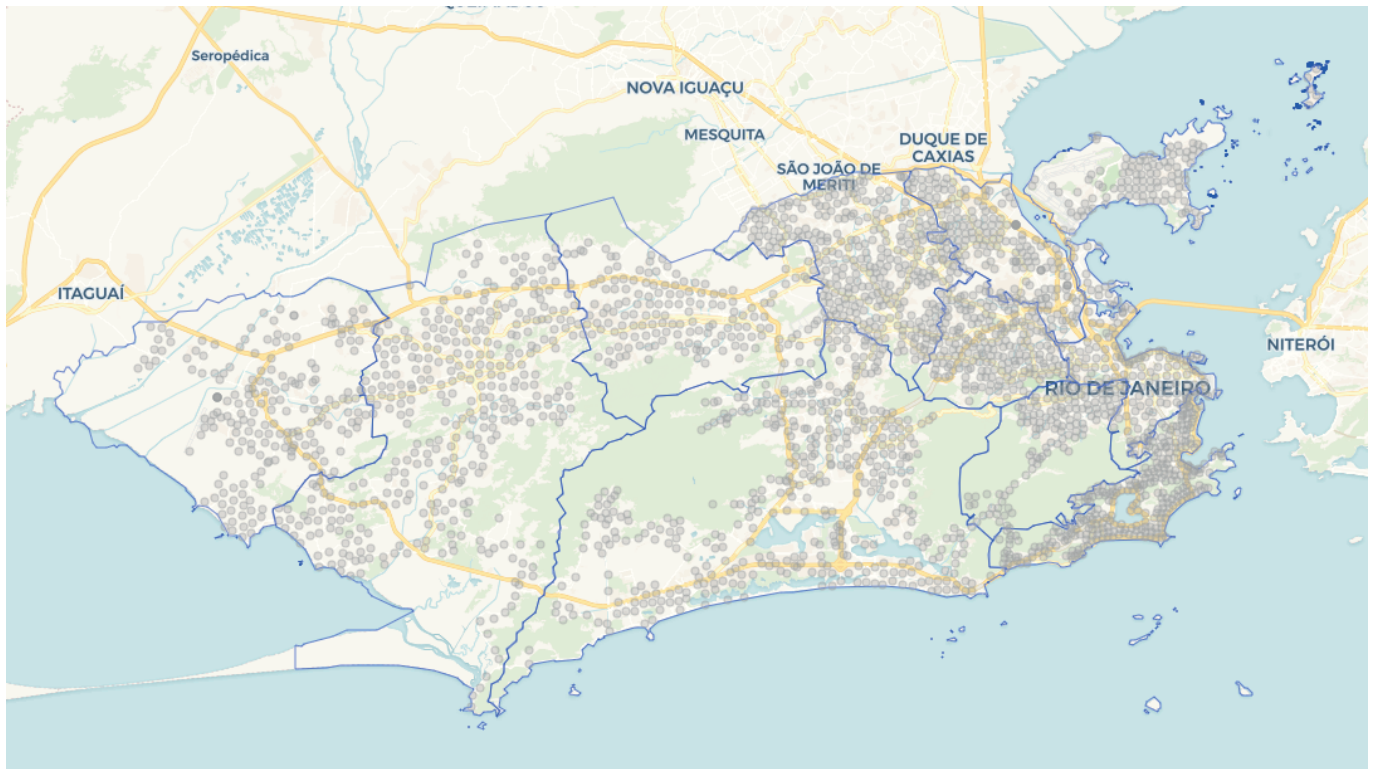
Fonte: Base cartográfica — IPP/AIG; Dados — S/SUBAPV/SVS/Coordenação de Vigilância em Saúde Ambiental.

O Índice de Infestação Predial dos ciclos de LIRAa realizados em 2024 ficou na faixa satisfatória, segundo a classificação de risco do Ministério da Saúde. No entanto, quando analisados os estratos trabalhados, algumas regiões apresentaram índices mais altos. Em relação aos depósitos identificados, o resultado do 3.º LIRAa (SE 31) apontou que a maioria dos focos de *Aedes spp.* (29% dos depósitos) foram do grupo tipo B, que compreendem vasos/frascos com plantas, pingadeiras, recipientes de degelo de geladeiras e bebedouros de animais. A identificação dos depósitos predominantes deve direcionar as ações de controle vetorial.

B. Armadilhas de Postura — Ovitrapa

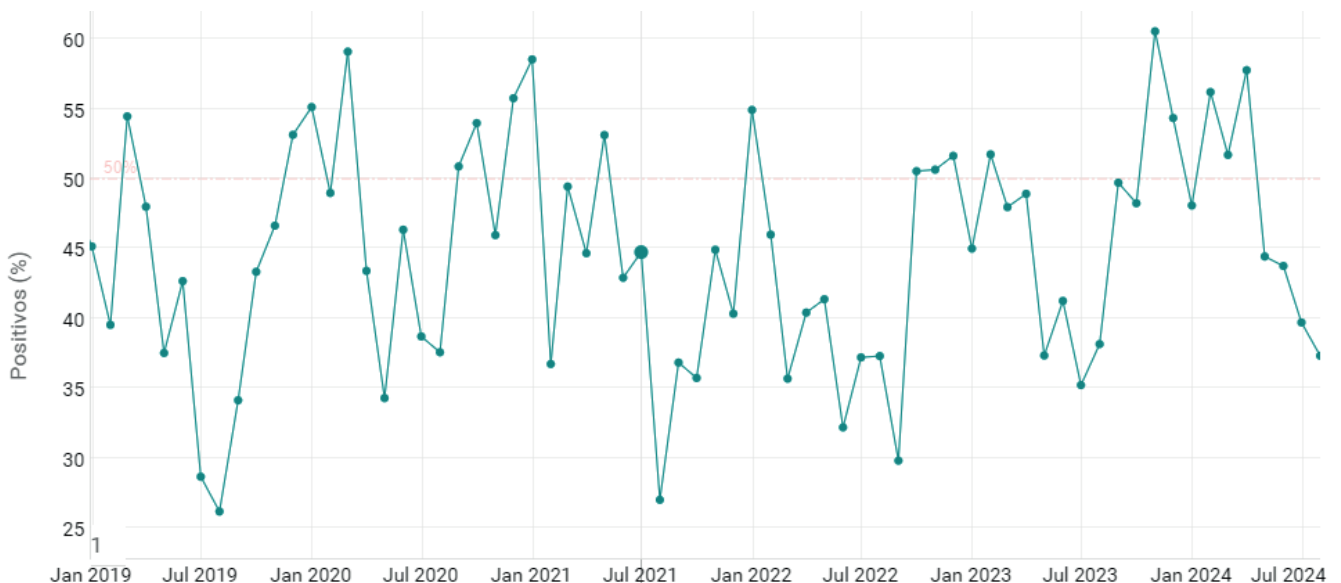
A vigilância entomológica por armadilhas de postura (ovitrapas) é uma das metodologias utilizadas pela SMS-Rio para obter informações sobre a presença, sazonalidade e dispersão do *Aedes spp.* Desde 2018, o MRJ trabalha com uma programação mensal de instalação de, aproximadamente, 2.700 ovitrapas, distribuídas nas 10 áreas programáticas (AP), apresentando uma média de colocação maior que 90%. A Figura 2 ilustra a geolocalização das armadilhas de postura em 2024, e os Gráficos 5 a 7 mostram dados de série histórica relacionados à vigilância entomológica entre 2019 e 2024.

Figura 2. Geolocalização das armadilhas ovitrapas na cidade do Rio de Janeiro, 2024



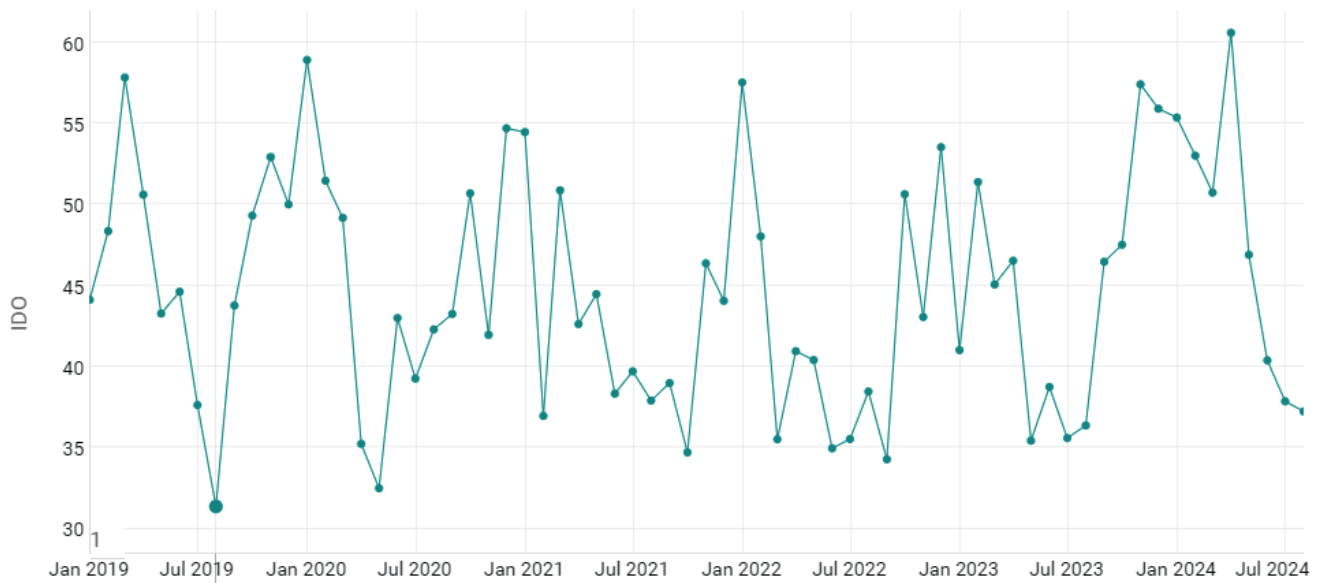
Fonte: Boletim Eletrônico da Vigilância Entomológica do *Aedes aegypti*. Centro de Inteligência Epidemiológica. Acesso em 27/09/2024.

Gráfico 5. Série histórica do percentual de positividade de ovitrapas na cidade do Rio de Janeiro por mês, 2019-2024



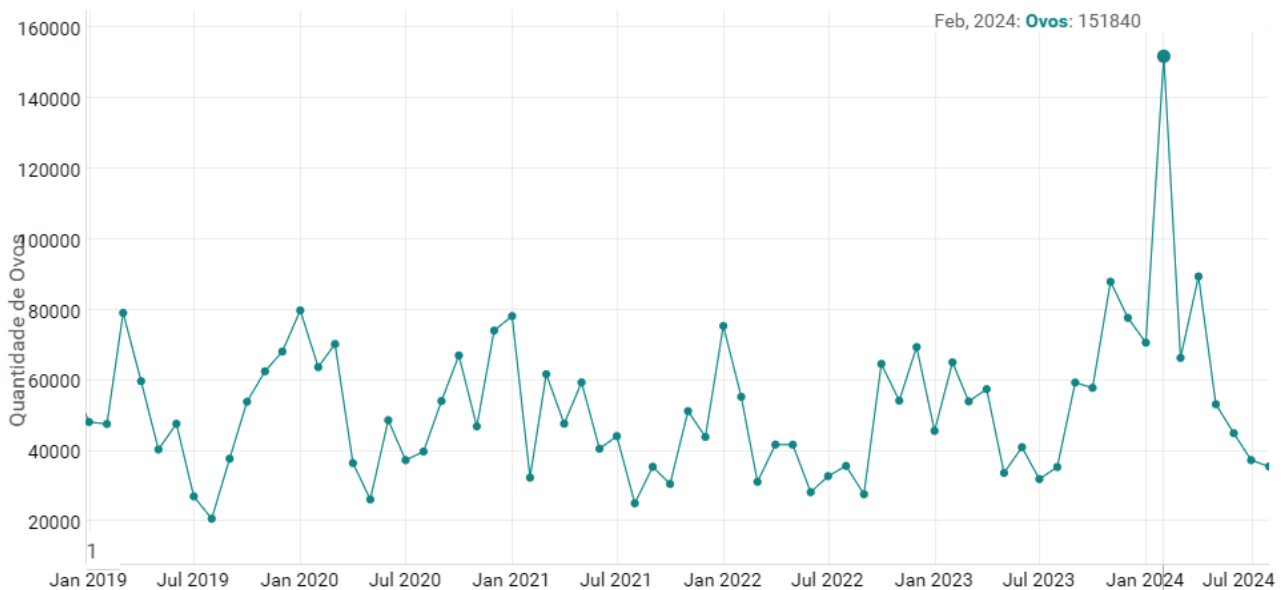
Fonte: Boletim Eletrônico da Vigilância Entomológica do *Aedes aegypti*. Centro de Inteligência Epidemiológica. Acesso em: 27/09/2024.

Gráfico 6. Série histórica do Índice de Densidade de Ovos (IDO) em Ovitrapas na cidade do Rio de Janeiro por mês, 2019-2024



Fonte: Boletim Eletrônico da Vigilância Entomológica do *Aedes aegypti*. Centro de Inteligência Epidemiológica. Acesso em: 27/09/2024.

Gráfico 7. Série histórica da quantidade total de ovos retirados em Ovitrapas na cidade do Rio de Janeiro por mês, 2019-2024



Fonte: Boletim Eletrônico da Vigilância Entomológica do *Aedes aegypti*. Centro de Inteligência Epidemiológica. Acesso em: 27/09/2024.

C. Controle de vetores em imóveis

Na cidade do Rio de Janeiro, uma média de 1.676.223 imóveis foram trabalhados por ciclo do ano de 2023, e a média de pendências (imóveis fechados, desocupados ou recusados) foi 15,6%. Até o 4.º ciclo de 2024 (sem 35), a cidade do Rio de Janeiro possui uma média de 1.744.141 imóveis trabalhados, e a média de pendência é de 10,7%. Das estratégias adotadas para a diminuição das pendências, se destacam:

- A integração dos Agentes da Vigilância em Saúde (AVS) com as equipes de Atenção Primária, que implica compatibilização dos territórios destes com os das equipes de Saúde da Família, promovendo uma soma de esforços e maior proximidade com a população residente;

- A disponibilização para população da “Plataforma 1746”, pela qual o cidadão pode requisitar a vistoria ou denunciar imóveis com focos;
- O Decreto n.º 42.947, de 20 de março de 2017, que estabelece medidas de combate aos focos do mosquito do gênero *Aedes* pelos Agentes de Vigilância em Saúde (AVS) para o controle de arboviroses e outras doenças transmitidas pelo mosquito em locais com possíveis criadouros, e dá outras providências. Dentre as medidas que poderão ser determinadas para a contenção da doença, o controle do seu vetor e a eliminação de focos do mosquito transmissor das arboviroses, poderá ser adotado o ingresso compulsório em imóveis particulares e públicos;
- Realização de ações nos territórios denominados “SVS na Rua” — ações estratégicas com datas agendadas e divulgadas previamente para a população, envolvendo equipe técnica da vigilância em saúde e atenção primária, lideranças comunitárias e a comunidade. O “SVS na Rua” tem como objetivo a mobilização social no combate ao vetor e a realização de visitas para controle vetorial em imóveis do território.

D. Adequação dos recursos materiais e humanos para controle vetorial

Conforme os parâmetros sugeridos pelas Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue (BRASIL, 2009, p. 70) no que diz respeito à estruturação do controle vetorial, o MRJ atende e possui em quantidade e condições adequadas os seguintes itens:

- Equipamentos de nebulização a UBV leve (costal motorizado) e pesado (nebulizador acoplado a veículo) suficiente para responder às ações de bloqueio de transmissão e em casos de surto ou epidemia;
- Pulverizador costal para uso em Pontos Estratégicos (PE);
- Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- Pessoal qualificado para a execução das ações de prevenção e controle do *Aedes*.

E. Tecnologias usadas para controle vetorial

Além das metodologias tradicionais supracitadas, a cidade do Rio de Janeiro busca implementar diferentes tecnologias para o controle de vetores, como o método *Wolbachia*, que envolve a liberação de mosquitos *Aedes aegypti* infectados com a bactéria *Wolbachia*, impedindo o desenvolvimento dos vírus da dengue, zika e chikungunya nos insetos. Iniciado em 2016 em alguns bairros da Ilha do Governador e áreas adjacentes, em 2024, o método foi expandido para a região central da cidade, incluindo os bairros do Centro, Caju e Ilha de Paquetá.

O município também atua no controle biológico por meio da introdução de peixes larvófagos, como o *Gambusia affinis* e o *Poecilia reticulata*, popularmente conhecidos como “barrigudinhos”. Esses peixes são aplicados em locais com acúmulo de água, que têm alta capacidade de reprodução de mosquitos, como piscinas não tratadas ou abandonadas, lagos artificiais, áreas alagadas e fundações de obras paradas.

Além disso, está sendo elaborado plano de ação, conforme orientações do Ministério da Saúde, para a implementação da Estação Disseminadora de Larvicidas (EDL) e da Borrifação Residual Intradomiciliar (BRI).

1.6 Caracterização da Rede Municipal de Saúde

A cidade do Rio de Janeiro possui uma Rede de Atenção à Saúde robusta e organizada em seus fluxos e componentes (Quadro 2), assegurando uma atenção integral em todo o território municipal.

Rede de Atenção à Saúde

Quadro 2. Unidades de saúde que integram a Rede de Atenção à Saúde no MRJ

TIPO DE UNIDADE	ATRIBUIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO MRJ
Atenção Primária à Saúde¹	Porta de entrada preferencial do sistema de saúde e trabalho com adscrição territorial. Responsável pelos cuidados primários em saúde, coordenação do cuidado e promoção da saúde no território.	A rede de APS é composta por 266 unidades, sendo 133 Clínicas da família, 103 Centros Municipais de Saúde, 27 unidades de Atenção Primária Prisional e 3 Centros de Saúde Escola, totalizando 1.429 equipes de saúde da família (eSF), 57 equipes de Atenção Primária (eAP) e 14 equipes de Consultório na Rua (eCNAR). Podem ser consultadas na plataforma “Onde ser atendido”.
Policlínicas e Ambulatórios Especializados	Unidades especializadas, com serviços de consultas clínicas com especialidades médicas e não médicas, bem como serviços de apoio diagnóstico.	10 policlínicas; Super Centro Carioca (Centro Carioca de Especialidades, Centro Carioca de Diagnóstico e Centro Carioca do Olho); ambulatórios especializados em hospitais; 2 Super Centro Carioca de Vacinação.
Componente Pré-hospitalar² Móvel: Vaga Zero (Complexo Regulador do Município do Rio de Janeiro) e SAMU	Encarregado em garantir acesso aos pacientes que estão sendo atendidos na rede SUS no MRJ que necessitem, em caráter de urgência, de assistência de maior complexidade.	Central de Regulação com funcionamento ininterrupto para gerenciamento dos leitos e ambulâncias para transporte de Vaga Zero e SAMU, este último sob regulação estadual.
Componente Pré-hospitalar Fixo²: Unidades de Pronto Atendimento e Centros de Emergência Regional	Estruturas de complexidade intermediária entre as unidades de atenção primária e a rede hospitalar, funcionando 24 horas todos os dias da semana, compondo a rede organizada de atenção às urgências e emergências, com pactos e fluxos previamente definidos.	15 UPAs municipais; 7 Centros de Emergência Regional (CER) e 16 UPAs estaduais localizadas no MRJ.
Hospitalar²	Responde às condições agudas ou aos momentos de agudização das condições crônicas, conforme estabelecido em diretrizes clínicas baseadas em evidências.	A cidade possui 20 hospitais, sendo 11 de emergência (2 estaduais e 9 municipais) e 2 exclusivamente pediátricos. O número de leitos pode variar de acordo com a necessidade — no momento totalizam 4.122 leitos, sendo 469 de terapia intensiva adulto e 42 pediátrica. A relação de hospitais e leitos disponíveis está no Censo Hospitalar Público.

Fontes: Elaboração própria, tendo como base os dados disponibilizados no Portal SUBPAV atualizados em 24/09/2024. Para mais detalhe sobre a rede e o escopo de atuação: 1. As Unidades de Atenção Primária atendem à Carteira de Serviços da APS, disponível em https://subpav.org/download/impressos/Livro_CarteiraDeServicosAPS_2021_20211229.pdf; 2. As unidades de saúde da rede de atenção às urgências e emergências utilizam o protocolo padronizado de classificação de risco, revisado em 2021 e publicizado no site da SMS-Rio (<http://saude.prefeitura.rio/>). Os fluxos de encaminhamento estão pactuados conforme a gravidade e obedecem às normativas do Complexo Regulador Municipal.

Quadro 3. Unidades de saúde de referência para reabilitação de crianças portadoras de microcefalia, MRJ — Núcleo de Atenção Integral ao Recém-Nascido de Risco (NAIRR)

AP	MATERNIDADE	ENDEREÇOS
1.0	Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda	Rua Moncorvo Filho, 67 — Centro, Rio de Janeiro/RJ — CEP: 20211-340
1.0	Hospital Maternidade Fernando Magalhães	Rua General José Cristino, 87 — São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ — CEP: 20921-400
3.2	Hospital Maternidade Carmela Dutra	Rua Aquidabã, 1.037 — Méier, Rio de Janeiro/RJ — CEP: 20720-292
3.3	Hospital Maternidade Herculano Pinheiro	Avenida Ministro Edgard Romero, 276 — Madureira, Rio de Janeiro/RJ — CEP: 21360-200
3.3	Hospital Maternidade Alexander Fleming	Rua Jorge Schmidt, 331 — Mal. Hermes, Rio de Janeiro/RJ — CEP: 21610-645
4.0	Maternidade Municipal Leila Diniz	Avenida Luís Carlos Prestes, 560 — Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ — CEP: 22631-004
5.1	Hospital da Mulher Mariska Ribeiro	Praça Primeiro de Maio, s/n.º — Bangu, Rio de Janeiro/RJ — CEP: 21830-000

Fontes: S/SUBHUE/SHPM.

Sobre a capacidade laboratorial, o município do Rio de Janeiro possui suficiência em todas as unidades de atenção à saúde, para análises clínicas, e segue as diretrizes diagnósticas para arboviroses do Ministério da Saúde, seja pelo fluxo do LACEN ou por laboratórios contratualizados pelo município para realização de sorologia.

Quadro 4. Estrutura e fluxo laboratorial para exames diagnósticos em período não epidêmico

LABORATÓRIO EXECUTOR	TIPO EXAME	INDICAÇÃO
Laboratório de Saúde Pública — LACEN	Biologia Molecular — RT-PCR	Todos os casos suspeitos de DEN, CHIKV e ZIKA, até o quinto dia de início dos sintomas.
	Sorologia — IGM	A partir do sexto dia de início dos sintomas. Elegíveis: óbitos, casos graves, gestantes, menores de 5 anos, maiores de 65 anos (portadores de comorbidades).
Laboratórios Contratualizados pelo Município	Sorologia — IGM	A partir do sexto dia de início dos sintomas (desconsiderando os elegíveis para realização de exame no LACEN).

Fonte: Nota Técnica SES/SUBVAPS SEI n.º 02/2023 — Fluxo de amostras biológicas para diagnóstico de dengue, chikungunya e zika, por meio de método molecular e pesquisa de anticorpo, no estado do Rio de Janeiro.

Em período epidêmico será priorizada a investigação laboratorial, pelos métodos disponíveis (Biologia Molecular e Imunológico), nos casos graves e óbitos, conforme diretrizes nacionais estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

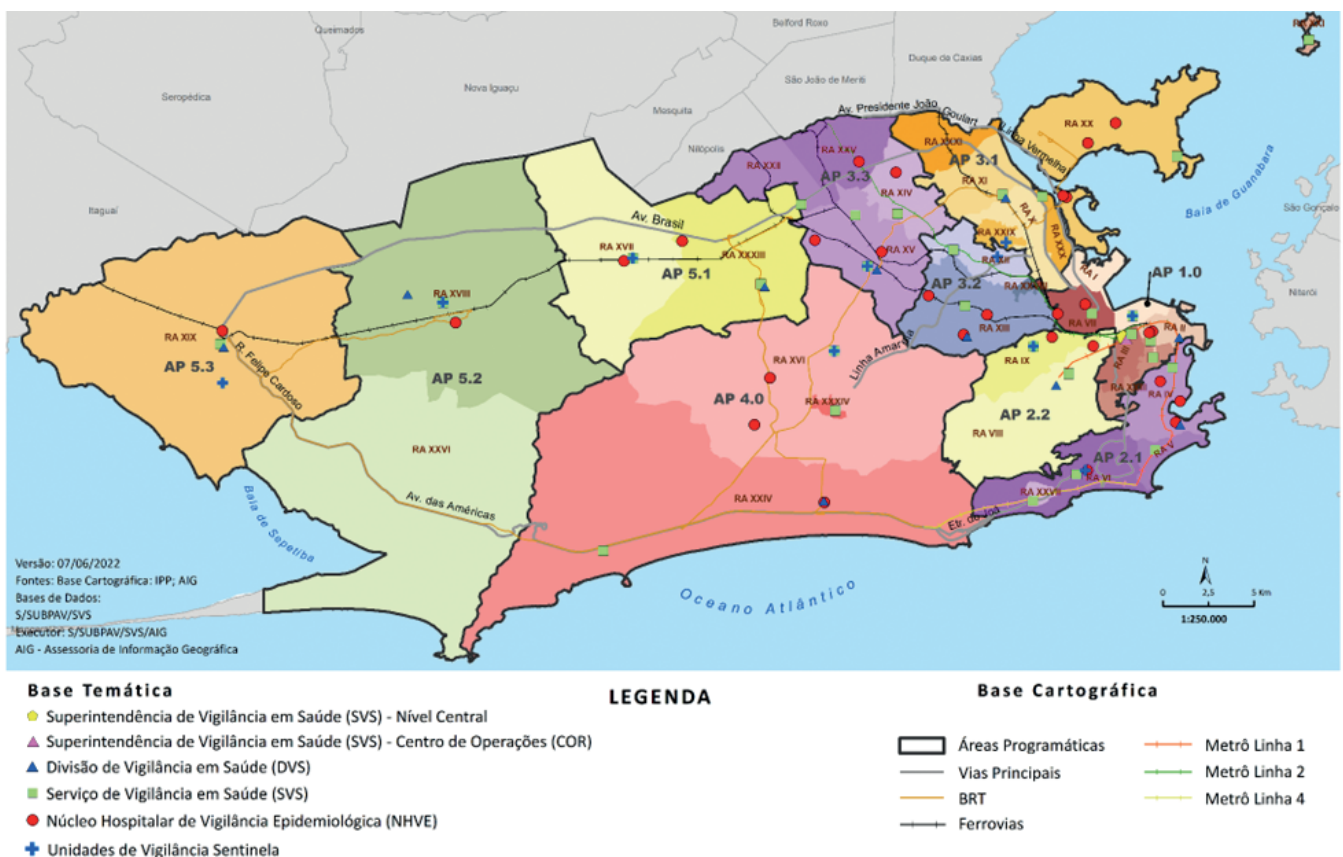
Rede de Vigilância em Saúde

A Vigilância em Saúde no município do Rio de Janeiro representa um complexo de serviços e ações hierarquizadas e descentralizadas nas 10 áreas de planejamento da cidade (Figura 3). Adotando uma estratégia de atuação transversal junto a toda a Rede de Atenção à Saúde do MRJ e com foco na obtenção de melhorias progressivas nos níveis de saúde da população, a Vigilância em Saúde concretiza seus resultados por meio da atuação em níveis operacionais, táticos e estratégicos; centralizados, regionais ou locais.

Estruturas onde as ações de Vigilância em Saúde são executadas:

- Serviços assistenciais da Rede de Atenção à Saúde (Atenção Primária à Saúde, Rede de Urgência e Emergência — RUE, entre outros);
- Serviços assistenciais da rede privada e complementar;
- Serviços laboratoriais;
- Serviços específicos de Vigilância em Saúde:
 - Centrais (p.ex.: Superintendência de Vigilância em Saúde e suas coordenações);
 - Regionais (p.ex.: Serviço de Vigilância em Saúde, Divisão de Vigilância em Saúde);
 - Locais (p.ex.: Núcleo Hospitalar de Vigilância Epidemiológica).
- Serviços de vacinação na Atenção Primária à Saúde.

Figura 3. Rede de Vigilância em Saúde da cidade do Rio de Janeiro, 2022



Fonte: Guia de Atribuições e Competências da Rede Municipal de Vigilância em Saúde, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://epirio.svs.rio.br/wp-content/uploads/2023/01/Guia_AtribuicoesSVS.pdf. Acesso em 09/01/2024.

O Quadro 5 caracteriza os componentes da rede municipal de Vigilância em Saúde em relação às arboviroses.

Quadro 5. Caracterização da rede municipal de Vigilância em Saúde em relação às arboviroses

POSIÇÃO NA REDE	PONTO DA REDE MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	ESCOPO DE ATUAÇÃO
Central	Superintendência de Vigilância em Saúde e suas coordenações	Gestor técnico de vigilância em saúde do município do Rio de Janeiro, que cumpre o papel estratégico na organização da rede com: Vigilância Epidemiológica; Inteligência Epidemiológica; Vigilância em Saúde Ambiental; Informações Geográficas; Informação Estratégica de Vigilância em Saúde; Vigilância e Análise de Dados Vitais (mortalidade); Programa de Imunizações.
Regional	Divisão de Vigilância em Saúde	Instância que se configura tecnicamente e estrategicamente como a Superintendência de Vigilância em Saúde no nível regional, coordenando as ações de vigilância em saúde nas AP e ações de vacinação contra a dengue.
Regional	Serviço de Vigilância em Saúde	Serviços territorializados que atuam como referência na execução e matriciamento das ações de vigilância em saúde para as unidades da rede de atenção à saúde do território de abrangência.
Regional	Unidades de Resposta Rápida	Equipes descentralizadas nas áreas de planejamento que atuam em ações de detecção, verificação, avaliação de risco, monitoramento e respostas oportunas a potenciais emergências em saúde pública e surtos nos territórios.
Regional	Laboratórios de Entomologia	Serviço responsável pelo conhecimento das características biológicas e ecológicas de artrópodes vetores de doenças de importância para saúde coletiva no município do Rio de Janeiro.
Local	Unidade de Vigilância Sentinela	Modelo de vigilância realizado a partir de estabelecimentos de saúde estratégicos para a detecção precoce e o monitoramento de doenças e/ou agravos de interesse para a saúde pública. O município do Rio de Janeiro realiza Vigilância Sentinela de arboviroses, síndrome gripal, doenças diarreicas agudas e conjuntivite.
Local	Núcleo Hospitalar de Vigilância Epidemiológica	Realizam ações de vigilância epidemiológica nas unidades hospitalares e têm por objetivo central a detecção, o monitoramento, a notificação oportuna e a resposta imediata aos eventos de importância em saúde pública em âmbito hospitalar.
Local	Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAP)	As UAP têm papel fundamental na detecção/notificação de agravos, bem como em alimentar e garantir a qualidade dos dados inseridos nos sistemas de informação. Elas devem, também, se apropriar dos dados referentes ao seu território, para planejar as ações em saúde. Possuem papel crucial na promoção de saúde e ações de controle vetorial no território. Devem, ainda, apoiar ações de investigação epidemiológica, em especial na investigação de surtos e óbitos, e também na vacinação do grupo-alvo recomendado pelo Ministério da Saúde.

Fonte: Guia de Atribuições e Competências da Rede Municipal de Vigilância em Saúde, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://epirio.svs.rio.br/wp-content/uploads/2023/01/Guia_AtribuicoesSVS.pdf. Acesso em 09/01/2024.

Deste modo, o MRJ possui uma rede de vigilância fortalecida, perpassando o desenvolvimento do olhar vigilante em toda a rede de saúde, bem como a capilaridade e a sensibilidade da vigilância em saúde nos diferentes recortes territoriais e tipos de serviço.

2. Objetivos

2.1 Geral

Orientar as ações de preparação e resposta à potencial emergência de saúde pública por arboviroses urbanas no biênio 2024-2026 a serem realizadas por todas as instâncias da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, envolvendo assistência, comunicação, controle, prevenção, promoção e vigilância.

2.2 Específicos

- Padronizar e fortalecer estratégias de vigilância epidemiológica e laboratorial;
- Padronizar e fortalecer as ações de manejo clínico;
- Padronizar e fortalecer ações de prevenção e interrupção da cadeia de transmissão;
- Padronizar e fortalecer a gestão de estoque e a liberação de insumos por meio de articulação intra e inter-setorial;
- Sistematizar os diferentes cenários de acordo com as ações necessárias frente a cada nível de atenção, de forma a facilitar a tomada de decisões e direcionamento das ações e processos em nível municipal;
- Promover ações de vacinação contra a dengue nos grupos alvo indicados pelo Ministério da Saúde.

3. Classificação dos Níveis de Risco

O MRJ monitora permanentemente a situação de saúde e utiliza informações epidemiológicas, entomológicas e ambientais integradas no sentido de avaliar o risco e direcionar as ações de preparação e resposta, bem como mobilização social, controle vetorial e coordenação do cuidado dos casos.

O diagrama de controle é a ferramenta tradicionalmente utilizada para o monitoramento da situação epidemiológica de doenças e agravos, uma vez que permite a visualização do comportamento da doença em função da sua curva endêmica.

Outras ferramentas têm sido incorporadas, traduzindo a multifatorialidade de condições precursoras do ciclo epidêmico dessas doenças. A modelagem de dados epidemiológicos é adotada para ampliar a capacidade de detecção precoce de alteração dos padrões epidemiológicos na cidade, a partir da construção de séries temporais dos CID que correspondem a diagnósticos de arboviroses e de modelos de vigilância sindrômica. O método de *Nowcasting* é utilizado para estimar a ocorrência de casos no momento da observação, considerando o tempo que pode haver entre diagnóstico, notificação e digitação efetiva no sistema de informação. Além disso, foi implementada uma plataforma de vigilância laboratorial em que é possível acompanhar as requisições de amostras, assim como analisar as curvas de solicitação de exames e a proporção de positividade, observando as tendências ao longo do tempo.

A estratificação apresentada no Quadro 6 deste Plano Municipal de Contingência norteará a transição entre os níveis de risco e desencadeará a resposta estratégica planejada.

Quadro 6. Estratificação dos níveis de risco de transmissão das arboviroses urbanas e dos critérios de ativação de resposta à Emergência de Saúde Pública

NÍVEIS DE RISCO	DEFINIÇÃO
1	Baixo Risco: Condições não favoráveis para transmissão. Baixa incidência dos casos prováveis. Ausência de óbitos.
2	Atenção: Condições favoráveis para transmissão com circulação viral detectada. Incidência dos casos prováveis dentro do canal endêmico do diagrama de controle. Aumento dos casos de dengue com sinais de alarme e de dengue grave prováveis, entre as semanas epidemiológicas, em comparação ao ano anterior. Óbitos em investigação.
3	Transmissão sustentada: Transmissão sustentada. Aumento da incidência dos casos prováveis por quatro semanas epidemiológicas consecutivas, em comparação ao ano anterior. Óbitos confirmados.
4	Atividade aumentada: Aumento sustentado da incidência em altos patamares, elevada para os padrões históricos. Incidência dos casos prováveis acima do limite superior (LS) do diagrama de controle. Óbitos confirmados.

Fonte: InfoDengue. Disponível em <https://info.dengue.mat.br/>. Acesso em: 11/01/2024.

A ativação dos níveis de resposta, pela gestão municipal, será baseada na avaliação sistemática dos níveis risco e indicadores de morbimortalidade destas doenças, à luz da avaliação contínua de incremento da taxa de incidência de casos prováveis, comparada aos níveis históricos e da letalidade. Para cada nível de risco de transmissão e resposta à potencial ESP pelas Arboviroses Urbanas existem atividades a serem executadas, em diferentes cenários e por diferentes atores, a serem detalhadas no Tópico 4.

4. Descrição dos Níveis de Execução

As estratégias do Plano Municipal de Contingência de Arboviroses: Dengue, Chikungunya e Zika são estruturadas em diferentes níveis de execução. Este arranjo visa otimizar a alocação dos participantes envolvidos, suas competências específicas e as ações necessárias tanto na fase de preparação como na de resposta a cada cenário de risco identificado. Os níveis de execução são categorizados em Operacional, Tático e Estratégico, garantindo uma abordagem organizada e eficiente.

Nível Operacional

As ações do nível operacional são descentralizadas e ocorrem nas unidades da Rede de Atenção à Saúde (RAS). Este nível garante a implementação das ações necessárias para atingir os objetivos estabelecidos de forma eficaz e eficiente. As atividades são específicas e envolvem a alocação de recursos, a definição de responsabilidades e a organização dos fluxos e processos de trabalho nos pontos da RAS onde as ações de prevenção, controle e assistência serão executadas.

Caracterizam-se como pontos da rede em nível operacional: Unidades de Atenção Primária; Unidades de Resposta Rápida; Unidades de Vigilância Sentinela; Plantão CIEVS Rio; Serviços de Vigilância em Saúde; Unidades de Pronto Atendimento; Centros de Emergência Regional; hospitais gerais, hospitais especializados; hospitais de maternidade; Núcleos de Vigilância Epidemiológica Hospitalar; Central de UBV (ultra baixo volume); rede de laboratórios de entomologia; Equipe de Vigilância e Controle Vetorial em Portos e Aeroportos (SESPAR); equipes de pontos estratégicos, Gerência de Vigilância em Saúde Ambiental dos Fatores de Risco Biológicos; policlínicas; rede laboratorial; equipes do RAP da Saúde.

Nível Tático

O nível tático se caracteriza por uma abrangência intermediária de gestão, com foco em ações e estratégias meio, inclusive do ponto de vista do monitoramento e avaliação, que levarão a equipe ao alcance dos objetivos. As ações do nível tático ocorrem no âmbito da gestão regional e das áreas técnicas da gestão em nível central.

Caracterizam-se como pontos da rede em nível tático: Divisões Técnicas das CAP (Coordenadorias Gerais de Atenção Primária); Gabinete das CAP; Gabinete das Coordenadorias Gerais de Emergências; coordenações técnicas da SVS (Coordenação de Vigilância Epidemiológica; Coordenação de Informação Estratégica de Vigilância em Saúde; Centro de Inteligência Epidemiológica; Coordenação de Vigilância em Saúde Ambiental); Coordenações Técnicas das Superintendências de Promoção da Saúde (SPS); de Atenção Primária à Saúde (SAP); de Integração das Áreas de Planejamento (SIAP); Coordenações Técnicas das Superintendências da SUBG; Coordenações da SUBGERAL.

Nível Estratégico

As ações do nível estratégico ocorrem no âmbito da gestão em nível central da SMS-Rio e envolvem as articulações intersetoriais e interinstitucionais. As ações do nível estratégico são planejadas e executadas no sentido de instrumentalizar os níveis tático e operacional, assim como respaldar as tomadas de decisão.

Caracterizam-se como pontos da rede em nível estratégico: Superintendências da Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde (SUBPAV); Gabinete da SUBPAV; Superintendências da Subsecretaria de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência (SUBHUE); Gabinete da SUBHUE; Gabinete da Subsecretaria Executiva (SUBEX); Gabinete da Subsecretaria de Gestão (SUBG); Gabinete da Subsecretaria Geral (SUBGERAL); Gabinete da SMS-Rio; Assessoria de Comunicação (ASCOM).

O presente plano está estruturado em oito eixos estratégicos, em que cada um deles prevê ações em resposta aos níveis de risco e é adaptado às características locais. São eles:

- **Eixo 1 — Vigilância epidemiológica:** Acompanha a evolução temporal e espacial das doenças, fornecendo informações que apoiem a tomada de decisão e reduzam os riscos de transmissão dos casos, a ocorrência de casos graves, sequelas e óbitos.
- **Eixo 2 — Vigilância laboratorial:** Refere-se à investigação laboratorial, incluindo a identificação e o monitoramento da circulação viral e de mudanças no padrão dos sorotipos circulantes. Deve atuar conjuntamente com a vigilância epidemiológica.
- **Eixo 3 — Manejo integrado de vetores:** Considera ações, estratégicas e técnicas de combate aos vetores transmissores das arboviroses, com o objetivo de reduzir sua infestação e minimizar os riscos de ocorrência das doenças na população.
- **Eixo 4 — Assistência (atenção primária, secundária e terciária):** Compreende ações de manejo clínico dos casos suspeitos e confirmados de arboviroses. Possui papel fundamental desde a suspeição, passando pela confirmação laboratorial e acompanhamento, manejo clínico, bem como a prevenção de complicações e óbito. É composta por ações de saúde de nível primário, secundário e terciário, que devem possuir fluxos de interlocução entre si e com os diferentes pontos da rede de atenção à saúde. A Atenção Primária à Saúde (APS), enquanto eixo estruturante da rede de atenção à saúde, tem papel central em assegurar que o paciente receba o cuidado de saúde do qual necessita, fazendo o atendimento integral dos casos de menor complexidade e solicitando avaliação por Vaga Zero dos casos de maior complexidade clínica. Já a atenção secundária, no contexto da rede de urgência e emergência, é composta por Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e Centros de Emergência Regional (CER), enquanto as emergências hospitalares correspondem à atenção

terciária, dispondo de mais recursos diagnósticos e terapêuticos para lidar com casos mais complexos. Após a alta de uma UPA, CER ou hospital, o paciente deve retornar à APS para prosseguir o acompanhamento.

- **Eixo 5 — Imunização:** Cumprir planejar e operacionalizar as ações de vacinação contra a dengue no grupo-alvo recomendado, para alcance da meta preconizada de 90%.
- **Eixo 6 — Mobilização social:** Trata-se da mobilização e participação social no enfrentamento às arboviroses, por meio de ações de prevenção, controle e divulgação com entidades públicas, privadas e a sociedade civil, de modo a instituir um movimento participativo na promoção à saúde e prevenção das doenças.
- **Eixo 7 — Regulação:** Encarregado de coordenar e atender à demanda de Regulação de Urgência e Emergência, monitorando os recursos e leitos disponíveis, a situação das emergências e a dinâmica de transporte de ambulâncias na cidade, garantindo o acesso à saúde em tempo oportuno.
- **Eixo 8 — Comunicação:** Concentra as informações em saúde e materiais informativos, direcionados para profissionais da Rede de Atenção à Saúde e a população, referente à prevenção, ao controle e à ocorrência de casos de arboviroses.
- **Eixo 9 — Gestão:** Cumprir elaborar e estabelecer fluxos, organizar e assegurar insumos, definir prioridades nas ações de saúde baseados na gestão de risco, na integralidade do cuidado e na intersetorialidade da assistência.

5. Ações em Resposta aos Níveis de Risco

A determinação multifatorial das arboviroses (fatores ecológicos, políticos, econômicos e sociais) amplifica os riscos para a transmissão. Os principais fatores do cenário de risco às arboviroses de ciclo urbano são notadamente a circulação de diferentes sorotipos de DENV, além da cocirculação de CHIKV e ZIKV; a presença do vetor *Aedes aegypti* em áreas com circulação viral; a capacidade de resposta dos serviços de saúde; e a vulnerabilidade social e ambiental da população.

O Plano de Contingência possui cenários de risco definidos a partir da situação epidemiológica das arboviroses, para os quais são previstas ações de acordo com os níveis de ativação estabelecidos, levando-se em consideração a taxa de incidência por 100 mil habitantes dos casos prováveis de dengue, chikungunya e zika, a gravidade dos casos e a ocorrência de óbitos.

Quadro 7. Ações relacionadas a cada eixo estratégico de acordo com os níveis de risco

AÇÃO	NÍVEL DE EXECUÇÃO	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
EIXO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA					
Realizar notificação imediata e investigação epidemiológica e laboratorial oportuna (pelo método RT-PCR) de todos os casos e óbitos suspeitos por dengue, chikungunya ou zika, com completude dos campos, assegurando o preenchimento obrigatório do campo raça/cor.	OPERACIONAL	☑	☑	☑	
Garantir e manter as condições necessárias para a alimentação célere e oportuna dos sistemas nacionais de informação em saúde, de forma descentralizada.	OPERACIONAL E TÁTICO	☑	☑	☑	☑

AÇÃO	NÍVEL DE EXECUÇÃO	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
Realizar notificação imediata de todos os casos e óbitos suspeitos, priorizando a digitação da investigação epidemiológica e laboratorial (pelo método RT-PCR) para os casos graves e óbitos por dengue, chikungunya ou zika.	OPERACIONAL				<input checked="" type="checkbox"/>
Realizar investigação epidemiológica e laboratorial de todos os casos notificados de gestantes com exantema (Resolução SES n.º 1.296, de 18/11/2015), Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCZ) e Doença Neuroinvasiva por Arbovírus	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Manter canal para recebimento de notificações imediatas de casos graves e óbitos suspeitos e/ou confirmados por dengue, chikungunya e zika em horário não administrativo (após 18h, finais de semana e feriados), com orientações necessárias a serem adotadas frente às notificações (Plantão CIEVS Rio).	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Monitorar fluxo de informação de resultados laboratoriais no GAL/LACEN (Gerenciador de Ambiente Laboratorial/Laboratório Central Noel Nutels) e Fiocruz e nos laboratórios contratados.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Manter a vigilância baseada em eventos como estratégia adicional para o monitoramento das arboviroses e do cenário epidemiológico da cidade.	TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Manter a vigilância de dados assistenciais oriundos de prontuários eletrônicos da Rede de Urgência e Emergência e Atenção Primária em Saúde para o monitoramento da tendência das séries temporais de atendimentos relacionados às arboviroses e vigilância sindrômica.	TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Apresentar a situação epidemiológica para a Rede de Vigilância em Saúde nas reuniões do Comitê de Monitoramento de Eventos (CME), para acompanhamento do cenário.	TÁTICO		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Manter as rotinas e atividades da Vigilância Sentinela de Arboviroses nas 10 áreas programáticas da cidade.	OPERACIONAL, TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Realizar monitoramento da vigilância genômica (genótipos e linhagens) dos sorotipos das arboviroses urbanas identificadas no MRJ.	TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Realizar atividades de educação permanente com foco na qualificação dos ciclos iniciais da vigilância em saúde de casos e óbitos (diagnóstico precoce, notificação e investigação epidemiológica e laboratorial oportuna e processamento de dados célere).	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
Atualizar e disseminar normas técnicas de vigilância epidemiológica universal para as arboviroses urbanas com foco na qualificação dos ciclos iniciais da vigilância em saúde de casos e óbitos (diagnóstico precoce, notificação e investigação epidemiológica e laboratorial oportuna e processamento de dados célere) e Vigilância Sentinela.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Atualizar e disseminar normas técnicas da Vigilância Sentinela de arboviroses, visando ao aprimoramento das ações de captação de pacientes, oportunidade na investigação epidemiológica e laboratorial, monitoramento e encerramento dos casos.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

AÇÃO	NÍVEL DE EXECUÇÃO	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
Monitorar periodicamente os indicadores da Vigilância Epidemiológica e Sentinela de arboviroses, segundo os parâmetros técnicos estabelecidos, qualificando as ações baseadas nos resultados obtidos.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Realizar supervisão em âmbito local com vistas à qualificação dos processos de trabalho da vigilância epidemiológica.	TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Monitorar a situação epidemiológica, garantindo a análise de situação e utilização da Inteligência Epidemiológica na produção e retroalimentação de informações que subsidiem a tomada de decisão.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Realizar supervisão dos processos de trabalho em âmbito local, considerando as especificidades de notificação de casos de gestantes com exantema (Resolução SES n.º 1.296, de 18/11/2015), Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCZ) e Doença Neuroinvasiva por Arbovírus.	TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Realizar investigação domiciliar, ambulatorial e/ou hospitalar das situações especiais relacionadas à infecção pelo Vírus Zika, prioritariamente Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCZ) e Doença Neuroinvasiva por Arbovírus.	OPERACIONAL				<input checked="" type="checkbox"/>
EIXO VIGILÂNCIA LABORATORIAL					
Estabelecer os processos de trabalho relacionados à fase pré-analítica (pedido de exame, registro no GAL, preparação do paciente, coleta, transporte e preparação da amostra) com foco na qualidade e boas práticas.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir e manter as condições necessárias para boas práticas na fase pré-analítica, com foco na atenção ao paciente e o cuidado com os procedimentos para obtenção do material ou amostra.	OPERACIONAL E TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir e manter as condições necessárias para boas práticas na fase pré-analítica, com foco na qualidade dos procedimentos de preparo, armazenamento, registro e transporte das amostras biológicas ao LACEN.	OPERACIONAL E TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Estabelecer e monitorar os processos de trabalho relacionados à fase pós-analítica (impressão ou transmissão do laudo, recebimento do laudo e tomada de decisão) com foco na oportunidade de resposta e qualificação dos encerramentos de caso em investigação nos sistemas de informação.	OPERACIONAL E TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Atualizar e disseminar normas técnicas de vigilância laboratorial e Vigilância Sentinela para as arboviroses urbanas, visando à melhora contínua e à padronização dos procedimentos.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Criar e manter ferramentas de monitoramento em tempo real das fases pré-analítica e pós-analítica com foco na identificação precoce de inconsistências, busca ativa de casos eventualmente não notificados, oportunidade de resposta e qualificação dos procedimentos no nível local.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Realizar atividades de educação permanente com foco na qualificação dos procedimentos laboratoriais.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		

AÇÃO	NÍVEL DE EXECUÇÃO	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
Realizar supervisão dos processos de trabalho em âmbito local com vistas à qualificação dos procedimentos laboratoriais nas fases pré e pós-analítica.	TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Realizar investigação epidemiológica e laboratorial de todos os casos notificados de gestantes com exantema (Resolução SES n.º 1.296, de 18/11/2015), Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCZ) e Doença Neuroinvasiva por Arbovírus.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Realizar investigação laboratorial, das situações especiais relacionadas à infecção pelo Vírus Zika, prioritariamente Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCZ) e Doença Neuroinvasiva por Arbovírus).	OPERACIONAL				<input checked="" type="checkbox"/>
EIXO MANEJO INTEGRADO DE VETORES					
Realizar visita domiciliar bimestral para prevenção e controle do <i>Aedes aegypti</i> em 100% dos imóveis programados.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Atualizar o cadastro de imóveis e de Pontos Estratégicos, por meio do reconhecimento geográfico.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Realizar a pesquisa larvária em imóveis para descobrimento de focos e levantamento de índices	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Realizar pesquisa larvária nos pontos estratégicos, em ciclos quinzenais, com tratamento focal, quando necessário.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Vistoriar e tratar os imóveis cadastrados e informados pelas equipes de Estratégia Saúde da Família do território.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Atuar junto aos domicílios, informando a seus moradores sobre a doença, seus sintomas e riscos, agente transmissor e medidas de prevenção	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Participar, sempre que possível, de reuniões com a comunidade, com o objetivo de fortalecer os vínculos com lideranças comunitárias e religiosas e de mobilizá-las para as ações de prevenção e controle das arboviroses.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Realizar monitoramento mensal por ovitrampas.	TÁTICO E OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Atender às denúncias relacionadas à vistoria de foco de <i>Aedes aegypti</i> demandadas pela Central de Atendimento da Prefeitura do Rio de Janeiro (1746) em até 5 dias úteis.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Realizar as visitas direcionadas aos casos de arboviroses em tempo oportuno.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Consolidar e analisar semanalmente os dados operacionais e entomológicos.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir a alimentação dos sistemas de informação de forma oportuna e descentralizada.	TÁTICO E OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Monitorar a situação entomológica para subsidiar o planejamento da vigilância e das ações de controle.	TÁTICO, OPERACIONAL E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

AÇÃO	NÍVEL DE EXECUÇÃO	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
Realizar supervisão dos processos de trabalho das ações relacionadas ao controle vetorial em âmbito local.	TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Realizar aplicação de inseticida a ultra baixo volume (UBV), quando indicado, como medida complementar ao controle mecânico.	TÁTICO E OPERACIONAL			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Identificar as localidades onde as ações de controle vetorial deverão ser intensificadas, bem como o tipo de intervenção que deverá ser realizada.	TÁTICO, OPERACIONAL E ESTRATÉGICO			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Realizar a logística de distribuição de insumos e equipamentos para controle vetorial.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Realizar o ingresso compulsório em imóveis em casos de situação de abandono ou ausência de pessoas e/ou casos em que não haja quem possa abrir a porta para o Agente da Vigilância em Saúde realizar a vistoria domiciliar e, se necessário, as ações de controle.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Realizar o ingresso compulsório em imóveis particulares e públicos em casos de recusa em atender e dar acesso ao Agente da Vigilância em Saúde para realização da vistoria e, se necessário, ações de controle vetorial.	OPERACIONAL				<input checked="" type="checkbox"/>
EIXO ASSISTÊNCIA					
Estimular o fortalecimento da rede de atenção à saúde para a preparação e a organização dos serviços com vistas ao enfrentamento das arboviroses.	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
Realizar capacitação dos profissionais das equipes técnicas das UAP e da RUE sobre o manejo clínico das arboviroses, atentando-se aos determinantes sociais de saúde como raça, gênero, classe, território e suas interseccionalidades.	TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Garantir e manter fluxos de atendimento nas unidades de saúde com classificação de risco e conduta eficiente.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Acompanhar e incentivar a implantação do Fluxograma de Manejo Clínico da Dengue em todos os pacientes com suspeita da doença em todas as unidades em que são atendidos.	TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
Garantir que os fluxos assistenciais atendam ao especificado nos protocolos operacionais padrão de segurança do paciente em todos os níveis de atenção.	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Incorporar na rotina das equipes de saúde intervenções que possam melhorar a segurança do paciente: identificação correta, avaliação de risco, diagnóstico, tratamento e transferência oportuna conforme classificação.	TÁTICO E OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Designar profissional de referência responsável pela coordenação, monitoramento e avaliação das ações de segurança do paciente nas instâncias da SMS-Rio e unidades assistenciais.*	TÁTICO, ESTRATÉGICO E OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Intensificar a orientação aos profissionais de saúde quanto ao manejo clínico, por meio dos responsáveis técnicos das áreas e outros dispositivos da rede.	TÁTICO			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

AÇÃO	NÍVEL DE EXECUÇÃO	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
Estimular todas as unidades que atendem casos da doença a iniciar a hidratação desde o primeiro momento da suspeita da doença, seguindo o fluxograma.	ESTRATÉGICO E TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Orientar a utilização do cartão de acompanhamento de paciente com dengue.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir o acompanhamento dos usuários após o primeiro atendimento, com retornos programados de acordo com os protocolos e classificação dos casos para reavaliação.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir que os pacientes que foram atendidos em UPA, CER ou emergência hospitalar retornem adequadamente referenciados à APS, para prosseguir o acompanhamento.	OPERACIONAL E TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir que os pacientes atendidos em outros serviços e que não fizeram o exame de RT-PCR ou sorologia tenham a coleta realizada na APS.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Acompanhar a internação de casos graves.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Fomentar a participação ativa dos ACS no monitoramento de pacientes.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Fortalecer o apoio técnico aos gestores, auxiliando-os na organização dos serviços de Atenção Primária, Rede de Urgência e Emergência e Rede Hospitalar.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir e manter insumos necessários à assistência: Fluxograma de Manejo Clínico, sais de reidratação oral, soro fisiológico, material para coleta de exames e para acesso venoso, caderneta de acompanhamento.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir estoques de insumos e medicamentos para o aumento no número de casos.	ESTRATÉGICO E TÁTICO			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir e manter a execução dos exames laboratoriais dos usuários (hemograma e exames específicos) e o retorno dos resultados em tempo oportuno, sempre atento ao quantitativo necessário de acordo com o número de casos.	TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Desenvolver e implementar ferramentas relacionadas ao prontuário eletrônico e à saúde digital, para qualificar o atendimento e o acompanhamento dos casos de arboviroses.	ESTRATÉGICO		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover a interface de trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Vigilância em Saúde (AVS) no território, de acordo com o mapa de risco com ações de prevenção e controle ambiental.	TÁTICO E OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Realizar diagnóstico da rede de assistência à saúde, avaliando a necessidade de implantação de Unidade de Reposição Volêmica (URV) ou estruturação de serviços diante do aumento do número de casos, com escalonamento do horário de abertura desses equipamentos acompanhando o cenário epidemiológico e a pressão assistencial.	ESTRATÉGICO			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Avaliar a capacidade instalada da APS das áreas com alta transmissão para otimizar a programação da demanda.	ESTRATÉGICO E TÁTICO			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

AÇÃO	NÍVEL DE EXECUÇÃO	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
Adequar a rede visando manter a assistência ao aumento no número de atendimentos de casos graves.	ESTRATÉGICO			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Avaliar a necessidade de solicitação de adequações temporárias no RH das unidades.	TÁTICO				<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir o atendimento de urgência, emergência e atenção especializada para os casos graves, de acordo com os protocolos vigentes.	ESTRATÉGICO E TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Seguir as recomendações descritas nas publicações municipais, a respeito da linha de cuidado da Zika no que tange ao acompanhamento da gestante e da criança em que houve transmissão vertical — Guia Rápido de Pré-Natal (https://subpav.org/aps/uploads/publico/repositorio/Guia_R%C3%A1pido_PNAT_(1)_2).pdf) e Fluxograma de Atendimento e Encaminhamento para Suspeita de Infecção por Zika (https://subpav.org/aps/uploads/publico/repositorio/fluxograma_zika.pdf).	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Monitorar as vagas de atendimento especializado, incluindo a reabilitação para as crianças nascidas com microcefalia por infecção congênita pela Zika.	TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Monitorar a adequação da avaliação diagnóstica e do acompanhamento dos pacientes com arboviroses. Isso inclui as especificidades das gestantes com Zika e das crianças com síndrome neurológica pós-infecção da Zika.	TÁTICO E OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Fortalecer a resposta especializada, principalmente em relação ao cuidado dos casos graves.	ESTRATÉGICO E TÁTICO				<input checked="" type="checkbox"/>
A partir da avaliação da pressão assistencial, considerar bloqueio temporário de cirurgias eletivas de acordo com a pressão assistencial por leitos.	ESTRATÉGICO				<input checked="" type="checkbox"/>
Monitorar os hospitais por meio de informações das áreas técnicas envolvidas.	ESTRATÉGICO				<input checked="" type="checkbox"/>
Participar da investigação dos óbitos relacionados às arboviroses, bem como visita às unidades onde ocorreram, para avaliar e qualificar o atendimento.	TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Avaliar a necessidade de ampliação de leitos hospitalares, considerando a reorganização dos leitos da rede pública, bem como a possibilidade de contratação de leitos em unidades privadas.	ESTRATÉGICO				<input checked="" type="checkbox"/>
Monitorar diariamente a capacidade de resposta da rede assistencial por AP, e avaliar a necessidade de implantação de polos de atendimento de dengue e hidratação.	TÁTICO				<input checked="" type="checkbox"/>
Apoiar a reorganização dos serviços pertencentes à Rede de Assistência à Saúde, assim como, se necessário, a ampliação da capacidade da rede especializada de atenção à saúde com recursos adicionais (insumos, materiais e equipes) para atendimento à emergência.	TÁTICO				<input checked="" type="checkbox"/>

AÇÃO	NÍVEL DE EXECUÇÃO	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
EIXO IMUNIZAÇÃO					
Elaborar plano de operações para as ações de vacinação contra a dengue no grupo-alvo indicado, para subsidiar a execução pelas Unidades de Atenção Primária.	OPERACIONAL E TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Apoiar as unidades vacinadoras nas estratégias de captação e vacinação do grupo-alvo para vacinação contra a dengue, integrando comunicação sobre o tema.	OPERACIONAL E TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover suprimento a todas as unidades vacinadoras, de vacinas contra a dengue, de forma oportuna e sustentável, com as boas práticas de rede de frio.	OPERACIONAL E TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Manter monitoramento dos saldos da vacina contra a dengue, para garantir sustentabilidade plena e oferta contínua.	OPERACIONAL E TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover análise e monitoramento das coberturas vacinais por AP, MRJ, para diagnóstico situacional e implementação de microplanos de ação.	OPERACIONAL E TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Manter vigilância dos eventos supostamente atribuíveis à vacinação ou imunização, para acompanhar perfil de reatogenicidade da vacina no grupo-alvo vacinado.	OPERACIONAL E TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
EIXO MOBILIZAÇÃO SOCIAL					
Realizar ações de Promoção da Saúde, Prevenção de arboviroses e Promoção de Saúde Ambiental nas escolas vinculadas às Unidades de Atenção Primária.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Fomentar a realização de ações e projetos no campo da promoção da saúde e prevenção de arboviroses na cidade de forma transversal e interseccional, atentando-se às iniquidades sociais e raciais.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover e monitorar ações educativas e de mobilização social de Promoção da saúde e prevenção de arboviroses por meio das caminhadas, Programa Saúde na Escola, Programa Academia Carioca e Projeto RAP da Saúde.	TÁTICO, ESTRATÉGICO E OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Realizar ações educativas e de mobilização social de promoção da saúde e prevenção de arboviroses pelos adolescentes e jovens do RAP da Saúde, nas Unidades de Atenção Primária em Saúde e seus territórios adscritos.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Qualificar alunos do Curso de Formação de Adolescentes e Jovens Promotores da Saúde — RAP da Saúde sobre prevenção às arboviroses.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
Fomentar e assessorar os Conselhos Municipal e Distritais de Saúde na elaboração de estratégias e iniciativas de prevenção e controle de arboviroses nos territórios.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Avaliar, monitorar, consolidar e sistematizar os dados das ações de educação e de mobilização social em prevenção de arboviroses, bem como o alcance de público.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

AÇÃO	NÍVEL DE EXECUÇÃO	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
EIXO REGULAÇÃO					
Elaborar fluxo de regulação de pacientes suspeitos ou confirmados para arboviroses, a fim de orientar e priorizar, por critérios clínicos definidos em protocolos, o acesso aos leitos nas unidades do SUS localizados no município.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>			
Classificar e agrupar os pacientes pelos critérios de gravidade, a partir da classificação de risco realizada pelas unidades solicitantes.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir a regulação e o transporte de pacientes regulados, de acordo com os protocolos vigentes.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Inserir todos os pacientes com solicitação de internação no Sistema Estadual de Regulação (SER), incluindo os pacientes com demanda judicial (mandado) considerados aptos para a regulação na plataforma "PRIORIZA" do Painel SMS-Rio.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Manter a plataforma "PRIORIZA" do Painel SMS-Rio atualizado pelas equipes de regulação dos plantões diurno e noturno.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Pendenciar as solicitações que não estiverem completas, para proceder à regulação, segundo as definições dos protocolos clínicos. Neste caso, solicitar informações complementares e/ou mudança de perfil de leito no âmbito do SER.	OPERACIONAL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Monitorar os leitos das unidades designadas para atender pacientes com arboviroses, a fim de garantir que todo leito livre operacional seja cedido para a Regulação para atender à demanda da rede.	OPERACIONAL E TÁTICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Monitorar e consolidar o quantitativo de leitos impedidos e os motivos dos impedimentos registrados na plataforma http://smsrio.org/censo informados pelos hospitais da rede do SUS.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Monitorar e consolidar informações sobre a Regulação de Leitos, a saber: taxa de ocupação, leitos disponíveis, impedimentos, solicitações, demandas judicializadas (mandado judicial), tempo moderado de regulação, entre outros.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
EIXO COMUNICAÇÃO					
Realizar ações de assessoria de imprensa a partir de coletivas, releases, briefings, notas de esclarecimento, matérias jornalísticas e entrevistas, sonoras, vídeos e notas no site da SMS-Rio e Diário Oficial do Município.	ESTRATÉGICO		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Desenvolver materiais informativos de divulgação para a população, com linguagem clara e acessível, sobre as medidas de prevenção e controle das arboviroses e como agir em caso de suspeita da doença.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Divulgar para a população as medidas de prevenção e controle das arboviroses realizadas pela SMS-Rio.	OPERACIONAL, TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Desenvolver material informativo para unidades de saúde e secretarias municipais, com orientações de prevenção, controle e como agir em caso de suspeita da doença.	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

AÇÃO	NÍVEL DE EXECUÇÃO	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
Trabalhar em conjunto com outros setores da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para o desenvolvimento de campanhas sobre prevenção e controle de arboviroses.	ESTRATÉGICO		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Subsidiar parcerias com os diferentes segmentos das mídias, como veículos de comunicação em saúde, educação e cidadania, jornais e rádios comunitárias, e redes sociais.	OPERACIONAL, TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Parceria com instituições/empresas de serviço público ou privado para a divulgação de orientações de prevenção e controle de arboviroses.	OPERACIONAL, TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Divulgar informações epidemiológicas e entomológicas para a população, profissionais de saúde e imprensa.	ESTRATÉGICO			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Produzir material informativo com a criação de peças para mídias digitais e impressas, como cartazes, folhetos, banners e conteúdo para site.	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Intensificar o trabalho com a imprensa, com pautas especiais sobre o tema.	ESTRATÉGICO			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Elaborar Plano de Comunicação de Risco com ações de comunicação de acordo com os níveis de emergência.	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>			
Elaborar campanha de conscientização e mobilização da população para redes sociais, de acordo com o nível de emergência.	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Desenvolver e/ou atualizar hotsite ou hub de conteúdo de materiais digitais para serem acessados por diferentes públicos: população, profissionais de saúde, unidades de saúde, parceiros internos e externos.	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Monitorar os canais da SMS-Rio para identificar <i>fake news</i> , rumores e boatos relacionados às arboviroses.	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Desenvolver materiais digitais para combater a desinformação, boatos, rumores e notícias falsas, principalmente em relação ao tratamento e à prevenção aos vetores.	ESTRATÉGICO		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Realizar treinamento de porta-vozes para entrevistas com a imprensa.	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
Intensificar a publicação de materiais digitais nas redes sociais, para orientar sobre o que fazer em caso de sintomas e agravamento de sinais.	ESTRATÉGICO			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Manter lista de porta-vozes e <i>mailing</i> com jornalistas especializados.	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>			
Fazer monitoramento de imprensa em busca de possíveis tendências e notícias sobre arboviroses (<i>clipping</i>).	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Parceria com formadores de opinião, influenciadores, times de futebol e outros, para divulgação de orientações de prevenção, vacinação e mobilizações para controle da emergência.	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Criar e disponibilizar FAQs para a imprensa.	ESTRATÉGICO			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Elaborar materiais em vídeos para redes sociais sobre prevenção, sintomas, tratamentos e outras informações relacionadas às arboviroses.	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

AÇÃO	NÍVEL DE EXECUÇÃO	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
Divulgar materiais e campanhas em mobiliários urbanos.	ESTRATÉGICO			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Estabelecer parceria com a Defesa Civil para disparo de mensagens em SMS com orientações.	ESTRATÉGICO, OPERACIONAL E TÁTICO			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Promover campanhas de vacinação voltadas para os públicos específicos nas redes sociais e com apoio da imprensa.	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Disponibilizar permanentemente materiais informativos sobre os cuidados com arboviroses (site, TV corporativa, redes sociais e outros).	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
EIXO GESTÃO					
Planejar, executar e monitorar as ações integradas de resposta às arboviroses entre as áreas técnicas da Secretaria Municipal de Saúde.	ESTRATÉGICO		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Articular estratégias e mecanismos de cooperação e desenvolvimento de ações intersetoriais e interinstitucionais de resposta às arboviroses.	ESTRATÉGICO		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Apresentar periodicamente a situação epidemiológica e entomológica aos tomadores de decisão.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir a realização das ações do Plano de Contingência Municipal.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Monitorar periodicamente os indicadores, metas e ações estabelecidos por este Plano de Contingência, juntamente às áreas técnicas.	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Divulgar normas técnicas e material educativo (manuais, guias, notas técnicas e informativas).	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Garantir estoque estratégico de insumos necessários à prevenção e ao controle de arboviroses, bem como ao manejo clínico das doenças.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Criar agenda para oficinas, webinários, entre outros, com o objetivo de capacitação e alinhamento das recomendações.	TÁTICO E ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
Verificar a necessidade de atualização de documentos existentes, bem como de produção de novos materiais técnicos e normativas.	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Manter ativas as atividades da Comissão Central de Avaliação dos Óbitos por Arboviroses urbanas.	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Recomendar a implementação de Sala de Situação para monitoramento integrado do cenário epidemiológico.	ESTRATÉGICO			<input checked="" type="checkbox"/>	
Implantar o Comitê de Operações de Emergência (COE) para gestão integrada da Emergência de Saúde Pública.	ESTRATÉGICO				<input checked="" type="checkbox"/>
Apresentar e discutir o Plano Municipal de Contingência no Conselho Municipal de Saúde e em outros fóruns de participação social.	ESTRATÉGICO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

*A Superintendência de Atenção Primária da SMS-Rio é responsável pela coordenação do Plano de Segurança do Paciente. Fonte: Elaboração própria.

6. Indicadores de Monitoramento dos Eixos

INDICADOR	CONCEITO	MÉTODO DE CÁLCULO	FONTE	PARÂMETRO
EIXO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA				
Percentual de casos suspeitos de arboviroses urbanas (dengue e chikungunya) notificados até o quinto dia do início dos sintomas com coleta oportuna para RT-PCR.	Mede a proporção de casos notificados de arboviroses urbanas (dengue e chikungunya) notificados precocemente (até o quinto dia de início dos sintomas) e com investigação laboratorial oportuna por meio de biologia molecular (RT-PCR).	Numerador: Número de casos prováveis de arboviroses urbanas digitados em até 4 dias em relação à data de início dos sintomas no período. Denominador: Número de casos prováveis de arboviroses urbanas notificados no período.	SINAN (NET e Online)	Período não epidêmico > 80%. Período epidêmico (aplicável apenas aos casos graves e óbitos) > 80%
Percentual de casos notificados de arboviroses urbanas digitados oportunamente	Mede a proporção de casos notificados de arboviroses urbanas oportunamente digitados nos sistemas oficiais de informação. A oportunidade compreende a diferença (em dias) entre a data de início dos sintomas e a data da digitação.	Numerador: Número de casos prováveis de arboviroses urbanas digitados em até 4 dias em relação a data de início dos sintomas no período. Denominador: Número de casos prováveis de arboviroses urbanas notificados no período.	SINAN (NET e Online)	Período não epidêmico e epidêmico — Oportuno: < 4 dias Inoportuno: > 5 dias
Proporção de casos suspeitos de arboviroses com coleta de amostra nas unidades sentinelas em relação ao preconizado.	Mede a proporção de casos suspeitos de arboviroses com coleta de amostra nas unidades sentinelas.	Numerador: Número total de suspeitos de arbovirose com coleta. Denominador: Número de coletas preconizadas para o período.	GAL LACEN, SINAN (NET e Online)	Período não epidêmico e epidêmico ≥ 80%
EIXO VIGILÂNCIA LABORATORIAL				
Percentual de casos notificados de arboviroses urbanas encerrados por critério laboratorial.	Mede a proporção de casos notificados de Arboviroses urbanas com encerramento por critério laboratorial, confirmado por um ou mais dos seguintes testes: ELISA NS1 Reagente; RT-qPCR detectável até o quinto dia de início de sintomas da doença; detecção de anticorpos IgM ELISA a partir do sexto dia de início de sintomas da doença.	Numerador: Número de casos notificados de arboviroses urbanas com encerramento por critério laboratorial no período. Denominador: Número de casos prováveis de arboviroses urbanas notificados no período.	SINAN (NET e Online)	Período não epidêmico > 80%. Período epidêmico (aplicável apenas aos casos graves e óbitos) > 80%
EIXO MANEJO INTEGRADO DE VETORES				
Visitas direcionadas aos casos de arboviroses realizadas oportunamente.	Mede a proporção de visitas direcionadas aos casos de arboviroses realizadas oportunamente e digitadas nos sistemas de informação de vigilância em saúde ambiental. A oportunidade de ação é contada por 10 dias a partir da data de início dos sintomas do paciente.	Numerador: Visitas realizadas oportunamente. Denominador: Número de casos prováveis arboviroses.	IPP/ Siurb/ Vigidados e SINAN	≥ 75%

INDICADOR	CONCEITO	MÉTODO DE CÁLCULO	FONTES	PARÂMETRO
Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial das arboviroses.	Mede a cobertura dos imóveis programados no que se refere às visitas domiciliares dos agentes de saúde realizadas para prevenção e controle das arboviroses urbanas transmitidas pelo <i>Aedes aegypti</i> .	Numerador: Número de imóveis informados em cada ciclo de rotina. Denominador: Número de imóveis da base do RG programados.	IPP/ Siurb/ Vigidos	4 ciclos com mínimo de 80% de cobertura
Percentual de armadilhas de postura (ovitrampas) utilizadas no monitoramento entomológico do <i>Aedes</i> instaladas, retiradas e enviadas para a análise laboratorial.	Mede o percentual de ovitrampas instaladas, retiradas e enviadas para análise laboratorial utilizadas no monitoramento entomológico do <i>Aedes</i> .	Numerador: Ovitampas instaladas, retiradas e enviadas para análise. Denominador: Ovitampas programadas.	IPP/ Siurb/ Vigidos e/ou planilha de ovitrampas	≥ 90%
Índice de pendência.	Mede o percentual de imóveis não visitados para prevenção e controle das arboviroses.	Numerador: Número de imóveis fechados. Denominador: Número de imóveis informados.	IPP/ Siurb/ Vigidos	< 25%
EIXO ASSISTÊNCIA				
Percentual de profissionais capacitados para o manejo clínico das arboviroses.	Mede o percentual de profissionais capacitados por unidades de atenção primária da rede de atenção.	Numerador: Números de profissionais médicos e enfermeiros capacitados. Denominador: Número de profissionais médicos e enfermeiros lotados na UAP.	Banco de Dados do Centro de Estudos das AP	90% a 100%
Percentual de unidades de reposição volêmica com fluxo estabelecido para a realização de hemograma com resultado em menos de duas horas.	Mede a proporção de unidades de reposição volêmica com capacidade para monitorar oportunamente todos os casos que necessitem de acompanhamento laboratorial.	Numerador: Número de unidades de reposição volêmica com fluxo estabelecido para a realização de hemograma com resultado em menos de duas horas. Denominador: Número total de unidades de reposição volêmica implantadas.	Banco de Dados da Plataforma de Ensino da SUBPAV	100%
EIXO REGULAÇÃO				
Número de Protocolo de Regulação de Urgência e Emergência para pacientes com dengue.	Mede a organização da rede de saúde e a regulação para o atendimento dos casos de dengue com indicação de internação hospitalar.	N/A	Publicação pelo CGCR	1 Protocolo de Regulação; Regulação de Urgência e Emergência para pacientes com dengue
Percentual de solicitações de internação para pacientes com dengue reguladas em até 24 horas.	Mede a capacidade da regulação em atender às demandas de internação de pacientes com dengue e indicação de hospitalização.	Numerador: Solicitações no SER para internação/transferência de pacientes com dengue oriunda de unidade pré-hospitalar com status reservado em até 24 horas da solicitação no SER. Denominador: Total de solicitações no SER para internação/transferência de pacientes com dengue oriunda de unidade pré-hospitalar.	SER	90%

INDICADOR	CONCEITO	MÉTODO DE CÁLCULO	FONTE	PARÂMETRO
EIXO IMUNIZAÇÃO				
Percentual de vacinados com esquema completo da vacina contra a dengue.	Mede a cobertura vacinal dos vacinados.	Numerador: Número de doses aplicadas (D2) da vacina contra a dengue. Denominador: Número de indivíduos do grupo-alvo indicado.	SIPNI/ DPNI/MS	≥ 90%
EIXO GESTÃO				
Número de planos municipais de contingência de arboviroses causadas por vírus transmitidos pelo <i>Aedes Aegypti</i> aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde.	Mede a participação do controle social na preparação do município.	N/A	Resolução do Conselho Municipal de Saúde	1 Plano de Contingência aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde

7. Sala de Situação

A criação da Sala de Situação em saúde é importante e recomendada para o acompanhamento detalhado de um determinado cenário. Nesse ambiente, são elaboradas estratégias para monitorar e analisar atividades, acompanhar e discutir dados acerca do comportamento das doenças, para a disseminação de informações e a execução de atividades específicas.

A Sala de Situação é caracterizada como um espaço físico e virtual, dotado de visão integral e intersetorial, em que os dados de saúde e doença são analisados por uma equipe técnica, que indica a situação da saúde em uma região definida, possibilitando a análise de informações que subsidiam a tomada de decisões visando à melhora das condições de saúde (BRASIL, 2022).

Os dados levantados e analisados na Sala de Situação dão embasamento para a elaboração de estratégias, direcionando uma melhora contínua à gestão dos planos de contingência. A partir das informações levantadas pelos componentes de um plano de contingência (gestão, vigilância epidemiológica, vigilância laboratorial, manejo integrado de vetores, assistência em saúde, regulação, comunicação e mobilização social) são conjugados conhecimentos para compreender o processo saúde-doença, prever as necessidades, identificar as condições de risco e orientar a definição de prioridades e a utilização de recursos disponíveis para planejar e administrar os sistemas de saúde.

As principais atribuições de uma Sala de Situação em saúde são:

- Apoiar no planejamento de ações;
- Realizar o monitoramento do cenário epidemiológico;
- Detectar alteração do padrão epidemiológico;
- Pode ser permanente ou temporária;
- Pode indicar a ativação de um COE.

8. Centro de Operações de Emergência (COE)

O Centro de Operações de Emergência (COE) é uma estrutura organizacional que pode ser ativada numa emergência com o objetivo de promover a resposta coordenada por meio da articulação e da integração dos atores envolvidos. Sua ativação tem como finalidade coordenar as ações de resposta a emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS. Vale destacar que as ações descritas neste Plano de Contingência são independentes da ativação do COE, de forma que as orientações descritas se aplicam a cada cenário de risco apresentado.

As principais atribuições do COE são:

- Definir e coordenar as estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento da emergência em saúde pública por Arboviroses por meio da articulação e da integração dos atores envolvidos;
- Planejar, organizar, coordenar e monitorar as ações de enfrentamento à emergência de saúde pública por Arboviroses;
- Elaborar protocolos e procedimentos para a resposta à emergência de saúde pública por Arboviroses;
- Analisar os dados e as informações relacionados à situação epidemiológica de emergência de saúde pública por Arboviroses, para subsidiar a tomada de decisões dos gestores;
- Divulgar informações relacionadas à emergência de saúde pública por Arboviroses;
- Orientar sobre as medidas protetivas para o município do Rio de Janeiro;
- Articular com outras instituições ou esferas de gestão.

Para a ativação do COE, deve ser realizada avaliação em conjunto pelas áreas técnicas envolvidas na resposta e encaminhada ao Secretário Municipal de Saúde, responsável pela tomada de decisão estratégica. A desativação do COE, por sua vez, dependerá dos critérios que motivaram a ativação.

Como observado no Plano de Contingência, o COE e a Sala de Situação podem ser implantados para fortalecer a resposta às Emergências em Saúde Pública por arboviroses.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Guia de vigilância em saúde: volume 3** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde e Ambiente. — 6. ed. — Brasília : Ministério da Saúde, 2023. 3 v. : il. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_6ed_v3.pdf. Acesso em: 3 de novembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. **Guia para diagnóstico laboratorial em saúde pública: orientações para o sistema nacional de laboratórios de saúde pública** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. — Brasília : Ministério da Saúde, 2021. 363 p. : il. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/comunicacao/guia-para-diagnostico-laboratorial-em-saude-publica.pdf/view>. Acesso em: 3 de novembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Diretrizes nacionais para prevenção e controle de epidemias de dengue** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. — Brasília : Ministério da Saúde, 2009.]

RIO DE JANEIRO (RJ). Secretaria Municipal de Saúde. **Plano municipal de atenção às redes de urgência e emergência do Sistema Único de Saúde do Rio de Janeiro: 2021 a 2024** / Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. -- Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, 2022.

RIO DE JANEIRO (RJ). Secretaria Municipal de Saúde. Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde. **Carteira de serviços da atenção primária: abrangência do cuidado** / Secretaria Municipal de Saúde. Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde ; [organização] Superintendência de Atenção Primária. -- 3. ed. rev. atual. e aum. -- Rio de Janeiro, RJ : Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, 2021.

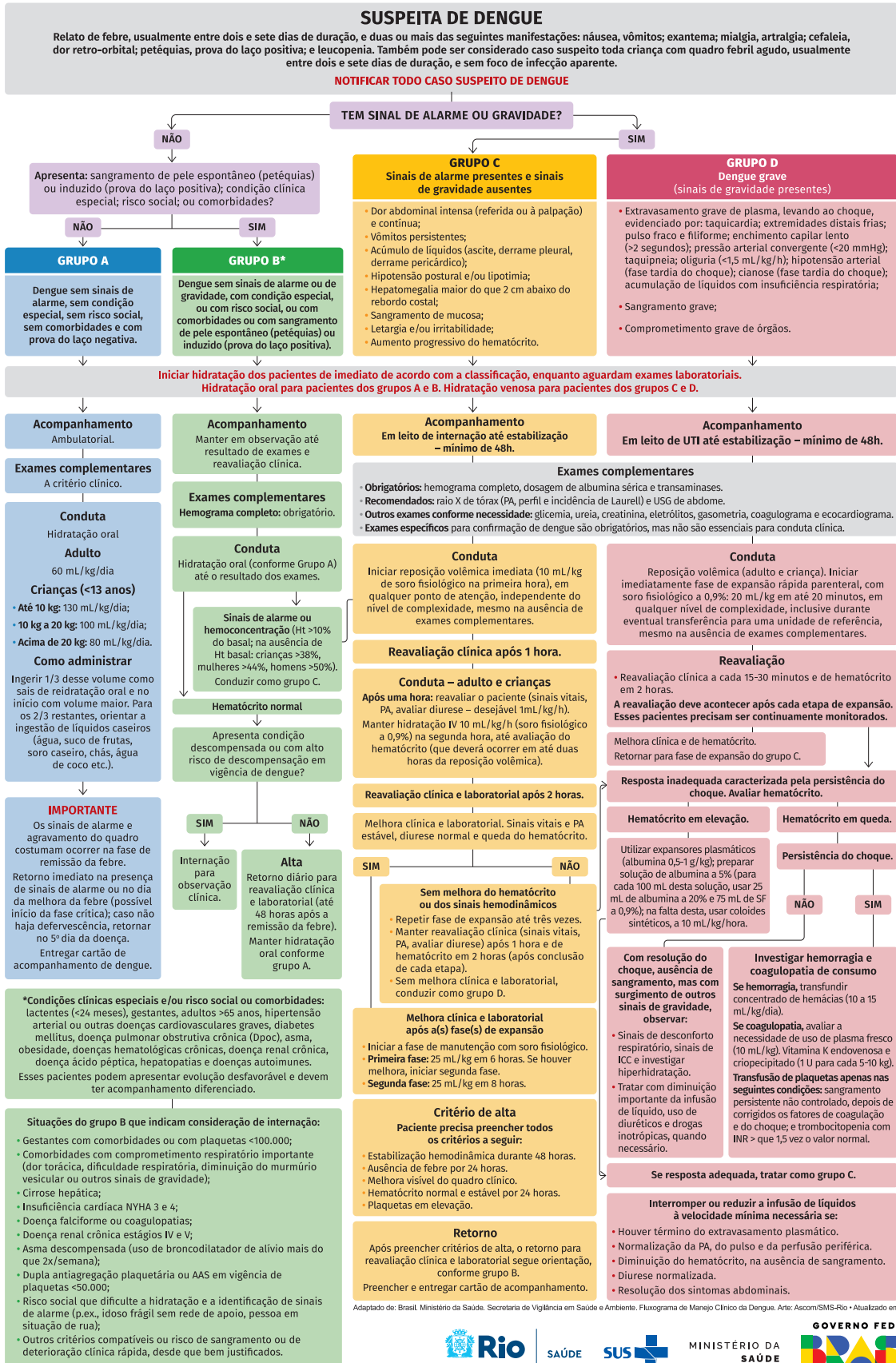
RIO DE JANEIRO (RJ). Secretaria Municipal de Saúde. Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde. **Fluxograma de atendimento e encaminhamento para suspeita de infecção por Zika**. Disponível em: https://subpav.org/aps/uploads/publico/repositorio/fluxograma_zika.pdf. Acesso em: 24 de janeiro de 2024.

RIO DE JANEIRO (RJ). Secretaria Municipal de Saúde. Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde. **Guia rápido pré-natal : atenção primária à saúde** -- 3. ed. -- Prefeitura do Município do Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, 2022.

RIO DE JANEIRO (RJ). Secretaria Municipal de Saúde. Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde. [organização] Superintendência de Vigilância em Saúde. **Guia de Atribuições e Competências da Rede Municipal de Vigilância em Saúde**. -- Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, 2022.

Anexos

DENGUE: MANEJO DO PACIENTE



DENGUE: MANEJO DO PACIENTE NA APS

PACIENTE COM FEBRE AFERIDA OU RELATADA

Definição de caso:

- Febre e dois ou mais dos seguintes:
 - Náusea e/ou vômitos;
 - Exantema;
 - Mialgia e/ou artralgia;
 - Cefaleia e/ou dor retro-orbital;
 - Petéquias e/ou prova do laço positiva;
 - Leucopenia.

Crianças com quadro febril agudo (2 a 7 dias) sem foco de infecção aparente.

Todo paciente que preenche critérios de definição de caso deve ser notificado.

*****Condições clínicas especiais e/ou risco social ou comorbidades:**

- Lactentes (< 2 anos);
- Gestantes;
- Idosos (> 65 anos);
- Comorbidades:
 - Hipertensão arterial;
 - Doenças cardiovasculares graves;
 - Diabetes mellitus;
 - Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC);
 - Asma;
 - Obesidade;
 - Doenças hematológicas crônicas;
 - Doença renal crônica;
 - Doença ácido-péptica;
 - Hepatopatias;
 - Doenças autoimunes;
- Situação social que dificulta o cuidado domiciliar da dengue (p.ex., idoso com rede de apoio frágil).

***Sinais de choque:**

- Taquicardia;
- Extremidades distais frias;
- Pulso fraco e filiforme;
- Enchimento capilar lento (>2seg);
- Pressão arterial convergente (<20mmHg);
- Taquipneia;
- Oligúria (<1,5ml/kg/h);
- Hipotensão arterial (fase tardia do choque);
- Cianose (fase tardia do choque);
- Acúmulo de líquidos com insuficiência respiratória;
- Sangramento grave.

****Sinais de alarme:**

- Dor abdominal intensa (referida ou à palpação) e contínua;
- Vômitos persistentes;
- Acúmulo de líquidos (ascite, derrame pleural, derrame pericárdico);
- Hipotensão postural e/ou lipotímia;
- Hepatomegalia (>2cm abaixo do rebordo costal);
- Sangramento de mucosa;
- Letargia e/ou irritabilidade;
- Aumento progressivo do hematócrito.

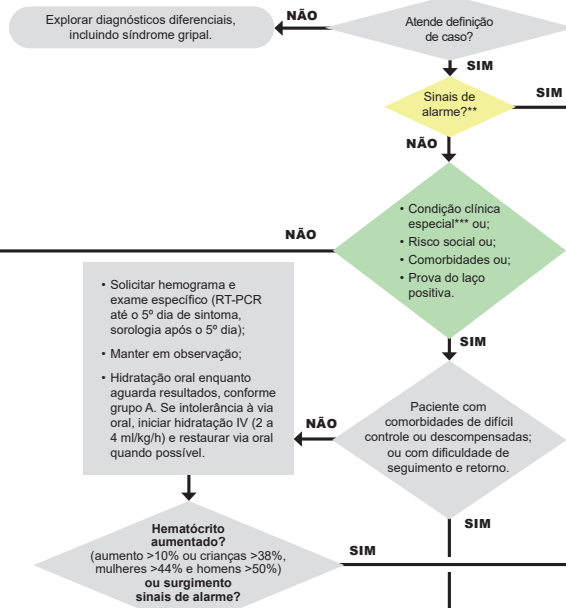
Explorar sinais e sintomas: Atentar aos critérios definidores de caso!

Sinais e sintomas:

- Febre;
- Náusea;
- Vômitos;
- Exantema;
- Mialgia;
- Artralgia;
- Cefaleia;
- Dor retro-orbitária;
- Petéquias.

Exame físico:

- Sinais vitais e estado geral;
- Realizar prova do laço;
- Exame abdominal;
- Sangramento;
- Estado mental.



Grupo A

Acompanhamento:

- Ambulatorial

Exames complementares:

- Hemograma completo a critério clínico;
- Exame específico:
 - RT-PCR até o 5º dia de sintoma;
 - Sorologia após o 5º dia.

Manejo:

- Hidratação oral (prescrita para o paciente) sendo 1/3 com soro de reidratação oral e os 2/3 restantes com ingestão de líquidos caseiros (água, suco de frutas, chás, água de coco, etc.). Orientar que o primeiro 1/3 seja feito de preferência nas primeiras 4 a 6 horas.
 - Adultos: 60 a 80ml/kg/dia;
 - Crianças: precoce e abundante. Sugestão de volume:
 - » até 10 kg: 130 ml/kg/dia;
 - » de 10 a 20 kg: 100 ml/kg/dia;
 - » acima de 20 kg: 80 ml/kg/dia.
- Repouso;
- Manter a hidratação oral por até 24-48 horas após o 1º dia sem febre;
- Antitérmicos e analgésicos (Dipirona ou paracetamol)
- Antieméticos, se necessário;
- Entregar cartão de acompanhamento e prescrição;
- Notificar e informar ao Agente de Vigilância em Saúde.

Retorno:

- Imediato na presença de sinais de alarme;
- Reavaliação no 1º dia sem febre ou no 5º dia de doença.

Grupo B1

Acompanhamento:

- Ambulatorial

Exames complementares:

- Hemograma diário

Manejo:

- Seguir manejo do grupo A;
- Notificar e informar ao AVS.

Retorno:

- Imediato na presença de sinais de alarme;
- Reavaliação diária até 48h sem febre.

Grupo B2

- Considerar chamar vaga zero urgência;
- Hidratação oral conforme grupo A. Se intolerância à via oral, iniciar hidratação IV (2 a 4 ml/kg/h) e restaurar via oral quando possível;
- Notificar e informar ao Agente de Vigilância em Saúde.

Grupo C

- Chamar vaga zero urgência;
- Hidratação adultos e crianças: solução salina isotônica IV 10ml/kg/h em 2h;
- Notificar e informar ao Agente de Vigilância em Saúde.

GRUPO D

- Chamar vaga zero emergência UTI móvel;
- Hidratação adultos e crianças- solução salina isotônica IV 20ml/kg em até 20 minutos. Repetir até 3x se necessário;
- Explorar história e exame físico, se necessário com apoio do acompanhante;
- Se preencher os critérios de definição de caso, notificar e informar ao Agente de Vigilância em Saúde.

Como fazer a prova do laço: Verificar a PA (deitada ou sentada); Calcular o valor médio: (PAS+PAD)/2; Insuflar novamente o manguito até o valor médio e manter por cinco minutos em adulto (em criança, 3 minutos) ou até o aparecimento de micro petéquias ou equimoses; Desenhar um quadrado de 2,5 cm (ou uma área ao redor da falange distal do polegar) no antebraço; Contar o número de micro petéquias no quadrado. A prova será positiva se houver 20 ou mais petéquias em adultos e 10 ou mais em crianças.

Seguimento do paciente:

- Checar resultados dos exames específicos;
- Avaliar dor (ver material técnico "Arboviroses: manejo da dor" na plataforma SUBPAV);
- Avaliar sangramento e petéquias;
- Avaliar febre e sinais de alarme;
- Preencher cartão de acompanhamento;
- Orientar questões ambientais, busca de criadouros, uso de repelente etc.;
- Prescrever o volume de líquidos para o paciente.

***Consultar material Ministério da Saúde "Dengue: diagnóstico e manejo clínico adulto e criança" para conduta em condições clínicas especiais (cardiopatas e hipertensos, usuários de antiagregantes plaquetários e anticoagulantes).**



SAÚDE

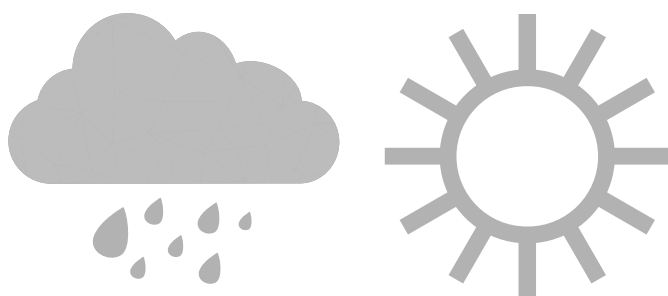


ANEXO V

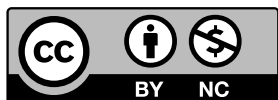
SMS - PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA DE DESASTRES NATURAIS 2024-2026



PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA DE DESASTRES NATURAIS 2024-2026



PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA DE DESASTRES NATURAIS 2024-2026



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons — Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra é da área técnica que elaborou o conteúdo do livro.

© 2024 Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) // Secretaria Municipal de Saúde (SMS-Rio) // Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde (SUBPAV) // Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS)
Rua Afonso Cavalcanti, 455, 8.º andar — Cidade Nova — Rio de Janeiro/RJ — CEP: 20211-110
<http://saude.prefeitura.rio/>

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Eduardo Paes

Secretário Municipal de Saúde

Daniel Soranz

Subsecretário Executivo

Rodrigo de Sousa Prado

Subsecretária Geral

Fernanda Adães Britto

Subsecretário de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde

Renato Cony Seródio

Superintendente de Integração de Áreas de Planejamento

Emanuelle Pereira de Oliveira Corrêa

Superintendente de Promoção da Saúde

Denise Jardim de Almeida

Superintendente de Vigilância em Saúde

Gislani Mateus Oliveira Aguiar

Superintendente de Atenção Primária

Larissa Cristina Terrezo Machado

Coordenador Geral do Complexo Regulador

David Tebaldi Marques

Coordenador de Vigilância em Saúde Ambiental

Rafael do Nascimento Pinheiro

Coordenador de Vigilância Epidemiológica

Flávio Dias

Coordenador de Informação Estratégica de Vigilância em Saúde

Caio Luiz Pereira Ribeiro

Coordenadora do Programa de Imunizações

Nadja Greffe

Coordenadora do Centro de Inteligência Epidemiológica

Caroline Dias Ferreira

Elaboração

Aline da Silva Barbosa Ferreira

Amanda Pereira Espindola

Caio Luiz Pereira Ribeiro

Gislani Mateus Aguiar

José Carlos Ortiz Junior

Rafael do Nascimento Pinheiro

Colaboração

Aline da Silva Barbosa Ferreira

Amanda Pereira Espindola

Ana Maria Fernandes da Silva

Carla Ribeiro

Caio Luiz Pereira Ribeiro

Caroline Dias Ferreira

Cassio Serrão

Cleomar Alves

Flávio Dias

Gislani Mateus Aguiar

Giselle dos Santos Barbosa Teixeira

Heloisa Ferreira dos Santos Corrêa

José Alfredo Cavalcante Padilha

José Carlos Ortiz Junior

Larissa Cotrofe Santoro Nasser

Mariana Marcial Gomes

Nadja Greffe

Poliana Hilário Magalhães

Rafael do Nascimento Pinheiro

Rossana Helena Passos Espíndola

Assessoria de Comunicação Social da SMS-Rio

Paula Fiorito

Cláudia Ferrari

Supervisão Editorial

Aluisio Bispo

Capa

Luciano Freitas

Projeto Gráfico e Diagramação

Sandra Araujo

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de saúde
ADAN-SUS	Avaliação de Danos do Sistema de Saúde
AVS	Agente de Vigilância em Saúde
AP	Área de Planejamento
APS	Atenção Primária à Saúde
ASIS	Análise de Situação de Saúde
CAP	Coordenadoria Geral de Atenção Primária
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CER	Centro de Emergência Regional
CF	Clínica da Família
CID-10	Classificação Internacional de Doenças
CIE	Coordenação de Inteligência Epidemiológica
CIEVS	Coordenação de Informação Estratégica de Vigilância em Saúde
CMS	Centro Municipal de Saúde
CMR	Centro Municipal de Reabilitação
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
COBRADE	Classificação e Codificação Brasileira de Desastres
COE	Comitê de Operações de Emergência
COR	Centro de Operações Rio
CPI	Coordenação do Programa de Imunizações
CVSA	Coordenação de Vigilância em Saúde Ambiental
DDA	Doença Diarreica Aguda
DTA	Doença Transmitida por Água e Alimentos
ESP	Emergência em Saúde Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Índice de Calor
IPP	Instituto Pereira Passos

IVISA	Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária
MRJ	Município do Rio de Janeiro
MS	Ministério da Saúde
NC	Níveis de Calor
NHVE	Núcleo Hospitalar de Vigilância Epidemiológica
NUPDEC	Núcleo de Proteção e Defesa Civil
PCRJ	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
RAS	Rede de Atenção à Saúde
RENAVEH	Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica Hospitalar
SER	Sistema Estadual de Regulação
SES/RJ	Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Rio de Janeiro
SINAN/NET	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINPDEC	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
SISREG	Sistema de Regulação
SIURB	Sistema Municipal de Informações Urbanas
SMAC	Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Clima
SMS-Rio	Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro
SS	Sala de Situação
SUBPAV	Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde
SUBPDEC	Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil
SUS	Sistema Único de Saúde
SVS	Superintendência de Vigilância em Saúde
UAP	Unidade de Atenção Primária
UAPP	Unidade de Atenção Primária Prisional
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVOS	8
3. CENÁRIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	8
3.1. Síntese geográfica	8
3.2. Urbanização	9
3.3. Eventos climáticos	9
3.4. Características sociodemográficas	10
3.5. Riscos ambientais	12
4. DESASTRES E SUAS TIPOLOGIAS	14
5. REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE (RAS) DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	15
5.1. Unidades de saúde de referência	16
5.1.1. Unidades de Atenção Primária à Saúde	16
5.1.2. Unidades de atendimento especializado (média e alta complexidade)	17
5.1.3. Atenção psicossocial	19
5.1.4. Atendimento a queimados	22
5.1.5. Atendimento a radioacidentados	22
5.1.6. Atendimento a acidentes por animais peçonhentos	22
6. IMPACTOS DE DESASTRES NATURAIS PARA SAÚDE HUMANA	24
6.1. Leptospirose	26
6.2. Tétano	26
6.3. Hepatite A	27
6.4. Animais peçonhentos	28
6.5. Arboviroses urbanas transmitidas pelo <i>Aedes aegypti</i>	29
6.6. Surtos	31
6.7. Doenças crônicas não transmissíveis	31
6.8. Riscos e agravos à saúde associados a ondas de calor	32
7. O MRJ NA PREPARAÇÃO, ALERTA E RESPOSTA AOS DESASTRES	34
7.1. Atuação intersetorial entre os órgãos de resposta aos desastres	34

8. GESTÃO DE RISCOS PARA DESASTRES.....	36
9. CLASSIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE RISCO	37
10. SALA DE SITUAÇÃO (SS) DO SETOR SAÚDE	38
11. CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA (COE)	39
12. AÇÕES E RECURSOS NECESSÁRIOS COM BASE NA GESTÃO DE RISCOS PARA DESASTRES	39
12.1. Preparação	40
12.2. Monitoramento, alerta e comunicação	42
12.3. Resposta.....	42
12.4. Reabilitação	46
13. COORDENAÇÃO DO PROGRAMA VIGIDESASTRES DO MRJ.....	48
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICES.....	49
Apêndice 1. Relação de unidades de saúde em áreas vulneráveis aos eventos geológicos e hidrológicos.....	49
Apêndice 2. Formulários de ocorrência e monitoramento dos desastres.....	53
Apêndice 3. Dispensação e utilização de desinfetante de água para consumo humano (hipoclorito de sódio 2,5%).....	58
Apêndice 4. Classificação Internacional de Doenças (CID) para os principais eventos de desastres	60
Apêndice 5. Eventos relacionados aos desastres ocorridos nos últimos 5 anos.....	60
ANEXOS	79
Anexo 1. Pluviosidade	79
Anexo 2. Matriz de Atividades x Responsabilidades	81
Anexo 3. Relação dos pontos de apoio definidos pela Defesa Civil no MRJ	83

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Plano de Contingência de Desastres Naturais 2024-2026 elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município do Rio de Janeiro (SMS-Rio), que estabelece ações de resposta às Emergências em Saúde Pública (ESP) relacionadas aos desastres de origem natural, abrangendo ações de vigilância, assistência, prevenção e controle de doenças e agravos à saúde.

A atuação em situações de desastres no âmbito da saúde deve ter foco absoluto nos danos e suas origens, integrando todo o sistema de saúde e criando um método de colaboração intersetorial e interinstitucional voltado para a redução dos impactos das emergências ou desastres.

A SMS-Rio atua fortemente na área de Vigilância em Saúde e na Atenção Primária, por meio de ações e serviços de promoção, prevenção, assistência de urgência e emergência, reabilitação e tratamento de doenças, colocando em prática um conjunto articulado de ações destinadas a controlar e minimizar determinantes, riscos e danos à saúde da população no território.

O Plano de Contingência se insere nas ações de gestão de risco enquanto objeto para a organização dos serviços de saúde e no desenvolvimento de políticas de prevenção, preparação, resposta e reabilitação às emergências em saúde pública, devendo ser avaliado e revisado sempre que houver necessidade, considerando as tipologias dos eventos, as doenças e agravos decorrentes de desastres, e novas evidências científicas.

1. INTRODUÇÃO

Desastres são eventos que resultam em interrupção do funcionamento normal de uma comunidade ou sociedade e excedem sua capacidade em lidar com a situação utilizando seus próprios recursos. Envolvem perdas materiais e econômicas, danos ambientais e à saúde da população, com ocorrência de doenças e agravos que podem resultar no aumento da morbidade, mortalidade, incapacidades e óbitos (Eird,[S.I]; Narváez *et al.*, 2009).

As pessoas sempre estarão sujeitas à ocorrência de algum tipo de desastre, e evitar ou diminuir seu impacto é o grande desafio. O meio de enfrentamento começa necessariamente pelo conhecimento dos riscos implicados na dinâmica do território, para, a partir daí, desencadear ações com a finalidade de controlá-los ou diminuir as vulnerabilidades e aumentar a resiliência das comunidades.

Embora possamos identificar e caracterizar os desastres, é importante observar que cada um deles tem sua particularidade em relação ao tipo de evento, sua complexidade considerando o tamanho da área afetada, as características da população exposta e as diferentes condições socioambientais presentes no território, fatores que podem afetar de formas variadas a saúde da população.

A gestão de risco de desastres exige um processo de antecipação, planejamento e preparação para resposta, envolvendo os diferentes setores e, às vezes, todas as esferas de governo (municipal, estadual e federal), bem como a sociedade organizada e as comunidades suscetíveis.

Nesse processo, a organização governamental municipal é de fundamental importância, sendo este o primeiro respondedor, seja na ocorrência de desastres naturais ou tecnológicos e de seus impactos sobre a saúde humana, ao meio ambiente e a bens materiais.

Para o setor de saúde, em seu escopo de atuação, ocorrências de desastres deflagram processos de exposição humana a situações de risco e suas consequências — doenças de veiculação hídrica e alimentar, acidentes com animais peçonhentos, traumas, afogamentos, e questões secundárias aos desastres, como as doenças coronarianas, psíquicas e outras. No Município do Rio de Janeiro (MRJ), as Áreas de Planejamento (AP) devem construir seus planos específicos de preparação e respostas aos desastres com base no Plano de Contingência de Desastres Naturais da Cidade do Rio de Janeiro. Essa construção, de caráter intra e intersetorial, deverá ser um desdobramento do plano municipal no nível local.

2. OBJETIVOS

- Estabelecer e detalhar a utilização de protocolos e procedimentos comuns para a gestão de risco às emergências em saúde pública por desastres.
- Estabelecer a Sala de Situação (SS) e o Comitê de Operações de Emergência (COE), como premissa para a organização do setor saúde frente às emergências em saúde pública por desastres naturais.
- Manter atualizados planos, protocolos e procedimentos necessários para subsidiar as ações de resposta.
- Estabelecer ferramentas de coleta de dados ambientais e epidemiológicos na ocorrência de eventos relacionados a desastres.

3. CENÁRIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

3.1. SÍNTESE GEOGRÁFICA

A diversidade topográfica do Rio de Janeiro se estende à cobertura vegetal. Florestas recobrem encostas, e espécies remanescentes de mata atlântica são preservadas no Parque Nacional da Tijuca. Mata de baixada, restingas e manguezais são preservadas nas áreas de proteção ambiental de Grumari e Prainha. A cidade está situada a 22°54'23" latitude sul e 43°10'21" longitude oeste. É cercada pelo oceano Atlântico ao sul, pela Baía de Guanabara a leste e pela Baía de Sepetiba a oeste. Suas divisas marítimas são mais extensas que as terrestres. O relevo carioca está filiado ao sistema da Serra do Mar, recoberto pela floresta da Mata Atlântica. É caracterizado por contrastes marcantes, montanhas e mar, florestas e praias, paredões rochosos subindo abruptamente de baixadas extensas, e apresenta três importantes grupos montanhosos, mais alguns conjuntos de serras menores e morros isolados em meio a planícies circundadas por esses maciços principais. Além disso, a cidade apresenta uma importante rede hidrográfica com rios, lagoas e seu extenso litoral, calculado em 246.22km, que se divide em três setores: Baía de Guanabara, Oceano Atlântico propriamente dito e Baía de Sepetiba.

O clima é do tipo tropical, caracterizado por calor e umidade, embora apresente variações locais devido às diferenças de altitude, cobertura vegetal e proximidade com o oceano. A temperatura média anual gira em torno de 22 graus Celsius, mas no verão, em média, as temperaturas diurnas podem atingir entre 30 e 32 graus. No entanto, com as mudanças climáticas, tem-se observado aumento importante das temperaturas médias da cidade, com sensação térmica superior a 50°C em determinadas regiões. A variação pluviométrica anual varia de 1.200 a 1.800mm (Anexo 1). Durante os quatro meses do chamado alto verão, de dezembro a março, os dias são muito quentes, seguidos frequentemente por tardes ensolaradas, nas quais chuvas intensas e curtas são comuns.

O substrato rochoso do Rio de Janeiro é formado basicamente por rochas metamórficas e rochas ígneas geradas em profundidade na crosta terrestre há mais de 570 milhões de anos, com predomínio de gnaisses, migmatitos e granitos. Esse contexto geológico apresenta uma variedade de estruturas geológicas que muito influenciam na geração dos deslizamentos, principalmente por meio da ocorrência de fraturas, falhas, dobras e foliações nas rochas.

3.2. URBANIZAÇÃO

O Rio de Janeiro cresceu entre o mar, os morros e a floresta. A forte presença de elementos da natureza no meio urbano e a importância que estes conferem à sua paisagem, que qualifica e distingue a cidade, contribuíram para formar sua identidade urbana. O ambiente urbano do Rio de Janeiro é composto de manchas de ocupação formal e informal em constante processo de expansão e conurbação, que envolvem os três grandes maciços florestais: Maciço da Tijuca, Maciço da Pedra Branca e Maciço de Gericinó-Mendanha. Estas manchas de ocupação surgiram e se consolidaram gradativamente, interligadas por corredores de circulação instalados ao longo do processo de ocupação e urbanização da cidade.

A cidade possui características heterogêneas, tanto em termos sociais como em termos econômicos e culturais, englobando aspectos específicos em relação à produtividade, infraestrutura, espaços de lazer e segurança. Já a heterogeneidade da matriz urbana é resultado de processos ecológicos e sociais, locais e regionais, ocorridos ao longo do tempo, e compreende praias arenosas, afloramentos e escarpas rochosas, planícies densamente ocupadas, aglomerados de edificações e arranha-céus, grandes fragmentos de florestas tropicais ainda preservados, comunidades debruçadas nas encostas e extensos loteamentos nas áreas de baixada, manguezais, restingas e ecossistemas de zonas úmidas remanescentes.

3.3. EVENTOS CLIMÁTICOS

É intrinsecamente vulnerável a eventos climáticos extremos, devido às suas características geográficas. A topografia acidentada e a probabilidade de chuvas intensas aumentam os riscos de deslizamentos, inundações e alagamentos. Além disso, a metrópole enfrenta os impactos de um desenvolvimento urbano não planejado. Isso se traduz na crescente impermeabilização do solo, com a redução de áreas verdes, que antes permitiam a drenagem natural das águas pluviais, e nas construções em áreas de risco, principalmente em morros e encostas, tornando-as propensas a deslizamentos e colapsos. Diante das mudanças climáticas globais, tornam-se crescentes as ondas de calor (temperaturas extremas), com grande probabilidade de haver, ao longo do tempo, aumento do volume e da intensidade deste tipo de evento e outros associados.

Portanto, a combinação de fatores geográficos, urbanização desordenada e mudanças climáticas ressalta a necessidade urgente de medidas eficazes de mitigação, prevenção e resposta a eventos climáticos extremos na cidade, como as chuvas intensas e ondas de calor.

3.4. CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS

O Rio de Janeiro é a segunda maior cidade do Brasil. Possui pouco mais de 6 milhões de habitantes, e destes, cerca de 22% residem em favelas, sendo, em sua maioria, populações racializadas. Segundo dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, mais da metade da população carioca (54,3%) é negra (preta ou parda).

Os desastres tendem a afetar desproporcionalmente as áreas de menor renda, e seus impactos são sentidos de forma desigual. Populações vulnerabilizadas, historicamente marginalizadas que vivem em áreas periféricas de grandes cidades sofrem mais severamente com os efeitos de eventos climáticos extremos.

Dado o contexto, considerar o aspecto social, racial e ambiental é fundamental para desenvolver ações que possam mitigar as desigualdades entre diversos grupos populacionais, e garantir que subgrupos mais vulneráveis não enfrentem desvantagens constantes no acesso aos serviços de saúde, nem tenham sua capacidade de atingir condições adequadas de saúde comprometida, especialmente durante crises climáticas e sanitárias.

Quadro 1. Características gerais

População 2022¹	6.221.423 habitantes
Densidade demográfica²	5.556 habitantes/km ²
RA com maior densidade demográfica (XVII — Rocinha)³	48.258 habitantes/km ²
RA com menor densidade demográfica (XVI — Guaratiba)³	809 habitantes/km ²
Pessoas Residentes por Sexo Masculino⁴	45,6%
Pessoas Residentes por Sexo Feminino⁴	54,4%

Fontes: (1) IBGE — CENSO 2022 divulgado em junho de 2023; (2) IPP 2018; (3) Maior e menor densidade demográfica segundo as RAs (RA = Região Administrativa: formadas por um ou mais bairros da cidade com fins administrativos, sendo ao todo 33 unidades); (4) IBGE — PNADC 4.º trimestre 2019.

Tabela 1. População do MRJ por raça/cor, 2000, 2010 e 2022

RAÇA/COR	2000	2010	2022
Branca	3.429.101	3.239.888	2.821.619
Preta	552.715	708.148	968.428
Amarela	13.004	45.913	10.514
Parda	1.803.760	2.318.675	2.403.895
Indígena	15.621	5.981	6.531

Fonte: IBGE — População residente, por cor ou raça. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01/10/2024.

Tabela 2. População por faixas etárias, Censos 2000, 2010 e 2022, MRJ

FAIXAS ETÁRIAS	2000	2010	2022
0 a 4 anos	447.305	364.032	310.648
5 a 9 anos	433.907	395.759	367.196
10 a 14 anos	442.370	466.567	354.457
15 a 19 anos	505.464	464.150	371.931
20 a 24 anos	517.360	508.707	439.660
25 a 29 anos	472.730	551.103	454.428
30 a 34 anos	445.097	524.455	460.448
35 a 39 anos	459.423	468.531	479.813
40 a 44 anos	435.651	439.691	504.195
45 a 49 anos	383.962	436.796	426.864
50 a 54 anos	320.723	410.129	402.001
55 a 59 anos	242.275	349.675	386.411
60 a 64 anos	217.413	279.122	360.818
65 a 69 anos	186.868	206.203	304.598
70 a 74 anos	151.452	170.853	233.160
75 a 79 anos	98.523	129.430	151.529
80 anos e mais	97.381	155.243	203.066
TOTAL	5.857.904	6.320.446	6.211.223

Fonte: IBGE — Séries Temporais do Censo Demográfico; DATA.RIO. Disponível em: <https://www.data.rio/>. Acesso em: 21/09/2023.

Quadro 2. Características do território

Área total	1.204km ²
Extensão de praias (oceânicas e interiores)	84km
Área do Maciço da Tijuca	92km ²
Área do Maciço da Pedra Branca	125km ²
Área do Maciço de Gericinó	14km ²
Altitude Pico da Pedra Branca (ponto culminante)	1.025m
Altitude do Pico da Tijuca	1.021m
Área da Lagoa Rodrigo de Freitas	2,3km ²
Área da Lagoa da Tijuca	4,2km ²
Área da Lagoa de Jacarepaguá	4,1km ²
Área da Lagoa de Marapendi	3,5km ²

Fonte: IPP — Uso do Solo 2018.

Quadro 3. Características ambientais

Áreas urbanizadas	600km ²
Áreas não urbanizadas (mata, campo, áreas agrícolas, áreas sujeitas à inundação, corpos hídricos, afloramentos rochosos e depósitos sedimentares)	604km ²
Unidades de Conservação previstas no Sistema Nacional (SNUC) e na Lei Complementar n.º 111/2011 (Plano Diretor)¹	408km ² (33,9%)
Áreas reflorestadas²	35km ²
Clima²	Tropical
Temperatura média anual (1961-1990)²	23,7°C
Precipitação acumulada anual (1961-1990)²	1.069mm

Fontes: (1) DATA.RIO — Áreas Protegidas; (2) Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima (SMAC); DATA.RIO — disponível em: <https://www.data.rio/> — acesso em: 21/09/2023.

3.5. RISCOS AMBIENTAIS

A cidade do Rio de Janeiro limita-se ao Norte pelos municípios de Itaguaí, Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias; ao Sul, pelo Oceano Atlântico; a Leste, pela Baía de Guanabara com os municípios de Itaboraí, Niterói e São Gonçalo; e a Oeste, pela Baía de Sepetiba.

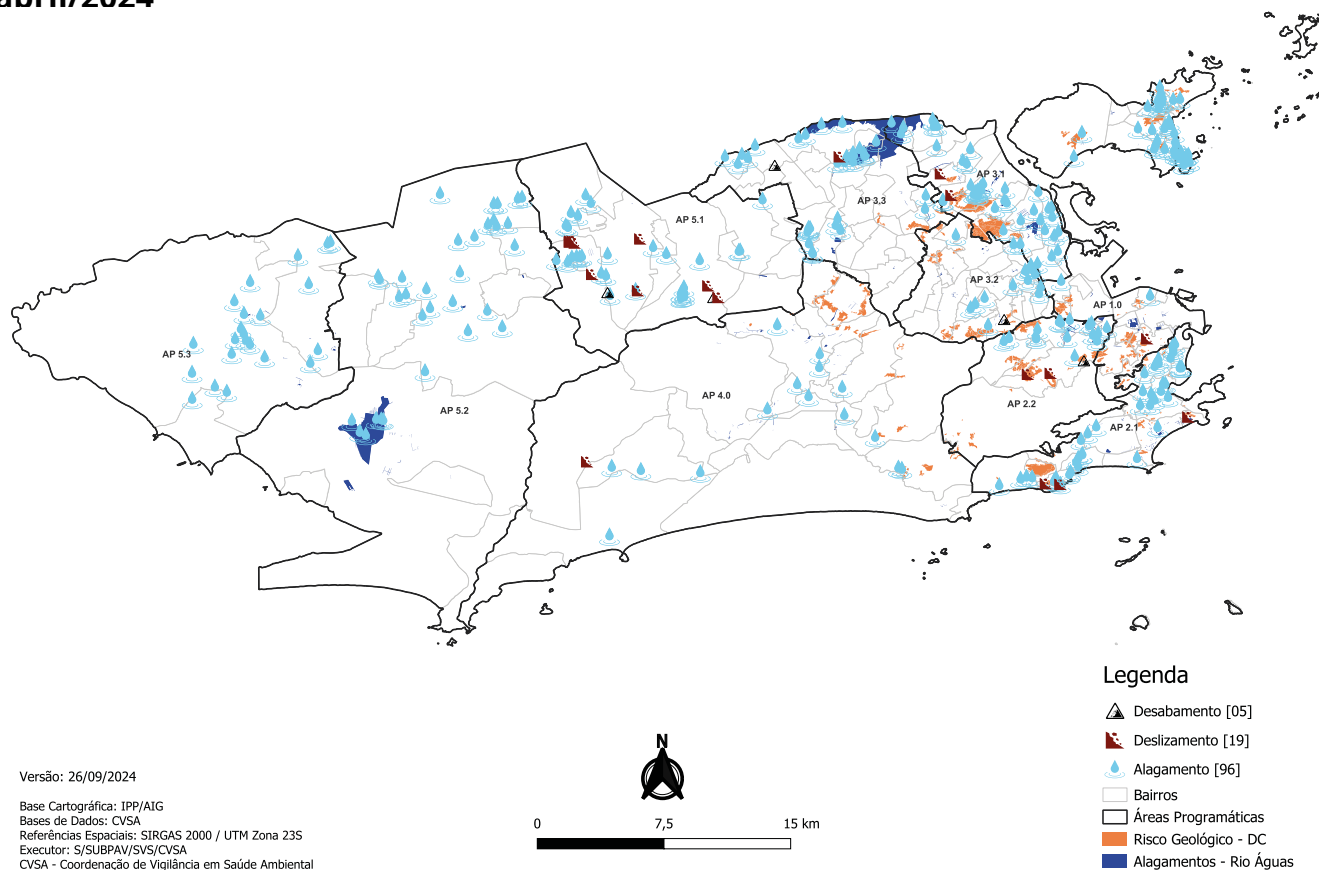
Administrativamente, o município está dividido em 10 Áreas de Planejamento em Saúde, 33 Regiões Administrativas e 164 bairros (DATA.RIO, 2023). Para facilitar a gerência hidrológica, a cidade é dividida em duas grandes unidades de área, são elas:

- Três macrobacias de drenagem e seus respectivos corpos receptores (Baía de Guanabara, Baía de Sepetiba e Lagoas Costeiras — Orla Oceânica);
- Três maciços divisores de águas dessas bacias: Tijuca, Pedra Branca e Gericinó.

Em relação às macrobacias, são consideradas unidades de planejamento da utilização integrada de recursos hídricos. Limitadas por elevação, são drenadas por um ou mais rios e seus tributários, os quais correm numa mesma direção, desaguando normalmente num mesmo corpo receptor final.

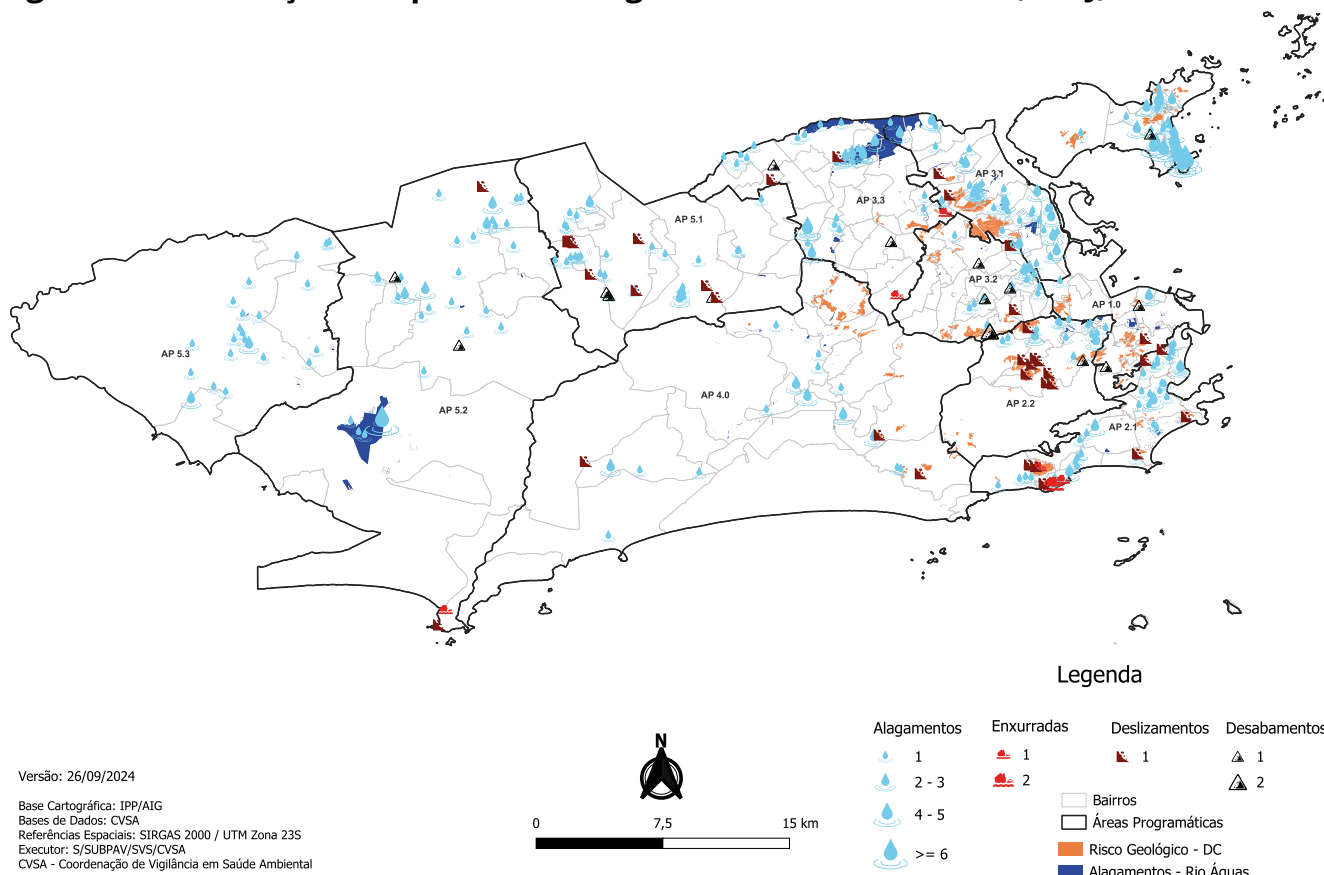
Suas características geográficas (grande presença de morros e florestas, existência de diversos corpos d'água, baixa altitude) somadas às suas conseqüentes condições climáticas já representam, por si só, uma região passível de ocorrência de fenômenos naturais adversos relacionados ao incremento de precipitações hídricas e suas possíveis implicações.

Figura 1. Mapa de ocorrências relacionadas às chuvas fortes, MRJ, novembro/2023 a abril/2024



Fonte: Divisões de Vigilância em Saúde.

Figura 2. Distribuição dos pontos de alagamento e deslizamento, MRJ, 2021 a 2024



Nota: A relação de endereços das identificações está disponível no Apêndice 5. Fonte: Divisões de Vigilância em Saúde, Fundação Rio-Águas e Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil do Rio de Janeiro.

4. DESASTRES E SUAS TIPOLOGIAS

As tipologias de desastres estão alinhadas aos grupos e subgrupos, a partir da Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade), da Defesa Civil, bem como aos marcos internacionais de gestão de risco de desastres. Para a produção deste documento, as informações foram pautadas a partir da Portaria GM/MS n.º 4.185, de 1.º de dezembro de 2022, que institui o Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres — Vigidesastres, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e visa desenvolver as ações de vigilância em saúde relativas à gestão de riscos de emergências em saúde pública por desastres.

Figura 3. Descrição dos tipos de desastres naturais e tecnológicos

DESASTRES NATURAIS	DESASTRES TECNOLÓGICOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Geológicos: Terremotos, erupções vulcânicas, movimentos de massa (quedas, tombamentos e rolamentos; deslizamentos; corridas de massa) e erosões (são subdivididas em erosões costeira/marinha, de margem fluvial e continental); 2. Hidrológicos: Inundações, enxurradas e alagamentos; 3. Meteorológicos: Tempestades e temperaturas extremas de grande escala/ escala regional, que são subdivididos em ciclones e frentes frias/zonas de convergência (tempestades, tornados, tempestade de raio, granizos, chuvas intensas e vendavais, ondas de calor e de frio); 4. Climatológicos: Seca, estiagem, baixa umidade, incêndio florestal e baixa umidade do ar. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Químicos — produtos perigosos e inflamáveis: Desastres em plantas e distritos industriais, parques e armazenamentos com extravasamento de produtos perigosos; liberação de produtos químicos diversos para o ambiente, provocada por explosão/incêndio em plantas industriais ou outros sítios; liberação próxima a mananciais de água, e relacionada ao transporte de passageiros e cargas perigosas em todos os modais; 2. Biológicos: Surtos, epidemias, pandemias e infestações/pragas; 3. Radiológicos: Substâncias e equipamentos radioativos de uso em pesquisas, indústrias diversas, equipamentos utilizados na prospecção de petróleo, e, poluição provocada por resíduos radioativos (níveis de segurança estabelecidos em norma da CNEN e do Instituto de Radioproteção e Dosimetria — IRD/CNEN); 4. Nuclear: Acidente/incidente na usina nuclear. P.ex.: Usina Nuclear Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA).

Fonte: BRASIL, 2022.

No âmbito da cidade do Rio de Janeiro, os desastres naturais do tipo hidrológicos e meteorológicos são mais recorrentes, e são os ligados à ocorrência sazonal de intensas precipitações pluviométricas (chuvas intensas), que vulnerabilizam a cidade provocando inundações, alagamentos, enxurradas e movimentos de massa, além das ondas de calor, ocasionadas pelo aumento da temperatura acima da média.

Ondas de calor são eventos meteorológicos comuns nos períodos de transição das estações do ano primavera-verão, no entanto, têm ocorrido com maior intensidade e frequência, como resultado das mudanças climáticas e do El Niño, e provocado impacto na saúde da população, sobretudo das populações vulneráveis (idosos, crianças, portadores de doenças crônicas, portadores de doenças respiratórias, entre outros).

Independentemente de sua tipologia, desastres impactam negativamente na dinâmica municipal, causando danos humanos, materiais, ambientais e socioeconômicos.

5. REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE (RAS) DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Rede de Atenção à saúde (RAS) é composta por ações e serviços de saúde de diferentes densidades tecnológicas e perfis que, integrados, buscam garantir a integralidade do cuidado à população.

A Atenção Primária à Saúde (APS), enquanto eixo estruturante da RAS, tem papel central em assegurar que o paciente receba o cuidado de saúde do qual necessita. Para que isso ocorra, devem estar estabelecidos os fluxos de interlocução da APS com os diferentes pontos da rede de atenção à saúde. Em caso de necessidade de encaminhamento à atenção especializada e aos serviços de urgência e emergência, faz-se necessária a utilização das plataformas eletrônicas de encaminhamento, como Sistema de Regulação (SISREG), Sistema Estadual de Regulação (SER) e Vaga Zero. A plataforma Vaga Zero é um sistema de encaminhamento de pacientes atendidos na APS e que necessitam de intervenções de urgência ou emergência.

Para garantir o acesso em tempo oportuno aos agravos de urgência dos usuários, o Complexo Regulador é encarregado de coordenar e atender à demanda de Regulação de Urgência e Emergência, monitorando os recursos e leitos disponíveis, a situação das emergências e a dinâmica de transporte de ambulâncias na cidade, garantindo o acesso à saúde em tempo oportuno.

Vale destacar que, a depender do evento e desastre, o primeiro atendimento para resgate e atenção pré-hospitalar, bem como o transporte para uma unidade hospitalar fica a cargo do Corpo de Bombeiros, segundo a Matriz de Compromissos e Responsabilidades dos Órgãos Municipais (Anexo 2).

No quadro a seguir encontram-se listadas as unidades de saúde que compõem a RAS no MRJ.

Quadro 4. Estabelecimentos municipais de saúde em rede na atenção aos desastres

COMPONENTE	ESCOPO DE ATUAÇÃO	NÚMERO DE UNIDADES
Unidade de Atenção Primária à Saúde: Clínica de Família (CF) e Centro Municipal de Saúde (CMS)	Unidade responsável pelos cuidados primários em saúde e coordenação de todo o cuidado. Porta de entrada preferencial no sistema de saúde e trabalho com adscrição territorial.	239
Unidade de Atenção Primária Prisional (UAPP)	Unidade de Atenção Primária responsável pelo cuidado da população privada de liberdade.	28
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	Acompanhamento de pacientes com transtorno mental grave e/ou adicto, que requerem maior intensidade de acompanhamento.	38
Hospital	Atendimento de emergência de alta complexidade, incluindo trauma e especialidades, e acompanhamento de pacientes com critério de internação hospitalar.	17
Maternidade e Casa de Parto	Atenção ao parto.	14
Super Centro Carioca de Saúde¹	Realização de consultas, exames e procedimentos especializados.	1
Super Centro Carioca de Vacinação	Imunização.	2
Policlínica	Atendimento ambulatorial especializado.	10
UPA (Unidade de Pronto Atendimento) e CER (Centro de Emergência Regional)	Atendimento de urgência e emergência.	15
Centro Municipal de Reabilitação (CMR)	Diagnóstico, avaliação, orientação, estimulação precoce e atendimento especializado em reabilitação-concessão, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva.	2

Nota: (1) O Super Centro Carioca de Saúde é composto pelo Centro Carioca de Especialidades, pelo Centro Carioca de Diagnóstico e Tratamento por Imagem e pelo Centro Carioca do Olho. Fonte: Plataforma CNES — Competência junho de 2024, extraído em 30/07/2024.

5.1. UNIDADES DE SAÚDE DE REFERÊNCIA

5.1.1. UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

As unidades de atenção primária contam com equipes multiprofissionais qualificadas (equipe de Saúde da Família/eSF e equipe Multiprofissional/eMulti) distribuídas ao longo de todo território, equipadas e capacitadas para atender aos problemas de saúde mais prevalentes e de maior impacto na população, devendo, também, encaminhar, de forma oportuna, os casos que se beneficiam de avaliação e acompanhamento especializado.

A participação social e comunitária é fundamental para a construção de uma cidade resiliente e adaptável. Neste sentido, as unidades de atenção primária, que estão contíguas à vida das pessoas, desempenham papel importante nas ações de prevenção e promoção da saúde nos territórios. Atividades de sala de espera, grupos e reuniões do Colegiado Gestor aproximam a população com a temática e propiciam saberes sobre o território e suas vulnerabilidades, além dos riscos associados aos desastres. Ademais, diante dos desastres, os serviços de saúde da APS assumem uma função importante na coordenação do cuidado à população afetada.

Com uma ampla rede, a unidade APS de referência pode ser consultada na plataforma “Onde ser atendido” (www.subpav.org/ondeseratendido).

5.1.2. UNIDADES DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE)

A atenção especializada é dividida em média e alta complexidade e é composta por serviços especializados localizados em hospitais e ambulatórios (p.ex.: UPA) e hospitais gerais de grande porte, onde são realizados procedimentos que envolvem alta tecnologia, altos custos, e casos complexos.

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
Hospital Municipal Albert Schweitzer	Rua Nilópolis, 239 — Realengo	(21) 2018-0063
Hospital Municipal Rocha Faria	Avenida Cesário de Melo, 3215 — Campo Grande	(21) 2088-4500
Hospital Municipal Lourenço Jorge	Avenida Ayrton Senna, 2.000 — Jacarepaguá	(21) 3111-4603
Hospital Municipal Evandro Freire	Estrada do Galeão, 2.920 — Ilha do Governador	(21) 3353-6135
Hospital Municipal Miguel Couto	Rua Mário Ribeiro, 117 — Leblon	(21) 3111-3781
Hospital Municipal Pedro II	Rua do Prado, 325 — Santa Cruz	(21) 2419-4792 / 3313-2554
Hospital Municipal Salgado Filho	Rua Arquias Cordeiro, 370 — Méier	(21) 3111-4100
Hospital Municipal Souza Aguiar	Praça da República, 111 — Centro	(21) 3111-2600
UPA Rocinha	Estrada da Gávea, 520 (curva do S) — Rocinha	(21) 3322-7190
UPA Alemão	Estrada Itararé, 951 — Ramos	(21) 3881-1656
UPA Manguinhos	Avenida Dom Helder Câmara, 1.390 — Manguinhos	(21) 2332-2405 / 2332-2408

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
UPA Engenho de Dentro	Rua Bernardo, s/n.º — Engenho de Dentro	(21) 2592-0502 / 2269-5793
UPA Madureira	Praça dos Lavradores, s/n.º — Campinho	(21) 3358-2994
UPA Costa Barros	Estrada Botafogo, s/n.º — Costa Barros	(21) 2508-6990
UPA Rocha Miranda	Estrada do Barro Vermelho, s/n.º — Rocha Miranda	(21) 3015-6259
UPA Cidade de Deus	Rua Edgar Werneck, s/n.º — Cidade de Deus	(21) 2232-3173
UPA Vila Kennedy	Praça Dolomitas, s/n.º — Vila Kennedy	(21) 2405-0303 / 2405-0447
UPA Senador Camará	Avenida Santa Cruz, 6.486 — Senador Camará	(21) 3839-3688 / 3839-5847
UPA Magalhães Bastos	Estrada Manoel Nogueira de Sá com Rua Professor José Rodrigues, s/n.º — Magalhães Bastos	(21) 3550-7080
UPA Sepetiba	Rua José Fernandes, s/n.º — Alagados — Sepetiba	(21) 3404-7250
UPA João XXIII	Avenida João XXIII, s/n.º (em frente ao CIEP Papa João XXIII) — Santa Cruz	(21) 2416-5719
UPA Paciência	Estrada Santa Eugênia, s/n.º — Jardim 7 de Abril — Paciência	(21) 3406-7697 / 3426-4410
UPA Penha	Avenida Brás de Pina, s/n.º — Penha	(21) 2334-7859
UPA Bangu	Rua Figueiredo Camargo, s/n.º — Bangu	(21) 2419-5816
UPA Botafogo	Rua São Clemente, s/n.º — Botafogo	(21) 2299-2577
UPA Campo Grande I	Estrada do Mendanha, s/n.º — Campo Grande	(21) 2333-6809
UPA Campo Grande II	Avenida Cesário de Melo — Campo Grande	(21) 2333-6802
UPA Copacabana	Rua Siqueira Campos, 129 — Copacabana	(21) 3042-6945
UPA Engenho Novo	Rua Sousa Barros, 70 — Engenho Novo	(21) 2332-2349
UPA Jacarepaguá	Rua André Rocha, 20 — Taquara	(21) 2299-2577
UPA Marechal Hermes	Rua Xavier Curado, s/n.º — Marechal Hermes	(21) 96436-4645

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
UPA Realengo	Rua Marechal Joaquim Inácio, s/n.º — Realengo	(21) 2401-9382
UPA Ricardo de Albuquerque	Estrada Marechal Alencastro, s/n.º — Ricardo de Albuquerque	(21) 3339-4819
UPA Santa Cruz	Avenida Cesário de Melo, 13.655 — Santa Cruz	(21) 2333-7286
UPA Tijuca	Rua Conde de Bonfim, s/n.º — Tijuca	(21) 2334-1921
UPA Ilha do Governador	Parque Poeta Manuel Bandeira, s/n.º — Cocotá	(21) 2334-6348
UPA Irajá	Avenida Monsenhor Félix, 380 — Irajá	(21) 2333-9821
UPA Maré	Rua Novo Horizonte, 4.880 — Vila do João	(21) 2334-7830

Fonte: Plataforma CNES e SES/RJ. Disponível em: <https://www.saude.rj.gov.br/rede-de-atendimento>.

5.1.3. ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

A rede de atenção psicossocial no MRJ está inserida em todas as Áreas de Planejamento, com dispositivos dedicados ao acompanhamento das demandas de saúde mental em diferentes níveis de complexidade. A organização atual da rede permite que os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Deambulatórios (serviços de atenção secundária em saúde mental) realizem o matriciamento em saúde mental com as equipes de Saúde da Família e eMulti das unidades de Atenção Primária de seus territórios. Há também as eMulti no escopo da própria atenção primária, que contam com profissionais de saúde mental responsáveis pelo matriciamento de unidades.

Em situações de desastres de origem natural, que causam danos materiais e impactam a saúde mental da população, os CAPS articulam-se com os demais níveis de atenção à saúde e com a Coordenação Geral de Atenção Primária (CAP). Juntos elaboram um plano de intervenção que inclui a identificação de riscos e agravos, além da mobilização dos recursos necessários na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e na rede intersetorial, visando minimizar os danos à população e garantir um suporte eficaz e oportuno de resposta aos eventos.

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
CAPS II Dircinha e Linda Batista	Rua Jornalista Hermano Requião, 447 — Guadalupe	(21) 96518-1070
CAPS II Ernesto Nazareth	Estrada da Cacua, 869 — Ilha do Governador	(21) 3367-5145
CAPS III Lima Barreto	Avenida Ribeiro Dantas, 571 — Bangu	(21) 3462-5449
CAPS II Neusa Santos Souza	Rua Baalbeck, 75 — Senador Camará	(21) 3613-8285 / 97011-4479

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
CAPS II Pedro Pellegrino	Praça Major Vieira de Mello, 13/fundos — Comari, Campo Grande	(21) 3394-2583
CAPS III Profeta Gentileza	Estrada de Inhoaíba, 849 — Inhoaíba	(21) 3155-7057
CAPS II Simão Bacamarte	Avenida Senador Camará, 224 — Santa Cruz	(21) 3365-8775
CAPS II Heitor Villa Lobos	Rua Padre Manso s/n.º — Madureira	(21) 2084-6071 / 97958-8206
CAPS II Carlos Augusto da Silva (Magal)	Avenida Dom Hélder Câmara, 1.390/fundos — Manguinhos	(21) 2042-9967
CAPS III Arthur Bispo do Rosário	Estrada Rodrigues Caldas, 3.400 — Taquara, Jacarepaguá	(21) 3412-5608 / 3412-5619
CAPS III Clarice Lispector	Rua Dois de Fevereiro, 785A — Encantado	(21) 3111-7490
CAPS III EAT Severino dos Santos	Rua Dois de Fevereiro, 635 — Encantado	(21) 2042-2851
CAPS III Franco Basaglia	Avenida Venceslau Brás, 65/fundos — Botafogo	(21) 2342-1765
CAPS III João Ferreira Filho	Estrada do Itararé, 951 — Ramos	(21) 3950-3749
CAPS III Manoel de Barros	Avenida Nossa Senhora dos Remédios, s/n.º — Taquara, Jacarepaguá	(21) 3096-5965
CAPS III Maria do Socorro Santos	Estrada da Gávea, 522 — Rocinha	(21) 99894-7090
CAPS III Fernando Diniz	Rua Leopoldina Rego, 754 — Olaria	(21) 3085-3738 / 3085-3739
CAPS III Rubens Corrêa	Rua Capitão Aliatar Martins, 231 — Irajá	(21) 2501-4118
CAPS III Torquato Neto	Estrada Adhemar Bebiano, 339 — Del Castilho	(21) 97027-5461
CAPSad II Mané Garrincha	Rua Jurupari, 8 — Tijuca	(21) 2284-6339
CAPSad II Júlio César de Carvalho	Rua Severino das Chagas, 196 — Santa Cruz	(21) 97969-9608
CAPSad III Antônio Carlos Mussum / UAA Cacildis	Rua Sampaio Corrêa, s/n.º — Taquara, Jacarepaguá	(21) 2042-363
CAPSad III Jovelina Pérola Negra	Avenida Teixeira Brandão, s/n.º — Jacarepaguá	(21) 2334-7859
CAPSad III Dona Ivone Lara	Avenida Ernani Cardoso, 21 — Cascadura	(21) 2419-5816

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
CAPSad III Miriam Makeba	Rua Professor Lacê, 485 — Ramos	(21) 99844-9888 / 3959-2721
CAPSad III Paulo Portela	Rua Pirapora, 69 — Madureira	(21) 3096-9669
CAPSad II Maria Carolina de Jesus	Avenida Henrique Valadares, 151 — Centro	(21) 96518-0649
CAPSad II Heleno de Freiras (municipalizado)	Rua Dona Mariana, 151 — Botafogo	(21) 2334-8109
CAPSad III Raul Seixas	Rua Dois de Fevereiro , 785 — Encantado	(21) 2042-3210 / 96518-0829
CAPSi II Eliza Santa Roza	Rua Sampaio Corrêa, 105 — Taquara, Jacarepaguá	(21) 3412-5601 / 3412-5605
CAPSi II Pequeno Hans	Rua Carlos Pontes, s/n.º — Jardim Sulacap	(21) 3355-3887
CAPSi II Mafalda	Rua Álvaro Alberto, 601 — Santa Cruz	(21) 2401-9382
CAPSi II João de Barro	Estrada do Campinho, s/n.º — Santa Margarida, Campo Grande	(21) 3394-2668
CAPSi II Maria Clara Machado	Rua Honório, 461 — Todos os Santos	(21) 3085-3724
CAPSi III Maurício de Sousa	Avenida Venceslau Brás, 65/fundos — Botafogo	(21) 3096-2850
CAPSi II Ziraldo	Rua Mata Machado, 29 — Maracanã	(21) 96518-0780
CAPSi II Guttmann Bicho	Avenida Paranapan, 435 — Ilha do Governador	(21) 3959-2725
CAPSi II Visconde de Sabugosa	Avenida Guanabara, s/n.º — Ramos	(21) 3884-9635

Fonte: <https://saude.prefeitura.rio/caps/>

As equipes de Saúde Mental atuam a partir da lógica da atenção psicossocial, em que os transtornos e sofrimentos apresentados pela população são compreendidos não só a partir da classificação psiquiátrica, mas também por um olhar mais amplo, que inclui determinantes sociais. Neste sentido, o manejo dos transtornos mentais e os projetos de cuidados em saúde mental superam a centralidade biomédica e constituem-se como uma clínica ampliada, realizada por equipes multiprofissionais.

No que se refere à assistência farmacêutica, quando indicada no cuidado, é garantida pela presença de médicos nas equipes dos CAPS e Deambulatório. As medicações prescritas podem ser retiradas pelo usuário em seu local de tratamento (farmácias dos CAPS ou nos CMS e clínicas da família).

Em termos psiquiátricos, a atual demanda prevalente de saúde mental, na população em geral, se refere às sintomatologias relacionadas aos quadros de ansiedade e depressão. No que se refere às demandas prevalentes de alta complexidade recebidas nos CAPS, destacam-se: o aumento significativo de pessoas com ideação suicida e tentativas de suicídio; indivíduos vulnerabilizados e com uso abusivo de substâncias; e o aumento de indivíduos com transtornos mentais severos (psicoses, autismo etc.) sem rede de suporte familiar e social.

5.1.4. ATENDIMENTO A QUEIMADOS

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
Hospital Municipal Souza Aguiar	Praça da República, 111 — Centro	(21) 3111-2600
Hospital Municipal Pedro II	Rua do Prado, 325 — Santa Cruz	(21) 2419-4782
Hospital Federal do Andaraí	Rua Leopoldo, 280 — Andaraí	(21) 2575-7000
Centro de Tratamento de Queimados (HFAG)	Estrada do Galeão, 4.101 — Galeão	(21) 2468-5100

Fonte: Elaboração própria.

5.1.5. ATENDIMENTO A RADIOACIDENTADOS

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
Hospital Naval Marcílio Dias	Rua César Zama, 185 — Lins de Vasconcelos	(21) 2599-5599

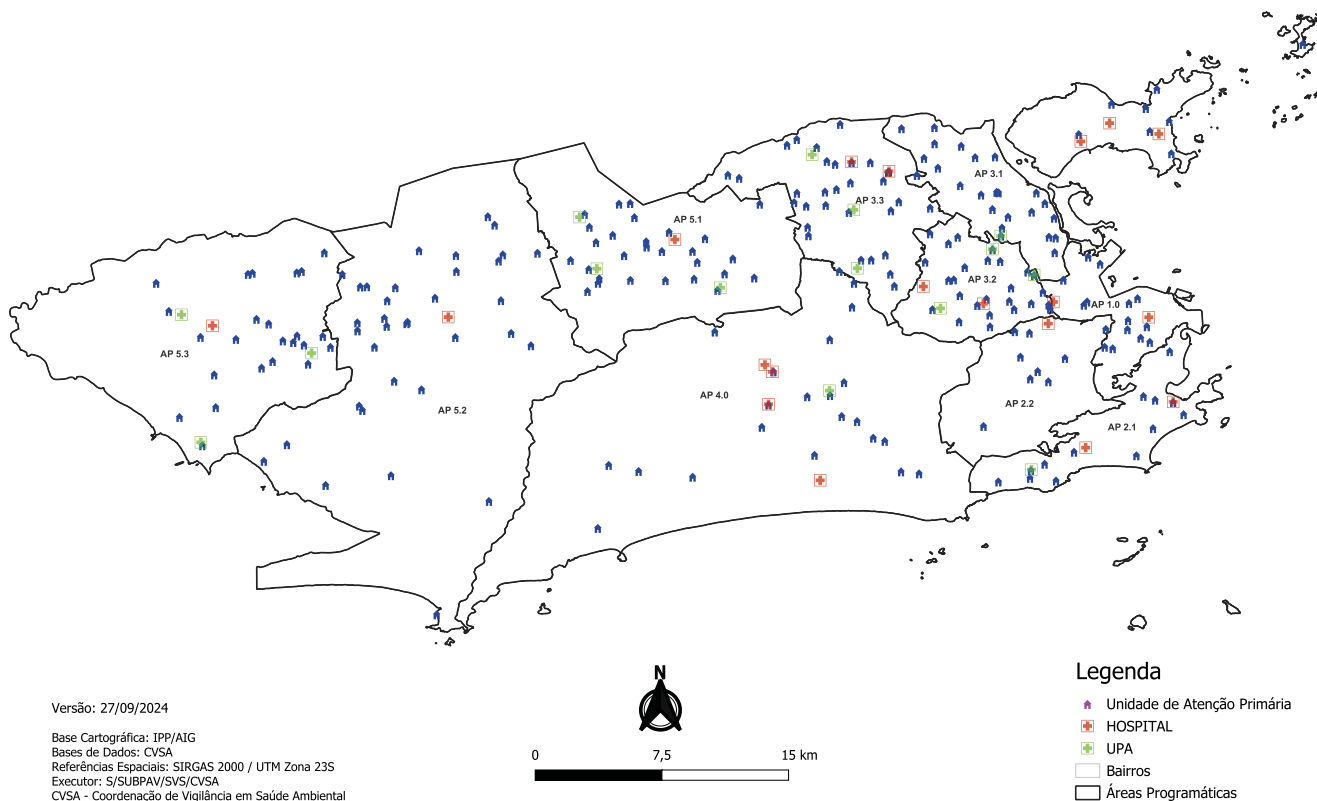
Fonte: Elaboração própria.

5.1.6. ATENDIMENTO A ACIDENTES POR ANIMAIS PEÇONHENTOS

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
Hospital Municipal Lourenço Jorge	Avenida Ayrton Senna, 2.000 — Barra da Tijuca	(21) 3111-4652
Hospital Municipal Pedro II	Rua do Prado, 325 — Santa Cruz	(21) 2419-4782

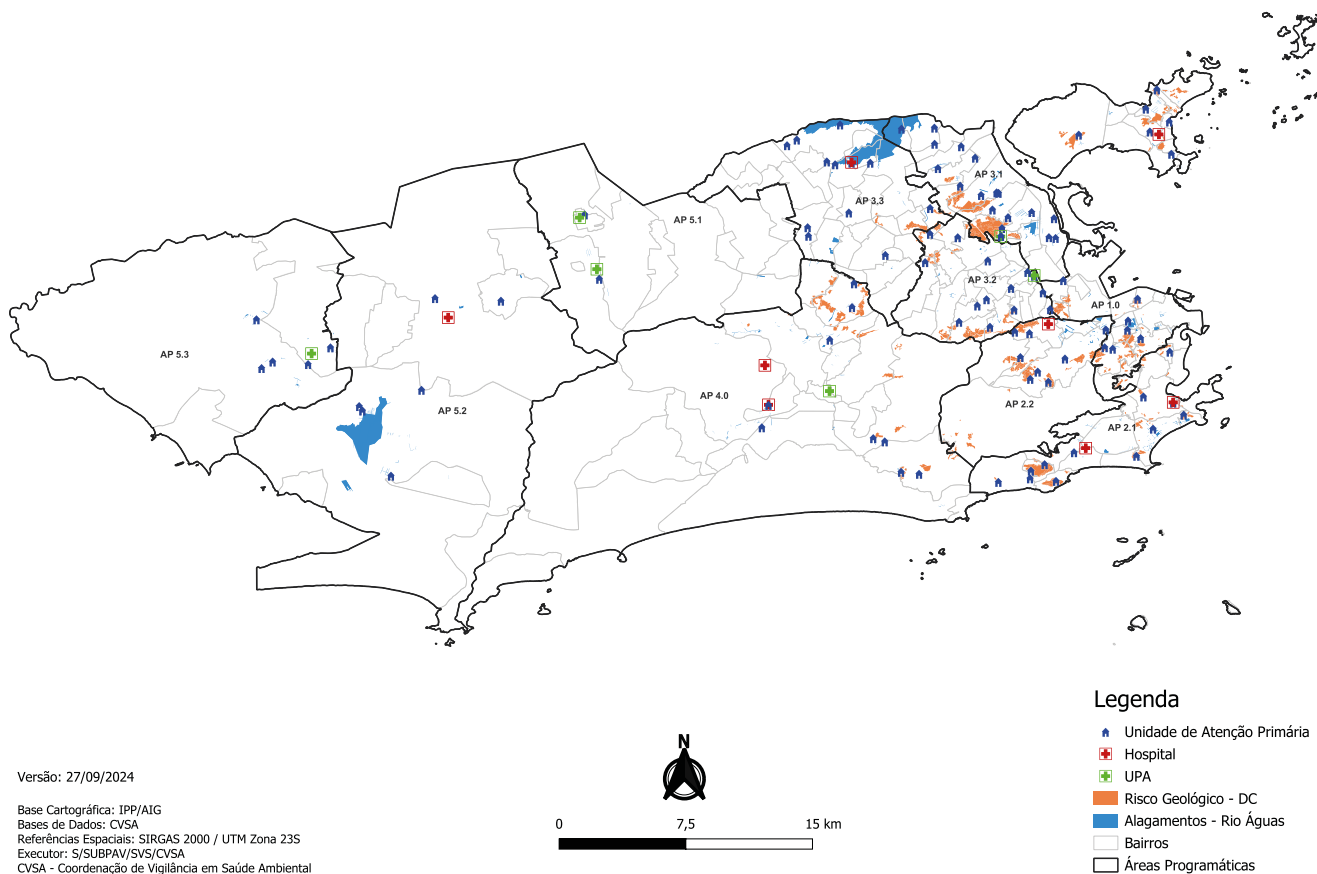
Fonte: Elaboração própria.

Figura 4. Unidades de saúde, por AP, MRJ



Fonte: Plataforma CNES.

Figura 5. Unidades de saúde em áreas vulneráveis aos eventos geológicos e hidrológicos, por AP, MRJ



Nota: A relação de endereços das unidades de saúde está disponível no Apêndice 1. Fonte: Fundação Rio-Águas e Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil do Rio de Janeiro.

6. IMPACTOS DE DESASTRES NATURAIS PARA SAÚDE HUMANA

Os desastres estão relacionados às condições de risco da localidade e dependem das condições sociais, econômicas, políticas, geográficas e sanitárias. Portanto, conhecer esses riscos é de fundamental importância para priorizar ações e políticas públicas. A ocorrência de desastres produz impactos à saúde física e mental, com agravamento de doenças pré-existentes e surgimento de novas, aumento de letalidade e morbidade, e propagação de diversas doenças infecciosas (Quadro 5).

Quadro 5. Doenças e agravos relacionados aos desastres de diferentes tipologias

Geológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Óbitos, lesões, traumatismos • Intoxicação, envenenamento • Transtornos psicossociais • Acidentes com animais peçonhentos • Hipertensão
Meteorológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Óbitos, lesões, traumatismos • Transtornos psicossociais • Acidentes com animais peçonhentos • Hipertensão • Afogamentos, choques elétricos
Hidrológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Óbitos, lesões, traumatismos • Intoxicação, envenenamento • Transtornos psicossociais • Acidentes com animais peçonhentos • Hipertensão • Afogamentos, choques elétricos • Leptospirose • Arboviroses • Diarreia
Climatológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Óbitos, lesões, traumatismos • Intoxicação, envenenamento • Transtornos psicossociais • Hipertensão • Arboviroses • Desnutrição • Diarreia • Infecções cutâneas • Problemas respiratórios e alergias

Biológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Pandemia (covid-19) • Epidemias
Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Óbitos, lesões, traumatismos • Intoxicação, envenenamento • Transtornos psicossociais • Acidentes com animais peçonhentos • Hipertensão • Infecções cutâneas • Problemas respiratórios e alergias

Fonte: Elaboração própria.

A Análise de Situação de Saúde (ASIS) permite identificar as necessidades e prioridades em saúde de uma população e, a partir disto, estabelecer ações capazes de interferir nos determinantes do processo saúde-doença. Desta forma, a ASIS deve ser utilizada como ferramenta para a produção de informação e de conhecimento para orientar as ações em saúde antes, durante e após um evento de desastre.

No âmbito da Vigilância em Saúde, a SMS-Rio possui o Observatório Epidemiológico do Rio (EpiRio), uma plataforma de acompanhamento e monitoramento epidemiológico que reúne diferentes materiais técnicos e informações atualizadas sobre a saúde pública na cidade. O acesso está disponível a profissionais de saúde e sociedade civil pelo link <https://epirio.svs.rio.br/>.

No MRJ, casos suspeitos de leptospirose, tétano, acidentes com animais peçonhentos, hepatite A e arboviroses (doenças de notificação compulsória), além de surtos, doenças diarreicas agudas (DDA) e doenças crônicas não transmissíveis, que são de interesse da vigilância no contexto dos desastres, são analisados e monitorados, visando à identificação de mudança de perfil epidemiológico no pós-desastres.

No que se refere à gestão de insumos e medicamentos para manejo e tratamento das doenças relacionada aos desastres, todas as unidades de saúde possuem equipamentos, insumos e medicamentos básicos e essenciais para a manutenção e recuperação da saúde da população. O MRJ também possui estoque estratégico de determinados medicamentos nas Áreas de Planejamento, para que sejam facilmente mobilizados e utilizados em situações de crise.

Diante do aumento na demanda proveniente de um evento de desastre, é realizada a estratégia de remanejamento de recursos entre unidades, para que não haja desassistência à população afetada, além de solicitação de kit de medicamentos e insumos para calamidade pública ao Ministério da Saúde, quando excede a capacidade municipal e seguindo trâmites regulamentados pela Portaria GM/MS n.º 874, de 4 de maio de 2021.

A seguir, são apresentadas as séries históricas dos últimos 10 anos das doenças supracitadas, e na sequência informamos sobre os riscos e agravos à saúde associados a ondas de calor.

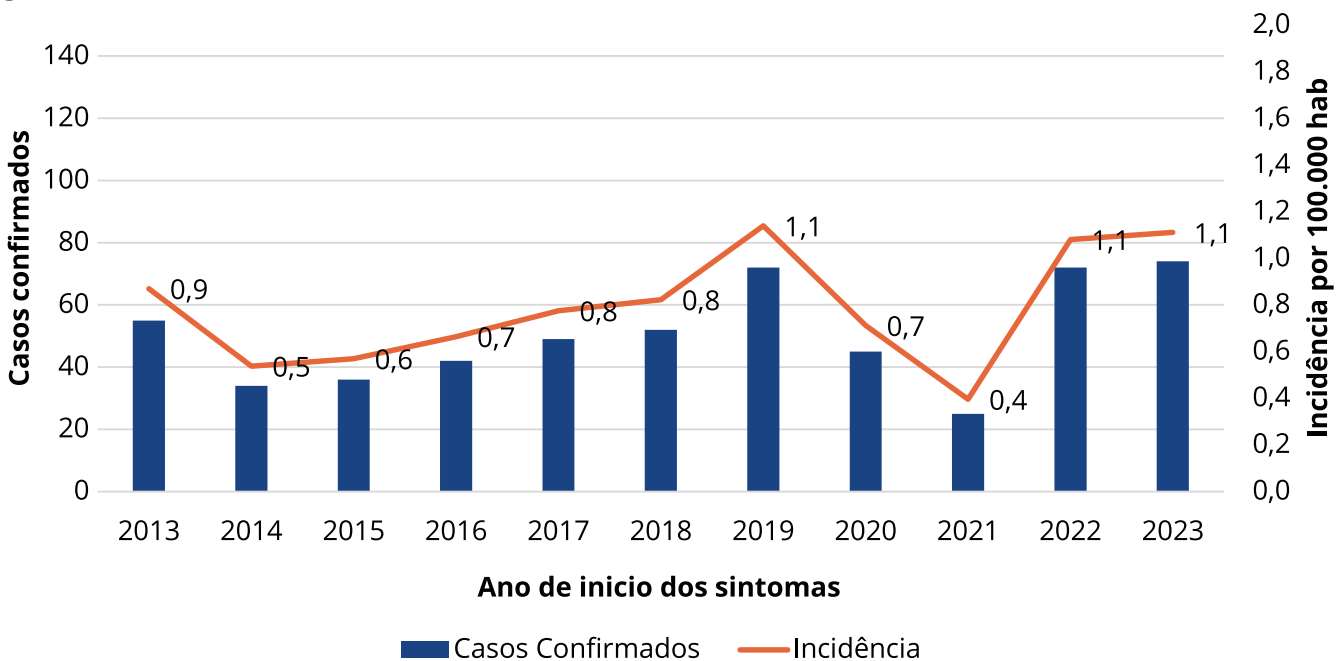
6.1. LEPTOSPIROSE

Tabela 3. Casos confirmados, letalidade e incidência de leptospirose em residentes no MRJ, segundo o ano de início dos sintomas, 2013-2023

PARÂMETROS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Casos confirmados	55	34	36	42	49	52	72	45	25	72	74
Letalidade (%)	23,64	35,29	16,67	23,81	18,37	19,23	23,61	28,89	12,00	15,28	9,46
Incidência (100.000 hab.)	0,9	0,5	0,6	0,7	0,8	0,8	1,1	0,7	0,4	1,1	1,1

Fonte: SINAN NET. Acesso em: 20/09/2024.

Gráfico 1. Casos confirmados e incidência de leptospirose em residentes no MRJ, segundo o ano de início dos sintomas, 2013-2023



Fonte: SINAN NET. Acesso em: 20/09/2024.

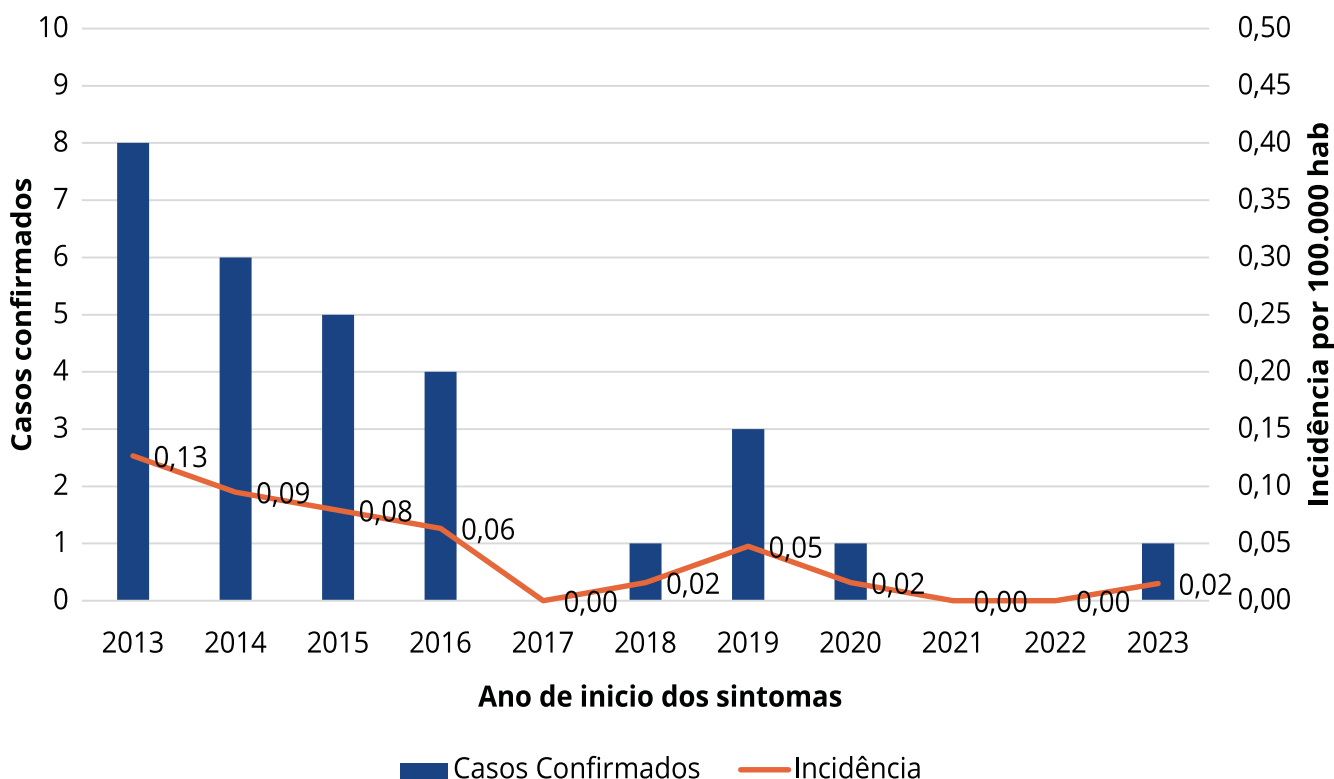
6.2. TÉTANO

Tabela 4. Casos confirmados, letalidade e incidência de tétano acidental em residentes no MRJ, segundo o ano de início dos sintomas, 2013-2023

PARÂMETROS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Casos confirmados	8	6	5	4	0	1	3	1	0	0	1
Letalidade (%)	25	50	40	25	0	0	100	0	31,03	0	0
Incidência (100.000 hab.)	0,13	0,09	0,08	0,06	0,00	0,02	0,05	0,02	0,00	0,00	0,02

Fonte: SINAN NET. Acesso em: 20/09/2024.

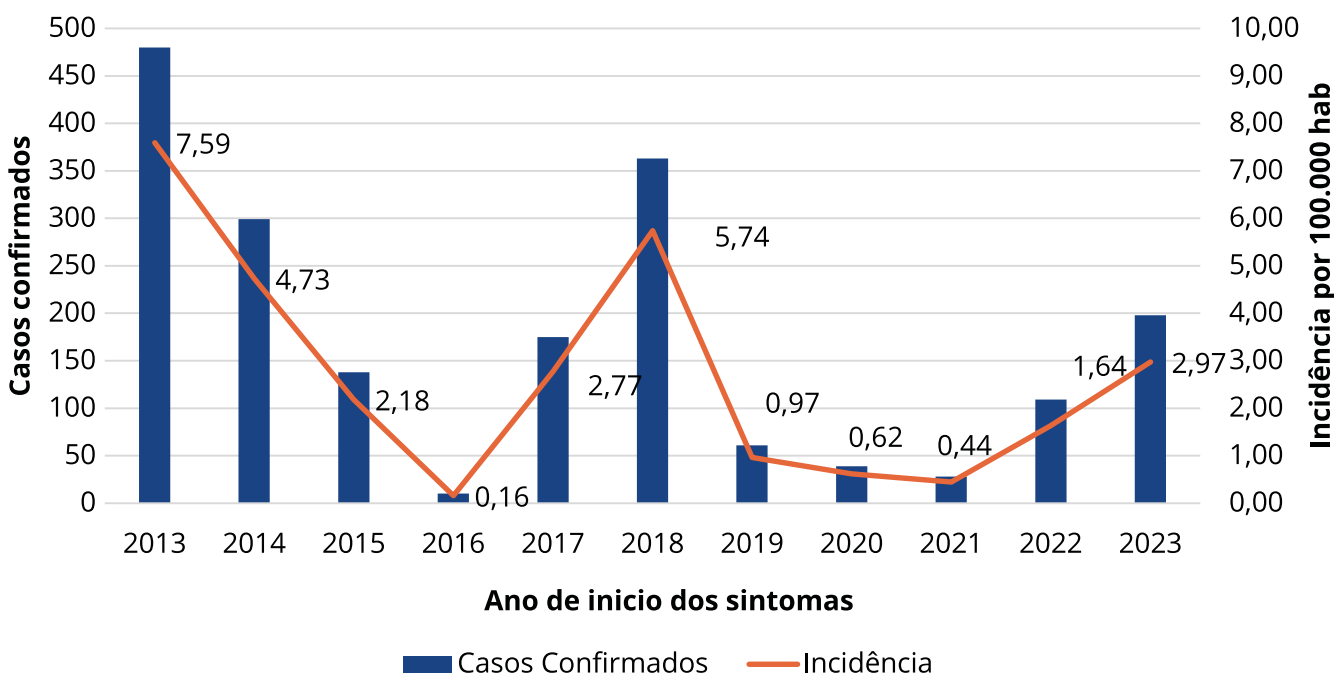
Gráfico 2. Casos confirmados e incidência de tétano acidental em residentes no MRJ, segundo o ano de início dos sintomas, 2013-2023



Fonte: SINAN NET. Acesso em: 20/09/2024.

6.3. HEPATITE A

Gráfico 3. Casos confirmados e incidência de hepatite A em residentes do MRJ, segundo o ano de início dos sintomas, 2013-2023



Fonte: SINAN NET. Acesso em: 19/09/2024.

Tabela 5. Casos confirmados e incidência de hepatite A, segundo o ano de início dos sintomas, 2013-2023

PARÂMETROS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Casos confirmados	480	299	138	10	175	363	61	39	28	109	198
Incidência (100.000 hab.)	7,59	4,73	2,18	0,16	2,77	5,74	0,97	0,62	0,44	1,64	2,97

Fonte: SINAN NET. Acesso em: 19/09/2024.

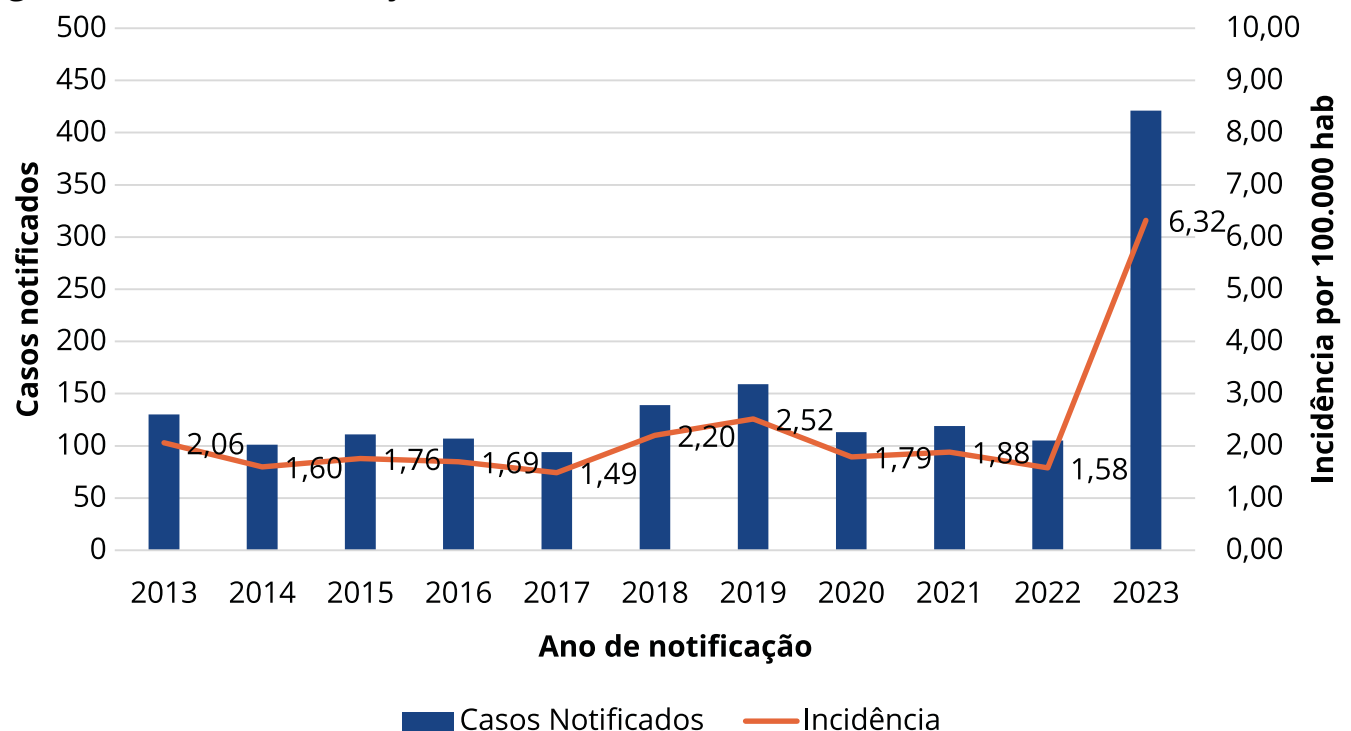
6.4. ANIMAIS PEÇONHENTOS

Tabela 6. Casos confirmados, letalidade e incidência de acidentes com animais peçonhentos em residentes no MRJ, segundo o ano de notificação, 2013-2023

PARÂMETROS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Casos confirmados	130	101	111	107	94	139	159	113	119	105	421
Letalidade (%)	0,00	0,00	0,00	1,87	2,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,24
Incidência (100.000 hab.)	2,06	1,60	1,76	1,69	1,49	2,20	2,52	1,79	1,88	1,58	6,32

Fonte: SINAN NET. Acesso em: 20/09/2024.

Gráfico 4. Casos confirmados e incidência de acidentes de animais peçonhentos, segundo o ano de notificação, 2013-2023



Fonte: SINAN NET. Acesso em: 20/09/2024.

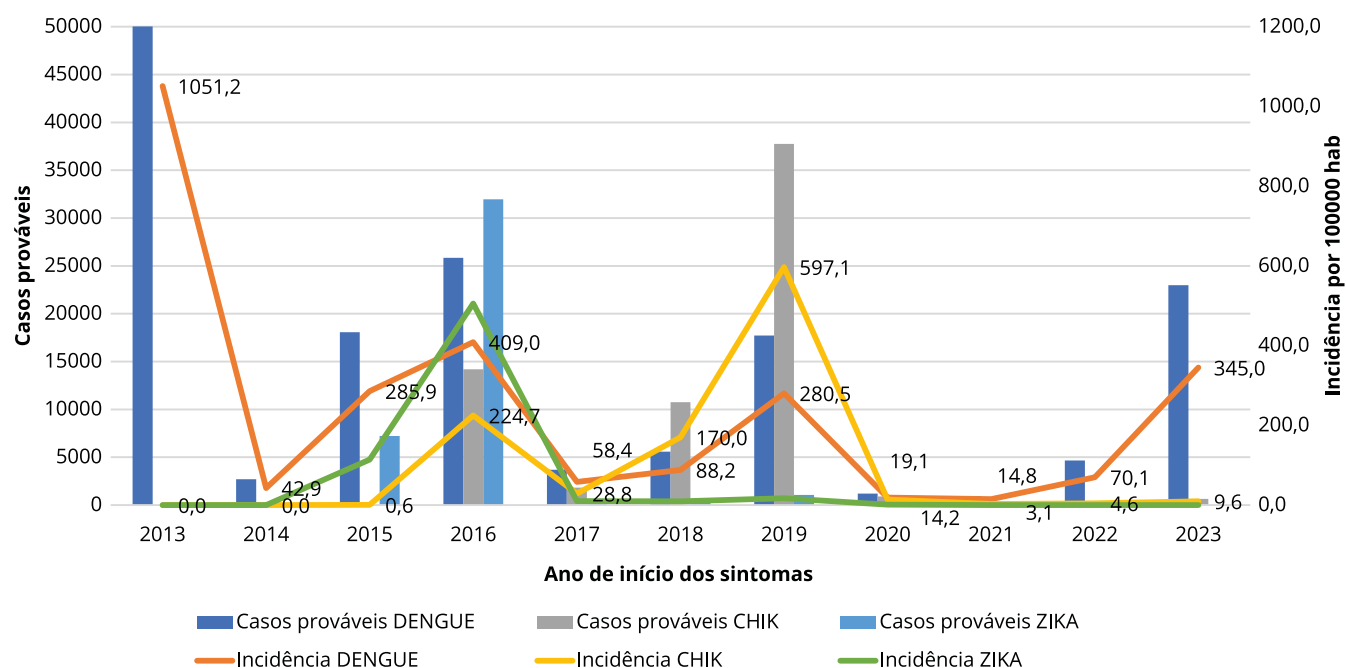
6.5. ARBOVIROSES URBANAS TRANSMITIDAS PELO Aedes Aegypti

Tabela 7. Casos prováveis e incidência de arboviroses urbanas em residentes no MRJ, segundo o ano de início dos sintomas, 2013-2023

PARÂMETROS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Casos prováveis DENGUE	66.439	2.714	18.070	25.852	3.692	5.577	17.731	1.206	938	4.669	22.979
Incidência DENGUE (100.000 hab.)	1051,2	42,9	285,9	409,0	58,4	88,2	280,5	19,1	14,8	70,1	345,0
Casos prováveis CHIK*	0	0	36	14.204	1.820	10.746	37.742	895	198	308	641
Incidência CHIK* (100.000 hab.)	0,0	0,0	0,6	224,7	28,8	170,0	597,1	14,2	3,1	4,6	9,6
Casos prováveis ZIKA	0	0	7.226	31.953	641	603	1.075	70	13	0	0
Incidência ZIKA (100.000 hab.)	0,0	0,0	114,3	505,5	10,1	9,5	17,0	1,1	0,2	0,0	0,0

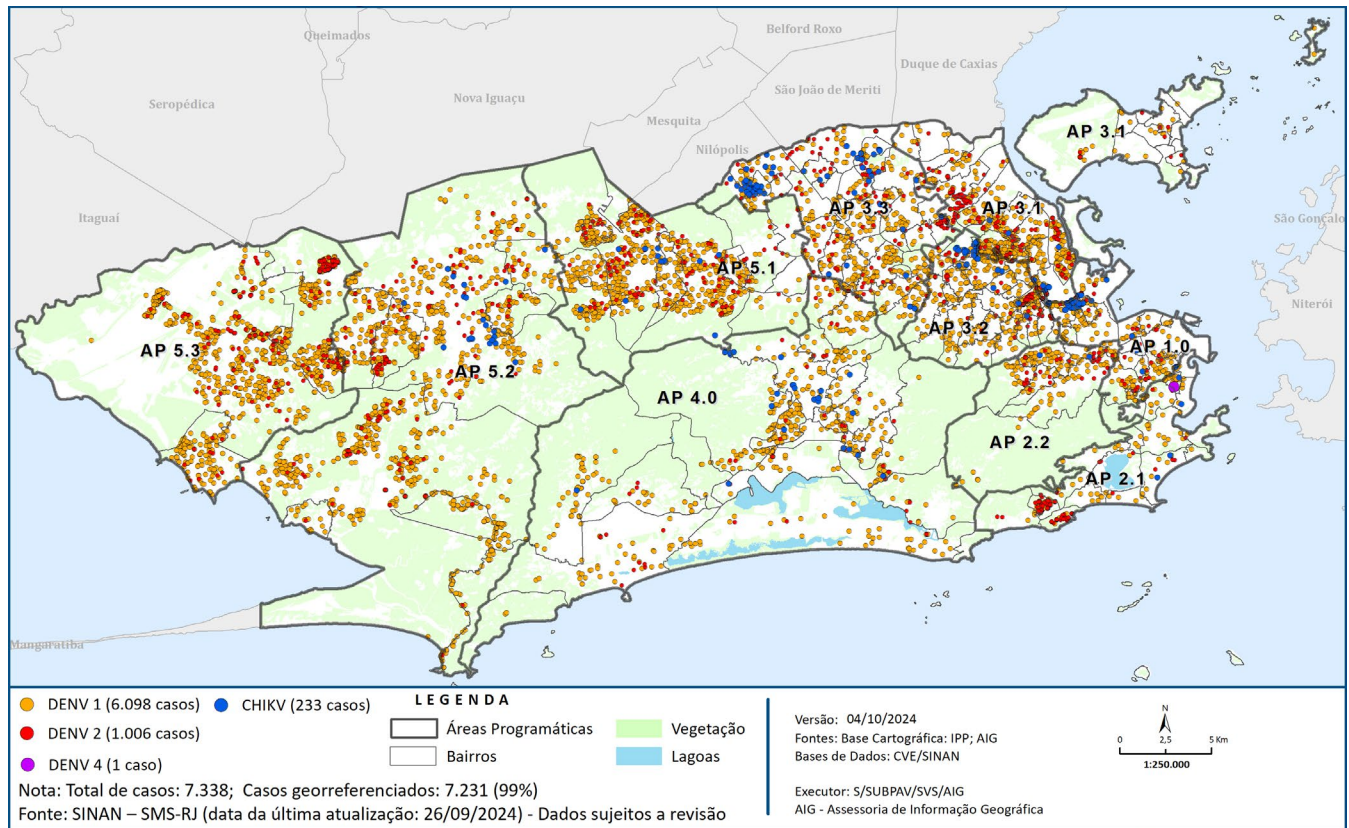
*CHIK = chikungunya. Fonte: SINAN NET. Acesso em: 23/09/2024 (Infográfico).

Gráfico 5. Casos prováveis e taxas de incidência de arboviroses urbanas em residentes no MRJ, segundo o ano de início dos sintomas, MRJ, 2013-2023



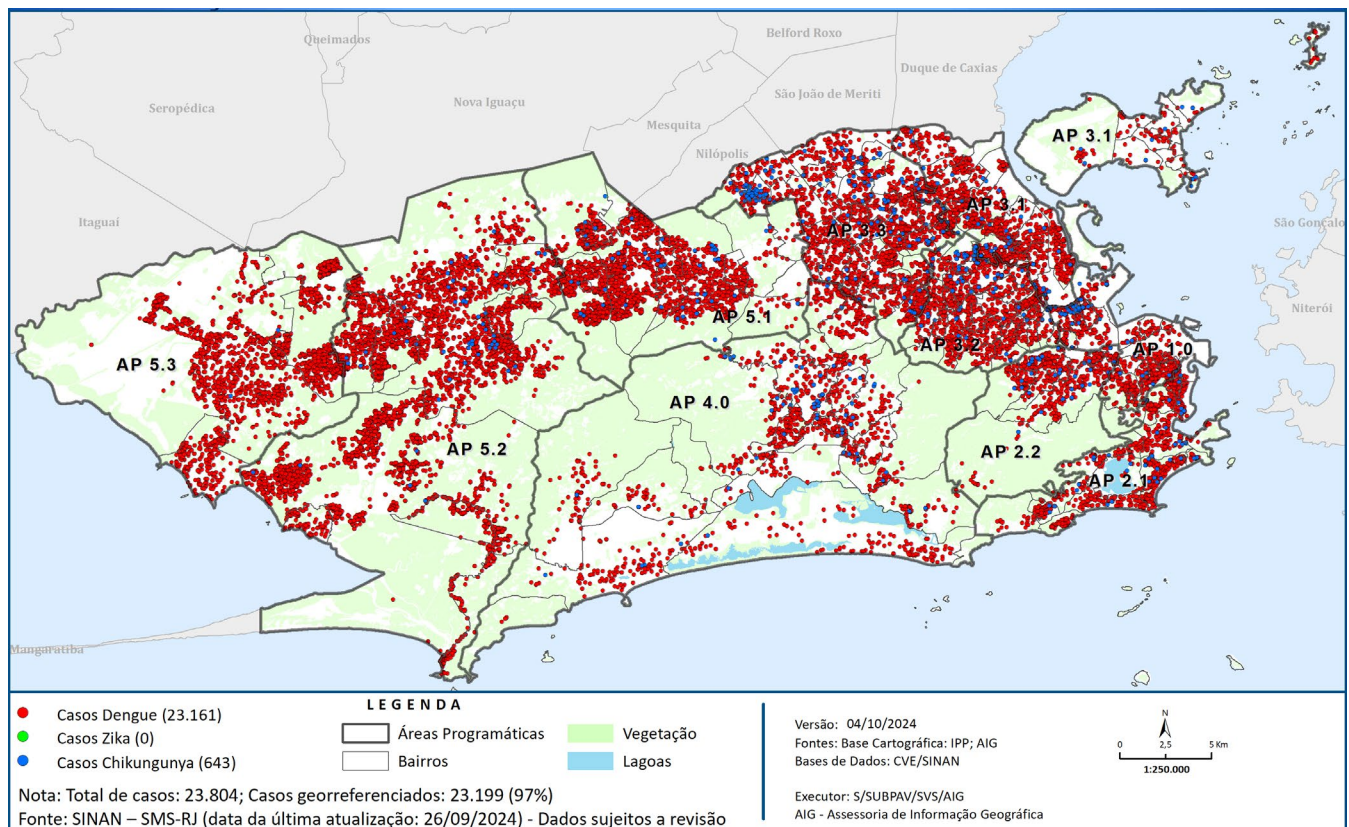
*CHIK = chikungunya. Fonte: SINAN NET. Acesso em: 23/09/2024 (Infográfico).

Figura 6. Distribuição espacial dos casos de Dengue e Chikungunya com confirmação laboratorial por biologia molecular (RT-PCR), segundo a CAP de residência, MRJ, 2023



Fonte: SINAN online. Atualizado em 26/09/2024, sem registro de identificação viral pelo vírus ZIKA.

Figura 7. Distribuição espacial dos casos prováveis de Dengue e Chikungunya, segundo a CAP de residência, MRJ, 2023



Fonte: SINAN online. Atualizado em 26/09/2024, sem registro de casos prováveis de infecção pelo vírus ZIKA.

6.6. SURTOS

Entende-se como surto a ocorrência de casos vinculados de uma doença ou agravo acima do esperado, em um período de tempo, em área geográfica restrita e bem delimitada ou em população institucionalizada (creches, quartéis, escolas, entre outros). Em situações de desastres, devido ao potencial de contaminação do ambiente, da água e alimentos, a possibilidade de ocorrência de surtos aumenta, especialmente de DDA (Doença Diarreica Aguda).

Tabela 8. Total de surtos e casos notificados nos surtos de DTHA, MRJ, 2014-2024*

PARÂMETROS	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Surtos	52	60	49	71	58	49	35	15	40	99	86	573
Casos	404	453	335	685	476	438	177	60	754	931	885	5.168

*Dados sujeitos à alteração. Fonte: SINAN NET. Acesso em: 29/09/2024.

6.7. DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

As doenças crônicas não transmissíveis no contexto de desastres apresentam desafios particulares, pois a gestão dessas condições de saúde pode ser comprometida devido à interrupção dos serviços de saúde e às condições adversas resultantes do desastre. Portanto, o planejamento específico para a gestão de doenças crônicas não transmissíveis é essencial no âmbito dos desastres, visando assegurar a continuidade do cuidado, a oferta de medicamentos essenciais e a proteção da saúde a longo prazo para as populações afetadas.

Tabela 9. Estimativa de hipertensos, diabéticos e pessoas com deficiência, por AP, MRJ, 2023

AP	ESTIMATIVA DE HIPERTENSOS	ESTIMATIVA DE DIABÉTICOS	ESTIMATIVA DE DEFICIENTES AUDITIVOS	ESTIMATIVA DE DEFICIENTES FÍSICOS	ESTIMATIVA DE DEFICIENTES INTELLECTUAIS	ESTIMATIVA DE DEFICIENTES VISUAIS
1.0	48.333	17.343	454	1.520	1.530	540
2.1	37.124	11.021	433	1.099	1.385	421
2.2	27.262	9.848	295	771	883	298
3.1	104.394	40.403	934	3.005	3.537	959
3.2	69.822	26.704	673	2.021	2.266	725
3.3	109.009	42.829	1.219	3.375	3.740	1.106
4.0	61.614	24.675	768	2.544	3.288	741
5.1	86.986	34.470	793	2.223	2.806	874
5.2	92.713	40.513	741	2.198	3.189	823
5.3	56.836	21.987	407	1.587	2.300	525
TOTAL	694.093	269.793	6.717	20.343	24.294	7.012

Nota: Dados sujeitos à alteração. Fonte: Superintendência de Atenção Primária / Coordenação das Linhas de Cuidado das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Coordenação de Reabilitação da Pessoa com Deficiência.

No município do Rio de Janeiro, as UAP utilizam prontuário eletrônico próprio para cadastro e acompanhamento da população adscrita. A atualização cadastral dos usuários (situação de saúde, número de residentes por domicílio, condições de moradia, entre outros) é de fundamental importância para a atuação na resposta à emergência em saúde pública associada ao desastre, e deve pautar, enquanto diagnóstico situacional, o plano de contingência de desastres local.

No que se refere ao registro e ao acompanhamento, é cadastrado no prontuário do cidadão a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) correspondente, e realizada a coordenação do cuidado de acordo com protocolos estabelecidos.

Para acompanhamento das listas de usuários com doenças crônicas não transmissíveis, recomenda-se a busca no prontuário eletrônico, com a finalidade de acompanhar e/ou estabelecer prioridades no atendimento frente ao desastre.

6.8. RISCOS E AGRAVOS À SAÚDE ASSOCIADOS A ONDAS DE CALOR

A maioria dos impactos da alteração climática na saúde resulta de processos complexos que afetam praticamente todos os órgãos e sistemas do corpo humano. Podendo ocorrer, por exemplo, o agravamento de doenças cardiovasculares devido ao estresse térmico causado por ondas de calor. A mudança climática também pode acentuar situações já existentes, tornando ainda mais vulneráveis as pessoas e comunidades que já enfrentam adversidades.

Na ocorrência de ondas de calor, a maioria das mortes é causada pelo agravamento de doenças infecciosas ou crônicas (cardiopulmonares, renais, endócrinas e psiquiátricas). Alguns sintomas, como insolação, edema nos membros inferiores, erupção cutânea no pescoço, dor de cabeça, irritabilidade, letargia e fraqueza, são comuns e se manifestam de acordo com a capacidade das pessoas em se adaptar ao calor extremo (OPAS, 2019). O grande tempo de exposição ao calor pode causar insolação (inclusive na sombra), desidratação, alterações no metabolismo (pressão arterial e descompensação cardiovascular), queimaduras ou exaustão térmica, e ressecamento de olhos e pele, além de irritação no nariz, em casos de baixa umidade do ar.

Esse tipo de evento pode afetar a capacidade de resposta oportuna dos serviços devido ao aumento da demanda por atendimento. Identificar os grupos com maior suscetibilidade e as situações que demandam maior atenção do setor de saúde proporciona a capacidade de realizar recomendações, adotar medidas específicas de proteção e otimizar o planejamento de intervenções para mitigar danos à saúde.

As incidências de períodos de calor intenso têm o potencial de grande impacto na população, contudo, grupos mais vulneráveis tornam-se mais suscetíveis aos impactos. Esses grupos mais vulneráveis englobam: crianças; idosos; pessoas em instituições de longa permanência; pessoas acamadas ou com mobilidade reduzida; gestantes e lactantes; pessoas com doenças crônicas; pessoas com deficiências, transtornos mentais ou sofrimento psicossocial; pessoas privadas de liberdade; trabalhadores ao ar livre; população em situação de rua; migrantes e refugiados; população de baixa renda; população com acesso limitado à água potável e comunidades rurais, indígenas e tradicionais.

Dado o aumento crescente e a intensificação das ondas de calor, é importante a elaboração de estratégias de enfrentamento, considerando a natureza subjetiva dos impactos na saúde e os riscos que representam para diversos segmentos da sociedade. O objetivo dessas estratégias é reduzir os efeitos adversos sobre a saúde e assegurar a prestação de atendimento adequado diante das diversas situações que possam comprometer a saúde da população.

Nesse sentido, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, por meio do Decreto Rio n.º 54.740, de 28 de junho de 2024, instituiu a classificação dos Níveis de Calor (NC) em cenários de risco relacionados a calor extremo, para definição de protocolos de ação no âmbito do município. Esse foi um trabalho conjunto da SMS-Rio com o Centro de Operações Rio (COR) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima (SMAC). Foram estabelecidos cinco NC, a partir de análises de dados de atendimentos na Rede de Urgência e Emergência e na Atenção Primária em Saúde, dados de mortalidade por causas associadas ao calor e as séries temporais de temperatura, umidade e índice de calor de redes de sensoriamento terrestre.

Os NC consideram a mediana do Índice de Calor (IC) e o tempo de exposição, e possuem como objetivo definir diretrizes de atuação para os diversos órgãos governamentais das diferentes esferas de governo, concessionárias de serviço público e empresas que prestam serviço no território da cidade do Rio de Janeiro e para a comunicação com os cidadãos. Eles funcionam como parâmetro de deflagração para gestão de risco climático de calor extremo.

Quadro 6. Níveis de Calor da cidade do Rio de Janeiro

NÍVEIS DE CALOR	CRITÉRIO
NC 1	Nível em que se registra IC menor ou igual a 36°C (trinta e seis graus <i>Celsius</i>), ou quando maior que 36°C por período menor que 4 (quatro) horas por dia.
NC 2	Nível em que há registro de IC acima de 36°C por, pelo menos, 4 (quatro) horas por dia por até 2 (dois) dias consecutivos.
NC 3	Nível em que há registro de IC entre 36°C e até 40°C em, pelo menos, 4 (quatro) horas por dia por, no mínimo, 3 (três) dias consecutivos.
NC 4	Nível em que há registro de IC entre 40°C e até 44°C por, pelo menos, 4 (quatro) horas por dia. Além disso, há previsão ou registro de mais 2 (dois) dias com IC maior que 36°C por 4 (quatro) horas por dia. O período deverá totalizar, no mínimo, 3 (três) dias consecutivos.
NC 5	Nível em que há registro de IC acima de 44°C por, pelo menos, 2 (duas) horas por dia. Além disso, há previsão ou registros de mais 2 (dois) dias com IC maior que 36°C por 4 (quatro) horas por dia. O período deverá totalizar, no mínimo, 3 (três) dias consecutivos.

Fontes: Decreto Rio n.º 54.740, de 28 de junho de 2024, e Portaria "N" n.º 03/2024, de 28 de junho de 2024.

Além disso, o Centro de Inteligência Epidemiológica (CIE) da Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS) desenvolveu um painel analítico e interativo com a integração de dados das estações meteorológicas da rede Alerta Rio, do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), da Rede de Meteorologia do Comando da Aeronáutica (REDEMET) e de modelos meteorológicos globais de *forecast* de grandes agências internacionais, para a emissão de alertas precoces sobre os níveis de calor da cidade.

Também foi instituído no decreto o Comitê de Desenvolvimento de Protocolos para Enfrentamento de Calor Extremo (CDPECE), para definição dos protocolos de enfrentamento ao calor extremo. O comitê é composto pelo COR, SMS-Rio e SMAC.

7. O MRJ NA PREPARAÇÃO, ALERTA E RESPOSTA AOS DESASTRES

7.1. ATUAÇÃO INTERSETORIAL ENTRE OS ÓRGÃOS DE RESPOSTA AOS DESASTRES

Para que a resposta aos desastres seja efetiva, é fundamental a integração de setores e órgãos de diferentes competências e responsabilidades, com abordagem sistêmica na gestão de riscos para desastres, cujas ações possuam relação entre si e jamais ocorram de maneira isolada.

O Centro de Operações do Rio (COR) é a estrutura municipal onde estão concentrados as soluções tecnológicas e os representantes dos diversos serviços públicos municipais implicados na adoção de medidas de alerta e alarme precoces e a coordenação da resposta às emergências. Em outras palavras, é a principal ferramenta para a gestão e a coordenação da resposta aos desastres. A SMS-Rio participa da bancada do COR, com profissionais durante 24 horas por dia, que atuam na interlocução entre diferentes órgãos para subsidiar ações coordenadas no monitoramento e na resposta aos desastres ocorridos na cidade.

Das ações da Defesa Civil do município do Rio de Janeiro, vale destacar o Sistema de Alerta e Alarme para chuvas fortes instalado em regiões com risco de deslizamento. Em momentos críticos de chuvas intensas, as sirenes são acionadas, com solicitação aos moradores para que se dirijam a um dos pontos de apoio existentes (Anexo 3). Além disso, a Defesa Civil possui o projeto dos Núcleos de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC), formado por um grupo de pessoas, que podem ser de segmentos variados, capacitados voluntariamente, que se colocam à disposição para atuar, quando necessário, junto às suas comunidades.

Em 2023 a Defesa Civil e a Superintendência de Vigilância em Saúde uniram esforços para a elaboração de treinamento sobre desastres aos profissionais de saúde da Atenção Primária à Saúde (APS). Esse treinamento possui dois módulos (saúde e defesa civil) e tem por objetivo principal fortalecer as ações de preparação, alerta e resposta às ocorrências de desastres nos territórios cobertos pela Estratégia Saúde da Família (ESF).

Dentre diversos pontos abordados, o treinamento destaca a relevância da identificação, acolhimento e manejo dos impactos na saúde da população, sejam eles imediatos, ou de médio e longo prazo. Reconhecendo que desastres podem impactar significativamente o bem-estar emocional e mental dos indivíduos, a capacitação inclui abordagens que orientam os profissionais a identificar sinais de sofrimento psicológico e a direcionar para o suporte apropriado, seja com apoio pela equipe eMulti ou pelos equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial. Assim, busca-se não apenas uma resposta imediata aos danos físicos, mas também a promoção da saúde mental, favorecendo a recuperação e a resiliência das comunidades afetadas.

Quadro 7. Órgãos públicos municipais e atuação nos desastres

ÓRGÃO/SETOR	ATUAÇÃO	DESTAQUES
Centro de Operações do Rio (COR)	Coordenação da resposta a desastres e alertas precoces.	Principal ferramenta de gestão de desastres.
Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil (SUBPDEC)	Prevenção e minimização de desastres.	Integra o SINPDEC; atua, de forma coordenada, com outros órgãos e população.
Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS)	Mitigação das necessidades imediatas da população atingida pelo desastre.	Promove suporte às famílias em situação de vulnerabilidade impactadas por desastres, garantindo o acolhimento institucional ou em alojamentos provisórios.
Secretaria Municipal de Saúde (SMS-Rio)	Fortalecimento da rede de atenção à saúde no enfrentamento aos desastres e seus impactos na saúde da população.	Gerencia o Programa Vigidesastres; atua na assistência à saúde da população atingida; gerencia, em conjunto com a Defesa Civil, o treinamento do Núcleo de Proteção, Defesa Civil e Saúde (NUPDEC SAÚDE) para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes da Vigilância em Saúde (AVS) do MRJ.

Fonte: Plano Verão 2023/2024: Ações Estratégicas e Integradas. Disponível em: <https://www.arcgis.com/home/item.html?id=8c692491b9af450ea7ea77b1a3cfc293>.

8. GESTÃO DE RISCOS PARA DESASTRES

A gestão de riscos é um processo contínuo e permanente, que abrange um conjunto de ações com a finalidade prevenir, reduzir e controlar, ao máximo, os fatores de risco presentes na localidade. No âmbito do Vigidesastres, a gestão de riscos relativa às emergências em saúde pública por desastres compreende principalmente atuação nas seguintes fases: I – preparação contra desastres; II – monitoramento, alerta e comunicação; e III – resposta e reabilitação (BRASIL, 2022).

Figura 8. Ciclo da gestão de risco para desastres.



Fonte: Brasil, 2022.

- **Preparação contra desastres:** São ações orientadas para o desenvolvimento de capacidade, instrumentos e mecanismo que permitam, antecipadamente, assegurar uma resposta adequada e efetiva.
- **Monitoramento, alerta e comunicação:** Informação oportuna e eficaz realizada por instituições definidas, que permite indivíduos e comunidades expostos aos perigos e ameaças realizar ações para reduzir os danos na iminência de um desastre. No município do Rio de Janeiro, o responsável pela emissão dos diferentes níveis de alerta é o Centro de Operações Rio (COR), nos termos do Decreto Rio n.º 468.813, de 25 de novembro de 2019, que dispõe sobre a classificação dos estágios operacionais para situações de emergência no âmbito do município do Rio de Janeiro.
- **Resposta e reabilitação:** Compreende as ações que serão executadas após a ocorrência de um desastre, mas que foram preparadas antes dele, e que têm por objetivo salvar vidas, reduzir o sofrimento humano e diminuir as perdas materiais.

9. CLASSIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE RISCO

Os estágios operacionais da cidade têm o objetivo de comunicar aos cidadãos e às equipes que atuam nos serviços da cidade (em especial, os relacionados a emergências, infraestrutura e logística urbana) como estão as condições operacionais dentro do território municipal (RIO DE JANEIRO, 2021). Os estágios informam, em tempo real, se a rotina da cidade segue conforme previsto ou se enfrenta problemas, e, em caso de problemas, qual é a severidade e seus impactos. Atrrelados aos estágios estão protocolos de ação para as equipes que atuam na cidade e também protocolos de comunicação aos cidadãos (RIO DE JANEIRO, 2021).

O plano de contingência apresentado teve metodologia própria já praticada pela SMS-Rio em sua construção de estágios. No entanto, considerando a necessidade de integração e unidade da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) no enfrentamento de emergências, os estágios das emergências de saúde pública estão de acordo com os estágios operacionais do COR, conforme quadro a seguir.

Quadro 8. Estágios operacionais da cidade e atuação do setor saúde, segundo a gestão de riscos para desastres

ESTÁGIOS DE MOBILIZAÇÃO	ATUAÇÃO DA SMS-RIO	IMPACTOS NO SETOR SAÚDE
ESTÁGIO 1	PREPARAÇÃO	Não há ocorrência ou indícios de emergências de saúde pública relacionadas a desastres e agravos.
ESTÁGIO 2	MONITORAMENTO, ALERTA E COMUNICAÇÃO	Risco e previsão de condições favoráveis à ocorrência relacionadas a desastres e agravos. Ações de comunicação interna (Rede de Atenção à Saúde) e externa; ações de sensibilização e preparo.
ESTÁGIO 3	MONITORAMENTO, ALERTA, COMUNICAÇÃO E RESPOSTA	Monitoramento contínuo da situação, para identificar e propor medidas oportunas para mitigar danos à saúde.
ESTÁGIO 4	RESPOSTA	Emergência com ocorrências de alto impacto ou incidência simultânea de ocorrências em diversas áreas da cidade com repercussão geral no MRJ. Até o Estágio 4 é facultativa a instalação do Centro de Operações de Emergência (COE).
ESTÁGIO 5	RESPOSTA E REABILITAÇÃO	Emergência instalada com impacto e múltiplos danos causados no MRJ, com reflexos relevantes e limitação da capacidade de resposta imediata. No Estágio 5 é mandatória a instalação do COE para receber e analisar os dados da avaliação de danos, identificar necessidades, definir ações estratégicas, elaborar comunicados e relatórios, além de manter as informações constantemente atualizadas.

Fonte: Elaboração própria.

10. SALA DE SITUAÇÃO (SS) DO SETOR SAÚDE

Trata-se de um espaço físico e virtual, composto por equipe técnica multidisciplinar capaz de realizar um diagnóstico situacional do problema, por meio de levantamento de informações utilizando sistemas de informação, levantamento *in loco*, entre outras fontes, visando apoiar a gestão em um processo decisório diante de uma Emergência em Saúde Pública (ESP). A sala de situação deve demonstrar as ações e atividades técnicas a serem realizadas durante o evento de desastre, de forma articulada com as demais áreas técnicas envolvidas na ESP.

Na SMS-Rio, a SS atua nas diferentes áreas e níveis da vigilância em saúde, constituindo, assim, uma assessoria direta apta a gerar informações oportunas e relevantes com vistas a apoiar o processo de tomada de decisões com embasamento técnico-científica.

As responsabilidades da Sala de Situação de desastres são:

- Acompanhar e avaliar as informações enviadas pelos técnicos do Programa Vigidesastres da Coordenação de Vigilância em Saúde Ambiental (CVSA), da Coordenação de Informação Estratégica de Vigilância em Saúde (CIEVS), do Centro de Inteligência Epidemiológica (CIE), de outras áreas técnicas e de fontes externas;
- Analisar as informações relevantes, objetivando nortear a tomada de decisão para as operações de resposta;
- Estabelecer as prioridades de resposta e desencadeamento das ações;
- Definir os tipos de suporte necessários às ações desencadeadas na resposta à emergência, levando-se em consideração a previsão de evolução dos impactos do evento;
- Mobilizar os recursos humanos e materiais necessários;
- Elaborar relatórios situacionais, incluindo resumo das decisões e ações de resposta, além de emissão de recomendações técnicas;
- Preparar e divulgar informes/relatórios;
- Articular com as diversas áreas da esfera federal, estadual e municipal envolvidas na resposta;
- Coordenar a avaliação pós-evento (lições aprendidas).

11. CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA (COE)

O COE Saúde tem o propósito de conduzir as ações de redução do risco e gerenciamento de desastres, e deverá ser constituído por todas as áreas da SMS-Rio, organizado com representantes de diferentes setores (SUBPAV, CVE, CVSA, CPI, CIEVS, ASCOM, SUBHUE, SAP, SUBGERAL, IVISA, entre outros) — em caso de necessidade, outros setores poderão ser inseridos. Sua estruturação deve permitir a análise dos dados e das informações para subsidiar: a tomada de decisão dos gestores e técnicos; a definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento a ESP; a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde; e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS.

Deverá ser representado por um porta-voz oficial para desempenhar a função de divulgar as informações e comunicar as decisões determinadas pelo comitê, com o intuito de evitar informações cruzadas ou desencontradas, que possam causar desconfiança ou insegurança na população, tendo como Coordenador o próprio Secretário Municipal de Saúde.

O COE é facultativo até o Estágio 4 dos níveis operacionais do Centro de Operações Rio (COR).

12. AÇÕES E RECURSOS NECESSÁRIOS COM BASE NA GESTÃO DE RISCOS PARA DESASTRES

As ações descritas a seguir baseiam-se na gestão de risco de desastres, de acordo com a Portaria GM/MS n.º 4.185, e devem ser aplicadas no âmbito da SMS-Rio, de acordo com os níveis operacionais e emissão de alerta.

Na resposta ao evento de desastre, devem ser utilizados os documentos Vigidesastres/Vigidados “Formulário de Registro de Ocorrência” e “Formulário de Monitoramento Pós-ocorrência” (Apêndice 2) para a coleta de dados ambientais e epidemiológicos, com a finalidade de identificar, monitorar e responder, de forma oportuna, aos eventos que ocorrem no MRJ. Estes documentos foram criados pela SVS, com a contribuição de suas coordenações, e se encontram hospedados no Sistema Municipal de Informações Urbanas (SIURB), com a digitação sendo de responsabilidade do profissional cadastrado no sistema, a partir do levantamento das informações de toda a rede de assistência à saúde.

Fica a cargo do Programa Vigidesastres (do MRJ) e da Coordenação de Informação Estratégica de Vigilância em Saúde (CIEVS) o acompanhamento e o monitoramento das digitações dos eventos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, bem como o compartilhamento das informações detectadas no sistema.

12.1. PREPARAÇÃO

AÇÕES	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	ÁREAS ENVOLVIDAS
Compartilhar informações sobre desastres (articulação interinstitucional).	Defesa Civil; Setor Saúde; e COR	Vigilância em Saúde (CIEVS, NHVE, RENAHEH) e demais áreas
Elaborar e divulgar o Plano de Contingência.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde (Vigidesastres); Atenção à Saúde e parceiros
Realizar análise de situação (identificação das vulnerabilidades, perfil epidemiológico local).	Setor Saúde	Vigilância em Saúde (Vigidesastres, RENAHEH) e Atenção à Saúde (Atenção Primária à Saúde)
Identificar populações vulneráveis (crianças, gestantes, idosos, portadores de necessidades especiais), bem como aspectos relacionados às precárias habitações e condições de vida.	Setor Saúde	Atenção à Saúde (Atenção Primária à Saúde)
Manter atualizado o cadastro do cidadão no prontuário eletrônico.	Setor Saúde	Atenção à Saúde (Atenção Primária à Saúde)
Definir equipe de resposta rápida ao acionamento do comitê.	Setor Saúde	Atenção à Saúde
Estabelecer e implementar fluxo de comunicação entre unidades de saúde e demais órgãos.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde (Vigidesastres) e parceiros
Instituir um comitê de saúde em desastres para articular e organizar a atuação da SMS-Rio em situação de desastres.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde e Atenção à Saúde
Garantir os materiais e insumos mínimos para atenção à saúde.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde; Atenção à Saúde; e Núcleo de Assistência Farmacêutica
Promover capacitações, treinamentos e simulados para atuação do setor saúde.	Setor Saúde; e Defesa Civil	Vigilância em Saúde; e Atenção à Saúde
Apoiar na localização dos pontos críticos de alagamento e deslizamento no território e informar para a referência de vigilância em saúde local para posterior consolidação e análise no nível central.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde; e Atenção à Saúde (Atenção Primária à Saúde)
Orientar a população que fiquem em alerta quando do disparo das sirenes e demais alertas, para evacuação do local para o ponto de apoio previamente definido.	Setor Saúde; e Defesa Civil	Atenção à Saúde (Atenção Primária à Saúde)

AÇÕES	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	ÁREAS ENVOLVIDAS
Apoiar na identificação e no mapeamento de possíveis pontos de apoio e abrigos que serão utilizados nos territórios em casos de desastre.	Setor Saúde; e SMAS	Vigilância em Saúde (Vigidesastres)
Identificar, validar e mapear os pontos críticos de alagamento e deslizamento no território.	Setor Saúde; e Defesa Civil	Vigilância em Saúde (Vigidesastres)
Manter suprimento de vacinas e soros específicos para doenças infecciosas, seja para utilização profilática ou terapêutica, quando da ocorrência de casos.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde
Manter suprimento de soros antivenenos, para profilaxia ou tratamento de situações de acidentes com animais peçonhentos em virtude das vulnerabilidades ambientais geradas pelo desastre.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde
Manter suprimento de insumos, como desinfetante de água para consumo humano (hipoclorito de sódio a 2,5% ou outros), para atendimento à população em caso de contaminação.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde (Vigidesastres)
Monitorar, 24 horas por dia, a frequência de acesso e a disponibilidade de leitos da rede hospitalar municipal.	Setor Saúde	Complexo Regulador
Manter, 24 horas por dia, equipe de suporte no COR, mantendo o alerta de comunicação junto ao Complexo Regulador e unidades de referência.	Setor Saúde	Complexo Regulador
Estabelecer sistemas de alerta para eventos climáticos extremos e previsão de surtos de doenças, elaborar planos de intervenção e conscientização pública, e identificar os grupos de maior risco.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde
Colaborar com pesquisas científicas destinadas a compreender melhor as causas dos efeitos da mudança do clima na saúde e desenvolver medidas eficazes de prevenção.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde
Fortalecer a vigilância epidemiológica da morbidade e da mortalidade de doenças associadas ao calor.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde

Fonte: Elaboração própria.

12.2. MONITORAMENTO, ALERTA E COMUNICAÇÃO

AÇÕES	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	ÁREAS ENVOLVIDAS
Acompanhar diariamente os sistemas de informações oficiais quanto aos alertas do COR.	Setor Saúde; Defesa Civil; e COR	Vigilância em Saúde e Atenção à Saúde
Emitir alertas sobre potencial ESP por desastres.	Setor Saúde; Defesa Civil; e COR	Vigilância em Saúde (Vigidesastres, CIEVS, RENAVEH)
Identificar os fatores de risco à saúde.	Setor Saúde; e Defesa Civil	Vigilância em Saúde e Atenção à Saúde (Atenção Primária à Saúde)
Monitorar as populações vulneráveis.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde e Atenção à Saúde (Atenção Primária à Saúde)
Estabelecer comunicação entre unidades de saúde e demais órgãos.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde e Atenção à Saúde
Estabelecer fluxo diário, para monitorar as notificações e uma rotina de retroalimentação da informação para disseminar, de forma adequada e oportuna, os informes epidemiológicos sobre a situação local, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão e o aperfeiçoamento do processo de gestão.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde (Vigidesastres e demais áreas da vigilância)
Compartilhar com a população informações dos riscos ambientais presentes; informar sobre doenças e agravos decorrentes do contato com água da chuva, lama, entulhos, vetores, animais (roedores, peçonhentos, aracnídeos) e outros, além das vacinações recomendadas nesta situação.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde e Atenção à Saúde (Atenção Primária à Saúde)

Fonte: Elaboração própria.

12.3. RESPOSTA

AÇÕES	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	ÁREAS ENVOLVIDAS
Monitorar os desastres.	Setor Saúde; e Defesa Civil	Vigilância em Saúde (Vigidesastres, Rede CIEVS)
Realizar avaliação de danos e necessidades de saúde.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde (Vigidesastres, Rede CIEVS) e Atenção à Saúde

AÇÕES	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	ÁREAS ENVOLVIDAS
Acionar equipe de resposta rápida previamente definida.	Setor Saúde	Atenção à Saúde
Fornecer dados imediatos do número estimado da população atingida e condições do território e das moradias, com base no cadastro da população local.	Setor Saúde	Atenção à Saúde (Atenção Primária)
Fornecer listagem de pacientes com mobilidade restrita, acamados, idosos, gestantes e crianças com base no cadastro da população local, para órgãos de busca e salvamento.	Setor Saúde	Atenção à Saúde (Atenção Primária)
Prover o Centro de Operações de Emergência (COE) com informações imediatas e oportunas sobre a situação, para subsidiar a tomada de decisões.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde
Receber informações oriundas da Sala de Situação, para monitoramento diário do evento.	Setor Saúde	Atenção à Saúde
Articular com a Defesa Civil e com a Assistência Social, para a obtenção de dados sobre danos humanos na ocorrência de um desastre.	Setor Saúde; SMAS; e Defesa Civil	Vigilância em saúde (Vigidesastres e CIEVS)
Solicitar à Secretaria de Estado de Saúde (SES) kit de medicamentos e insumos, conforme Portaria GM/MS n.º 874, de 4 de maio de 2021 (quando necessário).	Setor Saúde	Vigilância em Saúde (Vigidesastres)
Distribuir hipoclorito de sódio 2,5% aos domicílios com interrupção de água para consumo (quando necessário) (Apêndice 3).	Setor Saúde	Vigilância em Saúde (Vigidesastres) e Atenção à Saúde (Atenção Primária)
Realizar atualização vacinal da população atingida, conforme Instrução normativa do calendário nacional de vacinação vigente, com ênfase nas vacinas prioritárias, conforme diretrizes do DPNI/MS: influenza e covid-19 (abrigados, socorristas e população em geral, acima de 6 meses, conforme disponibilidade das vacinas); vacinas com componente antitetânico (socorristas, população com ferimento, gestantes); e hepatite A (crianças a partir de 1 ano de idade, indivíduos com condições especiais e gestantes em abrigos).	Setor Saúde	Vigilância em Saúde e Atenção à Saúde

AÇÕES	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	ÁREAS ENVOLVIDAS
Adotar vacinação de bloqueio, quando necessário, conforme diretrizes do DPNI/MS: vacina raiva humana (pré-exposição para grupos de risco ocupacional ou pós-exposição para os acidentados com animais); vacinas com componente antitetânico (socorristas, população com ferimento e gestantes); hepatite A (crianças a partir de 1 ano de idade, indivíduos especiais e gestantes em abrigos).	Setor Saúde	Vigilância em Saúde e Atenção à Saúde
Adotar imunização passiva, quando necessário, conforme diretrizes do DPNI/MS: soros antivenenos, em indivíduos expostos aos acidentes com escorpião, cobras e aranhas.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde e Atenção à Saúde
Reorganizar a oferta de serviços constantes na Carteira de Serviços, focando nas ações essenciais e flexibilizando a agenda das equipes para suporte à necessidade premente.	Setor Saúde	Atenção à Saúde
Assegurar os registros de atendimento a população atingida, no prontuário eletrônico do paciente. Além dos CID-10 utilizados para as condições específicas vividas por cada usuário, se faz fundamental a utilização do CID-10 correspondente ao tipo de desastre (Apêndice 4), com a data do diagnóstico correspondendo à data do evento.	Setor Saúde	Atenção à Saúde
Reorganizar fluxos dos consultórios, sala de curativos e sala de medicação, para ampliação dos pontos de atendimento.	Setor Saúde	Atenção à Saúde
Reorganizar agenda de atendimentos com priorização de consultas em livre demanda.	Setor Saúde	Atenção à Saúde
Identificar surtos e informar à vigilância em saúde.	Setor Saúde	Atenção à Saúde
Executar estratégia de atendimento em situações de população abrigada.	Setor Saúde	Atenção à Saúde
Auxiliar a mobilidade de moradores para pontos de apoio temporário em áreas de risco de deslizamento que possuam sistema de sirenes.	Setor Saúde	Atenção à Saúde
Atender aos casos em situações de urgência e emergência e, havendo necessidade, solicitar a remoção do paciente à Central de Regulação do município, pela plataforma Vaga Zero.	Setor Saúde	Atenção à Saúde

AÇÕES	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	ÁREAS ENVOLVIDAS
Realizar a regulação de pacientes de acordo com perfil, demanda e disponibilidade da rede de urgência e emergência.	Setor Saúde	Complexo Regulador
Fazer busca ativa de casos suspeitos de agravos de notificação e/ou de relevância epidemiológica, dadas as circunstâncias, nos locais atingidos e, principalmente, nas instituições que atuam como pontos de apoio e/ou abrigos.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde
Analisar os dados dos formulários, conforme orientação do Ministério da Saúde (Adan-SUS) e outras planilhas, quando houver, para fazer uma avaliação epidemiológica rápida, com a finalidade de estabelecer as prioridades de atuação.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde (Vigidesastres)
Detectar precocemente os surtos e executar ações para o controle imediato de doenças transmissíveis e não transmissíveis relacionadas aos desastres naturais, tais como: doenças de veiculação e transmissão hídrica-alimentar, doenças imunopreveníveis, doenças transmitidas por vetores, doenças cardiovasculares, transtornos psicossociais, doenças respiratórias agudas e crônicas e outras.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde e Atenção à Saúde
Promover vigilância e notificar os agravos decorrentes da situação de desastres.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde e Atenção à Saúde (Atenção Primária à Saúde)
Intensificar as ações de prevenção e controle de vetores, hospedeiros e reservatórios de doenças.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde (CVSA)
Articular com o Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária (IVISA-Rio) a realização de inspeção sanitária.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde
Viabilizar soros específicos para doenças infecciosas, seja para utilização profilática ou terapêutica, quando da ocorrência de casos.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde
Disponibilizar, em caso de onda de calor, pontos de hidratação com poltronas e leitos com opções de hidratação venosa e oral nas unidades de saúde.	Setor Saúde	Atenção à Saúde (Atenção Primária à Saúde)

AÇÕES	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	ÁREAS ENVOLVIDAS
Distribuição de água e isotônicos para pessoas em situação de rua, além de roupas, chinelos e protetor solar, em caso de onda de calor.	Setor Saúde	Atenção à Saúde (Atenção Primária à Saúde)
Oferta de potinhos de água para pets em jardins das unidades, em caso de onda de calor.	Setor Saúde	Atenção à Saúde (Atenção Primária à Saúde)
Investigar, de imediato, os casos suspeitos das doenças notificadas pós-desastre.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde

Fonte: Elaboração própria.

12.4. REABILITAÇÃO

AÇÕES	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	ÁREAS ENVOLVIDAS
Realizar avaliação complementar dos danos e impactos à saúde (infraestrutura, doenças e agravos).	Setor Saúde	Vigilância em Saúde; Atenção à Saúde; e demais órgãos
Reorganizar os serviços de Atenção à Saúde e Vigilância em Saúde, conforme necessidade.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde; e Atenção à Saúde
Avaliar a atuação na preparação e resposta aos desastres — lições aprendidas.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde; Atenção à Saúde; e demais órgãos
Revisar e adequar o plano de preparação e resposta, os protocolos e procedimentos.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde; Atenção à Saúde; e demais órgãos
Garantir a oferta de serviços e o planejamento de ações que visem à recuperação da saúde da população sob sua responsabilidade sanitária.	Setor Saúde	Atenção à Saúde
Advogar pela população, auxiliando na articulação com outros equipamentos sociais do território na garantia de serviços e direitos necessários à sua recuperação.	Setor Saúde	Atenção à Saúde
Intensificar a Vigilância Epidemiológica de doenças de interesse (sentinela).	Setor Saúde	Vigilância em Saúde (CIEVS)
Divulgar no âmbito da SMS-Rio boletins informativos sobre os eventos em monitoramento.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde
Organizar vigilância epidemiológica (de saúde física e mental) após eventos climáticos extremos.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde

AÇÕES	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	ÁREAS ENVOLVIDAS
Orientar medidas de prevenção e controle de doenças infecciosas, sob a orientação da Vigilância em Saúde, executando avaliação clínica e laboratorial de casos suspeitos, vacinação de bloqueio e intensificação para prevenção de doenças de maior probabilidade em desastres naturais, como: hepatite A, varicela, tétano, difteria, sarampo, rubéola, caxumba, influenza e covid-19 (para população prioritária); e coqueluche, meningite C, meningite por <i>Haemophilus influenzae b</i> , pneumonia por pneumococo, gastroenterite por rotavírus (para menores de 1 anos de idade), conforme indicações do calendário de vacinação estabelecido.	Setor Saúde	Atenção à Saúde (Atenção Primária à Saúde)
Realizar vigilância ativa, para identificação oportuna de casos suspeitos de leptospirose, tendo em vista que o período de incubação da doença pode ser de 1 a 30 dias (média de 5 a 14 dias após exposição).	Setor Saúde	Vigilância em Saúde (CVE, CIEVS, NHVE, RENAVH)
Produzir e divulgar informes sobre a recomendação de avaliação médica, até 30 dias após exposição à água de enchente e/ou lama, dos indivíduos que apresentem quadro indicativo de leptospirose (febre, mialgia, cefaleia ou outros sintomas clínicos).	Setor Saúde	Vigilância em Saúde e Atenção à Saúde
Consolidar dados do número de doses aplicadas de vacinas, segundo estratégia, bloqueio ou intensificação, bem como número de ampolas de soros utilizadas.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde (CPI)
Manter equipe de Vigilância em Saúde com informações técnicas e normativas atualizadas quanto ao calendário de vacinação para crianças, adolescentes, adultos e idosos, bem como os imunobiológicos especiais e soros, se necessário.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde (CPI)
Disponibilizar equipe e acesso prioritário aos serviços de laboratórios públicos e privados, para apoio diagnóstico urgente e necessário para vigilância e controle das possíveis doenças e agravos.	Setor Saúde	Vigilância em Saúde

Fonte: Elaboração própria.

13. COORDENAÇÃO DO PROGRAMA VIGIDESASTRES DO MRJ

A gestão do Programa Vigidesastres no MRJ fica a cargo da Superintendência de Vigilância em Saúde (SVS), na Coordenação de Vigilância em Saúde Ambiental (CVSA).

Contatos:

- **Gislani Mateus Oliveira Aguiar**
E-mail: sv.s.msrio@gmail.com // Telefone: 2293-4404
- **Rafael do Nascimento Pinheiro**
E-mail: cvsa.msrio@gmail.com // Telefone: 2589-4019
- **José Carlos Ortiz Júnior**
E-mail: cvsa.msrio@gmail.com // Telefone: 2589-4019

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Entenda a diferença entre os tipos de desastres naturais e tecnológicos registrados no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/ultimas-noticias/entenda-a-diferenca-entre-os-tipos-de-desastres-naturais-e-tecnologicos-registrados-no-brasil>. Acesso em: 17 de novembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Técnica n.º 18/2023-CGICI/DIMU/SVSA/MS, recomenda a inclusão de comorbidades como grupo prioritário para recebimento de dose de reforço com a vacina covid-19 bivalente**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/coronavirus/notas-tecnicas/2023/nota-tecnica-no-18-2023-cgici-dimu-svsa-ms/view>. Acesso em: 30 de novembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS n.º 4.185, de 1.º de dezembro de 2022**, altera a Portaria de Consolidação GM/MS n.º 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres — Vigidesastres, no âmbito do SUS. Disponível em: <https://www.conass.org.br/conass-informa-n-259-2022-publicada-a-portaria-gm-n-4185-que-altera-a-portaria-de-consolidacao-gm-ms-no-5-de-28-de-setembro-de-2017-para-instituir-o-programa-nacional-de-vigilancia-em-sa/>. Acesso em: 16 de novembro de 2023.

BRASIL. Portaria GM/MS n.º 217, de 1.º de março de 2023, altera a **Portaria de Consolidação n.º 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017**. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt0217_02_03_2023.html. Acesso em: 17 de novembro de 2023.

COBRADE. **Classificação e Codificação Brasileira de Desastres**. Disponível em: <http://www.defesacivil.rj.gov.br/images/formularios/COBRADE.pdf>. Acesso em: 17 de novembro de 2023.

EIRD. Glosario de la Estrategia. [S.l.]. Disponível em: <https://www.eird.org/gestion-del-riesgo/glosario.pdf>. Apud OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Ministério da Saúde. **Desastres Naturais e Saúde no Brasil**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/7678/9788581100210_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 de novembro de 2023.

FREITAS, *et al.* **Guia de preparação e respostas do setor saúde aos desastres**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz/Secretaria de Vigilância em Saúde, 2018.

NARVÁEZ, *et al.* **La gestión del riesgo de desastres: un enfoque basado en procesos**. San Isidro: Secretaría General de la Comunidad Andina; 2009.

OPAS/OMS. **OPAS/OMS chama países a se prepararem para ondas de calor no hemisfério sul**. 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/20-12-2019-opasoms-chama-paises-se-prepararem-para-ondas-calor-no-hemisferio-sul>. Acesso em: 16 de novembro de 2023.

OPAS/OMS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Mudança do clima para profissionais da saúde: Guia de bolso, 2020**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documentos/mudanca-do-clima-para-profissionais-da-saude-guia-bolso>. Acesso em: 16 de novembro de 2023.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. **Decreto n.º 54.740**, de 28 de junho 2024. Dispõe sobre a classificação dos Níveis de Calor em cenários de risco relacionados a calor extremo para definição de protocolos de ação no âmbito do município, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1º de julho de 2024.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil. **Plano de Contingência 2021-2022**. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7502221/4349502/PLANODECONTINGENCIA20212022.pdf>. Acesso em: 17 de novembro de 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE 1. RELAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE EM ÁREAS VULNERÁVEIS AOS EVENTOS GEOLÓGICOS E HIDROLÓGICOS

CNES	UNIDADE DE SAÚDE	ENDEREÇO	BAIRRO
9072640	CF Mestre Molequinho do Império — AP 3.3	Rua Iguazu, s/n.º	Engenheiro Leal
9072659	CF Wilma Costa — AP 3.1	Parque Poeta Manuel Bandeira, s/n.º	Cocotá
9391983	CMS José Paranhos Fontenelle — AP 3.1	Rua Leopoldina Rego, 700	Penha
7088574	CF Manoel Fernandes de Araújo — AP 3.3	Rua Laudo de Camargo, s/n.º	Pavuna

CNES	UNIDADE DE SAÚDE	ENDEREÇO	BAIRRO
5358612	CMS Casa Branca — AP 2.2	Estrada da Casa Branca, 200	Tijuca
2269732	CMS Carmela Dutra — AP 3.3	Avenida dos Italianos, 480	Rocha Miranda
2295237	CF João Batista Chagas — AP 5.3	Rua Pitombeiras, s/n.º	Paciência
2269341	Hospital Municipal Jesus — AP 2.2	Rua Oito de Dezembro, 717	Vila Isabel
2708434	CMS Manoel José Ferreira — AP 2.1	Rua Silveira Martins, 161	Catete
7856954	CMS Newton Alves Cardozo — AP 3.1	Rua Dr. Antônio Monteiro, 191	Jardim Carioca
6869009	CF Ana Maria Conceição dos Santos Correia — AP 3.3	Avenida Vicente de Carvalho, 1.086	Vila Kosmos
6919626	CF Sérgio Nicolau Amin — AP 3.2	Praça da Confederação Suíça, s/n.º	Del Castilho
6927289	CF Otto Alves de Carvalho — AP 4.0	Avenida Engenheiro Souza Filho, s/n.º	Jacarepaguá
6932916	CF Joãosinho Trinta — AP 3.1	Rua Anamá, 55	Vigário Geral
2295407	Hospital Municipal Rocha Faria — AP 5.2	Avenida Cesário de Melo, 3.215	Campo Grande
6664075	CF Felipe Cardoso — AP 3.1	Avenida Nossa Senhora da Penha, 42	Penha
2295032	CMS Maria Cristina Roma Paugartten — AP 3.1	Rua Joaquim Gomes, s/n.º	Ramos
2273187	Hospital Municipal Álvaro Ramos — AP 4.0	Rua Adauto Botelho	Jacarepaguá
2273578	CMS Cesário de Mello — AP 5.3	Rua 2, s/n.º	Santa Cruz
7723296	CF Everton de Souza Santos — AP 5.2	Estrada de Moricaba, s/n.º	Senador Vasconcelos
5476607	CF Adib Jatene — AP 3.1	Avenida Bento Ribeiro Dantas, s/n.º	Maré
7108265	CF Dante Romanó Júnior — AP 3.3	Rua Carolina Machado, s/n.º	Marechal Hermes
6028233	CF Estácio de Sá — AP 1.0	Rua do Bispo, 159	Rio Comprido
6029965	CF Marcos Valadão — AP 3.3	Avenida Pastor Martin Luther King Jr., 10.976	Acari
6804209	CF Assis Valente — AP 3.1	Estrada das Canárias, s/n.º	Galeão
5315026	CMS Fazenda Botafogo — AP 3.3	Rua Arnaldo Guinle, s/n.º	Coelho Neto
5179726	CF Aloysio Augusto Novis — AP 3.1	Avenida Brás de Pina, 651	Penha Circular
6496989	CF Cantagalo Pavão Pavãozinho — AP 2.1	Ladeira Saint Roman, 172	Copacabana
6514022	CF Victor Valla — AP 3.1	Avenida Dom Hélder Câmara, 1.390	Manguinhos
6524486	CF Rodrigo Y Aguilar Roig — AP 3.1	Estrada do Itararé, 650	Complexo do Alemão
2270269	Hospital Municipal Miguel Couto — AP 2.1	Mário Ribeiro, 117	Gávea
2270439	CMS Henrique Monat — AP 5.1	Estrada do Quafa, 07	Bangu
7990286	CMS Rocha Maia — AP 2.1	Rua General Severiano, 91	Botafogo
9075143	CF Klebel de Oliveira Rocha — AP 3.1	Praça Clomir Teles Cerbino, s/n.º	Olaria
9079939	CF Medalhista Olímpico Maurício Silva — AP 1.0	Avenida Carlos Matoso Correia	Benfica

CNES	UNIDADE DE SAÚDE	ENDEREÇO	BAIRRO
9442251	CF Jeremias Moraes da Silva — AP 3.1	Rua Teixeira Ribeiro, s/n.º	Maré
9107835	CF Valter Felisbino de Souza — AP 3.1	Rua Diomedes Trota, 259	Ramos
3785025	CF Recanto do Trovador — AP 2.2	Rua Visconde de Santa Isabel, 272	Vila Isabel
6742831	UPA 24 Horas Senador Camará — AP 5.1	Avenida Santa Cruz, 6.486	Senador Camará
2273640	CMS Madre Teresa de Calcutá — AP 3.1	Avenida Ilha das Enxadas, 100	Bancários
7052049	CF Carioca — AP 3.2	Rua Bérgamo, 320	Rocha
6023320	CF Augusto Boal — AP 3.1	Avenida Guilherme Maxwel, 901	Maré
9131795	CF Erivaldo Fernandes Nóbrega — AP 3.2	Rua Rio Grande do Sul, 26	Méier
6664040	CF Heitor dos Prazeres — AP 3.1	Rua Iguaperiba, s/n.º	Brás de Pina
6938124	UPA 24 Horas Paciência — AP 5.3	Estrada Santa Eugênia, s/n.º	Paciência
6784720	CMS Itanhangá — AP 4.0	Estrada do Itanhangá, 270	Itanhangá
6635709	CF José de Paula Lopes Pontes — AP 5.2	Rua Jaburu, s/n.º	Guaratiba
5457009	CMS Iraci Lopes — AP 3.1	Rua Antônio Mendes, 02	Vigário Geral
2280272	CMS Maria Augusta Estrella — AP 2.2	Rua Visconde de Santa Isabel, 56	Vila Isabel
2280795	CMS João Barros Barreto — AP 2.1	Rua Tenreiro Aranha, s/n.º	Copacabana
5044685	CF Enfermeira Edma Valadão — AP 3.3	Avenida Brasil, 18.476	Acari
6762042	CF Edney Canazaro de Oliveira — AP 3.2	Avenida Marechal Rondon, s/n.º	Sampaio
7523246	CF Nélio de Oliveira — AP 1.0	Rua Rivadávia Corrêa, 188	Gamboa
0189200	CF Engenheiro Sanitarista Paulo D'Aguila — AP 3.3	Rua Jorge Schmidt, 331	Marechal Hermes
9067078	CF Odalea Firmo Dutra — AP 2.2	Rua Botucatu, 633	Grajaú
2269554	CMS Belizário Penna — AP 5.2	Rua Franklin, 29	Campo Grande
2270056	Hospital Maternidade Paulino Werneck — AP 3.1	Estrada da Cacuia, 745	Ilha do Governador
2269902	CMS José Breves dos Santos — AP 3.1	Rua Mar Grande, 10	Cordovil
2280787	CMS Nilza Rosa — AP 2.2	Rua Castelnuovo, 150	Tijuca
2280744	CMS Carlos Gentile de Mello — AP 3.2	Rua Bicuíba, 181	Engenho Novo
2269953	CMS Salles Netto — AP 1.0	Praça Condessa Paulo de Frontin, 52	Rio Comprido
2708167	CMS Cesar Pernetta — AP 3.2	Rua Ana Barbosa, 21	Méier
2269376	CMS Heitor Beltrão — AP 2.2	Rua Desembargador Isidro, 144	Tijuca
6559735	CF Lenice Maria Monteiro Coelho — AP 5.3	Rua José Carlos Matta Machado, s/n.º	Santa Cruz
2296535	CMS Nagib Jorge Farah — AP 3.1	Praça Soldado Michel Cheib, s/n.º	Jardim América
0265233	CF Padre Marcos Vinício Miranda Vieira — AP 4.0	Estrada do Itanhangá, s/n.º	Itanhangá

CNES	UNIDADE DE SAÚDE	ENDEREÇO	BAIRRO
6575900	UPA 24 Horas Cidade de Deus — AP 4.0	Rua Edgar Werneck, s/n.º	Cidades de Deus
6568491	CF Maria Sebastiana de Oliveira — AP 3.1	Avenida dos Magistérios, s/n.º	Ilha do Governador
7414226	CMS Helio Pellegrino — AP 2.2	Rua do Matoso, 96	Praça da Bandeira
2273349	Hospital Municipal Raphael de Paula Souza — AP 4.0	Estrada de Curicica, 2.000	Jacarepaguá
6421482	UPA 24 Horas Manguinhos — AP 3.1	Avenida Dom Hélder Câmara, 1.390	Benfica
6852203	CF Kelly Cristina de Sá Lacerda Silva — AP 5.1	Avenida Carlos Sampaio Corrêa, s/n.º	Senador Camará
6914152	CF Bibi Vogel — AP 3.2	Estrada Adhemar Bebiano, 3.686	Engenho da Rainha
2280736	CMS Renato Rocco — AP 3.2	Rua Aires de Casal, s/n.º	Jacarezinho
2280779	CMS Necker Pinto — AP 3.1	Estrada Rio Jequiá, 428	Zumbi
6793231	CF Eptácio Soares Reis — AP 3.3	Avenida Chrisóstomo Pimentel de Oliveira, s/n.º	Pavuna
2270072	CMS Dr. Albert Sabin — AP 2.1	Estrada da Gávea, 250	Rocinha
3796310	CMS Vila Canoas — AP 2.1	Estrada das Canoas, 610	São Conrado
6272053	CF Santa Marta — AP 2.1	Rua São Clemente, 312	Botafogo
2288370	CMS Píndaro de Carvalho Rodrigues — AP 2.1	Avenida Padre Leonel Franca, s/n.º	Gávea
5620287	CF Agenor de Miranda Araujo Neto "Cazuza" — AP 5.2	Estrada do Mato Alto, s/n.º	Campo Grande
6506232	CF Rinaldo de Lamare — AP 2.1	Avenida Niemeyer, 776	São Conrado
6512925	UPA 24 Horas Complexo do Alemão — AP 3.1	Estrada do Itararé, 951	Ramos
2296543	CMS Jorge Saldanha Bandeira de Mello — AP 4.0	Avenida Geremário Dantas, 135	Tanque
2273489	Hospital Municipal Rocha Maia — AP 2.1	General Severiano, 91	Botafogo
2280205	CMS Rodolpho Perissé Vidigal — AP 2.1	Avenida Presidente João Goulart, 735	Vidigal
6487815	UPA 24 Horas Vila Kennedy — AP 5.1	Praça Dolomitas, s/n.º	Vila Kennedy
5717256	Hospital Municipal Ronaldo Gazolla — AP 3.3	Avenida Pastor Martin Luther King Jr., 10.976	Acari
3567508	CMS Raphael de Paula Souza — AP 4.0	Estrada de Curicica, 2.000	Jacarepaguá
6808077	CF Anthídio Dias da Silveira — AP 3.2	Avenida Dom Hélder Câmara, s/n.º	Jacarezinho

Fontes: Fundação Rio-Águas e Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil do Rio de Janeiro.

APÊNDICE 2. FORMULÁRIOS DE OCORRÊNCIA E MONITORAMENTO DOS DESASTRES



SAÚDE


 Registro de ocorrência
Nº

VIGIDESASTRES / VIGIDADOS FORMULÁRIO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS

IDENTIFICAÇÃO		
Nome do agente	Matricula nº	Data da ocorrência do evento ____/____/____
TIPOLOGIA DE EVENTO		
<input type="checkbox"/> Desastres naturais (desastres causados por processos ou fenômenos naturais)		
Hidrológicos	Geológico	Climatológico
<input type="checkbox"/> Alagamento <input type="checkbox"/> Enxurrada <input type="checkbox"/> Inundação	<input type="checkbox"/> Deslizamento <input type="checkbox"/> Desabamento (ação da natureza)	<input type="checkbox"/> Incêndio (ação da natureza) <input type="checkbox"/> Onda de calor/frio
<input type="checkbox"/> Tecnológicos (desastres originados de condições tecnológicas ou industriais — químicos, biológicos, radiológicos e nucleares)		
Quais?		
<input type="checkbox"/> Evento antrópico: <input type="checkbox"/> Desabamento (ação humana) <input type="checkbox"/> Incêndio (ação humana)		
DADOS TERRITORIAIS		
Área Programática (AP): <input type="checkbox"/> 1.0 <input type="checkbox"/> 2.1 <input type="checkbox"/> 2.2 <input type="checkbox"/> 3.1 <input type="checkbox"/> 3.2 <input type="checkbox"/> 3.3 <input type="checkbox"/> 4.0 <input type="checkbox"/> 5.1 <input type="checkbox"/> 5.2 <input type="checkbox"/> 5.3		
Região Administrativa (descrever)		
Bairro	Local (colocar o nome como o local é conhecido)	
Logradouro de referência (nome da rua principal)		
Latitude (utilizar 11 casas decimais após a vírgula)	Longitude (utilizar 11 casas decimais após a vírgula)	
Unidade de saúde de referência:		
Precipitação pluviométrica — em mm ³ acumulado no período de 24 horas: (obter informação no Alerta Rio; se não tiver a informação, colocar o número '0' zero)		
DADOS DEMOGRÁFICOS (população afetada)		
População afetada na área de abrangência do evento (quantificar): Homens: / Mulheres: / Crianças: / Idosos:		
Pessoas com dificuldade de locomoção (quantificar): Cadeirante: / Acamados: / Doenças crônicas: / PcD auditivo: / PcD visual: / PcD físico: / Obesidade mórbida: / Outras situações — Quais?		
POPULAÇÃO EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE DECORRENTE DO DESASTRE		
Existem pessoas desabrigadas: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade: (informações a serem coletadas com a Assistência Social)		
Existem pessoas desalojadas: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade: (informações a serem coletadas com a Assistência Social)		
Existem pessoas feridas: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade: (informações a serem coletadas com a Assistência Social)		
Foram encaminhadas para qual unidade de saúde?		
Há moradores em situação de extrema vulnerabilidade, acometidos pelo evento, que tenham tido danos materiais e que necessitam de atendimento da SMAS: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Quantidade de famílias em situação de extrema vulnerabilidade: / Quantidade de famílias que já foram atendidas pelo CRAS:		
Observação: Nos casos de famílias que não tenham sido atendidas pelo CRAS, levantar nome, endereço e telefone do responsável pela família, para encaminhamento à SMAS.		
DADOS REFERENTE A ÓBITO		
Houve ocorrência de óbitos durante o evento: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade:		
Identificação do(s) óbito(s) — levantar e descrever informações que possam ajudar na identificação, como: nome, data de nascimento; nome da mãe e/ou contato telefônico e nome de parente ou conhecido:		

AMBIENTE (imóveis /edificações diversas)	
Imóveis existentes na área do evento (sinalizar a existência): <input type="checkbox"/> Casas de alvenaria <input type="checkbox"/> Casas de madeira <input type="checkbox"/> Casas de estuque <input type="checkbox"/> Prédios <input type="checkbox"/> Palafitas <input type="checkbox"/> Comércio <input type="checkbox"/> Indústrias <input type="checkbox"/> Outros — Quais?	
Quantidade de imóveis/edificações afetados:	
Sistema de escoamento de água pluvial foi comprometido: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente	
Estimativa de lâmina d'água durante o evento: <input type="checkbox"/> Até 25cm <input type="checkbox"/> 26cm a 50cm <input type="checkbox"/> 51cm a 1m <input type="checkbox"/> Acima de 1m <input type="checkbox"/> N/A	
ÁGUA (abastecimento e comprometimento)	
Sistema de rede pública: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Poço: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade:	Tipo de compartilhamento: <input type="checkbox"/> Coletivo <input type="checkbox"/> Individual <input type="checkbox"/> Ambos
Cisterna: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade:	Tipo de compartilhamento: <input type="checkbox"/> Coletivo <input type="checkbox"/> Individual <input type="checkbox"/> Ambos
Carro-pipa: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade:	Frequência:
Tipo de compartilhamento: <input type="checkbox"/> Coletivo <input type="checkbox"/> Individual <input type="checkbox"/> Ambos	Procedência:
Fontes naturais (mina d'água, nascentes e/ou outras fontes naturais): <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade:	
Tipo de compartilhamento: <input type="checkbox"/> Coletivo <input type="checkbox"/> Individual <input type="checkbox"/> Ambos	
Existe armazenamento de águas pluviais? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade de pontos de coleta:	
Tipo de compartilhamento: <input type="checkbox"/> Coletivo <input type="checkbox"/> Individual <input type="checkbox"/> Ambos	
Outros tipos de abastecimento: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Tipos encontrados:	
O abastecimento de água para consumo humano foi comprometido? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Houve distribuição de hipoclorito? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade de frascos distribuídos:	
Local onde foi realizada a distribuição (descreva):	
EQUIPAMENTOS/LOCAIS DE INTERESSE ATINGIDOS (informação de interesse na área atingida — polígono do evento)	
Unidade de saúde: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade:	
Nome da(s) escola(s):	
Endereço completo da(s) escola(s):	
Escola: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade:	
Nome da(s) unidade(s) de saúde:	
Endereço completo da(s) unidade(s):	
Asilos e Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI): <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade:	
Nome do(s) asilo(s)/ILPI(s):	
Endereço completo do(s) asilo(s)/ILPI(s):	
Creche: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade:	
Nome da(s) creche(s):	
Endereço completo da(s) creche(s):	
Área de lazer e parque: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade:	
Nome da(s) área(s) de lazer/parque(s):	
Endereço completo da(s) área(s) de lazer/parque(s):	
Unidade prisional/socioeducativa: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade:	
Nome da(s) unidade(s) prisional/socioeducativa(s):	
Endereço completo da(s) unidade(s) prisional/socioeducativa(s):	

PONTOS DE APOIO EXISTENTES NA ÁREA AFETADA
Pontos de apoio oficiais — identificados pela Defesa Civil (DC): <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade: Nome do(s) pontos(s) de apoio: Endereço completo do(s) pontos(s) de apoio: Ponto de apoio utilizado durante ocorrência: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Pontos de apoio não oficiais — locais que assistem à população durante o evento, mas que não foram validados pela DC: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade: Nome do(s) pontos(s) de apoio: Endereço completo do(s) pontos(s) de apoio: Ponto de apoio utilizado durante ocorrência: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
INFORMAÇÕES SOBRE CORPO HÍDRICO
Existe corpo hídrico? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade: Tipo do corpo hídrico: <input type="checkbox"/> Rio/riacho/canal <input type="checkbox"/> Lago/lagoa <input type="checkbox"/> Barragem/represa <input type="checkbox"/> Mar/praias/baía <input type="checkbox"/> Manguezal <input type="checkbox"/> Cachoeira/cascata/queda d'água Nome do corpo hídrico: Distância do corpo hídrico para a ocorrência do evento: Distância do corpo hídrico para a moradia mais próxima:
PLANOS DE CONTINGÊNCIA
Há plano de contingência para desastres na unidade de referência? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em construção O plano de contingência local foi utilizado durante a ocorrência? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Histórico recorrente de eventos nessa área: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
AÇÕES DE ATENÇÃO À SAÚDE
Realizaram ações de imunização (profilaxia)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Dupla Adulto > 7 anos <input type="checkbox"/> Pentavalente/DTP < 7 anos <input type="checkbox"/> Influenza <input type="checkbox"/> Covid-19 <input type="checkbox"/> Tríplice Viral (Sarampo, Rubéola, Caxumba) <input type="checkbox"/> Outras vacinas — Quais?
Realizaram atendimentos médicos/de enfermagem? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade de atendimentos:
Realizaram ações de vigilância ambiental? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Visitas domiciliares com ênfase no controle dos <i>Aedes</i> : <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade de visitas (informadas): Ações de orientação e prevenção a roedores: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade de ações: Ações de orientação e prevenção a animais peçonhentos: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade de ações: Outras ações da vigilância ambiental: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quais?
Realizaram ações de vigilância epidemiológica? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Houve notificação de acidentes com animais peçonhentos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Houve notificação de mordedura de animais transmissores de raiva? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Houve notificação de acidente com materiais perfuro cortantes? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Outras notificações: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quais?
OBSERVAÇÕES
FONTE DAS INFORMAÇÕES
<input type="checkbox"/> ACS e AVS <input type="checkbox"/> Unidade de saúde de referência <input type="checkbox"/> Defesa Civil <input type="checkbox"/> DVS <input type="checkbox"/> URR <input type="checkbox"/> SMAS <input type="checkbox"/> Mídia <input type="checkbox"/> Associação de moradores/liderança comunitária <input type="checkbox"/> Outras — Quais?
FAZER REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA OCORRÊNCIA — IMAGENS A SEREM ANEXADAS NO VIGIDADOS

VIGIDESASTRES / VIGIDADOS

FORMULÁRIO DE MONITORAMENTO PÓS-OCORRÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO	
Monitorar a área da ocorrência identificada por um período de 45 dias e atualizar as informações abaixo.	
Nº de registro da ocorrência:	Data da ocorrência do evento: ____/____/____
Área Programática (AP): <input type="checkbox"/> 1.0 <input type="checkbox"/> 2.1 <input type="checkbox"/> 2.2 <input type="checkbox"/> 3.1 <input type="checkbox"/> 3.2 <input type="checkbox"/> 3.3 <input type="checkbox"/> 4.0 <input type="checkbox"/> 5.1 <input type="checkbox"/> 5.2 <input type="checkbox"/> 5.3	
Região Administrativa:	Bairro:
Unidade de saúde de referência:	
Monitoramento realizado no prazo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sem necessidade do monitoramento Se negativo, justifique:	
Início do monitoramento: ____/____/____	Fim do monitoramento: ____/____/____
Nome do agente:	Matricula nº:

PARTE I — AGRAVOS E DOENÇAS	
Casos de Leptospirose: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos? Notificação(ões) realizada(s): <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Número de notificações:	Casos acompanhados pela UAP: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Acidentes com animais peçonhentos: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos? Notificação(ões) realizada(s): <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Número de notificações:	Casos acompanhados pela UAP: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Surtos de Doenças Diarreicas Agudas (DDA): <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos? Notificação(ões) realizada(s): <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Número de notificações:	Casos acompanhados pela UAP: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA): <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos? Notificação(ões) realizada(s): <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Número de notificações:	Casos acompanhados pela UAP: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Casos de arboviroses (Dengue, Chikungunya e Zika): <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos? Notificação(ões) realizada(s): <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Número de notificações:	Casos acompanhados pela UAP: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Casos de Hepatite A: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos? Notificação(ões) realizada(s): <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Número de notificações:	Casos acompanhados pela UAP: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Casos de Tétano: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos? Notificação(ões) realizada(s): <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Número de notificações:	Casos acompanhados pela UAP: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Casos de Febre Tifoide: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos? Notificação(ões) realizada(s): <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Número de notificações:	Casos acompanhados pela UAP: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Casos de Micose: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos?	Casos acompanhados pela UAP: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Casos de Toxoplasmose: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos?	Casos acompanhados pela UAP: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Casos de Amebíase: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos?	Casos acompanhados pela UAP: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Casos de doenças dérmicas: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos?	Casos acompanhados pela UAP: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Casos de Gripe: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos?	Casos acompanhados pela UAP: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

PARTE II — VETORES		
Presença de roedores: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Presença de escorpiões: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Presença de serpentes: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Presença de lacraias: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Presença de carrapatos: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Presença de lagartas: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Presença de aranhas (marrom, armadeira, viúva negra): <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		

PARTE III — DADOS DEMOGRÁFICOS (população afetada)
Informação de pessoas que permaneceram desalojadas: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade: Foram encaminhadas para abrigo provisório: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim*(Parte V)
Registro de óbitos em decorrência do evento: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantidade: Identificação do(s) óbito(s) — levantar e descrever informações que possam ajudar na identificação, como: nome, data de nascimento; nome da mãe e/ou contato telefônico e nome de parente ou conhecido:

PARTE IV — AMBIENTE
A rede de escoamento das águas pluviais pós-evento encontra-se: <input type="checkbox"/> Livre <input type="checkbox"/> Obstruída <input type="checkbox"/> Comprometida
Encosta com marcas de cicatrizes: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A Encosta com acúmulo de lixo: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A
Inclinação anormal de muros, troncos de árvores e/ou postes próximo a encostas: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A
Presença de árvores que acumulam água no solo em encostas: <input type="checkbox"/> Bananeiras <input type="checkbox"/> Mamoeiros <input type="checkbox"/> Jambeiros <input type="checkbox"/> Coqueiros <input type="checkbox"/> Jaqueiras <input type="checkbox"/> Fruta do Pão <input type="checkbox"/> Mangueiras <input type="checkbox"/> Abacateiros <input type="checkbox"/> Árvores de grande porte <input type="checkbox"/> N/A

*PARTE V — ABRIGAMENTO PÓS-EVENTO (complemento do campo da Parte III)
Nome do abrigo provisório:
Endereço completo:
Surtos de Doenças Diarreicas Agudas (DDA): <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos? Casos acompanhados pela UAP: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Notificação(ões) realizada(s): <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Número de notificações:
Surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA): <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos? Casos acompanhados pela UAP: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Notificação(ões) realizada(s): <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Número de notificações:
Casos de intoxicação: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos? Descreva o tipo de intoxicação: Notificação(ões) realizada(s): <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Número de notificações:
Controle de alimentos: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Qual a frequência?
Controle e distribuição de medicamentos sendo realizados: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Qual a frequência?
Controle de qualidade da água realizado: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Qual a frequência?
Identificação da presença de roedores: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Ações realizadas:
Controle de vetores realizados: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Ações realizadas:
Violência sexual: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos casos? Descreva o tipo:
Violência autoprovocada: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos casos? Descreva o tipo:
Violência psicológica: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos casos? Descreva o tipo:
Violência moral: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim — Quantos casos? Descreva o tipo:

APÊNDICE 3. DISPENSAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE DESINFETANTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO (HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,5%)



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal de Saúde

Subsecretaria de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde

Superintendência de Vigilância em Saúde

Coordenação de Vigilância Ambiental em Saúde

INFORME TÉCNICO

Rio, 02 de março de 2023

Dispensação e utilização de desinfetante de água para consumo humano

Hipoclorito de Sódio 2,5%.

Considerando as chuvas que afetam a Cidade do Rio de Janeiro, provocando alagamentos, enchentes e deslizamentos, nos deparamos com situações onde o fornecimento de água potável pode ser afetado ou interrompido. Com isso, surge a preocupação com a qualidade da água que a população afetada está consumindo e se faz necessária a adoção de medidas para prevenção de doenças de veiculação hídrica por meio da garantia de uma água segura para o consumo humano.

- **Produto utilizado para desinfetar água para consumo humano:**

- Hipoclorito de Sódio 2,5% (Frasco de 50ml)

- **Quantitativo necessário para suprir a necessidade de água segura pelo período de um mês:**

- Hipoclorito (2,5%): 2 frascos por família/mês

Obs.: Considerar família de quatro pessoas, aumentando o número de frascos proporcionalmente ao acréscimo de número de pessoas na família.

- **Procedimentos para desinfecção da água para consumo com o Hipoclorito de Sódio a 2,5%:**

- Colocar 2 gotas de hipoclorito (2,5%) para cada litro de água;

- É preciso misturar bem e esperar meia hora (30 minutos) antes de usar a água;

- Não esquecer de desinfetar e armazenar a água em recipiente limpo, após a filtração.

- **Cuidados com os utensílios utilizados para armazenagem da água para consumo**

Para desinfecção dos utensílios domésticos que armazenam água para consumo humano, fornecer 3 frascos de hipoclorito (2,5%)/família.

Cada duas colheres de sopa (30 ml) tratam 1 litro de água. A medida para dispensação considera a produção de 5 litros de água para desinfecção de utensílios.

A água para higiene dos recipientes de armazenamento de água, embalagens de alimentos e utensílios domésticos deve ser filtrada (com filtro doméstico, coador de papel ou pano limpo) e passar por tratamento com hipoclorito, conforme descrito abaixo:

- Lavar o recipiente com água e sabão e enxaguar;
- Misturar 2 colheres de sopa de hipoclorito de sódio (2,5%) ou água sanitária (2,0 a 2,5%) com 1 litro de água e jogar no recipiente;
- Cobrir o recipiente e agitar a solução para que entre em contato com toda a superfície interna;
- Deixar o recipiente coberto por 30 minutos;
- Enxaguar com a água para consumo humano e utilizar normalmente.

Obs.1: Não recebemos insumo para desinfecção de utensílios. Avaliar a dispensação para essa finalidade.

Obs.2: Se for utilizar água sanitária, esta deve conter APENAS hipoclorito de sódio (NaClO) e água (H₂O). A água sanitária deve ter registro do MS/Anvisa. Não pode ser água sanitária vendida em garrafas pet ou de origem duvidosa.

Obs.3: 1 colher de sopa = 15 ml, 1 gota = 0,05 ml, 50 ml = 1.000 gotas, 50 ml = 3 1/3 colheres de sopa

Referências:

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Qualidade da água para consumo humano: cartilha para promoção e proteção da saúde [recurso eletrônico]. Brasília : Ministério da Saúde, 2018.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

APÊNDICE 4. CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS (CID) PARA OS PRINCIPAIS EVENTOS DE DESASTRES

CID-10	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÕES
Y26	Exposição à fumaça, fogo e chamas, intenção não determinada	Incêndios em geral
X30	Exposição a calor natural excessivo	Ondas ou golpe de calor
X31	Exposição a frio natural excessivo	Ondas de frio
X36	Vítima de avalanche, desabamento de terra e outros movimentos da superfície terrestre	Deslizamento ou desabamento de terra
X38	Vítima de inundação	Alagamentos e enchentes
X54	Falta de água	Escassez hídrica
W20	Impacto causado por objeto lançado, projetado ou em queda	Inclui desabamentos sem ação de forças naturais
W40	Explosão de outros materiais	Explosões em geral

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE 5. EVENTOS RELACIONADOS AOS DESASTRES OCORRIDOS NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

AP	ENDEREÇO DE REFERÊNCIA	LOCAL	BAIRRO	EVENTO	ANO	POPULAÇÃO EXPOSTA
1.0	Rua Nabuco de Freitas	Nabuco de Freitas	Santo Cristo	Alagamento	2020	S/I
1.0	Rua Principal	Morro dos Telégrafos	Mangueira	Deslizamento	2020	S/I
3.1	Avenida Teixeira de Castro	Urbana	Bonsucesso	Alagamento	2020	1.119
3.1	Rua Rodolfo Chambelland	Ficap	Pavuna	Alagamento	2020	2.610
3.1	Rua Benjamin da Silva	Comunidade Terra Encantada	Pavuna	Alagamento	2020	177
3.1	Avenida Coronel Phidias Távora	Comunidade Gringolândia	Pavuna	Alagamento	2020	2.033
3.1	Rua Noêmia Nunes	Urbana	Olaria	Alagamento	2020	2.894
3.1	Avenida dos Democráticos	CHP II	Manguinhos	Alagamento	2020	2.811
3.1	Leopoldo Bulhões	Urbana	Benfica	Alagamento	2020	1.097
3.1	Rua Beira Rio	Parque Carlos Chagas / Varginha	Manguinhos	Alagamento	2020	3.015
3.1	Rua Rodolfo Chambelland	Urbana	Jardim América	Alagamento	2020	2.761
3.1	Avenida Dom Hélder Câmara	CHP II	Manguinhos	Alagamento	2020	3.803
4.0	Avenida Engenheiro Souza Filho	Mandacaru	Rio das Pedras	Alagamento	2020	595
4.0	Rua Crespo, 370	Rua André Rocha	Curicica	Alagamento	2020	S/I
4.0	Rua Apiacás	Apiacás	Taquara	Alagamento	2020	S/I
4.0	Rua Visconde de Asseca, 143	Asseca	Taquara	Alagamento	2020	S/I

AP	ENDEREÇO DE REFERÊNCIA	LOCAL	BAIRRO	EVENTO	ANO	POPULAÇÃO EXPOSTA
4.0	Colônia Juliano Moreira / Rua do Caule	Colônia Juliano Moreira	Jacarepaguá	Alagamento	2020	S/I
4.0	Estrada dos Bandeirantes, 3.576	IV Centenário	Curicica	Alagamento	2020	S/I
4.0	Avenida dos Mananciais, 71	Mananciais	Taquara	Alagamento	2020	S/I
4.0	Avenida Ayrton Senna	Mergulhão da Barra	Barra da Tijuca	Alagamento	2020	S/I
4.0	Estrada Meringuava	Meringuava	Taquara	Alagamento	2020	S/I
4.0	Avenida Nelson Cardoso, 957	Nelson Cardoso	Taquara	Alagamento	2020	S/I
4.0	Estrada do Rio Pequeno	Santa Maria	Jacarepaguá	Alagamento	2020	S/I
4.0	Estrada do Tindiba, 2.914	Tindiba	Taquara	Alagamento	2020	S/I
4.0	Estrada dos Bandeirantes, 3.049	Vila Sapê / Rua Cordeiro São Judas Tadeu	Curicica	Alagamento	2020	S/I
4.0	Rua Almirante Melquiades de Souza	Bateau Mouche	Tanque	Deslizamento	2020	S/I
4.0	Rua Gilka Machado	Papo Amarelo	Recreio dos Bandeirantes	Alagamento	2020	S/I
4.0	Rua Risoleta Neves	Rua Risoleta Neves	Recreio dos Bandeirantes	Alagamento	2020	S/I
4.0	Rua do Sol	Rua do Sol, 2	Recreio dos Bandeirantes	Alagamento	2020	S/I
4.0	Estrada Engenheiro Souza Filho	Próximo ao número 1.124	Rio das Pedras	Alagamento	2020	S/I
4.0	Estrada Engenheiro Souza Filho	Próximo ao número 585 / Moema	Itanhangá	Alagamento	2020	S/I
4.0	Rua Mazzaropi	Coroado	Vargem Pequena	Alagamento	2020	S/I
4.0	Rua André Rocha, 3.000	Rua Vila Aurora, 207	Curicica	Alagamento	2020	S/I
5.1	Rua Açú / Rua Ocaibi	Barata	Realengo	Enxurrada	2020	29.125
5.1	Rua Ocaibi	Barata	Realengo	Enxurrada	2020	29.125
5.1	Rua Coronel Tamarindo, Lote 33	Travessa Santa Catarina / Vila Aliança / Comunidade Minha Deusa	Bangu	Alagamento	2020	170
5.1	Rua das Orquídeas / Estrada do Gericinó / Rua dos Lírios / Rua da Azaleia / Rua das Flores	Catiri	Bangu	Alagamento	2020	527
5.1	Margens do Rio Sarapuí	Catiri	Bangu	Deslizamento	2020	S/I
5.1	Rua Leonor Chrisman Mulle	Vacaria, São Sebastião e São Benedito	Realengo	Deslizamento	2020	S/I
5.2	Avenida Campo Mourão	Jardim Maravilha	Guaratiba	Alagamento	2020	8.898
5.2	Avenida Osvaldo de Andrade	Brisa	Guaratiba	Alagamento	2020	237
5.2	Avenida Canal	Carobinha (Quadra 100)	Campo Grande	Alagamento	2020	127
5.2	Avenida Canal	Carobinha	Campo Grande	Alagamento	2020	132
5.2	Avenida Campo Mourão	Jardim Maravilha	Guaratiba	Alagamento	2020	342
5.3	Rua das Acácias / Rua das Flores / Rua das Tulipas	Loteamento Santa Anastácia	Sepetiba	Alagamento	2020	1.392
5.3	Estrada do Vasconcelos / Estrada Velha do Piaí	Vila Verde	Sepetiba	Alagamento	2020	4.224
5.3	Rua General Olímpio	Comunidade das Pedrinhas	Santa Cruz	Alagamento	2020	2.747
5.3	Rua Doutor Continentino	Comunidade do Rola / Rodo	Santa Cruz	Alagamento	2020	4.910
5.3	Rua Sambe	Venda da Varanda / Vila Santa Eugênia	Santa Cruz / Sepetiba	Alagamento	2020	2.924
5.3	Estrada de Urucânia	Comunidade do Barro Vermelho (próximo à Estação Tancredo Neves)	Paciência / Santa Cruz	Alagamento	2020	6.127

AP	ENDEREÇO DE REFERÊNCIA	LOCAL	BAIRRO	EVENTO	ANO	POPULAÇÃO EXPOSTA
5.3	Rua Vale do Sangue / Rua Prado Júnior	Vitor Dumas	Santa Cruz	Alagamento	2020	6.216
5.3	Beco da Constança (referência Estrada de Sepetiba)	Nova Sepetiba	Sepetiba	Alagamento	2020	3.864
5.3	Rua Afonso Pena	Manguariba	Paciência	Alagamento	2020	3.943
5.3	Rua Santo Ângelo	Comunidade do Rola / Rodo	Santa Cruz	Alagamento	2020	4.941
5.3	Rua Álvaro Fausto de Souza	Conjunto São Fernando / Reta do Rio Grande	Santa Cruz	Alagamento	2020	5.227
5.3	Rua da Alegria	Comunidade do Dreno / Comunidade Jardim Coqueiral	Santa Cruz	Alagamento	2020	6.073
5.3	Estrada da Boa Esperança	Comunidade Estrela Dalva	Santa Cruz	Alagamento	2020	3.918
5.3	Rua Rio de Janeiro / Campo do Furado	Jardim Palmares / Jardim Gramado	Paciência	Alagamento	2020	9.119
5.3	Avenida Padre Guilherme Decaminada	Rua Campos Gerais, Lote 14	Santa Cruz	Alagamento	2020	3.678
5.3	Rua Leão de Judá	Comunidade Jardim Coqueiral	Santa Cruz	Alagamento	2020	3.490
5.3	Rua da Alegria	Beco Três Irmãos / Comunidade do Dreno	Santa Cruz	Alagamento	2020	8.385
5.3	Rua Santo Ângelo	Comunidade do Rola / Rodo	Santa Cruz	Alagamento	2020	3.589
5.3	Rua das Araras / Estrada da Estiva	Próximo ao Cajueiro / Vila Verde	Sepetiba	Alagamento	2020	2.182
5.3	Rua Guilherme Monteiro	Jardim 7 de Abril	Paciência	Alagamento	2020	7.594
5.3	Estrada de Urucânia com Rua Engenheiro Moacir Barbosa	Urucânia	Santa Cruz	Alagamento	2020	2.371
5.3	Estrada Boa Esperança	Comunidade Estrela Dalva	Santa Cruz	Alagamento	2020	2.645
5.3	Rua Santa Anastácia	Loteamento Santa Anastácia	Sepetiba	Alagamento	2020	1.451
5.3	Estrada Vitor Dumas / Rua da Paz	Dumas	Santa Cruz	Alagamento	2020	5.242
2.1	Rua Voluntários da Pátria, 62	—	Botafogo	Alagamento	2020	7.250
2.1	Rua Roberto Dias Lopes, 94	—	Leme	Deslizamento	2020	526
2.1	Rua Ramon Franco, 82	—	Urca	Deslizamento	2020	54
2.1	Rua do Catete, 153	—	Catete	Alagamento	2020	1.296
2.1	Rua Eptácio Pessoa, 2.042	—	Lagoa	Deslizamento	2020	153
2.1	Rua Tolero, 220	—	Copacabana	Alagamento	2020	1.841
2.1	Rua Jardim Botânico, 758	—	Jardim Botânico	Alagamento	2020	177
2.1	Rua do Catete, 153	—	Catete	Alagamento	2020	1.494
2.1	Rua Barão da Torre, 36	Área urbana	Ipanema	Deslizamento	2020	740
4.0	Avenida Engenheiro Souza Filho	Rua João Carlos / Moema	Itanhangá	Alagamento	2020	S/I
4.0	Avenida Engenheiro Souza Filho	Rua Terezinha	Itanhangá	Alagamento	2020	S/I
4.0	Avenida Engenheiro Souza Filho	Estrada do Itanhangá / Moema, Ana Marta	Itanhangá	Alagamento	2020	S/I
4.0	Avenida Engenheiro Souza Filho, 585	Estrada do Itanhangá / Moema	Itanhangá	Alagamento	2020	S/I
4.0	Estrada dos Bandeirantes, 5.450	Vila Calmete / Estrada Calmete	Curicica	Alagamento	2020	814
4.0	Rua Mazzaropi	Coroado	Vargem Pequena	Alagamento	2020	785
4.0	Rua Jornalista Luiz Eduardo Lobo	Luz Divina	Vargem Pequena	Alagamento	2020	110
4.0	Rua Jornalista Luiz Eduardo Lobo	Luz Divina	Vargem Pequena	Alagamento	2020	95
4.0	Rua Professor Silvio Elia	Santa Luzia	Vargem Grande	Alagamento	2020	1.800

AP	ENDEREÇO DE REFERÊNCIA	LOCAL	BAIRRO	EVENTO	ANO	POPULAÇÃO EXPOSTA
4.0	Rua Professor Silvio Elia	Santa Luzia	Vargem Grande	Alagamento	2020	490
4.0	Rua Manoel Paz	Quilombo Astrogilda	Vargem Grande	Deslizamento	2020	1.426
4.0	Rua Manuel Paz	Quilombo Astrogilda	Vargem Grande	Deslizamento	2020	S/I
2.1	Rua Saint Romain, 74	Pavão-Pavãozinho	Copacabana	Deslizamento	2021	100
3.3	Rua União / Avenida Ildelfonso Falcão / Rua Padre Lima	Parque Colúmbia	Acari	Alagamento	2021	32.172
3.1	Rua Ferreira Chaves / Rua Angra dos Reis	Comunidade Terra Prometida / Alemão	Penha	Enxurrada	2021	32
3.3	Rua João Vicente / Praça Montese / Avenida General Osvaldo Cordeiro de Farias / Avenida Engenheiro Assis Ribeiro / Rua Regente Lima e Silva	Rio de Janeiro	Marechal Hermes	Alagamento	2021	48.000
3.3	Estrada do Engenho Novo / Rua Cardoso de Castro com Zanini / Rua Beira Rio	Rio de Janeiro	Anchieta	Alagamento	2021	55.652
5.3	Rua Santo Ângelo	Rola 1 / Rodo	Santa Cruz	Alagamento	2021	258
5.3	Rua Renato de Vasconcelos	Loteamento Vila Balneária	Sepetiba	Alagamento	2021	376
5.3	Avenida Presidente Médici	Manguariba	Paciência	Alagamento	2021	1.857
4.0	Rua Professor Silvio Elia	Santa Luzia	Vargem Grande	Alagamento	2021	1.743
3.1	Rua Eutíquio Soledade	—	Ilha do Governador	Alagamento	2021	0
3.1	Rua Soldado Wandel Sarmento	—	Tauá	Alagamento	2021	0
3.1	Rua Caricé	—	Tauá	Alagamento	2021	0
3.1	Rua Quatis	—	Tauá	Alagamento	2021	0
3.1	Rua Demétrio de Toledo	—	Tauá	Alagamento	2021	0
3.1	Rua Érico Coelho	—	Tauá	Alagamento	2021	0
3.1	Rua Pio Dutra	—	Freguesia	Alagamento	2021	0
3.1	Rua Ferreira Chaves (é a rua mais próxima)	Terra Prometida (Complexo do Alemão)	Penha	Enxurrada	2021	0
5.1	Rua Açú com Rua Guaraci	Barata	Realengo	Alagamento	2021	50
5.1	Rua Vila Nova com Rua Açú e Rua Reis e Silva	Barata	Realengo	Alagamento	2021	50
5.2	Avenida Campo Mourão	Jardim Maravilha	Guaratiba	Alagamento	2021	18.160
5.1	Estação de trem	—	Padre Miguel	Alagamento	2021	0
5.2	Rua Gentil de Ouro / Rua Haroldo de Freitas / Rua Cassiano Francisco de Almeida / Rua Ondina Marques de Andrade / Rua Manoel Machado de Oliveira / Rua Maria de Lourdes Paes Barreto / Rua Elisa de Oliveira / Rua Valdemar Medrado / Rua José Valtenor Cruz / Rua Murilo Alvarenga / Rua Arnaldo Rocha Salazar / Rua Pedra dos Sonhos / Rua Raio de Luz / Rua Taxistas / Rua José Pedro Maduro / Rua Oswaldo Pereira Lira / Rua Almerinda de Castro / Rua Projetada 1 / Rua Projetada 2 / Rua Projetada 3 / Rua Projetada 4	Inhoaíba	Inhoaíba	Alagamento	2021	5.805
1.0	Rua Carlos Mattoso Corrêa	—	Benfica	Alagamento	2021	500
5.3	Rua Alberto Conde Peres	Jardim Sagrado Coração	Paciência	Alagamento	2021	205

AP	ENDEREÇO DE REFERÊNCIA	LOCAL	BAIRRO	EVENTO	ANO	POPULAÇÃO EXPOSTA
5.3	Rua Rio de Janeiro	Jardim Palmares	Paciência	Alagamento	2021	839
1.0	Travessa Felicidade	Pedra Lisa	Gamboia	Desabamento (relacionado a eventos da natureza)	2021	5
3.3	Rua João Vicente	Marechal Hermes	Marechal Hermes	Alagamento	2021	269
3.3	Avenida General Cordeiro de Farias	Marechal Hermes	Marechal Hermes	Alagamento	2021	14
3.3	Avenida Engenheiro Assis Ribeiro	Marechal Hermes	Marechal Hermes	Alagamento	2021	7
3.3	Rua Regente Lima e Silva	Rio de Janeiro	Marechal Hermes	Alagamento	2021	5
3.3	Rua Gravata com Rua General Claudio	Rio de Janeiro	Marechal Hermes	Alagamento	2021	64
3.3	Rua Santa Rita de Cássia	Rio de Janeiro	Marechal Hermes	Alagamento	2021	132
5.1	Rua Figueredo Camargo	Ponto Chic	Padre Miguel	Alagamento	2021	0
3.1	Rua Praia da Rosa, 1.225 — Tauá	—	Tauá	Alagamento	2022	0
3.1	Praça Michael Cheib, s/n.º	—	Jardim América	Alagamento	2022	0
3.1	Rua Dezesete, s/n.º — Maré	Vila do João	Maré	Alagamento	2022	0
3.1	Parque Poeta Manuel Bandeira, s/n.º	—	Cocotá	Alagamento	2022	0
3.1	Rua Joaquim Gomes, s/n.º	—	Ramos	Alagamento	2022	0
3.1	Avenida Guilherme Maxwell, 901	—	Bonsucesso	Alagamento	2022	0
3.1	Avenida Dom Hélder Câmara, 1.390/ fundos	—	Manguinhos	Alagamento	2022	0
3.1	Rua Gerson Ferreira, 100	—	Ramos	Alagamento	2022	0
3.1	Estrada da Cacuia, 460	—	Cacuia — Ilha do Governador	Desabamento (relacionado a eventos da natureza)	2022	0
3.1	Engenheiro Francisco Passos, 38	—	Penha	Alagamento	2022	0
3.1	Avenida dos Democráticos	—	Manguinhos	Alagamento	2022	0
5.1	Avenida de Santa Cruz, 636	Realengo	Realengo	Alagamento	2022	1.000
3.3	Clínica da Família Eptácio Soares Reis	Urbana	Pavuna	Alagamento	2022	185
3.3	Rua Beira Rio (altura dos quarteirões 76 e 77)	Urbana	Anchieta	Alagamento	2022	1.150
3.3	Rua Moraes Pinheiro, 1.121 e 1.201	Urbana	Ricardo de Albuquerque	Deslizamento	2022	5
3.3	Estrada Marechal Alencastro / Travessa Mestre Georgino Pereira / Rua Mestre Antenor Júnior / Rua Claudino Eusébio / Rua Mestre Henkel Assis / Rua Ciro Fortes / Rua Tenente Serafim / Rua Manoel Mendonça / Rua Isolino Aquino / Rua Brigada Bello / Rua Pátio da Estação / Travessa Mestre Ocelino Batista / Travessa Jardineiro Pires / Travessa Jacinto Gomes / Travessa Francisco Flávio / Travessa Sebastião Sodré / Travessa Tenente Gerônimo Menezes / Praça do Triângulo	Urbana	Deodoro	Alagamento	2022	1.784
3.3	Rua Pedro Jório / Rua Ouseley / Rua Ender / Rua Arnaldo Guinle / Rua Vitor Frond / Rua Ribeyrolles / Avenida Prefeito Sá Lessa / Avenida Pastor Martin Luther King Jr.	Área urbana	Coelho Neto	Alagamento	2022	4.261

AP	ENDEREÇO DE REFERÊNCIA	LOCAL	BAIRRO	EVENTO	ANO	POPULAÇÃO EXPOSTA
3.3	Rua Padre Lima (Comunidade Linha Verde) / Avenida Ildelfonso Falcão / Rua Padre Lima / Rua Godofredo Vidal / Rua Mário Pena (área urbana)	Comunidade Linha Verde e área urbana	Parque Colúmbia	Alagamento	2022	598
3.3	Rua União / Beco da Paz / Travessa União / Beco União / Rua Olaria / Rua Edgard Soutelo / Travessa Severino	Comunidade Vila Esperança	Acari	Alagamento	2022	2.072
3.3	Rua Edgar Soutelo / Beco Bambino / Beco Bráulio / Beco Leandro / Beco Agnaldo / Praça Roberto Carlos / Praça Roberto Carlos / Rua União	Comunidade Parque Acari	Acari	Alagamento	2022	3.013
5.1	Rua Aglaia, 162 — Sandá, Bangu, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21825-180	Sandá / Bangu	Bangu	Alagamento	2022	1.700
1.0	Rua Rivadávia Corrêa	Gamboa	Gamboa	Alagamento	2022	2.000
1.0	Rua Sacadura Cabral, 178	Hospital dos Servidores	Gamboa	Alagamento	2022	2.000
1.0	Rua do Bispo / Praça Condessa Paulo de Frontin	Rio Comprido Urbana	Rio Comprido	Alagamento	2022	5.000
2.1	Rua Jardim Botânico, 1.008	Área urbana	Jardim Botânico	Alagamento	2022	80
3.3	Rua Moraes Pinheiro, 1.201	Urbana	Ricardo de Albuquerque	Deslizamento	2022	5
3.3	Avenida Ildelfonso Falcão / Rua Benjamim Costalat	Urbana	Parque Colúmbia	Alagamento	2022	891
5.3	Rua Prado Júnior (altura do número 300) / Rua do Império	Vala do Sangue	Santa Cruz	Alagamento	2022	150
5.3	Estrada Vitor Dumas (altura do número 1.853) / Rua da Paz	Dumas	Santa Cruz	Alagamento	2022	300
5.3	Avenida Areia Branca / Estrada São Domingos Sávio / Largo do Arão	Areia Branca	Santa Cruz	Alagamento	2022	250
5.3	Rua Alegria / Travessa Maria	Dreno	Santa Cruz	Alagamento	2022	250
5.3	Avenida Engenheiro Gastão Rangel	Guanabara	Santa Cruz	Alagamento	2022	150
5.3	Rua Santo Ângelo / Rua São Lourenço	Rola 1	Santa Cruz	Alagamento	2022	350
5.2	Caminho do Picão de Baixo	Caminho do Picão	Barra de Guaratiba	Deslizamento	2022	1
5.3	Rua Estelinha / Rua Aurelina / Rua Marcolino	Rola 2	Santa Cruz	Alagamento	2022	250
5.3	Rua N	Condomínio Village	Santa Cruz	Alagamento	2022	250
5.3	Rua Conceição de Ipanema / Avenida Conselheiro Pena / Rua Campos de Minas / Central de Minas	Lote 14	Santa Cruz	Alagamento	2022	450
5.3	Rua Nelson Xavier	Residencial Ônix	Santa Cruz	Alagamento	2022	120
5.3	Rua Artur de Sáles / Rua dos Bandeirantes	Jesuítas	Santa Cruz	Alagamento	2022	300
5.3	Pedrinhas	Vala do Sangue	Santa Cruz	Alagamento	2022	100
5.3	Beco São Judas Tadeu / Travessa Alegria	Pedrinhas	Santa Cruz	Alagamento	2022	100
5.3	Rua Santo Egídio de Lorenza	Pedrinhas	Santa Cruz	Alagamento	2022	100
5.3	Rua Cruz Osvaldo / Rua Afonso Pena	Manguariba	Paciência	Alagamento	2022	350
5.3	Rua 16 / Praça Vila Redenção / Travessa Nova Jersey	Sete de Abril	Paciência	Alagamento	2022	150
5.3	Rua Renato Vasconcelos	Vila Balneário	Sepetiba	Alagamento	2022	100

AP	ENDEREÇO DE REFERÊNCIA	LOCAL	BAIRRO	EVENTO	ANO	POPULAÇÃO EXPOSTA
5.2	Caminho do Souza	Caminho do Souza	Barra de Guaratiba	Enxurrada	2022	4
5.2	Avenida Campo Mourão	Jardim Maravilha	Guaratiba	Alagamento	2022	18.160
2.2	Rua Haddock Lobo	Rua Engenheiro Adel	Tijuca	Alagamento	2022	106
2.2	Rua Martins Pena esquina com Rua Campos Sales	Praça Afonso Pena	Tijuca	Alagamento	2022	1.243
2.2	Avenida Maracanã	Rua Deputado Soares Filho	Tijuca	Alagamento	2022	33
2.2	Rua Barão de São Francisco esquina com Rua Teodoro da Silva	Em frente ao Shopping Boulevard	Vila Isabel	Alagamento	2022	1.416
2.2	Rua do Matoso, 96	CMS Hélio Pellegrino	Praça da Bandeira	Alagamento	2022	0
3.1	Rua Escultor Leão Veloso	—	Tauá	Alagamento	2022	2.646
3.1	Rua Aimoré e ruas do entorno	Penha	Penha	Alagamento	2022	500
3.1	Rua Duque de Caxias	Complexo da Maré	Complexo da Maré	Alagamento	2022	118
3.1	Rua Bulhões Marcial, 975	—	Vigário Geral	Alagamento	2022	0
3.1	Rua Correa Dias	—	Vigário Geral	Alagamento	2022	0
4.0	Estrada do Itanhangá, 240	Itanhangá	Itanhangá	Deslizamento	2022	5.000
4.0	Avenida Engenheiro Souza Filho	Rio das Pedras	Rio das Pedras	Alagamento	2022	10.000
4.0	Rua Clara Nunes / Rua Enok Bezerra	Rio das Pedras	Rio das Pedras	Deslizamento	2022	1.410
4.0	Rua Terezinha Branco / Rua João Carlos / Rua Ana Marta	Muzema	Itanhangá	Alagamento	2022	3.000
4.0	Estrada Calmete / Rua Ventura / Rua Vila Aurora / Vila Sape	Vila Calmete	Curicica	Alagamento	2022	10.000
4.0	Estrada dos Bandeirantes, 11.227	Coroado / Conjunto César Maia / Ilha dos Porcos	Vargem Pequena	Alagamento	2022	6.000
4.0	Rua Jornalista Eduardo Lobo / Rua Jacarandá	Novo Palmares / Luz Divina	Vargem Pequena	Alagamento	2022	12.000
4.0	Rua Professor Silvio Elia / Estrada Vereador Alceu de Carvalho	Santa Luzia / Beira Rio / Comunidade do 30 / Canoinha / Comunidade 11 de Maio	Vargem Grande	Alagamento	2022	15.000
4.0	Rua Gilka Machado / Avenida Canal das Taxas	Terreirão / Papo Amarelo	Recreio dos Bandeirantes	Alagamento	2022	5.000
3.2	Avenida Marechal Rondon, 2.253	Morro do Queto	Sampaio	Deslizamento	2022	22
5.2	Avenida Campo Mourão	Jardim Maravilha	Guaratiba	Alagamento	2022	18.160
3.1	Rua Pintor Marques Júnior	Jardim América	Jardim América	Alagamento	2022	0
3.1	Rua Aimoré, 92	Penha	Penha	Alagamento	2022	0
3.1	Rua Engenheiro Francisco Passos, 96	—	Penha	Alagamento	2022	0
3.1	Rua José Rucas esquina com Rua São Dionísio	—	Penha	Alagamento	2022	102
3.1	Avenida Lobo Júnior, 2.293 (subsolo do Hospital Getúlio Vargas)	—	Penha	Alagamento	2022	0
2.2	Rua Haddock Lobo	Rua Engenheiro Adel	Tijuca	Alagamento	2022	106
2.2	Rua Morais e Silva	Rua Ibituruna	Maracanã	Alagamento	2022	2.700
3.3	Rua Guaiúba / Avenida Pastor Martin Luther King Jr. (metrô de Acari) / Rua Edgar Soutelo / Rua Ipuera / Rua Maturá / Praça Roberto Carlos	Comunidade Vila Esperança / Comunidade Vila Rica / Comunidade Parque Acari	Acari	Alagamento	2022	38.571
3.3	Rua Arnaldo Guinle, s/n.º — Coelho Neto	Fazenda Botafogo	Coelho Neto	Alagamento	2022	13.369

AP	ENDEREÇO DE REFERÊNCIA	LOCAL	BAIRRO	EVENTO	ANO	POPULAÇÃO EXPOSTA
3.3	Rua Beira Rio / Rua Padre Lima / Travessa Padre Lima / Rua Doutora Fátima / Rua Leão Coroado / Rua Tenente Teixeira / Rua Brigadeiro Samuel Pereira / Rua Pirajá da Silva / Rua Benjamin Costallat / Rua Godofredo Vidal / Rua Mário Pena / Rua General Etchegoyen / Avenida Idelfonso Falcão	Comunidade Linha Verde	Parque Colúmbia	Alagamento	2022	4.693
5.3	Estrada Aterrado do Leme, 747-909 — Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ, CEP 23575-330	Aterrado do Leme	Santa Cruz	Desabamento (ação humana)	2022	30
1.0	Rua Paula Ramos, 426	Comunidade Paula Ramos	Rio Comprido	Desabamento (relacionado a eventos da natureza)	2022	1
3.1	Rua Álvaro de Macedo, 77	Parada de Lucas	Parada de Lucas	Alagamento	2022	200
4.0	Avenida Engenheiro Souza Filho, 200	Rio das Pedras	Rio das Pedras	Alagamento	2022	4.000
4.0	Estrada Engenheiro Souza Filho (próximo ao número 585)	Muzema	Itanhangá	Alagamento	2022	3.000
4.0	Rua Acapori, s/n.º	Gardênia Azul	Gardênia Azul	Alagamento	2022	4.000
4.0	Estrada de Curicica, ao longo	—	Curicica	Incêndio (ação humana)	2022	2.376
2.2	Rua Barão de São Francisco, 245	Vila Isabel	Vila Isabel	Alagamento	2022	317
1.0	Rua da Alfândega, 240	Saara	Centro	Incêndio (ação humana)	2022	0
5.2	Rua Letícia	Jardim Maravilha	Guaratiba	Alagamento	2023	944
4.0	Avenida Comandante Guarany, s/n.º	Karatê	Cidade de Deus	Alagamento	2023	0
4.0	Rua Acapori, s/n.º	Gardênia Azul	Gardênia Azul	Alagamento	2023	37.000
5.1	Rua Jabaquara, altura dos números 21 e 30	Magalhães Bastos / Território Alto Araguaia	Magalhães Bastos	Alagamento	2023	200
5.1	Rua Salustiano Silva, altura dos números 932 e 920	Magalhães Bastos	Magalhães Bastos	Alagamento	2023	200
5.1	Rua D / Rua B / Travessa 6	Cavalo de Aço	Senador Camará	Alagamento	2023	3.542
4.0	Avenida Engenheiro Souza Filho, s/n.º	Rio das Pedras	Jacarepaguá	Alagamento	2023	0
5.1	Estrada dos Coqueiros / Rua Marinho Rego / Rua B	Equipe Carinhoso	Senador Camará	Alagamento	2023	2.533
5.1	Rua Palmares / Rua C / Travessa da Paz (Beco da Paz)	Equipe Rebu	Senador Camará	Alagamento	2023	2.416
5.1	Travessa 12 / Travessa 13	Equipe Selva de Pedra	Senador Camará	Alagamento	2021	4.373
4.0	Rua Cunha Pedrosa	Pantanal	Freguesia	Alagamento	2023	0
5.2	Rua Chapada, 11	Sub-bairro Bela Vista	Campo Grande	Desabamento (relacionado a eventos da natureza)	2023	11
3.3	Rua João Vicente / Avenida Engenheiro Assis Ribeiro / Rua Regente Lima e Silva / Praça Montese / Rua Alexandre Gasparini / Rua Carolina Machado / Rua Latife Luvizaro / Rua Sirici	Marechal Hermes	Marechal Hermes	Alagamento	2023	3.597
5.2	Estrada do Mendanha, 4.489	Mendanha	Campo Grande	Alagamento	2023	0
5.2	Rua Campina Grande	Mendanha	Campo Grande	Alagamento	2023	0

AP	ENDEREÇO DE REFERÊNCIA	LOCAL	BAIRRO	EVENTO	ANO	POPULAÇÃO EXPOSTA
5.2	Rua Francisco José esquina com Rua Aricuri	Magali	Campo Grande	Alagamento	2023	0
3.1	Avenida dos Democráticos, 46	—	Manguinhos	Alagamento	2023	426
5.2	Avenida Campo Mourão	Jardim Maravilha	Guaratiba	Alagamento	2023	0
3.1	Próximo ao CRAS de Bonsucesso	—	Bonsucesso	Alagamento	2023	251
3.1	Estrada de Itararé, 650	—	Complexo do Alemão	Alagamento	2023	0
3.1	Rua Leopoldina Rego, 700	—	Olaria	Alagamento	2023	0
3.1	Rua Dezesete, s/n.º	—	Complexo da Maré	Alagamento	2023	0
3.1	Praça Clomir Teles Cerbino, s/n.º	—	Olaria	Alagamento	2023	0
3.1	Rua Praia da Rosa, 1.225	—	Tauá	Alagamento	2023	0
3.1	Rua Gerson Ferreira, 100 — Ramos	—	Ramos	Alagamento	2023	0
3.1	Rua Doutor Antônio Monteiro, 191	—	Cacuaia	Alagamento	2023	0
3.1	Avenida Guilherme Maxwell, 901	—	Bonsucesso	Alagamento	2023	0
3.1	Rua Teixeira Ribeiro, s/n.º	—	Complexo da Maré	Alagamento	2023	0
3.1	Avenida Ilha das Enxadas, 100	—	Bancários	Alagamento	2023	0
3.1	Rua Manoel da Luz, s/n.º	—	Vigário Geral	Alagamento	2023	0
3.1	Estrada das Canárias, s/n.º	—	Galeão	Alagamento	2023	0
3.1	Rua Arriba 633 até 581 / Estrada da Bica, 18 até 614	—	Cacuaia	Alagamento	2023	407
3.1	Rua Gaspar de Sousa, 146 ao 113	—	Zumbi	Alagamento	2023	14
3.1	Estrada Rio Jequiá, 46 ao 518	—	Zumbi	Alagamento	2023	272
3.1	Rua Paramopama, 571 até 15 / Rua Augusto dos Anjos, 12 até 66	—	Ribeira	Alagamento	2023	302
5.1	Beco Dom Pedro I, 19/casa 1	Parque Felicidade	Bangu	Desabamento (relacionado a eventos da natureza)	2023	9
2.2	Rua Professor Valadares	—	Grajaú	Alagamento	2023	46
5.1	Rua Banguense entre Rua Cairo e Rua Guapeu / Rua Ceilão com Rua Rio da Prata / Avenida Carlos Sampaio Correia divisa com Rua Paulo Pereira	Bangu	Bangu	Alagamento	2023	0
2.2	Rua Francisco Graça, 81	Comunidade do Salgueiro	Tijuca	Alagamento	2023	109
2.2	Rua Heitor Beltrão altura das Ruas Professor Gabizo e Martins Pena	—	Tijuca	Alagamento	2023	293
2.2	Rua da Pedra	Comunidade Chácara do Céu	Tijuca	Deslizamento	2023	23
5.1	Rua Santa Marcia / Rua Santa Eulália / Avenida Carlos Sampaio Correia	—	Senador Camará	Alagamento	2023	0
3.1	Rua Ápia com Rua Helvétia	Penha	Penha	Alagamento	2023	17
3.1	Rua Carlos Chagas	Comunidade Varginha	Manguinhos	Alagamento	2023	174
3.1	Rua Uranos	—	Bonsucesso/Olaria	Alagamento	2023	26.548
3.1	Estação da Supervia	—	Olaria	Alagamento	2023	10
3.1	Praia das Pitangueiras, 285 até 411	—	Pitangueiras	Alagamento	2023	71
3.1	Rua Tailândia, 160	—	Brás de Pina	Alagamento	2023	50

AP	ENDEREÇO DE REFERÊNCIA	LOCAL	BAIRRO	EVENTO	ANO	POPULAÇÃO EXPOSTA
3.1	Estrada do Galeão, 1.401 até 1.327	—	Jardim Guanabara	Alagamento	2023	33
2.2	Rua Ibituruna	—	Maracanã	Alagamento	2023	264
2.2	Rua Silva Pinto altura da Rua 28 de Setembro	—	Vila Isabel	Alagamento	2023	236
3.1	Rua Érico Coelho, 28 até 300 / Rua Professor Hilarião da Rocha, 17 até 313 / Rua Eutíquio Soledade, 4 até 208 — Tauá	—	Tauá	Alagamento	2023	1.782
2.2	Rua São Francisco Xavier, em frente à UERJ	—	Maracanã	Alagamento	2023	39
5.2	Rua Bilac esquina com Rua das Conchas	Santa Rosa	Campo Grande	Alagamento	2023	0
5.2	Rua Francisco José esquina com Rua Aricuri	Magali	Campo Grande	Alagamento	2023	0
5.2	Estrada do Mendanha (próximo ao West Shopping)	Campo Grande	Campo Grande	Alagamento	2023	0
5.1	Rua Mirim / Rua Tecobé / Rua Ocaibi	Barata	Realengo	Alagamento	2023	0
3.2	Rua Peçanha da Silva, 110	—	Jacaré	Desabamento (relacionado a eventos da natureza)	2023	400
3.2	Rua Aires de Casal, s/n.º	—	Jacarezinho	Alagamento	2023	200
3.2	Rua Bérnago, 320	Bairro Carioca	Rocha	Alagamento	2023	9.000
3.3	Rua João Vicente / Avenida Engenheiro Assis Ribeiro / Rua Regente Lima e Silva / Rua Engenheiro Emílio Baumgart / Rua Jorge Schmidt / Rua Doutor Thompson Mota / Rua Professor Carlos Chagas / Rua Xavier Curado (parte) / Avenida Duque de Caxias com Rua João Vicente / Rua Manacá / Rua Carolina Machado / Rua Aurélio Valporto / Rua Sirici / Rua Latife Luvizaro / Rua Coruripe	Marechal Hermes	Marechal Hermes	Alagamento	2023	3.597
3.3	Rua Licurgo, 135	Serrinha	Madureira	Desabamento (relacionado a eventos da natureza)	2023	3
3.3	Rua Henrique Ferreira / Rua Tenente Rauen / Rua Aramã / Rua Jundiá	Bento Ribeiro	Bento Ribeiro	Alagamento	2023	357
3.3	Rua Guaiúba / Rua Engenheiro Edgar Soutelo / Avenida Pastor Martin Luther King Jr. / Rua Piracambu / Avenida Ildelfonso Falcão / Rua União	Parque Acari	Acari	Alagamento	2023	12.490
3.3	Rua Oliveira Belo / Rua Engenheiro Lafayette Stockler	Vila da Penha	Vila da Penha	Alagamento	2023	6.955
2.2	Rua Senador Nabuco	Comunidade Morro dos Macacos	Vila Isabel	Deslizamento	2023	20
3.2	Atrás do Bairro Carioca	Comunidade Nova Jerusalém	Rocha	Alagamento	2023	150
3.2	Rua Viúva Cláudio	Buraco do Lacerda	Jacaré	Alagamento	2023	100
3.2	Avenida Dom Hélder Câmara, 1.801	Favela do Jacarezinho	Jacarezinho	Alagamento	2023	20
2.2	Tobias Moscoso, 136	—	Tijuca	Deslizamento	2023	20

AP	ENDEREÇO DE REFERÊNCIA	LOCAL	BAIRRO	EVENTO	ANO	POPULAÇÃO EXPOSTA
2.2	Rua São Francisco Xavier / Rua Luís de Matos	—	Vila Isabel	Alagamento	2023	35
3.1	Rua Larga	Complexo da Maré	Complexo da Maré	Alagamento	2023	39
3.1	Rua Praia de Inhaúma (próximo à UPA)	Complexo da Maré	Complexo da Maré	Alagamento	2023	61
3.1	Rua Guilherme Frota / Rua Flávia Farnese	Complexo da Maré	Complexo da Maré	Alagamento	2023	18
3.1	Rua Teixeira Ribeiro	Complexo da Maré / Nova Holanda	Complexo da Maré	Alagamento	2023	147
3.2	Cruzamento da Rua Aristides Caire com Rua Castro Alves	—	Méier	Desabamento (relacionado a eventos da natureza)	2023	50
3.2	Rua Santa Mariana	—	Higienópolis	Deslizamento	2023	2.500
5.2	Rua Barcelos Domingos (próximo ao túnel)	Campo Grande	Campo Grande	Alagamento	2023	0
2.2	Rua Santo Agostinho, 358	Morro do Andaraí	Andaraí	Deslizamento	2023	40
5.2	Estrada do Campinho, 4.105 (próximo ao Supermercado Rede Economia)	Inhoaíba	Inhoaíba	Alagamento	2023	0
5.2	Avenida Manuel Caldeira de Alvarenga, 1.203 — altura do Instituto de Educação Sarah Kubitschek	Campo Grande	Campo Grande	Alagamento	2023	0
5.2	Avenida Campo Mourão	Jardim Maravilha	Guaratiba	Alagamento	2023	0
5.2	Rua Alfredo Brito, 80	Jardim Monteiro	Campo Grande	Alagamento	2023	0
5.2	Avenida Cesário de Melo com Rua Pina Rangel	Vila São Jorge	Campo Grande	Alagamento	2023	0
4.0	Estrada do Tindiba, 1.237	Taquara	Taquara	Alagamento	2023	50
4.0	Rua Frei Luiz Alevato	Merck	Taquara	Alagamento	2023	500
4.0	Estrada da Soca, 29	Taquara	Taquara	Alagamento	2023	50
5.2	Avenida Paulo Afonso	São Geraldo	Campo Grande	Alagamento	2023	1.445
4.0	Rua Vila Aurora	Vila Aurora	Curicica	Alagamento	2023	350
4.0	Rua Vila Aurora (próximo à Rua Guaravera)	Vila Aurora — Santa Clara	Curicica	Alagamento	2023	230
5.2	Rua Josina Alves de Oliveira	Carobinha	Campo Grande	Alagamento	2023	1.045
3.2	Rua Santa Luzia, 79	Águia de Ouro	Inhaúma	Desabamento (relacionado a eventos da natureza)	2023	40
3.3	Avenida Vicente de Carvalho com Avenida Meriti / Rua Camoatim	Vila Kosmos	Vila Kosmos	Alagamento	2023	1.187
3.3	Estrada Marechal Alencastro (trecho entre a Lona Cultural e a divisa com Olinda)	Estação de Anchieta	Anchieta	Alagamento	2023	2.390
3.1	Próximo ao Shopping da Penha	Penha	Penha	Alagamento	2023	305
3.1	Rua Aimoré, 90	Penha	Penha	Alagamento	2023	438
3.2	Rua Araújo Leitão, 925 (Beco da Colher, casa 39)	Comunidade Vila Cabuçu	Lins de Vasconcelos	Desabamento (relacionado a eventos da natureza)	2023	3

AP	ENDEREÇO DE REFERÊNCIA	LOCAL	BAIRRO	EVENTO	ANO	POPULAÇÃO EXPOSTA
3.1	Estrada José Rucas, 338	Penha	Penha	Alagamento	2023	43
3.1	Beco da Conceição	—	Penha	Alagamento	2023	0
3.1	Rua Leônidas, 12	—	Penha	Alagamento	2023	6
2.1	Autoestrada Lagoa-Barra (altura do Golf Clube)	São Conrado	São Conrado	Alagamento	2023	661
2.1	Avenida Niemeyer, 756	São Conrado	São Conrado	Alagamento	2023	4.114
2.1	Rua Julieta Niemeyer	São Conrado	São Conrado	Alagamento	2023	958
2.1	Rua General Garzon	Jardim Botânico	Jardim Botânico	Alagamento	2023	238
2.1	Rua General Garzon	—	Jardim Botânico	Alagamento	2023	282.472
2.1	Rua Pereira da Silva	—	Laranjeiras	Alagamento	2023	7.900
2.1	Rua das Laranjeiras	—	Laranjeiras	Alagamento	2023	8.236
2.1	Rua Machado de Assis	—	Flamengo	Alagamento	2023	4.532
2.1	Rua Dois de Dezembro	—	Flamengo	Alagamento	2023	16.047
2.1	Avenida Infante Dom Henrique	—	Flamengo	Alagamento	2023	6.506
2.1	Praia do Flamengo	—	Flamengo	Alagamento	2023	10.354
2.1	Rua do Catete	—	Catete	Alagamento	2023	10.340
2.1	Rua Silveira Martins	—	Catete	Alagamento	2023	13.161
2.1	Rua Correia Dutra	—	Catete	Alagamento	2023	14.740
2.1	Rua Pedro Américo	—	Catete	Alagamento	2023	12.561
2.1	Rua Bento Lisboa	—	Catete	Alagamento	2023	13.462
2.1	Avenida Presidente João Goulart, 857	Vidigal	Vidigal	Alagamento	2023	5.629
2.1	Rua 25 de Dezembro	Vidigal	Vidigal	Alagamento	2023	5.061
2.1	Rua Dionéia	Rocinha	Rocinha	Alagamento	2023	21.290
2.1	Rua Dom Helder Câmara	Vidigal	Vidigal	Alagamento	2023	5.293
3.1	Avenida Brasil	Complexo da Maré	Manguinhos	Alagamento	2023	0
2.1	Avenida Presidente João Goulart, 808	Vidigal	Vidigal	Enxurrada	2023	5.629
2.1	Avenida Niemeyer, 314	Vidigal	Vidigal	Alagamento	2023	5.425
2.1	Rua Tonelero esquina com Rua Siqueira Campos	—	Copacabana	Alagamento	2023	16.276
2.1	Estrada da Gávea (próximo ao Golf Club)	—	São Conrado	Alagamento	2023	3.144
2.1	Rua São João Batista esquina com Rua Mena Barreto	—	Botafogo	Alagamento	2023	6.223
2.1	Rua Professor Alfredo Gomes esquina com Rua Muniz Barreto	—	Botafogo	Alagamento	2023	10.575
2.1	Praia de Botafogo (próximo ao Viaduto San Tiago Dantas)	—	Botafogo	Alagamento	2023	6.376
2.1	Rua São Clemente, 226	—	Botafogo	Alagamento	2023	10.866
2.1	Rua Marquês de Olinda	—	Botafogo	Alagamento	2023	7.712
2.1	Rua Voluntários da Pátria, 404	—	Botafogo	Alagamento	2023	8.459
2.1	Rua Voluntários da Pátria, 136	—	Botafogo	Alagamento	2023	10.530
2.1	Rua Venceslau Brás, 65	Complexo UFRJ / Praia Vermelha	Botafogo	Alagamento	2023	5.651
2.1	Rua Barão da Torre	—	Ipanema	Alagamento	2023	14.773

AP	ENDEREÇO DE REFERÊNCIA	LOCAL	BAIRRO	EVENTO	ANO	POPULAÇÃO EXPOSTA
2.1	Avenida Visconde de Albuquerque	—	Leblon	Alagamento	2023	4.836
2.1	Praça Santos Dumont	—	Gávea	Alagamento	2023	3.212
2.1	Praça do Cantão esquina com Rua Daisy Ramos	Comunidade Santa Marta	Botafogo	Alagamento	2023	5.638
2.1	Avenida Visconde de Albuquerque, em frente ao número 340	—	Leblon	Alagamento	2023	7.519
2.1	Rua General Venâncio Flores esquina com Praça Sibelius	—	Leblon	Alagamento	2023	7.012
2.1	Rua Desembargador Alfredo Russel	—	Leblon	Alagamento	2023	6.689
5.2	Estrada da Cachamorra, 162 (altura do Rede Economia)	Vila Rudicéia	Campo Grande	Alagamento	2023	0
5.2	Estrada do Magarça, 4.163	Magarça	Guaratiba	Alagamento	2023	0
5.2	Avenida Campo Mourão (próximo ao Campo)	Jardim Maravilha	Guaratiba	Alagamento	2023	0
5.2	Rua Cantor Emílio Santiago, 80	Comari	Campo Grande	Desabamento (relacionado a eventos da natureza)	2023	10
5.1	Estrada Guandu do Sena, 856 (Caminho da Paz)	—	Bangu	Alagamento	2023	15
5.1	Avenida Alfredo Albuquerque, 84	—	Bangu	Alagamento	2023	0
5.2	Rua Dom Pedrito, 1	Ruas do entorno da Administração Regional de Campo Grande	Campo Grande	Alagamento	2023	0
5.2	Rua Sanaduva	Rio da Prata	Campo Grande	Alagamento	2023	0
5.2	Estrada da Torre	Mendanha	Campo Grande	Deslizamento	2023	0
5.1	Travessa Santa Catarina / Rua Augusto de Figueiredo / Rua Coronel Tamarindo	Comunidade Minha Deusa	Bangu	Alagamento	2023	50
5.2	Rua Camaipi	Campo Grande	Campo Grande	Alagamento	2023	363
5.2	Estrada do Lameirão, 1.300	Lameirão	Santíssimo	Alagamento	2023	184
3.1	Rua Ápia, 64	—	Brás de Pina	Alagamento	2023	14
3.1	Rua Aimoré, 37 a 393	—	Penha	Alagamento	2023	1.209
3.1	Rua Bulhões Marcial, 982	—	Vigário Geral	Alagamento	2023	47
3.1	Avenida Schultz Wenk, próximo ao número 1.301	—	Brás de Pina	Alagamento	2023	401
3.1	Estrada José Rucas até Rua Engenheiro Francisco Passos, 38	—	Penha	Alagamento	2023	671
2.1	Avenida Visconde de Albuquerque, 633	—	Leblon	Alagamento	2023	125
2.1	Rua Dionéia	Paula Brito	Rocinha	Enxurrada	2023	572
2.1	Rua Caminho Boa Vista, 118	—	Vidigal	Enxurrada	2023	64
2.1	Rua Maria Cristina Noronha, 11	Atrás do CMS	Vidigal	Enxurrada	2023	602
2.1	Rua das Laranjeiras, 486	—	Laranjeiras	Alagamento	2023	2
3.2	Rua Dias da Cruz, em frente ao Shopping Méier	—	Méier	Alagamento	2023	200
3.2	Estrada Adhemar Bebiano, 3.686	Clínica da Família	Engenho da Rainha	Alagamento	2023	1
3.2	Rua Ana Barbosa, 21	Clínica da Família	Méier	Alagamento	2023	10

AP	ENDEREÇO DE REFERÊNCIA	LOCAL	BAIRRO	EVENTO	ANO	POPULAÇÃO EXPOSTA
3.2	Rua Bicuíba, 181	Clínica da Família	Lins de Vasconcelos	Alagamento	2023	1
3.2	Rua Rio Grande do Sul, 26	Clínica da Família	Méier	Alagamento	2023	1
3.2	Avenida Dom Hélder Câmara, 1.801	Clínica da Família	Jacarezinho	Alagamento	2023	10
3.2	Rua Justiniano de Serpa, 09	—	Higienópolis	Alagamento	2023	400
3.2	Rua Manuel de Moraes	—	Higienópolis	Alagamento	2023	100
2.2	Rua Professor Valadares (entre a Praça Malvino Reis e a Rua Mearim)	—	Grajaú	Alagamento	2023	118
2.2	Rua de Barão São Francisco com Rua Teodoro da Silva	Em frente ao Shopping Iguatemi	Vila Isabel	Alagamento	2023	345
3.1	Rua Tailândia, 160	—	Brás de Pina	Alagamento	2023	0
3.1	Avenida dos Democráticos, mais ou menos no número 76	—	Manguinhos	Alagamento	2023	39
3.1	Rua Bulhões Marcial, 855-681	—	Cordovil	Alagamento	2023	232
3.1	Penha Shopping — Avenida Brás de Pina, 150	—	Penha	Alagamento	2023	290
2.2	Avenida Rei Pelé com Rua Professor Manuel de Abreu	—	Maracanã	Alagamento	2023	0
2.2	Rua Alda Melo Dias	Comunidade da Formiga	Tijuca	Deslizamento	2023	20
3.3	Avenida Ildelfonso Falcão / Rua Padre Lima / Rua General Etchegoyen / Rua Godofredo	Parque Colúmbia	Parque Colúmbia	Alagamento	2023	2.919
3.1	Rua Max Yantok, na praça perto da Rua Ilha Fiscal	—	Bancários	Alagamento	2023	42
3.1	Rua Demétrio Toledo	Tauá	Tauá	Alagamento	2023	10
2.1	Avenida Niemeyer, 107	Próximo ao Hotel Sheraton	São Conrado	Alagamento	2023	50
2.1	Avenida Pasteur	Em frente ao Colégio Imperial (descida do viaduto)	Botafogo	Alagamento	2023	0
5.3	Rua das Pitombeiras	7 de Abril	Paciência	Alagamento	2023	0
5.3	Rua São Domingos Sávio / Travessa Hermes / Rua Vitória Régia / Rua Santa Rosa / Rua Santa Maria / Travessa Sarrazane / Rua dos Comerciantes / Rua da Paz / Rua Vitória / Rua das Margaridas	—	Santa Cruz	Alagamento	2023	2.171
2.2	Rua Castelo Novo, 411	Comunidade da Formiga	Tijuca	Deslizamento	2023	15
2.1	Estrada da Gávea, 266	Laboriaux	Rocinha	Deslizamento	2023	0
2.1	Rua Dionéia, 374	Dionéia	Rocinha	Deslizamento	2023	12
2.1	Rua Pereira da Silva, 825	Pereira Silva	Botafogo	Deslizamento	2023	10
3.1	Rua Lígia	Rua Lígia	Olaria	Alagamento	2023	213
3.1	Rua Antônio Rego, 708 a 608 / Rua Lígia, 419 até 437	Rua Antônio Rego, 708 a 608 / Rua Lígia, 419 até 437	Olaria	Alagamento	2023	158
3.1	Rua Aimoré, 112 até 160	Rua Aimoré, 130	Penha	Alagamento	2023	111
3.1	Estrada José Rucas (304 a 364) com Rua São Dionísio (até 74)	Estrada José Rucas (304 a 364) com Rua São Dionísio (até 74)	Penha	Alagamento	2023	61
3.1	Rua São Dionísio (33 a 17) com Rua Nossa Senhora da Penha (345 a 257)	Rua São Dionísio (33 a 17) com Rua Nossa Senhora da Penha (345 a 257)	Penha	Alagamento	2023	104
2.2	Rua Ernesto de Souza 133 — Andaraí	Comunidade do Andaraí	Andaraí	Deslizamento	2023	0

AP	ENDEREÇO DE REFERÊNCIA	LOCAL	BAIRRO	EVENTO	ANO	POPULAÇÃO EXPOSTA
3.1	Avenida Maestro Paulo Silva	Ilha Plaza (referência)	Jardim Carioca	Alagamento	2023	236
3.1	Estrada do Jequiá, 626 até 1.496	Estrada do Jequiá	Pitangueiras	Alagamento	2023	1.610
3.1	Praia das Pitangueiras, 111 até Rua Engenheiro Maia Filho, 27	Praia das Pitangueiras	Pitangueiras	Alagamento	2023	14
3.1	Rua Monjolo, 187 até 29 / Praia das Pitangueiras, 285 até 411	Rua Monjolo	Pitangueiras	Alagamento	2023	382
3.1	Rua Pojuca, 256 até 174	Rua Pojuca, 256 até 174	Cacuaia	Alagamento	2023	87
5.2	Avenida Campo Mourão	Jardim Maravilha	Guaratiba	Alagamento	2023	0
3.1	Avenida Coronel Luiz Oliveira Sampaio, 12 ao 180 / Estrada da Bica, 595 ao 397 / Estrada do Galeão, 11 ao 60	Estrada da Bica	Jardim Guanabara	Alagamento	2023	198
3.1	Rua Barreiros, 217	Próximo da Policia Militar	Ramos	Alagamento	2023	221
3.1	Praia da Bandeira, 31 ao 235	Praia da Bandeira	Praia da Bandeira	Alagamento	2023	186
3.1	Rua Maciel Monteiro, 15 a 19 / 20 a 25	Rua Maciel Monteiro, 15 a 19 / 20 a 25	Praia da Bandeira	Alagamento	2023	30
3.1	Rua Capitão Barbosa, 90-230 / 75-151	Rua Capitão Barbosa	Cocotá	Inundação	2023	30
5.2	Estrada do Mendanha, 4.489	Em frente a Guaracamp	Campo Grande	Alagamento	2023	0
2.2	Rua São Sebastião, 26	Comunidade do Salgueiro	Tijuca	Desabamento natural	2023	3
3.1	Cidade da Policia	Avenida dos Democráticos, 484 até 12	Manguinhos	Alagamento	2023	1.417
3.3	Rua Sacu, 285	Sacu	Quintino Bocaiúva	Enxurrada	2023	0
2.2	Rua General Canabarro, altura do número 71	Área urbana	Maracanã	Adutoras	2023	0
5.2	Rua Carobinha	Carobinha	Campo Grande	Adutoras	2023	308
2.1	Avenida Presidente João Goulart, 865	25 de dezembro	Vidigal	Deslizamento	2023	0
3.1	Estrada do Galeão com Avenida 20 de Janeiro	Estrada do Galeão	Galeão	Alagamento	2023	2
5.2	Rua Tamarana	Santa Margarida	Cosmos	Alagamento	2023	117
3.3	Avenida Pastor Martin Luther King Jr., 14.100	Feirinha da Pavuna	Pavuna	Adutoras	2023	13
3.3	Avenida Prefeito Sá Lessa com Rua Ouseley	Fazenda Botafogo	Coelho Neto	Alagamento	2024	5.393
3.3	Rua Padre Lima	Linha verde e área urbana	Parque Colúmbia	Alagamento	2024	7.968
3.3	Rua Tenente Lassance, 23 — Anchieta	Comunidade Tenente Lassance	Anchieta	Alagamento	2024	11
3.1	Rua Arapogi	Rua Arapogi	Brás de Pina	Alagamento	2024	131
3.1	Praia das Pitangueiras (111 ao 181) com Rua Engenheiro Maia Filho (27 ao 121)	Praia das Pitangueiras	Pitangueiras	Alagamento	2024	100
3.1	Praça Michael Cheib, s/n.º	CMS Nagib Jorge Farah	Jardim América	Alagamento	2024	0
3.1	Estrada da Bica (380 ao 564) com Rua Arriba (272 ao 13)	Estrada da Bica (380 ao 564) com Rua Arriba (272 ao 13)	Cacuaia	Alagamento	2024	207
3.1	Rua Pojuca, 256 até 174	Rua Pojuca, 256 até 174	Zumbi	Alagamento	2024	87
3.1	Praia do Zumbi, 25 — E.M. Cuba	Praça do Zumbi	Zumbi	Alagamento	2024	86
3.1	Praia das Pitangueiras, 285 até 411 / Rua Monjolo, 187 até 29	Praia das Pitangueiras, 285 até 411 / Rua Monjolo, 187 até 29	Pitangueiras	Alagamento	2024	382

AP	ENDEREÇO DE REFERÊNCIA	LOCAL	BAIRRO	EVENTO	ANO	POPULAÇÃO EXPOSTA
2.2	Rua Jocelina Fernandes, 161/casa 04	Comunidade da Formiga	Tijuca	Deslizamento	2024	5
3.1	Estrada do Jequiá, 626 até 1.496	Estrada do Jequiá, 626 até 1.496	Cacuaia	Alagamento	2024	1.610
3.1	Praia da Bandeira, 31 ao 415 / Rua Maciel Monteiro, 15 ao 25 / Rua Capitão Barbosa, 75 ao 230	Praia da Bandeira, 31 ao 415 / Rua Maciel Monteiro, 15 ao 25 / Rua Capitão Barbosa, 75 ao 230	Praia da Bandeira	Alagamento	2024	579
3.1	Rua Morávia, 38 ao 294 / Estrada da Cacuaia, 1.040 ao 1.235	Rua Morávia, 38 ao 294 / Estrada da Cacuaia, 1.040 ao 1.235	Jardim Carioca	Alagamento	2024	549
3.1	Rua Náutica, 24-116 / Rua Nereida, 15-27 / Rua Grana, 19-76	Rua Náutica, 24-116 / Rua Nereida, 15-27 / Rua Grana, 19-76	Cocotá	Alagamento	2024	398
3.1	Rua Grana, 19 ao 76	Rua Grana, 19 ao 76	Cocotá	Alagamento	2024	74
3.1	Praia do Jequiá, 22 ao 86	Praia do Jequiá, 22 ao 86	Ribeira	Alagamento	2024	92
5.1	Estrada dos Coqueiros	Estrada dos Coqueiros	Senador Camará	Alagamento	2024	0
5.1	Rua Dalmácia	Beco do Carvalho	Senador Camará	Alagamento	2024	0
3.1	Praça Iaiá Garcia (lado do terminal) / Praia da Ribeira, 01 a 11	Praça Iaiá Garcia (lado do terminal) / Praia da Ribeira, 01 a 11	Ribeira	Alagamento	2024	81
5.1	Rua Sucam	Rua Sucam	Bangu	Deslizamento	2024	0
3.1	Rua Fernandes da Fonseca, 284 a 326	Rua Fernandes da Fonseca, 284 a 326	Ribeira	Alagamento	2024	29
3.1	Rua Praia da Engenhoca, 95	Rua Praia da Engenhoca, 95	Ribeira	Alagamento	2024	33
5.1	Estrada Guandu Sena, 856	Estrada Guandu Sena (caminho da Carranca)	Bangu	Alagamento	2024	0
3.1	Rua Formosa do Zumbi, 183	Rua Formosa do Zumbi, 183	Pitangueiras	Alagamento	2024	56
5.1	Travessa Roberto Silveira	Vila Metral	Senador Camará	Alagamento	2024	1
5.2	Rua Romeu de Avelar	Condomínio Campo Belo	Campo Grande	Alagamento	2024	1.025
5.2	Avenida Canal	Quadra 100	Campo Grande	Alagamento	2024	4.282
5.2	Estrada do Pedregoso	Serrinha	Campo Grande	Alagamento	2024	966
3.1	Praça Michael Cheib, s/n.º	CMS Nagib Jorge Farah (como referência)	Jardim América	Alagamento	2024	25.639
3.3	Rua Moraes Pinheiro, 235	Rua Moraes Pinheiro	Ricardo de Albuquerque	Desabamento natural	2024	2
5.1	Caminho das Torres, 8, 10, 12	Caminho das Torres	Senador Camará	Deslizamento	2024	0
5.1	Travessa Santo Antônio	Travessa Santo Antônio	Senador Camará	Deslizamento	2024	0
5.1	Rua São Francisco de Assis, 85	Rua São Francisco de Assis	Senador Camará	Deslizamento	2024	0
5.1	Travessa Caminho da Esperança, 43	Travessa Caminho da Esperança	Senador Camará	Deslizamento	2024	0
2.1	Ladeira Ary Barroso	Comunidade Babilônia	Leme	Deslizamento	2024	0
2.1	Avenida Infante Dom Henrique	Flamengo	Flamengo	Alagamento	2024	0
3.3	Rua Matura, 279	Área urbana	Acari	Alagamento	2024	2
2.1	Avenida Niemeyer, 314	—	Vidigal	Deslizamento	2024	0
3.3	Avenida Prefeito Sá Lessa	Rua Monte Amor Sagrado, Sn, Coelho Neto, território 3325114228, Estrato 3335, quarteirão 0393.00#	Coelho Neto	Deslizamento	2024	1
2.1	Avenida Niemeyer, 121	Vidigal	Vidigal	Alagamento	2024	0
5.2	Rua Clarinia	Carobinha	Campo Grande	Alagamento	2024	249
5.2	Rua Canoana	Jardim Maravilha	Guaratiba	Alagamento	2024	137
5.1	Travessa Benedito Peçanha, 02	Comunidade São Sebastião	Realengo	Deslizamento	2024	7

AP	ENDEREÇO DE REFERÊNCIA	LOCAL	BAIRRO	EVENTO	ANO	POPULAÇÃO EXPOSTA
2.2	Travessa José Alves (Terreirão)	Comunidade do Borel	Tijuca	Deslizamento	2024	4
3.1	Praia do Jequiá, 22 ao 86	Praia do Jequiá, 22 ao 86	Ribeira	Alagamento	2024	92
3.1	Praça Iaiá Garcia (lado do terminal) / Praia da Ribeira, 01 a 11	Praça Iaiá Garcia (lado do terminal) / Praia da Ribeira, 01 a 11	Ribeira	Alagamento	2024	81
3.1	Rua Fernandes da Fonseca, 284 a 326	Rua Fernandes da Fonseca, 284 a 326	Ribeira	Alagamento	2024	29
3.1	Rua Serrão, 31 ao 89	Rua Serrão, 31 ao 89	Ribeira	Alagamento	2024	45
3.1	Rua Mileto Maciel, 333 ao 75	Rua Mileto Maciel, 333 ao 75	Cacuaia	Alagamento	2024	158
3.2	Rua Araújo Leitão, 1.093/casa 5	Comunidade do Barro Preto	Lins de Vasconcelos	Desabamento natural	2024	17
3.1	Praia das Pitangueiras (111 ao 181) com Rua Engenheiro Maia Filho (27 ao 121)	Praia das Pitangueiras (111 ao 181) com Rua Engenheiro Maia Filho (27 ao 121)	Pitangueiras	Alagamento	2024	100
3.1	Estrada da Bica (380 ao 564) com Rua Arriba (272 ao 13)	Estrada da Bica (380 ao 564) com Rua Arriba (272 ao 13)	Cacuaia	Alagamento	2024	207
3.1	Rua Pojuca, 256 até 174	Rua Pojuca, 256 até 174	Zumbi	Alagamento	2024	87
3.1	Praça do Zumbi, 25 — E.M. Cuba	Praça do Zumbi, 25 — E.M. Cuba	Zumbi	Alagamento	2024	86
3.3	Rua Padre Lima	Comunidade Linha Verde e área urbana	Parque Colúmbia	Alagamento	2024	7.968
1.0	Rua Miguel de Paiva	—	Santa Teresa	Deslizamento	2024	0
3.1	Praia das Pitangueiras, 285 até 411 / Rua Monjolo, 187 até 29	Praia das Pitangueiras, 285 até 411 / Rua Monjolo, 187 até 29	Pitangueiras	Alagamento	2024	382
3.1	Estrada do Jequiá, 626 até 1.496	Estrada do Jequiá, 626 até 1.496	Cacuaia	Alagamento	2024	1.610
3.1	Rua Viena, 38	Rua Viena, 38 — Brás de Pina	Brás de Pina	Deslizamento	2024	0
3.1	Rua Frei Gaspar, 241	Rua Frei Gaspar, 241	Penha Circular	Deslizamento	2024	0
3.3	Rua Ouseley	Fazenda Botafogo	Coelho Neto	Alagamento	2024	5.394
5.1	Rua Projetada 5	Comunidade da Light	Realengo	Deslizamento	2024	7
5.1	Rua Jeová — subida para a trilha	Comunidade Porta do Céu	Padre Miguel	Deslizamento	2024	0
3.3	Avenida Pastor Martin Luther King Jr., 10.976	Acari	Acari	Alagamento	2024	19.706
3.3	Rua Itajacé, 34 — Anchieta	Anchieta	Anchieta	Alagamento	2024	1.138
3.1	Rua Pio Dutra, 440 a 364	Altura do Colégio Professor Mendes de Moraes	Freguesia	Alagamento	2024	47
3.1	Rua Carice, 235-400 / Rua Quatis, 74 / Rua Capanema, toda / Praça Frei Paulo / Rua Leão Veloso, toda / Rua Domingos Mondim, 5-406 /	Rua Érico Coelho, 211-5 / Avenida Paranapuã, 1.165-1.636 / Rua Professor Hilarião da Rocha, 336-677 / Rua Eutíquio Soledade, 208-693 / Rua Demétrio de Tolêdo, 21-308 / Rua Soldado Wandel Sarmento, 410-55	Tauá	Alagamento	2024	4.139
5.2	Estrada dos Sete Riachos	Carobinha	Campo Grande	Alagamento	2024	0
5.2	Avenida Campo Mourão	Jardim Maravilha	Guaratiba	Alagamento	2024	0
3.3	Rua João Vicente — Marechal Hermes	Praça Montese	Marechal Hermes	Alagamento	2024	7.640
3.1	Rua Nicarágua, 591-405 / Rua Conde de Agrolongo, 1.300-1.086 / Rua Belizário Pena, 1.235	Rua Nicarágua, 591-405 / Rua Conde de Agrolongo, 1.300-1.086 / Rua Belizário Pena, 1.235	Penha	Alagamento	2024	949
3.1	Rua Uranos, 1.553-1.458	Rua Uranos, 1.553-1.458	Penha	Alagamento	2024	368
3.3	Rua Santa Rita de Cassia	Rua do Portão Vermelho	Bento Ribeiro	Alagamento	2024	1.051

AP	ENDEREÇO DE REFERÊNCIA	LOCAL	BAIRRO	EVENTO	ANO	POPULAÇÃO EXPOSTA
3.3	Rua Ivinheima / Rua Irue / Rua Mário Mota / Rua Picuí / Rua Paramirim / Rua Igoa / Rua Jundiá, Rua Camoropim / Rua Dom Vidal, Rua Puipe / Rua Queluz / Mirinduba / Rua Aramã / Rua Tenente Rauen / Rua Henrique Ferreira / Rua Elias Chaves / Rua Divinópolis / Rua João Daniel	Bento Ribeiro	Bento Ribeiro	Alagamento	2024	6.956
3.3	Rua Tacaratu / Rua Corumbiara / Rua Traipu / Rua Mirinduba	Honório Gurgel	Honório Gurgel	Alagamento	2024	5.151
5.1	Rua Itaipu 30	Comunidade 48	Senador Camará	Desabamento natural	2024	1
3.3	Rua Mercurio, s/n.º	Pavuna	Pavuna	Alagamento	2024	13.550
3.3	Avenida Sargento de Milícias / Rua Professor Lindolfo Gomes / Rua Cícero / Rua Mercúrio / Rua Catão, Rua Nova Olinda / Rua Netuno / Rua Leão Veloso / Rua Jurema de Matos / Rua Sargento Benedito da Silva / Rua Apolo / Praça Ênio / Rua Herculano Pinheiro	Pavuna	Pavuna	Alagamento	2024	6.745
3.1	Praia do Jequiá, 22 ao 86	Praia do Jequiá, 22 ao 86	Ribeira	Alagamento	2024	92
3.1	Praça Iaiá Garcia (lado do terminal) / Praia da Ribeira, 01 a 11	Praça Iaiá Garcia (lado do terminal) / Praia da Ribeira, 01 a 11	Ribeira	Alagamento	2024	81
3.1	Rua Fernandes da Fonseca, 284 a 326	Rua Fernandes da Fonseca, 284 a 326	Ribeira	Alagamento	2024	29
3.1	Praia das Pitangueiras (111 ao 181) com Rua Engenheiro Maia Filho (27 ao 121)	Praia das Pitangueiras (111 ao 181) com Rua Engenheiro Maia Filho (27 ao 121)	Pitangueiras	Alagamento	2024	100
3.1	Estrada da Bica (380 ao 564) com Rua Arriba (272 ao 13)	Estrada da Bica (380 ao 564) com Rua Arriba (272 ao 13)	Cacuaia	Alagamento	2024	207
3.1	Rua Pojuca, 256 até 174	Rua Pojuca, 256 até 174	Zumbi	Alagamento	2024	87
3.1	Praça do Zumbi, 25 — E.M. Cuba	Praça do Zumbi, 25 — E.M. Cuba	Zumbi	Alagamento	2024	86
3.1	Praia das Pitangueiras, 285 até 411 / Rua Monjolo, 187 até 29	Praia das Pitangueiras, 285 até 411 / Rua Monjolo, 187 até 29	Pitangueiras	Alagamento	2024	382
3.1	Estrada do Jequiá, 626 até 1.496	Estrada do Jequiá, 626 até 1.496	Cacuaia	Alagamento	2024	1.610
5.1	Avenida Brasil / Favela do Quiabo	Vila Kennedy	Senador Camará	Alagamento	2024	73
5.1	Avenida Brasil	Favela do Jiló	Vila Kennedy	Alagamento	2024	0
5.2	Rua Chico Mendes	Quadra 100	Campo Grande	Alagamento	2024	92
5.2	Rua Romeu de Avelar	Condomínio Campo Belo	Campo Grande	Alagamento	2024	0
5.1	Rua Arare, 21	Barata	Realengo	Alagamento	2024	0
5.1	Rua Mirim, 41	Barata	Realengo	Alagamento	2024	0
5.1	Rua Tecobe, 96	Barata	Realengo	Alagamento	2024	8
5.1	Rua Reis e Silva	Barata	Realengo	Alagamento	2024	175
5.1	Travessa Maria de Fátima 06 a 06 B, 07, 08	Frederico Faulhaber	Realengo	Desabamento natural	2024	21
5.1	Rua Ademar Filho, próximo ao número 1.660	Próximo à comunidade 48	Senador Camará	Alagamento	2024	9
3.3	Avenida Pastor Martin Luther King Jr., em frente à Praça Professora Virgínia Cidade (próximo à Rua Cimbres)	Comunidade Coelho Neto	Coelho Neto	Adutoras	2024	3

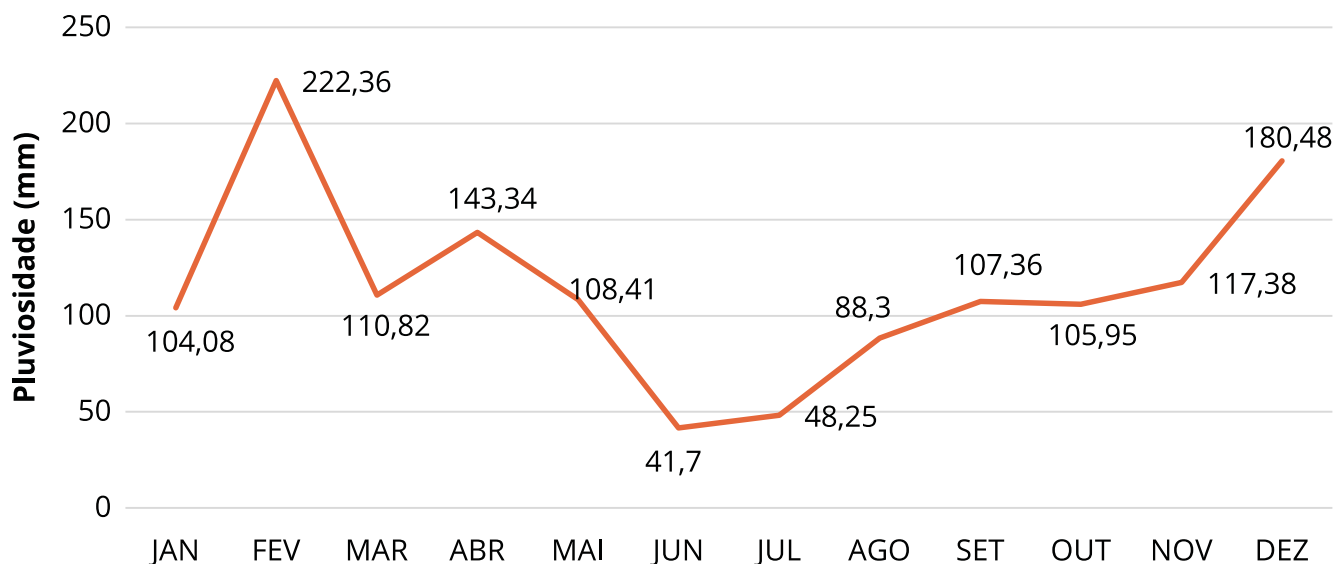
AP	ENDEREÇO DE REFERÊNCIA	LOCAL	BAIRRO	EVENTO	ANO	POPULAÇÃO EXPOSTA
5.2	Rua 88	Jardim Maravilha	Guaratiba	Alagamento	2024	0
3.1	Praia do Jequiá, 22 ao 86	Praia do Jequiá, 22 ao 86	Ribeira	Alagamento	2024	92
3.1	Praça Iaiá Garcia (lado do terminal) / Praia da Ribeira, 01 a 11	Praça Iaiá Garcia (lado do terminal) / Praia da Ribeira, 01 a 11	Ribeira	Alagamento	2024	68
3.1	Rua Fernandes da Fonseca, 284 a 326	Rua Fernandes da Fonseca, 284 a 326	Ribeira	Alagamento	2024	29
3.1	Praia das Pitangueiras (111 ao 181) com Rua Engenheiro Maia Filho (27 ao 121)	Praia das Pitangueiras (111 ao 181) com Rua Engenheiro Maia Filho (27 ao 121)	Pitangueiras	Alagamento	2024	100
3.1	Estrada da Bica (380 ao 564 com Rua Arriba (272 ao 13)	Estrada da Bica (380 ao 564) com Rua Arriba (272 ao 13)	Cacuaia	Alagamento	2024	207
3.1	Rua Pojuca, 256 até 174	Rua Pojuca, 256 até 174	Zumbi	Alagamento	2024	87
3.1	Praça do Zumbi, 25 — E.M. Cuba	Praça do Zumbi, 25 — E.M. Cuba	Zumbi	Alagamento	2024	86
3.1	Praia das Pitangueiras, 285 até 411 / Rua Monjolo, 187 até 29	Praia das Pitangueiras, 285 até 411 / Rua Monjolo, 187 até 29	Pitangueiras	Alagamento	2024	382
3.1	Estrada do Jequiá, 626 até 1.496	Estrada do Jequiá, 626 até 1.496	Cacuaia	Alagamento	2024	1.610
3.1	Rua Mileto Maciel, 333 ao 75	Rua Mileto Maciel, 333 ao 75	Jardim Guanabara	Alagamento	2024	158
3.1	Rua Leão Veloso, toda / Rua Domingos Mondim, 5-406/	Rua Érico Coelho, 211-5 / Avenida Paranapuã, 1.165-1.636 / Rua Professor Hilarião da Rocha, 336-677 / Rua Eutíquio Soledade, 208-693 / Rua Demétrio de Tolêdo, 21-308 / Rua Soldado Wandel Sarmento, 410-55 / Rua Carice, 235-400 / Rua Quatis, 74 / Rua Capanema, toda / Praça Frei Paulo	Tauá	Alagamento	2024	4.139
2.1	Rua Siqueira Campos, 121	Rua Siqueira Campos com Rua Toneleiro	Copacabana	Alagamento	2024	0
3.3	Rua Mercúrio / Rua Auta de Souza / Avenida Sargento de Milícias / Rua Nelson Paixão	Pavuna	Pavuna	Alagamento	2024	4.288
3.3	Praça Roberto Carlos	Praça Roberto Carlos	Acari	Alagamento	2024	1.244
5.1	Avenida Santa Cruz (Beco Nossa Senhora da Paz)	Comunidade do Sapo (próximo à Estrada do Viegas)	Senador Camará	Deslizamento	2024	55
4.0	Morro dos Cachorros	Estrada dos Bandeirantes, 22.316	Vargem Grande	Deslizamento	2024	9
3.3	Rua Tupiniquins, 244	Juramento	Vicente de Carvalho	Desabamento humano	2024	0
2.1	Rua Pedro Américo, 715	Comunidade Santo Amaro	Catete	Deslizamento	2024	0
3.3	Rua do Encanamento, 130	Favela do Muquiço	Guadalupe	Adutoras	2024	1.207
2.1	Rua Dionéia, 20	Dioneia	Rocinha	Enxurrada	2024	0

Legenda: S/I = sem informação. Fontes: Divisões de Vigilância em Saúde; Fundação Rio-Águas; e Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil do Rio de Janeiro.

ANEXOS

ANEXO 1. PLUVIOSIDADE

Gráfico 1. Mediana mensal de precipitação (mm) — Alerta Rio, MRJ, 2019-2023



Fonte: Sistema Alerta Rio da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Quadro 1. As dez maiores precipitações pluviométricas em 1 hora, MRJ

ESTAÇÃO	MM/H	DATA	HORA
Guaratiba	125,6	31/03/2022	23:15
Barra da Tijuca / Riocentro	123,2	14/02/2018	23:45
Campo Grande	116,2	19/03/2000	00:08
Jacarepaguá / Cidade de Deus	109,6	15/02/2018	00:00
Piedade	106,6	15/02/2018	00:00
Vidigal	106,4	12/03/2016	20:15
Rocinha	105,2	12/03/2016	20:15
Sumaré	103,4	11/06/2006	23:50
Estrada Grajaú-Jacarepaguá	99,8	15/02/2018	00:00
Tijuca / Muda	99,6	25/04/2011	21:45

Fonte: Sistema Alerta Rio. Disponível em: <http://alertario.rio.rj.gov.br/maiores-chuvas/>. Acesso em: 26/10/2023.

Quadro 2. As dez maiores precipitações pluviométricas em 24 horas, MRJ

ESTAÇÃO	MM/24H	DATA	HORA
Sumaré	360,2	06/04/2010	17:35
Rocinha	343,4	09/04/2019	15:00
Alto da Boa Vista	341,2	09/04/2019	16:15
Barra da Tijuca / Barrinha	335,2	09/04/2019	15:00
Jardim Botânico	334,4	09/04/2019	15:00
Copacabana	329,4	09/04/2019	15:30
Vidigal	312,2	09/04/2019	14:45
Barra da Tijuca / Riocentro	311,4	09/04/2019	15:00
Guaratiba	310,6	01/04/2022	20:55
Jacarepaguá / Cidade de Deus	289,6	09/04/2019	16:00

Fonte: Sistema Alerta Rio. Disponível em: <http://alertario.rio.rj.gov.br/maiores-chuvas/>. Acesso em: 26/10/2023.

ANEXO 2. MATRIZ DE ATIVIDADES X RESPONSABILIDADES



MATRIZ DE ATIVIDADES x RESPONSABILIDADES INCIDENTES, ACIDENTES E DESASTRES

Versão 2023.1.3 | Data da Atualização 19/10/2023

ATIVIDADES E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS OU PARTICIPANTES	ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS E PARTICIPANTES																														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29		
	ALERTA RIO	OBMERJ	CET-RIO	COMLURB	COR	DEFESA CIVIL	GEO RIO	GM-RIO	IPP	RIO ÁGUAS	RIOGLUZ	SEAC	SECONSERVA	SEOP	SMAC	SMAS	SMC	SME	SMEI	SMH	SMI	SMPDA	SMS	SMTR	CONC. DE SERV. ESSENCIAIS	CONC. DE TRANSP.	PMERJ	PCERJ	SUBPREFEITURAS		
MOBILIZAÇÃO	1 Manter equipe emergencial de sobreaviso / prontidão	A	R	R	R	A	R	A	R		R	R	A	R	R	R	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A		
	2 Manter disponíveis e atualizados os canais de comunicação, bem como enviar (quando solicitado) representante para o COR	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
	3 Definir e divulgar o Estágio Operacional da cidade a depender dos tipos de deflagração observados	A	A	A	A	RP	R	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
CONDIÇÃO DAS CHUVAS E IMPACTOS DIRETOS	4 Avaliar o risco e/ou ocorrência de deslizamentos de encostas					A	R	RP		A											A										
	5 Avaliar o risco de desabamento de estrutura		R				RP																							A	
	6 Avaliar ocorrência de desabamento de estrutura		RP	A	A	A	R	A																						A	
	7 Avaliar o risco de desabamento de obra de arte (túneis, viadutos e passarelas)			A			A	A														RU									
	8 Avaliar ocorrência de desabamento de obra de arte (túneis, viadutos e passarelas)		RP	A	A	A	R	A															R			A	A			A	
	9 Monitorar e mapear pontos críticos no território para potenciais emergências de saúde pública	A			A	A	A			A														RU							
	10 Efetuar limpeza de vias, em função de elementos que atrapalhem a circulação				A	RU	A							A																	
	11 Efetuar desobstrução de vias, em função de elementos que atrapalhem de forma parcial ou total a circulação				RP	A			A						RP													RP			
	12 Efetuar desobstrução de vias, em função de elementos em ralos que atrapalhem a drenagem				A	RU																									
13 Efetuar desobstrução de vias, em função de elementos que atrapalhem a microdrenagem				A	A									RU																	
14 Monitorar e operar reservatórios, comportas e Lagoa Rodrigo de Freitas										RU																					
15 Monitorar o tráfego de veículos e estabelecer, se necessário, rotas alternativas de trânsito				RP		A			R																						
16 Adequar o sistema de transporte de massa						A																			RP		RP				
17 Utilizar os painéis de mensagens variáveis para orientar os motoristas				RU																											
18 Utilizar os aplicativos e redes sociais para comunicação e orientação dos usuários				A		RU																		A					A		
PROTEÇÃO CIVIL	19 Atuar na proteção civil			RP				RP																							
	20 Efetuar ações de escoramento e/ou demolições emergenciais em obra de arte				A				A															RU							
	21 Efetuar ações de escoramento e/ou demolições emergenciais, exceto obras de arte			A	A		R	R			R				RP	R								R							
APH	22 Atuar em operações de busca e salvamento		RU	A	A	A	A	A			A		A				A														
	23 Efetuar triagem e/ou estabilização inicial das vítimas			RP			A		A																			R			
	24 Realizar a regulação para unidades de maior complexidade de acordo com o perfil da vítima, em acidentes com múltiplas vítimas			A																						RU					
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	25 Acionar o Plano de Emergência da rede de urgência/emergência			A			A																				RU				
	26 Informar o impacto da demanda de vítimas nas unidades de urgência/emergência			A			A																				RU				
	27 Elaborar e compartilhar relatório com informações dos pacientes admitidos e condições de saúde			A			A																				RU				
AUXÍLIO OPERACIONAL	28 Prover reforço da iluminação			A			A						RU																		
	29 Modificar, interromper ou restabelecer o fornecimento de serviços essenciais (água, iluminação, energia e gás) visando minimizar os problemas, evitar acidentes ou auxiliar os serviços											A			A												RU				
	30 Vistoriar, isolar ou interditar área com risco ou ocorrência de desastre		R	R		A	RP	R	R																						
	31 Atuar de maneira preventiva para evitar a perturbação da ordem									R													R							RP	
	32 Vistoriar, isolar ou interditar área com risco ou ocorrência de mobilidade			R		A	RP	R	A																						A
	33 Fornecer máquinas e equipamentos, com operadores quando necessário para execução dos serviços		R	R	R		A	R	R	R		R	R		R	R								A	R						
	34 Mapear e validar alojamentos provisórios						R	RP		A	A						A		RP								R				A
	35 Mapear pontos de apoio						A	RP		A	A						A		A		A						R				A
	36 Identificar e apoiar a população desabrigada/desalojada							R		A	A						A		RP		A						A				A
	37 Montar e administrar os abrigos temporários					A	A	R				A		A				RP		A	A	A				A	A	A			A
ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO	38 Inserir população afetada em benefícios sociais						A							A				RP				R									
	39 Realizar monitoramento, acompanhamento, identificação e contabilização de mortos e feridos			R			R																				RP				
	40 Avaliar e monitorar as condições sanitárias e demais aspectos relacionados à saúde						A																				RU				A
	41 Monitorar, adequar e organizar a capacidade de atendimento de urgência e emergência para resposta em situação de emergência de saúde pública																											RU			
	42 Oportunizar equipes de resposta rápida com a finalidade de mitigar danos à saúde pública							A																				RU			A
	43 Operacionalizar e fazer a gestão da regulação de leitos																											RU			
	44 Operacionalizar o transporte de ambulâncias			A																								RU			
	45 Empregar medidas de profilaxia e mitigação de doenças e agravos à população																											RU			
	46 Prestar cuidados de Atenção Primária à Saúde para a população desabrigada/desalojada								A																			RU			
	47 Articular com a Atenção Primária cuidados para população desabrigada/desalojada								A										RP								A				
INTEGRAÇÃO	48 Articular as ações e informações entre órgãos envolvidos, instituindo protocolo de comunicação	A	A	A	A	RP	R	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
	49 Orientar e informar a população, pelos mais diversos meios de comunicação	A	A	A	A	RP	R	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
	50 Coordenar o acionamento dos recursos	A	A	A	A	RU	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
51 Articular as ações em campo	A	A	A	A	A	RP	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	R	

LEGENDA: **RU** Responsável único **RP** Responsável principal **R** Responsável **A** Apoio



MATRIZ DE ATIVIDADES x RESPONSABILIDADES FORTES CHUVAS

Versão 2023 1.2 | Data da Atualização 19/10/2023

ATIVIDADES E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS OU PARTICIPANTES		ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS E PARTICIPANTES																								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	
		ALERTA RIO	CBMERJ	CET-RIO	CONLURB	COR	DEFESA CIVIL	GEO RIO	GM-RIO	IPP	RIO ÁGUAS	RIOLUZ	SEAC	SECONSERVA	SEOP	SMAS	SMC	SME	SMEL	SMH	SMI	SMPDA	SMS	SMTR	SUBPREFEITURAS	
MOBILIZAÇÃO	1 Manter equipe emergencial de sobreaviso / prontidão	R	R	A	A	R	R	R	R	R	A	A	R	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	R	
	2 Manter atualizados os canais de comunicação com o Sistema de Defesa Civil da Cidade do Rio de Janeiro	R	R	R	R	RP	R	R	R	R	R	R			R	R		A							R	
	3 Definir e divulgar o Estágio Operacional da cidade a depender dos critérios de deflagração observados	A		A	A	RP	R	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
CONDIÇÕES DA CHUVA E IMPACTOS DIRETOS	4 Monitorar as condições meteorológicas e atualizar o Sistema de Alerta	RU				A	A																			
	5 Ativar o Sistema de Alerta e Alarme Comunitário (envio de SMS e acionamento de Sirenes)	A				A	RU																			
	6 Monitoramento pluviométrico da possibilidade de ocorrência de deslizamento de encostas	RP				A	R	R	R	R						R	R		A							
	7 Avaliar o risco e/ou ocorrência de deslizamentos de encostas	A				A	R	RP		A																
	8 Monitorar e avaliar o risco e/ou ocorrência de transbordamento de rios e canais	A				A	A				RU															
	9 Monitorar e mapear pontos críticos no território para potenciais emergências de saúde pública	A				A	A			A														RP	R	
	10 Realizar a operação de Comportas	A									RU															
	11 Monitorar a ocorrência de alagamentos	A		A	A	RP	R		A	R					R										R	
	12 Avaliar a ocorrência de alagamentos				A	A					RP				R										A	
	13 Efetuar limpeza e desobstrução de ralos e bueiros				RP							A			R										A	
	14 Efetuar a desobstrução do sistema de micro drenagem				A							A			RU										A	
	MOBILIDADE	15 Efetuar limpeza de vias, em função de elementos que atrapalhem a circulação e/ou drenagem			A	RU	A					A			A											
		16 Efetuar desobstrução de vias, em função de elementos que atrapalhem a circulação e/ou drenagem			R		A			A							A									
		17 Monitorar o tráfego de veículos e estabelecer, se necessário, rotas alternativas de trânsito			RP		A				R															
18 Executar planos de ação de trânsito para condições de chuvas fortes e/ou prolongadas		A		R		A		A	R		A															
19 Adequar o sistema de transporte de massa						A																			RU	
20 Utilizar os painéis de mensagens variáveis para orientar os motoristas				RU		A	A																			
PROTEÇÃO CIVIL	21 Solucionar ou minimizar os efeitos da ocorrência de deslizamentos encostas que afetem a população	A	R	A	A	A	R	RP	A		A	A		A	A	A		A		A			A	A	A	
	22 Atuar na proteção civil			A		A	RP		R							A										
	23 Garantir a ordem e segurança dos serviços					A				RU																
	24 Efetuar ações de escoramento e/ou demolições emergenciais		A		A	A	R	R	A		R			RP	R							R				
APH	25 Atuar em operações de busca e salvamento		RU	A	A	A	A		A			A		A												
	26 Efetuar triagem e/ou ações de primeiros socorros		RU			A			A															A		
AUXÍLIO OPERACIONAL	27 Prover reforço da iluminação					A	A					RU														
	28 Modificar, interromper ou restabelecer o fornecimento de serviços essenciais (água, iluminação, energia e gás) visando minimizar os problemas, evitar acidentes ou auxiliar os serviços					A	R					A														
	29 Vistoriar, isolar e/ou interditar a área atingida		A	R		A	RP	R	R																A	
	30 Fornecer máquinas e equipamentos, com operadores quando necessário, para execução dos serviços			R	R	A	R	R	R		R	R		R	R					A	R					
ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO	31 Mapear e validar alojamentos provisórios					R	RP			A						RP							R	A		
	32 Mapear pontos de apoio					A	RP			A									A				R	A		
	33 Identificar e apoiar a população desabrigada/desalojada						R		A							RP		A					A	A		
	34 Estruturar, administrar e desmobilizar os alojamentos provisórios				A	A	R		A			A		A	A	RP	A	A	A				A	A	A	
	35 Inserir população afetada em benefícios sociais						A								A	RP				R						
	36 Realizar monitoramento, acompanhamento, identificação e contabilização de mortos e feridos		A			R	R									A								RP		
	37 Avaliar e monitorar as condições sanitárias e demais aspectos relacionados à saúde					A																		RU	A	
	38 Monitorar, adequar e organizar a capacidade de atendimento de urgência e emergência para resposta em situação de emergência																							RU		
	39 Oportunizar equipes de resposta rápida com a finalidade de mitigar danos à saúde pública						A																	RU	A	
	40 Operacionalizar e fazer a gestão da regulação de leitos		RP																					RP		
	41 Operacionalizar o transporte de ambulâncias		A																					RU		
42 Empregar medidas de profilaxia e mitigação de doenças e agravos populacionais																							RU	A		
43 Prestar cuidados de Atenção Primária à Saúde para a população desabrigada/desalojada																							RU			
INTEGRAÇÃO	44 Articular as ações e informações entre órgãos envolvidos	A	A	A	A	RP	R	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
	45 Orientar e informar a população, pelos mais diversos meios de comunicação	A	A	A	A	RP	R	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
	46 Coordenar o acionamento dos recursos	A	A	A	A	RU	A	A	A		A	A			A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
	47 Articular as ações em campo	A	A	A	A	A	RP	A	A	A	A	A			A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	R	

LEGENDA: RU Responsável único | RP Responsável principal | R Responsável | A Apoio

ANEXO 3. RELAÇÃO DOS PONTOS DE APOIO DEFINIDOS PELA DEFESA CIVIL NO MRJ

PONTOS DE APOIO EM ÁREAS DE RISCO GEOLÓGICO

COMUNIDADE	AP	PONTOS DE APOIO	ENDEREÇO
Adeus	3.1	A.M. do Morro do Adeus	Rua Pedro Avelino, 315
		Igreja Filha de Sião	Rua Pedro Avelino, 35
Alemão	3.1	A.M. Morro do Alemão	Avenida Central, 106
		Capela São Joaquim Sant'ana	Rua Joaquim de Queiroz, 122
		Vila Olímpica do Alemão	Estrada do Itararé, 460
		Quadra Esportiva Canitar	Rua Canitar, s/n.º
Andaraí / Arrelia	2.2	UPP CEMASI	Rua Leopoldo com Travessa Caminha
		Escola de Samba Flor da Mina	Rua Santo Agostinho
		A.M. Andaraí	Rua Andaraí, 401
Azevedo Lima	1.0	E.M. Mem de Sá	Rua Campos da Paz, 218
Babilônia	2.1	A.M. Babilônia	Rua São Francisco, 5
Bacia	2.2	E.M. Noel Rosa	Rua Barão do Bom Retiro, 1.745 — Grajaú
		A.M. Encontro	Rua Nova, s/n.º
Baiana	3.1	A.M. Baiana	Rua Vista Alegre, 17
Barão	4.0	A.M. Barão	Rua Dr. Bernardino, 854 — Praça Seca
		E.M. Honduras	Praça Seca, 12 — Praça Seca
		Quadra do Francão	Rua Primeiro de Maio, s/n.º — Praça Seca
Barro Preto	3.2	Escola de Samba Unidos do Cabuçu	Rua Araújo Leitão, 925
Barro Vermelho	3.2	Escola de Samba Unidos do Cabuçu	Rua Araújo Leitão, 925
Bispo	1.0	A.M. Rodo	Rua Infante de Sagres, 275 — fundos
		A.M. Matinha	Rua Aureliano Portugal, s/n.º

COMUNIDADE	AP	PONTOS DE APOIO	ENDEREÇO
Borel	2.2	CIEP Doutor Antoine Margarino	Rua São Miguel, s/n.º
		A.M. Borel	Rua São Miguel, s/n.º
		ONG Jocum	Estrada da Independência, 102
		A.M. do Cruz	Rua Abel Lacerda, 23 — Comunidade do Cruz
		Capela Nossa Senhora da Aparecida	Rua Tenente Marques de Souza, 259 — Comunidade do Cruz
		Igreja Vida Renovada	Rua Bela Cap, 59
		Igreja Batista Peniel	Rua Rego Lopes, 27 — Tijuca
Cabritos	2.1	A.M. Cabritos	Rua Euclides da Rocha, 507
Cachoeira Grande	3.2	A.M. Cachoeira Grande	Rua Orós, 143
		A.M. Morro da Cotia	Avenida Menezes Cortês, 820
Cachoeirinha	3.2	Quadra da Associação de Moradores	Rua Heráclito Graça, 507
Caixa D'água	3.1	Quadra Poliesportiva Caixa D'água	Rua Embuia, 18
		Igreja Paróquia Jesus Sacramento	Rua Gonçalves dos Santos, 39
Cantagalo	2.1	Espaço Viva Rio (pátio coberto na entrada)	Rua Alberto de Campos, 12
		Escola de Samba Alegria da Zona Sul	Rua Saint Roman, 176
Caracol	3.1	A.M. Caracol	Rua Maragogi, 19
		Salão Caracol	Rua Maragogi, s/n.º
Cariri (Merindiba)	3.1	ONG Atitude Social	Estrada José Rucas, 1.266
		A.M. Cariri	Rua Merindiba, 4
Catumbi (Mineira)	1.0	A.M. Mineira	Rua Van Erven, 132 — fundos
		Quadra de Esportes Catumbi	Rua Sebastião Rocha, s/n.º
		E.M. Estados Unidos	Rua Itapiru, 453
Chácara do Céu	2.1	Associação de Moradores	Rua Aperana, s/n.º
Chacrinha	2.2	E.M. General Euclides Figueiredo	Rua Alzira Brandão, 500 — Tijuca

COMUNIDADE	AP	PONTOS DE APOIO	ENDEREÇO
Chapéu Mangueira	2.1	A.M. Chapéu Mangueira	Rua Doutor Vitorino, 2
		E.M. São Tomás de Aquino	Praça Almirante Júlio de Noronha, 40 — Leme
Comandante Luis Souto	4.0	A.M. Comandante Luís Souto	Estrada Comandante Luiz Souto, 12A
Cotia	3.2	A.M. Morro da Cotia	Avenida Menezes Côrtes, 820
Dona Francisca	3.2	Centro Comunitário São Francisco de Assis	Rua Olindo, 5 — Lins
		Escola de Samba Unidos do Cabuçu	Rua Araújo Leitão, 925 — Lins
		Quadra da Árvore Seca	Rua Luiz Regazzi, 101
Encontro	3.2	E.M. Noel Rosa	Rua Barão do Bom Retiro, 1.745 — Grajaú
		A.M. Morro do Encontro	Rua Nova, s/n.º
Engenho da Rainha	3.2	A.M. Engenho da Rainha	Praça Frei Baraúna, s/n.º (Rua 10)
		Quadra Acadêmicos Engenho da Rainha	Rua Mário Ferreira, 257
Escondidinho	1.0	Igreja Assembleia Barão de Petrópolis	Rua Barão de Petrópolis, 747
		Quadra de Esportes Escondidinho	Rua Barão de Petrópolis, 714
Espírito Santo	4.0	E.M. Honduras	Praça Seca, 12 — Praça Seca
Fazenda Catete	2.1	Centro de Convivência	Rua Pedro Américo, 351
Formiga	2.2	A.M. Formiga	Rua Camaioré, 23
		Igreja Batista Nova Canaã	Rua Castelo Novo, 173
		CEMASI Formiga	Rua Castelo Novo, 148
		Igreja Católica Sagrada Família	Rua Camutanga, s/n.º — Tijuca
		Igreja Universal	Rua Camutanga, 614
Guaíba	3.1	E.M. Ministro Plínio Casado	Rua Piqueri, 23
Guararapes	2.1	Igreja Batista do Cosme Velho	Rua Conselheiro Lampreia, 484
Inácio Dias	4.0	Igreja Batista do Calvário em Covanca	Estrada da Covanca, 1.980
Jamelão	2.2	Associação de Moradores	Rua Adolfo caminha, 48

COMUNIDADE	AP	PONTOS DE APOIO	ENDEREÇO
Jardim do Carmo	3.3	A.M. Jardim do Carmo	Rua 15 de Novembro, 1
		Igreja Assembleia Jardim do Carmo	Rua Clarice Gross, 2 — Vila Cosmos
		Assembleia de Deus	Rua Detetive Parada, 1
Joaquim de Queiroz	3.1	Igreja Católica São Joaquim Santana	Rua Joaquim de Queiroz, 122
		Vila Olímpica do Alemão	Estrada Itararé, 480
		Quadra de Esportes da Canitar	Rua Canitar, s/n.º
Júlio Otoni	1.0	Antigo prédio da Associação de moradores	Rua Dr. Júlio Otoni, 298
		Centro Comunitário Júlio Otoni	Rua Dr. Júlio Otoni, 298
Juramento	3.3	A.M. Juramento	Avenida Pastor Martin Luther King Jr., 5.001
		E.M. Bolívia	Praça Cotegi, 211
		Assembleia de Deus Ministério Corá	Rua Lima Drumond, 472
		Escola de Samba Mocidade Vicente de Carvalho	Avenida Pastor Martin Luther King Jr., 5.309
		E.M. Sergipe	Rua Itapoá, 581
Ladeira dos Tabajaras	2.1	Igreja Católica São Benedito	Rua Euclides da Rocha, 408
		A.M. Cabritos	
Liberdade	2.2	Quadra Poliesportiva Tipo Assim	Rua Joaquim Pizarro, 149
		E.M. Frei Cassiano	Rua Joaquim Pizarro, 500
Macacos	2.2	CIEP Salvador Allende	Rua Armando de Albuquerque, s/n.º
		E.M. Mário de Andrade	Rua Joubert de Carvalho, s/n.º
		A.M. da Comunidade Macacos	Rua Senador Nabuco, 248
		E.M. Jornalista Assis Chateaubriand	Rua Visconde de Santa Isabel, 272 — Vila Isabel
		Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	Rua Correia de Oliveira, 21

COMUNIDADE	AP	PONTOS DE APOIO	ENDEREÇO
Mangueira	1.0	A.M. Mangueira (em manutenção)	Travessa Saião Lobato, 23A
		Escola de Samba Mangueira	Rua Visconde de Niterói, 1.072
		Igreja Católica Nossa Senhora da Glória	Travessa Saião Lobato, s/n.º — Largo do Careca
Matinha	1.0	A.M. Matinha	Rua Aureliano Portugal, s/n.º
		A.M. Rodo	Rua Infante de Sagres, 275 — fundos
Matriz	3.2	Vila Olímpica do Sampaio	Rua Antunes Garcia, 12 — Sampaio
		A.M. Matriz	Rua Angola, s/n.º
		Creche Tio Kito	Avenida Marechal Rondon, 2.649
Mineiros	3.2	Igreja Assembleia Nova Cavalcanti	Rua Manuel Correia, 143
Morro da Fé	3.1	A.M. Morro da Fé	Rua Maturacá, 366
		1ª Igreja Batista na Comunidade da Fé	Rua Maturacá, 400
Morro do Céu	3.2	Centro Social Sagrada Família	Rua Maranhão, s/n.º
Nossa Senhora da Guia	3.2	E.M. Gama Filho	Rua Engenheiro Eufrásio Borges, 14
Nova Brasília	3.1	A.M. Nova Brasília	Avenida Itaóca, 1.882 (Rua Nova Brasília, 2 — sobrado)
		Quadra Poliesportiva Quadra do Terço	Praça do Terço, s/n.º (atrás do Cine Carioca)
Nova Divinéia	2.2	A.M. Nova Divinéia	Rua Engenheiro Morsing, 288 — fundos
		Associação e Promoção Social Exército da Salvação	Rua Engenheiro Morsing, 1
		Igreja Assembleia de Deus de Vila Isabel	Rua Engenheiro Morsing, s/n.º
		Igreja Católica Nossa Senhora de Fátima	Rua Engenheiro Morsing, 1 e 3 — fundos
		A.M. Borda do Mato	Rua Borda do Mato, 416
Ocidental Fallet	1.0	A.M. do Fallet	Rua Falet, 274
Ouro Preto	3.2	A.M. Ouro Preto	Rua Dedo de Deus, 5 — Méier

COMUNIDADE	AP	PONTOS DE APOIO	ENDEREÇO
Palmeiras	3.1	A.M. Palmeiras	Rua Augusto Borborema, 22
		Igreja Assembleia de Madureira	Rua Augusto Borborema, 3
		Quadra Esportiva Canitar	Rua Canitar, s/n.º
Pantanal	1.0	A.M. Rodo	Rua Infante de Sagres, 275 — fundos
		A.M. Matinha	Rua Aureliano Portugal, 220
Parque Alvorada	3.1	A.M. Parque Alvorada	Rua Novo Paraíso, s/n.º
		Igreja Católica Jesus Bom Pastor	Rua Padre Henrique, s/n.º
Parque Candelária	1.0	A.M. Parque Candelária	Rua Bartolomeu Gusmão, 1.100
		Quadra Esportiva em frente à Associação de Moradores — Rua de acesso	
Parque João Paulo II / JK	2.2	A.M. João Paulo II	Rua Sá Viana, 269 — Grajaú
		Igreja Batista Grajaú	Rua Sá Viana, 258 — Grajaú
		Igreja Assembleia de Deus Betel	Travessa Caminho de Emaús, 7 — Grajaú
		Igreja Assembleia do Grajaú	Rua Caçapava, 255 — Grajaú
		Igreja Batista	Rua Caçapava, 93 (esquina com Rua Rosa e Silva) — Grajaú
Parque Nova Maracá	3.2	Salão Ling	Rua Nova Maracá, 54
		E.M. Maestro Pixinguinha	Rua Anambés, 50
Parque Proletário Grotão	3.1	Quadra Esportiva da Chatuba (aberta)	Rua Bom Pastor do Grotão, s/n.º
Parque Silva Vale	3.3	Igreja Nossa Senhora da Guia	Praça Frei Mariano, s/n.º
		Igreja Metodista em Tomás Coelho	Rua J. J. Cowsert, s/n.º
		Associação Cultural Espaço Carioca (“galpão de Covinho”)	Rua Enaldo dos Santos Araújo, 1.013
Parque Vila Isabel	2.2	CIEP Salvador Allende	Rua Armando de Albuquerque, s/n.º
		Vila Olímpica Artur da Távola	Rua Visconde de Santa Isabel, Parque Recanto do Trovador — Vila Isabel
		E.M. Mário de Andrade	Rua Joubert de Carvalho, s/n.º

COMUNIDADE	AP	PONTOS DE APOIO	ENDEREÇO
Pavão-Pavãozinho	2.1	Espaço Viva Rio	Rua Alberto de Campos, 12
		Escola de Samba Alegria da Zona Sul	Rua Saint Roman, 176
		A.M. Pavão Pavãozinho	Rua Saint Roman, 76
Piancó	3.1	A.M. Morro do Adeus	Rua Pedro Avelino, 315
		Igreja Filha do Sião	Rua Pedro Avelino, 35
Prazeres	1.0	Quadra Esportiva do Prazeres	Rua Gomes Lopes, 12
Pretos Forros	3.2	A.M. Ouro Preto	Rua Dedo de Deus, 5 — Méier
		Centro Social Sagrada Família da A.M. Morro do Céu	Rua Maranhão, 1.057 — Méier
Queto	3.2	Vila Olímpica do Sampaio	Rua Antunes Garcia, 12 — Sampaio
		Quadra do Queto	Avenida Marechal Rondon, s/n.º
Relicário	3.2	Associação de Moradores	Rua Malacacheta, 3
Rio das Pedras	4.0	A.M. e Amiga	Rua Nova, 20
		Igreja Assembleia de Deus	Rua Luiz Carlos de Moraes da Rocha, 111 — Areal 1
Rocinha	2.1	Centro Comunitário da Rua 1	Rua 1 — Caminho do Terreirão
		Quadra da Rua 1	Estrada da Gávea, s/n.º (atrás do Posto de Saúde)
		Paróquia Nossa Senhora Aparecida	Rua 1, s/n.º — Largo do Boiadeiro
		A.M. AMABB	Travessa Palmas, s/n.º
		Escola de Samba Rocinha	Rua Berta Lutz, 80
Rua Brício de Moraes (A.M. Juramento)	3.2	Escola de Samba Vicente de Carvalho	Avenida Pastor Martin Luther King Jr., 5.309
		A.M. Brício de Moraes	Avenida Pastor Martin Luther King Jr., 5.001
Rua Frei Gaspar	3.1	Igreja Paróquia Jesus Sacramento	Rua Gonçalves dos Santos, 39
Rua Laudelino Freire	3.1	Quadra Poliesportiva Chatuba	Rua Bom Pastor do Grotão, s/n.º
Rua Mira	3.1	E.M. Odilon de Andrade	Rua Itapé, s/n.º
Rua Quiririm	4.0	E.M. Honduras	Praça Seca, 12 — Praça Seca
Salgueiro	2.2	Quadra Esportiva do Campo	Rua Casemiro

COMUNIDADE	AP	PONTOS DE APOIO	ENDEREÇO
Santa Alexandrina / Paula Ramos	1.0	Igreja Assembleia de Deus	Rua Santa Alexandrina, 1.335
		A.M. Com. Paula Ramos	Rua Paula Ramos, 393
		Bar da Lúcia	Rua Santa Alexandrina, 1.575
Santa Marta	2.1	Escola de Samba Santa Marta	Rua Jupira, 72
		A.M. Santa Maria	Rua Mestre Diniz, s/n.º
Santa Terezinha	3.2	A.M. Santa Terezinha	Rua Engenheiro Eufrásio Borges, 21
		E.M. Gama Filho	Rua Engenheiro Eufrásio Borges, 14
Santos Rodrigues	1.0	E.M. Mem de Sá	Rua Campos da Paz, 218
		E.M. Estados Unidos	Rua Itapiru, 453
São Carlos	1.0	A.M. São Carlos	Rua União, 43
São João	3.2	A.M. São João	Rua Conselheiro Jobim, 416
		E.M. Doutor Mario Augusto Teixeira	Praça Ibaé, s/n.º (Rua Acaú, Quinta do Sol) Creche
		Quadra Esportiva Matinha	Travessa Deputado Átila Nunes, 131
		Campo da Igrejinha	Rua Juiz Jorge Salomão, 347
		Quadra do Pau Rolou	Rua Conselheiro Jobim, s/n.º (em frente ao número 412)
São Miguel Arcanjo	3.3	Igreja Assembleia de Deus	Vila Queiroz, 53 — Avenida Edgar Romero, 70
Sapê	3.3	Igreja Católica Cristo Rei	Rua Alice Freitas, 25
		Igreja Pentecostal Assembleia de Deus	Rua Aracuã, s/n.º
Sereno	3.1	Igreja Católica Jesus Sacramento	Rua Gonçalves dos Santos, 39
Sítio Pai João	4.0	ONG Ordem de Malta	Estrada do Itanhangá, 260
Sumaré	1.0	A.M. Sumaré	Estrada do Sumaré, 818
		A.M. Rodo	
Telégrafos	1.0	A.M. Telégrafos	Rua General Bento Ribeiro, s/n.º
		Quadra Parque Candelária	Rua General Bento Ribeiro, s/n.º
Tijuaçu	2.2	A.M. do Tijuaçu	Estrada do Tijuaçu, 32 — Alto da Boa Vista

COMUNIDADE	AP	PONTOS DE APOIO	ENDEREÇO
Travessa Antonina / São José	4.0	Igreja Assembleia de Deus — Capitão Menezes	Travessa Antonina, 300 — Praça Seca
		Núcleo Espirita Pedro e Paulo	Rua Capitão Machado, 531 — Praça Seca
Tuiuti	1.0	Cozinha Comunitária	Rua Marechal Jardim, 1.081
Unidos de Santa Tereza	1.0	Quadra do Fogueteiro	Rua Caturama s/n.º — Quadra do Fogueteiro
Urubu	3.2	Igreja Católica Sta Cruz do Senhor	Rua Luis Vargas, 50
		Igreja Batista Pilares	Rua Silva Feijó, 25
		Grupo Espírita Viva Jesus	Rua Maria Benjamin, 365
Vidigal	2.1	A.M. Vidigal	Avenida Presidente João Goulart, 737
		E.M. Almirante Tamandaré	Avenida Presidente João Goulart, 296
		Igreja Antioquia do Vidigal	Rua Major Toja Martinez Filho, 140
		Igreja Congregação da Libertação	Rua Padre Ortola, s/n.º
Vila Cabuçu	3.2	Escola de Samba Unidos do Cabuçu	Rua Araújo Leitão, 925
Vila Cruzeiro	3.1	E.M. Odilon de Andrade	Rua Itapé, s/n.º
		CIEP Deputado José Carlos Brandão Monteiro	Rua São Vicente de Paula, 625
		ONG Atitude Social	Estrada José Rucas, 1.266
Vila Elza	1.0	Quadra Esportiva Prazeres	Rua Gomes Lopes, 12
Vila José de Anchieta	4.0	Igreja Assembleia de Deus — Capitão Menezes	Travessa Antonina, 300 — Praça Seca
		Núcleo Espirita Pedro e Paulo	Rua Capitão Machado, 531 — Praça Seca
Vila Matinha	3.1	Quadra da Canitar	Rua Canitar, s/n.º
Vila Pequiri	3.1	E.M. Ministro Plínio Casado	Rua Pequiri, 23
Vila Pereira da Silva	2.1	A.M. Vila Pereira da Silva	Rua Pereira da Silva, 826

Legenda: A.M. = Associação de Moradoras // E.M. = Escola Municipal. Fonte: Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil do Rio de Janeiro.

PONTOS DE APOIO EM ÁREAS DE RISCO HIDROLÓGICO

COMUNIDADE	AP	PONTOS DE APOIO	ENDEREÇO
Jardim Maravilha	5.2	Igreja Congregacional Recanto do Magarça	Estrada do Magarça, 6.810 — Jardim Maravilha, Guaratiba
		Igreja Ilan Church / ONG Dream Center	Estrada do Magarça, 4.226 a 4.229 — Guaratiba
		Igreja Assembleia de Deus Ministério Guaratiba	Rua 46, lote 28, quadra 162 — Jardim Maravilha, Guaratiba
		E.M. Tatiana Chagas Memória	Rua Pedro Osório, 360 — Jardim Maravilha, Guaratiba
Acari	3.3	E.M. General Osório	Avenida Brasil, 19.462 — Coelho Neto
		Assembleia de Deus — Ministério Irajá	Rua da Olaria, 13 — Acari
		Pavilhão social da Igreja Batista de Acari	Rua Ipuera, 191 — Acari
Parque Colúmbia	3.3	Paróquia do Perpétuo Socorro	Rua General Etchegoyen, 199 — Pavuna
		Igreja Batista Memorial em Parque Colúmbia	Rua Edmundo Júnior, 258 — Parque Colúmbia
		Igreja Assembleia de Deus Ministério Parque Colúmbia	Travessa Embaú, 496 — Pavuna
		E.M. Andreia Fontes Peixoto	Rua Fausto e Castro, s/n.º — Pavuna
Fazenda Botafogo	3.3	E.M. Charles Anderson Weaver	Rua Carlos Pacheco Ávila, s/n.º — Coelho Neto
		A.M. da Fazenda Botafogo	Rua Ender, 131 — Coelho Neto
		E.M. General Osório	Avenida Brasil, 19.462 — Coelho Neto
		E.M. Monte Castelo	Rua Ouseley, s/n.º — Coelho Neto
Jardim América	3.1	CIEP Graciliano Ramos	Rua Jorge Lacerda, s/n.º — Jardim América
		E.M. Zélia Braune	Rua George Bizet, 71 — Jardim América
		Escola Técnica Estadual Juscelino Kubitschek	Rua Jornalista Antônio de Freitas, 75 — Jardim América
		E.M. Herbet Moses	Rua Cristiano Machado, 391 — Jardim América
		Igreja Católica João Evangelista	Rua Rodolfo Chamberland, 360 — Jardim América

Legenda: A.M. = Associação de Moradoras // E.M. = Escola Municipal. Fonte: Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil do Rio de Janeiro.



SAÚDE



ANEXO VI

SUBPDEC - PLANO DE CONTINGÊNCIA 2024-2025



Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil

PLANO DE CONTINGÊNCIA

SUBSECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA
CIVIL 2024-2025



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO PREFEITO
SUBSECRETARIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



Plano De Contingência 2024-2025



Rio de Janeiro
2024-2025

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO AO PLANO.....	2
1.1 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO.....	2
1.2 EIXO TEMÁTICO.....	2
1.3 OBJETIVO.....	3
1.4 METAS.....	3
1.5 INTEGRAÇÃO INTERINSTITUCIONAL PARA PREVENÇÃO E RESPOSTA À CRISES.....	3
1.6 COMPOSIÇÃO DO PLANO.....	4
1.7 REFERÊNCIA LEGAL (PRINCIPAIS).....	7
2. ANÁLISE SITUACIONAL DO EVENTO.....	9
2.1 DA EVOLUÇÃO DO EVENTO, DOS SISTEMAS E A ANÁLISE.....	9
2.2 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA PROCEDER A ANÁLISE.....	11
3. ATUAÇÃO EM FUNÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO SISTEMA ALERTA RIO E DOS ESTÁGIOS OPERACIONAIS.....	14
3.1 DA DESCRIÇÃO DOS ESTÁGIOS OPERACIONAIS.....	14
3.2 DA CORRELAÇÃO ENTRE O SISTEMA DE ALERTA E ALARME E A DINÂMICA DOS ESTÁGIOS OPERACIONAIS.....	15
3.3 MACROAÇÕES.....	16
4. GESTÃO PARA ACIONAMENTO DE VOLUNTÁRIOS.....	29
4.1 ACIONAMENTO DE VOLUNTÁRIOS PERTENCENTES AO NÚCLEO COMUNITÁRIO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - NUPDEC.....	29
4.2 AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS.....	29
4.3 OUTROS VOLUNTÁRIOS.....	29
4.4 DA CAPACITAÇÃO E DO EMPREGO OPERACIONAL.....	30
5. CONTINGÊNCIA TECNOLÓGICA.....	31
5.1 DA INDISPONIBILIDADE DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE OCORRÊNCIAS SUBPDEC (SISDC) E CONTINGÊNCIA ADOTADA.....	31
6. ONDAS DE CALOR.....	33
7. REGISTRO NO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE DESASTRES (S2ID)....	34
6.1 DO SISTEMA E SUA APLICAÇÃO.....	34

1. INTRODUÇÃO AO PLANO

1.1 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

A cidade do Rio de Janeiro, devido às suas características geográficas, já é naturalmente uma região suscetível a intensas precipitações pluviométricas. Essas chuvas intensas agravam o risco de deslizamentos, desabamentos, inundações e alagamentos. Com as mudanças climáticas em escala global, há uma alta probabilidade de aumento no volume e na intensidade desses eventos adversos e de outros fenômenos associados.

Além disso, a cidade é uma grande metrópole que passou por um processo de urbanização não planejada. Esse processo é marcado pela crescente impermeabilização do solo, com a consequente redução de áreas verdes, o que impede a drenagem natural das águas pluviais. Soma-se a isso o rompimento frequente de tubulações de água e esgoto, além da construção em áreas de risco, especialmente em morros e encostas, onde a falta de infraestrutura adequada aumenta a vulnerabilidade a deslizamentos.

A Defesa Civil do Município do Rio de Janeiro orienta seu trabalho com base nas dimensões de Prevenção, Mitigação, Preparação, Resposta e Reconstrução, conforme estabelecido pela [COBRADE](#), para os diversos tipos de desastres urbanos. No entanto, o foco principal da instituição é a proteção das comunidades, especialmente aquelas que vivem em áreas de alto risco. Os deslizamentos, que revelam a desigualdade social na ocupação do espaço urbano e se agravam durante as fortes chuvas, representam um desafio central para a Defesa Civil, uma vez que resultam frequentemente em danos humanos (como mortes e feridos) e materiais.

1.2 EIXO TEMÁTICO

Este Plano de Contingência está em consonância com o tema estratégico Mudanças Climáticas e Resiliência e a iniciativa estratégica Resiliência e Gestão de Risco, que compõem o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro 2021-2024.

1.3 OBJETIVO

Este plano destaca as ações da Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil (SUBPDEC), vinculada ao Gabinete do Prefeito e supervisionada pelo Centro de Operações e Resiliência (COR), conforme estabelecido pelo Decreto Rio N° 52.005, de 9 de fevereiro de 2023. O foco será em todas as situações adversas, com prioridade para o evento "chuvas", devido à sua

recorrência, ao grande impacto que causa na cidade do Rio de Janeiro e ao histórico significativo de vítimas.

1.4 METAS

- O objetivo deste plano é estabelecer e integrar planos, protocolos e procedimentos a serem adotados por todos os órgãos e equipes envolvidas, direta ou indiretamente, nas ações relacionadas a eventos adversos. Ele visa coordenar as ações das equipes da Prefeitura do Rio de Janeiro durante operações de resposta a dias chuvosos.
- O plano também busca proporcionar uma visão geral das ações operacionais referentes às chuvas, detalhando as responsabilidades das equipes da SUBPDEC e os riscos envolvidos para o período chuvoso de 2024/2025, seja devido a impactos já identificados ou a problemas mapeados pelos órgãos municipais. Além disso, ele padroniza as ações entre os órgãos do sistema de proteção e defesa civil, com o objetivo de mitigar os impactos, reduzir danos e prejuízos, e restabelecer a normalidade no menor tempo possível.
- Este documento será acessível de forma universal, permitindo sua consulta pública, e busca criar sinergia com o Plano Verão 2024/2025 da Prefeitura do Rio de Janeiro, o Plano de Gestão de Crises da Cidade (PGCR), além de outros protocolos que possam ser elaborados.

Para o aprimoramento do Plano, poderão ser realizados exercícios simulados (de mesa e/ou de campo), de acordo com os procedimentos estabelecidos, visando a preparação e atuação eficaz das equipes da SUBPDEC nas respostas a chuvas fortes. O Plano permite atualizações sempre que houver alteração ou atualização de informações relevantes.

1.5 INTEGRAÇÃO INTERINSTITUCIONAL PARA PREVENÇÃO E RESPOSTA À CRISES

A REDE DE PREVENÇÃO E RESPOSTA À CRISE (RPRC), instituída pelo Decreto Rio Nº 49813 de 19 de novembro de 2021 diante da demanda de desenvolvimento, aprimoramento e acompanhamento das ações dos órgãos que compõem o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil nos âmbitos da prevenção e resposta aos impactos das chuvas fortes e/ou prolongadas.

A RPRC deve atuar permanentemente em ações de alinhamento operacional dos órgãos públicos e instituições privadas para o enfrentamento de situações de emergência, bem como desenvolver diagnósticos das ações da prefeitura voltadas para a Redução do Risco de Desastres.

A RPRC é composta dos seguintes órgãos, sob a coordenação do primeiro:

- I Gabinete do Prefeito - GBP;
- II Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil - SUBPDEC;
- III Centro de Operações e Resiliência- GP/COR;
- IV Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS;

- V Secretaria Municipal de Educação - SME;
- VI Secretaria Municipal de Saúde - SMS;
- VII Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária - IVISA-Rio;
- VIII Secretaria Municipal de Cultura - SMC;
- IX Secretaria Municipal de Esportes - SMEL;
- X Secretaria Municipal de Habitação - SMH;
- XI Instituto Municipal Pereira Passos - IPP;
- XII Secretaria Municipal de Infraestrutura - SMI;
- XIII Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEOP;
- XIV Guarda Municipal do Rio de Janeiro - GM-Rio
- XV Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade - SMAC;
- XVI Secretaria Municipal de Transportes - SMTR;
- XVII Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA;
- XVIII Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB
- XIX Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro - RIO-ÁGUAS;
- XX Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro - GEO-RIO.

Desde a sua instituição, a RPRC tem atuado em diversas atividades importantes como o mapeamento de Alojamentos Provisórios, participação em Exercícios Simulados de Desocupação em áreas de risco de deslizamento e alagamento, treinamento dos órgãos para eventuais necessidades de interação com o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (utilizado nos casos de reconhecimento de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública), entre outras frentes voltadas para a integração interinstitucional.

1.6 COMPOSIÇÃO DO PLANO

O Plano de Contingência SUBPDEC é o resultado das reuniões do Grupo de Trabalho intersetorial que se concretiza na contextualização dos principais cenários de risco, visando o fortalecimento da capacidade de resposta da instituição para emergências de qualquer magnitude e intensidade, através de ações integradas com as demais instituições do Sistema de Proteção e Defesa Civil. Serão anexados a este plano os Fluxogramas Operacionais, onde serão detalhadas as principais atividades e ações de Defesa Civil.

1.6.1 Análise situacional do evento

Neste tópico serão abordadas as formas como o operador de defesa civil deverá se comportar em razão dos dados e informações que serão repassadas pelos diversos sistemas. Desta forma, esses dados serão analisados para verificar se o evento tende a aumentar de magnitude e intensidade ou se a tendência é o inverso. Tal análise permitirá ao sistema de proteção e defesa civil se antecipar aos fatos, bem como ajudará na desmobilização de recursos colocados em disponibilidade ou que estejam efetivamente empregados.

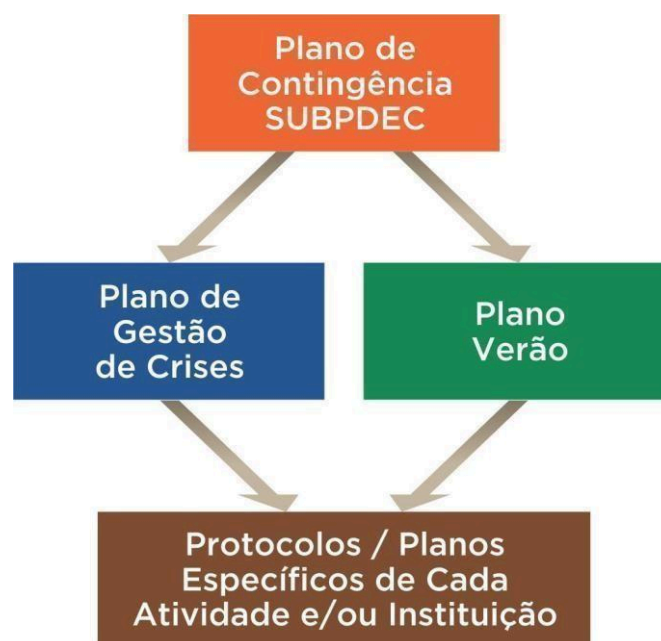
1.6.2 Atuação em função das informações do Sistema de Alerta Rio e dos estágios operacionais

A tomada de decisão sobre as mudanças de estágios é feita a partir de análise da situação, realizada no Centro de Operações e Resiliência Rio - COR, com base em dados e informações de campo e levando em conta a participação das secretarias e do próprio Prefeito, dependendo do caso. Com uso de alta tecnologia, o monitoramento das condições do tempo (por meio do Sistema Alerta Rio) e das atividades no município é realizada pelo COR, que também tem a missão de gerenciar as rotinas da cidade, bem como de promover a articulação do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil - SIMPDEC (de acordo com o Capítulo V, Art. 506 da Lei Complementar nº 270 de 16 de janeiro de 2024), na resposta às emergências e desastres que venham a afetar de forma significativa a vida das pessoas.

Em caso de emergência, o cidadão poderá entrar em contato com a Defesa Civil através de ligação para o nº199 ou 1746 para o registro de Boletim de Ocorrência o qual identifica todo o processo de atendimento.

1.6.3 Articulação Entre os Diversos Planos

A Subsecretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil, para a elaboração deste Plano, busca correlacionar e promover a sinergia com os documentos elaborados pela prefeitura, sob a gerência do COR, com aqueles confeccionados pelos demais órgãos municipais que, de alguma forma, se relaciona direta ou indiretamente ao evento “chuva”, conforme ilustração e definições a seguir:



a) Plano Verão¹

Documento elaborado através de um processo de planejamento e da atuação integrada dos órgãos públicos municipais antes e durante o período chuvoso e que contém as principais informações necessárias para uma devida preparação e efetiva atuação dos órgãos integrantes do SIMPDEC.

b) Plano de Gerenciamento de Crises

O documento “PGCR - Plano de Gerenciamento de Crises e Resiliência” é uma referência técnica para a orientação das atividades do COR RIO. O seu conteúdo baseia-se no registro da experiência técnico operacional acumulada pelo COR RIO aplicada para prevenir erros futuros e consolidar lições aprendidas. O dinamismo e a complexidade das atividades de gerenciamento de riscos do COR RIO exigem agilidade na atualização do PGCR em busca do objetivo de sua melhoria contínua.

c) Protocolos - Planos Específicos de Cada Órgão

São os documentos elaborados pelos órgãos com base nas suas atribuições legais e que consideram a sua capacidade operacional para a resposta ao evento.

1.7 REFERÊNCIA LEGAL (PRINCIPAIS)

- a) Decreto Rio nº 31.888, de 5 de fevereiro de 2010, Institui o Sistema de Gestão de Riscos e de Crises - SIGERIC - SIMPDEC;
- b) Lei Federal nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil e dá outras providências;
- c) Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC;
- d) Portaria nº 187, de 26 de outubro de 2016, Critérios e requisitos para confecção de Plano de Contingência, no âmbito do SINPDEC;
- e) Decreto Rio nº 43.533, de 10 de agosto de 2017, Institui a rede municipal de operações e monitoramento da cidade;
- f) Decreto Estadual nº 46.935, de 12 de fevereiro de 2020, Institui o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil - SIEPDEC;
- g) Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020, Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa

¹ [Plano Verão 2022 - 2023](#)

Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações Sobre Desastres;

h) Decreto Rio nº 49813 de 19 de novembro de 2021, Institui a Rede De Prevenção E Resposta À Crise, para desenvolvimento, aprimoramento e acompanhamento das ações dos Órgãos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, de prevenção e pronta resposta aos impactos de chuvas fortes, prolongadas e/ou efeitos de mudanças climáticas.

i) Portaria MIDR nº260, de 02 de fevereiro de 2022, Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos municípios, estados e pelo Distrito Federal.

j) Portaria MIDR nº3646, de 20 de dezembro de 2022, Altera a Portaria MIDR nº 260, de 2 de fevereiro de 2022.

k) Portaria MIDR nº 2215, de 04 de julho de 2023, Dispõe sobre o funcionamento do processo administrativo eletrônico e digital do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres e a sua utilização, no âmbito da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, para a solicitação de reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública e na transferência de recursos federais para as ações de resposta e de recuperação para Estados e Municípios afetados por desastres.

l) Portaria MIDR nº 2216, de 04 de julho de 2023, Define procedimentos para o envio de alertas à população sobre a possibilidade de ocorrência de desastres, em articulação com os órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais de proteção e defesa civil, e para utilização do sistema Interface de Divulgação de Alertas Públicos (IDAP)

m) Lei nº 14.691, de 3 de outubro de 2023 altera a Lei nº 12.340 de 1º de dezembro de 2010;

n) Decreto nº 11.774, de 09 de novembro de 2023, altera o Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020;

o) Lei Federal nº 14.750, de 12 de dezembro de 2023, altera as Leis de nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010 e nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

p) Decreto Rio nº 54.740, de 28 de junho de 2024, Dispõe sobre a classificação dos Níveis de Calor em cenários de risco relacionados a calor extremo para definição de protocolos de ação no âmbito do município, e dá outras providências.

2. ANÁLISE SITUACIONAL DO EVENTO

2.1 DA EVOLUÇÃO DO EVENTO, DOS SISTEMAS E A ANÁLISE

2.1.1 Sistema Web Sirene

É fundamental que seja feita uma correta avaliação da dinâmica da ameaça (chuva). Para o monitoramento das condições de risco, a Defesa Civil conta com o Sistema de Alarme Sonoro, um mecanismo eletrônico composto por 83 pluviômetros e 164 estações de sirenes, instaladas em 103 comunidades, conforme mapeamento de risco geológico elaborado pela Fundação Geo-Rio (consulta em: [Alarme Sonoro](#) e [Protocolo - Alarme Sonoro - SUBPDEC - 2022](#)) cuja ativação pode ocorrer remotamente, através do sistema WEBSIRENE, ou manualmente no próprio local, nos casos de atingimento dos respectivos critérios pluviométricos previstos.

2.1.2 Da Evolução do Evento

Caso a análise indique uma evolução rápida, as equipes operacionais deverão agir de forma a se antecipar ao grau de criticidade (função: intensidade x tempo). Se a evolução for gradual, a Coordenação de Operações (S/SUBPDEC/SUPO/COP) desenvolverá sua estratégia de forma a mobilizar seus recursos gradativamente, evitando assim, o esgotamento da sua capacidade operacional. Também será levado em consideração as áreas previamente mapeadas com risco geológico² e hidrológico³, conforme definição do Protocolo de Alarme Sonoro.

2.1.3 Do Protocolo de Acionamento das Sirenes (Sistema Websirene)

Em razão da tendência de evolução gradual ou súbita do evento, a Defesa Civil promoverá o alerta antecipado, com base nos critérios descritos no item 1.6.2 e no item 3, podendo ser disparado o alarme para deslocamento (mobilização) dos moradores situados em áreas de alto risco para os Pontos de Apoio, previamente preparados conforme indicado na referida lista: [Pontos de Apoio para Risco Geológico e Hidrológico](#).

Esta estratégia, encontra-se ilustrada na figura a seguir:

² [Mapa de susceptibilidade de risco geológico](#) (fonte: Geo Rio)

³ Mapas específicos de áreas críticas de risco hidrológico ([Acari](#) e [Jardim Maravilha](#))
[Pontos de Drenagem Supervisionados](#) (fonte: RioÁguas)

[Relação quantitativa das edificações em áreas de alto risco - 2024](#)



4 Atualização:

Figura A: O Alerta Rio por meio do radar instalado no Sumaré e radar do Mendanha, monitora as condições climáticas num raio de 250km.

Figura C: Os agentes da Defesa Civil enviam mensagens de alerta por SMS para agentes comunitários cadastrados pelo nº 40199 ou pelo whatsapp 61-2034-4611.

Os alertas via mensagens SMS, TV por assinatura, aplicativos Telegram e WhatsApp podem ser enviados, de acordo com a Portaria MIDR nº 2.216/2023⁵, com o objetivo de informar a população nas fases de preparação e resposta a um possível desastre, ou seja, enviadas na iminência de uma ocorrência ou quando esta ocorrer e as informações sejam necessárias para o salvamento e melhor atendimento da população. Caso alguma estação e/ou conjunto de sirenes venha a ter problemas técnicos e não for possível seu acionamento remoto e/ou manual, a defesa civil buscará mobilizar as pessoas para os pontos de apoio por meio dos agentes e/ou líderes comunitários e enviará, se possível, equipes para o local a fim de auxiliar nesse deslocamento.

2.1.4 Da Decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública

Verificado que o impacto é superior à capacidade de resposta do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil da Cidade do Rio de Janeiro, mediante parecer técnico elaborado pela SUBPDEC, com base no inciso IV do Art. 9º, da Portaria nº 3646, de 20 de dezembro de 2022, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional poder-se-á sugerir ao chefe do poder executivo municipal a decretação, ou não, de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública. Tendo sido decretada Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, caberá à Defesa Civil, por meio de parecer, propor ao chefe do poder executivo a prorrogação, findado o prazo máximo de 180 dias, ou o término da vigência do decreto que instituiu a medida, independente do decurso do prazo estabelecido inicialmente, em virtude do retorno ao estado de normalidade e consequente desmobilização dos recursos.

2.2 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA PROCEDER A ANÁLISE

Ainda em função da análise descrita anteriormente, as seguintes informações deverão ser consideradas de forma sistêmica dada a correlação dos fatores envolvidos no cenário, considerando-se as cinco macro áreas passíveis de serem impactadas (consulta em [Áreas de Planejamento da Cidade do Rio de Janeiro](#)). Os critérios utilizados para esse mapeamento levam em conta a análise histórica, severidade dos danos e prejuízos causados pelo fenômeno chuva nessas áreas, bem como a quantidade de pessoas afetadas por localidade.

2.2.1 Pontos com Alagamentos de Maior Impacto na Mobilidade

São os registros de alagamentos que causaram os maiores impactos na

⁵ A Portaria MIDR nº 2216/2023 Define procedimentos para o envio de alertas à população sobre a possibilidade de ocorrência de desastres, em articulação com os órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais de proteção e defesa civil, e para utilização do sistema Interface de Divulgação de Alertas Públicos (IDAP)

mobilidade da cidade, de acordo com levantamento realizado no contexto do Plano Verão 2023-2024; o protocolo de interdições de vias já se encontra atualizado e disponível através do link: [Protocolo de Interdição de Vias](#).

A partir da grade estatística do IBGE (200 x 200m), foi realizada pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos / IPP o mapeamento dos pontos de alagamento e/ou inundação a partir das bases de dados abaixo listadas como critérios fornecidas por Rio Águas, COR e CET-RIO. O mapa com os pontos de alagamento segue disponível através do seguinte link: [Pontos de Alagamento](#).

2.2.2 Pontos de Alagamentos Considerados Críticos pela Rio Águas

Quanto ao risco hidrológico, o monitoramento é realizado com o apoio da Rio Águas e do Centro de Operações e Resiliência Rio - COR, com base nos Pontos de Drenagem Supervisionados, manchas de inundações recorrentes e histórico de ocorrências tratadas pelo COR. A Rio Águas possui um mapeamento de inundação e alagamentos, disponível a seguir: [Pontos de Drenagem Supervisionados](#).

Essas informações deverão servir de base para o estabelecimento das rotas e vias de acesso das equipes operacionais na resposta ao incidente.

2.2.3 Regiões e Bairros da Cidade com Maior Frequência de Queda de Árvores

Os dados de ocorrências do sistema Comando (acesso: [BI Comando](#)) ajudam na definição prévia das rotas principais e alternativas bem como para a proteção das equipes durante o deslocamento.

2.2.4 Painel Situacional do COR

A fim de garantir uma análise objetiva dos cenários e eventos que impactam na operação da cidade, o COR disponibiliza um painel situacional com o resumo de informações importantes tais como a relação de incidentes observados, registros de chuva, interferências na mobilidade, entre outros dados relevantes para a operação das instituições responsáveis pelo monitoramento e resposta aos eventos críticos ([Clique aqui para acessar o Painel](#)).

A gestão das ocorrências tratadas pelo COR é realizada por meio do sistema Comando ([Clique aqui para acessar o sistema Comando](#)), onde cada evento é cadastrado e as atividades dos órgãos são registradas, possibilitando a integração das instituições envolvidas, até a conclusão de cada ocorrência, bem como a produção do histórico de cada evento.

3. ATUAÇÃO EM FUNÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO SISTEMA ALERTA RIO E DOS ESTÁGIOS OPERACIONAIS

3.1 DA DESCRIÇÃO DOS ESTÁGIOS OPERACIONAIS

A prefeitura do Rio de Janeiro, por intermédio do Centro de Operações e Resiliência Rio - COR, estabeleceu⁶ [cinco Estágios Operacionais da cidade](#) - 1, 2, 3, 4 e 5 – com o objetivo de comunicar às equipes que atuam nos serviços da cidade, em especial, os relacionados à infraestrutura e logística urbana, e aos cidadãos, como estão as condições dentro do território municipal. Eles informam, em tempo real, se a rotina da cidade segue conforme a normalidade ou se começa a ser afetada por um ou mais eventos, e dependendo da intensidade e magnitude desses, a gestão de crises da cidade escalona de forma adequada, a fim de possibilitar a antecipação da parte de cada órgão, as ações e as atividades inerentes, com o objetivo de trazer a cidade de volta à normalidade.

A estratégia operacional da SUBPDEC, considerando a metodologia estabelecida para a definição dos cinco Estágios Operacionais, será realizada em função das informações e dados emitidos pelo Sistema Alerta Rio. Esse Sistema proporciona uma visão antecipada relativa às precipitações com base nos dados fornecidos pelos radares meteorológicos, e combinado com os índices pluviométricos, possibilita uma análise da evolução ou não do evento permitindo assim, um emprego mais eficiente dos recursos operacionais disponíveis.

Seguem abaixo os gatilhos meteorológicos condicionantes para mudanças nos Estágios Operacionais:

⁶ Mediante as informações advindas do Sistema Alerta Rio, combinadas com outras variáveis, não necessariamente o evento chuva.

	GATILHO METEOROLÓGICO	PREVISÃO POR MODELAGEM NUMÉRICA	REGISTROS* E IMAGENS DE RADAR	Perigo de deslizamento LHASA	VENTOS	RETORNO P/GATILHO ANTERIOR
	NÍVEL 0	SEM PREVISÃO DE CHUVA OU CHUVA FRACA APENAS / VENTOS MODERADOS	SEM REGISTRO DE CHUVA OU CHUVA FRACA (ATÉ 5mm/h)		ABAIXO DE 40 km/h EM QUALQUER ESTAÇÃO	N/A
	NÍVEL 1	CHUVA MODERADA OU FORTE E/OU VENTOS E RAIOS PARA AS PRÓXIMAS 3h.	SEM REGISTRO DE CHUVA OU CHUVA FRACA: ATÉ 8mm/h EM PELO MENOS 3 ESTAÇÕES OU NÚCLEOS DE CHUVA FRACA NA CIDADE NAS IMAGENS DO RADAR DO SUMARÉ		ENTRE 40 km/h E 51,9 km/h EM QUALQUER ESTAÇÃO. (previsão de intensificação)	SEM PREVISÃO DE CHUVA MODERADA NAS PRÓXIMAS 3H, RETORNA PARA O GATILHO ANTERIOR
Informes em intervalos de no máximo 1 hora e no mínimo 30 minutos	NÍVEL 2	CHUVA MODERADA OU FORTE E/OU VENTOS E RAIOS PARA AS PRÓXIMAS 3h.	REGISTROS DE CHUVA MODERADA: ENTRE 5,1 E 20 mm/h EM PELO MENOS 2 ESTAÇÕES OU SEM REGISTRO DE CHUVA COM IMAGENS DE RADAR INDICANDO POSSIBILIDADE DE CHUVA MODERADA NAS PRÓXIMAS 3 HORAS		ENTRE 52 Km/h E 75,9 km/h EM PELO MENOS 2 ESTAÇÕES E/OU 2 LEITURAS SEGUIDAS. (previsão de intensificação/permanência)	SEM PREVISÃO DE CHUVA MODERADA NAS PRÓXIMAS 3H, RETORNA PARA O GATILHO ANTERIOR ou NÍVEL 0
	NÍVEL 3	CHUVA MODERADA A FORTE E/OU VENTOS E RAIOS PARA AS PRÓXIMAS 3h.	REGISTRO DE CHUVA MODERADA/FORTE: MAIOR QUE 10 mm/15min EM PELO MENOS 2 ESTAÇÕES OU MAIOR QUE 25 mm/h EM PELO MENOS 1 ESTAÇÃO OU 125mm/24h + 6mm/h EM PELO MENOS 1 ESTAÇÃO** E/OU IMAGENS DE RADAR INDICANDO POSSIBILIDADE DE CHUVA FORTE NAS PRÓXIMAS 3 HORAS	MODERADO e ALTO em qualquer área da cidade	ENTRE 76 Km/h E 89,9 km/h EM PELO MENOS 2 ESTAÇÕES E/OU 2 LEITURAS SEGUIDAS. (previsão de intensificação/permanência)	REDUÇÃO DOS ACUMULADOS/VENTO E SEM PREVISÃO DE INTENSIFICAÇÃO, RETORNO EM 1H PARA O GATILHO ANTERIOR
Informes em intervalos de no máximo 30 minutos e no mínimo 15 minutos	NÍVEL 4	CHUVA MODERADA A FORTE E/OU VENTOS E RAIOS PARA AS PRÓXIMAS 3h.	REGISTRO DE CHUVA FORTE/MUITO FORTE: MAIOR QUE 15mm/15min EM PELO MENOS 2 ESTAÇÕES OU MAIOR QUE 25mm/30min EM PELO MENOS 1 ESTAÇÃO OU 150mm/24h + 5mm/h EM PELO MENOS 1 ESTAÇÃO** E/OU IMAGENS DE RADAR INDICANDO POSSIBILIDADE DE CHUVA FORTE/MUITO FORTE NAS PRÓXIMAS 3 HORAS	MUTO ALTO e CRÍTICO em qualquer área da cidade	ENTRE 90 km/h E 119,9 km/h EM PELO MENOS 1 ESTAÇÃO. (previsão de permanência)	REDUÇÃO DOS ACUMULADOS/VENTO E SEM PREVISÃO DE INTENSIFICAÇÃO, RETORNO EM 1H PARA O GATILHO ANTERIOR ou NÍVEL 2
	NÍVEL 5	A PREVISÃO POR MODELAGEM NESSE MOMENTO, NÃO OFERECE PARÂMETROS.	REGISTRO DE CHUVA MUITO FORTE: MAIOR QUE 25mm/15min EM PELO MENOS 2 ESTAÇÕES OU MAIOR QUE 50mm/30min EM PELO MENOS 1 ESTAÇÃO OU MAIOR QUE 60mm/h EM PELO MENOS 1 ESTAÇÃO MAIOR QUE 300mm em 24h EM PELO MENOS 1 ESTAÇÃO		ACIMA DE 120 km/h EM PELO MENOS 1 ESTAÇÃO. (previsão de permanência)	REDUÇÃO DOS ACUMULADOS/VENTO E SEM PREVISÃO DE INTENSIFICAÇÃO, RETORNO EM 1H PARA O GATILHO ANTERIOR
	NÍVEL 6 CRISE	A mudança para Crise será estabelecida em função da resposta da cidade mediante chuvas intensas, POIS NÃO HÁ GATILHO PARA ESTE ESTÁGIO. Assim, como todos os estágios operacionais, o COR QUE DEFINE ESTE ESTÁGIO! NECESSIDADE DE ACIONAMENTO DE MEDIDAS E RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS				
Os limiares de chuva são baseados nos registros das estações do Sistema Alerta Rio.						
**Neste parâmetro, e somente neste, é considerado o valor dos pluviômetros do Sistema de Alarme Sonoro.						
Observação: Além dos critérios mais objetivos, como os registros, há sempre a avaliação da tendência da chuva feita pelos meteorologistas.						

Alterada em 26/05/2023.

Gatilhos meteorológicos para mudanças de Estágios Operacionais - Divulgação/Prefeitura do Rio – https://drive.google.com/file/d/1RYDy1xT5Zb0FWIewHL35JqMtZf5p_25L/view?usp=sharing

Excepcionalmente, em virtude do dano provocado pelo impacto do evento em função de uma grande intensidade transcorrida em um curto espaço de tempo, o estágio, não necessariamente será escalonado progressivamente, podendo ir imediatamente da “Normalidade” à “Crise” o que demandará uma capacidade de pronta resposta mais eficaz.

3.2 DA CORRELAÇÃO ENTRE O SISTEMA DE ALERTA E ALARME E A DINÂMICA DOS ESTÁGIOS OPERACIONAIS

O Sistema de Alerta e Alarme influenciará diretamente na dinâmica de evolução e regressão dos Estágios Operacionais, considerando a relevância do impacto na estratégia de desocupação dos moradores das

áreas de alto risco geológico e hidrológico da cidade, bem como, eventuais mobilizações de recursos.

Considerando a hipótese de atingimento de algum dos critérios para acionamento das sirenes para a desocupação ([conforme protocolo](#)), a cidade poderá, no mínimo, evoluir para o Estágio 3, devendo assim permanecer, até que haja condições para a desmobilização de recursos.

3.3 MACROAÇÕES

3.3.1 Gerenciamento e Emprego de Recursos

a) Estágio 1

A Defesa Civil mantém o atendimento às ocorrências recebidas através da Central 1746 / 199 (solicitações de vistorias de caráter preventivo e emergencial, conforme o [fluxograma de recebimento da ocorrência](#)) e o monitoramento situacional da cidade junto ao Centro de Operações e Resiliência Rio, bem como das condições meteorológicas através do Alerta Rio.

Na normalidade, os serviços são executados pelos vistoriantes (de acordo com o [fluxograma de realização de vistorias](#)) e equipe operacional de serviço e as rotinas administrativas seguem o seu fluxo normal.

Um efetivo de plantão é mantido em prontidão, disponível para o pronto emprego em eventuais emergências, além dos servidores vinculados à escala de sobreaviso definida para reforço aos atendimentos, caso seja identificada a necessidade em virtude de uma análise que prevê o escalonamento para estágios mais críticos.

b) Estágio 2

Os efetivos do expediente, plantão e sobreaviso são informados pela Gerência de Monitoramento e Alertas de Desastres, por meio de plantonistas presentes 24h por dia, 7 dias por semana no Centro de Operações e Resiliência Rio - COR, sobre o risco de ocorrências de alto impacto na cidade e da possibilidade de mobilização dos recursos/ efetivo para reforço aos atendimentos emergenciais.

A Gerência de Monitoramento e Alertas de Desastres poderá enviar alertas preventivos para a população, diante dos riscos envolvidos e de acordo

com a projeção das áreas a serem afetadas pelo evento. As gerências operacionais de área disseminam avisos para a liderança comunitária das regiões de maior suscetibilidade e podem ser acionadas considerando a iminência de ocorrências de maior grau de risco para a população.

c) Estágio 3

Os recursos/efetivo já estão preparados para o pronto emprego e execução do Plano de Contingência, preferencialmente em um momento anterior à consolidação desse estágio (Estágio 3), bem como o deslocamento para as áreas mais afetadas. São realizados os atendimentos às emergências, inclusive a partir de acionamentos às

instituições que compõem o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, por meio dos operadores situados no Centro de Operações e Resiliência Rio.

Em consonância com a dinâmica da evolução dos Estágios Operacionais, todos os gestores municipais se deslocam para o COR; os coordenadores da Defesa Civil são mobilizados, inclusive com a previsão de deslocamento destes para o COR a fim de auxiliar o gerente de monitoramento e alertas de desastres, promovendo o devido rodízio, caso os danos e prejuízos provocados pelo evento impactem a cidade por vários dias.

Caso necessário, há o envio de alertas à população da cidade do Rio de Janeiro através do App COR.rio (ANDROID: bit.ly/appcor_android, IOS: bit.ly/appcor_ios), das redes sociais da Defesa Civil (Instagram: [@defesacivil_rio](https://www.instagram.com/defesacivil_rio), Twitter: [@DefesaCivilRio](https://twitter.com/DefesaCivilRio), Facebook: [@DefesaCivilRio](https://www.facebook.com/DefesaCivilRio)) e também por mensagens SMS ([IDAP](#)), TV por assinatura e aplicativos como Telegram e WhatsApp, com avisos e/ou recomendações a respeito dos eventuais cenários e aviso de chuva forte (caso seja indicado pela meteorologia do Sistema Alerta Rio).

O Alerta visa antecipar medidas de prevenção e proteção para os moradores residentes em área de alto risco de deslizamento e naquelas sujeitas a inundações, nos locais previamente mapeados pela Geo-Rio e Rio Águas respectivamente.

O Sistema de Alerta e Alarme Comunitário para Chuvas Fortes pode ser acionado, nos casos de atingimento dos respectivos critérios pluviométricos previstos, conforme definido no Protocolo de Alarme Sonoro, disponível no link: [Protocolo](#).

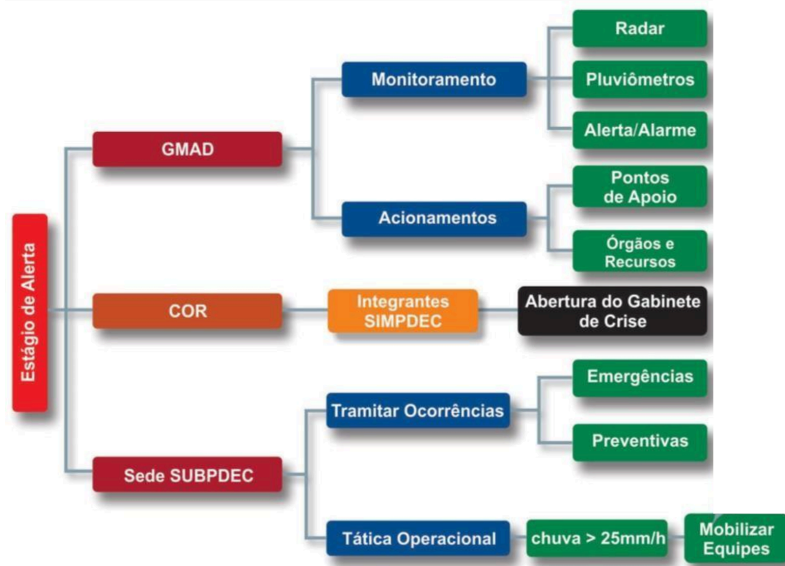
Caso o evento adverso se agrave, faz-se necessário iniciar o registro do desastre no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID), considerando-se a matriz - ICR para registro no S2ID ([Clique aqui para consulta à Matriz ICR](#)).

d) Estágio 4

No Estágio 4 (atualizado pelo Decreto Rio Nº 49368 de 1º de setembro de 2021), os recursos institucionais ficam disponíveis, tais como o plantão operacional 24h, escala de sobreaviso e gerências operacionais de área, incluindo o apoio administrativo / logístico por parte do expediente da Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil, devendo os servidores da SUBPDEC, que não estiverem na sede, permanecerem comunicáveis, para que possam atender as demandas, caso necessário.. Da mesma forma, é importante que o S2ID seja alimentado com as informações sobre o desastre a fim de que, caso seja necessário, haja a solicitação de reconhecimento da situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Neste estágio o Subsecretário da SUBPDEC já se encontra no COR,

sendo permanentemente informado pela Coordenação de Operações, e pela Unidade de Situação da Seção de Planejamento (quando o Time de Gerenciamento de Incidentes - TGI da Defesa Civil for acionado), sobre as atualizações dos eventos e da situação da cidade, no que diz respeito aos eventuais impactos observados e ocorrências em atendimento, considerando a possibilidade de agravamento do cenário e estabelecimento do Gabinete de Crise. O gabinete de crise - composto pelo prefeito, secretários municipais, presidentes de instituições e outros profissionais de nível tático-estratégico do SIMPDEC - pode ser acionado, a pedido do COR e órgãos da prefeitura, nos estágios de 'Alerta', e funcionará no COR ou em local estratégico para avaliação de impactos da crise e deliberação quanto às ações de resposta necessárias. É possível a visualização da tática operacional em questão na seguinte ilustração:



7

7 Onde lê-se Estágio de Alerta, leia-se Estágio 4.

e) Estágio 5

No Estágio 5 (atualizado pelo Decreto Rio Nº49368 de 1º de setembro de 2021), quando são identificados múltiplos danos e impactos que extrapolam de forma relevante a capacidade de resposta imediata das equipes da Prefeitura, o Sistema de Proteção e Defesa Civil aponta para uma articulação (comando e controle) em que, não apenas os órgãos de resposta da prefeitura definidos no artigo 3º do Decreto nº 43533 de 10 de agosto de 2017⁸, são mobilizados, bem como, nesta estrutura de comando e controle interagências, é ativada contando com representantes de órgãos de resposta de outras esferas de governo (estadual e/ou federal).

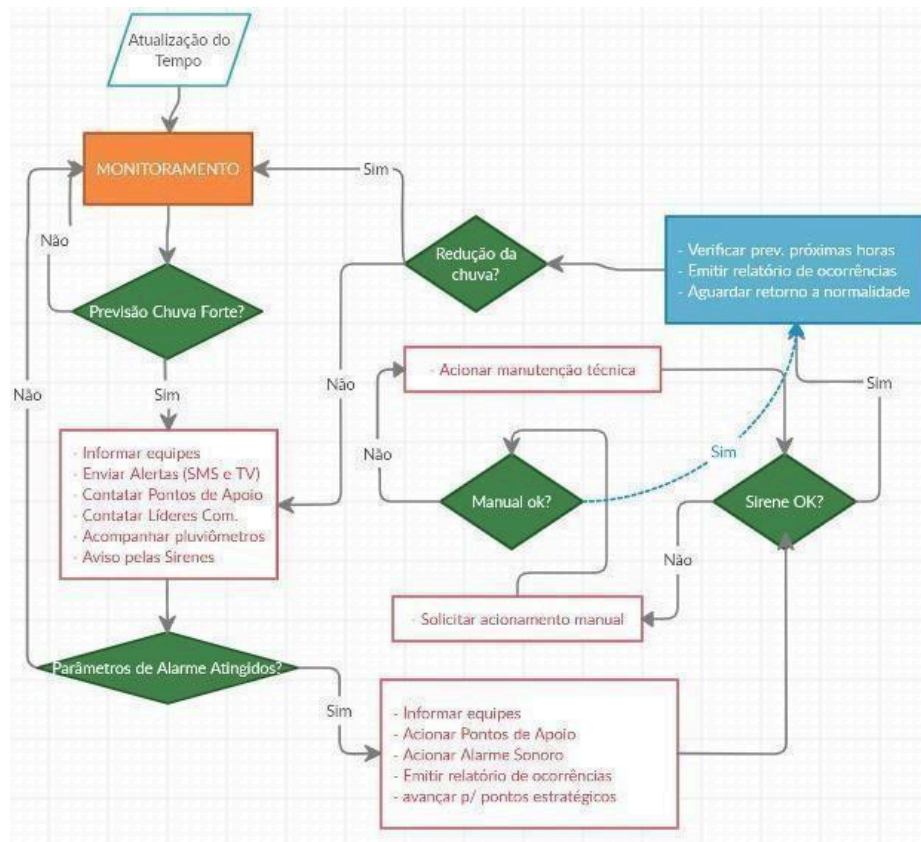
Como ressaltado anteriormente, neste Estágio, é realizado o acionamento e mobilização dos mais diversos componentes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil para atendimentos de emergência, através do Centro de Operações e Resiliência Rio - COR. Além disso, os integrantes da SUBPDEC listados no Plano de Chamada poderão ser integralmente mobilizados e a Gerência de Monitoramento e Alertas de Desastres analisa, enquanto perdurar este estágio, os cenários, verificando a tendência de manutenção do estágio e/ou seu recrudescimento. As Gerências Operacionais presentes nos Pontos Estratégicos recebem informações atualizadas sobre eventuais vítimas, inclusive junto ao sistema de assistência social municipal, levantando, também, os danos materiais.

A SUBPDEC assessorará o chefe do poder executivo sugerindo a nomeação de grupo multidisciplinar para avaliação de danos, de forma a permitir uma tomada de decisão técnica naqueles casos em que for necessário a decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, conforme citado no item 2.1.4.

3.3.2 Fluxograma de Tomada de Decisão

Em função da evolução do estágios operacionais e das informações advindas do Sistema Alerta Rio, as seguintes ações serão desenvolvidas conforme ilustrado na figura a seguir:

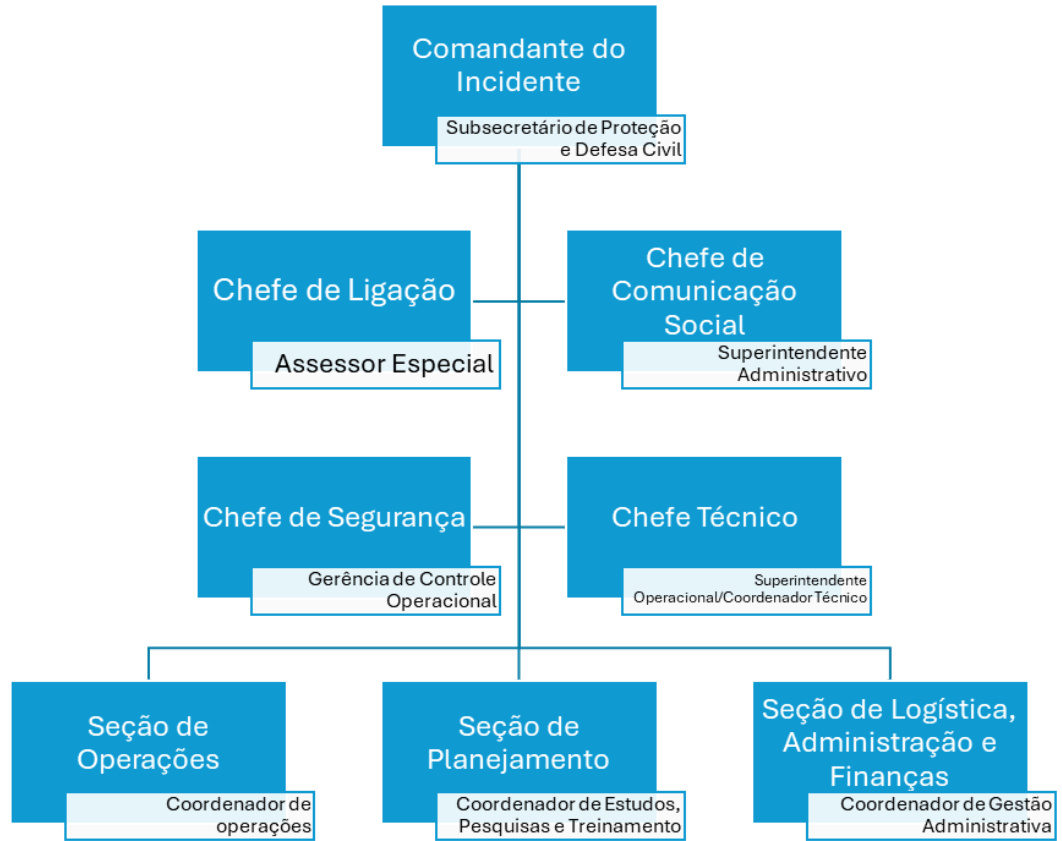
⁸ Art. 3º Todos os Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta deverão aportar os recursos humanos e materiais necessários à prevenção ou reação nas ocorrências de crises e situações de urgência no Município do Rio de Janeiro, conforme requisição da Subsecretaria Municipal de Defesa Civil- S/SUBDEC." [Consulta ao Decreto na íntegra.](#)



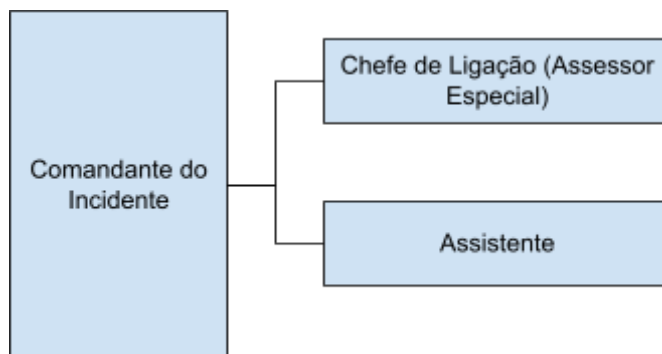
3.3.3 Acionamento do Time de Gerenciamento de Incidentes - TGI da Defesa Civil em Função dos Estágios Operacionais

O Time de Gerenciamento de Incidentes (TGI/DC) será previamente definido, de acordo com o organograma a seguir ilustrado, considerando as diretrizes e requisitos desta ferramenta de gestão. A qualificação e certificação de seus integrantes deverá ocorrer nos momentos de normalidade. A ativação dos integrantes do TGI, pelo Subsecretário de Proteção e Defesa Civil, será estabelecida em razão da dinâmica do evento, podendo ser gradual ou súbito. Quando do retorno aos estágios menos críticos, o comandante do incidente procederá a desmobilização parcial dos componentes do time.

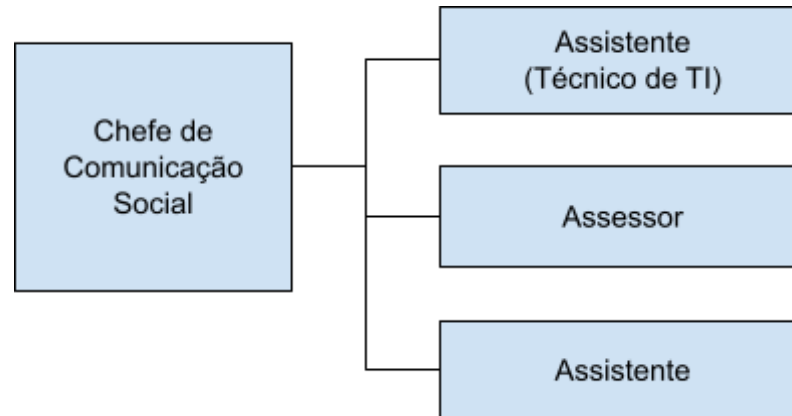
a) Visão Geral do Organograma do TGI



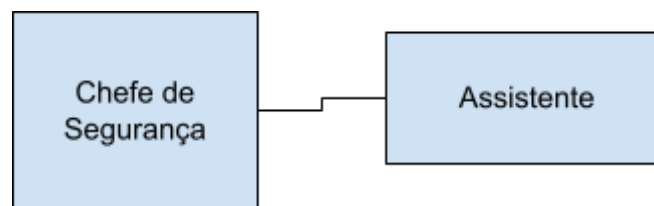
b) Staff do Comandante do Incidente



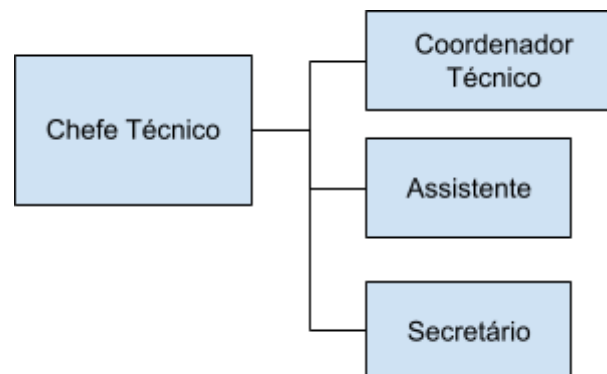
c) Staff do Chefe de Comunicação Social



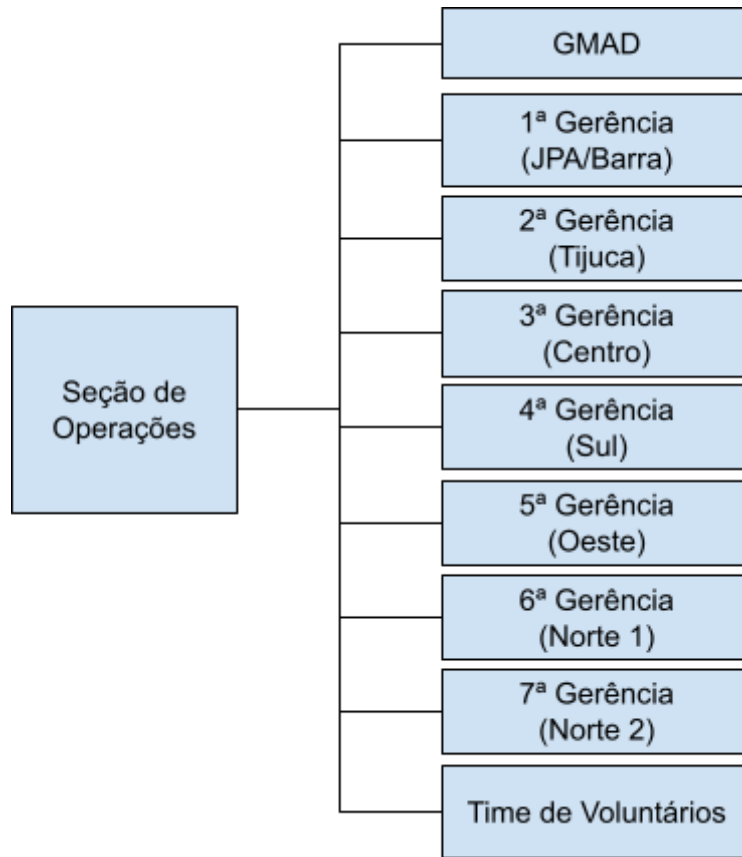
d) Staff do Chefe de Segurança



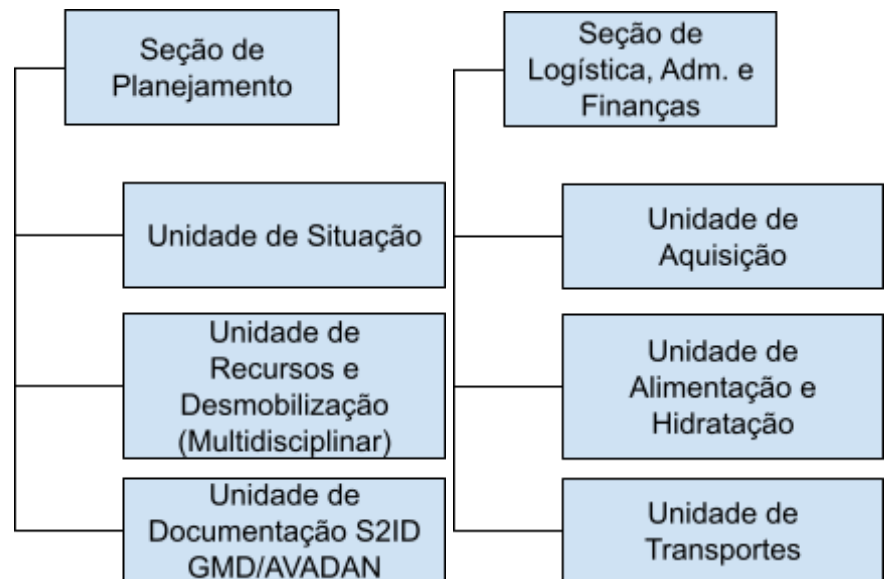
e) Staff do Chefe Técnico



f) Staff do Chefe da Seção de Operações



g) Staff do Chefe da Seção de Planejamento e da Seção de Logística, Administração e Finanças



3.3.4 Descrição das Funções de Cada Integrante do TGI/ Defesa Civil

a) Comandante do Incidente (CI) - SUBPDEC

Será o responsável por estabelecer as diretrizes e objetivos das equipes operacionais de forma a definir as ações de pronta resposta e as condições para que o planejamento possa confeccionar Plano de Ação de Incidente (PAI) em função de períodos operacionais que serão instituídos em razão da dinâmica do evento.

Será também aquele que mediará as discussões sugerindo as prioridades de acordo com os cenários presentes e futuros quando da integração com os demais órgãos envolvidos direta ou indiretamente na solução do incidente.

b) Chefe de Ligação

Será o responsável por assessorar o CI, para os contatos que se fizerem necessários com órgãos e agências integrantes do Sistema Estadual e Nacional de Proteção e Defesa Civil, naquilo que for importante para auxiliar as equipes de pronta resposta bem como o trabalho a ser efetuado pelas demais seções.

c) Chefe de Comunicação Social

Será o responsável por consolidar as informações advindas tanto das equipes de pronta resposta, quanto das seções de planejamento e logística, produzindo releases periódicos, submetendo-os à ASCOM da Prefeitura. Funciona sob a lógica de ser a fonte da verdade.

d) Chefe de Segurança

Irá a campo analisar se as equipes estão ou não praticando atos inseguros ou se colocando em situações de insegurança, cobrando o uso correto dos EPI's pelas equipes envolvidas e produzirá alertas de prevenção de segurança do trabalho, considerando os incidentes ocorridos com os integrantes do socorro, bem como, confeccionará orientações preventivas diversas oriundas de análises preditivas.

e) Chefe Técnico

- Coordenar o planejamento do estabelecimento de procedimentos técnicos;
- Determinar a realização de vistorias e levantamentos de informações de pontos críticos e de áreas sensíveis ou críticas, no que tange a geração de eventos danosos à comunidade;
- Coordenar e planejar a programação das vistorias nos pontos e áreas de risco, preventiva e emergencialmente em decorrência de sinistros;

- Estabelecer em situações de anormalidade, escala extra, convocando o efetivo da coordenação técnica, e se necessário, engenheiros e arquitetos dos órgãos integrantes do SIMPDEC.

f) **Chefe da Seção de Operações**

Gerência de Controle Operacional:

- Gerenciar o acompanhamento e controlar as ações operacionais, decorrentes de sinistros, exercidas pela Defesa Civil ou por outros órgãos ou entidades;
- Manter informatizados os dados sobre os sinistros, sua localização, os danos pessoais e materiais deles decorrentes e os procedimentos e ações dos órgãos do Sistema de Proteção e Defesa Civil e demais órgãos que atenderam a ocorrência;
- Elaborar e emitir relatórios, listagens e/ou "release" dos eventos danosos atendidos pela Defesa Civil.

Gerente de Monitoramento e Alerta de Desastres:

- Gerenciar o acompanhamento e executar ações de monitoramento e preparação para desastres, as ações de socorro e assistência humanitária à população e o restabelecimento de serviços essenciais nas áreas atingidas, em âmbito local, na esfera de competência do Município;
- Acompanhar e monitorar as condições e as informações meteorológicas, geológicas, hidrológicas e sismológicas recebidas dos órgãos e das entidades competentes;
- Promover a integração com os demais órgãos e agências, mobilizando os recursos necessários durante as fases de resposta e recuperação;
- Organizar e manter banco de dados e registros de desastres ocorridos e atividades de preparação e resposta realizadas, por meio de informações padronizadas que permitam a análise e o desenvolvimento de estudos que vão auxiliar o planejamento das ações a serem implementadas no Plano de Ação de Incidentes;
- Elaborar, consolidar e difundir relatórios de monitoramento de riscos e ocorrências de desastres;
- Difundir alertas de desastres e prestar orientações preparatórias.

Gerências Operacionais:

- Gerenciar as ações de proteção e defesa civil, nos locais de sinistro de grande porte, determinando as medidas que se fizerem necessárias;
- Providenciar levantamento detalhado de suas áreas de atuação, diagnosticando as áreas de risco para melhor equacioná-las;
- Vistoriar, periodicamente, áreas de risco;
- Efetuar contatos com as comunidades, divulgando os procedimentos preventivos a serem tomados;

- Gerenciar junto às comunidades a atuação dos núcleos comunitários de proteção e defesa civil implementados antes do incidente;
- Acionar, caso necessário, o time de voluntários, conforme descrito no item 4 deste plano;
- Verificar quanto ao eficaz funcionamento do Sistema Sonoro localizado em sua área de atuação;
- Monitorar os pontos de apoio e abrigos temporários em suas respectivas áreas de atuação.

g) **Chefe da Seção de Planejamento**

Será responsável por fazer e preparar ambientes comuns para as reuniões de confecção do Plano de Ação de Incidentes.

Líder da Unidade de Situação:

Responsável em consolidar todas as informações referentes ao emprego dos recursos humanos e materiais, bem como deverá analisar futuros cenários para apresentar a tendência de evolução do evento.

Líder da Unidade de Recursos e Desmobilização:

Deverá controlar por meio de planilhas específicas descrevendo detalhadamente onde, quando e como o recurso está sendo empregado, seja de que natureza for, auxiliando o Chefe da Seção de Planejamento, ora sugerindo a mobilização de recursos adicionais, ora a desmobilização parcial, além de planejar, em função dos cenários de tendência ao retorno aos estágios de menor criticidade a desmobilização de recursos humanos e materiais para evitar sobrecarga e sobretrabalho considerando que as equipes poderão ser acionadas em outros eventos.

Líder da Unidade de Documentação S2iD:

Responsável por toda a análise e confecção de documentos que serão enviados à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para conhecimento e instrução caso haja necessidade de decretação de Situação de Emergência e/ou Estado de Calamidade Pública. Deverá também proceder e disponibilizar documentos necessários à

elaboração do PAI promovendo o seu devido arquivamento e guarda. Nas situações de análise para assessoramento ao chefe do poder executivo nos casos de decretação de Situação de Emergência ou de Calamidade Pública, será assessorado pelo grupo multidisciplinar de avaliação de danos (GMD/AVADAN);

h) **Chefe da Seção de Logística, Administração e Finanças**

Caberá ao Chefe da Seção com o apoio dos líderes das Unidades de

Aquisições, Hidratação e Alimentação e Transporte as seguintes missões:

- Coordenar o planejamento e supervisionar as atividades relativas a recursos humanos, infraestrutura e logística, documentação, análise e fazer aquisições em caráter de urgência, controlando as despesas, no âmbito da Subsecretaria, de acordo com as orientações dos ordenadores de despesas;
- Gerenciar aquisição e distribuição de água e alimentos às equipes;
- Gerenciar as ações relacionadas ao emprego de viaturas administrativas e operacionais de forma a atender as equipes de pronta-resposta e de apoio administrativo.
- Elaborar relatórios consolidados sobre as despesas efetuadas, bem como orientar o CI quando os recursos se tornarem escassos;
- Acompanhar o uso do cartão corporativo de Defesa Civil promovendo relatórios contendo notas fiscais, fotos e outros registros que comprovem o gasto devido e de acordo com os requisitos legais para fins de controle interno e externo confeccionando também, relatório final a ser encaminhado a quem de direito como prestação de contas.

i) **Adjuntos, Assessores, Gerentes e Assistentes**

Serão designados para auxiliar os responsáveis por cada função descrita nos itens anteriores, podendo substituí-los, sendo designados pelos próprios chefes.

3.3.5 Critérios Para a Desmobilização

Instalado o TGI, a Seção de Planejamento procederá um estudo de desmobilização em função da análise do cenário que tende ao retorno aos Estágios menos críticos. Neste sentido, a Unidade de desmobilização da Seção de Planejamento, em conjunto com a Seção de Operações, desenvolverá plano específico para tal. A desmobilização deve ser tratada de forma técnica com o intuito de evitar sobreposições e emprego desnecessário de recursos que poderão ser empregados em outros incidentes.

4. GESTÃO PARA ACIONAMENTO DE VOLUNTÁRIOS

4.1 ACIONAMENTO DE VOLUNTÁRIOS PERTENCENTES AO NÚCLEO COMUNITÁRIO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - NUPDEC

O emprego de voluntários tem como objetivo atender às demandas decorrentes da gestão do evento, como o auxílio no deslocamento de pessoas para os Pontos de Apoio, acionamento manual das sirenes, assistência no acolhimento, fornecimento de informações sobre o local, apoio no preparo de alimentos, distribuição de água, além de colaborar no recebimento e distribuição de donativos, entre outras atividades.

A participação de voluntários nas comunidades situadas em áreas de risco constitui um pilar fundamental para o Sistema de Alerta e Alarme Comunitário em caso de Chuvas Fortes na cidade do Rio de Janeiro.

4.2 AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS

A atuação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, será pautada pelas atribuições previstas no Sistema Único de Saúde (SUS). Eles terão um papel importante na resposta aos desastres, implementando medidas de saúde preventiva nos territórios afetados, com foco especial no atendimento às pessoas com deficiência. Além disso, poderão desempenhar outras funções como voluntários, quando mobilizados pelo SIMPDEC.

4.3 OUTROS VOLUNTÁRIOS

Antes da eclosão de um desastre, o Sistema de Proteção e Defesa Civil Municipal promoverá a capacitação e cadastro de voluntários oriundos das mais diversas organizações governamentais e não governamentais, e mesmo indivíduos que não estejam vinculados a nenhum grupo específico, conforme preconizado na Lei 9.608 de 18 de fevereiro de 1998. Estes voluntários, no momento da resposta, ficarão diretamente subordinados à Seção de Operações, definida no item 3.3.4, que indicará o uso e emprego dos mesmos.

4.4 DA CAPACITAÇÃO E DO EMPREGO OPERACIONAL

Civil Municipal realizará a capacitação e o cadastro de voluntários provenientes de diversas organizações governamentais e não governamentais, bem como de indivíduos que não estejam vinculados a nenhum grupo específico, conforme estabelece a Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Durante a fase de resposta, esses voluntários estarão diretamente subordinados à Seção de Operações, descrita no item 3.3.4, que será responsável por coordenar seu uso e atuação.

5. CONTINGÊNCIA TECNOLÓGICA

5.1 DA INDISPONIBILIDADE DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE OCORRÊNCIAS SUBPDEC (SISDC) E CONTINGÊNCIA ADOTADA

5.1.1 Contextualização

O Sistema de Defesa Civil da Cidade do Rio de Janeiro (SISDC) é a plataforma responsável por gerenciar as ocorrências e eventos sob a jurisdição do órgão, abrangendo todas as etapas: desde o registro inicial dos dados de abertura de ocorrências no SGRC, passando pelo desenvolvimento (com tramitações, cadastro de informações sobre vistorias e consultas), até a conclusão, incluindo a emissão de relatórios e cópias autenticadas de vistorias.

A maioria das solicitações de atendimento é recebida e registrada pela Central 1746/199. Após o registro, os chamados seguem o fluxo normal, sendo integrados ao sistema departamental da SUBPDEC, o SISDC, onde recebem a codificação de Boletim de Ocorrência.

A Central 1746 oferece um portal web, o SGRC, para acompanhamento dos chamados, permitindo a visualização das solicitações. No entanto, o SGRC não permite o tratamento completo dos chamados, como as tramitações que correspondem às fases de atendimento.

Assim, a interrupção do acesso ao SISDC pelos setores responsáveis da SUBPDEC não apenas inviabiliza a visualização e o manejo adequado das ocorrências, como também impede o cumprimento dos prazos (SLA) estabelecidos para as tramitações, incluindo a conclusão e o fechamento dos chamados.

5.1.2 Da Contingência a Ser Adotada

Para a contingência a ser adotada na situação descrita no item 5.1.1, será utilizada uma planilha de controle de ocorrências no Google (compartilhada online) para organizar os chamados e seus respectivos protocolos, por meio da exportação dos dados do SGRC. Essa planilha será atualizada a cada meia hora, sempre que novos chamados forem identificados, permitindo o acompanhamento contínuo. As ocorrências emergenciais serão destacadas na planilha (com as linhas correspondentes em vermelho) e compartilhadas pela Gerência de Monitoramento e Alerta de Desastres (GMAD) com as Coordenações Técnica (CTE) e de Operações (COP), para garantir um atendimento rápido e eficiente.

No que se refere às ocorrências preventivas, todas serão monitoradas pela GMAD. Quando essas ocorrências chegam pela Central 1746, a equipe de

plantão no Centro de Operações Rio (COR) realiza uma triagem, entrando em contato diretamente com os solicitantes. Dessa forma, todas as solicitações serão acompanhadas, permitindo o planejamento do atendimento de acordo com as prioridades estabelecidas pela Coordenação Técnica (CTE).

6. ONDAS DE CALOR

O [Decreto Rio nº 54.740](#) de 28 de junho de 2024, estabeleceu o Nível de Calor - NC, que tem por finalidade definir diretrizes de atuação para os diversos órgãos governamentais das diferentes esferas de governo, concessionárias de serviço público e empresas que prestam serviço no território da cidade do Rio de Janeiro e para a comunicação com os cidadãos, como parâmetro de deflagração para o enfrentamento do risco climático de calor extremo.

O Centro de Operações Rio (COR) monitora o índice “Nível de Calor – NC”. A classificação considera cinco níveis de risco – de NC1 a NC5 -, baseados no grau de calor, que varia em função da temperatura e da umidade relativa do ar na capital fluminense. O Nível de Calor também considera modelos numéricos de previsão de temperatura, estimados para três dias e atualizados a cada quatro horas.

Além do monitoramento, o Centro de Operações Rio (COR) faz a divulgação para a população sobre o índice vigente, estabelecendo ações públicas nos períodos em que a cidade do Rio de Janeiro estiver sujeita a altas temperaturas.

[Clique aqui e conheça os níveis de calor e as ações a serem adotadas](#)

7. REGISTRO NO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE DESASTRES (S2ID)

6.1 DO SISTEMA E SUA APLICAÇÃO

O Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) foi instituído pela Lei Federal 12.608, de 10 de abril de 2012, e regulamentado pelo Decreto 10.593, de 24 de dezembro de 2022, com seu funcionamento fundamentado na Lei Federal 3.234, de 28 de dezembro de 2020. O principal objetivo do sistema é qualificar e garantir transparência na gestão de riscos e desastres no Brasil, oferecendo dados concretos que auxiliam em ações de redução de riscos por meio da informatização de processos e da disponibilização de informações transparentes.

No S2ID, é possível:

- Registrar desastres ocorridos em municípios ou estados;
- Consultar e acompanhar os processos de reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade pública;
- Consultar e acompanhar os processos de transferência de recursos para ações de resposta;
- Consultar e acompanhar os processos de transferência de recursos para ações de reconstrução;
- Buscar informações sobre ocorrências e gestão de riscos e desastres com base em fontes de dados oficiais.
- Os trâmites para o registro e decretação de Situação de Emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP) seguirão conforme previsto na legislação, de acordo com o Fluxograma para Registro e Decretação de SE ou ECP.

Para otimizar a coleta e o preenchimento correto das informações no S2ID, foram realizados, em períodos de normalidade, treinamentos e reuniões de alinhamento com os pontos focais dos órgãos que integram a Rede de Prevenção e Resposta à Crise (conforme item 1.3). Esses encontros visaram destacar as atribuições de cada órgão e sua importância dentro do S2ID.

Os registros de ocorrências no S2ID consideram os critérios estabelecidos na [Matriz ICR](#).